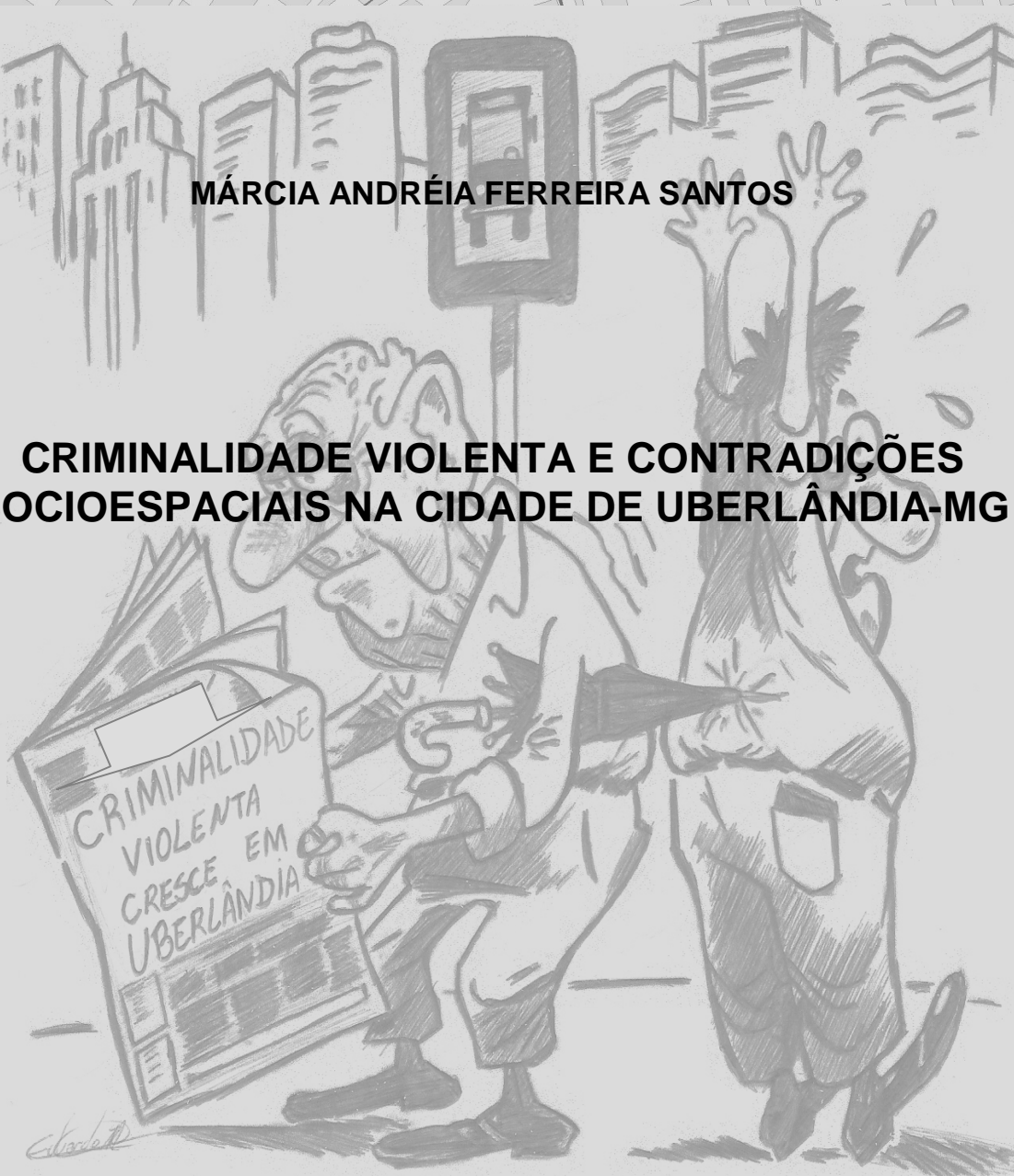


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território**

MÁRCIA ANDRÉIA FERREIRA SANTOS

CRIMINALIDADE VIOLENTA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG



**UBERLÂNDIA
2012**

MÁRCIA ANDRÉIA FERREIRA SANTOS

CRIMINALIDADE VIOLENTA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE
DE UBERLÂNDIA-MG

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Lima Ramires

Uberlândia
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237m Santos, Márcia Andréia Ferreira, 1979-
2012 Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de
Uberlândia-MG / Márcia Andréia Ferreira Santos. - 2012.
421 f.: il.

Orientador: Julio Cesar de Lima Ramires.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Violência urbana - Uberlândia (MG) - Teses. 3.
Criminalidade - Uberlândia (MG) - Teses. I. Ramires, Julio Cesar de Lima.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Márcia Andréia Ferreira Santos

Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia-MG

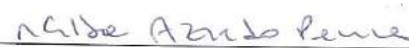
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

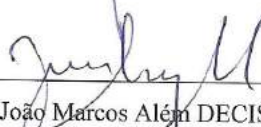
Uberlândia, 30 de abril de 2012

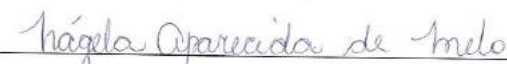
Banca Examinadora


Prof. Doutor Júlio César de Lima Ramires (Orientador) - UFU


Profª. Doutora Nelba Azevedo Penna – UNB


Prof. Doutor Alexandre Magno Alves Diniz – PUC-MG


Prof. Doutor João Marcos Aléni DECIS - UFU


Profª. Doutora Nágela Aparecida de Melo – FACIP-UFU

Data: 30/04 de 2010

Resultado: aprovado com distinção

AGRADECIMENTOS

Em especial, quero agradecer ao professor Dr. Julio Cesar de Lima Ramires pela amizade fundamentada desde a Graduação, e pela excelente orientação de mais um trabalho no curso de Geografia. Sou grata pelo apoio e atenção prestados durante todo o período de desenvolvimento da tese.

À Universidade Federal de Uberlândia pela oportunidade de graduar no curso de Geografia e Letras e, realizar o Mestrado e, agora, concluir o Doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, representado pelos professores e funcionários, especialmente ao professor Dr. Samuel do Carmo Lima pelo apoio dispensado durante o estágio em Portugal. À funcionária Dilza, sobremaneira eficiente e pronta a atender às minhas urgentes solicitações.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de estudos do período de junho de 2008 a março de 2012, que me possibilitou participar de diversos eventos científicos nacionais e internacionais.

À CAPES, pela concessão da bolsa no Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDÉE), por meio do qual pude realizar um estágio na Universidade do Minho, em Portugal, no ano de 2010. Agradeço ao prof. Dr. Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa pela co-orientação no estágio.

Ao Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), na pessoa do Capitão Rogério, pela disponibilização dos dados sobre os crimes violentos em Uberlândia.

Aos amigos Almerinda dos Santos, Maria José Rodrigues, Luiza de Resende, Sandra Dalvi, Eduardo Aplinário, Karen Santos e Leandro Santos, pelo apoio nos trabalhos de campo e nos registros fotográficos.

À grande amiga Maria Araci Magalhães, pela amizade incondicional e pelo apoio durante o período que estive em Portugal.

Aos amigos cultivados durante a realização das disciplinas do Doutorado: Grazieli Adriana, Lilian Carla, Emerson Gervásio, Sandra Muniz, Iara da Silveira, Iara França, Almerinda, Maria José pelo convívio e amizade.

À minha família, pela compreensão quando estive ausente, e pelo apoio emocional nos momentos difíceis que precisei enfrentar durante esta caminhada.

A todos os demais que contribuíram para que esta tese fosse concluída.

“[...] toda diminuição de poder é um convite à violência”.
(ARENDETT, 1985, p.49).

RESUMO

Esta investigação teve por objetivo identificar e interpretar os fatores que contribuem para a incidência de estupros, homicídios e roubos em Uberlândia (Estado de Minas Gerais, Brasil). O estudo também analisou alguns eventos relacionados às drogas, tais como apreensões de drogas para tráfico e uso, prisões de traficantes e usuários com mais de dezoito anos e apreensões de menores de dezoito anos envolvidos com o tráfico e o uso de drogas, no período de 1999 a 2010. Para o alcance dos objetivos propostos foram utilizados diversos procedimentos metodológicos, como o levantamento teórico referente à temática da violência, crime, medo, segurança e prevenção de crimes. Coletaram-se dados e informações sobre os crimes violentos em diversos órgãos governamentais, especificamente no Ministério da Saúde e no Centro de Operações da Polícia Militar de Uberlândia. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com os moradores, tendo por objetivo compreender a forma como eles veem e se comportam diante da violência e da insegurança percebida no local onde residem. Mapearam-se os crimes violentos, na escala urbana, destacando-se os bairros onde os registros foram mais acentuados no período em questão. A pesquisa revelou que as principais vítimas dos crimes contra os costumes (estupros) e contra a pessoa (homicídios) são, sobretudo, crianças, adolescentes e jovens. Para os casos de estupros, a faixa etária mais atingida compreendeu-se entre 10 e 19 anos, sendo o sexo feminino o mais vitimado. Os homicídios, por sua vez, incidem sobre os adolescentes e jovens do sexo masculino, acentuando-se mais na faixa etária entre 20 e 29 anos de idade. Nos crimes contra o patrimônio (roubos), destacaram-se as modalidades a transeuntes, veículos automotores, prédios comerciais, ônibus coletivo e bicicletas. O tráfico de drogas vem aumentando na cidade, em consonância com o crescimento do número de usuários. De igual modo, as prisões e apreensões de envolvidos também têm aumentado, revelando uma eficácia das estratégias de combate ao tráfico, mas, semelhantemente, demonstrando que o crime organizado tem expandido a sua área de influência. Como forma de conter a criminalidade violenta na cidade, diversas ações de prevenção vem sendo desenvolvidas, e resultados positivos já foram alcançados, principalmente com a implantação do Programa Fica Vivo, voltado para a prevenção de homicídios e o Sistema Olho Vivo de Videomonitoramento, instalado em bairros do Setor Central para conter, principalmente, os roubos. Outras ações de caráter menos emergencial vêm sendo desenvolvidas em escolas, com vistas à educação e conscientização de crianças, adolescentes e jovens sobre as consequências decorrentes do envolvimento com as drogas, como os homicídios, cujas principais causas têm sido a relação com o tráfico. Pensar a violência e as ações de prevenção e controle de sua incidência não é uma tarefa fácil, tendo em vista o seu caráter dinâmico e multifacetado. Entretanto, ainda se verificam que as estratégias que têm alcançado êxito são aquelas de nível intersetorial e interdisciplinar, que envolvem profissionais de diversas áreas. Esta é, portanto, a forma eficaz de se pensar, fundamentar e gerir políticas de segurança pública: a partir da identificação das áreas prioritárias, estabelecerem-se ações integradas que visem controlar e prevenir os crimes violentos de forma global, já que estes se constituem de causas, por vezes múltiplas e complexas.

Palavras-chave: crime violento, violência urbana, estupro, homicídio, roubo, tráfico de drogas, geografia do crime, territórios do crime.

ABSTRACT

This research aimed to identify and interpret the factors that contribute to the rapes, murders and robberies incidence at Uberlândia (Minas Gerais State, Brazil). The study also examined some events related to drugs, such drug bust (trafficking and use), arrests of traffickers and users with more than eighteen years old and busting people under eighteen years old involved in drug trafficking and drug use, from 1999 to 2010. To achieve the proposed objectives I used different methodological procedures, such as theoretical research on the violence theme, crime, fear, security and crime prevention. I collected data and informations about violent crimes in various government agencies, specifically in the Health Ministry and the Operations Center of Military Police, located in Uberlândia. I did semi-structured interviews with residents, aiming to understand how they view and behave in violence context. I mapped the violent crime in urban scale, highlighting the neighborhoods where the records were more pronounced in the period in question. According the research, the main victims of crimes against morals (rape) and against the person (homicide) are mainly children, teenagers and young people. For the rape cases, the most affected age group is between 10 and 19 years old, with girls being the most victimized. About the homicides, it affects teenagers and young males, in age between 20 and 29 years old. In crimes against property (robberies), the highlight concentrated against pedestrians, vehicles, stores, public bus and bicycle. Drug trafficking is increasing at Uberlândia, with respective growing in number of users. Also, prisons and seizures are answers to effective strategies in combat to traffic, but similarly showing that organized crime has expanded its influence. Against the violent crime in the city, there are several preventive measures in development, with positive results, especially the Programa Fica Vivo, aimed to the homicides preventions and the Sistema Olho Vivo de Videomonitoramento, installed in neighborhoods Central Sector to contain mainly robberies. Other actions are being developed in schools, aimed to children, teenagers and young people education about the consequences of drugs involvement, such as homicides, the main violent crime related to trafficking. To think the violence and the prevention and its control is not easy because this question has a multifaceted dynamic and character. However, I observe successful strategies in level intersectoral and interdisciplinary approach, involving professionals from various fields. This is therefore the effective way of thinking, support and manages public safety policies: from the identification of priority areas it is possible establish integrated actions aimed to controlling and preventing of violent crime.

Keywords: violent crime, urban violence, rape, murder, theft, drug traffic, geography of crime, crime territories.

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Tipologia da violência, segundo a Organização Mundial da Saúde.	40
Diagrama 2 – Modelo ecológico para compreender a violência, segundo a OMS.....	60
Diagrama 3 - Disposição de automóveis num semáforo e sua influência na ocorrência de crimes. .	124
Diagrama 4 – Como funciona o sistema Olho Vivo.	369

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Traços anatômicos dos criminosos, segundo Lombroso.....	47
Figura 2 – Territorialidade cíclica: Parte da área de obsolescência de uma cidade em dois momentos distintos.	89
Figura 3 – Territorialidade móvel: Parte da área de obsolescência de uma cidade em dois momentos distintos.	90
Figura 4 – Territorialidade em rede: Parte da área de obsolescência de uma cidade em dois momentos distintos.	91
Figura 5 – Cidade de Uberlândia: Folheto de propaganda divulgando os equipamentos de segurança existentes no Paradiso Condomínio Ecológico – 2007.	102
Figura 6 – Semáforo que proporciona a ocorrência de crimes.....	123
Figura 7 - Aparência do ambiente de trabalho do software Arcview 3.1.....	162

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cidade de Uberlândia: Muros altos circundando os loteamentos fechados Jardins Barcelona, Vila dos Ipês e Bosque Karaíba, respectivamente – 2007.....	102
Fotografia 2 – Cidade de Uberlândia: Câmera de segurança na avenida de acesso ao Paradiso Condomínio Ecológico: 2008.....	104
Fotografia 3 - Elementos que aumentam ou diminuem a possibilidade de ocorrência de crimes.....	116
Fotografia 4 – Grades podem inibir a prática de crimes em residências.....	117
Fotografia 5 – Cidade de Uberlândia: cerca elétrica em residências do bairro Jardim Holanda.....	118
Fotografia 6 – Proteção residencial com a concertina.	119
Fotografia 7 – Paredes laterais que facilitam a prática de crimes.....	121
Fotografia 8 – Ruas laterais que facilitam a fuga de criminosos.....	122
Fotografia 9 – Viadutos e pontes podem facilitar a prática de crimes.....	125
Fotografia 10 – Arbustos podem facilitar a prática de crimes.	125
Fotografia 11 – A iluminação pode diminuir a atuação de criminosos.	126
Fotografia 12 – Bairro Jardim das Palmeiras: Vandalismo na Praça Theodora Santos.	297

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cidade de Uberlândia: Aparatos de segurança instalados nos condomínios horizontais e loteamentos fechados - 2008.....	103
Gráfico 2 - Brasil: Taxa de mortalidade por agressão, homicídio doloso e latrocínio: 2004-2008.....	139
Gráfico 3 – Cidade de Uberlândia: Crimes violentos em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.	171
Gráfico 4 – Cidade de Uberlândia: Variação anual dos crimes violentos em números absolutos: 1999-2010.	172
Gráfico 5 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência dos crimes violentos em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.	173
Gráfico 6 - Cidade de Uberlândia: Variação anual dos estupros em números absolutos: 1999-2010.	177
Gráfico 7 - Cidade de Uberlândia: Distribuição semanal dos estupros em números absolutos: 1999-2010.	178
Gráfico 9 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência dos estupros em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.	179
Gráfico 8 - Cidade de Uberlândia: Vítimas de estupro atendidas no Pronto Socorro da UFU, por faixa etária: 1999-2010.....	180
Gráfico 10 – Brasil: Taxa de homicídios consumados nas capitais brasileiras e a posição de Uberlândia entre elas, por 100 mil habitantes: 2010.	184
Gráfico 11 – Minas Gerais: Taxa padronizada de homicídios consumados, por 100 mil habitantes, nos dez municípios mais violentos - 2010.....	185
Gráfico 12 – Município de Uberlândia: Homicídios consumados, em números absolutos, de acordo com os registros do COPOM e DATASUS: 1999-2010.	185
Gráfico 13 – Cidade de Uberlândia: Homicídios consumados em números absolutos: 1999-2010. .	186
Gráfico 14 – Cidade de Uberlândia: Distribuição semanal dos homicídios em números absolutos: 1999-2010.	187
Gráfico 15 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência dos homicídios em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.	188
Gráfico 17 - Cidade de Uberlândia: Vítimas de homicídio tentado atendidas no Pronto Socorro da UFU, segundo sexo e faixa etária: 1999-2010.	190
Gráfico 16 - Cidade de Uberlândia: Vítimas de homicídio tentado, segundo o Pronto Socorro da UFU e o COPOM: 1999-2010.....	190
Gráfico 18 – Cidade de Uberlândia: Roubos em números absolutos: 1999-2010.	196
Gráfico 19 – Cidade de Uberlândia: Distribuição semanal dos roubos em números absolutos: 1999-2010.	199
Gráfico 20 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência de roubo à mão armada em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.	199
Gráfico 21 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência de roubo sem arma em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.	200
Gráfico 22 – Cidade de Uberlândia: Eventos relacionados às drogas ilícitas, em porcentagem: 1999-2010.	202
Gráfico 23 – Cidade de Uberlândia: Eventos relacionados às drogas ilícitas em números absolutos: 1999-2010.....	203
Gráfico 24 – Cidade de Uberlândia: Apreensão de drogas para tráfico e uso em números absolutos: 1999-2010.....	204

Gráfico 25 – Cidade de Uberlândia: Maior de idade preso por tráfico e uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.	211
Gráfico 26 – Cidade de Uberlândia: Menor de idade apreendido por tráfico e uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.	213
Gráfico 27 – População dos bairros São Jorge, Centro, Lagoinha e Jardim das Palmeiras: 2009. ...	276
Gráfico 28 – Relação entre tempo de moradia no bairro e medo da violência no local.	336
Gráfico 29 – Faixa etária dos entrevistados.	337
Gráfico 30 – Religião do entrevistado.	337
Gráfico 31 – Locais onde ocorrem crimes no bairro.	338
Gráfico 32 – Horário de ocorrência dos crimes no bairro.	339
Gráfico 33 – Medo de algum lugar do bairro conforme a faixa etária do entrevistado.	344

LISTA DE IMAGENS DE SATÉLITE

Imagem de Satélite 1 – Bairro Jardim das Palmeiras: Campo de futebol improvisado na Área de Proteção Permanente (APP) do Córrego do Óleo.	293
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área de estudo.	18
Mapa 2 – Crimes contra pessoas e contra a propriedade, produzidos por André-Michel Guerry na obra <i>"Ensaio sobre a estatística moral da França"</i> (1833).	58
Mapa 3 – Cidade de Uberlândia: Configuração espacial dos bairros - 2011.	133
Mapa 4 - Município de Uberlândia: Infraestrutura de transportes.	208
Mapa 5 – Cidade de Uberlândia: Crimes violentos, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.	221
Mapa 6 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos crimes violentos, em números absolutos: 1999-2010.	223
Mapa 7 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de crimes violentos, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.	224
Mapa 8 – Cidade de Uberlândia: Estupros, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010. ...	226
Mapa 9 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos estupros, em números absolutos: 1999-2010.	228
Mapa 10 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de estupros, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.	229
Mapa 11 – Cidade de Uberlândia: Homicídios, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.	232
Mapa 12 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos homicídios, em números absolutos: 1999-2010.	234

Mapa 13 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de homicídios, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.....	235
Mapa 14 – Cidade de Uberlândia: Roubos, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010. ...	238
Mapa 15 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos roubos, em números absolutos: 1999-2010.	240
Mapa 16 – Cidade de Uberlândia: distribuição espacial da taxa de roubos, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.....	241
Mapa 17 – Cidade de Uberlândia: Eventos relacionados às drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.	244
Mapa 18 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos eventos relacionados às drogas ilícitas, em números absolutos: 1999-2010.....	246
Mapa 19 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de eventos relacionados às drogas ilícitas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.	247
Mapa 20 – Cidade de Uberlândia: Apreensão de drogas para tráfico, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.	249
Mapa 21 – Cidade de Uberlândia: Apreensão de drogas para uso, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.....	249
Mapa 22 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o tráfico, em números absolutos: 1999-2010	251
Mapa 23 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para tráfico, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010	252
Mapa 24 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o uso, em números absolutos: 1999-2010.	253
Mapa 25 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para o uso, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.....	254
Mapa 26 – Cidade de Uberlândia: Maior de idade preso por tráfico de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.	259
Mapa 27 – Cidade de Uberlândia: Maior de idade preso por uso de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.	259
Mapa 28 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das prisões de maiores de idade, por tráfico de drogas, em números absolutos: 1999-2010.....	261
Mapa 29 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de prisões de maiores de idade, por tráfico de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.....	262
Mapa 30 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das prisões de maiores de idade, por uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.	263
Mapa 31 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de prisões de maiores de idade, por uso de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.	264
Mapa 32 – Cidade de Uberlândia: Menor de idade apreendido por tráfico de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.....	265
Mapa 33 – Cidade de Uberlândia: Menor de idade apreendido por uso de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.....	266
Mapa 34 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de menores de idade, por tráfico de drogas, em números absolutos: 1999-2010.....	268
Mapa 35 – Cidade de Uberlândia: Distribuição da taxa de apreensão de menores de idade, por tráfico de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.....	269
Mapa 36 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de menores de idade, por uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.....	270

Mapa 37 – Cidade de Uberlândia: Distribuição da taxa de apreensão de menores de idade, por uso de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.	271
Mapa 38 – Cidade de Uberlândia: Localização do Centro, Jardim das Palmeiras, Lagoinha e São Jorge.	275
Mapa 39 – Bairro Centro: configuração espacial - 2010.....	277
Mapa 40 – Bairro Centro: Distribuição espacial dos roubos e das câmeras de videomonitoramento: 1999-2010.	279
Mapa 41 – Bairro Jardim das Palmeiras: configuração espacial - 2010.....	290
Mapa 42 – Bairro Lagoinha: configuração espacial – 2010.	306
Mapa 43 – Bairro São Jorge: configuração espacial - 2010.	318
Mapa 44 – Bairro São Jorge: distribuição espacial de estupros e homicídios: 1999-2010.	320
Mapa 45 – Cidade de Uberlândia: Localização dos postos de Segurança Pública: 2009.	362
Mapa 46 – Localização dos municípios de abrangência da 9ª. RISP - 2010.	363

LISTA DE MOSAICOS

Mosaico 1 – Bairro Centro: panorama das câmeras de videomonitoramento: 2011.....	280
Mosaico 2 – Centro: Postos de Policiamento Comunitário. Praças Tubal Vilela e Sérgio Pacheco..	281
Mosaico 3 – Bairro Centro: Configuração das Praças Tubal Vilela e Sérgio Pacheco.	282
Mosaico 4 – Bairro Jardim das Palmeiras: Muros altos e com cerca elétrica.....	292
Mosaico 5 – Bairro Jardim das Palmeiras: situação da infraestrutura urbana em alguns pontos.....	295
Mosaico 5 – Bairro Jardim das Palmeiras: Praça Theodora Santos.	296
Mosaico 7 – Bairro Lagoinha: Configuração espacial dos locais com melhor infraestrutura urbana.	311
Mosaico 8 – Bairro Lagoinha:Configuração espacial dos locais com infraestrutura urbana limitada.	312
Mosaico 9 – Bairro Lagoinha: Área com terrenos baldios, propensa à ocorrência de crimes.	313
Mosaico 10 – Bairro São Jorge: Caracterização espacial das praças: 2011.....	323
Mosaico 11 – Bairro São Jorge: Áreas abandonadas, terrenos baldios e entulhos: 2011.	324
Mosaico 12 – Bairro São Jorge: Panorama dos locais onde se localizam pontos de ônibus: 2011. .	325
Mosaico 13 – Bairro São Jorge: Residências com muros altos, cerca elétrica e sem proteção.....	326

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Etapas e procedimentos da pesquisa.	169
Organograma 2 - Planejamento estratégico da Segurança Pública e os determinantes do crime. ..	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias e natureza dos atos violentos.	39
Quadro 2 – Teorias, abordagens e fatores explicativos para o crime.....	62
Quadro 3 – Brasil: Medo de assassinatos, segundo as regiões.....	75
Quadro 4 – Trabalhos sobre crime, violência e segurança pública, apresentados no 16º Encontro de Geógrafos da América Latina (ENG) – 2010.....	80
Quadro 5 – Vantagens e desvantagens dos muros altos na prevenção da criminalidade violenta. ...	116
Quadro 6 – Vantagens e desvantagens das grades para a prevenção da criminalidade violenta.....	117
Quadro 7 – Vantagens e desvantagens do uso de cercas elétricas e concertinas na prevenção da criminalidade violenta.....	119
Quadro 8 – Modelo de sistematização das ocorrências de crimes violentos pelo COPOM.....	159
Quadro 9 - Domínios possíveis de aplicação da análise de conteúdo.	168
Quadro 10 – Cidade de Uberlândia: Algumas ocorrências criminais com a utilização de arma de fogo - 2010.....	192
Quadro 11 – Cidade de Uberlândia: Drogas apreendidas por tipo e quantidade: 2008-2009.	206
Quadro 12 – Cidade de Uberlândia: Tipo e quantidade de droga apreendida pela Polícia Militar.....	206
Quadro 13 - Bairro Centro: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais: 2010.....	284
Quadro 14 - Bairro Jardim das Palmeiras: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais: 2010.....	302
Quadro 15 - Bairro Lagoinha: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais	314
Quadro 16 - Bairro São Jorge: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais.....	329
Quadro 17 – Você gosta do bairro onde mora?	342
Quadro 18 – Crimes que ocorrem com mais frequência no bairro.....	343
Quadro 19 – Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora?.....	345
Quadro 20 – Principais crimes dos quais foram vítimas os entrevistados ou familiares.	347
Quadro 21 - Quais consequências a violência traz aos moradores do seu bairro?	348
Quadro 22 - Você está satisfeito com a segurança pública do seu bairro?.....	351
Quadro 23 – Você conhece algum programa de prevenção à violência desenvolvido em Uberlândia e no seu bairro?	352
Quadro 24 – O que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro onde você mora e em Uberlândia?	356
Quadro 25 - Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das Companhias da Polícia Militar.....	361
Quadro 26 – Cidade de Uberlândia: Algumas ações de prevenção à criminalidade violenta desenvolvidas pela Segurança Pública.	366
Quadro 27 – Cidade de Uberlândia: Relação entre a distribuição espacial de equipamentos e projetos de segurança pública e a percepção da população entrevistada acerca de sua eficácia.....	371

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Taxa de crimes violentos, por 100 mil habitantes, segundo os Estados – 2009.	23
Tabela 2 – Cidade de Uberlândia: Taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes: 1999-2010.....	173
Tabela 3 – Cidade de Uberlândia: Taxa de estupros por 100 mil habitantes: 1999-2010.	178
Tabela 4 – Cidade de Uberlândia: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes: 1999-2010.	186
Tabela 5 – Cidade de Uberlândia: Taxa bruta e taxa padronizada de homicídios por 100 mil habitantes: 1999- 2010.....	189
Tabela 6 – Cidade de Uberlândia: Taxa de roubos por 100 mil habitantes: 1999-2010.	197
Tabela 7 – Cidade de Uberlândia: Roubos, por modalidade, em números absolutos: 1999-2010. ...	198
Tabela 8 – Cidade de Uberlândia: Taxa de apreensão de drogas para tráfico e uso, por 100 mil habitantes: 1999-2010.....	205
Tabela 9 – Cidade de Uberlândia: Taxa de prisão de maiores de idade por tráfico e uso de drogas, por 100 mil habitantes: 1999-2010.....	211
Tabela 10 – Cidade de Uberlândia: Taxa de apreensão de menores de idade por tráfico e uso de drogas, por 100 mil habitantes: 1999-2010.	214
Tabela 11 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de estupros, homicídios e roubos: 1999-2010.	222
Tabela 12 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de estupros: 1999-2010.....	227
Tabela 13 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de homicídios: 1999-2010.....	233
Tabela 14 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de roubos: 1999-2010.....	239
Tabela 15 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de eventos relacionados às drogas: 1999-2010.	245
Tabela 16 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de apreensão de drogas para tráfico e uso: 1999-2010.	250
Tabela 17 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de prisões de maiores de idade, por tráfico e uso de drogas: 1999-2010.	260
Tabela 18 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de menor de idade preso por tráfico e uso: 1999-2010.	267

LISTA DE SIGLAS

AIH	Autorização de Internação Hospitalar
AISP	Área Integrada em Segurança Pública
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BDI	Banco de Dados Integrados
BO	Boletim de Ocorrência
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CESEC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CESEU	Centro Socioeducativo de Uberlândia
CID	Classificação Internacional de Doenças
CLAVES	Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Corel
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança
DATASUS	Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde
DEAM	Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher
DEF	Determinação Favorável ao Crime
ESRI	Environmental Systems Research Institute
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FBSP	Fórum Nacional de Segurança Pública
FJP	Fundação João Pinheiro
GEPAR	Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
GUTO	Grupo de Pesquisa e Gestão Urbana de Trabalho Organizado
HC	Hospital de Clínicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JCC	Jovens Construindo a Cidadania
IML	Instituto Médico Legal
LSD	Dietilamida do Ácido Lisérgico
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAICA	Núcleo de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente
NECVU	Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana
NEV/USP	Núcleo de Estudos sobre a Violência/Universidade de São Paulo
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PISC	Posto Integrado de Segurança Pública
PML	Posto Médico Legal
PPC	Posto de Policiamento Comunitário
PPH	Patrulha de Prevenção a Homicídio
PROERD	Programa de Educação e Resistência às Drogas
REDS	Registro de Eventos de Defesa Social
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
RPM	Região da Polícia Militar
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SETTRAN	Secretaria de Trânsito e Transporte de Uberlândia
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SIM	Sistema de Informação em Mortalidade
SIT	Sistema Integrado de Transporte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNEDI	União das Empresas do Distrito Industrial de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	29
CRIME, VIOLÊNCIA E MEDO: COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE DE UMA TEMÁTICA.....	29
1.1 As diferentes concepções de crime e violência.....	29
1.1.1 As abordagens sobre o crime e a violência no Brasil	41
1.2 Abordagens sobre as causas da criminalidade violenta.....	46
1.2.1 Teorias focadas nas patologias individuais	47
1.2.2 Teoria da Desorganização Social.....	51
1.2.3 Teoria Estrutural-Funcionalista do Desvio e da Anomia	52
1.2.4 Teoria da Associação Diferencial e do Aprendizado Cultural	53
1.2.5 Teoria do Controle.....	55
1.2.6 Teoria da Ecologia Humana	56
1.3 Medo e insegurança nas cidades: consequências da criminalidade violenta.....	63
CAPÍTULO 2	76
GEOGRAFIA E CRIMINALIDADE VIOLENTA.....	76
3.1 Estudos geográficos sobre os crimes violentos no Brasil	76
3.2 O conceito de território: uma perspectiva de análise da criminalidade urbana.....	83
3.3 Espaços urbanos territorializados pelo crime violento	95
3.4 A prevenção da criminalidade violenta.....	106
3.4.1 Espaço defensável e a prevenção situacional do crime	113
CAPÍTULO 3	129
TRAJETÓRIAS DA PESQUISA: OS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	129
2.1 Etapas da investigação	130
2.2 O recorte espacial	131
2.3 Definição dos crimes selecionados para análise.....	135
2.3.1 Caracterização dos crimes violentos pelo Código Penal Brasileiro.....	135
2.3.2 Caracterização do crime de estupro	136
2.3.3 Caracterização do crime de homicídio.....	138
2.3.4 Caracterização do crime de roubo.....	142
2.3.5 Caracterização do crime de tráfico e uso de drogas ilícitas.....	142
2.3.5.1 Uso de drogas.....	144
2.3.5.2 Tráfico de drogas	146
2.4 Escolha dos sujeitos da pesquisa.....	147
2.5 Instrumentos da pesquisa.....	150
2.5.1 Pesquisa bibliográfica.....	150
2.5.2 Pesquisa documental	150
2.5.3 Pesquisa quantitativa	151
2.5.3.1 A coleta de dados	151
2.5.3.2 A subnotificação de dados.....	152
2.5.4 Pesquisa qualitativa	155
2.5.5 Pesquisa de campo	157
2.6 Tratamento e análise dos dados.....	158
2.6.1 Tratamento dos dados quantitativos	158
2.6.2 Tratamento dos dados qualitativos	164
2.6.3 Síntese das etapas da pesquisa.....	168
CAPÍTULO 4	170
CRIMES VIOLENTOS E DROGAS EM UBERLÂNDIA: UMA TRAJETÓRIA NO TEMPO.....	170
4.1 Variação temporal da criminalidade geral (1999 a 2010).....	170
4.1.1 Análise temporal dos crimes violentos	171

4.1.2	Análise temporal dos estupros.....	177
4.1.3	Análise temporal dos homicídios	184
4.1.4	Análise temporal dos roubos à mão armada e sem arma.....	196
4.1.5	Análise temporal dos eventos relacionados às drogas ilícitas	202
4.1.5.1	Apreensão de drogas para tráfico e uso	203
4.1.5.2	Maior de idade preso por tráfico e uso de drogas	210
4.1.5.3	Menor de idade apreendido por tráfico e uso de drogas.....	213
CAPÍTULO 5		220
ESPACIALIZAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS E DOS EVENTOS RELACIONADOS ÀS DROGAS ILÍCITAS EM UBERLÂNDIA-MG		220
5.1	Distribuição espacial dos crimes violentos.....	220
5.2	Distribuição espacial dos estupros.....	220
5.3	Distribuição espacial dos homicídios	226
5.4	Distribuição espacial dos roubos	238
5.5	Distribuição espacial dos eventos referentes às drogas ilícitas	244
5.5.1	Apreensão de drogas para tráfico e uso	248
5.5.2	Maior de idade preso por tráfico e uso de drogas	258
5.5.3	Menores de idade apreendido por tráfico e uso de drogas.....	265
CAPÍTULO 6		274
VIOLÊNCIA URBANA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS EM UBERLÂNDIA-MG: UMA ANÁLISE DOS BAIRROS CENTRO, JARDIM DAS PALMEIRAS, LAGOINHA E SÃO JORGE.....		274
6.1	Caracterização socioespacial do Centro.....	276
6.2	Caracterização socioespacial do bairro Jardim das Palmeiras.....	289
6.3	Caracterização socioespacial do bairro Lagoinha	305
6.4	Caracterização socioespacial do bairro São Jorge.....	317
CAPÍTULO 7		334
VIOLÊNCIA URBANA, INSEGURANÇA E MEDO: A VISÃO DOS MORADORES DE UBERLÂNDIA-MG		334
7.1	Análise das entrevistas.....	335
7.1.1	Exploração do grupo de perguntas fechadas	336
7.1.2	Exploração do grupo de perguntas abertas	340
7.2	Segurança pública e ações de controle e prevenção à criminalidade em Uberlândia	359
CONSIDERAÇÕES FINAIS		373
REFERÊNCIAS		383
APÊNDICE		407
Apêndice A - Roteiro de entrevista.....		407
ANEXOS		408
Anexo 1 - Modelo de Boletim de Ocorrência – Cidade de Bom Despacho/MG		408
Anexo 2 - Documento de aprovação da pesquisa pelo CEP/UFU		413
Anexo 3 - Lista dos bairros integrados.....		414
Anexo 4 - Tráfico de drogas e insurgências no bairro Morumbi.....		417
Anexo 5 - Criação do bairro Centro: Lei nº. 6.292, de 26 de abril de 1995.....		418
Anexo 6 - Criação do bairro Jardim das Palmeiras: Lei nº. 6.063, de 17 de agosto de 1995.....		419
Anexo 7 - Criação do bairro Lagoinha: Lei nº. 8.403, de 29 de agosto de 2003.....		420
Anexo 8 - Criação do bairro São Jorge: Lei nº. 6.622, de 20 de abril de 1995.....		421

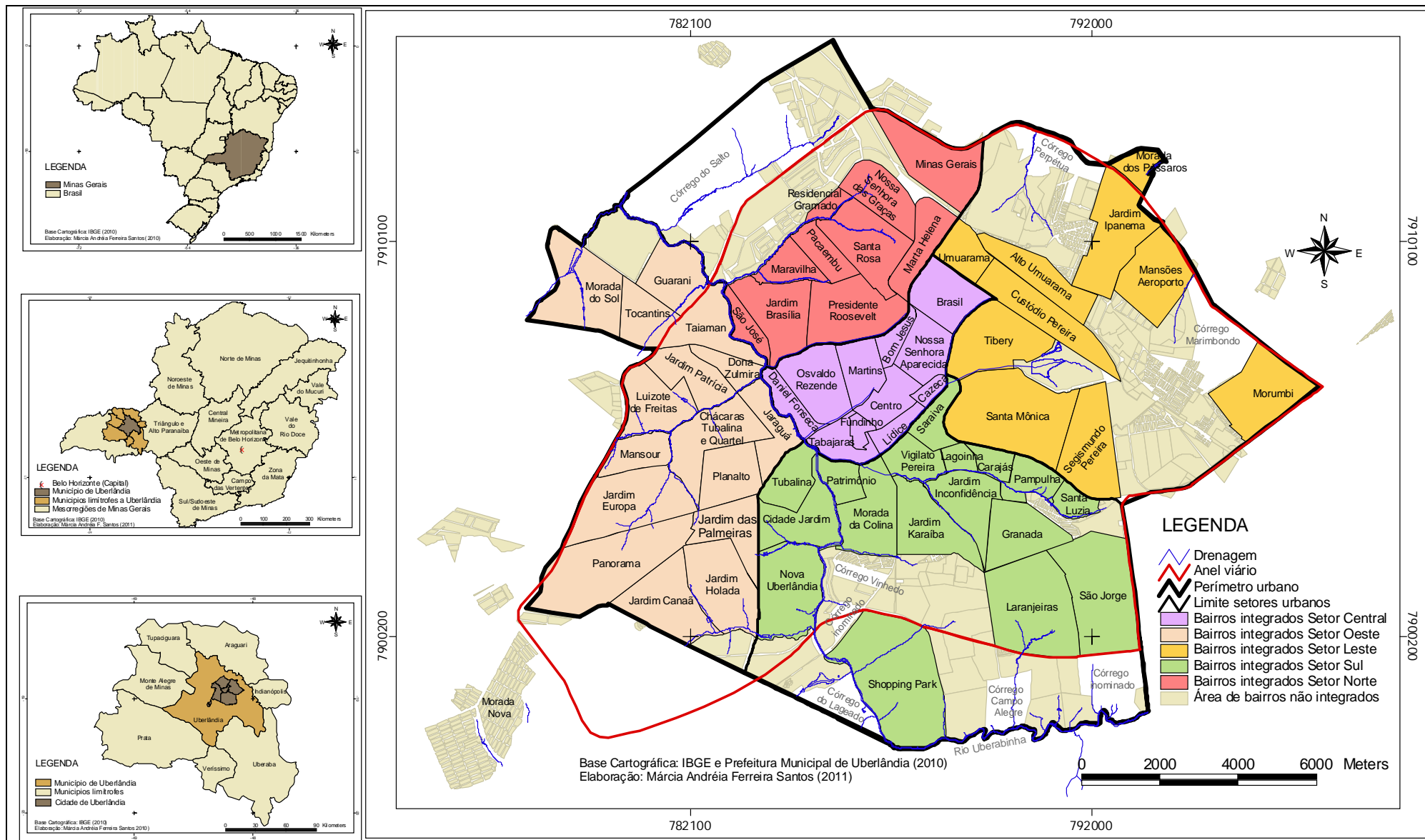
INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, à ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e as periferias. A complexidade e o crescimento da violência nas cidades têm levado a considerá-la como o resultado da junção de todos esses aspectos, facetas do processo social. É no território que esses diferentes aspectos do processo social se articulam, interpenetram-se, completam-se e contradizem-se. Admite-se então que a violência também se territorialize (FERREIRA; PENNA, 2005^b, p.60).

Esta pesquisa objetivou-se a identificar e interpretar os fatores que contribuem para a ocorrência de estupros, homicídios e roubos, bem como de eventos relacionados às drogas, no espaço urbano de Uberlândia, no período de 1999 a 2010. A pesquisa pretendeu, também, investigar as consequências materiais e imateriais decorrentes da criminalidade violenta, tal como sua influência na rotina da população local, alterando o seu comportamento diário e modificando a paisagem das residências a partir da utilização de equipamentos de segurança.

Uberlândia localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, entre as coordenadas geográficas 18°55'23" Latitude Sul e 48°17'19" Longitude Oeste. Limita-se com os municípios de Araguari, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara, Uberaba e Veríssimo. Sua extensão territorial é de 4.115,822 km², sendo a área urbana: 219 (5%) e a área rural 3.896,822 km² (95%). Encontra-se dividido em cinco distritos, a saber: Uberlândia (Distrito Sede), Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuira e em cinco setores urbanos: Norte, Sul, Oeste, Leste e Central (Mapa 1).

Em 2010, a população do município de Uberlândia era de 604.013 mil habitantes, distribuída em 587.266 habitantes na área urbana (97%) e 16.747 na área rural (3%), com uma densidade demográfica de 146,78 hab./km² (IBGE, 2010). Em termos populacionais, ocupa a 28ª posição dentre os 5.565 municípios brasileiros, superando nove capitais estaduais e, em Minas Gerais, é o segundo dentre os 853 municípios, vindo após Belo Horizonte, capital do Estado, cuja população é de 2.375,151 habitantes.



Mapa 1 – Localização da área de estudo.

A temática da violência vem sendo abordada em pesquisas desenvolvidas no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU), em diversas perspectivas, especificamente, há dez anos. Em 2002, o professor Julio Cesar de Lima Ramires e eu desenvolvemos uma investigação de Iniciação Científica¹, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMIG), com enfoque para os agravos que as causas externas (acidentes de trânsito, homicídios suicídios etc.), trazem à saúde e os gastos gerados com internações e possíveis sequelas resultantes desses eventos. A fonte quantitativa de informações utilizada foi o banco de dados do Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Essa pesquisa apresentou os homicídios como a segunda causa de morte dentro do grupo das causas externas, vindo após os acidentes de trânsito. Optou-se, então, por aprofundar o estudo da violência urbana em Uberlândia, partindo-se da análise dos homicídios, já que os acidentes de trânsito vinham sendo estudados por pesquisadores da área do trânsito e transporte, também no Instituto de Geografia. Assim, desenvolveu-se uma Monografia² sobre a violência urbana em Uberlândia, com enfoque nos homicídios, defendida em 2003, com base em dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) e do DATASUS.

Essa monografia instigou a elaboração de uma Dissertação de Mestrado³, defendida em 2006, sobre um estudo particular dos homicídios em Uberlândia, no qual foram abordadas questões referentes ao local da ocorrência, horário, dia da semana, tipo de instrumento utilizado na prática do crime, faixa etária e sexo das vítimas e agressores e as principais motivações. Os dados foram disponibilizados pelo COPOM e também foram levantadas informações em reportagens do jornal Correio de Uberlândia e no DATASUS. A análise espacial dos dados, que compreendeu o ano de 2003, permitiu verificar que os homicídios incidiam, sobretudo, na área periférica da cidade, em bairros próximos do perímetro urbano, cujas causas estavam relacionadas, sobretudo, a disputas por pontos de tráfico e/ou acerto de contas referente às drogas, e motivações passionais.

¹ SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. **Mortalidade por causas externas em Uberlândia**: destaque para os homicídios. Uberlândia, 2002. 27p. Relatório.

² SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. **Violência urbana e homicídios em Uberlândia**: caracterização e espacialização. 2003. 91f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

³ SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. **Análise da espacialização dos homicídios na cidade de Uberlândia**. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

Estas constatações levaram a uma série de questionamentos acerca da criminalidade na cidade, como a relação dos homicídios com outros crimes violentos (roubos, tráfico de drogas, uso de armas de fogo). Estas inquietações possibilitaram a elaboração, em 2008, do projeto de Doutorado, intitulado *Determinantes da criminalidade violenta no espaço urbano de Uberlândia-MG*, resultando nesta Tese, que teve por objetivo analisar as ocorrências de estupro, homicídios, roubos e eventos relacionados às drogas em Uberlândia, no período de 1999 a 2010, buscando identificar os fatores que pudessem ser caracterizados como predisponentes das ocorrências registradas, e sua consequência nos hábitos diários da população urbana.

A série história delimitada permitiu verificar, a partir da interseção dos dados com outras informações levantadas em outras fontes, a tendência da criminalidade violenta em Uberlândia a uma padronização já verificada por outros estudiosos (FELIX, 2002; LIMA, 2003; FRANCISCO FILHO, 2004; VASCONCELOS; COSTA, 2005; SILVEIRA, 2007; SORIANO, 2007; WASELFISZ, 2011) em algumas cidades brasileiras: 1) Os homicídios incidiram sobre os jovens e adolescentes do sexo masculino, normalmente envolvidos com o tráfico ou uso de drogas; 2) Os estupro se mostraram dispersos no espaço urbano, vitimando especialmente crianças e adolescentes, de ambos os sexos, tendo a agressão partido de pessoas próximas à vítima, como o pai, padrasto e vizinhos; 3) As cinco modalidades de roubo de maior ocorrência foram: a transeunte, veículo automotor, prédio comercial, ônibus coletivo e bicicleta, que, juntos, representaram 84,61% dos eventos no período; 4) O tráfico de drogas destacou-se em sete bairros da cidade, coincidindo, em partes, com os locais onde também há elevado número de usuários.

Para compreender a tendência da criminalidade violenta em Uberlândia buscaram-se explicações em diversas teorias que lidam com a respectiva temática (Teorias focadas nas patologias individuais, Teoria da Desorganização Social, Teoria Estrutural-Funcionalista do Desvio e da Anomia, Teoria da Associação Diferencial e do Aprendizado Cultural, Teoria do Controle, Teoria da Ecologia Humana). As duas últimas teorias citadas foram importantes para interpretar o comportamento da violência no espaço, condicionado pela ausência ou presença de elementos predisponentes à sua ocorrência, e entender as ações de prevenção e controle da criminalidade estabelecidas com base nos principais fatores causais de sua incidência naquele local.

O século XX é um marco nos estudos sobre a relação entre os fatores socioespaciais e a criminalidade violenta, sendo um momento histórico marcado por profundas mudanças sociais, econômicas, científicas e tecnológicas que incidiram na elevação da violência. As duas Grandes Guerras perpetradas no referido século demonstraram que a capacidade humana de destruição e prática da violência ia além das explicações até então vigentes. As teorias sócio-históricas, baseadas na cultura, economia e espaço se estabelecem contestando o determinismo presente nas discussões até então desenvolvidas, e propõem o estudo do crime de forma holística, considerando, assim, que a sua causalidade é multifatorial e, portanto, complexa (FELIX, 2002). Mas apesar do avanço percebido nas discussões científicas acerca das causas da violência, ainda permanecem em vigor posições deterministas que alegam ser a violência um fenômeno natural, inerente ao homem.

Conforme destacam Pinheiro e Almeida (2003), as pesquisas sobre violência, no Brasil, revelam que em meados da década de 1970 houve uma mudança no padrão da violência urbana, aqui entendida como

[...] uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade. Esses eventos podem reunir na mesma denominação geral motivações muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não-intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas. Além disso, a expressão violência urbana tenta dar um significado mais sociológico e menos criminológico a esses eventos, interligando-os a causas mais complexas e a motivações muito variadas, numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole (MISSE, 2003, p.1-2).

Regiões metropolitanas como a do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte registraram, desde 1970, um aumento generalizado do número de roubos, furtos a residências, a carros e a pessoas. Ocorreu, também, uma maior organização do crime, aumento da violência nas ações criminosas e das taxas de homicídios e outros crimes violentos, bem como o aparecimento de quadrilhas especializadas em assaltos a bancos e cargas valiosas. O período de consolidação e expansão dessa mudança foi a década de 1980, simultaneamente à intensificação do tráfico de drogas, sobretudo da maconha e da cocaína, assim como do armamento sofisticado de grande poder de destruição. Este período foi marcado

pelo estabelecimento das redes de tráfico, estruturadas nos moldes empresariais, com elevado poder de atração sobre os jovens, cujas transações criminosas com frequência são marcadas pela violência. Portanto, nas últimas décadas, a violência tornou-se complexa, envolvendo sujeitos e processos múltiplos, difundindo-se por todos os espaços sociais. Daí, a dificuldade de sua mensuração.

Ao analisar a evolução temporal e espacial da violência deve-se levar em consideração que ela não se compõe apenas dos homicídios. Alguns estudos, como os que constituem os mapas da violência do Brasil, já em seu 11º número (WAISELFISZ (2011), tratam do tema, tendo como pressuposto apenas os homicídios, o que distorce a realidade do fenômeno, que deveria ser visto de forma integral. Tais mapas são úteis para verificar o perfil dos homicídios, a partir da escala municipal, mas as informações disponibilizadas neles não devem ser usadas para analisar a violência de forma geral. Sobre isso, Pedrazzini (2006) afirma que as taxas de homicídios esclarecem de modo parcial a violência, e mesmo que esse crime seja uma forma concreta de sua manifestação não deve servir de indicador para tirar conclusões gerais sobre o referido fenômeno.

Os dados sobre crimes violentos, no Brasil, são escassos, dificultando, dessa forma, estudos que tem por objetivo comparar a tendência dos eventos entre municípios e estados. Além disso, a subnotificação de informações também é um problema quanto à sistematização dessas informações. Um avanço no sentido de organizar e divulgar os dados relacionados à criminalidade e às políticas públicas de combate e prevenção foi estabelecido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), órgão responsável pela publicação da Revista Brasileira de Segurança Pública, em sua 10ª edição, publicada em março de 2012. O Fórum possui um site com uma série estatística de informações sobre crimes e segurança pública no Brasil, elaborada a partir de dados do Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Um exemplo desses dados sistematizados e publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública poderá ser visto na Tabela 1, que traz um panorama dos crimes violentos para o ano de 2009: estupro, extorsão mediante sequestro, homicídio, latrocínio, roubo, sequestro e cárcere privado.

Tabela 1 – Brasil: Taxa de crimes violentos, por 100 mil habitantes, segundo os Estados – 2009.

Crimes violentos	Maior taxa		Menor taxa	
Estupro	Roraima	42,7	Minas Gerais	1,6
Extorsão mediante sequestro	Amapá	2,25	Pará	0,04
Homicídio	Alagoas	63,3	Minas Gerais	7,1
Latrocínio	Amapá	2,7	Minas Gerais e Piauí	0,2
Roubo	Distrito Federal	1.121,81	Piauí	35,17
Sequestro e cárcere privado	Distrito Federal	18,32	Alagoas	0,06

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2010); Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Org.: Santos (2011).

Convém ressaltar que, segundo o levantamento apresentado pelo FBSP, o Estado de Minas Gerais aparece com a menor taxa para os casos de estupro, homicídio e latrocínio. Entretanto, os dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2009) demonstram que a distribuição desses crimes, na escala intraurbana está aumentando, principalmente nos municípios metropolitanos como Belo Horizonte, Contagem e Betim, e nos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como Uberlândia, Uberaba e Ituiutaba.

É importante ressaltar que tais ocorrências criminais, ainda que sistematizadas pelo FBSP a partir da coleta e tratamento de dados extraídos de fontes oficiais confiáveis, apresentam limitações no que se refere à comparação dos registros entre os Estados. Isso se deve, sobretudo, aos critérios utilizados por cada Secretaria Estadual de Segurança Pública no processo de coleta das informações, e, principalmente, na subnotificação ou duplicação de registros de alguns crimes, como dos homicídios que, em muitos casos, são registrados em mais de uma Delegacia de Polícia.

De acordo com os dados apresentados no Mapa da Violência de 2011 (WASELFSZ, 2011), o Brasil ocupou, em 2008, o 6º lugar no ranking dos 87 países analisados, com uma taxa de 26,4 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes da população total e 52,9 homicídios por 100 mil habitantes jovens. No período entre 1998 e 2008, o número total de homicídios registrados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) passou de 41.950 para 50.113, representando um aumento de 17,8% nos registros oficiais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), são

consideradas altas as taxas compreendidas entre 21 e 30 trinta homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, e muito altas aquelas taxas com mais de 31 casos por 100 mil habitantes. O Brasil, portanto, encontra-se num patamar preocupante diante dos dados apresentados, principalmente para as ocorrências registradas na faixa etária jovem. Ultimamente também vem se verificando um incremento de adolescentes nas cifras de homicídios no Brasil, condicionado, principalmente, pelo envolvimento com o tráfico e uso de drogas.

Esse aumento na mortalidade por homicídios entre adolescentes e jovens, no País, tem provocado uma redução na esperança de vida ao nascer, dessa faixa etária, obtida em decorrência do controle da mortalidade infantil. Conforme o IBGE (2010), a esperança de vida ao nascer, para toda a população brasileira, em 2007, era de 72,57 anos. A expectativa de vida da população ao nascer aumentou cinco anos, seis meses e 26 dias no período de 1991 a 2007, e a taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos) declinou: de 45,19‰, em 1991, para 24,32‰, em 2007. Nesse mesmo período, a relação entre a mortalidade de homens e mulheres com idade entre 20 e 24 anos passou de 3,34 em 1991 para 4,20 em 2007. O IBGE (2010) afirma, ainda, que se as mortes por causas violentas entre a população jovem masculina não tivessem sua atual dimensão, a esperança de vida dos brasileiros poderia ser elevada dois anos.

Até 1999, a violência, em particular o homicídio, concentrava-se nas regiões metropolitanas, com taxas de crescimento de 5% a 6% ao ano, mas a partir de então, a taxa se estabilizou, chegando, atualmente, a 1% ao ano nas regiões metropolitanas e capitais. Por outro lado, os índices de violência no interior do País vêm crescendo desde o ano 2000, particularmente em Rondônia e Pará, uma vez que a Região Norte apresenta certas especificidades nas ocorrências de homicídio que diferem daquelas verificadas na Região Sudeste, pois muitos dos casos registrados estão relacionados à ocupação recente da área e à desativação de áreas de garimpo (SOUZA; LIMA; VEIGA, 2005).

Os fatores que predispõem a ocorrência dos homicídios na Região Norte também diferem daquelas observadas no Nordeste, precisamente em Pernambuco, cuja elevação dos índices está relacionada a rixas antigas entre famílias, ao plantio de maconha e à pobreza relativa que incide no interior do Estado. Sobre isso, Lima (2003) acrescenta que fatores como o narcotráfico, a formação de gangues de jovens, a existência de grupos de extermínio e a persistência do latrocínio alteram a

dinâmica dos homicídios nas áreas mais urbanizadas, como no Recife, se comparada às ocorrências registradas no interior do Estado.

De acordo com os dados do Mapa da Violência de 2011 (WASELFSZ, 2011^a), Alagoas é o Estado brasileiro com a situação mais grave em relação aos homicídios, cuja taxa variou de 21,8/100.000 habitantes em 1998 para 60,3/100.000 habitantes, em 2008. Além disso, passou da 11^a para a 1^a posição no ranking dos Estados mais violentos. Na sequência encontra-se o Espírito Santo, com 56,4/100.000 habitantes, Pernambuco (50,7/100.000 hab.), Pará (39,2/100.000 hab.) e Amapá (34,4/100.000 hab.). O Rio de Janeiro passou do 3^o lugar, em 1998, para o 7^o lugar no ranking dos Estados, em 2008. Em São Paulo verificou-se uma queda mais acentuada: passou de 39,7 para 14,9 em dez anos, indo da 5^a para a 25^a posição. Já em Minas Gerais houve crescimento dos homicídios nesse mesmo período, uma vez que a taxa passou de 8,6 para 19,5, mantendo-se na 23^a posição. Dentre os Estados com os índices mais baixos estão Piauí: 27^o lugar, com taxa de homicídios de 12,4/100.000 habitantes; Santa Catarina: 26^o lugar com 13/100.000 mil habitantes e Tocantins: 24^o lugar com 18,1/100.000 mil habitantes.

Conforme o Mapa da Violência de 2012 (WASELFSZ, 2011^b), o Brasil ultrapassou um milhão de homicídios em trinta anos, cujo número passou de 13,9 mil casos, em 1980, para 49,9 mil em 2010, com uma taxa de, respectivamente, 11,7 e 26,2 para cada grupo de 100 mil habitantes. Enquanto nos doze maiores conflitos armados ocorridos entre 2004 e 2007, no mundo, morreram 169,5 mil pessoas, no Brasil, o número de mortes por homicídio nesse mesmo período foi 192,8 mil. Sabe-se, entretanto, que em diversos estados brasileiros, tais como no Rio de Janeiro e São Paulo, as guerrilhas entre facções rivais, bem como o tráfico de droga, tem dizimado uma série de pessoas inocentes ou envolvidas com o crime organizado.

Análises temporais desenvolvidas pela Fundação João Pinheiro (FJP) e publicadas no Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais (2009), apresentam uma tendência à diminuição dos crimes violentos no Estado: de 2004 para 2009 observou-se uma redução de 44,9% da taxa anual, que passou, respectivamente, de 539,1/100.000 habitantes para 296,89/100.000 habitantes. Essa queda foi percebida para todo o Estado, à exceção dos homicídios, que apresentaram aumento, sobretudo em Uberlândia (46%), Uberaba (22,6%), Betim (18,3%), Montes Claros (11,6%) e Governador Valadares (0,6%). Em relação aos crimes contra o patrimônio, tais como o furto, roubo e extorsão, a taxa para Minas

Gerais reduziu 46,4%, no período de 2004 a 2009, sendo que em 2004 registraram-se 465/100.000 habitantes e 249,12/100.000 habitantes em 2009 (FJP, 2009).

O município de Uberlândia, em 2009, ocupou a 8ª posição dentre os dez municípios mineiros com a maior taxa de homicídios consumados (DATASUS, 2009). Conforme a Fundação João Pinheiro (2009), os estupros e homicídios ficaram na escala de até 4,8 casos para cada grupo de 100 mil habitantes para o mesmo ano. Essa instituição utiliza a seguinte classificação para os referidos crimes: taxa baixa até 4,8 casos por 100 mil habitantes; média entre 4,8 e 8,8; alta entre 8,8 e 16,2 e muito alta acima de 16,2. Para os roubos: taxa baixa os registros de até 7 ocorrências por 100 mil habitantes; média de 7 a 14; alta de 14 a 35 e muito alta acima de 35 casos por 100 mil habitantes. Para o mesmo ano, Uberlândia ficou no intervalo de mais de 35 casos de roubo por 100 mil habitantes, sendo, portanto, considerada uma taxa elevada.

Os crimes violentos distribuem-se de forma diferenciada no espaço urbano de Uberlândia: os homicídios e estupros incidem, especialmente, nas áreas periféricas, e os roubos na área central. Os eventos relacionados às drogas ilícitas, como o tráfico e o uso, concentram-se em bairros específicos da cidade, distribuídos tanto na área central como na periferia. Após verificar essa padronização da criminalidade surgiram os seguintes questionamentos: Por que alguns bairros apresentam uma propensão à ocorrência de crimes específicos? Qual a relação entre o tráfico e uso de drogas com a incidência de outros crimes violentos? Qual a visão dos moradores desses bairros acerca da criminalidade violenta e da segurança no local? Até que ponto as condições socioespaciais desses bairros mais violentos favorece a ocorrência de crimes violentos? Quais medidas estão sendo tomadas para diminuir a incidência desses crimes violentos na cidade?

Diante desses questionamentos traçou-se um objetivo geral com vistas a identificar e interpretar os fatores que contribuem para a incidência de crimes violentos no espaço urbano de Uberlândia, a saber, estupros, homicídios, roubos e eventos relacionados às drogas, como apreensão de drogas para tráfico e uso, prisão de traficantes e usuários com mais de dezoito anos e apreensão de menores de dezoito anos envolvidos com o tráfico e o uso de drogas em Uberlândia, entre 1999 e 2010. Também foram delineados quatro objetivos específicos: 1) Verificar a distribuição espaço-temporal dos estupros, homicídios, roubos e eventos relacionados às drogas; 2) Caracterizar os bairros onde a incidência desses crimes

foi mais acentuada; 3) Interrogar a população acerca da violência e dos seus efeitos, buscando identificar até que ponto o medo do crime altera o comportamento desses moradores; 4) Apresentar algumas estratégias de prevenção e combate à criminalidade violenta que tiveram êxito na cidade.

Para o alcance dos objetivos propostos traçaram-se os procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos em cada etapa da pesquisa: a) Levantamento de referencial teórico sobre o tema em questão. Para isso, foram analisados os conceitos de crime, violência e medo em diferentes literaturas científicas, dentre elas, a Sociologia, que trouxe uma contribuição importante a partir de diversos estudos sobre a temática, desenvolvidos em momentos históricos distintos, o que permitiu observar o fenômeno da violência em perspectivas diferentes. Também foi realizada uma breve discussão sobre o conceito de território e sua importância na compreensão dos eventos relacionados às drogas; b) Definição conceitual dos crimes selecionados para análise; c) Escolha dos sujeitos participantes da pesquisa; d) Seleção de instrumentos a serem utilizados; e) Tratamento e análise dos dados.

A finalidade deste estudo não é, essencialmente, apresentar respostas precisas e acabadas sobre as causas da criminalidade violenta em Uberlândia, sobretudo porque diversos campos científicos já procederam a isso; todavia, as explicações são, ainda, insuficientes para circunscrever todo esse fenômeno, por vezes complexo e dinâmico. Por outro lado, os efeitos da violência se manifestam no espaço através dos elementos que o constituem; elementos estes que condicionam e são condicionados pela violência. A paisagem urbana, com todo o seu aparato de segurança, revela a percepção que a população tem da violência, e como esta influencia na construção e configuração do espaço citadino.

Para responder aos questionamentos que esta tese suscitou, a pesquisa foi estruturada em sete capítulos, sendo dois teóricos, um de procedimentos metodológicos, e quatro referentes à análise espacial e temporal da criminalidade violenta e dos eventos relacionados às drogas. O Capítulo 1 discute os conceitos de crime, violência e medo, sob o aporte teórico de diferentes áreas do conhecimento, como da Sociologia, Direito e Antropologia, que trouxeram uma contribuição importante a partir de diversos estudos sobre a temática, desenvolvidos em diferentes momentos históricos, o que permitiu observar o fenômeno da violência em perspectivas distintas. O Capítulo 2 discute os conceitos geográficos que possibilitaram compreender a formação de territórios da violência no espaço

intraurbano de Uberlândia e a consequência que eles trazem à população. São discutidas, ainda, questões referentes à prevenção da violência. O Capítulo 3 apresenta os procedimentos teórico-metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, cuja estruturação se deu a partir da escolha de técnicas quantitativas e qualitativas. O Capítulo 4 apresenta uma discussão acerca da variação temporal dos crimes selecionados para análise, onde foram apresentados elementos referentes à quantidade de crimes ocorridos no período de 1999 a 2010, o horário e o dia da semana. O Capítulo 5 apresenta a espacialização dos crimes violentos e das drogas em toda a cidade. O Capítulo 6 discute os territórios da criminalidade em Uberlândia, apresentando quatro bairros onde a incidência de estupros, homicídios, roubos e eventos relacionados às drogas se destacaram. O Capítulo 7 apresenta a visão dos moradores quanto à violência, o medo e a segurança no bairro onde reside.

Por fim, ressalta-se que a violência é um fenômeno que traz diversas consequências ao espaço urbano e à população que nele reside, configurando-se num fator com um elevado poder de transformação espacial e social. Ela provoca o medo, a insegurança, a resistência em circular por espaços públicos como praças e ruas em determinados horários, causa danos à saúde, gastos com a reabilitação da vítima, e, até mesmo, a desvalorização de áreas urbanas afetadas. Nesse sentido, pensar estratégias de combate e prevenção à violência traz benefícios não apenas à população, como também aos negócios empreendidos na cidade, sendo imprescindíveis, para tanto, a participação conjunta de diversas áreas no processo de planejamento dessas ações para que as mesmas tenham êxito e equidade ao serem implantadas.

CAPÍTULO 1

CRIME, VIOLÊNCIA E MEDO: COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE DE UMA TEMÁTICA

Violência é um conceito que se refere a fenômenos sociais, enquanto crime é um conceito jurídico. Refere-se aos comportamentos tipificados na legislação penal. Portanto, as violências não se reduzem à criminalidade. Nem todos os crimes correspondem a comportamentos violentos, nem todo comportamento violento é tipificado pelo Estado como crime (VASCONCELOS; COSTA, 2005, p.34).

1.1 As diferentes concepções de crime e violência

Crime é um conceito jurídico, e se refere à violência codificada nas leis penais (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003). O Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei n. 3.914/41 (BRASIL, 1941) define crime como uma infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa. Na legislação penal brasileira, são classificados em crimes contra a pessoa (homicídio consumado e suas tentativas), crimes contra o patrimônio (roubos, furtos, extorsão mediante sequestro, entre outros), crimes contra a incolumidade pública, dentre eles os que atentam contra a saúde pública, tais como o consumo e tráfico de drogas e crimes contra os costumes, tipificado pelos estupro.

A conceituação do crime pode ser diferente entre os países, sendo, também, influenciada pela cultura local. Assim, determinadas ações, que num dado país são consideradas crimes, em outro podem não o ser. Como

exemplo, Esteves (1999) comenta que nos países muçulmanos, a ingestão de bebida alcoólica é proibida por lei, sendo severamente punida. Já em outros países é autorizada e incentivada em campanhas publicitárias. Na África e Ásia é permitido ao homem ter mais de uma esposa, desde que o mesmo disponha de meios para sustentá-las, enquanto, no Ocidente, essa ação é caracterizada como ilegal, e passível de punição mediante a lei constitucional do país. Essa diferenciação conceitual de crime torna-se um problema para a realização de estudos comparativos que levem em consideração a variação da criminalidade no tempo e no espaço. Nesse sentido, é imprescindível a cautela em relação às conclusões tomadas acerca dessa variação, não sendo possível afirmar que uma nação é mais violenta do que outra, ou que em determinado local a incidência deste ou daquele crime é maior do que em outro devido a estas questões conceituais.

Nas investigações clássicas elaboradas pela Sociologia, Émile Durkheim foi o pioneiro no estudo do crime como um fato social, este entendido como

[...] toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, p.40).

Conforme declara Pastana (2003), Durkheim identificava o crime como um ato que ofendia os sentimentos de uma dada coletividade, fator que o tornava reprovável, sendo a sociedade quem qualificava os atos como criminosos, conforme a consciência coletiva determinante. A coerção, portanto,

[...] seria uma reação social devido à intensidade dos sentimentos causados pelo crime, sendo que o castigo serviria também para manter esses sentimentos em determinado grau de intensidade, pois, sem isso, se exacerbariam, podendo, inclusive, quebrar os liames sociais e praticar a justiça isoladamente (PASTANA, 2003, p.23).

Com base na premissa de que o crime é um fato presente na realidade social, cuja prática não é determinada pelo indivíduo, mas pela sociedade, Durkheim (2007) elabora a tese da normalidade do crime, visto ser impossível a existência de uma sociedade na qual não haja a prática criminal, e nestas palavras, afirma:

Não há, portanto, um fenômeno que apresente de maneira tão irrefutável como a criminalidade todos os sintomas da normalidade, dado que surge como estreitamente ligada às condições da vida coletiva. Transformar o

crime numa doença social seria o mesmo que admitir que a doença não é uma coisa accidental mas que, pelo contrário, deriva em certos casos da constituição fundamental do ser vivo; consistiria em eliminar qualquer distinção entre o fisiológico e o patológico (DURKHEIM, 2007, p.83).

Durkheim (2007, p.84) dá ao crime um caráter patológico apenas quando as taxas registradas estiverem muito acima ou abaixo das habituais para uma dada sociedade. Por ser um fenômeno normal a toda sociedade, o crime não pode desaparecer, mas apenas alterar a sua forma, ou seja, “[...] seria a própria causa que assim eliminava as origens da criminalidade, que viria a gerar as novas fontes desta”, e ratifica sua afirmação declarando que

Para que os assassinos desapareçam é preciso que o horror pelo sangue vertido se acentue nessas camadas sociais donde provêm os assassinos; mas para que isto aconteça é necessário que a sociedade global se ressinta do mesmo modo (DURKHEIM, 2007, p.83).

Essa posição estabelecida pelo referido autor levanta uma descrença nas políticas públicas de prevenção da criminalidade, ou de outras estratégias que tentam atacar as raízes do crime, ou seja, suas causas, pois se todas as sociedades são violentas, pela normalidade que o crime apresenta seria, portanto, inútil a sua contenção? Para Durkheim (2007), além da normalidade, o crime apresenta também certa funcionalidade para a sociedade:

O crime é, portanto necessário; está ligado às condições fundamentais de qualquer vida social e, precisamente por isso, é útil; porque estas condições a que está ligado são indispensáveis para a evolução normal da moral e do Direito (DURKHEIM, 2007, p.84).

Neste caso, a utilidade do crime estaria em permitir que a moral e o direito evoluam, e argumenta que:

[...] para que a originalidade do idealista que ambiciona ultrapassar o seu século se possa manifestar é preciso que a do criminoso que está aquém do seu tempo o possa igualmente. Não pode existir uma sem a outra [...]. Quantas vezes, com efeito, o crime não é uma simples antecipação da moral futura, um encaminhamento para o mundo do futuro! Segundo o direito ateniense, Sócrates era um criminoso e a sua condenação era justa. Contudo, o seu crime, a saber, a independência de pensamento, era útil não só à humanidade como também à sua pátria, pois servia para preparar uma moral e uma fé novas de que os atenienses necessitavam nesse momento porquanto as tradições em que se tinham apoiado até então já não estavam em harmonia com as condições de existência. Ora, se o caso de Sócrates não é um caso isolado, reproduz-se periodicamente na história. A liberdade de pensamento de que gozamos nunca poderia ter sido proclamada se as

regras que a proibiam tivessem sido violadas antes de serem solenemente abolidas. No entanto, nesse momento, esta violação era um crime, pois ofendia sentimentos que a generalidade das consciências ainda ressentia vivamente. Contudo, este crime era útil, pois era o prelúdio de transformações que de dia para dia se tornavam mais necessárias. A livre filosofia teve como precursores os heréticos de toda a espécie que o braço secular abateu durante toda a Idade Média e até a véspera da época contemporânea (DURKHEIM, 2007, p.86).

Pastana (2003) declara que apesar das críticas à posição teórica defendida por Durkheim sua obra trouxe grande contribuição, sobretudo pela relação que é levantada entre crime e sociedade, num momento em que a ciência se baseava em concepções individualistas, tais como as elaboradas por Cesare Lombroso. A referida autora acrescenta que, embora Durkheim também possa ser tomado como determinista pelas posições que defende, ele “[...] observou a conformidade do indivíduo às maneiras coletivas de agir e de pensar” (PASTANA, 2003, p.24), e a partir dele o crime passou a ser analisado como uma realidade social, cuja prática deixa de ser determinada pelo indivíduo, passando a apresentar dimensões sociais.

Numa outra visão, a autora supracitada ressalta que a teoria sociológica americana, baseada em Robert Merton⁴, vê o crime como uma alternativa de conquista pessoal de renda e poder, não sendo considerado por ele como um desvio de conduta, mas como uma escolha racional de indivíduos destituídos de alternativas legítimas que lhes permitam ascender socialmente. Assim, a criminalidade pode ser fonte de ascensão social sendo, portanto, aprovada pelos membros de uma coletividade específica, que compartilha da validade dessa tese.

Acerca da violência, o sociólogo francês Yves Michaud realizou, na década de 1980, diversas abordagens científicas sobre o tema, destacando suas causas e formas de controle, apresentando como ela foi historicamente exteriorizada e cientificamente interpretada (PASTANA, 2003). Em suas considerações, chega à conclusão de que “[...] não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito”. (MICHAUD, 1989, p.14).

De acordo com Michaud (2003) e Pinheiro e Almeida (2003), o termo violência vem do latim *violentia*, que significa veemência, impetuosidade, profanação, transgressão. Ela deriva da raiz latina *vis*, que significa força. Há, portanto, na essência da palavra violência “[...] a idéia de uma força, de uma potência natural

⁴ MERTON, Robert K. **Sociologias**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

cujo exercício contra alguma coisa ou contra alguém torna o caráter violento”. (MICHAUD, 1989, p.8). Pinheiro e Almeida (2003, p.13) acrescentam que “Ação, produção de dano/destruição e intencionalidade são os elementos constitutivos da violência. Com isso, temos uma definição básica de violência: *ação intencional que provoca dano*”. (Destaque dos autores). Entretanto,

A violência é exagerada, arrebataadora. A força é comedida. Não é possível viver abdicando do uso da força, mas é necessário saber a diferença que existe entre ela e a violência. O uso da força é prudente - dentro, claro, de seus limites. Já a violência é a “força cega” que não enxerga as consequências de seus atos (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003. p.13).

Todavia, nem sempre tais definições podem ser aplicadas ao termo violência, sobretudo devido à extensão e complexidade de significados que apresenta. Além disso, as circunstâncias que levam uma pessoa ou um grupo a praticarem atos violentos são os mais diversos. Acrescenta-se a isso o fato de, em muitas situações, ser a violência um fenômeno cuja prática não viola ou mesmo profana aquilo para o qual ela foi dirigida. Normalmente, tais ações são perpetradas em condições legais, como em partidas de futebol ou procedimentos cirúrgicos, por exemplo.

Misse (2003, p.1) destaca que o emprego da palavra violência vem ganhando novos significados, apesar de ainda permanecer o seu uso original, definido como “[...] um ato que viola (do latim *violens*) a integridade de um indivíduo, que não lhe permite a reação e que, portanto, transforma-o em mero objeto, numa coisa qualquer a que se pode fazer o que se quiser”. Retomando o seu significado em diversas línguas, o autor percebeu que em algumas delas aparecem arraigadas ao sentido palavras como *poder*, *dominação*, *força*, o que serve para demonstrar ainda mais o vigor existente na essência do seu conteúdo semântico:

A palavra portuguesa violência (como também em outras línguas latinas e mesmo no inglês) vem do latim *violentia*, que significava a força que se usa contra o direito e a lei. Violento (*violentus*) é quem agia com força impetuosa, excessiva, exagerada. O emprego retórico da palavra passou a lhe conferir significados cada vez mais largos: a violência dos ventos, a violência das paixões, a violência da expressão. E não é senão por violência da expressão primitiva que o termo passou a significar qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem. Em alemão, a palavra *gewalt* significa ao mesmo tempo poder (no sentido da origem do direito) e violência (no sentido de força imposta). Nas línguas latinas, a mesma ambigüidade permeia o emprego de palavras como poder e dominação, que só alcançam superar plenamente seu duplo sentido quando transformadas em autoridade. O que faz a diferença, aqui como em qualquer outra língua, é o quanto de legitimidade (isto é, de anuência ou

concordância da parte de quem se encontra sob o poder e a dominação, neste caso sob a autoridade) que se confere ao uso do poder e da violência. A violência, assim, significa o emprego da força ou da dominação sem legitimidade, isto é, na impossibilidade do conflito e da resistência. (MISSE, 2003, p.1, destaque nosso).

A violência é, antes de tudo, “[...] uma questão de agressões e de maus-tratos”. (MICHAUD, 1989, p.8). No senso comum, é vista como crime, corrupção e pecado. Conforme Minayo (2005, p.12), o que domina na consciência contemporânea é a violência criminal e delinquencial, que “[...] nunca teve a tolerância social, uma vez que ela fere, antes de tudo, a moral fundamental de todas as culturas”. Além disso, Minayo (2003, p.25) ressalta que

No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobrem que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e à busca de domínio e aniquilamento do outro, e que suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por aparatos legais da sociedade ou por usos e costumes neutralizados.

Na visão da antropóloga Alba Zaluar,

A violência não surge na história dos homens com a exploração, a dominação ou a miséria que conhecemos nas sociedades modernas. A violência não surge na história. Sempre esteve dentro dos homens. Em todas as sociedades, em todas as épocas, em todos os recantos do mundo, existem manifestações da agressividade potencial dos homens contra seus semelhantes. Os homens, desde tempos imemoriais, têm a capacidade de destruir-se mutuamente por meio da violência [...]. O mal que resulta da violência sempre existiu e sempre foi, portanto, em todas as épocas, em todos os lugares, contido e entendido em maior ou menor grau e de diferentes maneiras simbólicas (ZALUAR, 1996, p.9).

A violência é, segundo a referida autora, um fenômeno que faz parte da natureza humana, mas que, todavia, deve ser controlado, já que o ser humano possui a capacidade de pensar sobre suas ações e consequências que podem advir delas. Por isso, ela ressalta que as sociedades tribais não podem ser confundidas com a animalidade deliberada do homem, pois

Nas sociedades tribais, não há exploração do homem pelo homem, pois não existe divisão de classes sociais nem a idéia de lucrar com o trabalho alheio. Tampouco há dominação de uns poucos sobre os demais, pois ninguém detém o direito exclusivo de usar armas contra os outros (ZALUAR, 2003, p.9).

Para Moraes (1990), há uma violência criminosa, passível de punição, e uma violência, que só é crime numa linguagem conotativa. Conforme Francisco Filho (2004), essa violência foi assimilada pela rotina diária dos indivíduos, e incorporada de tal forma que não é visada pelos códigos penais. Contribuem para isso os eufemismos criados pela sociedade e impulsionados pela mídia, que tentam amenizar os atos de violência por meio de termos que suavizam ou aprofundam o sentido do que é aceito ou não. Nesse sentido,

Usam-se expressões como: “violência vermelha e violência branca”, “manipulação brutal e manipulação sutil” ou simplesmente “brutalidade e opressão”, todas estas oposições significando a convivência entre nós de violências criminosas (puníveis) e violências institucionalizadas (aceitas até pela lei) (MORAIS, 1999, p.78).

Tais elementos banalizam o sentido da violência e do crime, transformando atos outrora odiosos e pesados aos olhos, em fatos “aceitáveis” pela sociedade. (FRANCISCO FILHO, 2004). Por questões banais pratica-se um homicídio, cujo ato de matar é banalizado, e por ausência de punição, essa situação favorece o envolvimento, cada vez mais cedo, de crianças, adolescentes e jovens com a criminalidade violenta:

Há, como em tudo na natureza, uma evolução que refina e se perpetua num comportamento que aparece cada vez mais cedo. Basta olharmos a quantidade de crimes em que há o envolvimento de crianças e adolescentes, não só nos aspectos quantitativos, mas na qualidade do que é perpetrado. Os crimes praticados por esses jovens estão longe de serem apenas atos inconseqüentes; são ações brutais que, não raro, acabam em mortes (FRANCISCO FILHO, 2004, p.8).

Numa visão política sobre a violência, Arendt (1985, p.23) destaca o poder como o elemento fundamental e predominante na sua essência. Ela afirma que o poder, a força, a autoridade e a violência constituem-se na arma utilizada pelo homem para governar e subordinar outros homens, e acrescenta:

O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder também desaparece”. (ARENDR, 1985, p.24, destaque do autor).

A violência e o poder não podem ser considerados fenômenos naturais devido, sobretudo, às características que apresentam em sua manifestação, mas “[...] pertencem eles ao setor político das atividades humanas”. (ARENDT, 1985, p.46). Apesar de o poder e a violência serem fenômenos distintos, sua manifestação é simultânea: o poder subjuga e domina, e quando impera num ato de violência anula os questionamentos levando à obediência. Obediência esta com a qual “[...] pode contar qualquer criminoso ao arrebatá-lo a carteira com a ajuda de uma faca ou assaltar um banco com a ajuda de um revólver”. (ARENDT, 1985, p.22).

Com o decorrer do tempo, o uso do poder pelo indivíduo mais forte passou a ser através das leis, interditando, dessa forma, a agressividade do sujeito. Porém, é bom lembrar que nem mesmo as leis tem sido capazes de minimizar os atos de violência e crime bem como os seus efeitos. Elas próprias, com as suas lacunas, mantêm o criminoso em liberdade e, portanto, impune e pronto a praticar mais crimes e violências. Como declara Foucault (1979, p.17),

[...] em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos [...]. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário, a satisfazer a violência.

A lei, com o seu poder de punição deveria exercer, em tese, o domínio sobre aquele que dela se desvia. Mas não é o que tem sido verificado, especificamente no Brasil. Se isto não vem acontecendo, então há um problema com as leis criadas para “manter a ordem” ou o problema se encontra no agravamento do crime e da violência, que vem adquirindo mais “poder” e domínio do que as normas legais criadas para contê-los? Conforme Foucault (1979, p.17),

É justamente a regra que permite que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam. Em si mesmas as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir a isto ou àquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras.

Não é, pois, o objetivo deste trabalho tecer comentários sobre a punição por

meio de prisões e/ou sobre as leis criadas para esta finalidade, mesmo porque tais discussões dariam outra tese. Sobre isso, podem ser consultadas a obra de Foucault (1979⁵, 1987⁶) e Wacquant⁷ (2001), que com muita propriedade falam desses assuntos e de outros diretamente relacionados a eles. Sabe-se que não são poucos os exemplos de atos violentos que permanecem impunes; todavia, punir quem os pratica não tem sido mais uma prática que leve à catarse, como outrora se pensava que a Lei seria capaz de fazê-la; também não torna o criminoso preparado para ser “devolvido à sociedade”, já que, na prisão, ele torna-se ainda mais perito naquilo que realizava, e em contato com outros que se encontram na mesma condição, apreende outras práticas criminosas. A prova de que a prisão não é a melhor solução para conter o aumento da criminalidade está nos números atingidos pelo Brasil recentemente, que vem registrando um considerável aumento do número de encarceramentos; entretanto, a criminalidade e a sensação de insegurança têm atingido patamares cada vez mais elevados, com consequências cada vez mais desastrosas e irreversíveis, além das sequelas permanentes para aqueles que dela foram vítimas e sobreviveram à sua ação.

Do ponto de vista da saúde, Maria Cecília de Souza Minayo é uma referência nos estudos contemporâneos brasileiros sobre a violência. Com formação em Antropologia Social, Saúde Pública e Sociologia, vem desenvolvendo pesquisas junto à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), abordando questões relacionadas à violência e à saúde das populações. Para a referida autora, a violência designa realidades muito diferentes, conforme épocas, locais e circunstâncias específicos. Sendo assim, “[...] a violência, pela sua natureza complexa, envolve as pessoas na sua totalidade biopsíquica e social, de forma dinâmica. Porém, o lócus de sua realização é o contexto histórico-social”. (MINAYO, 2003, p.42).

De acordo com a referida autora, somente a partir da década de 1990 é que a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) iniciaram debates sobre o tema “violência”. Isso se deu com a verificação da transição epidemiológica percebida nos países da América Latina, onde se observou um aumento das mortes e morbidades violentas provocadas, principalmente, por homicídios e acidentes de trânsito, surgindo, dessa forma, uma necessidade de se

⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 174p.

⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

⁷ WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 174p.

discutir questões voltadas à prevenção e reabilitação das vítimas.

Em 1994 foi realizada uma conferência sobre o tema, organizada pelas instituições referidas anteriormente, cujas especificidades foram delimitadas e conferida à temática um caráter de urgência:

A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de seqüelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países [...]. O setor saúde constitui a encruzilhada para onde convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social (OPAS, 1994).

Com vistas ao estudo aprofundado do fenômeno da violência, a OMS propôs uma ampla definição para os eventos que a constituem, englobando nela aspectos referentes à intencionalidade da ação e o uso de poder e/ou da força física em sua prática. Violência, portanto, se constitui no

[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p.5).

Para Krug e outros (2002), a inclusão da palavra “poder” e da expressão “uso da força física”, ampliam a natureza de um ato violento e expandem a definição de violência, incluindo nela atos que resultam de uma relação de poder, tais como ameaças e intimidações. Além disso, a expressão “uso do poder” serve, ainda, para incluir a negligência e/ou os atos de omissão e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, como também o suicídio e outros atos de autoabuso. Os referidos autores acrescentam que essa definição de violência cobre uma diversidade de consequências psicológicas, de privação e deficiência de desenvolvimento:

Ela reflete um reconhecimento cada vez maior por parte dos pesquisadores e profissionais acerca da necessidade de incluir a violência que não resulta necessariamente em lesões ou morte, mas que, contudo, oprime as pessoas, as famílias, as comunidades e os sistemas de assistência à saúde no mundo todo. Muitas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, por exemplo, podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais que não necessariamente levam a lesões, invalidez ou morte. Essas consequências podem ser imediatas, bem como latentes, e podem perdurar por anos após o abuso inicial. Portanto, definir os resultados somente em termos de lesões ou mortes limita a compreensão da totalidade do impacto da violência sobre as pessoas, as comunidades e a sociedade como um todo (KRUG et al., 2002, p.5).

Essa definição permitiu à OMS propor uma tipologia que divide a violência em três amplas categorias, segundo as características daqueles que cometem o ato violento: violência autoinfligida, interpessoal e coletiva (Quadro 1):

Categorias	Características	Exemplos
Violência autoinfligida	Comportamento suicida e agressão auto-infligida. O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio - também chamadas em alguns países de “para-suicídios” ou “auto-injúrias deliberadas” - e suicídios propriamente ditos. A auto-agressão inclui atos como a automutilação.	Suicídios
Violência interpessoal	1) Violência de família e de parceiros íntimos, que ocorre usualmente nos lares; 2) Violência na comunidade, praticada entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. Geralmente ocorre fora dos lares.	Homicídio, estupro, abuso infantil ou ataque sexual por desconhecido, violência entre parceiros íntimos, maus-tratos de idosos, violência da juventude, violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.
Violência coletiva	Violência social, política e econômica.	Atos terroristas, violência de hordas, outros.

Quadro 1 – Categorias e natureza dos atos violentos.

Fonte: Dahlberg e Krug (2007, p. 1166). Org.: Santos (2010).

Dahlberg e Krug (2007) afirmam que essa tipologia apresentada pela OMS não é universalmente aceita, mas fornece uma estrutura útil à compreensão dos tipos de violência praticados em todo o mundo, e acrescentam que ela

[...] supera as muitas limitações de outras tipologias, na medida em que capta a natureza dos atos violentos, a relevância do cenário, a relação entre agente e vítima e, no caso da violência coletiva, as possíveis motivações para a violência (DAHLBERG; KRUG, 2007, p.1166).

Nessas três categorias, incluem-se os atos violentos de natureza física, sexual, psicológica e de privação ou abandono. Na categoria interpessoal, a violência contra crianças praticada nos lares pode incluir tanto o abuso físico, quanto o sexual e psicológico, mas também o abandono. Por outro lado, a violência, na comunidade, pode incluir desde ataques físicos entre jovens, violência sexual no trabalho e abandono de idosos em instituições. A violência política inclui estupros em conflitos, guerra física e psicológica. Tais informações podem ser observadas no Diagrama 1, cuja série horizontal indica quem é atingido e a vertical descreve como a vítima pode ser atingida:

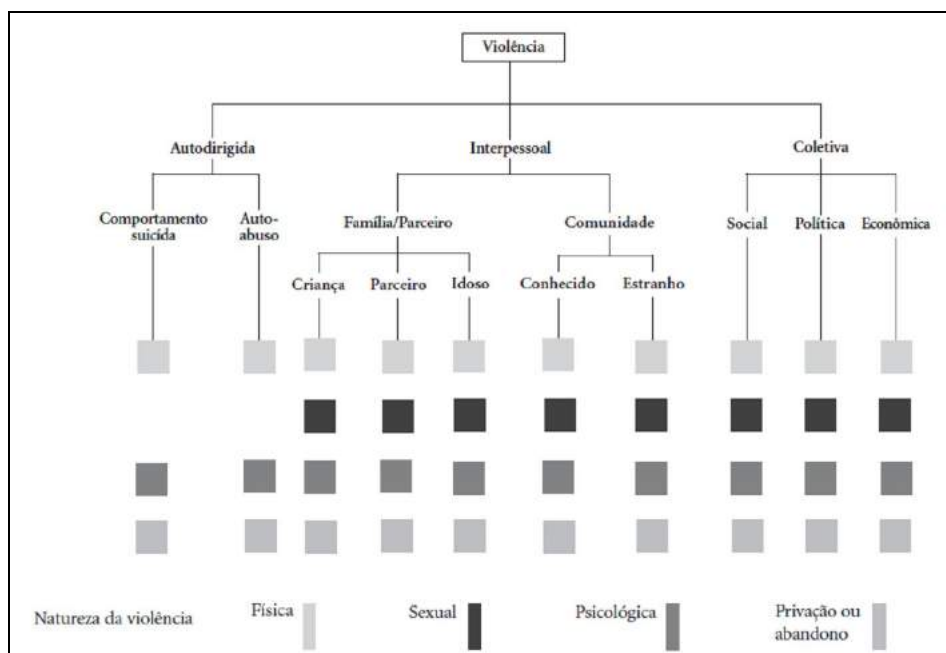


Diagrama 1 – Tipologia da violência, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Fonte: Dahlberg e Krug (2007, p. 1166).

Dentre as diferentes formas de manifestação da criminalidade violenta, a relação estabelecida com a metropolização vem sendo abordada já há algum tempo na literatura especializada. Diversas alterações ocorridas na cidade, especialmente com a intensificação da industrialização, a partir da década de 1950, em diversos países latino-americanos, como o Brasil, possibilitaram o aparecimento de fatores que incidiram na desorganização social e na prática exacerbada da criminalidade. Desorganização esta que surge da desintegração dos laços sociais e do anonimato e perda de identidade (FELIX, 2002). Sobre isso, Ferrari (2006, p.50) comenta que

O contexto sócio-histórico faz com que a agressividade e/ou a violência tenham suas formas fenomênicas de expressão alteradas. Assim, pensar um pouco sobre as formas de manifestação do que se denomina violência na atualidade é deparar-se com um espetáculo que pode ser acompanhado, ao vivo, por imagens que refletem o descuido com a dimensão simbólica da vida, exposta pelos meios de comunicação. É deparar-se, ainda, com a peculiaridade de não saber onde esperá-la.

É importante ressaltar que

Nenhum fator isolado pode explicar por que alguns indivíduos se comportam com violência em relação a outros e por que a violência prevalece em algumas comunidades e não em outras. Uma combinação de fatores que podem indicar a emergência da violência intervém em diferentes níveis. No

nível individual, por exemplo, a impulsividade sem autocontrole e o abuso de álcool e drogas são fatores de risco para todos os tipos de violência. No que diz respeito à família, a falta de habilidade no exercício da paternidade ou da maternidade é fator de risco para o abuso contra a criança [...], a ampla desigualdade entre ricos e pobres, o acesso fácil às armas e a aceitação social da violência podem prover campo fértil para a violência. A fim de impedir a violência, é necessário intervir em todos esses níveis (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p.19).

Convém ressaltar que violência e crime são dois temas complexos, e não foi o objetivo deste tópico esgotar as discussões, mas apresentar algumas posições teóricas de autores que vêm, há algum tempo, dedicando-se ou dedicaram ao estudo desse fenômeno. Quer do ponto de vista sociológico e/ou antropológico ou, de qualquer outra área científica, a violência e o crime trazem sempre as mesmas consequências e se manifestam de forma parecida no espaço, o que mudam são as maneiras como tais questões são interpretadas e que conclusões se chegam acerca dos seus condicionantes.

1.1.1 As abordagens sobre o crime e a violência no Brasil

O crescimento da criminalidade violenta, no Brasil, vem instigando os estudos sobre sua manifestação em diversas áreas do conhecimento, direcionando-os a posições, muitas vezes divergentes entre os pesquisadores. O sociólogo Michel Misse é uma referência nos estudos sobre crime e violência no Brasil. Dirige o Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalha com diversos temas como sociologia urbana, comportamento desviante, drogas, criminalidade e violência urbana. Ele comenta que

Mais uma vez a violência nas grandes cidades ocupa as pautas da imprensa e a mídia destaca, na variedade de conflitos cotidianos, o que acostumamos a chamar por um nome, mas que antes parece um Sujeito: a violência urbana. “A violência chegou à nossa cidade” ou “É preciso dominar a violência”. A tal da violência, que parece agir como um espectro ou fantasma esconde-se ou dissemina-se, é tratada como uma epidemia, um vírus, um micróbio, ou como um Sujeito onipresente, onisciente, onipotente. [...]. O que unifica nesse nome conflitos, crimes e comportamentos tão diferentes? O que nos faz pensar que tudo isso tem um nome só? (MISSE, 2003, p.1)

A violência, para o autor supracitado, é compreendida como um fenômeno complexo e multiforme, posição também defendida por outros pesquisadores, e sobre a qual se falará adiante.

Um levantamento sobre a produção acadêmica brasileira acerca do tema “crime e violência” realizado por Zaluar (1999) apontou cinco divisões específicas, que delimitam as diferentes metodologias sobre a temática em questão a partir do início da década de 1970. São elas: 1) Reflexões sobre o que é violência e seus variados planos e significados; 2) Especificações acerca do número de crimes e vítimas; 3) Explicações sobre o aumento da criminalidade violenta; 4) A violência como um problema social e as respectivas políticas públicas estabelecidas para contê-la; 5) As representações sociais da violência, do crime e do medo da população, influenciada pela excessiva exposição a notícias sobre crimes.

A autora critica o direcionamento dado por diversos pesquisadores aos estudos sobre a violência, no Brasil, e ressalta algumas questões recorrentes nos temas abordados. Uma delas refere-se à criminalização da pobreza, cada vez mais utilizada para explicar o agravamento do crime e da violência no País:

A redução da explicação da criminalidade violenta à pobreza e à desigualdade impede um entendimento mais complexo da questão [...]. A afirmação de que a pobreza é a causa da criminalidade, repetidamente utilizada na defesa dos pobres na mídia, acaba por justificar a preferência, carregada de suspeitas prévias, que policiais têm pelos pobres. Além disso, baseia-se no pressuposto utilitarista de que, movido pela necessidade, o homem agiria apenas para sobreviver e para levar vantagem sobre os demais. Há uma redução de complexa argumentação para o primado do *Homo economicus*, comandado exclusivamente pela lógica mercantil do ganho e a necessidade material. Esta é uma das dimensões a serem consideradas, mas de fato explica a ambição de enriquecer de todos, sem importar o nível de sua renda e a sua origem social. Estudos recentes mostram que os pobres são as maiores vítimas de furtos, roubos e assassinatos, estes últimos nos locais onde o tráfico de drogas domina e não há policiamento que proteja a população (ZALUAR, 2005, p.1).

Um dos maiores problemas relacionados à criminalidade e à segurança pública, no Brasil, diz respeito ao tráfico de drogas, apresentado pela referida autora, que funciona como uma síndrome, atraindo para si uma série de outros problemas e crimes diversos, como os homicídios, latrocínios e roubos. Por esta razão, surge a necessidade de se discutir essa temática, sobretudo do ponto de vista dos impactos que esse tipo de crime provoca e das estratégias de intervenção necessárias, e sobre isso, a autora faz a seguinte crítica: “As interconexões entre a economia legal

e a ilegal nos tráficos é também pouco acionada nas teorias necessárias para políticas públicas mais eficazes e democráticas”. (ZALUAR, 2005, p.1).

Misse (2007) também reconhece a vasta produção brasileira sobre a violência criminosa, campo outrora dominado pela Criminologia, sobretudo ensaísta, embasada em leituras superficiais da literatura especializada estrangeira, muito ligada aos discursos jurídicos, médico-legais ou psiquiátricos. O autor ressalta que a partir da década de 1980, pesquisas com outras abordagens passaram a ser desenvolvidas no Brasil por diversas áreas do conhecimento, dividindo-se em duas perspectivas: corretistas e naturalistas.

A perspectiva corretista vê a criminalidade e a violência como um problema público e tentam trazer à luz suas causas, com vistas à intervenção e reparação dos danos provocados, aproximando-se da lógica das organizações policiais. Esta perspectiva divide-se em três abordagens: a) As situacionistas, cujo enfoque é dado às situações propícias à prática do crime, como também a aspectos relacionados à facilitação dada pela vítima na incidência do crime por meio dos estilos de vida e atividades de rotina que podem torná-las mais ou menos vulneráveis à ação dos criminosos; b) As retributivas ou dissuasórias, que enfatizam a análise da influência da impunidade e da corrupção existentes no sistema penal sobre as escolhas racionais dos agentes que decidem por praticar atos violentos; e, por fim, c) As preventivas, que percebem na desorganização social, nas subculturas e na desigualdade social os principais determinantes da criminalidade.

Conforme ressalta Misse (2007, p.33):

Todas essas abordagens investem em estudos que envolvem desde correlações causais até observações participantes, com o fim de determinar os fatores que interferem na incidência de crimes e que, uma vez conhecidos e controlados, podem permitir políticas preventivas e de controle pelas agências da justiça criminal.

Convém, neste sentido, destacar que esta pesquisa, cujo foco é o estudo dos fatores que predispõem a ocorrência de estupros, homicídios, roubos, tráfico e uso de drogas, em Uberlândia, enquadra-se, portanto, dentro da perspectiva corretista apresentada por Misse (2007), destacando-se nela as abordagens situacionistas, que predispõem a ocorrência dos crimes violentos em razão dos estilos de vida adotados pela vítima, acrescentando, aí, fatores espaciais que podem favorecer tais ocorrências, como: ausência de forças dissuasórias da ação criminosa, presença de

uma vítima e um agressor em potencial, condições físicas do espaço (ausência de iluminação, morfologia das ruas, terrenos baldios, característica das residências, equipamentos de segurança residencial, ausência de pessoas em circulação) etc.

A perspectiva naturalista, por sua vez, distancia-se das organizações encarregadas de lidar com o denominado “problema público” do crime e da violência. Ela busca compreender as diversas formas de conflitos e sociabilidades “[...] que tendem a ser criminalizadas e que operam sob essa condição, assim como dos influxos do sistema penal (polícia, judiciário e prisões) e da reação moral da sociedade sobre a construção de trajetórias e carreiras criminais”. (MISSE, 2007, p.33). Essa perspectiva divide-se em três abordagens: a) As construtivistas, que buscam acompanhar a construção social criminalizadora dos modelos de conduta; b) As que investem na análise crítica do sistema de administração da justiça, como também na influência que ele tem sobre a produção e reprodução das práticas criminosas; e, finalmente, c) Aquelas que buscam compreender os novos padrões de sociabilidade, que podem estar caracterizados, conforme Misse (2007), por um recuo civilizatório ou um novo tipo de individualismo que se configuram como um elemento de difusão da violência na vida cotidiana.

Como esclarece o autor supracitado:

Nesse conjunto naturalista de abordagens, o tema dos valores, dos interesses, das diferenças e da sociabilidade na demarcação dos modelos de conduta que são criminalizáveis não se deixa subordinar ao problema público do crime, mas, ao contrário, está interessado em suas formas de construção e disseminação, o que não deixa de contribuir também para a perspectiva corretiva (MISSE, 2007, p.33).

Vale lembrar que muitos trabalhos sobre a criminalidade violenta enquadram-se nas duas perspectivas apresentadas. Por esta razão, Misse (2007) ressalta que não convém distribuir os autores segundo perspectivas de estudo, pois se incorreria no erro de simplificar e estereotipar as pesquisas. O referido autor acrescenta que grande parte dos pesquisadores brasileiros não busca situar sua temática de estudo especificamente em uma perspectiva clássica e/ou contemporânea, ou, ainda, em referentes, visto que isso se constituiria numa tarefa árdua, devido ao elevado número de autores que, em diferentes abordagens, lidam com o respectivo tema. Entretanto, há líderes de grupos de pesquisa que se vinculam a perspectivas teórico-metodológicas claras e assumidas. Sobre isso, Misse (2007) esclarece que alguns pesquisadores brasileiros estão inclusos na tradição europeia de estudo do

crime e da violência. São eles: 1) Alba Zaluar, que trabalha com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro; 2) Sérgio Adorno, que lida com pesquisas sobre o sistema de justiça penal, marcadas pelos estudos de Michel Foucault; 3) José Vicente Tavares dos Santos, que estabelece diálogos com Hannah Arendt sobre o excesso de poder; 4) Machado da Silva, que se ocupa de estudos sobre a sociabilidade violenta, aproximando-se da Escola de Chicago; 5) O próprio Michel Misse, cujos trabalhos têm vínculo com a tradição marxista, Michel Foucault e Norbert Elias.

Na tradição da criminologia norte-americana e anglo-saxão encontram-se os trabalhos de: 1) Cláudio Beato Filho, juntamente com os seus colaboradores do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), e Daniel Cerqueira, cuja preocupação dos estudos se volta para a dimensão espacial do crime, sendo influenciado pelos trabalhos de Cohen e Felson e as teorias ecológicas do crime; 2) Leandro Piquet Carneiro, que desenvolve pesquisas de vitimização; 3) Paulo Mesquita Neto, Túlio Kahn, Renato Sérgio de Lima, em São Paulo; Luís Flávio Saporì, em Minas Gerais, e Claudio Zanotelli, no Espírito Santo, que desenvolvem trabalhos de análises estatísticas da criminalidade; 4) Maria Cecília Minayo, Edinilsa Ramos e o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), que relacionam violência e saúde; 5) Joana Vargas, Ignácio Cano e Eduardo Batitucci, com trabalhos sobre o fluxo de justiça criminal; 6) Artur Trindade, Jacqueline Muniz e Jorge da Silva, que estudam a polícia brasileira; 7) Bárbara Soares, Silvia Ramos e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC), que abordam questões sobre a violência doméstica.

Portanto, as abordagens realizadas por cada autor supracitado para explicar as causas do crime e da violência perpassam diversas teorias, desde aquelas fundamentadas em hipóteses deterministas, como também em pressupostos socioculturais e/ou espacial. Outros trabalhos, conforme Misse (2007), apresentam um panorama que perpassa diversas teorias, devido, sobretudo, ao objeto de estudo em questão, que pode exigir abordagens que mais se adéquem e permitem explicar e compreender o fenômeno. À vista disto, o próximo tópico apresentará uma discussão acerca das hipóteses levantadas por diferentes autores para explicar a manifestação da criminalidade violenta no espaço.

1.2 Abordagens sobre as causas da criminalidade violenta

Conforme ressalta Cerqueira (2007) é difícil compreender o que leva uma pessoa a praticar crimes. Desde o início do século XX, esse tema vem despertando questionamentos por parte dos estudiosos de diversas áreas, que buscam uma causa que pudesse ser considerada geral para o comportamento criminoso. Conforme o referido autor, tais estudos estruturam-se, respectivamente, em duas dimensões: na primeira, aqueles que pesquisam as motivações individuais e os processos que levariam as pessoas a se tornarem criminosas; na segunda, são investigadas as relações entre as taxas de crime e as variações nas culturas, organizações e instituições socioeconômicas.

Oliveira (2008) declara que os estudos sobre a violência são abrangentes e complexos, constituindo-se

[...] a partir de diferentes olhares disciplinares e apresentam-se freqüentemente como inconclusivos. Às vezes, revelam vieses disciplinares, apontam dificuldades metodológicas, fazem afluir sentimentos de angústia, dados os infortúnios sofridos individualmente ou coletivamente, e apontam mais zonas cinzentas que certezas no que concerne à sua genealogia. O desafio de desvendar, tanto quanto possível, o fenômeno, mostra-se árduo, exigindo dedicação, persistência, visão integrativa de conhecimentos e rigor metodológico, além de ousadias na formação de pontes transdisciplinares e na formulação de hipóteses que possam contribuir para o estabelecimento de teorias sobre suas causas e conseqüências em níveis individual e comunitário (OLIVEIRA, 2008, p.44).

Francisco Filho (2004, p.14) destaca que alguns autores defendem a ideia de que o homem só se torna violento devido à influência externa, sendo a violência, portanto, um estado imposto pelo ambiente, e não inato. Outros autores, todavia, defendem que a natureza violenta do homem é instintiva, faz parte de sua genética, e o ambiente apenas permite que esse comportamento aflore, em maior ou menor grau. Nesse sentido, serão apresentadas a seguir algumas argumentações sobre essa questão: se a causa da violência é inerente ao ser humano, e puramente biológica, se é condicionada pelo meio, e estritamente influenciada por fatores ambientais ou se é uma junção de ambos. A divisão utilizada para apresentar as principais abordagens teóricas acerca da causas da criminalidade violenta baseou-se em Cerqueira e Lobão (2007).

1.2.1 Teorias focadas nas patologias individuais

Cerqueira e Lobão (2007) afirmam que as teorias que explicam o comportamento criminoso a partir de patologias individuais podem ser divididas em biológicas, psicológicas e psiquiátricas. Dentre as teorias biológicas, a abordagem mais conhecida é a do italiano Cesare Lombroso, médico psiquiatra, criminologista e antropólogo positivista. De acordo com Felix (2002), na obra *L'Uomo Delinquente*⁸ (1875) Lombroso defende que o “criminoso nato” possui alguns traços anatômicos e psicológicos, como a formação óssea do crânio e o formato das orelhas, que o distinguia do homem comum, além de outras características físicas que categorizavam todos os delinquentes (Figura 1):



Figura 1 – Traços anatômicos dos criminosos, segundo Lombroso.

Fonte: Lombroso (1875).

Posterli (2000) comenta, que apesar de Lombroso não ser geneticista, ele direcionou sua pesquisa para o atavismo (herança remota), sendo o primeiro a falar de hereditariedade do comportamento. Seus estudos serviram de marco para o surgimento da Criminologia, antes conhecida como Antropologia Criminal. Sua

⁸ LOMBROSO, Cesare. *L'Uomo Delinquente*. Milan: Hoepli, 1875.

perspectiva teórica também influenciou o desenvolvimento de diversos trabalhos na área da psiquiatria, como o de Hakeem⁹ (1958), que defendia a hipótese de que os criminosos constituíam um tipo de indivíduo inferior, caracterizado por desordens mentais, alcoolismo e neuroses. Healy¹⁰ (1915) destacou em seus estudos algumas dessas características consideradas de igual modo por Glueck¹¹ (1918) ao pesquisar 6.008 detentos de Sing Sing, prisão de segurança máxima de Nova Iorque.

Os deterministas biológicos, segundo Felix (2002), defendem que os criminosos violentos possuem uma anomalia genética, caracterizada pela existência de cromossomos sexuais XYY, quando deveriam possuir o par normal XY, em geral encontrado na população. Todavia, como ressalta a autora, muitos geneticistas adeptos desta teoria declaram que somente os fatores genéticos são passíveis de transmissão, e não os caracteres físicos, ou seja, “[...] a hereditariedade transmitia apenas *tendências* para a formação dos caracteres, que se desenvolverão ou não, de acordo com a co-participação dos fatores ambientais”. (FELIX, 2002, p.10, destaque do autor). Sobre isso, Posterli (2000) acrescenta que

Consubstanciando o binômio *genética e comportamento criminoso*, a análise do *DNA*, por exemplo, a dos integrantes de uma família de holandeses, em 1993, reconhecida pelos seus *vários casos de conduta violenta*, restou concluída no sentido de que um *defeito genético no cromossomo X* explicava tal *comportamento delituoso* exteriorizado por *homens violentos* (POSTERLI, 2000, p.39, destaque do autor).

Estudos desenvolvidos no campo da Medicina, abordando aspectos neurofisiológicos, trouxeram contribuições para a compreensão dos fatores que predis põem o comportamento violento em momentos específicos, como, por exemplo, durante a prática de um assalto. Posterli (2000), que é médico psiquiatra e professor na Faculdade de Medicina Legal da Universidade Federal de Goiás, comenta que durante um assalto, as sensações vividas são as mesmas tanto para o assaltante quanto para a vítima, apesar de o abalo ser maior para quem está com a arma em punho, sobretudo se for inexperiente, o que pode se caracterizar como um problema ainda maior, agravando a situação. O referido autor explica que

⁹ HAKEEM, M. A critique of psychiatric approach to crime and correction. **Law and Contemporary Problems**, v. 23, p. 650-682, 1958.

¹⁰ HEALY, W. **The individual delinquent**: a text-book of diagnosis and prognosis for all concerned in understanding offenders. Boston: Little, 1915.

¹¹ GLUECK, B. Concerning prisoners. **Mental Hygiene**, v. 2, p. 85-151, 1918.

Àquele instante ocorre um verdadeiro *alarme cerebral* com, subseqüentemente, as mais variadas *reações corpóreas*. O *medo da arma* ou de *ter que puxar o gatilho* estimula uma região do cérebro, chamada *hipotálamo*, a qual regula o metabolismo e controla as atividades involuntárias do organismo. Deflagrado isso, corre então uma *mensagem* pela *medula espinhal* [...], “avisando” as glândulas *supra-renais* [...] para que descarreguem no sangue o *hormônio* por elas secretado e sobejamente conhecido por *adrenalina* [...] desencadeando aí uma autêntica *reação de cadeia*. A *adrenalina* por sua vez prepara o *corpo* e o *cérebro* para a possibilidade de *ataque* ou *fuga*. A essa instância ocorre *taquipnéia*, ou seja, respiração superficial e acelerada, assim como *taquicardia*, isto é, aumento do número de batimentos cardíacos por minuto, além de elevar-se a *pressão arterial*. Por isso o *coração dispara* à custa, pois, desse propaladíssimo hormônio *adrenalina* [...]. Aliás, tudo fica exaltado, inclusive o *metabolismo* que, estando mais rápido, *cria força e vigor para o momento decisivo* (POSTERLI, 2000, p.35-36, destaque do autor).

Posterli (2000, p.62), utilizando-se também de abordagens neurofisiológicas para explicar as atitudes violentas dos usuários de drogas ilícitas, declara que “[...] dependendo do tóxico há uma reação química no cérebro, a qual pode predispor à agressividade, por conseguinte à violência e, portanto, à criminalidade”. O crack, por exemplo, é uma droga que age no neocórtex e no sistema límbico, unidade responsável pelas emoções. Não provoca dependência física, mas, ao contrário, gera dependência psicológica, que incide na prática de atos delituosos. O crack é, por esta razão, uma droga com alto potencial de dependência psíquica e, portanto, com consequências delitivas imprevisíveis e graves.

A cocaína, por sua vez, é o estimulante natural de maior potência, que age no sistema nervoso central desencadeando graves consequências. Ela proporciona o estado de euforia e a autoconfiança, podendo incidir no surgimento do comportamento violento. Por esta razão, Posterli (2000, p.62) destaca que “[...] criminosos usam droga para encorajar seus ânimos, notadamente a cocaína, que é comumente conhecida como ‘a droga da coragem’, ao contrário da *maconha*, que é ‘a droga da amizade’.” Em termos de poder destrutivo, a heroína é cinco vezes mais tóxica que a morfina. Atua no neocórtex, inibindo o sistema nervoso central durante o seu efeito no organismo, e incapacitando o usuário a praticar ações violentas. Há, todavia, uma correlação dessa droga com a agressividade devido à dependência física que provoca, podendo levar ao desespero. Mas é importante ressaltar que o mecanismo de entrada para o uso dessas drogas legalmente proibidas é, sempre por meio daquelas consideradas lícitas, como o álcool e o cigarro, que também causam uma série de agravos à saúde, e, no caso do álcool, podem predispor o indivíduo que o utiliza a praticar crimes.

Cerqueira e Lobão (2007) comentam que após a 1ª Guerra Mundial diversos trabalhos de cunho psicológico foram desenvolvidos com o objetivo de medir o grau em que criminosos eram psicologicamente diferentes dos não-criminosos. Cressey¹² (1968), por exemplo, num estudo realizado sob a perspectiva psicológica, defende que a baixa inteligência é a hipótese básica para explicar a causa da criminalidade. Essas teorias baseadas nas características psicológicas próprias de criminosos foram abandonadas após a 2ª Guerra Mundial, sobretudo pelo seu conteúdo racista. Outra perspectiva que levou ao abandono dessa abordagem foi o aparecimento de novos estudos que negaram a diferença entre criminosos e não-criminosos, seja por grau de inteligência ou outra característica psicológica intrínseca.

Os referidos autores comentam que as pesquisas atuais vêm tentando relacionar os fatores biopsicológicos do indivíduo ao seu histórico de vida e às relações sociais estabelecidas. Como exemplos, citam os trabalhos de Daly e Wilson (1983¹³, 1988¹⁴ e 1999¹⁵), que se enquadram na corrente científica denominada *biologia social*, que vê o crime, em especial o homicídio, como uma necessidade de preservação de sua linha genética (do criminoso). De modo geral, Cerqueira e Lobão (2007, p.5) argumentam que

[...] tanto biólogos como psicólogos têm se movido da idéia de que haveria disfunções ou desvios de características do criminoso em relação ao não-criminoso para a idéia de que a criminalidade se constituiria em uma espécie de ajustamento de problemas mentais ou biológicos que o indivíduo teria conectado a outros problemas derivados dos relacionamentos sociais. Por essa perspectiva, tais estudos têm, crescentemente, se aliado a outras teorias de estrutura social e cultural para explicar a criminalidade.

Verifica-se, portanto, que, gradualmente, a violência e o crime têm deixado de ser vistos como uma patologia individual e outras perspectivas teóricas vêm sendo incorporadas ao seu estudo, enriquecendo, dessa forma, as explicações e compreensões sobre o tema.

¹² CRESSEY, D. P. **Crime**: causes of crime in International. Encyclopedia of The Social Sciences, v. 3. The Macmillian Company & The Free Press Ed. (David L. Sills ed.), 1968.

¹³ DALY, M., MARGO, W. **Sex, evolution, and behavior**. 2nd ed. Boston: PWS Publishers, 1983.

¹⁴ DALY, M., MARGO, W. **Homicide**. New York: A. de Gruyter, 1988.

¹⁵ DALY, M., MARGO, W. **The truth about Cinderella**: a Darwinian view of parental love. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1999.

1.2.2 Teoria da Desorganização Social

Esta teoria foi inicialmente desenvolvida na Universidade de Chicago, entre a década de 1920 e 1930, pelos sociólogos Clifford Shaw e Henry McKay, cujo enfoque era dado às comunidades locais, entendidas

[...] como um complexo sistema de redes de associações formais e informais, de relações de amizade, parentesco e outras que, de alguma forma, contribuam para o processo de socialização e aculturação do indivíduo (CERQUEIRA; LOBÃO, 2007, p.5).

Tais relações seriam condicionadas por fatores estruturais, como: status econômico, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica, desagregação familiar e urbanização. Citando Entorf e Spengler¹⁶ (2002), Cerqueira (2007, p.21) ressalta que a criminalidade surgiria como consequência de efeitos indesejáveis presentes na organização dessas relações sociais comunitárias e de vizinhança, tais como redes de amizade dispersas, grupos de adolescentes sem supervisão, orientação ou reduzida participação social.

Conforme Cerqueira e Lobão (2007), os autores Sampson e Groves¹⁷ (1989) foram os primeiros a desenvolverem um estudo empírico com o objetivo de testar a teoria da desorganização social. Eles realizaram uma pesquisa de vitimização, de nível nacional, em 10.905 residências de 238 localidades na Grã-Bretanha, e utilizaram como variáveis dependentes os seguintes crimes: roubos de rua, violência perpetrada por estranhos, arrombamentos, roubo autoimputado e vandalismo, além do total de vitimizações. Foram testadas oito variáveis explicativas: *status* socioeconômico, heterogeneidade étnica, estabilidade residencial, desagregação familiar, urbanização, redes de amizade local, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional. As conclusões à qual chegaram foram as seguintes: os fatores que resultaram em estatísticas significativas ao nível de 5% mais importantes para a relação com a prática criminal foram: desagregação familiar, urbanização, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional. O levantamento realizado por Cerqueira e Lobão (2007), para os

¹⁶ ENTORF, H., SPENGLER, H. **Crime in Europe causes and consequences**. Berlin: Springer, 2002.

¹⁷ SAMPSON, R. J., GROVES, W. B. Community structure and crime: testing social disorganization theory. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 774-802, 1989.

estudos que testaram essa teoria, é diverso. Muitos deles não encontraram correlação positiva entre o que a teoria defende e as variáveis elencadas para análise. Outros, entretanto, testaram mais de duas variáveis e os resultados foram insignificantes para explicar a criminalidade.

1.2.3 Teoria Estrutural-Funcionalista do Desvio e da Anomia

Foi desenvolvida por Robert Merton¹⁸ (1938), e baseia-se na afirmação de que a motivação para o crime decorre da impossibilidade de o indivíduo alcançar as metas desejadas, como o sucesso econômico, por exemplo, em virtude de fatores sociais que impedem sua realização. A anomia é uma das mais tradicionais teorias sociológicas explicativas da criminalidade, que tem suas bases nas ideias de Émile Durkheim, sendo ela quem origina a concepção de desorganização social e de patologia social, usadas pelos sociólogos para explicar o crime como um problema social resultante das tensões presentes na estrutura da sociedade.

Cerqueira (2007) destaca que a necessidade de operacionalizar essa teoria fez surgir três perspectivas distintas. São elas: 1) As diferentes aspirações individuais; 2) Os meios econômicos disponíveis para alcançá-las; 3) As oportunidades bloqueadas. Foram elaboradas por Agnew¹⁹ (1987), Burton Junior e Cullen²⁰ (1992), Burton e outros (1994). Para a primeira perspectiva, observa-se que

[...] o processo de anomia ou tensão decorreria da diferença entre as aspirações individuais e suas reais possibilidades de realização. Um exemplo de questão que poderia indicar a existência desse fenômeno seria: *“eu gostaria de possuir um carro, uma casa, um tênis da moda etc., mas eu acho que não conseguiria dinheiro ou condições para satisfazer tais aspirações”*. (CERQUEIRA, 2007, p. 20, destaque nosso).

Sob a segunda ótica, o referido autor destaca que

[...] o foco de divergências com as normas instituídas passa a existir a partir do momento em que o indivíduo percebe que o seu insucesso decorre de condições externas à sua vontade, o que implicaria afirmações do tipo: *“toda vez que tento ir para frente, algo me segura”* ou *“eu não tenho*

¹⁸ MERTON, Robert K. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, v.3, 1938.

¹⁹ AGNEW, R. Testing Structural Strain Theories. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.24, 1987.

²⁰ BURTON JR., V. S.; CULLEN, F. T. The Empirical Status of Strain Theory. **Crime and Justice**, v.15, 1992.

sucesso, pois não participo de uma rede de conexões". (CERQUEIRA, 2007, p. 20 – destaque nosso).

A terceira perspectiva relaciona-se à privação relativa, e enfatiza questões relacionadas à

[...] distância entre o ideal de sucesso da sociedade (vivido por alguns) e aquela situação específica em que o indivíduo se encontra. Um exemplo seria: *"sinto-me irritado com o fato de alguns terem muito, ao passo que não possuo o suficiente para viver adequadamente"*. (CERQUEIRA, 2007, p. 20, destaque nosso).

Cerqueira (2007) ressalta que Agnew²¹ (1992) ampliou a teoria da anomia com o objetivo de compreender mais duas circunstâncias que se colocam para além da frustração advinda da diferença nas aspirações individuais e os meios para satisfazê-las: 1) Uma é a satisfação que deriva do fato de outros terem tomado posse de algo valioso do indivíduo, não necessariamente material; 2) A outra advém do fato de que as pessoas são postas diante de circunstâncias negativas geradas por diferenças sociais. Essa ampliação teórica, realizada por Agnew (1992) ficou conhecida como Teoria Geral da Anomia.

1.2.4 Teoria da Associação Diferencial e do Aprendizado Cultural

Edwin Sutherland²² foi quem desenvolveu essa teoria, também influenciada pelo interacionismo simbólico, cuja ideia principal é a de que os significados surgem da interação, teoria inicialmente desenvolvida pela Escola de Chicago. Oliveira (2008) destaca que a Teoria da Associação Diferencial e do Aprendizado Cultural surgiu de questionamentos levantados por Sutherland sobre alguns pontos da teoria da anomia, dentre eles, como explicar, por exemplo, crimes cometidos pelas classes média e rica, que não ocorrem devido à falta de acesso aos meios para obtenção de sucesso profissional e financeiro? Assim, propôs, então

[...] que os indivíduos aprendem a respeitar as normas sociais ou a

²¹ AGNEW, R. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, v.30, 1992.

²² SUTHERLAND, Edwin H. Development of the Theory. In: SCHUESSLER, K. **Sutherland on Analyzing Crime**. Chicago: IL, Chicago University Press, 1973.

delinquir, a partir de suas relações com outros indivíduos. A condição primordial para o comportamento criminoso e/ou violento, nesta perspectiva, é estar em associação, ou seja, em companhia de outros que sejam favoráveis à violação das normas (OLIVEIRA, 2008, p.48).

Freitas (2004), citando Sutherland (1939), comenta que

[...] o crime não é causado nem por característica da personalidade do criminoso e nem pelo ambiente, mas decorre do aprendizado, ou seja, a conduta criminosa é aprendida assim como qualquer outro comportamento, aprendizado este que ocorre na interação com outras pessoas através de um processo de comunicação (SUTHERLAND, 1939 apud FREITAS, 2004, p.109).

Cerqueira (2007) acrescenta que, de acordo com Edwin Sutherland, a família, a comunidade e o grupo de amigos teriam um papel central nesse processo, e que os efeitos advindos da interação entre esses atores são indiretos, sendo suas influências suscitadas pela variável latente *Determinação Favorável ao Crime (DEF)*. O referido autor afirma que dentre as variáveis geralmente mensuradas para captar a DEF está o aprendizado de métodos e técnicas criminosas, além do

[...] grau de supervisão familiar; a intensidade de coesão dos grupos de amizade; a percepção dos jovens acerca de outros jovens da vizinhança que se envolvem em problemas; e a residência do jovem com os pais (CERQUEIRA, 2007, p.20).

Conforme relatam Pinheiro e Almeida (2003), a influência da comunidade sobre crianças e jovens chega a ser mais importante do que aquela exercida pela família na determinação do comportamento futuro dos mesmos. Os referidos autores comentam que estudos acerca da delinquência juvenil e evasão escolar demonstram que é melhor que a criança esteja inserida numa boa vizinhança e numa família com problemas do que o contrário. Além disso, acrescentam que a família é apenas uma das instâncias de socialização da criança, que, por sua vez, é posta em segundo plano já na pré-adolescência, quando ela se insere em outros grupos sociais, como a escola, amigos e conhecidos, passando, também a ser influenciado pela mídia. Especificamente, no Brasil, o modelo tradicional de família se modificou, pois muitas famílias são dirigidas apenas pela mulher ou, em muitos casos, pelos filhos mais velhos, não sendo poucas as situações nas quais a criança ou adolescente permanecem sozinhos em casa ou sob o cuidado de parentes próximos quando os responsáveis pelo lar estão trabalhando.

1.2.5 Teoria do Controle

Essa teoria fundamenta-se no pressuposto de que qualquer pessoa é um criminoso em potencial, e o que define a atividade criminosa são as oportunidades favoráveis à prática do crime, sendo as estratégias de controle que impedem a maioria das pessoas de praticarem atos criminosos. Quanto àqueles que o praticam, o fazem diante da fragilidade presente nas forças de controle em operação (FREITAS, 2004). Dessa teoria surgiram algumas discussões que consideram o espaço como um elemento de influência na criminalidade. São elas: 1) A Teoria das Atividades de Rotina; 2) Teoria das Janelas Quebradas; 3) Teoria da Escolha Racional; e 4) Teoria da Prevenção Situacional do Crime.

A Teoria das Atividades de Rotina foi estabelecida por Cohen e Felson (1979), e publicada no artigo *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach*²³, e assume como hipótese para a ocorrência criminal a coexistência de três elementos: uma vítima e um agressor em potencial e a presença ou ausência de elementos dissuasórios. Cohen e Felson (1979) afirmam que essa teoria explica a evolução das taxas de crime não por meio das características dos criminosos, mas das circunstâncias em que os crimes ocorrem que de acordo com Felson e Clarke (1998), possuem dez princípios norteadores: 1) A oportunidade é uma das causas de qualquer crime; 2) A oportunidade é específica para cada tipo de crime; 3) O crime muda a cada hora e dia da semana, refletindo as possibilidades de realizá-lo; 4) A oportunidade depende das atividades diárias de rotina; 5) Um crime gera oportunidade para outro; 6) Alguns produtos oferecem maior oportunidade para o crime; 7) Mudanças sociais e tecnológicas produzem novas oportunidades para o crime; 8) Um crime pode ser prevenido ao se reduzir oportunidades para a sua ocorrência; 9) A redução de oportunidade não necessariamente causa deslocamento espacial do crime; 10) Medidas de prevenção em uma área podem levar à redução do crime em outra próxima, proporcionando uma difusão de benefícios.

A Teoria das Janelas Quebradas foi desenvolvida por Wilson e Kelling (1982), da qual originou o artigo *Broken Windows*²⁴. Eles defendem que uma simples janela

²³ COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. **American Sociological Review**, 44, p.588-68, 1979.

²⁴ WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken Windows. **Atlantic Monthly**, p.29-38, mar. 1982.

quebrada sinaliza a falta de preocupação ou cuidado com aquele imóvel por parte de seus donos, o que pode levar a outros danos, e até mesmo contaminar toda a área, levando à deterioração física do espaço, bem como das relações sociais. Nesse sentido, os autores supracitados argumentam que os problemas devem ser corrigidos quando ainda estão no começo. Conforme Freitas (2004), essa teoria fundamentou a política de tolerância zero, cuja premissa é a de que o combate das contravenções e delitos menores incide na redução do nível geral de criminalidade.

A Teoria da Escolha Racional foi desenvolvida por Ronald Clarke, juntamente com Derek Cornish, e apresentada no artigo *Modeling Offender's Decisions* (1985)²⁵. (FREITAS, 2004). Conforme Carvalho (2005), tem como pressuposto a ideia de que o crime é fruto de uma decisão econômica, ou seja, o delinquente faz um cálculo entre as vantagens que pode obter com o delito, por exemplo: dinheiro, sexo, aventura, perigos (a dor). Ariza (1998) destaca que quando um delinquente identifica numa determinada situação indícios que denotam oportunidade para a prática de um delito é quando se estabelecem as condições para a prática do mesmo. Dessa forma, a conduta criminoso é o resultado de uma decisão racional. Carvalho (2005) ressalta que o delito patrimonial é aquele ao qual mais se aplica esta teoria.

A Teoria da Prevenção Situacional do Crime será abordada de forma mais detalhada no Capítulo 2. Ela foi desenvolvida por Ronald Clarke e apresentada no artigo *Situational Crime Prevention: Theory and Practice* (1980)²⁶. De acordo com Freitas (2004), essa teoria se baseia na ideia de que o crime pode ser prevenido de duas formas específicas: 1) Com a redução das oportunidades presentes no espaço que favorecem a sua perpetração; 2) Aumentando-se os riscos para o criminoso no que se refere à prática da atividade delituosa.

1.2.6 Teoria da Ecologia Humana

A Teoria da Ecologia Humana ou Teoria Ecológica defende que a sociedade e

²⁵ CLARKE, Ronald; CORNISH, Derek. *Modeling Offender's Decisions*. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (eds.). **Crime and Justice: An Annual Review of Research**. Chicago: University of Chicago Press, 1985. p.147-186.

²⁶ CLARKE, Ronald. *Situational Crime Prevention: Theory and Practice*. **British Journal of Criminology**, 20, p.136-147, 1980.

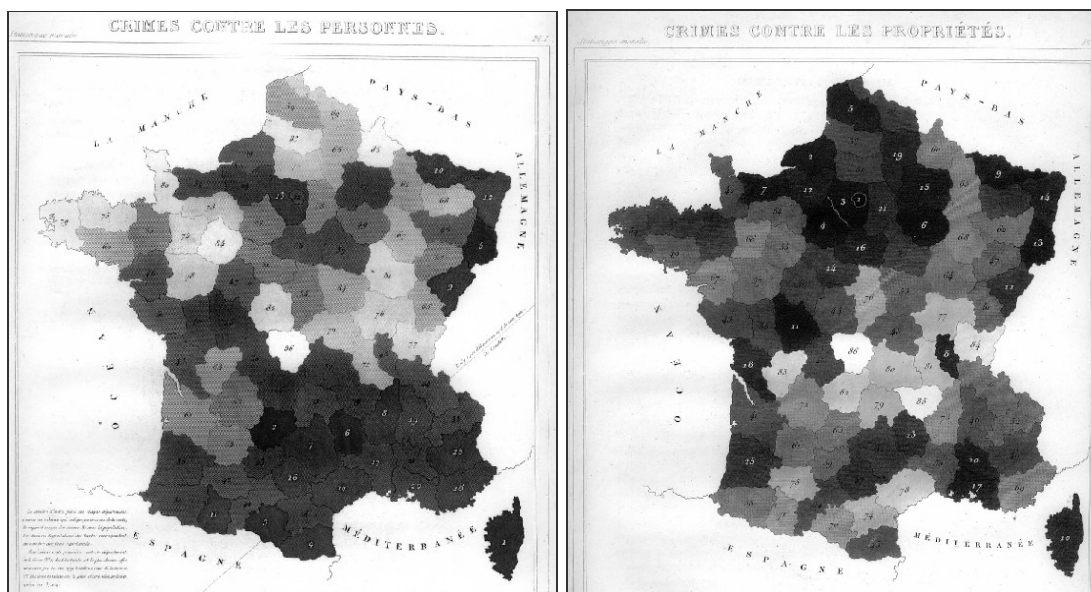
o espaço têm uma participação importante na gênese da criminalidade. Foi desenvolvida por Robert Park²⁷, na Escola de Chicago, e influenciou muitos estudos subsequentes sobre a relação entre crime e espaço urbano:

Em termos recentes a cidade tem sido estudada segundo o ponto de vista de sua geografia, e ainda mais recentemente segundo o ponto de vista de sua ecologia. Existem forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana – na verdade, dentro dos limites de qualquer área de habitação humana – forças que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado de sua população e instituições. À ciência que procura isolar estes fatores, e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças, chama-se Ecologia Humana, que se distingue da Ecologia dos animais e plantas (PARK, 1979, p. 26-27).

Segundo Freitas (2004), Park influenciou o desenvolvimento de trabalhos de cientistas que ficaram conhecidos como “estatísticos morais” ou “médicos sociais”. Merecem destaque André-Michel Guerry, advogado e estatístico francês, autor do Ensaio sobre a estatística moral da França (1833) e Lambert Adolphe Jacques Quetelet, matemático e astrônomo belga, que escreveu *Physique Sociale* (1835). Estes precursores estudaram os efeitos de fatores demográficos, ambientais e situacionais sobre a criminalidade, chegando à conclusão de que eram as condições sociais que causavam esse fenômeno, e não os fatores individuais, biológicos.

André-Michel Guerry apresentou o primeiro trabalho de ecologia social do crime a partir de uma abordagem geográfica, utilizando-se de mapas para relacionar as ocorrências criminais com a localidade e os fatores sociais. Tais mapas produzidos na época apresentavam algumas limitações, como a ausência de escala e legenda, importantes para a compreensão da informação espacializada. Os mapas revelaram que as taxas de crime contra pessoa e contra o patrimônio permaneceram notavelmente estáveis ao longo do tempo, quando desagregadas por sexo, idade e região (Mapa 2).

²⁷ PARK, Robert Ezra. **A cidade:** sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro, Zahar, 1979. O artigo original foi publicado em 1915 no *American Journal of Sociology*, sob o título: *The City: suggestions for the investigation of Human Behavior in the Urban Environment*.



Mapa 2 – Crimes contra pessoas e contra a propriedade, produzidos por André-Michel Guerry na obra "*Ensaio sobre a estatística moral da França*" (1833).

Fonte: André-Michel Guerry (1833). (www.wikipedia.org).

Lambert Adolphe Jacques Quetelet, num estudo sobre criminalidade, *Development on the Propensity to Crime* (1831), identificou que as relações faixa etária, gênero e criminalidade eram fortes, e constatou, também, que outros fatores como clima, pobreza, educação e consumo de álcool influenciavam nas ocorrências. Dois outros nomes surgem na Inglaterra, Joseph Fletcher (1848) e Jonh Glyde (1856), que sob uma perspectiva geográfica, mapearam a distribuição e a demografia do crime, comparando índices de criminalidade com outros indicadores sociais, a partir de dados censitários.

A Teoria da Ecologia Humana, de acordo com Freitas (2004), fundamenta-se em dois conceitos da ciência natural: 1) simbiose e 2) invasão, dominação e sucessão, a partir dos quais o crime passa a ser considerado um fenômeno ambiental que envolve aspectos físicos, sociais e culturais. Simbiose é um conceito das ciências naturais referente à convivência de diferentes espécies para o benefício mútuo de cada uma delas. Assim, "Park via a cidade não apenas como um fenômeno geográfico, mas como um tipo de 'super-organismo' que tinha 'unidade orgânica' derivada das inter-relações simbióticas das pessoas que nela vivem" (FREITAS, 2004, p. 48). O conceito de invasão, dominação e sucessão, por sua vez, envolve o processo através do qual o equilíbrio da natureza de um dado local pode sofrer modificações quando uma nova espécie surge e afasta outras formas de vida.

Robert Park percebeu que isso também ocorre nas sociedades humanas. Freitas (2004, p. 69) exemplifica dizendo que “[...] a história das Américas é marcada por um processo de invasão, dominação e sucessão pelos europeus no território das populações nativas americanas”. Em outro exemplo, diz: “[...] nas cidades, um grupo cultural ou étnico pode tomar um bairro inteiro de outro grupo, podendo esse processo ter início com a mudança de apenas um ou alguns moradores”.

A partir de 1930, a Teoria Ecológica perdeu espaço para outras abordagens teóricas, e somente na década de 1970, na Inglaterra, e em 1980, nos Estados Unidos, é que a ecologia humana ganhou um novo impulso, devido: 1) À redescoberta do crime, ou seja, dos novos enfoques criminológicos, que transferiram o foco do infrator para a infração penal e; 2) Às estatísticas sobre criminosos. (FREITAS, 2004). A redescoberta do crime incluiu pesquisas de vitimização, como as do governo, que tratavam do crime como oportunidade, e que levavam à perspectiva criminológica definida como *prevenção situacional do crime*, desenvolvida por Ronald Clarke, e baseada na premissa de que o crime pode ser prevenido de forma eficaz, reduzindo-se as oportunidades existentes no ambiente, que favorecem sua prática, e aumentando os riscos da atividade criminosa.

O segundo fator, relacionado às estatísticas sobre criminalidade, teve como precursor Terence Morris, com a obra *The Criminal Area*²⁸, publicada em 1957. Em seus estudos, o referido autor chegou à conclusão de que não são apenas as condições espaciais que levam alguém a cometer crime, mas “[...] os processos ecológicos naturais de invasão-dominação-sucessão estão sujeitos a serem severamente modificados por políticas sociais”. (MORRIS, 1956, p.130 apud FREITAS, 2004, p.105). Seus pressupostos teóricos foram confirmados e aplicados por Jonh Baldwin e Anthony Bottoms, no trabalho intitulado *The Urban Criminal*, publicado em 1976, que pesquisou a relação entre a área de residência de criminosos e a de ocorrência de crimes, verificando que as mesmas não coincidiam.

Freitas (2004) comenta que seguindo essa mesma linha de investigação, Susan Smith²⁹ (1986) realizou uma pesquisa na cidade inglesa de Birmingham, e verificou que havia uma elevada concentração de criminosos residindo na área pobre adjacente ao centro da cidade, chegando à conclusão de que essa

²⁸ MORRIS, Terence. **The Criminal Area: A Study in Social Ecology**. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1957.

²⁹ SMITH, Susan. **Crime, Space and Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

concentração se dava em decorrência da distribuição desigual da riqueza e das oportunidades, fator que levava os pobres a residirem ali. Ela pesquisou a relação entre a situação de emprego, oportunidades de moradia, classe social e o alto índice de criminosos naquele local, constatando que estes fatores poderiam explicar essa concentração de criminosos naquela área.

A Teoria da Ecologia Humana vê a cidade como um elemento motivador da criminalidade, pois nela convergem fatores que trazem em si elementos predisponentes à incidência de atos violentos. A estrutura do modelo ecológico criado para compreender a violência pode ser visto no Diagrama 2:

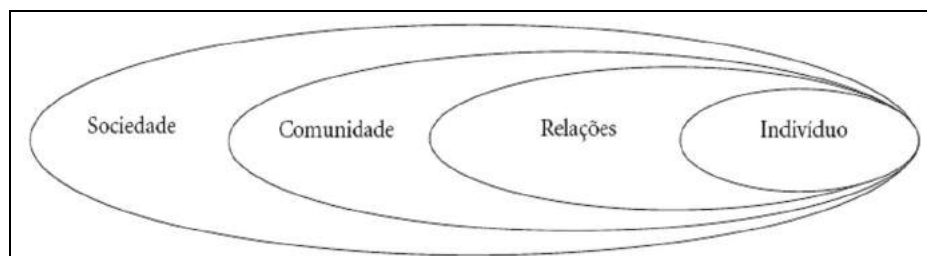


Diagrama 2 – Modelo ecológico para compreender a violência, segundo a OMS.

Fonte: Dahlberg e Krug (2007, p. 1172).

Conforme Dahlberg e Krug (2007), o primeiro nível do modelo ecológico, caracterizado pelo indivíduo, identifica tanto os fatores biológicos como também os da história pessoal que um indivíduo traz para o seu comportamento. Neste nível, são levados em consideração fatores como a impulsividade, o baixo nível educacional, o abuso de substância química e a história de agressão e abuso vividos pelo indivíduo. Em resumo, ele focaliza as características do indivíduo que possam vir a aumentar a probabilidade de ele se tornar vítima ou agressor no contexto violento.

O segundo nível explora como as relações sociais próximas - aquelas estabelecidas entre companheiros, parceiros íntimos e membros da família - aumentam o risco de vitimização ou agressão. Os referidos autores afirmam que, em se tratando de agressão estabelecida entre parceiros e de maus tratos a crianças, a interação cotidiana com o agressor, em domicílio comum, aumenta a oportunidade de ataques violentos. Essa situação de convívio cotidiano incide, também, na ocorrência contínua de agressão, como no caso dos estupros.

O terceiro nível do modelo ecológico – a comunidade – examina os contextos comunitários nos quais estão inseridas as relações sociais, como escolas, locais de trabalho e bairros, e a partir disso, procura identificar as características dos cenários associados às vítimas e agressores. Dahlberg e Krug (2007) comentam que a pesquisa sobre a violência demonstra que as oportunidades para que ela ocorra são maiores em alguns contextos do que em outros como, por exemplo, em áreas de pobreza ou deterioração física, ou onde há escasso apoio institucional. Talvez por isso, alguns trabalhos insistem em relacionar crime e pobreza, defendendo a premissa de que os pobres são os principais perpetradores da criminalidade. Conforme os referidos autores,

Um alto nível de mobilidade residencial (em que as pessoas não permanecem por muito tempo numa mesma residência, mas se mudam com frequência), heterogeneidade (população altamente diversificada, com pouco do adesivo social que mantém as comunidades unidas) e alta densidade populacional são exemplos daquelas características, e cada uma delas tem sido associada à violência. Do mesmo modo, comunidades envolvidas com tráfico de drogas, alto nível de desemprego ou isolamento social generalizado (locais onde as pessoas não conhecem seus vizinhos ou não se envolvem com a comunidade) têm mais probabilidade de viver experiências violentas (DAHLBERG; KRUG, 2007, p.1124).

O quarto nível do modelo ecológico analisa os fatores mais significativos da sociedade que influenciam as taxas de violência. Há fatores que criam um ambiente propício à violência, e outros que sustentam divisões entre diferentes segmentos da sociedade, dentre eles citam-se as normas culturais que veem a violência como uma forma aceitável para resolver conflitos, normas que fixam o domínio masculino sobre as mulheres e crianças e normas que apoiam o uso abusivo da força pela polícia contra os cidadãos (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1173).

Todos os pressupostos utilizados para explicar as causas da criminalidade violenta apresentam suas contribuições para o período histórico no qual foram desenvolvidos, e apesar das mudanças sociais, que por sua vez modificam a forma de pensar da sociedade, e influenciam nas ideias formuladas acerca dos diversos fenômenos sociais, algumas abordagens teóricas ainda são empregadas em estudos contemporâneos sobre a criminalidade, como é o caso das teorias deterministas, que ainda permanecem em evidência. O Quadro 2 traz um resumo das principais abordagens teóricas sobre a temática do crime e da violência:

Teoria	Abordagem	Variáveis
<i>Patologias individuais</i>	O crime decorre de ajustamento de problemas mentais ou biológicos que o indivíduo teria conectado a outros problemas derivados de relacionamentos sociais.	Disfunções bio-psicológicas associadas a problemas de sociabilidade
<i>Ecologia humana</i>	O crime decorre da correlação das relações simbólicas e culturais com a congregação espacial dos indivíduos.	Organização espacial das cidades, mobilidade social, controle social.
<i>Anomia</i>	Impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas por ele. Três enfoques: a) Diferenças de aspirações individuais e os meios disponíveis; B) Oportunidades bloqueadas; c) Privação relativa.	Participa de redes de conexões? Existem focos de tensão social? Eventos da vida negativos, sofrimento cotidiano, relacionamento negativo com adultos, brigas familiares, desavenças com vizinhos, tensão no trabalho.
<i>Aprendizado social (Associação Diferencial)</i>	Os indivíduos determinam seus comportamentos a partir de suas experiências pessoais com relação a situações de conflito, por meio de interações pessoais e com base no processo de comunicação	Grau de supervisão familiar, intensidade de coesão nos grupos de amizade, existência de amigos com problemas com a polícia, percepção dos jovens sobre outros envolvidos em problemas de delinquência, jovens morando com os pais, contato com técnicas criminosas.
Controle social	O que leva o indivíduo a não enveredar pelo caminho da criminalidade? A crença e a percepção do mesmo em concordância com o contrato social (acordos e valores vigentes), ou elo com a sociedade.	Envolvimento do cidadão no sistema social, concordância com os valores e normas vigentes, ligação filial, amigos delinquentes, crenças desviantes.
Desorganização social	Abordagem sistêmica em torno das comunidades, entendidas como um complexo sistema de redes de associações formais e informais.	Status socioeconômico, heterogeneidade étnica, mobilidade social, desorganização familiar, urbanização, redes de amizades locais, grupos de adolescentes sem supervisão, participação institucional, desemprego, existência de mais de um morador por cômodo.
Autocontrole	O não desenvolvimento de mecanismo psicológico de autocontrole entre os dois anos e a pré-adolescência que geram distorções no processo de socialização pela falta de imposição familiar.	Frequentemente, eu ajo ao sabor do momento sem medir consequências, eu raramente deixo passar uma oportunidade de gozar um bom momento.
Interacional	Processo interacional dinâmico com dois ingredientes: 1) Perspectivas evolucionárias, cuja carreira criminal inicia-se aos 12/13 anos, ganha intensidade aos 16/17 e finaliza aos 30 anos; 2) Perspectiva interacional que entende a delinquência como causa e consequência de um conjunto de fatores e processos sociais.	As mesmas daquelas constantes nas teorias do aprendizado social e do controle social.
Escolha racional	O indivíduo decide sua participação em atividades criminosas a partir da avaliação racional entre perdas e ganhos esperados advindos das atividades ilícitas.	Salários, renda familiar per capita, desigualdade de renda, acesso a programas de bem estar sociais, eficiência da polícia, adensamento populacional, magnitude das punições, inércia criminal, aprendizado social, educação.

Quadro 2 – Teorias, abordagens e fatores explicativos para o crime.

Fonte: Cerqueira (2007, p.27).

Pelo caráter complexo que a violência e o crime apresentam, torna-se necessário estudá-los a partir de diferentes abordagens que permitam perscrutar todos os seus elos. Qualquer encaminhamento que se faça sobre o crime deve levar

em consideração suas diferentes facetas, ou seja, não pode ser analisado apenas do ponto de vista do criminoso. A vítima tem muito a oferecer na explicação do evento. Daí a importância das teorias que abordam os estilos de vida e as oportunidades favoráveis ao crime. De igual modo, o local de incidência dos crimes também é importante na caracterização do *modus operandi* do criminoso, uma vez que os elementos contidos no espaço podem facilitar a ação do bandido, e ele pode buscar sempre lugares que apresentem características que lhe sejam favoráveis à prática da ação delituosa. Nesse sentido, contribuem para o alcance dos objetivos propostos nesta tese as teorias ecológicas, bem como as do controle, pois estas, após identificarem os locais onde a incidência de crimes é mais elevada podem intervir com estratégias capazes de intimidar os bandidos, dificultando suas ações e minimizando as ocorrências criminosas, e assim diminuir o medo e a sensação de insegurança das populações que habitam espaços considerados violentos.

O medo e a insegurança são consequências da exacerbação da criminalidade violenta. Esta temática vem encontrando espaço nas pesquisas acadêmicas de diversas áreas do conhecimento, e a Geografia também se inclui nelas, cujos debates têm trazido contribuições importantes para a compreensão do processo de instauração da violência criminosa nas cidades brasileiras e dos mecanismos empregados pela população para evadir-se de suas consequências. Sendo assim, passemos a explorar esses dois fenômenos característicos de espaços onde a criminalidade violenta têm se estabelecido de forma real ou no imaginário de muitas pessoas, que por esta razão, modificam seus hábitos e comportamentos diários como forma de se resguardar do risco de vitimização no qual todos os que habitam as metrópoles, bem como as médias e grandes cidades estão expostos.

1.3 Medo e insegurança nas cidades: consequências da criminalidade violenta

O que motiva o medo da criminalidade violenta nas pessoas?

Seriam as experiências concretas do dia-a-dia de convivência com os crimes cotidianos, experiências anteriores, leitura de matérias de jornal ou a

mídia em geral? O medo fóbico do imaginário, do possível, mas não do real? O controle social exercido pelos grupos de poder nos espaços de moradia? Os grupos organizados do tráfico de drogas? O medo da polícia? O medo dos políticos? Quem são as pessoas que desencadeiam sentimentos de medo?” (BAIERL, 2004, p.41).

O medo foi um sentimento divinizado pelos gregos. *Deimos* era o Temor, e *Fobos*, o Medo. A estes deuses homéricos correspondiam as divindades romanas *Pallor* e *Pavos*. Mas o medo é um sentimento positivo ou negativo? Delumeau (1993) afirma que ele se caracteriza por esses dois adjetivos, concomitantemente. Entretanto, durante muito tempo, e isso ainda permanece, o silêncio sobre o medo deveu-se ao fato de relacioná-lo à covardia, e a coragem à ousadia.

Tal como ressalta o autor supracitado, o medo é um sentimento ambíguo, que

Inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte [...]. Mas se ultrapassa uma dose suportável, ele se torna patológico e cria bloqueios. Pode-se morrer de medo, ou ao menos ficar paralisado por ele (DELUMEAU, 1993, p.19).

A noção de medo apresenta duas dimensões: o medo concreto ou real e o medo difuso ou antecipado. O primeiro é sentido por quase todas as pessoas, e se refere ao temor de virem a se tornar vítimas de determinados crimes, geralmente os de caráter violento, em situações concretas. O segundo tipo de medo refere-se ao receio de ser vítima de um delito durante o momento no qual se exerce uma atividade, como sair à noite, estar sozinho em casa durante o dia ou à noite. Todavia, neste exemplo, o perigo é visto como uma ameaça geral e distante, numa situação e momento hipotéticos (ESTEVES, 1999).

Neste sentido, o medo do crime varia conforme uma série de fatores. Citando Herbert e Darwood³⁰ (1992, p.162), Esteves (1999, p.39) diz que

O crime faz agora parte da vida diária de muitas pessoas que por várias razões se sentem vulneráveis. Onde se reside, com quem se habita e os tipos de áreas residenciais onde se vive, têm uma relevância directa na percepção e no receio do crime.

Esteves (1999) comenta que o medo do crime varia, também, conforme o país. Nos Estados Unidos, por exemplo, o temor está associado ao receio de

³⁰ HERBERT, David. T.; DARWOOD, Judy. “Crime awareness and urban neighbourhoods”. In: EVANS, David J.; FYFE, Nicholas R.; HERBERT, David T. (eds.). **Crime, Policing and Place**. London: Routledge, 1992. p.145-163.

conviver com pessoas desconhecidas. Já na França, o sentimento de medo está ligado a lugares e ruas específicas que são frequentadas por emigrantes e minorias étnicas. Na Espanha, a sensação de insegurança está voltada para o aumento da delinquência, desemprego, falta de autoridade e vigilância. Esteves (1999, p.40) fala de um estudo desenvolvido por Hassinger (1985) que apresenta alguns atributos de áreas consideradas inseguras, conforme os entrevistados, que são: 1) Áreas com recantos que funcionam como esconderijo para os delinquentes; 2) Conhecer de forma generalizada que a área é de má reputação; 3) Área com número insuficiente de policiais realizando ronda; 4) Degradação física da área; 5) Iluminação insuficiente; 6) Existência de jovens desordeiros. Especificamente para a cidade de Lisboa, Esteves (1999) constatou em pesquisa realizada em quatorze áreas que 54,6% das pessoas evitam as ruas escuras; áreas com barracas (44,7%) e de prostituição (37,3%). Os entrevistados podiam escolher mais de uma opção dentre aquelas que lhes foram apresentadas.

Conforme a referida autora, os motivos para o medo do crime nessas áreas estão diretamente relacionados às notícias que os meios de comunicação social divulgam sobre estes locais, geralmente apontando a degradação social e a miséria dos que ali habitam, a degradação das habitações e a inexistência de infraestrutura de apoio à população necessitada. Alguns bairros de Lisboa chegam a ser evitados pelos moradores, devido às imagens mentais negativas que se criam deles, como é o caso de Casal Ventoso, Bairro do Relógio, Musgueira, Galinheiras, Picheleira, Intendente, “[...] que conduzem a atitudes evasivas e consequentemente de cada vez maior receio e medo de por lá circular”. (ESTEVES, 1999, p.41).

O medo exacerbado do crime não é um fato recente. Na década de 1980, um relatório realizado nos Estados Unidos, denominado *The Figgie Reporto on Fear of Crime* apresentou que o medo do crime estava a “paralisar lentamente a sociedade americana”, e de acordo com Esteves (1999), em diversas comunidades urbanas predominava um clima de medo, onde as pessoas sentiam que estavam vivendo numa permanente ameaça de se tornarem alvo dos criminosos. Nesse sentido, Pastana (2003, p.15) assinala que “O medo é uma forma de exteriorização cultural que, intencionalmente ou não, muda os valores de um grupo, aumentando ou diminuindo o grau de coesão entre os indivíduos”.

Para conter o medo, a população, de forma geral, utiliza-se de algumas estratégias específicas:

As atitudes pessoais resultantes de sentimentos como o medo e a insegurança são várias e vão desde o reforço da segurança dos seus bens, através da colocação de fechaduras e alarmes nas residências e veículos, até à aquisição de armas e animais de guarda, passando pela abstenção ou alteração de algumas actividades em que seja necessário circular na rua. Desenvolve-se, assim, uma série de estratégias individualistas de protecção e salvaguarda (ESTEVES, 1999, p.41).

Existem quatro fontes de medo em relação ao crime, conforme Rico e Salas (1988). A primeira volta-se para a percepção do aumento da criminalidade violenta; a segunda relaciona-se às experiências pessoais ou com pessoas próximas; a terceira associa-se a informações difundidas na mídia e a quarta liga-se à insatisfação diante do sistema penal. Dentre estas, o que realmente marca e se destaca como elemento causador do medo,

[...] são as experiências próprias, por vezes traumatizantes, e sempre inesquecíveis, ou as experiências registradas com familiares e amigos, que representarão sempre para estas pessoas um real aumento do crime (ESTEVES, 1999, p.42).

O medo está por toda parte, e acompanha-nos cotidianamente quando saímos de casa para realizarmos nossas atividades rotineiras. Quem geralmente revela maior sensação de insegurança é, sobretudo, o morador das grandes cidades brasileiras, afeito a todo tipo de violência, quer simbólica, quer física. Nesse sentido, Moraes (1990) afirma que a urbanização, acelerada pelo processo capitalista, criou um ambiente propício à violência. Não se pode mais falar em segurança. A vida na cidade grande é marcada por riscos a todo instante, e acrescenta:

[...] o medo é o pão cotidiano dos cidadãos. As casas não mais expõem suas fachadas românticas, pois cercam-nas muros muito altos [...]. As pessoas trafegam em seus automóveis com os vidros bem fechados para evitar abordagens perigosas em cruzamentos e semáforos e, dependendo de por onde andem a pé, sentem-se como se estivessem em plena prática da 'roleta russa' [...]. Temem-se igualmente tanto as ações criminosas dos assaltantes quanto as ações policiais, marcadas por igual ferocidade. E em parte alguma há segurança (MORAIS, 1990, p.12).

Paisagens do medo (2005) é uma obra do geógrafo Yi-Fu Tuan que trata das diferentes manifestações de medo no mundo no decorrer da história da humanidade, e dentre elas aquele específico das cidades. Neste livro, o autor comenta que a

A cidade representa a maior aspiração da humanidade em relação a uma

ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais. [Todavia, isso não é o que se tem observado, principalmente nas cidades ocidentais]. Por mais que a cidade tenha mudado com o correr do tempo, o conflito persiste entre o desejo por uma ordem socioestética e a realidade das massas vivendo em um mundo dinâmico, mas confuso (TUAN, 2005, p.231; 233).

A forma como as pessoas veem a cidade com a sua dinâmica e os seus elementos físicos difere do real, ou seja, “Uma cidade pode ter lindos edifícios e praças ordenadas e, no entanto, a impressão geral é de desordem” (TUAN, 2005, p.239). O referido autor comenta, ainda, que “Durante sua história a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos³¹”. Nas cidades medievais, por exemplo, “[...] quando a noite se aproximava, os próprios cidadãos reconheciam a necessidade de se recolher para a segurança de seus lares, deixando os becos escuros aos ladrões e aos imprudentes foliões”. E acrescenta, ainda, que pelo fato de o crime na cidade de Londres do século XVIII ser um fenômeno corrente, após o escurecer os moradores ofereciam resistência em ir às ruas pouco iluminadas.

Por esta razão, concorda-se com Tuan (2005, p.334) quando ele afirma que “O medo não é apenas uma circunstância objetiva, mas também uma resposta subjetiva”, sendo também um fator de proteção e estabelecimento de laços entre as pessoas, uma vez que “Removidas as ameaças do meio ambiente, quer sejam as forças da natureza, quer inimigos humanos, a união da comunidade tende a enfraquecer” (TUAN, 2005, p.336). Em Roma ou Florença medieval, por exemplo, “[...] existia uma forte lealdade em cada bairro protegido [...] mas os laços eram forjados pela necessidade e pelo medo”³².

Esteves (1999, p.40) argumenta que

A insegurança e a ansiedade são sentimentos directamente ligados ao medo, pois são em parte consequência do mesmo. Tanto o medo, por um lado, como a insegurança e ansiedade, por outro, resultam de um mal-estar e de desconfiança em relação a determinada situação ou local que se percebem como potencialmente ou efectivamente perigosos. Esta percepção do espaço como realmente ou potencialmente perigoso para circular, residir ou frequentar, resulta de várias opiniões e comentários feitos por amigos, vizinhos e notícias da comunicação social, que vão contribuindo para formar e enriquecer a imagem mental que cada pessoa possui sobre determinadas áreas.

Smith (1987) comenta que estudos antropológicos como o de Merry (1981)

³¹ TUAN, 2005, p.251.

³² TUAN, 2005, loc. cit.

indicam que o medo é uma experiência não delimitada claramente: ao contrário do crime em si, a ansiedade sobre o crime não é tanto um evento mas também um sentimento persistente ou recorrente de mal-estar. Por conseguinte, os efeitos da criminalidade podem se estender além da população das vítimas e incidirem sobre aspectos mais gerais de bem-estar público. Por isso, o medo deve ser considerado um fenômeno social e não uma faceta da personalidade dos indivíduos. Existe uma psicologia do medo, mas há também uma sociologia do medo.

O medo (individual), num sentido estrito do termo, é definido por Delumeau (1993, p.23) como “[...] uma emoção-choque, freqüentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça”. E o autor deixa claro que existe uma diferença entre medo e angústia. Medo é sinônimo de temor, espanto, pavor, terror. Refere-se ao conhecido. Angústia é sinônimo de inquietação, ansiedade, melancolia. Refere-se ao desconhecido.

Uma das principais consequências da violência é o medo. Mas “As pessoas que viviam há oito ou dez séculos não eram nem mais nem menos inquietas do que nós”. (DUBY, 1999, p.9). Entretanto, tem sido cada vez mais difícil lutar contra o medo da violência, sobretudo porque o individualismo que marca o modo de vida atual vem impedindo isso. Duby (1999, p. 105) ressalta que, historicamente, as sociedades africanas e as medievais eram de solidariedade, o que se caracterizava como um fator positivo para todos os membros, pois “O homem estava inserido em grupos: o grupo familiar, o da aldeia, o senhorio, que era um organismo de exaço, mas também de segurança social”. Hoje, observa-se um esfacelamento da família, e muitos que se decidem por não constituí-la, e apesar de se viver em sociedade, o modo de vida no qual a população se encontra inserida a conduz ao isolamento, ao individualismo e, assim, ao enfraquecimento da atuação coletiva.

Nesse sentido, Baierl (2004, p.20) comenta que “A violência urbana tem ampliado o que denominamos medo social. Medo este constituído socialmente e que afeta a coletividade”, pois não é preciso que se tenha sofrido algum tipo de ato violento para se ter medo da violência. A própria coletividade se encarrega de produzir e difundir este sentimento, de tal forma que “Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo”.

Nos dias atuais, o medo deixou de ser um fenômeno episódico e extraordinário, tornando-se um elemento do cotidiano de habitantes da cidade, com o qual precisam conviver, já que “[...] tornou-se fato corriqueiro, alastrando profunda

insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos de meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência”. (KOWARICK, 1982, p.33). E ressalta, ainda, que a própria mídia acirra o medo ao comentar determinados fatos, provocando o pânico coletivo. Como afirma Michaud (1989, p.49),

A mídia precisa de acontecimentos e vive do sensacional. A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas e atrozes [...]. A experiência do mundo passa pelas imagens que nos mostram as coisas como se estivéssemos lá ou como se tivéssemos estado, que até se propõem como meros duplos dos acontecimentos.

No Brasil, pouco se discute acerca da influência do programas de conteúdo violento sobre os indivíduos. Como afirma Rondelli (2000, p.152), as imagens mostradas nos programas televisivos “[...] conferem o estatuto de veracidade ou de verossimilhança aos fatos, episódios ou fenômenos da violência”. Nesse sentido,

[...] a mídia não só atribui sentidos próprios aos atos de violência (na forma de selecioná-los, editá-los, classificá-los e opinar sobre eles), como, ao testemunhá-los, expõe os fatos a outros atores sociais – posicionados de forma diversa ante os fatos, os fenômenos ou os indivíduos ou grupos deflagradores da violência – que são constrangidos/convocados a produzirem sentidos sobre eles. Sentidos que não só denunciam suas específicas visões de mundo, como orientam práticas sociais, políticas e culturais (RONDELLI, 2000, p.154).

Por esta razão, Pedrazzini (2006, p.102) declara que “O medo não nasce da experiência direta com a violência”, e Michaud (1989) ressalta que poucas pessoas que afirmam sentir o aumento da insegurança foram

[...] agredidas ou espancadas, mas ouviram falar de tal caso ou do que aconteceu em tal lugar. O que conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo e o que a mídia deixa ver. [...]. A mídia faz viver ao vivo um seqüestro e todo dia os noticiários divulgam a estatística dos assaltos (MICHAUD, 1989, p.49-50).

E acrescenta:

O sentimento de insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência. Ele corresponde à crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não devemos ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos. Aqui, novamente, imprevisibilidade, caos e violência estão juntos (MICHAUD, 1989, p.13).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Varela (2006) afirma que o medo do crime se constitui num problema maior do que o próprio delito, na medida em que o temor à criminalidade, diferentemente da criminalidade real, afeta em maior quantidade os cidadãos, com consequências permanentes e severas. Sobre isso, Soriano (2007) declara que, apesar de ter sido verificada uma diminuição no número de homicídios na capital de São Paulo, o medo e a insegurança dos moradores, bem como de quem a frequenta permanecem inalterados. Conforme o referido autor, isto se explica porque o medo do crime não é próprio do crime de homicídio, embora seja o que se evidencia. Assim, em uma cidade dominada pelo medo do crime,

[...] grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança (SOUZA, 2008, p.40).

Citando Maxfield (1984), Smith (1987, p.5) comenta que na Grã-Bretanha, por exemplo, pessoas que nunca foram atacadas são mais propensas a manifestarem ansiedade sobre sua segurança pessoal tal como ocorre com aquelas que foram atacadas. Soriano (2007) acrescenta que essa constatação é relevante, pois o medo ao se tornar coletivo e contagioso, converte-se num importante instrumento de mudanças comportamentais e espaciais. A esse respeito, Kowarick e Ant (1982, p. 33) declaram que

[...] parece agudizar-se uma rotinização do medo no sentido de este não ser mais um fenômeno episódico e extraordinário, tornando-se elemento cotidiano, com o qual as pessoas precisam conviver: o medo tornou-se fato corriqueiro, alastrando profunda insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos dos meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência.

Sobre isso, Souza (2008, p.8) faz o seguinte questionamento: “Em que circunstâncias a violência e a insegurança chegaram a influenciar decisivamente a vida diária, os padrões de circulação no espaço e mesmo o habitat e as formas espaciais?” Conforme o referido autor, uma cidade dominada pelo medo da criminalidade é considerada uma fobópole, e é justamente no cotidiano dessas cidades que as diferentes formas de violência se manifestam. Assim,

[...] o medo e a violência vêm cada vez mais se apresentando como fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas

idades [...], (re) condicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e *habitat* e modelando alguns discursos-padrão sobre a violência urbana (SOUZA, 2008, p.13; 54, destaque do autor).

Acerca dos discursos da violência, Caldeira (2000, p.27) comenta que:

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros.

Conclui-se, portanto, que a insegurança advém tanto do medo quanto da própria percepção da violência, que quando se generaliza, permite o surgimento de novas formas de medo, e, por conseguinte, novas formas de agir e reagir perante ele, já que, conforme Baierl (2004, p.39), o medo é um sinal de alerta de que se está correndo algum risco real, imaginário ou potencial, que mobiliza o indivíduo para ficar atento para fugir, reagir atacando ou se entregando: “Pode-se reagir ao medo fugindo dele, entregando-se a ele e ao objeto do medo, enfrentando-o, ou pode-se, simplesmente, fingir que ele não existe”. A esse respeito, Felix (2009) declara que

O medo de ser vítima condiciona o nível de exposição ao risco [...]. Altas taxas de criminalidade em uma região podem indicar alta exposição ao risco em função de acentuada “sensação de segurança” dos moradores. Por outro lado, baixas taxas podem não indicar, necessariamente, um excesso de segurança, mas serem o resultado de uma “sensação de insegurança” que restringe acentuadamente as atividades e, por conseguinte, reduz o nível de exposição das pessoas ao risco (FELIX, 2009, p.157).

Pedrazzini (2006, p.99), ao comentar sobre a insegurança, afirma:

[...] observamos o sentimento de insegurança invadir igualmente cidades médias e pequenas, inclusive aquelas onde não foram constatados incidentes violentos recentes, mas que se encontram expostas à globalização desse sentimento urbano.

Diante dessas constatações, questiona-se: o que as pessoas estão fazendo para combater o medo que sentem? Baierl (2004, p.40) diz que estão alterando

[...] sua rotina, sua forma de ser no mundo, alteram as relações sociais, não ficam mais indignados, aceitam o inaceitável, fingem não ver, estão reconstruindo territórios, buscando formas de defesas, revides, mudando horários.

Soriano (2007, p.17) ao tecer comentários acerca de trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência (NEV/USP) enfatiza que a sensação de insegurança da população não é determinada apenas pelas estatísticas policiais ou percepção das taxas de crimes, mas sinais de decadência urbana, desorganização social e incivilidade também produzem medo e insegurança (NASAR; FISHER; GRANNIS, 1993; PAIN; KOSKELA, 2000). Sobre isso, Doesken (1997, p. 243) afirma que “Está crescendo o sentimento de que o mundo em frente à sua porta é um mundo de vandalismo e agressão, onde nós nos sentimos mais ameaçados do que em casa, o que pode ser fatal para o planejamento urbano”.

Um estudo desenvolvido por Doesken (1997), na Nova Zelândia, constatou que os moradores permanecem afastados dos lugares onde não se sentem seguros. Por isso, tendem a ficar longe das ruas, distanciando-se, também, dos vizinhos. Devido ao medo, as pessoas se fecham em suas residências por não se sentirem seguros para circular no espaço público. O referido autor defende a vigilância do espaço pelos moradores e destaca que isso pode ser conseguido com o planejamento e desenho das ruas, moradias e demais infraestruturas existentes no espaço urbano. Para ele, a restauração do sentimento de apego a um lugar comum, através do estabelecimento do sentimento de “propriedade compartilhada”, pode ativar o que ele chama de “vigilância social”.

Um destaque importante apresentado por Soriano (2007) diz respeito aos estudos desenvolvidos por Doran e Lees³³ (2005), que defendem o fechamento de estabelecimentos comerciais em intervalos de tempo alternativos, bem como a promoção de atividades em espaços abertos, como forma de incrementar a vigilância natural e a percepção da segurança.

Pain e Koskela (2000) constataram, numa pesquisa sobre lugares seguros, desenvolvida por eles com mulheres, que a maioria delas tinha medo de transitar por parques, florestas, estações, áreas de recreação, shopping centers, túneis e pontes principalmente à noite. Acerca disso, Soriano (2007, p.33), ao citar Painter (1996, p.193) acrescenta que os crimes que causam mais ansiedade estão presentes, sobretudo em áreas urbanas, ao anoitecer, e por esse motivo “A maioria substancial de mulheres, idosos e homens evita sair à noite simplesmente como uma precaução contra a possibilidade de se tornar a vítima de um crime”.

³³ DORAN B. J.; LEES B. G. Investigating the Spatiotemporal Links Between Disorder, Crime and Fear of Crime. **The Professional Geographer**, Cambridge, UK: v. 57, n.1, p.1-12, Feb. 2005.

O autor supracitado também destaca que o centro das cidades torna-se deserto durante a noite, pois grande parte da população evita transitar por ali devido à insegurança. Assim, medidas de revitalização e incentivos à vida noturna poderiam mitigar esta realidade na área central das cidades. Além disso, apesar de o medo do crime ter se tornado uma realidade na vida de muitas pessoas, independente dos grupos sociais ou países a serem considerados, é inegável que a questão espacial influi de maneira considerável nesta situação. O medo se apresenta de forma mais acentuada em determinadas localidades e grupos demográficos específicos, por isso áreas centrais e periféricas geralmente transmitem insegurança para os moradores e transeuntes.

Por esta razão, é comum nas grandes cidades se ouvir:

De dia, ande na rua com cuidado, olhos bem abertos. Evite falar com estranhos. À noite, não saia para caminhar, principalmente se estiver sozinho e seu bairro for deserto. Quando estacionar, tranque bem as portas do carro e não se esqueça de levar o som consigo. De madrugada, não pare em sinal vermelho. Se for assaltado, não reaja – entregue tudo (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p.8).

Diante do que foi exposto, e do que tem sido constatado por pesquisadores, Dammert (2001) declara que os estudos sobre a criminalidade violenta apresentam cinco conclusões específicas: 1) O crescimento da criminalidade urbana em praticamente todas as cidades brasileiras; 2) O aumento da sensação de insegurança da população; 3) O abandono progressivo dos espaços públicos; 4) A consolidação da urbanização periférica e fechada; 5) A conformação de territórios do medo e da segurança privada. Conclui-se, portanto, afirmando que o medo e a insegurança gerada pela criminalidade violenta urbana têm trazido uma série de consequências à população e aos espaços, sobretudo urbanos. Conhecer como esses fenômenos se processam e se estabelecem é uma tarefa também dos planejadores urbanos, pois como foi apresentado, o medo condiciona mudanças não apenas no comportamento da população, como também nas formas de moradia e de sistemas de segurança utilizados.

Estudos revelam que nove em cada dez brasileiros têm medo de ser vítimas de crimes violentos. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), numa pesquisa realizada em nível nacional no ano de 2010 sobre a percepção do cidadão acerca do sistema nacional de segurança pública (SIAPS, 2011), 78,6% da

população disseram temer os homicídios, 73,7% os roubos à mão armada e 68,7% receiam terem a casa invadida. Além disso, a pesquisa revelou que a queda nas taxas da criminalidade violenta não minimizam a sensação de insegurança da população. Como exemplo, a região Sudeste, apesar de ser aquela com o menor índice de homicídios dolosos do País e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro terem apresentado redução dos registros deste crime entre 2008 e 2009, é uma das que apresenta maior temor a esse crime.

Na referida pesquisa perguntou-se à população das diferentes regiões do país sobre o grau de medo em relação a serem vítimas de homicídios, e em uma escala de “Nenhum medo” até “Muito medo”, a distribuição das respostas revelou que os residentes na Região Nordeste disseram ter muito medo desse crime (85,8% dos entrevistados). Apesar de não existir uma relação direta entre esses indicadores e a realidade vivida pela população, em 2009 os estados do Nordeste registraram, juntos, a segunda maior taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes entre as regiões brasileiras (29,3/100 mil habitantes), vindo após os índices registrados na Região Norte (29,5/100 mil habitantes). Apesar disso, o Nordeste possui o menor gasto *per capita* com segurança pública (R\$ 139,60 por habitante).

A Região Sul, por outro lado, apresentou a segunda menor taxa de homicídios dolosos dentre as regiões brasileiras em 2009 (21,77/100 mil habitantes), e, entretanto, 69,9% da população declarou ter muito medo de ser vitimada por esse crime. A referida região apresenta gastos com a segurança pública próximos daqueles verificados no Nordeste (R\$ 172,75 *per capita*), sendo a segunda região onde menos se investe nessa área.

A Região Sudeste, por sua vez, registrou a menor taxa de homicídios dolosos do país (16,43/100 mil habitantes), sendo também a que mais investe em segurança pública (R\$ 248,89 por habitante) e quem possui o melhor índice de sensação de segurança. Minas Gerais e São Paulo são os responsáveis por diminuir a média de homicídios gerais da região, e o Espírito Santo foi quem apresentou a taxa mais elevada (57,9/100 mil habitantes) e gasto *per capita* de R\$ 200,67. Observa-se, portanto, que apesar de a criminalidade violenta, baseada na taxa de homicídios, ser apresentada na mídia com maior destaque nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a Região Sudeste não é, de fato, a mais violenta (Quadro 3).

	Muito medo	Pouco medo	Nenhum medo
Centro-Oeste	75,0%	13,4%	11,6%
Nordeste	85,8%	8,2%	6,0%
Norte	78,4%	14,0%	7,6%
Sudeste	78,4%	10,9%	10,7%
Sul	69,9%	17,3%	12,8%

Quadro 3 – Brasil: Medo de assassinatos, segundo as regiões.

Fonte: Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIAPS, IPEA (2011, p.5).

A violência é um fenômeno percebido de forma diferenciada pela população, pois “[...] não afeta a todos igualmente e, se nas cidades ela assume certas feições específicas, sua carga recai mais sobre alguns”. (KOWARICK, 1982, p. 32). Além disso, Cano e Ribeiro (2007, p.62) acrescentam que “A magnitude da violência contribui para a percepção de que todos os cidadãos estariam igualmente sujeitos à vitimização letal”.

De acordo com Forghieri (1993, p. 57),

O homem, além de viver em determinado lugar, tem consciência de sua própria vida e dos entes com os quais se relaciona, atribuindo significado aos acontecimentos de sua existência. O seu comportamento costuma revelar, externamente, aspectos dessa sua experiência, porém apenas de forma indireta e incompleta.

O referido autor declara que “As situações que alguém vivencia não têm, apenas, um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido, para quem as experiencia, que se encontra relacionado à sua própria maneira de existir”. Portanto, é possível “[...] apreender a experiência de uma pessoa através de seus relatos”. (FORGHIERI, 1993, p.58). Assim,

Embora cada um de nós apresente peculiaridades referentes ao próprio modo de existir, também somos seres humanos semelhantes existindo num mesmo mundo; é esta estrutura comum que nos possibilita compreendermo-nos e conhecemo-nos uns aos outros³⁴.

³⁴ FORGHIERI, 1993, p. 60.

CAPÍTULO 2

GEOGRAFIA E CRIMINALIDADE VIOLENTA

Tudo leva a crer que a dramatização da violência urbana está a dizer algo além do mero crime. Parece dizer respeito à mudança de hábitos cotidianos, à exacerbação dos conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam o exercício democrático do poder, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadramento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social. (ADORNO, 1993, p.22).

3.1 Estudos geográficos sobre os crimes violentos no Brasil

Os estudos acerca da violência e do crime, desenvolvidos pela Geografia brasileira, tornaram-se mais profícuos e veementes a partir da década de 1990. O interesse pelos estudos geográficos tendo como enfoque a violência surgiu da necessidade de explicar e compreender a influência desse fenômeno na produção, configuração e reestruturação dos espaços urbanos, bem como na mudança de comportamento da população frente à percepção de aumento da criminalidade violenta e da insegurança. Observou-se, sobretudo a partir dessa década, que modificações nos estilos de vida e moradia e a preocupação com a segurança patrimonial e pessoal tornaram-se mais intensas, e muitas dessas questões tinham como influência o crescimento da violência, do medo e da insegurança nas cidades.

As pesquisas sobre a criminalidade violenta compreendem estudos sobre: 1) A espacialização e análise dos dados de crimes violentos; 2) O estudo da percepção que a população de um dado espaço tem sobre a violência, a criminalidade, o medo e a sensação de insegurança; 3) A análise do espaço como elemento favorecedor

da ocorrência da criminalidade; 4) A distribuição espacial dos serviços voltados para a segurança pública, como postos e número de policiais por área, núcleos de apoio às vítimas da violência, unidades de saúde e políticas públicas de prevenção; 5) O estudo da influência da violência nos valores e na estruturação do espaço, sob a perspectiva da segregação e da autosegregação.

Um dos trabalhos iniciais de referência na área da Geografia, com uma melhor elaboração teórico-metodológica, foi produzido pela geógrafa Rosa Maria Ramalho Massena³⁵, em 1986, intitulado: *Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro*, publicado na Revista Brasileira de Geografia. Nele, a autora estuda a distribuição de quatro tipos de crimes: homicídio doloso consumado e tentado, estupro, lesão corporal e roubo, e justifica a sua escolha afirmando que tais crimes representavam na época 31,62% do total de crimes registrados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período entre 1977 e 1980. Outra justificativa residia no fato de tais crimes desencadearem um clima de insegurança e medo na população.

A autora comenta no artigo supracitado que o seu objetivo não era discutir as causas da criminalidade violenta, mas sim analisar a sua distribuição espacial, ou seja, [...] a sua geografia e tentar encontrar aí algum sentido. Importa, portanto, não apenas saber se ela vem aumentando ou diminuindo, mas também conhecer seus padrões em diferentes áreas e estudar as mudanças que possa estar ocorrendo (MASSENA, 1986, p.286). Para isso, os procedimentos metodológicos utilizados por ela constituíram-se de levantamentos de dados demográficos e socioeconômicos, com o intuito de verificar se havia relação entre os crimes e as características locais onde incidiam e averiguar a existência de mudança nos padrões espaciais dos mesmos. A autora, de antemão, ressalta a dificuldade em relacionar a criminalidade a outros indicadores sociais, e citando Campos³⁶ (1980), declara: “A tese, por exemplo, que associa pobreza e criminalidade, sem dúvida, é ‘metodologicamente frágil, politicamente reacionária, e sociologicamente perversa’.” Dentre outras verificações observadas no trabalho, Massena (1986) constatou a ausência de correlação entre criminalidade violenta e classe social, e questionou a pertinência das teorias do desvio na explicação do respectivo fenômeno.

³⁵ MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.285-330, jul./set., 1986.

³⁶ CAMPOS, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.23, v.3, p.377-383, 1980.

Já na introdução do artigo Massena (1989) destaca que a violência e a criminalidade constituíam-se numa preocupação nacional, e comenta que, por esta razão, em 1979 o Governo havia criado uma comissão de cientistas sociais e juristas, respectivamente através da Portaria nº. 791, de 14 de agosto e Portaria nº. 689, de 11 de julho, com o objetivo de estudar o fenómeno. Ela ressalta que seminários e concursos foram promovidos por diversas instituições científicas para lidarem com a temática, mas que, todavia, pouco se conhecia sobre o crime no Brasil, pelo fato de ainda serem incipientes as estatísticas criminais que permitissem a criação de indicadores que pudessem esclarecer a dinâmica do crime. Diante dessa situação verificada em relação às estatísticas sobre a criminalidade violenta no País, a autora comenta que é proposto em 1980, dentre outras sugestões do Ministério da Justiça, o estabelecimento de relações interministeriais com o IBGE para que fosse possível aperfeiçoar as estatísticas criminais e realizar pesquisas de vitimização por meio de programas especiais do respectivo órgão.

Massena (1986) comenta que naquele momento alguns estudiosos já desenvolviam trabalhos dentro da corrente da geografia do crime e/ou da violência, considerados assim pelo fato de os seus estudos tratarem da expressão espacial do crime. Ela ressalta que há um ponto em comum no estudo da criminalidade realizado por geógrafos e sociólogos, sendo, todavia, evidente que cada área segue um fundamento teórico e uma metodologia específica, apresentando, portanto, abordagens diferentes. Citando Georges³⁷ (1978), ela afirma que ambas as áreas estão, em grande medida, embasadas na Teoria Ecológica da Escola de Chicago, como também em autores que são tributários dela, com novos argumentos e métodos. O referido autor acrescenta que

[...] a geografia do crime ao tentar mapear a distribuição espacial do crime, deve relacionar os padrões espaciais do crime às variáveis ambientais, sociais, históricas, psicológicas (cognitivas) e econômicas e dessa forma tentar melhor apreender a manifestação espacial do crime (GEORGES, 1978 apud MASSENA, 1986, p.287).

Massena (1986) relata que os estudos desenvolvidos na perspectiva da geografia do crime, à época, eram realizados metodologicamente em dois níveis: 1) A partir da microanálise, que tinha por objetivo pesquisar o local onde ocorreu o

³⁷ GEORGES, Daniel E. **The geography of crime and violence: a spatial and ecological perspective.** Washington D.C: Association of American Geographers (Resource papers for college geography, v.78, n.1, 1978.

crime com vistas ao estabelecimento de relações entre ele e a dinâmica sociocultural do crime; 2) Por meio da macroanálise, que agregava os dados por áreas como favelas, subúrbios, área central de negócios, municípios etc, com o objetivo de estabelecer uma interpretação interespacial e interpessoal do crime.

Até o presente momento, os trabalhos produzidos na Geografia brasileira, em suas diferentes abordagens: artigos, dissertações e teses, enquadram-se nesta perspectiva apresentada pela autora, todavia evoluindo para outras temáticas que naquela época ainda não eram tão exploradas como atualmente, o que pode estar relacionado ao período histórico e às mudanças ocorridas que necessitam de outras abordagens teóricas e de novas formas de análise.

Vale destacar dois eventos importantes na Geografia brasileira, que tem se despertado para a importância dos debates sobre a criminalidade violenta. São eles o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e o Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo. O ENG é um congresso organizado pela Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), que ocorre a cada dois anos, e já se encontra no seu 16º número. É um evento que tem se constituído em um espaço de reflexão geográfica, política, social e cultural sobre diversos temas nacionais. Nele é perceptível a preocupação que alguns pesquisadores estão tendo com a influência da violência, sobretudo urbana, nos estilos de vida da população citadina.

O ENG que ocorreu em 2010 na cidade de Porto Alegre (RS) apresentou em sua programação um espaço de discussão da violência, denominado “Violência e espaço urbano”. Nele foram inscritos 23 trabalhos, apesar de outros sobre o mesmo tema terem sido alocados em espaços de discussão diferentes, como é o caso de artigos sobre a criminalidade e a segurança pública, que utilizaram métodos de geoprocessamento, que foram direcionados para o espaço de diálogo “Métodos quantitativos, geotecnologias e análise espacial”. Os trabalhos abordaram diversas questões, como a relação entre a criminalidade e a atuação da polícia, seus impactos no espaço, tráfico de drogas, violência como consequência da produção do espaço, medo da violência, uso dos sistemas de georreferenciamento na espacialização da criminalidade, violência e insegurança (Quadro 4):

Espaço de diálogo	Trabalhos
<i>Violência e espaço urbano</i>	A criminalidade urbana e as ações policiais: um estudo da cidade de Três Lagoas/MS.
	A criminologia atuarial e seus impactos na cidade do Rio de Janeiro: a difusão de políticas de combate aos pobres.
	A experiência feminina no tráfico de drogas na cidade de Ponta Grossa – Paraná a partir do espaço carcerário.
	A geografia das redes ilegais através das comissões parlamentares de inquérito (2000-2006).
	A polícia comunitária e o território do crime: um estudo de caso da comunidade Parque Amazônia no bairro da Terra-Firme em Belém do Pará.
	A violência como consequência da produção do espaço capitalista: um estudo de caso do bairro de Peixinhos em Olinda-PE.
	A violência na cidade: um breve ensaio sobre o estigma territorial.
	Como a população carioca se manifesta contra a polícia mais violenta do país.
	Dialética espacial e violência: estudo de caso do município de Alfenas.
	Economia ilegal e geografia.
	Dinâmica territorial e ideologia: desmistificando a violência na cidade de Três Lagoas/MS.
	Fobopolização na "terra do Padre Cícero"? Uma leitura preliminar das interfaces materiais e simbólicas do medo da violência no espaço urbano de Juazeiro do Norte/CE.
	Homens, ruas e rodas: convivência e conflito na cidade.
	O Desenho urbano e a busca de uma compreensão geográfica na complexidade da violência nas cidades.
	O espaço da cidade como produtor da violência e insegurança: o medo da liberdade nas favelas do DETRAN e Ayrton Sena no bairro da Iputinga – Recife/PE>
	O tráfico e a periferia: a (re)produção da violência urbana na cidade de Belém-PA.
	O uso do SIG na espacialização da criminalidade em Viçosa/MG no período de janeiro a outubro de 2009.
	Os grupos criminosos territorializados e sua influência eleitoral na cidade do Rio de Janeiro.
	Tucunduba: de lugar de resistência ao lugar do tráfico de drogas na periferia de Belém.
<i>Contradições do espaço e formação de territorialidades</i>	Um território chamado Maré.
<i>Espaço e lugar</i>	Violência e insegurança urbana para além das generalizações: perspectivas escalares.
<i>Métodos quantitativos, geotecnologias e análise espacial</i>	Violência e medo na Amazônia: a questão urbana em destaque em Manaus-AM.
	Violência: as contradições na produção das representações do bairro Restinga.
	Visibilidade e (in)visibilidade construídas pelos "dragões" da exploração e produção de petróleo em Macaé-RJ.
<i>Contradições do espaço e formação de territorialidades</i>	Poder ou violência? A dualidade da natureza do território das gangues no bairro do Júlia Seffer, em Ananindeua (PA).
<i>Espaço e lugar</i>	Violência: as contradições na produção das representações do bairro Restinga.
<i>Métodos quantitativos, geotecnologias e análise espacial</i>	A segurança pública no estado do Ceará: análise da vulnerabilidade do bairro do centro de Fortaleza – CE utilizando SIG.
	O geoprocessamento como ferramenta de análise da violência urbana.

Quadro 4 – Trabalhos sobre crime, violência e segurança pública, apresentados no 16º Encontro de Geógrafos da América Latina (ENG) – 2010.

Fonte: Anais do 16º ENG (2010). Org.: Santos (2011).

Membros de diversos grupos de estudo participam dessas discussões, elevando a qualidade dos trabalhos, e apresentando contribuições importantes para o andamento de diversas pesquisas. São espaços que permitem o avanço de ideias e, em muitos casos, a organização de eventos específicos que discutem a violência e a criminalidade de forma mais profícua. É o caso do Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo, organizado pelo Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal do Pernambuco. O primeiro simpósio ocorreu em 2007, e, atualmente, encontra-se em seu 4º número, que ocorreu em 2010, tendo por título: “Dos espaços do medo à psicoesfera da civilidade: a premência de uma nova economia política/territorial”. Nele foram discutidas questões relacionadas aos diferentes tipos de violências, sua banalização e a nova morfologia urbana como consequência da violência exacerbada, com destaque para a fisionomia das residências, denominadas pelos organizadores do evento de “casulos pós-modernos” e “prisões fora dos presídios”.

As linhas de debate do referido simpósio foram assim denominadas: 1) Política, medo e civilidade: por um novo sistema relacional de poder; 2) Nas encruzilhadas do labirinto da economia globalizada na América Latina: o (re) surgimento de novas e velhas Geografias do Poder; 3) Poder local/nacional *versus* poder global: os medos como formas e normas territoriais dessa disputa no Brasil? Tais produções desenvolvidas, apesar de amplas e genéricas, reforçam a temática e abrem um campo de discussões que permitem avançar nos diálogos e nas possíveis soluções para o problema da criminalidade violenta e do medo a partir de uma visão holística, e como não poderia deixar de ser, complexa e multifacetada.

Trabalhos sobre a violência vêm sendo desenvolvidos também por geógrafos, alguns deles vinculados a grupos de pesquisa de universidades públicas brasileiras. Trabalhos estes que têm possibilitado a expansão das discussões acerca da referida temática. Dentre eles, destacam-se Sueli Andruccioli Felix e Marcelo José Lopes de Souza, que vem realizando trabalhos sob diferentes questões relacionadas à violência e à criminalidade, aprofundando os debates e permitindo avançar nas discussões. Sueli Andruccioli Felix é graduada em Ciências Sociais e Doutora em Geografia. Ela vem desenvolvendo estudos no campo da geografia do crime junto ao Grupo de Pesquisa e Gestão Urbana de Trabalho Organizado (GUTO) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Rio Claro/SP. Dentre as

temáticas abordadas estão a relação entre a dimensão social, demográfica e espacial do crime e as políticas públicas voltadas à prevenção desse fenômeno.

Marcelo José Lopes de Souza possui graduação e doutorado em Geografia e Especialização em Sociologia Urbana. Atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde desenvolve trabalhos que abordam o vínculo entre mudança social e organização espacial, junto à linha de pesquisa denominada “Cidade, heteronomia e autonomia”. Dentre os temas trabalhados estão: o papel e dimensão espacial dos movimentos sociais; esquemas de participação popular no planejamento e na gestão urbanos; violência e medo como obstáculos para um desenvolvimento urbano autêntico.

Seu mais recente estudo constituiu-se de um livro, cuja primeira edição foi publicada em 2008, denominada *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Nele, o autor aborda diversas questões acerca do crime violento, tendo como destaque o estudo do medo que impera nas cidades, ao qual ele denominou “Fobópole”. Dentre outras questões que o referido autor aborda em seus trabalhos, ele também discute, com profundidade, o conceito de território que adota em suas discussões, e o aplica nos estudos sobre a criminalidade, especificamente sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Sendo, portanto, uma referência nessa área, optou-se por adotar nesta tese as suas discussões, de forma mais aprofundada, pelo fato de estarem diretamente relacionadas à temática aqui abordada, e por apresentarem contribuições importantes do ponto de vista teórico-conceitual e empírico. Nesse sentido, o próximo tópico se dedicará à apresentação do conceito de território adotado como ponto de partida para a análise, especificamente, do tráfico de drogas em Uberlândia, pelo fato de ser este um dos crimes que mais se relaciona à formação de espaços dominados pelo poder que os traficantes exercem sobre aqueles a ele subjugados.

3.2 O conceito de território: uma perspectiva de análise da criminalidade urbana

O conceito de território vem ocupando um lugar central na pesquisa geográfica dos últimos anos, dado, sobretudo, pela redefinição do seu significado e da importância que apresenta para a explicação de determinados fenômenos, outrora explorados a partir de outras abordagens espaciais. Sobre isso, Saquet (2007) ressalta que

No período compreendido entre 1870 e 1960, no qual predominam as geografias positivista e neopositivista (empírica e lógica), normalmente identificado como geografia tradicional (...) privilegiam-se os conceitos de paisagem e região (natural ou geográfica), em detrimento de outros, como o de território. O conceito de espaço aparece com destaque na geografia somente nos anos 1950, quando o de paisagem é *deixado de lado* e o conceito de região é reduzido ao resultado da classificação de áreas de acordo com procedimentos de *agrupamento e divisão lógica* (SAQUET, 2007, p.34, destaque do autor).

Corrêa (2009, p.20) argumenta que “Lugar e território não são conceitos significativos na geografia teórico-quantitativa”. A partir da década de 1980 entra em crise a concepção de região, compreendida como área contínua, com características específicas, estável e homogênea. De acordo com Saquet (2007, p.35), isso se deu em decorrência das inovações efetivadas nos meios de circulação e informação, bem como “[...] das distintas ações de sujeitos em espaços diferentes e de redes extralocais que integram cada vez mais em escala planetária. As mudanças verificadas no campo científico possibilitaram a revalorização do conceito de território. Assim, o nível local e regional passa a ser visto essencialmente como um nó de redes, e

Os novos campos de externalidade não têm mais formas areais compactas, nem um raio limitado, mas se configuram como *redes*, articuladas em centros e sistemas urbanos pequenos e grandes, sobre extensões territoriais tendencialmente nacionais e internacionais (DEMATTEIS, 1995, p.90 apud SAQUET, 2007, p.35).

Saquet (2007) argumenta que para compreender essa nova dinâmica foi necessário substituir a ideia de espaço homogêneo e a de posição geográfica para a de posição relacional. Com isso,

Aquela compreensão matemático-estatística, proeminentemente dedutiva e de soma de componentes naturais e humanos é limitada para explicar os novos processos e arranjos socioespaciais, cada vez mais complexos. Articulam-se condições (i)imateriais na revisão e reelaboração do pensamento geográfico e na retomada do conceito de território com *novos significados* em novas abordagens e concepções (SAQUET, 2007, p.35, destaque do autor).

Nesse sentido, Dematteis (2007) declara que essas mudanças verificadas no mundo permitiram redefinir o objeto e o papel da geografia em relação aos problemas atuais decorrentes da evolução da sociedade humana, ressaltando que

[...] se a geografia como saber científico tem mais de dois mil anos, é porque quem a praticou durante esse longo período, soube dar as respostas pertinentes aos problemas característicos de cada período histórico, adaptando à realidade o aparato conceitual e metodológico da disciplina (DEMATTEIS, 2007, p.7).

A pesquisa geográfica adotou, em diferentes momentos históricos, conceitos que à época, possibilitaram explicar diversas questões elencadas pela referida área científica. Todavia, com as transformações verificadas no mundo moderno houve a necessidade de ampliar o discurso geográfico até então desenvolvido, com vistas a atingir a complexidade dos objetos que se colocam como desafios para serem explicados e compreendidos. Neste sentido,

[...] o conceito de território – juntamente com seus derivados, a territorialidade, a territorialização e outros – permite repropor, hoje, em termos sociais e políticos, um discurso geográfico quem em épocas precedentes, assumiu outras formas e se expressou com outros conceitos. Podemos, também, afirmar que, raciocinando como geógrafos sobre o conceito de território, podemos entender melhor muitos problemas que a geografia teve como ciência. De fato, as concepções territorialistas da geografia mais recente, absorvem e reelaboram as diferentes concepções da geografia do passado: como ciência da diferenciação do espaço terrestre, ciência das relações multiescalares entre o ambiente físico e a sociedade humana, ciência da paisagem e assim por diante (DEMATTEIS, 2007, p.7).

Observa-se, portanto, que todo conceito adquire novas especificidades com o passar do tempo, adaptando-se à época e às necessidades que o mundo tende a revelar. Sobre isso, Saquet (2007) argumenta que

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou

seja, des-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade, num único movimento); o *novo* contém pois o *velho* e este, aquele (SAQUET, 2007, p.13, destaque do autor).

Souza (2009, p. 59), ao tratar das divergências e confusões que são produzidas acerca do conceito de território, deixa claro que o elemento que o define é “[...] em primeiríssimo lugar, o *poder*”. (Destaque do autor). O poder implica a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais. Entretanto, ao tratar do vínculo entre poder e território, o referido autor comenta que “O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso”. (SOUZA, 2009, p.66). Saquet (2007), por sua vez, acrescenta que

[...] o território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas (SAQUET, 2007, p.75).

O que, segundo Raffestin (1993), estabelece-se a partir da construção de malhas, nós e redes, constituindo-se, conforme declara Saquet (2007), em campos de ações, de poder, em práticas espaciais que, por sua vez, fundamentam o território como materialidade, e sustentam as práticas espaciais, tanto econômicas como políticas e culturais, revelando a produção territorial.

Conforme Saquet (2007), as relações de poder vêm sendo efetivadas historicamente, consoante às características de cada sociedade, e envolvem relações imateriais de caráter geopolítico, econômico e cultural. Não é, pois, uma instituição, mas o nome dado a uma situação complexa da vida em sociedade. Citando Foucault³⁸ (1978), o referido autor comenta que

[...] o poder não é alguma coisa que se adquire (...); o poder se exercita a partir de inumeráveis pontos e no jogo de relações desiguais e móveis; as relações de poder não estão em posição de exterioridade com relação a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), mas são imanentes; (...) têm, onde estão presentes, um papel diretamente produtivo; o poder vem de baixo. (...) é preciso imaginar que as relações de força que se formam e operam nos aparatos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte a amplos efeitos que percorrem o conjunto da sociedade (...); as relações de poder são, contemporaneamente, intencionais e não subjetivas (...); onde há poder há resistência (...). Isto significa o caráter estritamente

³⁸ FOUCAULT, Michel. **La volontà di sapere**. Storia della sessualità I. Milano: Feltrinelli, 1978.

relacional das relações de poder (...). (FOUCAULT, 1978, p.83-85 apud SAQUET, 2007, p.32).

Ou seja,

[...] o poder significa, nessa perspectiva, relações conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do *eu*, do indivíduo, integrando-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida cotidiana (SAQUET, 2007, p.32).

Ideologia e poder andam juntos: aquela “[...] molda comportamentos e atitudes, condiciona normas e regras e vice-versa” (SAQUET, 2007, p.33) para este dominar. Ambos são inerentes às relações sociais, que por sua vez substantivam o campo de poder, que conforme o referido autor, estão presentes nas ações do Estado, instituições e empresas, ou seja, em relações sociais efetivadas na vida cotidiana, com vistas ao controle e à dominação sobre homens e coisas.

Souza (2001, p.78) e Saquet (2007, p.34) ressaltam, respectivamente, que “O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e “As relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território”. Portanto, o que está em questão na conformação de um território, é “[...] *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço*”³⁹. Nesse sentido, o autor ressalta que o processo de formação do território envolve “[...] o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, simultaneamente, também é, enquanto substrato material e ‘lugar’, uma referência e um condicionador das práticas de poder)” (SOUZA, 2009, p.60). Sobre isso, Raffestin (1993) declara que o espaço é anterior ao território, pois este é o resultado da apropriação do espaço, não podendo, todavia, o território, ser confundido com o substrato material em si. Assim,

[...] na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, *sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem*. (SOUZA, 2009, p.61, destaque do autor).

³⁹ SOUZA, 2001, p.79 (Destaque do autor).

Em outras palavras, o autor supracitado esclarece que território não é sinônimo de substrato material:

Se a fonte de poder que coordenou a modelagem material de uma porção da superfície da Terra (transformação da natureza, retrabalhamentos do ambiente construído...) for destruída ou sucumbir, o substrato material, caso não tenha sido totalmente arrasado no transcurso de uma guerra, ainda estará presente, como testemunho das realizações de um povo, de um grupo social; mas o território, enquanto tal, pode vir a ser subdividido, repartido, pulverizado entre facções rivais. Em alguns casos, como o de Cartago depois da última Guerra Púnica, ambos, ambiente construído e território, podem ser varridos do mapa. (SOUZA, 2009, p.66).

Se as relações de poder são o que definem o território, o mesmo não ocorre ao conceito de lugar, caracterizado, sobretudo, pelas identidades, intersubjetividades e trocas simbólicas. Mas uma região ou um bairro podem ser, enquanto tais, definidos por identidades e, portanto, constituírem-se lugares, espaços vividos e percebidos. Mas Souza (2001, p.61) ressalta que tanto uma região quanto um bairro podem se configurar como territórios porque “[...] movimentos sociais ali passaram a exercer, fortemente, um *contrapoder* insurgente” e

Ambos, região e bairro, podem ser, aliás, até mesmo estudados privilegiando-se o exercício do poder, apesar de teórico-conceitualmente essa não ser a característica definidora *primária* desses tipos de recorte espacial (SOUZA, 2001, p.61, destaque do autor).

Existem diferentes escalas de território, e embora o conceito, sobretudo político, que prevalece seja aquele que define os Estados-Nação, caracterizados por espaços cujas fronteiras são estáveis, ele pode apresentar flexibilidade e, portanto,

[...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 2001, p.87).

Os territórios são, portanto, constituídos por territorialidades, que segundo Souza (2001), estabelecem-se a partir de

[...] *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial [...]*, é um certo tipo de interação entre homem e

espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço (SOUZA, 2001, p.99, destaque do autor).

De igual modo, Sack (1986, p.2) argumenta que “A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar”, sendo uma expressão geográfica do poder social. Devido ao seu caráter processual, Sack (1986) declara que o território é dinâmico, e os seus limites podem ser modificados conforme as estratégias de controle e delimitação do espaço. Conforme Saquet (2007), a definição dada pelo referido autor para a territorialidade está diretamente relacionada a estratégias de influência e controle de recursos, fenômenos, relações e pessoas. Assim, nesse processo “Há *motivações geográficas* e sociais, e o controle depende de quem está influenciando quem, da delimitação e do *contexto do lugar, espaço e tempo*”. (SAQUET, 2007, p.83, destaque do autor). A territorialidade é, nesse sentido,

[...] um componente do poder, não significa somente criação e manutenção da ordem, mas é um *esquema* para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados (SAQUET, 2007, p.84, destaque do autor).

Raffestin (1993, p.162) declara que a análise da territorialidade só é possível através da “[...] apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”. São exemplos da fala do referido autor os territórios da prostituição feminina ou masculina da Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, apropriados pelo respectivo grupo apenas à noite, e durante o dia as ruas apresentam outra paisagem humana, típica do movimento diurno de uma área de obsolescência (SOUZA, 2001). Aqui se observa mais uma característica dos territórios, que podem “[...] se desfazer ciclicamente, ter duração efêmera e nem chegar a deixar marcas na paisagem”. (SOUZA, 2009, p.65). Essa territorialidade cíclica, com a alternância de usos do espaço diurno e noturno, encontra-se representado na Figura 2.

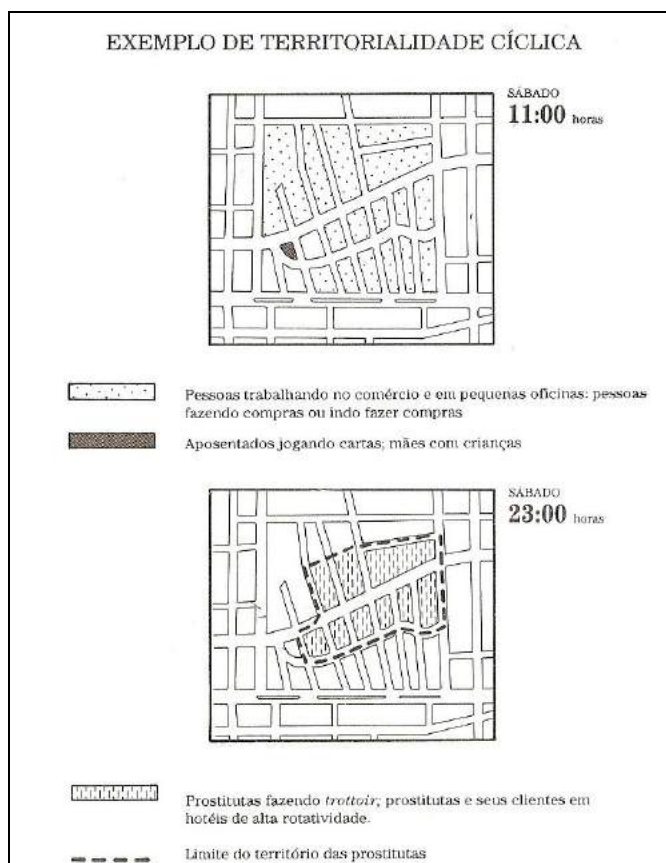


Figura 2 – Territorialidade cíclica: Parte da área de obsolescência de uma cidade em dois momentos distintos.

Nota: *Trottoir* – do Francês, calçada *f* (de uma rua). (Dicionário Larousse).

Fonte: Souza (2001, p.89).

Souza (2001) comenta que os territórios da prostituição têm um caráter flutuante e móvel, cujos limites são instáveis e cujas áreas de influência deslizam por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças (Figura 3), sendo a criação da identidade territorial um fenômeno relativo, antes funcional que afetivo, o que não significa ausência de disputa por pontos entre os grupos rivais, como, por exemplo, entre prostitutas e travestis.

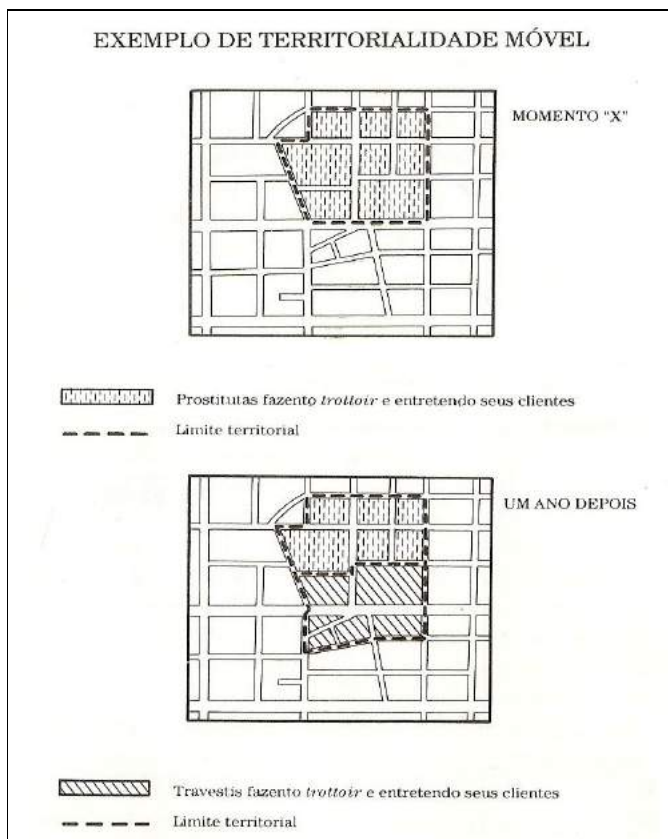


Figura 3 – Territorialidade móvel: Parte da área de obsolescência de uma cidade em dois momentos distintos.

Nota: *Trottoir* – do Francês, calçada *f* (de uma rua). (Dicionário Larousse).

Fonte: Souza (2001, p.90).

Outro tipo de territorialidade apresentada por Souza (2001, p.91) é a do tráfico de drogas, cujos territórios encontram-se “[...] disseminados pelo tecido urbano, com territórios amigos (pertencentes à mesma organização ou ao mesmo *comando*”, que no caso do Rio de Janeiro, são representados pelo Comando Vermelho, Terceiro Comando, Comando Caipira e bandos independentes, dispersos, constituindo-se em “áreas neutras (Figura 4). Em entrevista realizada por Souza (2001) com uma liderança da Favela Morro do Céu, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, as “áreas neutras” seriam

[...] aquelas que, não sendo diretamente territorializadas por nenhuma organização de traficantes – os quais se encarregam de garantir uma certa ordem interna ao território pelo bem dos negócios (por exemplo), punindo exemplarmente crimes comuns como estupros e furtos) -, se apresentam como locais particularmente inseguros, desprotegidos, expostos (SOUZA, 2001, p.92).

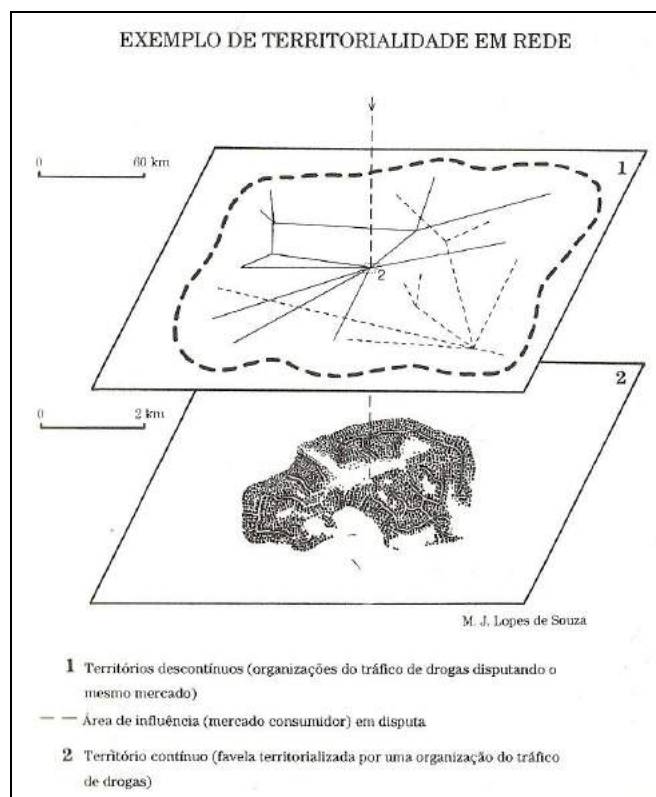


Figura 4 – Territorialidade em rede: Parte da área de obsolescência de uma cidade em dois momentos distintos.

Nota: *Trottoir* – do Francês, calçada *f* (de uma rua). (Dicionário Larousse).

Fonte: Souza (2001, p.95).

Souza (2001) comenta que entre os espaços territorializados por uma organização criminosa há territórios inimigos pertencentes a outro comando. Neste sentido, observa-se que

A territorialidade de cada facção ou organização do tráfico de drogas é, assim, uma *rede* complexa, unindo nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, sendo que, no espaço concreto, esses nós de uma rede se intercalam com nós de outras redes, todas elas superpostas ao mesmo espaço e disputando a mesma área de influência econômica (mercado consumidor), formando uma malha significativamente complexa. Cada uma das redes representará, durante todo o tempo em que existirem essas superposições, o que se poderia chamar uma *territorialidade de baixa definição*. Uma alta definição só será alcançada se uma das organizações lograr eliminar as rivais dentro da área de influência, monopolizando a oferta de tóxicos, ou se as organizações chegarem a um acordo, estabelecendo um pacto territorial (SOUZA, 2001, p.92, destaque do autor).

O autor supracitado ressalta que a constituição de redes de organizações criminosas como as do Rio de Janeiro

[...] remete à necessidade de se construir uma ponte conceitual entre o *território* em sentido usual (que pressupõe contigüidade espacial) e a *rede* (onde não há contigüidade espacial: o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – *nós* - conectados entre si por segmentos – *arcos* – que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações -, sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial (SOUZA, 2001, p.93).

A esse território em rede ou território-rede, o referido autor designa de *território descontínuo*, que é, na realidade “[...] *uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos*” (SOUZA, 2001, p.94). Estes territórios-rede são formados, sobretudo pela imposição da “lei”, que no sentido amplo da palavra grega *nómos*, significa lei, norma e costume, imposto de cima para baixo e/ou de fora para dentro (SOUZA, 2009). Todavia, estes territórios geralmente não são mantidos apenas por meio do poder heterônomo, apoiado exclusivamente na coerção, mas apresentam, de forma ponderada, níveis de consentimento com vistas à propalação do domínio exercido sobre determinado espaço. Sobre isso, Arendt (1985) declara que quando o poder é deslegitimado, ou seja, quando o consentimento fica comprometido, apela-se para o uso da força bruta com o objetivo de manter a dominação.

Por outro lado, quando um grupo influencia outro a atuar conforme as regras estabelecidas, tem-se o que pode ser chamado de “poder compartilhado”, em que todos os participantes possuem a capacidade de determinar a *nómos*. Nesse sentido, Souza (2009, p.69) afirma que

Em tais circunstâncias, indivíduos e grupos são *influenciados* uns pelos outros, na base da persuasão, mas não *dominam* uns aos outros sob a cobertura de estruturas assimétricas. Cada um dos participantes, uma vez tendo possuído uma chance aproximadamente igual de modelar o processo (o que pressupõe que as condições materiais e o acesso a informações não sejam díspares a ponto de criar uma clivagem nítida entre indivíduos e grupos no que tange à referida chance), se verá obrigado, moralmente, a respeitar as regras de cuja construção ele participou livremente, mesmo que suas posições não tenham sido vitoriosas. Cada um dos participantes, por conseguinte, está submetido a um poder – o poder que emana, legitimamente, da coletividade.

O tráfico de drogas é uma prática criminosa revestida de poder, constituindo-se num deflagrador de outros processos que geram a violência urbana. As cidades são grandes centros consumidores, que possuem uma estrutura logística favorável ao mercado do tráfico, estabelecendo, como destaca Francisco Filho (2004), uma rede de fornecimento altamente organizada, aonde o fluxo do produto vai do

produtor ao consumidor, obedecendo aos mesmos princípios que regem a circulação de um produto de alta demanda. Neste caso, a ausência do Estado é preenchida por uma “[...] estrutura de dominação que visa o comércio através de regras próprias, fazendo uso da força e da intimidação com o objetivo de garantir o território e, portanto, a perpetuação do *processo produtivo* em que o tráfico está inserido”. (FRANCISCO FILHO, 2004, p.29, destaque do autor).

A violência urbana não possui um espaço próprio dentro da estrutura urbana, mas desenvolve-se em todos os seus estratos como uma forma humana de resolver os conflitos entre indivíduos e grupos. Assim, como declara Francisco Filho (2004, p.32), “Os indivíduos lutam para manter seu território e sua posição de bem estar, os grupos lutam para manter seu *status quo*, seu território e garantir sua sobrevivência”. Afirma-se, portanto, que a violência se expressa territorialmente de duas formas: em ações isoladas, não articuladas e destituídas de disputa territorial e em ações organizadas, cujo território exerce um papel essencial tanto como substrato para a ação criminosa, quanto como um local seguro, longe da ação da lei.

Francisco Filho (2004) comenta que nessa última modalidade de violência, os indivíduos envolvidos com o crime se organizam em uma estrutura funcional, caracterizados por uma hierarquia bem estabelecida e com normas próprias de conduta, que tanto servem para o benefício quanto para a punição de quem está envolvido. Além disso, dentro do território urbano, essa organização tende a se segregar e ocupar espaços que possam garantir sua ação, estabelecendo as mesmas relações existentes entre o comércio e o consumidor convencionais. Assim,

Estabelece-se uma rede em que cada agente possui uma função definida dentro da estrutura criminosa. No tráfico, por exemplo, a venda de drogas está organizada em uma rede que vai dos grandes traficantes internacionais, responsáveis pelo abastecimento no atacado de grandes regiões, aos aviões, que distribuem a droga a varejo (FRANCISCO FILHO, 2004, p.33).

O tráfico de drogas também funciona como um mecanismo de segregação dos indivíduos diretamente envolvidos com ele, pois na divisão de trabalho estabelecida dentro desse tipo de organização, existem os mentores da ação criminosa, os que apoiam a sua execução e os que colocam em prática as estratégias estabelecidas para manter o tráfico. E cada uma dessas ações apresenta remuneração diferenciada. A esse respeito, Souza (2000, p.57) declara:

As quadrilhas que operam no varejo no Rio de Janeiro, comumente apoiadas logisticamente em espaços segregados tais como as favelas, apresentam uma hierarquia e uma divisão do trabalho típicas, envolvendo diversos atores sociais. O chefe local é “dono”, o qual controla diversos pontos de venda de tóxicos (“bocas-de-fumo”). Uma vez que os donos cada vez menos moram em favelas e sim no “asfalto” (ainda que tenham origem favelada), quem responde pelo negócio em um dado local é o “gerente”, o qual realiza uma contabilidade, supervisiona o pessoal da segurança e realiza diversos contatos em nome do “dono”. Além do “dono” e de seus “gerentes” há os “soldados”, que são aqueles indivíduos que, fortemente armados, garantem a segurança do negócio, impondo a “ordem” na favela e defendendo os pontos de venda de um “dono” contra tentativas de captura realizadas por outras quadrilhas. Há, também, os “olheiros”, que são aqueles que avisam sobre a proximidade da polícia ou de “alemães” (estranhos, inimigos), e os “aviões” e “aviõezinhos”, que entregam drogas aos clientes, os quais muitas vezes aguardam na entrada da favela dentro de seus carros. Há, finalmente, as pessoas que trabalham na embalagem da droga a ser comercializada.

Dessa prática criminosa advêm outras ações violentas estabelecidas para manter os territórios do tráfico e a dinâmica dos negócios. Daí surgem as guerras do tráfico, perpetradas entre quadrilhas e os assassinatos de indivíduos que não cumprem a lei que rege tais espaços e negócios. Geralmente, nas grandes cidades brasileiras, as favelas são os territórios por excelência do tráfico de drogas, sobretudo pela morfologia que facilita a fuga e permite os esconderijos. São, portanto, locais estigmatizados por uma elevada parcela da sociedade. Já em outras cidades, são os bairros periféricos, cujos moradores apresentam uma renda menos elevada, onde os traficantes atuam preferencialmente. Neste caso, não se beneficiam da mesma estrutura apresentada pela favela, caracterizada por “becos” e emaranhados de moradias justapostas. Em tais locais, o gerenciamento do tráfico se estabelece de outra forma: em muitos casos os pontos de preparo e comercialização são flutuantes, técnica utilizada para não levantar a suspeita dos policiais. Caracterizam-se, portanto, como territórios cíclicos e móveis, apesar de se constituírem em redes que se desfazem rapidamente, conforme a necessidade.

No próximo tópico serão apresentadas algumas considerações acerca dos espaços urbanos territorializados pela criminalidade violenta e as consequências trazidas aos moradores e aos espaços que sofrem a influência desse processo, por vezes dinâmico e complexo, multifacetado e fragmentador.

3.3 Espaços urbanos territorializados pelo crime violento

Em se tratando do conceito de espaço urbano, Corrêa (1989, p.7) declara:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (Destaque do autor).

A cidade é o reflexo da sociedade, cuja estrutura reflete a sua forma de organização, estando na sua morfologia impressos os processos cultural, econômico e social de cada momento histórico. Francisco Filho (2004) comenta que

O espaço urbano se apresenta como algo complexo, campo onde as relações humanas se estabelecem e cristalizam nas suas formas e nas relações entre elas. É nesse espelhamento entre as ações e sua dinâmica no território que surge uma *geografia* do crime, em que cada ação de quebra da ordem e, conseqüentemente, de um ato de violação dos direitos do cidadão, adquire uma dinâmica e *personalidade* própria, estabelecendo um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ter do espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do *tecido urbano*, como conseqüência final de todo o processo (FRANCISCO FILHO, 2004, p.27, destaque do autor).

Para entender a geografia do crime é necessário compreender a sua dinâmica no espaço e os mecanismos organizacionais utilizados para se estabelecer em lugares específicos do espaço urbano, por vezes fragmentado e, ao mesmo tempo articulado através das relações espaciais que nele se estabelecem (CORRÊA, 1989). Como exemplifica Francisco Filho (2004, p.28), os espaços fragmentados podem se segregar e refletir esse processo em usos especializados do solo, onde cada classe ocupa seu território, dando-lhe uma feição própria. Assim, as favelas, caracterizadas por espaços desprovidos de “[...] infraestrutura que fornece qualidade de vida mínima aos seus habitantes, representam a ausência do Estado e a vida à margem do processo produtivo a que seus ocupantes estão submetidos”. Em outro viés, os condomínios de luxo são exemplos da segregação que se estabelece numa

outra direção desse mesmo fenômeno, onde uma parcela da sociedade, participante do processo produtivo, tem acesso à renda que lhe permite a qualidade de vida, em termos de infraestrutura urbana, melhor do que aquela existente nas favelas.

Conforme Ferreira e Penna (2005^a), a violência é um fenômeno que se territorializa no espaço urbano por meio de relações sociais que expressam uma configuração geográfica e se estabelecem num momento histórico específico. Essa territorialização da violência se dá a partir da fixação de elementos que possibilitam o estabelecimento de ações capazes de modificar as condições ambientais e sociais, redefinindo o lugar a partir disso.

As causas da violência, cujas raízes estão arraigadas à produção de espaços excludentes, são multifatoriais e advêm de processos sociais complexos, que por sua vez geram lutas e conflitos socioespaciais ao longo da história. De acordo com as referidas autoras, surgem desse processo desigual, espaços elitizados ocupados pela classe dominante e espaços periféricos constituídos de classes populares sujeitos a toda forma de violência. Periferia urbana aqui entendida como o reduto

[...] de todas as formas de violência, desde a discriminação, ao inaccessos aos direitos do cidadão e à própria cidadania [...]. Espaços de exclusão da lei e da ordem social, abrigo da população segregada, *reduto da violência em seus diferentes aspectos, são apropriados pelas organizações criminosas e/ou ilegais que os faz seus espaços de poder. A violência estrutural desses territórios vem-se articular a violência organizada do crime na atualidade. Cria-se, assim, o território da violência, porções do espaço urbano apropriadas pelas organizações criminosas que exercem seu poder sobre eles transformando-os em redutos de poder do crime organizado que daí comanda sua atuação na cidade, enfrenta o estado e manobra o seu exército formado pela população excluída que habita esses locais* (FERREIRA; PENNA, 2005^a, p.158, destaque nosso).

Origina-se, portanto, um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, todavia articulado. Nesse sentido,

Os espaços elitizados das classes dominantes caracterizam-se pelo consumo de bens e de infra-estruturas com alto padrão de qualidade e de técnica, financiados pelos governos. Nos espaços periféricos predomina a cultura da pobreza e sua dinâmica para reduzir os efeitos devastadores do desemprego (principalmente por intermédio do comércio informal) e das necessidades habitacionais imediatas. Sem opção no mercado imobiliário, com pouco ou nenhum financiamento público ou privado, predomina a informalidade e a autoconstrução, que não atende às exigências mínimas de uma habitação normal (FERREIRA; PENNA, 2005^a, p.158).

Tal como destacam as autoras supracitadas, os espaços de exclusão existentes na cidade desvalorizam-se economicamente devido à morfologia apresentada, tornando-se espaços controlados por grupos criminosos, justamente pelo fato de neles já haver a ausência do Estado e de instituições públicas necessárias à manutenção da qualidade de vida e da cidadania. Constatase, nesse sentido, que a produção do espaço configura-se como um processo fragmentador e excludente, cuja

[...] proximidade física no território confronta as diferenças sociais em termos de direitos do indivíduo à sobrevivência, à saúde, ao trabalho, à vida etc. O enclausuramento do pobre, espacialmente próximo das condições da vida moderna urbana e socialmente tão longe dela, fruto do inaccess, ou da periferização, que o torna duplamente distante, dificulta a mobilidade social. Cria-se uma barreira espacial que reproduz a pobreza, como um fator a mais. A pobreza segregada fica mais pobre, tornando mais difícil a mobilidade social e com isso *mais vulnerável às ações criminosas* (FERREIRA; PENNA, 2005^a, p.158).

Como ressaltam os autores supracitados, o simples fato de destruir esses espaços ou de transferi-los para outro lugar dentro da cidade não é suficiente, pois “[...] a mesma forma espacial vai aparecer em outro lugar, desde que os processos que lhe deram origem persistam”. (FERREIRA; PENNA, 2005^a, p.159). Outra consequência trazida aos territórios urbanos controlados pelo crime organizado é o impedimento à mobilidade social das pessoas, criando, assim, novas exclusões. Como meio de desmobilizar a organização criminosa, faz-se necessário evitar a formação das áreas de risco e tornar menos vulneráveis aquelas já existentes, por meio da gestão do território, com o objetivo de inibir a formação das áreas periferizadas e desvalorizadas, fortalecendo as potencialidades da população local por meio da criação de “[...] oportunidades novas ou estratégicas para que os processos sociais se realizem de forma menos perversa, as mudanças ocorram e os territórios tenham novas identidades”. FERREIRA; PENNA, 2005^a, p.167).

À medida que esses territórios são formados e estabelecidos por meio do poder do crime organizado transformam-se em redutos da violência, realimentando, a partir disso, os processos sociais responsáveis pela violência urbana. A população que habita esses espaços torna-se mão-de-obra absorvida pelo crime que tem, dentre outras atividades ilegais, o tráfico de drogas como mercado de trabalho. É um negócio que vem para ocupar o espaço do trabalho legal, inexistente, escasso e, às vezes, difícil de ser alcançado em algumas cidades. Pelo fato de necessitar de uma

elevada quantidade de pessoas para trabalhar em diferentes setores, desempenhando funções específicas e sem exigência de mão de obra qualificada, torna-se uma saída para muitos desempregados, como também para crianças, cada vez mais utilizadas nesse processo.

Ferreira e Penna (2005^a) comentam que ao se impor, os grupos criminosos submetem os moradores a toda espécie de usos e abusos, aterrorizando a população. Situações que eram observadas apenas em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, agora também ocorrem em Uberlândia, como o toque de recolher e a ordem para fechar o comércio.

Apesar de estar presente em todos os lugares da cidade, a violência apresenta-se em maior ou menor intensidade em determinados locais, e é isso que vai definir como as pessoas sentem tal fenômeno. Uma das principais formas de sentir a violência é através da sensação de insegurança e medo que imperam em maior ou menor grau, de acordo com o local habitado. A violência apresenta uma dinâmica própria no espaço, sendo capaz de moldar os lugares e o comportamento das pessoas. Ela estabelece

[...] um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ter do espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do tecido urbano (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 27).

A Geografia tem se preocupado com o estudo da violência, sobretudo devido aos impactos proporcionados por ela ao espaço e à cotidianidade da população. Queiroz (2002, p. 98) declara que “A violência que atinge as cidades brasileiras deixou de ser um fenômeno localizado e ganhou *status* de problema nacional”. As pessoas não se conhecem e pouco se comunicam. Isolaram-se nos condomínios fechados, nos apartamentos, nas casas repletas de sistema de segurança, fatores estes que nem sempre são eficazes. A criminalidade violenta, dessa forma, atua diretamente no cotidiano das cidades, regulando o modo de vida e o comportamento das pessoas e segregando as populações quer por escolha deliberada ou por imposição socioeconômica.

Pelo fato de transformar e reorganizar o espaço, a violência é utilizada como elemento de especulação imobiliária pelas construtoras. Muitos empreendedores imobiliários, quando planejam os condomínios horizontais e verticais, utilizam em

suas propagandas discursos que valorizam a plena segurança do local contra atos violentos. Atualmente, nem mesmo as estratégias de monitoramento das residências por meio de câmeras de vigilância, ou ainda a utilização de cercas elétricas, muros altos, cães e vigilantes tem sido suficientes para conter o avanço da violência. Mas, ainda que insuficientes, inibem a atuação de criminosos, pois dificultam sua ação.

Tanto a fala quanto o medo da criminalidade violenta “[...] organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seus universos de interações”. (CALDEIRA, 2000, p.27). Com isso, “[...] percebe-se que *vários tipos de interação espacial diminuem (e até tendem a desaparecer) ou tornar-se (muito) mais seletivos*”. (SOUZA, 2008, p.58, destaque do autor). Dessa forma, criam-se “[...] novas alternativas de sociabilidade, alterando o modo de ser e de agir das pessoas”. (BAIERL, 2004, p.22).

Como ressalta Carpaneda (2008, p.17), “A segurança expressa no desenho urbano, ou nas edificações, sempre esteve presente ao longo da história”. Os exemplos disso são claros, ao se observar as muralhas, fortificações e fossos dos castelos, erigidos com o objetivo de proteger o espaço contra inimigos. Essa busca histórica por proteção tem se revelado, nos dias atuais, como um elemento vital, e, para muitos habitantes das grandes cidades, um fator essencial para a vida. Hoje, o fenômeno do medo da violência ligado à elevação da insegurança urbana tem influenciado, de igual modo, a modelagem de formas de moradia e habitat, o que pode ser percebido com o surgimento dos condomínios fechados, tomados como mecanismos que favorecem a manutenção da segurança. Tais edificações urbanas recebem nomes diferentes em diversas cidades do mundo: em Buenos Aires, chamam-se *barrios cerrados* ou *countries*; em Joanesburgo, *walled communities* e *security villages*; no Brasil, condomínios exclusivos ou fechados (SOUZA, 2008). Para Debord (1997), são considerados *pseudocampesinatos*.

Conforme afirmação de Debord (1997), os pseudocampesinatos surgem de modificações espaciais e sociais trazidas pelo urbanismo que destrói as cidades e reconstitui os condomínios fechados nos quais

[...] estão perdidas tanto as relações naturais do antigo campo quanto as relações sociais diretas e diretamente questionadas, da cidade histórica. Um novo campesinato artificial é recriado pelas condições de habitat e de controle espetacular no atual ‘território planejado’: a dispersão no espaço e a mentalidade estreita, que sempre impediram o campesinato de empreender uma ação independente e de se afirmar como força histórica

criadora, voltam a ser as características dos produtores. [...] ‘As cidades novas’ do pseudocampesinato tecnológico fixam no terreno, claramente, a ruptura com o tempo histórico no qual elas são construídas; sua divisa pode ser: ‘Aqui, nunca acontecerá nada, e ‘nada nunca aconteceu’ (DEBORD, 1997, p.117).

Souza (2008, p.54) ressalta que

[...] se nem *shopping centers* e nem mesmo bancos ou “condomínios exclusivos”, com todo o seu aparato de segurança, são completamente seguros; se prédios de apartamentos da classe média alta são invadidos e saqueados com frequência; se seqüestros “comuns” e seqüestros relâmpago se tornam corriqueiros; se basta ser tido por “suspeito”, pela aparência, para ser discriminado, humilhado e, no limite, executado por policiais agindo como justiceiros ou em retaliação; então, onde, afinal, estariam os “lugares seguros”? (Destaque do autor).

Tais condomínios podem ser caracterizados como construções que “[...] ameaçam o fortalecimento de valores de civilidade e solidariedade cidadã, uma vez que são ambientes de socialização que, a um só tempo, pressupõem e reforçam um descompromisso para com a cidade como um todo” (SOUZA, 2008, p.74). O fato de um indivíduo isolar-se da cidade indo morar num condomínio fechado leva a entender que ele está “fugindo” das “ameaças” existentes nos demais espaços da cidade e, por conseguinte, eximindo-se das responsabilidades que ele, como habitante de determinado local, tem sobre a manutenção da segurança, já que isso não cabe apenas ao poder público, mas a todos os cidadãos.

Essas edificações reforçam exclusões e autoexclusões, rompendo com a unidade social, “[...] que provém de uma atividade cotidiana de um agir comunicacional”. (GOMES, 2002, p.161). Esse processo de fuga é, acima de tudo, do contato com o “mundo extramuros”; é, especialmente, um ausentar-se do espaço público, caracterizado como “[...] um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas, sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados”. (GOMES, 2002, p. 164). Acrescenta-se que

[...] o arranjo físico das coisas é um agente ativo na realização de determinadas ações sociais, e essa ordem espacial é concebida como uma condição para que essas ações se produzam. Isso quer dizer que as práticas sociais são, em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço (GOMES, 2002, p.172).

Nos condomínios fechados,

Os limites com o mundo externo são bem demarcados, e o controle e a vigilância são elementos fundamentais em seu funcionamento [...]. As mensagens publicitárias para a venda desses imóveis exploram bastante a idéia de um ambiente planejado que produzirá toda a qualidade de vida do ambiente urbano, com a vantagem da segurança e da homogeneidade social (GOMES, 2002, p.186)

Diz-se homogeneidade social, pois nem todos os cidadãos dispõem de condições financeiras que possibilitem habitar em tais empreendimentos. O que se quer ressaltar aqui é que a violência está em todos os lugares, inclusive nos condomínios e/ou loteamentos fechados; talvez em menor quantidade, mas a verdade é que o fato de refugiar-se em tais empreendimentos não soluciona o problema da vitimização. Esses espaços são, portanto, considerados pelo referido autor como “ilhas utópicas”.

Moura (2008), que analisou a estruturação dos condomínios horizontais e loteamentos fechados em Uberlândia, identificou que 42 desses empreendimentos foram formados e vendidos sob a égide do tema da segurança, presente nas propagandas divulgadas. Dentre os serviços de segurança oferecidos estavam: cercas elétricas em toda a extensão do condomínio, portaria 24 horas, câmeras de vigilância e ronda. Tais elementos são os diferenciais apresentados pelas construtoras para atrair o comprador. Além destes, a existência de muros altos no entorno da área do condomínio horizontal/loteamentos configuram-se como “[...] símbolos de defesa territorial e uma forma de isolamento social, ou seja, isolamento dos problemas externos”. (MOURA, 2008, p.132). Exemplos desses elementos espaciais podem ser verificados na Figura 5 e Fotografia 1:



Figura 5 – Cidade de Uberlândia: Folheto de propaganda divulgando os equipamentos de segurança existentes no Paradiso Condomínio Ecológico – 2007.

Fonte: Realiza Construtora (2011).



Fotografia 1 – Cidade de Uberlândia: Muros altos circundando os loteamentos fechados Jardins Barcelona, Vila dos Ipês e Bosque Karaíba, respectivamente – 2007.

Fonte: Moura (2008, p.132).

Moura (2008) constatou, ainda, que dentre os serviços de segurança oferecidos, a cerca elétrica apareceu em 71,43% dos condomínios, vindo em

segundo lugar a portaria aberta durante 24 horas, com 59,52% (Gráfico 1):

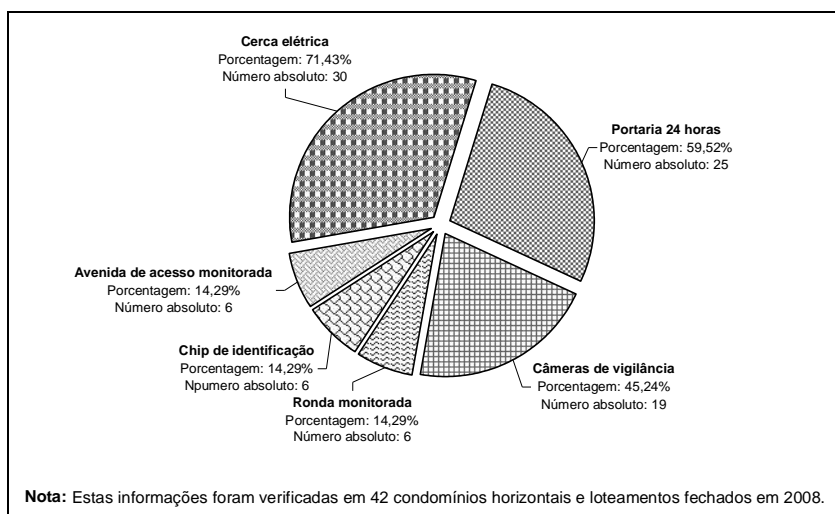


Gráfico 1 – Cidade de Uberlândia: Aparatos de segurança instalados nos condomínios horizontais e loteamentos fechados - 2008.

Fonte: Moura (2008, p.108-109). Org.: Santos (2011).

Observa-se que a criminalidade violenta altera a forma do espaço, bem como a maneira pela qual os habitantes da cidade lidam com tais modificações. Até mesmo o espaço público se altera sendo, muitas vezes, ou abandonado ou apropriado de forma indevida, através da privatização ou da vigilância:

A rua, antes acessível por todos, hoje tem se transformado num espaço restrito, onde a livre circulação é impedida por altos muros vigiados por seguranças desconfiados diante de qualquer movimento suspeito, com regras próprias e com câmeras de segurança instaladas a uma distância considerável dos condomínios [...], como uma forma de vigiar todos que se aproximam dele. Sair fora dos muros significa ficar exposto à marginalidade da cidade (MOURA, 2008, p.132-133).

Acerca da privatização dos espaços públicos, Pedrazzini (2006) declara que:

[...] os espaços públicos tendem à privatização para atender às exigências de segurança e com o consentimento dessa mesma maioria de habitantes privatizados de seus direitos fundamentais de cidadãos e cuja qualidade de vida encontra-se deteriorada. A privatização do espaço público equivale à sua destruição [...]. O método de privatização é simples e eficaz: em primeiro lugar, a cidade é declarada nociva e perigosa, seus espaços públicos tradicionais devem ser, portanto, evitados e demolidos [e ironicamente] surgem assim novos espaços públicos seguros, os shopping centers, onde o público não corre o mínimo risco de agressão (PEDRAZZINI, 2006, p.118).

Pedrazzini (2006, p.119), citando Davis (1997) declara que com a insegurança reinando nas cidades, “[...] as ruas perdem suas perspectivas e a circulação desloca-se para corredores vigiados por seguranças privados”. Além disso,

Com a atuação conjugada dos poderes públicos e dos atores privados a cidade se recompõe num movimento de grande violência simbólica, “fechando os lugares públicos e levando o público para locais onde estará duplamente seguro: não correrá risco nem será suspeito” [dito irônico] (PEDRAZZINI, 2006, p.119).

Claramente se verifica a privatização de espaços públicos em Uberlândia por meio da vigilância da área circunvizinha a condomínios fechados. Como exemplo, em um desses espaços de habitação localizado na cidade, observou-se a presença de câmeras de videomonitoramento instaladas na rua como forma de garantia da segurança dos condôminos por meio do controle da circulação extramuros, com o objetivo de manter distantes as pessoas indesejadas e/ou suspeitas (Fotografia 2):



Fotografia 2 – Cidade de Uberlândia: Câmera de segurança na avenida de acesso ao Paradiso Condomínio Ecológico: 2008.

Fonte: Moura (2008, p.133).

Carvalho (2008) declara que Praia Grande foi a primeira cidade do Brasil a possuir uma Central de Videomonitoramento, interligada à Guarda Municipal e à Polícia Militar. Em 2002, foram instaladas 1200 câmeras de vídeo ao longo dos

locais de maior movimento da cidade, bem como em prédios públicos e monumentos. Em 2012, a cidade já possuía 1530 câmeras (FLOSI, 2012). Após a utilização dessa tecnologia, os índices de criminalidade caíram cerca de 60%, e as depredações de equipamentos públicos municipais, em 40%. De acordo com o referido ator, Praia Grande é a cidade com a maior quantidade de câmeras de vigilância das Américas, e a segunda do mundo, vindo após a cidade de Londres, na Grã-Bretanha. Este sistema, segundo Carvalho (2008), foi instalado em outras cidades brasileiras, como Suzano/SP, Sobral/CE, Olinda/PE, Joinville/SC e Curitiba/PR, em parceria com a Polícia Militar e/ou a Guarda Municipal. Após a instalação destes equipamentos, todas as cidades supracitadas apresentaram uma considerável diminuição dos índices de criminalidade no local. Em Uberlândia/MG, as câmeras de videomonitoramento foram instaladas, em 2008, em parceria com a Polícia Militar, a Prefeitura Municipal e os comerciantes locais, no hipercentro da cidade, especificamente em pontos onde a incidência de crimes era mais acentuada.

Outra consequência trazida pela violência é a estigmatização de alguns espaços urbanos, que assumem uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, afetando negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Geralmente, as áreas mais violentas “[...] tendem a ser evitadas pelos de fora, ‘assinaladas’ pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos”. (WACQUANT, 2005, p. 33). Essa estigmatização territorial, conforme o referido autor dá origem entre os moradores a estratégias de evasão e distanciamento mútuos, e exacerba processos de diferenciação social interna, que tendem a diminuir a confiança interpessoal e o senso de coletividade fundamental para a ação coletiva. Bourdieu (2003, p. 166) acrescenta que

[...] o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua excomunhão.

Acerca da estigmatização territorial, Esteves (1999) constatou em seu estudo sobre a criminalidade violenta em Lisboa que 44,7% dos entrevistados por ela afirmaram evitar lugares onde existem barracas, espécie de habitação utilizada por pessoas de baixa renda. Conforme os entrevistados, a razão de se evitar circular por

estes locais relaciona-se ao medo difuso da violência, marcado, sobretudo, pelas notícias divulgadas através dos meios de comunicação social sobre estas áreas, aviltados como espaços de miséria e degradação social e material ou através de conversas estabelecidas com amigos e familiares sobre delitos praticados no local, em que as vítimas geralmente são estranhas aos moradores do bairro.

Pelo fato de a criminalidade violenta apresentar um caráter multifacetado, Cerqueira e Lobão (2003, p.1) ressaltam que o planejador público não deve utilizar apenas um modelo teórico para compreender a determinação do crime violento e a partir disso tomar suas decisões e orientar suas ações e recursos. Daí advém a necessidade de empreender um trabalho multidisciplinar que permita aumentar o conjunto de instrumentos de análise para um fenômeno complexo como a violência. Além disso, do ponto de vista da intervenção pública, com vistas à manutenção da paz social, faz-se necessário verificar se em determinada região há alguma regularidade estatística acerca dos fatores criminogênicos, como: presença de armas e drogas, supervisão familiar e se o Estado dispõe de instrumentos para intervir nessa realidade, sobretudo com a participação da própria sociedade.

3.4 A prevenção da criminalidade violenta

Por muito tempo, o controle da criminalidade violenta foi realizado apenas por meio da punição dos infratores. Em 2002, a OMS publicou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde com discussões acerca da necessidade de mudar o paradigma da repressão e punição como única forma de se enfrentar a violência, optando-se pela prevenção (KRUG et al., 2002). Mas desde décadas anteriores diversos autores já vinham apresentando as estratégias de prevenção como uma forma mais eficaz de controle da criminalidade violenta.

Silveira (2007) declara que a prevenção enquanto conceito aplicado a políticas públicas surgiu de forma mais sistemática no campo da saúde, na década de 1950 com teorizações clássicas desenvolvidas por Leavel e Clark⁴⁰ (1958),

⁴⁰ LEAVELLL, H; CLARK, E. G. **Preventive Medicine for the doctor in his community**. New York: McGraw-Hill, 1958.

segundo as quais é possível antecipar ou tornar impossível, por meio da aplicação de intervenções precoces, o desenvolvimento de doenças e agravos à saúde.

Conforme a referida autora, tais intervenções fundamentam-se

[...] na interrupção de uma cadeia de eventos na qual se busca neutralizar, eliminar ou minimizar os agentes causais (fatores de risco), ou interferir nos mecanismos que levam ao agravo. Portanto, elemento fundamental à idéia de prevenção é a possibilidade de identificar fatores de risco ou mecanismos causais, e fatores de proteção sem os quais a operacionalização de qualquer medida antecipatória constituiria um experimento às cegas (SILVEIRA, 2007, p.60).

Aplicada ao problema da criminalidade, as medidas de prevenção seriam “[...] ações proativas informadas por uma teoria sobre a gênese do crime, ou pelo conhecimento empírico dos fatores que se associam de forma mediata e imediata com as ações criminosas ou violentas, em determinado tempo, e local”. (SILVEIRA, 2007, p.60). Citando Leavell e Clark (1958), a autora comenta que existem três níveis de prevenção: primária, secundária e terciária, e que os mesmos podem ser adaptados ao problema do crime.

A prevenção primária incorpora abordagens que abrandam as causas do crime por meio de medidas direcionadas a toda a população. As intervenções geradas neste nível são realizadas no meio ambiente físico e social no sentido de reduzir os fatores de risco e aumentar os de proteção com o objetivo de minimizar as oportunidades do crime, dificultando a ação criminal e reduzindo o lucro dos criminosos. Neste plano, tal como afirma Silveira (2007), são estabelecidas estratégias educacionais como o reforço à consciência jurídica, no caso da fidelidade à norma, e são atacadas as causas da criminalidade no nível da socialização e das carências estruturais. Tais medidas não são de competência apenas das agências públicas de segurança, mas da sociedade como um todo e de outras instituições como a escola e a família.

A prevenção secundária tem por objetivo reduzir os fatores sociais e econômicos que propiciam a ocorrência de ações criminosas, dirigindo-se aos grupos de risco caracterizados como potenciais agressores ou vítimas devido ao grupo etário, local de moradia, estilo de vida, condição socioeconômica e outros fatores que os particularizam. Como exemplos de medidas desse tipo de prevenção, citam-se: 1) Programas de treinamento de segurança para idosos; 2) Programas nos quais os moradores organizam grupos de vigilância da vizinhança; 3) Projetos que

visam interferir em comportamentos problemáticos de grupos de jovens antes que os mesmos conduzam a comportamentos criminosos; 4) Projetos e programas que busquem garantir suporte social a jovens que vivem em áreas de risco.

A prevenção terciária é constituída de ações de longo prazo voltadas à reabilitação e reintegração de vítimas e agressores, ao estabelecimento de suporte às vítimas e suas famílias, à compensação e reparação de danos causados pela violência, e desenvolve programas que visam evitar a reincidência e a prevenir a vitimização. Portanto, a abordagem da prevenção da violência deve levar em consideração estes três níveis apresentados, ou seja,

[...] o cumprimento da lei – isto é, garantir a manutenção da ordem nas atividades cotidianas da comunidade e reduzir o medo da população com relação ao crime – com a prevenção social – isto é, programas envolvendo diversos organismos que enfrentem as causas do crime e da violência – e com prevenção ‘situacional’ – isto é, medidas para reduzir as oportunidades (BANCO MUNDIAL, 2003, p.13).

Para se estabelecer estratégias de prevenção à violência é imprescindível que se saibam quais grupos ou indivíduos são prioritários na atuação, escolhendo, dessa forma, as melhores estratégias de ação. Minayo e Souza (1999) destacam que no caso brasileiro, os problemas que mais afligem a população referem-se ao elevado crescimento do crime organizado nos grandes centros urbanos, do contrabando de armas de fogo, aumento da delinquência juvenil e dos crimes contra as pessoas, o patrimônio e a impunidade dos criminosos. O narcotráfico repercute em outras formas de delinquência, como assaltos a bancos, roubos de carros, de cargas, sequestros e outras formas de violência geral e difusa. Neste sentido, as ações primárias devem voltar-se para o estabelecimento de estratégias que possam impedir o enraizamento dos fatores que predis põem o aparecimento desses elementos em dada área.

Silveira (2007, p. 78) destaca que os programas de prevenção ao crime e à violência ainda são raros no Brasil, e sua implementação encontra as seguintes dificuldades: 1) Precariedade dos sistemas de informação em segurança pública, com dados de qualidade questionável, além da falta de informações importantes, como de armas utilizadas, características de agressores e vítimas, circunstâncias dos eventos; 2) Falta de diagnósticos sociodemográficos e cultural mais sistemáticos e detalhados, bem como do perfil de organização da criminalidade das áreas que

concentram maior número de eventos; 3) Inexperiência em programas de prevenção em segurança pública; 4) Escassez de profissionais especialistas em crime, e outros técnicos que realizem diagnósticos, implementação, monitoramento e avaliação de programas desta natureza; 6) Concentração de determinados eventos criminosos como os homicídios em áreas de grande vulnerabilidade social, cujas populações apresentam pequena capacidade de mobilização e organização para demandar soluções no plano das políticas públicas destinadas ao problema; 7) Resistência à integração entre as agências de justiça criminal e ao planejamento e implementação articulada de ações de prevenção; 8) Grande pressão por destinação de recursos para políticas tradicionais de caráter apenas repressivo; 9) Falta de políticas de financiamento adequadas.

A prevenção da criminalidade e da violência é uma ação prioritária do governo brasileiro, presente na Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Nela “[...] estão contempladas e valorizadas medidas inerentes à promoção da saúde e à prevenção desses eventos, mediante o estabelecimento de processos de articulação com diferentes segmentos sociais”. (BRASIL, 2001, p. 2). A proposta dessa portaria prevê diretrizes que promovam a adoção de comportamentos e ambientes seguros e saudáveis, por meio da

[...] ampla mobilização da sociedade em geral, e da mídia em particular, para a importância dos acidentes e das violências, bem como o reforço das ações intersetoriais relacionadas ao tema. [...] A co-responsabilidade do cidadão num sentido amplo, incluindo a participação na reivindicação, nas proposições e no acompanhamento desta Política, e na promoção de ambientes seguros e comportamentos saudáveis relacionados à prevenção de acidentes e de violências e de seus fatores de risco, como uso de drogas e álcool, armas de fogo, a não observância de regras de segurança e as relações interpessoais conflituosas. As medidas nesse sentido considerarão tanto os ambientes domésticos, de lazer, de trabalho e de trânsito, quanto aqueles em que se desenvolvem os processos de convivência social. (BRASIL, 2001, p. 13).

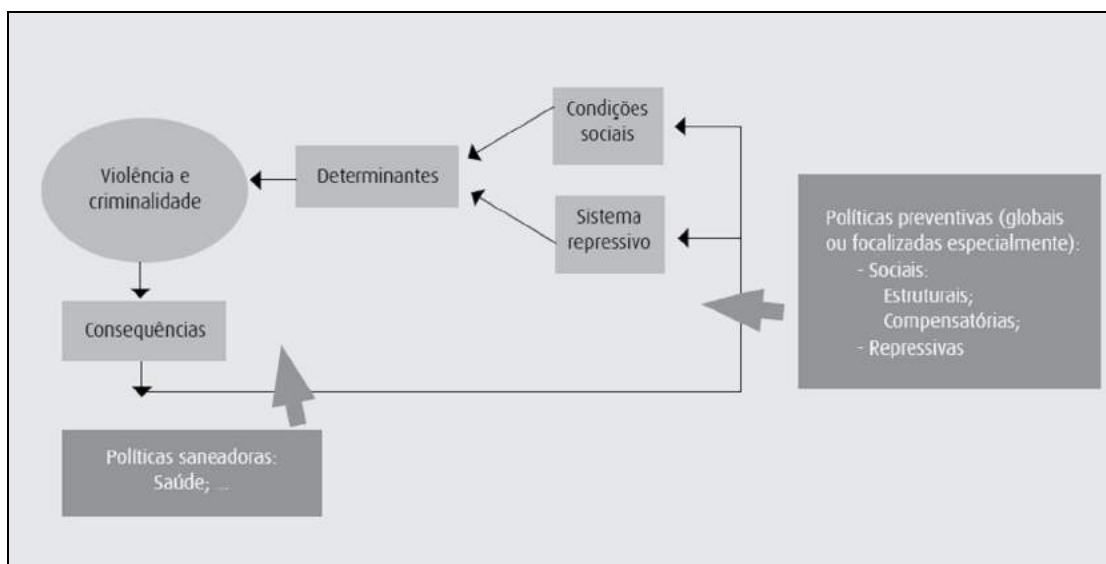
Segundo Friday (1998), o que tem sido observado ao longo do tempo sobre a prevenção do crime é que se tem enfatizado apenas o controle, sendo, portanto, uma reação à infração ou uma medida tomada após a ocorrência do delito. É, portanto, uma resposta ao comportamento infracional, tendo como elemento preventivo a suposição de que a medida de punição tomada é capaz de deter e controlar comportamentos futuros que violem a lei.

Por outro lado, Silveira (2007, p. 63-64) destaca que prevenção são medidas que tem por finalidade evitar a ocorrência do crime. Assim, “A sobreposição entre controle e prevenção ocorre quando um crime acontece e a resposta da sociedade é focada na inibição da ocorrência de novos crimes por parte de um mesmo indivíduo particular”. Dessa forma, a prevenção pressupõe que a tomada de determinadas medidas evita a ocorrência de situações indesejadas. Por esta razão, ela é de caráter pró-ativo, cujas medidas devem ser adotadas antes que o crime ocorra. O controle, por sua vez, é reativo e se dá após o acontecimento do crime.

Sherman e outros (1998) realizaram uma avaliação dos programas de prevenção da criminalidade nos Estados Unidos, e concluíram que as medidas devem levar em consideração as seguintes questões: a) Redução da criminalidade juvenil, atividade de gangues de jovens, abuso, e outros fatores de alto risco; (b) Reduções nos fatores de risco nos ambientes comunitários, escolas e família que contribuem para a violência juvenil; e (c) Aumento da proteção contra fatores que aumentam a probabilidade de estabelecimento de comportamento criminoso. Rolim (2006) ressalta que o discurso sobre a prevenção da criminalidade e da violência no Brasil sempre se direciona à necessidade de aperfeiçoamento das políticas sociais, com destaque para a distribuição de renda, geração de trabalho, qualidade dos serviços destinados à educação, saúde, moradia, transporte público, lazer.

Welsh (2005) ressalta que são diversas as estratégias de controle da violência. Mas entre as opções existentes, deve-se dar ênfase em como enfrentar as carências econômicas e sociais que podem predispor à ocorrência da violência. Ele afirma que pesquisas recentes apontam para várias dimensões da pobreza que estão relacionadas a altas taxas de violência: elevadas concentrações de pobreza, transitoriedade da população, ruptura familiar, congestionamento da habitação, fraqueza na estrutura social local (por exemplo, uma baixa participação organizacional da vida na comunidade, fracos laços intergeracionais nas famílias e comunidades, e baixa densidade de amigos e conhecidos), e da presença de mercadorias perigosas ou oportunidades associadas à violência (por exemplo, a disponibilidade de armas e redes de distribuição de drogas). O referido autor acrescenta que para que os programas de prevenção da violência sejam eficazes esses fatores sociais e econômicos fundamentais devem ser abordados. Nesse sentido, Cerqueira e Lobão (2003) também defendem que as políticas públicas voltadas à prevenção da violência devem partir da conjugação de políticas sociais

(estruturais ou compensatórias) e políticas relacionadas ao sistema de justiça criminal, tal como apresentado no Organograma 2.



Organograma 2 - Planejamento estratégico da Segurança Pública e os determinantes do crime.

Fonte: Cerqueira e Lobão (2003, p.2).

Conforme o organograma apresentado por Cerqueira e Lobão (2003), o planejamento com vistas ao estabelecimento de estratégias de prevenção à violência deve partir, primeiramente, do desenvolvimento de modelos e metodologias para analisar os determinantes da criminalidade. Posteriormente, devem-se realizar estudos que levem em conta as informações individuais dos grupos que ocasionam a violência. Por fim, faz-se necessário estudar os determinantes da dinâmica criminal em particular. De acordo com os referidos autores, num segundo momento este projeto de prevenção estende-se para o estudo dos custos e consequências da criminalidade e a junção dos dois eixos para a análise de custo-benefício de programas de segurança pública, como pode ser visualizado no organograma supracitado.

É imprescindível que a violência seja prevenida com estratégias que inibam ou, pelo menos, minimizem a ocorrência dos eventos. Por esta razão, ressalta-se a importância do estabelecimento de ações de caráter primário, não deixando de considerar as ações secundárias e terciárias, que também são relevantes nesse processo. Nesse sentido, serão apresentados a seguir alguns pressupostos teóricos acerca da prevenção situacional cujas ações incidem, sobretudo, no espaço urbano.

Mas é importante ressaltar que as ações de prevenção da violência não é um papel apenas da segurança pública, como também da saúde, constituindo-se em obrigação das três instâncias de Governo: nacional, estadual e municipal. A Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, por meio da Portaria GM/MS nº 737, de 16/05/2001, instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os princípios e diretrizes para a estruturação e o reforço de ações interssetoriais de prevenção das violências, de assistência às vítimas de causas externas, bem como a promoção de hábitos e comportamentos seguros e saudáveis. Ela inclui em suas estratégias o monitoramento e a melhoria das informações sobre a ocorrência de acidentes e violências como uma prioridade, considerando fundamental o registro contínuo padronizado e adequado das informações, de forma a possibilitar estudos e elaboração de estratégias de intervenção (BRASIL, 2001).

A Rede Nacional de Núcleos de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde, instituída pela Portaria GM/MS nº 936, de 19/05/2004 (BRASIL, 2004), sugere a implantação, nos estados e municípios, de Núcleos de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde. A Rede já se encontra estabelecida com aproximadamente sessenta núcleos formados por instituições municipais, estaduais, acadêmicas e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Estes Núcleos, financiados pelo Ministério da Saúde, são os responsáveis por articular e coordenar ações interssetoriais promotoras de saúde e da cultura da paz em nível local.

A Agenda Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle dos Acidentes e Violências, aprovada em 2005, define prioridades e metas de prevenção das violências e acidentes a serem seguidas pelos três níveis de gestão: nacional, estadual e municipal. Uma de suas ações foi implantar a Rede de Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela, por meio dos seguintes critérios: 1) *Ranking* da violência (municípios com mais de 100 mil habitantes e piores índices de mortalidade por homicídios, acidentes de transporte e suicídios); 2) Experiências em curso nos Estados/Municípios; 3) Matriz de Exploração Sexual da Secretaria Especial de Direitos Humanos; 4) Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (Pair); 5) Municípios prioritários da área técnica da Saúde da Mulher; 6) Municípios com o Projeto de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito implantado; 7)

Decisão política; capacidade técnica; e sistemas de informações existentes (SILVA et al., 2007, p. 58-59).

A Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela (VIVA), implantada através da Portaria GM/MS nº 1.356, de 23 de junho de 2006 (BRASIL, 2006^b), visa melhorar a qualidade das informações sobre violências, proporcionando um conhecimento melhor da magnitude e natureza das violências, e do perfil da vítima e do agressor. Para isso, o Ministério da Saúde repassou incentivo financeiro para secretarias estaduais e municipais de saúde para a implantação da notificação da violência doméstica, sexual, outras violências interpessoais e autoprovocadas, assim como para a vigilância de acidentes. Segundo Gawryszewsk e outros (2007), o Estado de São Paulo, em 2007, era quem possuía o maior número de municípios com Rede de Serviços Sentinela de Vigilância de Violências Acidentes: 23 unidades. Minas Gerais era, nesse mesmo ano, era representado por apenas uma unidade instalada na capital Belo Horizonte.

A Política Nacional de Promoção da Saúde, instituída pela Portaria GM/MS nº 687, de 30 de março de 2006 (BRASIL, 2006^c), contribuiu com ações efetivas para a prevenção de acidentes e violências, atuando sobre os fatores de risco e de proteção, promovendo ambientes e entornos seguros e saudáveis, como também comportamentos e hábitos saudáveis por parte da população.

3.4.1 Espaço defensável e a prevenção situacional do crime

A Teoria do Espaço Defensável foi desenvolvida pelo arquiteto norte-americano Oscar Newman, em 1972, e apresenta uma série de pressupostos que ajudam no planejamento de ações de prevenção primária da violência. Seus pressupostos fundamentam-se na noção de que o espaço apresenta elementos que atuam sobre a delinquência e os delinquentes, produzindo oportunidades de delito, juntando, no tempo e no espaço, três componentes básicos, que são: um delinquente (provável ou em potencial), um alvo apropriado e a ausência de dissuasão suficiente (MARTINS, 2008).

A noção de espaço defensável foi retomada por pesquisadores anglo-saxões, sobretudo os canadenses, que traçaram um novo campo de atividade, agora entre

as ciências sociais e a arquitetura, denominada *prevenção situacional*, que nas palavras de Newman (1972, p.3), é

[...] um modelo para ambientes residenciais que inibe o crime por criar a expressão física de uma fábrica social que se defende. Todos os diferentes elementos que são combinados para fazer o espaço defensável têm um objetivo comum – um ambiente em que a territorialidade latente e o senso de comunidade dos habitantes pode ser traduzido na responsabilidade de garantir um seguro, produtivo e bem mantido espaço de viver. O potencial criminoso percebe que um espaço como este é controlado pelos seus residentes, deixando-o, como intruso, reconhecido e consciente disso.

A prevenção situacional baseia-se no estabelecimento de ações de caráter primário, fundamentando-se na noção de que a população é o principal agente mantenedor da prevenção dos crimes, criando em diferentes lugares do espaço urbano situações que favoreçam a diminuição das ocorrências, ao estabelecer meios de proteção e segurança, como grades, portões, muros, sistemas de vigilância eletrônica. Tais medidas, conforme Quaglia (2003) estão diretamente associadas ao desenvolvimento de novas tecnologias e ao crescimento da segurança privada. Waquim (2009) ressalta que isso representa a articulação de esforços da sociedade e do governo para controlar a incidência de tipos específicos de crimes, através da manipulação de fatores como a disponibilidade de alvos, incremento da vigilância e a motivação de agressores.

A prevenção situacional do crime baseia-se na teoria da Prevenção do Crime através do Desenho Urbano⁴¹, desenvolvida no início da década de 1960, que se baseia na noção de que modificações no desenho de espaços vulneráveis à criminalidade podem favorecer sua prevenção. Assim, os pontos defendidos por essa teoria são: 1) O reforço dos laços afetivos e de pertencimento à comunidade; 2) A criação de espaços que priorizem a visibilidade; 3) O incentivo à apropriação dos espaços vazios e mal utilizados; 4) A manutenção e o cuidado com os espaços públicos; 5) A redução da imagem que se tem de isolamento e abandono de espaços residenciais; 6) O desenho e o planejamento de bairros em escalas menores (BONDARUK, 2007; CARPANEDA, 2008, p.38).

Beato Filho, Peixoto e Andrade (2004, p.81) destacam, ainda, que

A utilização de medidas de autoproteção refere-se às percepções de riscos e ao medo da população, o que gera um conjunto de medidas de natureza

⁴¹ Original: Prevention Through Environmental Design (CPTED).

reativa ou pró-ativas em relação aos equipamentos de segurança. [...] Medidas pró-ativas de segurança, características de prédios e condomínios residenciais, tais como porteiros, interfonos e olhos mágicos, são as únicas que apresentam taxas menores de vitimização. Medidas reativas traduzem os signos da insegurança e do medo, exploradas pela indústria de segurança privada e de tecnologias de proteção, e que resultam em sua maioria de experiências de vitimização anteriores.

Neste sentido, normalmente quando uma pessoa é vítima da criminalidade violenta ela procura se proteger para que não haja reincidência. Naturalmente, sentimo-nos mais seguros em nossas residências, mas nos dias atuais, nem mesmo dentro delas podemos assegurar que estaremos livres dos atos violentos.

Equipar as residências para prevenir crimes é de fundamental importância. Entretanto, essas estratégias devem ser empregadas em toda a moradia e não apenas em partes dela. Conforme Bondaruk (2007, p.124) “Muitos intrusos ganham entrada por uma porta [...] suplantando um inferior ou mal instalado dispositivo de trancamento [...]. Fazer a casa parecer de difícil acesso para o delinquente proporciona menor probabilidade de esta ser atacada”. Da mesma forma, as janelas também devem ser reforçadas, optando-se por aquelas que ofereçam maior resistência à ação dos bandidos.

Com relação aos alarmes, deve-se destacar que sua instalação não elimina a necessidade de outras medidas de segurança. Bondaruk (2007) ressalta que mesmo depois de os alarmes serem instalados, deve-se garantir que sempre que este for acionado, um vizinho próximo chame a polícia quando não houver ninguém na residência, pois muitos delinquentes disparam o alarme de propósito para verificar se há alguém em casa e quanto tempo demora esta ação.

Entrevistas com 287 presos de Curitiba, apresentadas por Bondaruk (2007) em seu trabalho, revelaram que em 20% das casas invadidas, os muros eram baixos; em 12% delas o portão estava aberto; e em 9% não havia qualquer tipo de contenção. A pesquisa revelou, ainda, que 60% dos delitos foram praticados pulando-se o muro, a grade ou escalando-se janelas. Os entrevistados disseram, também, que preferem residências com muros a grades pelo fato de ocultarem suas ações, e 71% deles afirmaram que optam por residências com muros de, no máximo, dois metros de altura. Geralmente, o “efeito fortaleza” torna-se uma prática comum nas cidades, caracterizado por aparatos de defesa superpostos em estruturas pré-existentes, como paredes ou muralhas, rolos de arame farpado por sobre muros, cercas eletrificadas, dentre outros. Todavia, tais práticas apresentam

vantagens e desvantagens (Fotografia 3 e Quadro 5):



Fotografia 3 – Residência com características que aumentam ou diminuem a possibilidade de ocorrência de crimes.

Fonte: Bondaruk (2008, slide 16).

Muros altos	
Vantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permitem maior privacidade; 2. Dão uma boa sensação de segurança; 3. Possuem manutenção mais fácil e mais barata que as grades; 4. Protegem contra projéteis arremessados ou disparados; 5. Possuem um bom teor de isolamento de ruídos.
Desvantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1. São os prediletos dos delinquentes; 2. Eliminam a vigilância natural; 3. Após uma invasão, oferecem segurança e privacidade para as ações do delinquente; 4. Representam um abandono da área defronte; 5. Facilitam emboscadas nas entradas e saídas dos moradores; 6. O isolamento quanto a ruídos pode tornar um grito por socorro inútil; 7. Favorecem a pichação.

Quadro 5 – Vantagens e desvantagens dos muros altos na prevenção da criminalidade violenta.

Fonte: Bondaruk (2007, p.155). Org.: Santos (2011).

De igual modo, Bondaruk (2007) destaca que as grades também apresentam vantagens e desvantagens. Os criminosos entrevistados afirmaram que optam por residências com muro àquelas com grade, porque esse tipo de estrutura permite a visibilidade interna, fazendo com que se sintam menos seguros. A pesquisa revelou, ainda, que os delinquentes evitam a prática de delitos em residências com grades, arestas para cima e barras transversais à meia altura, pois estas características

oferecem mais dificuldade a eles. Já as barras transversais, com o topo da grade lisa foram apresentadas como as que mais lhes facilitam a prática do delito, porque a barra transversal funciona como degrau e o topo sem arestas permite que o invasor se apoie sobre ela no momento da transposição (Fotografia 4 e Quadro 6):



Fotografia 4 – Grades podem inibir a prática de crimes em residências.

Fonte: Bondaruk (2008, slide 13).

Grades altas	
Vantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1. São as mais evitadas pelos delinquentes; 2. Favorecem a vigilância natural, transmitindo segurança; 3. Reduzem a segurança e privacidade para as ações do delinqüente depois da invasão; 4. Dificultam emboscadas contra os moradores quando chegam ou saem de casa; 5. Não permitem a pichação; 6. Podem ser as mais difíceis de serem escaladas, dependendo do seu formato; 7. Tornam o espaço externo mais seguro aos pedestres e passantes pela visibilidade; 8. Possuem em regra custo de instalação mais baixo; 9. Não restringem o campo de visão; 10. Facilitam a audição de gritos de socorro dos moradores.
Desvantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduzem a privacidade; 2. São de manutenção mais difícil e cara; 3. Não protegem contra projéteis arremessados ou disparados; 4. Não oferecem isolamento contra ruídos.

Quadro 6 – Vantagens e desvantagens das grades para a prevenção da criminalidade violenta.

Fonte: Bondaruk (2007, p. 156). Org.: Santos (2011).

As cercas elétricas têm grande utilidade na residência; todavia, promovem o indesejável “efeito fortaleza”. Além disso, 24% dos criminosos entrevistados

afirmaram que o que mais lhes atrapalha a prática de delitos nestes locais é a presença de cães, e apenas 8% disseram que a cerca elétrica configura-se como um problema (BONDARUK, 2007). Entretanto, a maioria dos moradores das grandes cidades possui cercas elétricas em suas residências, mesmo que estas não apresentem tanta dificuldade à prática de delitos. Curiosamente, todas as residências de uma rua no bairro Jardim Holanda, em Uberlândia, possuem cercas elétricas, apesar de os muros já serem relativamente altos e o bairro não apresentar ocorrências de roubo consideráveis para a utilização deste aparato de segurança.

As concertinas, por sua vez, são outra forma de contenção, muito parecidas com as cercas elétricas, caracterizadas por um rolo de arame com lâminas cortantes colocadas sobre muros ou grades. Elas promovem a segurança do local, mas prejudicam a estética por não apresentarem boa aparência. As Fotografias 5 e 6 e o Quadro 7 trazem uma ilustração das cercas elétricas e das concertinas:



Fotografia 5 – Cidade de Uberlândia: cerca elétrica em residências do bairro Jardim Holanda.

Autor: Santos (2010).



Fotografia 6 – Proteção residencial com a concertina.

Fonte: http://images02.olx.com.br/ui/4/97/82/66249582_2-Motres-p-portoesconcertina-cerca-eletricaetc7181094546-Salvador.jpg

Cercas elétricas e concertinas	
Vantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tornam a transposição da contenção (muro ou grade) muito difícil; 2. São boas dissuasórias das ações de delinquente pelo temor que causa; 3. As concertinas possuem baixo custo para a instalação e manutenção.
Desvantagens	<ol style="list-style-type: none"> 1. Possuem custo elevado; 2. Têm aparência ruim, reduzindo a estética da contenção; 3. O criminoso pode presumir que haja algo muito valioso na residência devido ao nível de segurança; 4. Sugerem que a residência já foi vitimizada, o que para o delinquente pode funcionar como atrativo; 5. As cercas elétricas possuem custo elevado para a instalação e manutenção.

Quadro 7 – Vantagens e desvantagens do uso de cercas elétricas e concertinas na prevenção da criminalidade violenta.

Fonte: Bondaruk (2007, p.156). Org.: Santos (2011).

Os moradores, verdadeiramente, só se sentem seguros em suas residências se elas estiverem equipadas com algum sistema de segurança, e, ainda assim, tais equipamentos não transmitem a tranquilidade que as pessoas buscam e necessitam. Caldeira (2003, p.267) ironicamente ressalta que

Apenas com ‘segurança total’ o novo conceito de moradia está completo. Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias - guaritas com banheiro e telefone, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo, etc. Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão, mas também ‘felicidade’, ‘harmonia’ e até mesmo ‘liberdade’.

Com o aumento da criminalidade violenta e da consequente sensação de segurança, o mercado da segurança privada e da tecnologia voltada para a produção de equipamentos de segurança residencial e patrimonial cresceram de forma considerável. Todavia, por mais que a casa esteja bem equipada, a sensação de insegurança ainda persiste, pois a partir das discussões apresentadas percebe-se que nem mesmo no interior das residências o indivíduo encontra-se totalmente seguro. Apesar disso, tais mecanismos de proteção dificultam a ação dos bandidos, minimizando sua ação, e permitindo, dessa forma, a prevenção à violência e o aumento da sensação de segurança, ainda que minimamente.

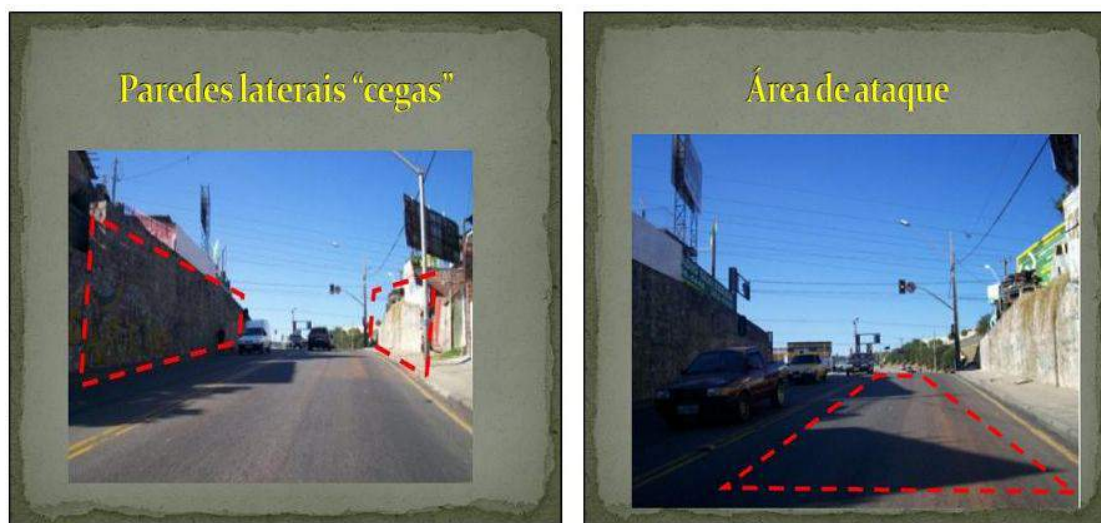
O espaço público tem sido alvo de bandidos, sobretudo porque grande parte da população evita circular por ruas, muitas vezes mal iluminadas, ou permanecer por mais tempo numa praça. A esse respeito, Jacobs (2000, p.34) afirma: “É uma coisa que todos sabem: uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta não”. Acerca disso, Esteves (1999) constatou em pesquisa sobre a criminalidade em Lisboa que 33,3% dos entrevistados que já foram vitimados sentem-se muito inseguros ao circular numa rua pouco movimentada à noite, e, dessa forma, evitam tal prática. Por outro lado, 46,4% da população não vitimada têm mais medo de estar em parques e jardins também durante a noite. Observa-se, portanto, que não importa o local onde se esteja, tanto os vitimados quanto os não vitimados têm mais temor de circular ou estar em locais públicos à noite. Para ambos os entrevistados, é preferível circular nesses locais durante o dia.

Bondaruk (2007) destaca que a manutenção do espaço público é de fundamental importância para a prevenção do crime. Nesse sentido, se não o ocuparmos e o mantermos, o deixaremos livre para a atuação dos bandidos. Além disso, o espaço público, quando não apresenta uma finalidade ou uso, torna-se fonte de problemas e delitos. Ao circular por vias ou mesmo ao permanecerem durante certo tempo parado num local aberto, os indivíduos devem estar atentos ao espaço que os circundam. Nesse sentido, é de suma importância que se tenha um domínio do campo visual ao redor de onde se está. Geralmente, estudos apontam que a margem de segurança entre uma pessoa e um possível suspeito é de, aproximadamente, vinte metros (NUSEG, 2009).

Outro fator que pode ou não predispor a ocorrência de crimes no espaço urbano refere-se ao desenho da via pública. A forma como se encontra estabelecida a via e os equipamentos dispostos nela delineiam os níveis de segurança no local.

Jacobs (2000) declara que, em primeiro lugar, deve haver uma separação entre o espaço público e o privado, não devendo se misturar, como acontece em alguns bairros e conjuntos habitacionais; em segundo lugar, os olhos dos proprietários devem estar voltados para a rua. Edifícios que possuem “lado cego” voltado para a rua perdem muito da segurança que a via e a calçada defronte poderiam apresentar; e em terceiro lugar, as calçadas devem ter usuários transitando de forma ininterrupta para que chame a atenção dos moradores. Uma rua deserta reforça a sensação de tédio, o que inibe o olhar dos habitantes para fora de suas residências.

Conforme destaca Bondaruk (2007), uma rua estabelecida dentro dos conceitos da Arquitetura Contra o Crime deve possibilitar o maior campo visual possível. Como exemplo, ruas retas, que permitam uma visualização à distância melhora a vigilância natural. Mas se houver obstáculos como muros ou cercas que funcionem como elementos de impedimento de fugas tornam-se espaços favoráveis à ocorrência de crimes. Por outro lado, ruas com mudanças bruscas de direção, intrincadas e curtas, tendem a criar pontos cegos, becos e ruas sem saída, gerando um local propício à prática de crimes (Fotografias 7 e 8):



Fotografia 7 – Paredes laterais que facilitam a prática de crimes.

Fonte: Bondaruk (2008, slides 19 e 21).



Fotografia 8 – Ruas laterais que facilitam a fuga de criminosos.

Fonte: Bondaruk (2008, slide 20).

Os semáforos são locais bastante utilizados pelos bandidos para a prática de crimes, sendo um ponto de vitimização extrema. Neles, crimes como roubos à mão armada e latrocínio são frequentes, sobretudo pelas características físicas apresentadas pelo espaço onde se localizam. Nesse sentido, os motoristas devem adotar determinadas condutas em tais locais, principalmente em certos horários, que possam evitar os atos violentos. Bondaruk (2007) acrescenta que a frequência e gravidade de crimes praticados em semáforos dependem de três fatores: 1) Um delinquente determinado e com potencial lesivo ou letal; 2) Uma vítima que cria oportunidades para a ocorrência do delito ou o agrava reagindo a ele; 3) Um espaço urbano próximo ao semáforo que favoreça a prática do delito (Figura 6):

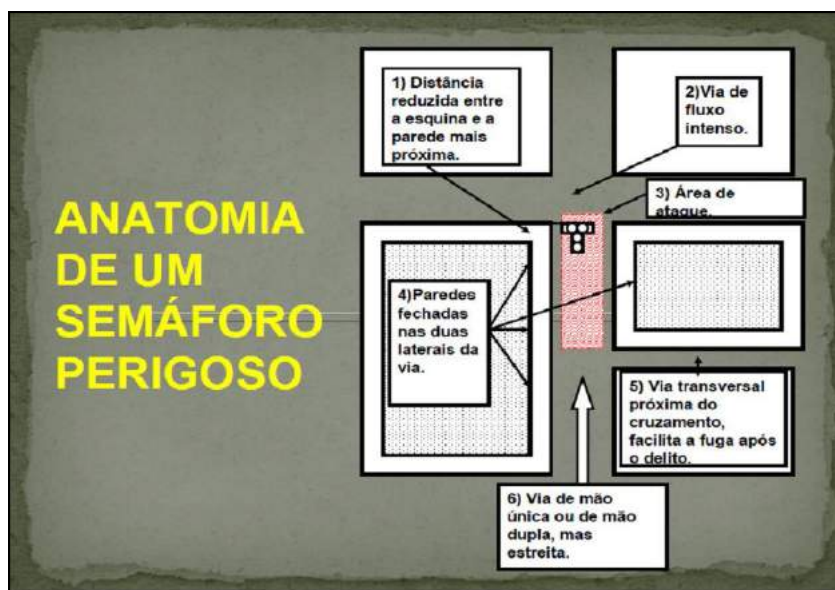


Figura 6 – Semáforo que proporciona a ocorrência de crimes.

Fonte: Bondaruk (2008, slide 18).

O comportamento do motorista na via também pode diminuir o risco de vitimização. Nesse sentido, é preferível que se vá reduzindo a velocidade, gradativamente, ao invés de chegar rápido ao semáforo ou cruzamento, permanecendo mais tempo parado ali, caso o sinal esteja fechado. Recomenda-se manter o carro à direita da via ou na faixa central quando o sinal estiver vermelho, evitando a calçada, pois, geralmente, os ladrões atacam pelo lado esquerdo, o do motorista (NESEG, 2009). Bondaruk (2007) ressalta que, em um semáforo onde ocorrem roubos, nem sempre existem todas estas características juntas, mas, normalmente, apresentam pelo menos duas delas (Diagrama 3):

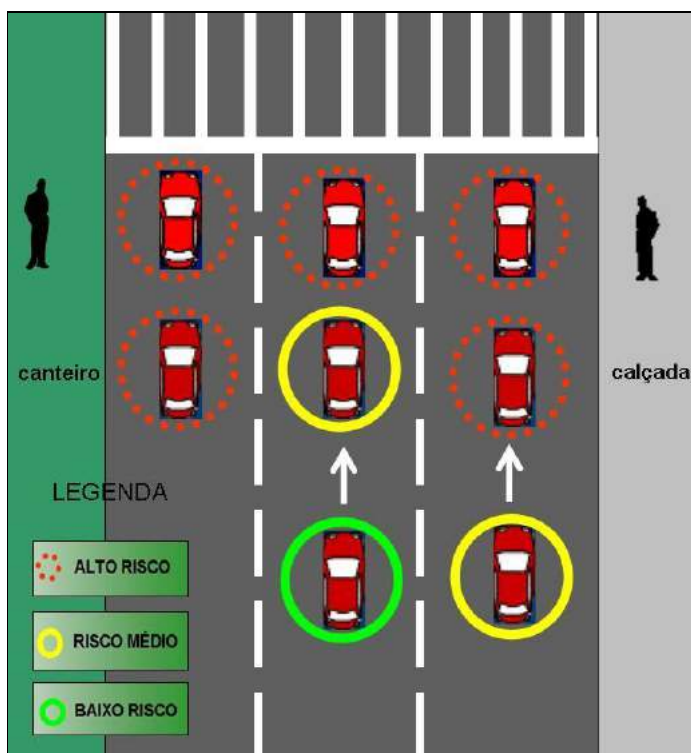


Diagrama 3 - Disposição de automóveis num semáforo e sua influência na ocorrência de crimes.

Fonte: NESEG (2009).

Viadutos e pontes são locais que, em sua maioria apresentam problemas quanto à segurança, tornando-se um lugar de risco para quem os acessa. Tais locais permitem que os delinquentes se escondam, favorecendo, dessa forma, a prática de delitos. Além disso, é frequente nesse local o uso de drogas e a prática da prostituição devido às condições espaciais propícias, como o pouco movimento de pessoas e a baixa iluminação (Fotografias 9).



Fotografia 9 – Viadutos e pontes podem facilitar a prática de crimes.

Fonte: Bondaruk (2008, slide 22).

Nos dias atuais, grande parte das cidades brasileiras encontra-se desprovida de arborização, que ameniza o calor e torna o lugar mais aprazível. Todavia, certos arbustos podem funcionar como esconderijo para o criminoso, facilitando, desta forma a prática de roubos ou até mesmo de estupros ou de outras modalidades de crime, caso o lugar apresente pouca infraestrutura de iluminação, bem como de circulação de pessoas em determinados horários, tais como à noite (Fotografia 10).



Fotografia 10 – Arbustos podem facilitar a prática de crimes.

Fonte: Bondaruk (2008, slide 27).

Terrenos baldios ou vazios, sobretudo quando não cercados e cuidados pelo proprietário, constituem-se em problemas para a segurança pública, pois aumentam o perigo e o risco de vitimização. Bondaruk (2007) lembra que estes locais são espaços urbanos sem destinação específica, que não cumprem a função para a qual foram estabelecidos. Podem ser utilizados por pedestres como ponto de passagem, tornando-se propícios à prática de emboscadas. Tais problemas incidem nesses lugares em função da vegetação que há neles, privilegiando a ocorrência de crimes sexuais, como os estupros. Outra questão a ser destacada diz respeito à iluminação, que atua como “forças amigas”, inibindo a ocorrência de crimes, pois permite que os objetos contidos na paisagem, bem como as atividades ali estabelecidas sejam percebidos e identificados com mais clareza (Fotografia 11):



Fotografia 11 – A iluminação pode diminuir a atuação de criminosos.

Fonte: Bondaruk (2008, slide 24).

Conforme Molina e Gomes (1997), o conceito de prevenção envolve tanto a persuasão do infrator potencial para não praticar o crime, sob ameaça de punição, como também a dissuasão imediata, alcançada por meio de instrumentos não-penais que alteram o cenário criminal através de obstáculos impostos ao infrator no processo de execução do delito. Trata-se, portanto, de evitar a reincidência do infrator e de intervir na gênese do fenômeno criminal, neutralizando suas causas. Os referidos autores acrescentam que as estratégias convencionais de prevenção devem manter uma relação direta com os estilos de vida, hábitos e atividades

rotineiras do indivíduo e das organizações.

O risco de vitimização é diferencial e seletivo, necessitando, portanto, de certos cuidados, vigilância, responsabilidade e cautela por parte da vítima potencial em determinadas situações. Precauções rotineiras, aqui, seriam, conforme lembra Waquim (2009), os cuidados que se deve ter como evitar certos lugares em determinados horários, instalar alarmes, utilizar equipamentos eletrônicos removíveis em carros, não expor certos objetos de valor, dentre outros. A prevenção situacional, portanto, visa atuar diretamente sobre as situações e não sobre as pessoas, com o objetivo de minimizar as oportunidades de prática de crimes. Com isso, a prevenção do crime através do desenho urbano se estabelece a partir da eliminação de características físicas presentes no ambiente que facilitam a ocorrência do delito, uma vez que “[...] o crime é produto da consciência volitiva do agente, que pesa os benefícios e prejuízos que aquela situação espaço-temporal lhe pode oferecer”. (WAQUIM, 2009, p.1). Diz-se volitivo ao ato praticado pela vontade do indivíduo. Assim, esse tipo de intervenção permite diminuir a prática criminal quando tais benefícios e oportunidades são reduzidos.

Molina e Gomes (1997) acrescentam que o planejamento de qualquer projeto de prevenção situacional deve apresentar as seguintes etapas: 1) Obtenção de informações sobre a natureza e a dimensão da criminalidade no local; 2) Análise das condições situacionais que facilitam ou dificultam a prática de delitos no contexto verificado; 3) Estudo sistemático dos meios, estratégias e iniciativas capazes de bloquear as oportunidades existentes, optando-se pelas mais econômicas e de fácil aplicação; 4) Avaliação da experiência, introduzindo-se as mudanças necessárias em razão dos resultados obtidos. Sobre isso, Francisco Filho (2004, p.27) acrescenta que

Compreender a dinâmica do crime não é apenas definir uma relação entre lugares e atos de violência com o objetivo de implementar ações repressivas. É importante que se tenha uma visão clara dos processos operacionais envolvidos para que se possa antecipar-se a ele e preveni-lo. A responsabilidade da prevenção deve ser um esforço de toda a comunidade, através do desenvolvimento de políticas e ações que objetivem uma intervenção consistente e positiva nos fatores que causam uma quebra da ordem, das relações entre os indivíduos e os grupos sociais e o atendimento às carências e necessidades básicas de toda a sociedade, valorizando o sentido de cidadania que, em ultimo caso, é o elemento definidor daquilo que podemos definir como “qualidade de vida urbana”.

Convém destacar que devido à complexidade apresentada pela criminalidade

violenta, apenas a interferência sobre o desenho urbano não é suficiente para conter o seu avanço. As ações de intervenção conjugadas a estratégias de prevenção secundária e terciária podem surtir efeitos positivos e eficazes, devendo, portanto, ser estabelecidas nos três níveis supracitados.

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIAS DA PESQUISA: OS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Tempo virá em que uma pesquisa diligente e contínua esclarecerá aspectos que agora permanecem escondidos... Tempo virá em que os nossos descendentes ficarão admirados de que não soubéssemos particularidades tão óbvias a eles... Muitas descobertas estão reservadas para os que virão, quando a lembrança de nós estiver apagada. O nosso universo será um assunto sem importância, a menos que haja uma coisa a ser investigada a cada geração... A natureza não revela seus mistérios de uma só vez. (Sêneca, *Problemas Naturais* Livro 7, Século I).

Minayo (1999) caracteriza o termo *Pesquisa* como

[...] a atividade básica das Ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1999, p.23).

Já o termo *Pesquisa Social* “[...] reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados”. (MINAYO, 1999, p.23). A metodologia, por sua vez, é entendida como o “[...] caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”. (MINAYO, 1999, p.22). Ela inclui, como acrescenta a referida autora, as concepções teóricas utilizadas na abordagem, o conjunto de técnicas que permitiram apreender a realidade e o potencial criativo do pesquisador. Nesse sentido, ciência e metodologia caminham de forma articulada.

Conforme relata Nossa (2005, p.109), um momento fundamental do processo de investigação compreende “[...] uma sequência de procedimentos interdependentes, centrados na problemática do acesso, tratamento e utilização dos dados de investigação”, devendo ser estruturada a partir da definição da tipologia de dados a ser utilizada, dos mecanismos de aquisição de dados, da exploração, análise e interpretação de resultados, bem como da validação de hipóteses.

2.1 Etapas da investigação

Os procedimentos metodológicos desta investigação científica constituíram-se das seguintes etapas: 1) Delimitação do recorte espacial; 2) Definição dos crimes violentos a serem estudados; 3) Escolha dos sujeitos participantes da pesquisa; 4) Instrumentos a serem utilizados; 5) Sistematização e análise dos dados.

Nossa (2005) relata que os dados primários são todos aqueles coletados diretamente pelo investigador, tais como: dados resultantes de investigação laboratorial, aplicação de questionários, rastreios, notificações, diagnósticos, elementos subsidiários de diagnósticos, entre outros. Já os dados secundários são produzidos e publicados por instituições e organizações, quer para fins de definição de políticas públicas, investigação científica ou simples informação, cuja via mais frequente de divulgação compreende os anuários estatísticos, inquéritos, recenseamentos dentre outros.

Com relação aos dados primários, Nossa (2005, p.114) destaca:

Relativamente ao nível de produção de informação dita primária, ao qual recorrem frequentemente as ciências sociais, a epidemiologia e a geografia da saúde, através da realização de inquéritos, aplicação de metodologias analíticas de investigação de séries de casos por agrupamento geográfico, estudos de *coorte* ou estudos de populações migrantes, recomenda-se o equacionar de diversos problemas relacionados com a credibilidade das fontes, garantia de confidencialidade, consentimento dos participantes, significado e validade da amostra entre outros.

Vale ressaltar, ainda, que se deve ter certa cautela quanto à utilização desses dois métodos de coleta de informações, pois existem vantagens e limitações inerentes a esses dois tipos de dados:

As designações apresentadas, categorizando os dados como oriundos de um nível primário ou secundário, não autorizam a elaboração de quaisquer juízos sobre o significado hierárquico ou qualitativo intrínseco aos dados, apenas traduzem e identificam a relação existente entre a fonte, o processo de recolha e a entidade difusora. Do que esta classificação nos informa é do nível de controlo e de acesso que o investigador detém sobre a origem dos dados, dos quesitos legais envolvidos na recolha e tratamento dos mesmos, do nível de autonomia do processo e, de certa forma, remete-nos para uma informação prévia sobre a universalidade de conceitos aplicados e o nível de comparabilidade subjacente aos dados, particularmente quando se tratam de dados difundidos a partir do nível secundário da cadeia de informação. O privilegiar de uma ou outra fonte de informação, ou ainda a utilização simultânea de dados oriundos dos dois níveis, resulta de prerrogativas inerentes ao alcance dos objectivos pré-estabelecidos no desenho do estudo, uma vez que existem vantagens e limitações amplamente reconhecidas na utilização dos dois tipos de dados (NOSSA, 2005, p.113-114).

A seguir será apresentado o recorte espacial da pesquisa, constituído do espaço urbano de Uberlândia, em especial, dos bairros integrados, excluindo-se da análise bairros sem delimitação, ou seja, que ainda não foram estabelecidos por lei, como as áreas de invasão e os assentamentos ainda sem regularização, assim como áreas de litígio e loteamentos ainda não integrados.

2.2 O recorte espacial

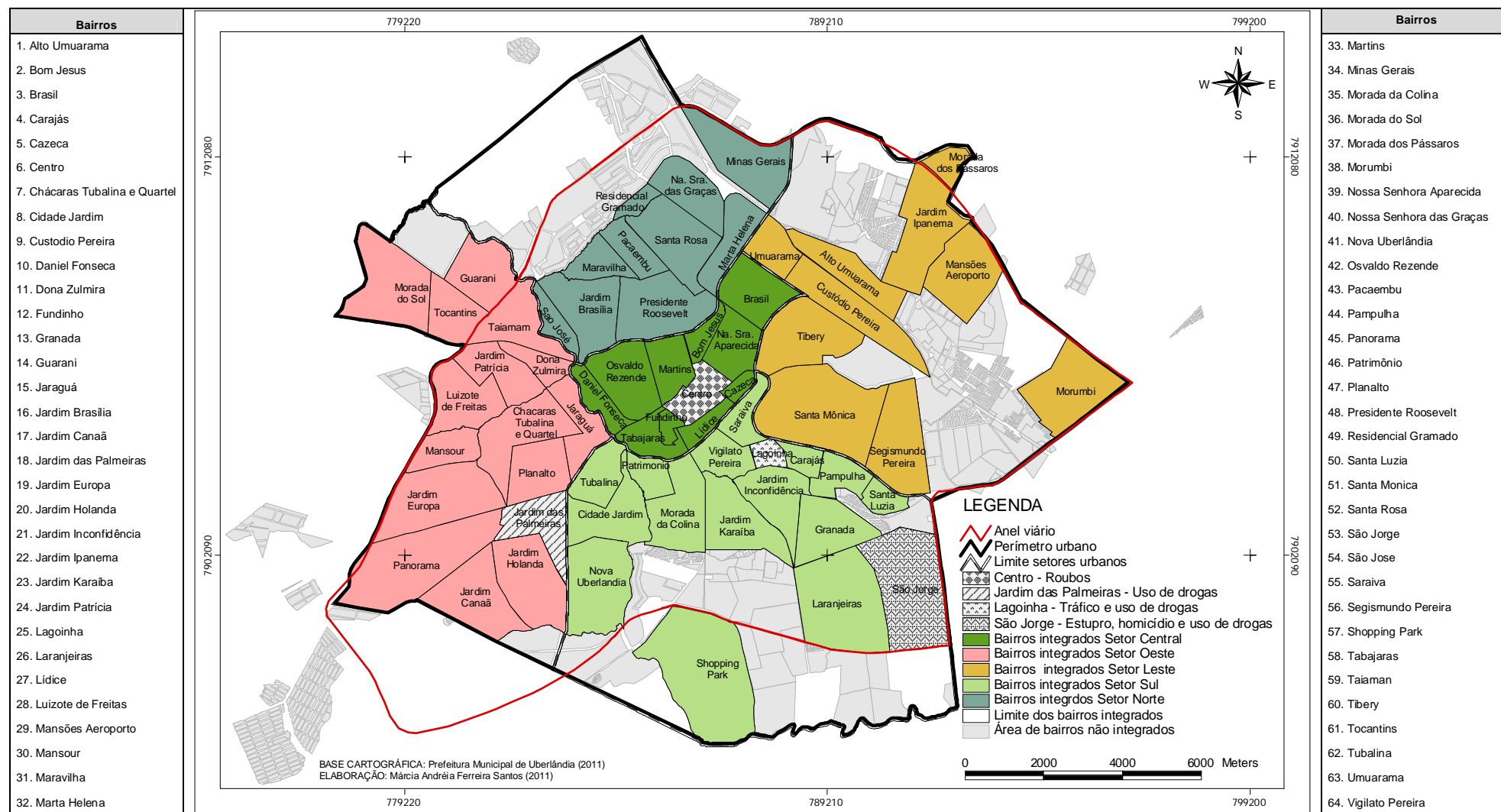
A cidade de Uberlândia se constitui de 64 bairros integrados (Anexo 3), estabelecidos a partir do *Projeto Bairros Integrados*, criado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes de Uberlândia no final da década de 1980. Em 1990 foi aprovado o primeiro bairro, o Segismundo Pereira, e a partir de 1992, a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano torna-se participante da elaboração das propostas para os futuros bairros. Essa estruturação tem por objetivo racionalizar a quantidade de loteamentos existentes na cidade, por meio de critérios, como: homogeneidade de cada setor, limites naturais, características geográficas, uso e ocupação do solo e sistema viário.

O projeto visa a criar condições favoráveis para um estudo minucioso da atual malha urbana, propondo uma divisão do espaço que facilite o trabalho dos órgãos públicos e das entidades privadas. Nele, os loteamentos existentes em Uberlândia,

que em maio de 2008 perfaziam 267, serão integrados, com o intuito de se formar oitenta bairros. Essa decisão tomada pela Prefeitura Municipal fez com que vários loteamentos fossem integrados, dando origem a apenas um bairro. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o Jardim das Palmeiras, que se constitui dos seguintes loteamentos: Jardim das Palmeiras, Santo Inácio, São Lucas e Jardim Flórida.

Convém ressaltar que o bairro Morada Nova, constituído de chácaras, apesar de ter sua área delimitada, ainda não foi integrado, principalmente pelo fato de se localizar fora do perímetro urbano, o que é contraditório, uma vez que toda área externa à limitação da cidade é considerada espaço rural, não podendo, dessa forma, possuir bairros, divisão própria de espaços urbanos. Todavia, a área possui infraestrutura de saúde e educação, não havendo policiamento comunitário, que tem como objetivo principal o contato com a comunidade, envolvendo-a no processo de estabelecimento da segurança e das ações de prevenção aos crimes. Através de trabalho de campo no local, constatou-se que o único Posto de Policiamento Comunitário existente no bairro não está em funcionamento, e o espaço encontra-se abandonado. As denúncias de eventos criminosos são feitas pelo número 190, integrado ao Corpo de Bombeiros. Este fator faz com que o bandido se sinta predisposto a praticar crimes, pois as oportunidades à prática criminosa tornam-se maior à medida que inexiste uma presença permanente de policiais no local.

O Mapa 3 apresenta a configuração do espaço urbano de Uberlândia e a população de cada bairro para o ano de 2005, utilizada como referência para o cálculo das taxas de crimes violentos e dos eventos relacionados às drogas.



Mapa 3 – Cidade de Uberlândia: Configuração espacial dos bairros - 2011.

Conforme a Prefeitura Municipal, alguns loteamentos ainda não foram integrados porque existem problemas quanto à sua regulamentação ou à de áreas adjacentes. É o caso, por exemplo, dos loteamentos Dom Almir, Prosperidade, São Francisco, Joana Darc e Sucupira, localizados no Setor Leste de Uberlândia, em áreas de litígio e/ou pertencentes ao poder público. O loteamento Dom Almir é um assentamento urbano; o Prosperidade uma área em litígio; o São Francisco e o Joana Darc áreas de invasão e o Sucupira, apesar de localizar-se numa área legal está próxima desses loteamentos que ainda apresentam irregularidades na lei, e, portanto, ainda permanece sem integração. Recentemente, o loteamento Celebridade, Joana Darc e São Francisco foram regulamentados e tornaram-se bairros, mas ainda não foram integrados. Toda essa área apresenta muitos registros de crimes violentos e localiza-se também próximo ao bairro Morumbi, um dos mais violentos do Setor Leste da cidade, o que pode sugerir uma possível influência do crime sobre esse espaço.

As dificuldades que existem no processo de integração desses loteamentos são várias. Dentre elas, estão questões relacionadas à própria história de formação da área. No caso citado, o problema reside justamente neste ponto, e agrupar todos os bairros designando-os por apenas um nome tem sido uma dificuldade enfrentada pelo poder público, que devido ao estigma gerado pela violência que impera no local e por outras questões específicas de alguns loteamentos, os bairros adjacentes se recusaram a receber o nome desse loteamento.

O presente estudo será realizado apenas nos bairros integrados porque os não integrados não dispõem de informações necessárias para a análise dos dados como, por exemplo, da população, indispensável no cálculo das taxas de incidência dos crimes violentos. Além disso, esses bairros não apresentam delimitação, que é um elemento imprescindível para a espacialização dos dados, sobretudo porque isso só é possível utilizando-se um polígono.

2.3 Definição dos crimes selecionados para análise

Nesta pesquisa, optou-se por trabalhar apenas com os crimes violentos consumados, a saber: estupro, homicídios e roubos, sendo estes os que foram mapeados no Capítulo 5. Também foram analisados eventos relacionados às drogas, como a apreensão de drogas para tráfico e uso e prisão de maiores de idade e apreensão de menores de idade por tráfico e uso de drogas. Foram, portanto, excluídos os crimes violentos tentados, e aqueles registrados na área rural e nos distritos de Uberlândia.

Para os casos de prisão e apreensão de pessoas envolvidas com o tráfico e uso de drogas, utilizou-se a faixa etária definida pelo Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), que considera a maioridade civil a partir dos 18 anos de idade, sendo, portanto, penalmente imputáveis todos aqueles com idade igual ou superior a esta. Aqueles com idade inferior a esta ficam sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial, como a do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que define como criança indivíduos com até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aqueles de doze a dezoito anos incompletos.

2.3.1 Caracterização dos crimes violentos pelo Código Penal Brasileiro

Os crimes violentos são aqueles que intentam contra a vida, a integridade física e o patrimônio. São classificados em: crimes contra o patrimônio (propriedade) e crimes contra a pessoa. Conforme o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) são considerados crimes violentos: homicídios e estupro tentados e consumados; extorsão mediante sequestro⁴², latrocínio⁴³, roubo à mão arma, roubo sem arma, sequestro e cárcere privado⁴⁴. No Art. 14 do Código Penal, diz-se crime consumado

⁴² *Extorsão mediante sequestro* (Art. 159): Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate, sendo a pena a reclusão de oito a quinze anos;

⁴³ *Latrocínio* é o roubo seguido de morte. Não é tratado de forma separada no Código Penal Brasileiro, como os demais crimes citados, mas dentro da categoria “roubos” que, resultando em morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.

⁴⁴ *Sequestro e cárcere privado* (Art. 148): Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado, sendo a pena configurada em reclusão de um a três anos.

quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; e tentativa quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. O parágrafo único do referido artigo declara que a punição da tentativa de crime se dá com a imputação da pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

As Secretarias de Segurança Pública e os órgãos diretamente a elas relacionados são responsáveis pela sistematização de dados de crimes violentos e delitos. Beato Filho (2000) argumenta que são poucas as secretarias que dispõem de departamentos de coleta de dados e análise estatística, assim como de tecnologia apropriada para tal. Soma-se a isso a inexistência de uma cultura de produção, disseminação e uso de informações para fins de planejamento, que nos últimos anos tem melhorado, sobretudo, no que se refere à divulgação dos dados e ao uso dos mesmos para a alocação de recursos materiais e implantação de políticas de prevenção.

2.3.2 Caracterização do crime de estupro

O estupro sempre representou a principal expressão de violência contra as mulheres, praticado, sobretudo, pelo homem (CHAGAS, 2009). Até meados de 2009, quando foi sancionada a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), o Código Penal Brasileiro previa os seguintes crimes contra a “liberdade sexual”: *estupro* (art. 213); *atentado violento ao pudor* (art. 214); *posse sexual mediante fraude* (art. 215); *atentado ao pudor mediante fraude* (art. 216); e *assédio sexual* (art. 216-A).

Até o ano de 2009, o estupro era definido como o ato de “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: pena – reclusão de seis a dez anos” (BRASIL, 1940). Até então, o estupro era um crime contra a liberdade sexual da mulher, e somente a mulher podia ser vítima dele, sendo praticado mediante cópula vaginal. Nesse sentido, conforme o Art. 214, constranger a mulher ou o homem, mediante violência física ou grave ameaça psicológica, à prática de qualquer outro ato libidinoso, como a penetração anal, não se caracterizava como estupro, mas, sim, como atentado violento ao pudor (BRASIL, 2010, p.7).

Com o vigor da Lei nº. 12.015/2009 (BRASIL, 2009), o conceito de estupro mudou e os artigos 213 e 214 do Código Penal foram fundidos. O artigo 214, que descrevia o atentado violento ao pudor, foi revogado, e o seu texto incluído no artigo 213, que passou a ter a seguinte redação: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: pena – reclusão de 6 (seis) a 10 (dez) anos”. Essa, portanto, tornou-se a nova descrição legal do estupro e, assim, tanto a mulher quanto o homem podem ser vítimas desse crime, quando constrangidos, mediante violência física ou grave ameaça psicológica a praticar conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso (BRASIL, 2010).

Acrescenta-se que o artigo 216 do Código Penal (“atentado ao pudor mediante fraude”) também foi revogado e o seu texto incorporado ao artigo 215, que antes se denominava “posse sexual mediante fraude” e agora: “violação sexual mediante fraude”. Após a nova lei do estupro, os “crimes contra a liberdade sexual” passaram a ser os seguintes: *estupro* (art. 213); *violação sexual mediante fraude* (art. 215); e *assédio sexual* (art. 216-A). Além disso, a nova lei criou um capítulo denominado “Dos crimes contra vulnerável”, sendo que no Capítulo II, Título VI estão previstas as seguintes figuras penais: “estupro de vulnerável” (art. 217-A)¹, que consiste em “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de quatorze anos”; “induzimento de menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem” (art. 218)²; “satisfação de lascívia mediante a presença de criança ou adolescente” (art. 218-A)³; e “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável” (art. 218-B)⁴ (BRASIL, 2010). Com essas alterações todos os crimes previstos no Título VI são considerados violência sexual.

É importante ressaltar que o antigo Título VI, referente aos “crimes contra os costumes”, tem agora um novo nome: “Dos crimes contra a dignidade sexual”, sendo mais uma conquista dos movimentos feministas, que

[...] não aceitavam que os crimes acima referidos fossem considerados “crimes contra os costumes”, ou seja, contra a moralidade sexual, determinada por pautas de comportamento ditadas por uma ideologia patriarcal de dominação masculina, que estabelecia um padrão de comportamento sexual de acordo com padrões machistas. Agora, todos os crimes do Título VI, violam a “dignidade sexual”. (BRASIL, 2010, p.9).

Os estupros registrados pelo Centro de Operações da Polícia Militar

(COPOM) em Uberlândia passaram a enquadrarem-se na Lei nº. 12.015, logo após ter sido sancionada. Também por esta razão, verifica-se que os números de ocorrência em 2009 e 2010 foram maiores do que nos anos anteriores.

2.3.3 Caracterização do crime de homicídio

O homicídio é definido no Art. 121 do Código Penal (BRASIL, 1940) como: Ato de matar alguém, cuja pena é a reclusão de seis a vinte anos quando este é considerado simples ou de 1 a 3 anos quando “culposo”, sem a intenção de matar. Quando o homicídio é qualificado, a pena é de 12 a 30 anos. Neste caso, é cometido mediante: 1) Paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; 2) Por motivo fútil; 3) Com o emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; 4) À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; 5) Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (BRASIL, 1940).

Diversas instituições lidam com os casos de homicídios, já que o mesmo é considerado também, um agravo à saúde, e não apenas um crime. Nesse sentido, tanto as secretarias de segurança pública e de saúde, municipais e estaduais, têm a responsabilidade de registrar tal informação. O setor saúde se encarrega, especificamente, de fatores referentes à morbidade e à mortalidade. É importante ressaltar que alguns problemas são verificados durante a notificação de um homicídio no setor da saúde, que utiliza a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, Décima Revisão, (CID-10) para classificar os eventos de morbidade e mortalidade.

Na CID-10, o homicídio é categorizado como agressão; entretanto, se classificado como lesão, isso leva à subnotificação do evento, que se dá, geralmente porque a maioria dos homicídios envolve arma de fogo, que por sua vez provoca lesões, o que leva a essa categorização. Outro problema verificado na classificação de homicídios, tanto pelos órgãos da segurança pública quanto pelo setor saúde, refere-se à utilização de diferentes termos para designar um mesmo evento: as Polícias, Militar e Civil, utilizam o Código Penal e as secretarias de saúde, a CID-10.

Assim, o que para o setor de saúde é considerado um acidente de trânsito, para a segurança pública pode ser classificado como um homicídio culposo. Devido a tais problemas técnicos, as ações de segurança pública e do setor saúde acabam prejudicadas. A divergência nos dados entre essas instituições dá-se, portanto, em decorrência das classificações utilizadas para os eventos. O mesmo se verifica para os casos de latrocínio, classificado como um crime violento pela Polícia Militar, com base no Código Penal, mas é notificado, no setor saúde, como agressão.

Estudos comparativos que se utilizam de fonte de dados diversos sobre os homicídios deve levar tais questões em consideração. Utilizando-se como fonte os dados do Ministério da Saúde e da Polícia Militar, é necessário que se agrupem os dados de homicídio e latrocínio, extraídos do Sistema COPOM, para serem comparados com os dados do Ministério da Saúde. Essa metodologia permite aproximar os dados para uma melhor comparação dos casos. Deve-se, ainda, considerar todos os casos de homicídio e latrocínio registrados pela Polícia Militar para todo o município (área urbana, rural e distritos), pois os dados do Ministério da Saúde estão na escala municipal. O Anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública (2010) sugere este tipo de metodologia, e apresenta um exemplo, que pode ser visto no Gráfico 2:

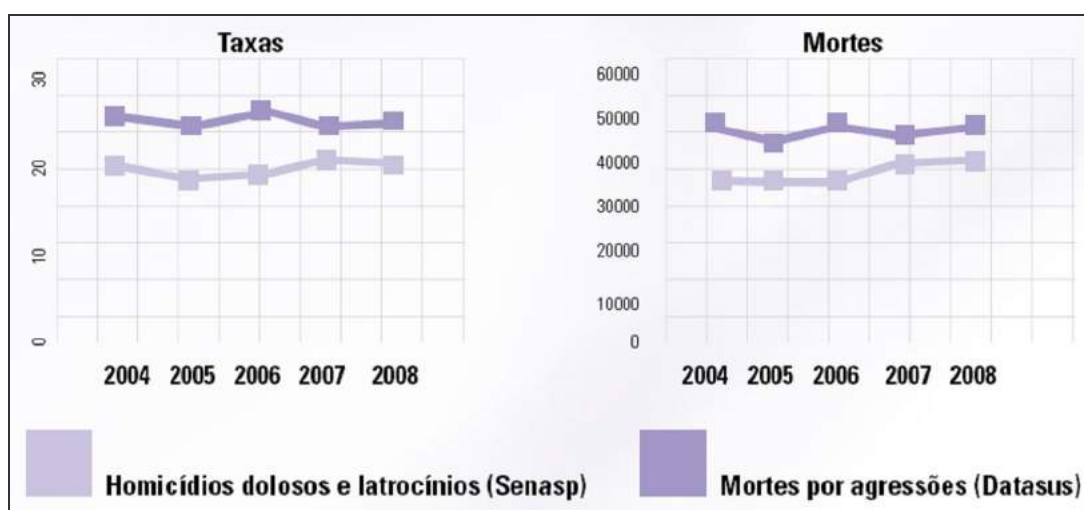


Gráfico 2 - Brasil: Taxa de mortalidade por agressão, homicídio doloso e latrocínio: 2004-2008.

Fonte dos dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM; Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Secretarias Estaduais de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nota: Os homicídios são classificados, no DATASUS, como "agressões, conforme a CID-10.

Fonte: Anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública (2010, p.9).

A referida fonte deixa claro que não existe número certo ou errado para medir mortes por atos violentos: o que existem são números gerados para finalidades diferentes, com lógicas inerentes às instituições que os produzem. Portanto, cabe aos usuários apreendê-los e interpretá-los de maneira correta, produzindo, a partir disso, novos conhecimentos que permitam enfrentar, de forma eficiente, esse grave problema social, que é a criminalidade violenta.

Diversas secretarias municipais de saúde, no Brasil, têm se empenhado em desenvolver métodos que minimizem os problemas referentes aos registros de mortes por homicídios, sobretudo a partir do monitoramento dos casos de mortalidade dentro da categoria das causas externas, na qual são classificados os homicídios. Apesar de todos esses problemas supracitados, os dados de homicídio são os mais confiáveis dentre os crimes violentos, devido aos registros que são gerados pelas autoridades competentes. Dificilmente, uma morte não é registrada, o que não acontece com os estupros e roubos, que em muitos casos são subnotificados por diversos motivos, dentre eles, a falta de denúncia oficial por parte da vítima. Cano e Ribeiro (2009, p.53) acrescentam que

Os registros policiais são classificados geralmente segundo dos critérios jurídicos ou operacionais das próprias polícias. Assim, nem toda morte intencional é classificada pela polícia como homicídio. Por exemplo, os infanticídios, os latrocínios (roubos seguidos de mortes) e as mortes de civis em confronto com a polícia não costumam ser incluídos nos totais de homicídios elaborados pelas polícias. Obviamente, há também casos em que o cadáver é encontrado (“mortes suspeitas” ou “encontros de cadáver”) sem que se saiba exatamente como o óbito aconteceu.

Outro fator relacionado à confiabilidade dos registros de homicídios está relacionado ao fato de a maioria das vítimas serem encaminhada a um serviço de saúde. Quando ocorre um homicídio, inicialmente a Polícia Militar e Civil é acionada e registra o fato num Boletim de Ocorrência (BO), atualmente denominado Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), sobre o qual se falará adiante. Na sequência, se a vítima tiver sido encontrada ainda com vida, é encaminhada para uma unidade de saúde de emergência, e então é gerada uma Autorização de Internação Hospitalar (AIH). Se a vítima vem a óbito no local de ocorrência do homicídio ou numa unidade de saúde, o Instituto Médico Legal (IML) produz outro documento especificando a causa da morte, geralmente a primeira e a segunda causa. Com a instauração do inquérito pela Polícia Civil, o evento apresenta uma evolução, ou

seja, um homicídio, que a princípio é registrado pela Polícia Militar como “tentado” pode evoluir para “consumado” caso a vítima venha a falecer.

Apesar de serem as mais confiáveis, as informações sobre os homicídios, no Brasil, apresentam alguns problemas. Um deles, citado por Cano e Ribeiro (2009), está relacionado ao registro inicial do evento. Como exemplo, se uma pessoa vier a ser agredida, e esta agressão provocar ferimentos, a polícia pode registrar o fato como lesão dolosa ou tentativa de homicídio. Entretanto, se a pessoa vier a morrer posteriormente em consequência dos ferimentos, as polícias têm problemas para atualizar o registro inicial, transformando-o em homicídio. Percebe-se, portanto, que um dos problemas mais comuns verificados no processo de registro desse crime, em especial, é a falta de padronização, pois

[...] poucas delegacias possuem manuais específicos que definam os títulos a serem usados e o modo de classificar casos complicados. Em geral, tudo é deixado ao critério do delegado, sob a inspiração do Código Penal. No entanto, como existem categorias que respondem a uma lógica policial, e não jurídica, o conhecimento legal dos delegados não garante necessariamente uma padronização nos critérios de uso de cada categoria. Por exemplo, constatou-se que a aparição de cadáveres em idênticas circunstâncias em locais diferentes foi classificada por alguns delegados como “encontro de cadáver”, e por outro como “homicídio”. (CANO; RIBEIRO, 2009, p.53)

Outro problema bastante comum refere-se à duplicação de registros, pois algumas ocorrências podem ser registradas em duas delegacias, como exemplo, o roubo a ônibus, que pode ser registrado pelos passageiros em delegacias diferentes. Para o caso dos homicídios, esse problema é mais raro, todavia, não impossível, como ressaltam Cano e Ribeiro (2009), pois um homicídio pode ser registrado na delegacia do local de ocorrência e outro registro elaborado pelo policial de plantão no hospital para onde a vítima foi encaminhada.

Cano (2000), ao analisar os dados de homicídio produzidos pelos Departamentos de Polícia no Rio de Janeiro, identificou que os principais problemas que limitam a qualidade dos mesmos são a falta de padronização entre as categorias em diferentes anos, a duplicação de informações coletadas por diferentes departamentos de polícia, a falta de informações sobre características das vítimas, dos agressores e das atividades criminais, a falta de padronização nos procedimentos de coleta de dados e nas categorias utilizadas entre diferentes unidades e a subnotificação. Além disso, Córdia e outros (2003) apresentam o

problema do registro de ocorrências de homicídio com mais de uma vítima, como numa chacina, em que apenas um homicídio é registrado, independente do número de vítimas, dificultando, por isso, o cálculo e a comparação de taxas. Nesse sentido, é importante que se estabeleça um sistema de supervisão que permita minimizar tais problemas.

2.3.4 Caracterização do crime de roubo

O roubo, conforme o Art. 157 do Código Penal (BRASIL, 1940), é o ato de “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”. A pena para o infrator é a reclusão de quatro a dez anos e multa. Se o roubo com violência resulta em lesão corporal grave, a pena é de reclusão de sete a quinze anos, além da multa.

Assis (2007) comenta que há no roubo à mão armada subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem, todavia sob o emprego de grave ameaça ou violência contra a pessoa. Nesse sentido, são os fatores empregados em sua prática que fazem com que haja a entrega daquilo que se deseja, sendo estas circunstâncias especiais que relevam a diferença entre o roubo e o furto. O roubo à mão armada, como a própria especificação indica, é praticado por meio de ameaça sob a utilização de uma arma específica para gerar na vítima temor e medo em relação à sua integridade física.

2.3.5 Caracterização do crime de tráfico e uso de drogas ilícitas

Quem regulamenta o que pode ser considerado droga é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). No Código Penal (BRASIL, 1940), a questão das drogas era tratada no Capítulo III, que regia sobre os crimes contra a saúde pública, a partir do Art. 267. Especificamente, no Art. 278, há o seguinte regimento:

Art. 278 - Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

A Lei n.11.343⁴⁵, de 23 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006^a), institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências.

De acordo com Gonçalves (2011, p.1),

Em 1976 recebemos uma lei extravagante que passou a dar maior amplitude ao tema, a Lei 6368/76 [...]. Em 2002 surge a Lei 10.409/02 com a intenção de revogar a Lei 6.368/76, mas todo o título dos crimes foi vetado pelo Presidente da República. Por um período foi necessário que os operadores do direito utilizassem os crimes previstos na Lei 6.368/76 com os procedimentos da Lei 10.409/02 que estavam mais adequados. A Lei 11.343/06 revogou as anteriores e todo o tema é tratado por ela.

O conceito de droga é apresentado no Art. 1º, parágrafo único da referida Lei:

Art. 1º: Consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

A proibição do cultivo ou manipulação de qualquer substância que possa ser considerada droga ou da qual possa ser produzida é apresentada no Art. 2º:

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso. Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.

As informações referentes ao uso e tráfico de drogas ilícitas são apresentadas, respectivamente, nos Art. 27 a 30 e Art.33 da Lei n.11.343/06.

⁴⁵ A Lei n.11.343, publicada em 23 de agosto de 2006, teve um período de *vocatio legis* de 45 dias, entrado em vigor no dia 8 de outubro do mesmo ano (GONÇALVES, 2011). *Vocatio legis* é uma expressão latina que significa "vacância da lei"; designa o período que decorre entre o dia da publicação de uma lei e o dia em que ela entra em vigor, ou seja, tem seu cumprimento obrigatório.

2.3.5.1 Uso de drogas

O Art. 28 da Lei n.11.343/06 (BRASIL, 2006^a) declara como usuário quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo para consumo drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Todavia, a lei não prescreve penas restritivas de liberdade aos usuários de drogas, mas nos incisos I, II e III preveem-se apenas advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, e nos parágrafos 1º ao 7º trata com detalhes cada uma dessas medidas:

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I - admoestação verbal;

II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Gonçalves (2011) comenta que houve um abrandamento das penas previstas para os usuários de drogas no Art. 28 da referida Lei, já que nas leis anteriores o usuário, se condenado, recebia como pena a detenção de seis meses a dois anos, e acrescenta também que

Conforme o que determina a Lei de Drogas no seu art. 48, flagrado, o usuário deverá ser imediatamente apresentado ao juiz (coisa que na prática não ocorre). Não havendo juiz será lavrado o termo circunstanciado pela autoridade policial (é o que ocorre na realidade do dia a dia). É vedada, sob qualquer pretexto, a detenção do usuário. Referimo-nos aqui a prisão, cabendo a condução do usuário até a delegacia. A condução coercitiva poderá ocorrer, podendo inclusive, utilizar-se de algemas desde que nos limites da Súmula Vinculante Nº 11. Em seguida, após a lavratura do termo circunstanciado, deverá ser liberado. A autoridade que não fizer a liberação após a lavratura do termo circunstanciado estará cometendo abuso de autoridade e responderá conforme a Lei 4898/65. Se o usuário for menor de idade, caberá ato infracional e vai se submeter ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Com a supressão da pena privativa de liberdade, em nossa opinião, perderam o Estado e a Sociedade. As medidas cabíveis são singelas e ineficazes para evitar as atitudes ilícitas do usuário. Há os que entendem que, o usuário só não cria mais problemas para o Estado porque não quer. A visão é de que, na prática, se o usuário não cumprir o que lhe for imputado (não comparecer a audiências, por exemplo), nada ocorrerá. No máximo será conduzido coercitivamente onde lhe aplicarão as mesmas penas singelas. O resultado real (como já comentamos anteriormente) é que, a sociedade, sem alternativas, terá que tolerar o usuário. (GONÇALVES, 2011, p.4).

Ocorreu, portanto, na nova lei, o que para alguns autores é chamado de descriminalização, despenalização ou, ainda, descarcerização:

Antes de sair a Lei de Drogas, o Professor Luiz Flávio Gomes disse que teríamos uma novidade, que o usuário de drogas não seria mais punido. Segundo ele, haveria uma descriminalização, pois se o artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal, diz que crimes são infrações penais punidos com reclusão e detenção e que, contravenções penais são infrações penais punidas com prisão simples, usar drogas segundo o artigo 28 da nova lei, não é crime nem contravenção. Trata-se segundo ele, de uma infração “sui generis”. Nesta corrente estão também Alice Bianchini, Willian Terra e Rogério Sanches Cunha. Segundo o Professor Davi André Costa Silva, continua sendo crime, pois não é suficiente embasar estas conclusões apenas na Lei de Introdução. Avaliando-se a Constituição Federal no seu artigo 5º é claro quando diz que serão adotadas dentre outras as penas privativas (sic) de liberdade, restrição de direitos e multa. Quando a Constituição Federal diz “dentre outras” autoriza ao legislador criar outros tipos de pena, com exceção as que a própria Constituição proíbe (pena de morte, banimento, trabalhos forçados, cruéis). O legislador criou as penas de advertência e os programas educativos. Segundo o Professor Davi, houve uma despenalização no sentido do afastamento da pena privativa de liberdade. Segundo a doutrina majoritária e o STF adotam a corrente da despenalização. Para Saulo de Carvalho, continua sendo crime, continua tendo pena, não tem é cárcere, trata-se de descarcerização. Interessante a tese, porém ainda é posição isolada (GONÇALVES, 2011, p.4-5).

Diante do que foi exposto, fica, então, a ideia de que, depois de a Polícia Militar lavrar o Boletim de Ocorrências de apreensão de usuários de drogas e apresentá-lo a uma autoridade competente para prestar depoimento, o mesmo é em seguida liberado, pois não pode ficar preso, uma vez que a lei não permite a imputação desse tipo de pena a usuários de drogas.

2.3.5.2 Tráfico de drogas

O Art. 33 da Lei n.11.346/06 (BRASIL, 2006^a) prevê o tráfico ilícito de drogas:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A quantidade de drogas que caracteriza o tráfico é um fator subjetivo, não previsto na lei, ficando ao cargo da autoridade responsável legislar sobre o crime para considerar se o produto apreendido constitui-se num fenômeno de tráfico de drogas ou de uso para que a pena e/ou advertências sejam aplicadas.

2.4 Escolha dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos participantes desta pesquisa se constituíram de moradores de Uberlândia, homens e mulheres com idade a partir de dezoito anos, que residiam há, pelo menos, quatro anos no bairro. A finalidade de se estabelecer um grupo heterogêneo de sujeitos está em buscar conhecer os discursos que permeiam as diferentes categorias de moradores acerca da visão do espaço em termos de perigo, medo e segurança sentidos, percebendo-se, a partir disso, as semelhanças e diferenças no modo de pensar dos sujeitos selecionados na amostra.

Nesta pesquisa foram entrevistados setenta moradores de 35 bairros de Uberlândia, no período de janeiro a junho de 2010. Ao proceder às entrevistas em campo, percebeu-se que os moradores de alguns bairros apresentavam um discurso que melhor se enquadrava na temática abordada, sobretudo pelo fato de aquele espaço ser uma representação de maior ocorrência de atos violentos, estando, dessa forma, a população mais submetida à violência e ao medo que dela decorre. Por esta razão, optou-se por entrevistar um número maior de sujeitos daquele bairro para verificar se o discurso deles se caracterizava numa fala coletiva. O roteiro da entrevista foi estruturado em duas partes: a primeira contendo o nome do bairro, o tempo de residência no local, a idade e a religião do entrevistado; a segunda parte constituiu-se de dez perguntas abertas sobre a visão da violência, do medo, da insegurança e da vitimização (Apêndice A).

Foi utilizada neste estudo a amostragem por variedade de tipos, que segundo Turato (2003), é um processo de seleção de amostra de sujeitos segundo a vontade

e interesse científico do pesquisador. Os sujeitos foram também selecionados a partir do critério da homogeneidade fundamental, cuja característica-chave que os une é o próprio tema do trabalho, neste caso, a visão que eles têm da violência e da segurança em Uberlândia. Em pesquisas cujo alvo de estudo é o ser humano é impossível, conforme o referido autor, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, exceto quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente restritas, que lhe permita conhecer cada um, e capacidade intelectual de apreender todos na pesquisa em foco. Por esta razão, o investigador precisa recorrer ao que se denomina amostra de sujeitos, que em pesquisas com seres humanos representa uma porção extraída de uma população de sujeitos, constituindo-se num subconjunto do universo. Vale acrescentar que neste trabalho também foi utilizada a amostragem proposital, pois houve a escolha deliberada dos sujeitos participantes.

Conforme Turato (2003), em pesquisa qualitativa não existe um modo certo de construir amostras, já que a decisão pela amostragem deve estar voltada para a finalidade da pesquisa, não devendo ser ditada apenas pela conveniência. A pesquisa qualitativa não tem uma preocupação com o tamanho da amostra, pois o que interessa é o estudo de um determinado tema no discurso dos diferentes tipos psicossociais e demográficos de sujeitos. Lévi-Struss (1985, p.15 apud Turato, 2003, p.360) comenta que numa pesquisa deve-se:

Ou bem estudar numerosos casos, de uma maneira sempre superficial e sem grande resultado; ou bem se limitar resolutamente à análise aprofundada de um pequeno número de casos, e provar assim que, no fim de contas, uma experiência bem-feita vale por uma demonstração.

Vale ressaltar que em pesquisa qualitativa não há uma intenção em generalizar resultados, mas buscar a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados. Diferentemente de uma pesquisa quantitativa, que procura ver como o fenômeno se comportará estatisticamente numa população, a pesquisa qualitativa visa a interpretar o que os sujeitos dizem sobre determinado fenômeno e o que fazem ou como lidam com ele.

Adorno e Lamin (2008) afirmam que os estudos que relacionavam medo e criminalidade tiveram início em 1967 nos Estados Unidos, com a Comissão

Katzemback, também chamada de Comissão Presidencial. Esses levantamentos tinham por objetivo

[...] verificar se havia relação estatisticamente comprovável entre ter sido vítima de algum ato criminal e o sentimento de medo. Para tanto, buscava-se comparar duas séries de dados: por um lado, os dados extraídos das sondagens de opinião sobre medo e insegurança ou dos levantamentos de vitimização; por outro, dados relativos a estatísticas oficiais de criminalidade ou delinquência. (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 161).

As sondagens de opinião apresentam relevada importância, pois permitem elaborar um quadro acerca da percepção subjetiva de insegurança e medo dos grupos que mais se sentem ameaçados. Conforme Smith (1987, p.2), os pesquisadores geralmente medem o medo perguntando como as pessoas se sentem seguras em diferentes circunstâncias e quanto eles se preocupam sobre os diferentes tipos de crime. Em termos gerais, o que está sendo explorada é uma resposta emocional a uma ameaça: o crime é intimidante, sendo uma expressão do senso de perigo, o que provoca ansiedade com a possibilidade de ser prejudicado.

Esteves (1999) relata que os primeiros estudos acerca do impacto da criminalidade nas vítimas tiveram início na década de 1970 (na antiga República Federal da Alemanha em 1975, nos EUA em 1977 e na Austrália em 1979). Mas é durante a década de 1980 que este tipo de estudo ganha maior popularidade, sendo reconhecido pelas autoridades devido à sua utilidade. Tais estudos passaram a ser realizados com certa periodicidade, abrangendo vastas áreas geográficas. Observa-se, a partir deles, que apesar de existir uma série de medidas de caráter preventivo ao crime, a taxa de vitimização só apresentava aumento em quase todos os países. Com isso, surgem estudos interdisciplinares que foram importantes para o apontamento de novas soluções no combate à criminalidade violenta.

2.5 Instrumentos da pesquisa

2.5.1 Pesquisa bibliográfica

Na pesquisa bibliográfica foi realizada leitura de livros, teses, dissertações, reportagens, artigos de revistas e trabalhos de congressos sobre violência, crime, medo e segurança. Foram realizadas buscas de material na Internet, por meio das palavras-chave: violência, criminalidade, crime, medo e segurança. As reportagens foram levantadas, sobretudo no jornal local Correio de Uberlândia, com o intuito de complementar as informações sobre as ocorrências dos crimes violentos na cidade.

2.5.2 Pesquisa documental

Foram analisados documentos oficiais, tais como estudos, levantamentos, relatórios e planos de governo, projetos e leis, com o objetivo de conhecer as ações desenvolvidas pelo poder público no combate à criminalidade violenta e à insegurança, sobretudo nas áreas de risco e verificar outras informações que pudessem complementar o estudo da respectiva temática. Foram pesquisados documentos produzidos pelos seguintes órgãos: Banco Mundial (BM), Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fundação João Pinheiro (FJP), Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Justiça, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Polícia Militar e Prefeituras Municipais.

2.5.3 Pesquisa quantitativa

2.5.3.1 A coleta de dados

A pesquisa quantitativa foi utilizada para elaborar os capítulos 4, 5 e 6 desta tese. O primeiro constitui-se de uma descrição analítico-temporal das ocorrências de crimes violentos registradas no período de 1999 a 2010 em Uberlândia. Nele são apresentados os dados em números absolutos e em taxas produzidas para grupos de 100 mil habitantes, representadas através de gráficos, tabelas e quadros. Os outros dois apresentam a espacialização dos crimes selecionados para o estudo, sendo o capítulo 5 referente ao mapeamento dos crimes na cidade, e o capítulo 6 especificamente nos bairros onde as ocorrências foram mais elevadas

Foi realizada coleta de dados quantitativos sobre a criminalidade violenta, em nível nacional, estadual e local. Os órgãos governamentais pesquisados foram: Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), contido no portal do Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS) (dados de mortalidade por homicídios no Brasil); Fundação João Pinheiro (FJP) (dados da criminalidade violenta em Minas Gerais); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (dados demográficos e outros), Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), órgão da Polícia Militar de Minas Gerais (dados dos crimes violentos e dos eventos relacionados às drogas em Uberlândia) e Prontuários do Pronto Socorro da Universidade Federal de Uberlândia (HC/UFU). Especificamente para o estudo dos crimes violentos e das drogas, em Uberlândia, foram utilizados os dados fornecidos pelo COPOM e dados extraídos dos prontuários do HC/UFU.

O SIM é uma base de dados desenvolvida e implantada pelo Ministério da Saúde em 1975. Nela contém os dados das Declarações de Óbito (DO), em modelo único para todo o país, e com preenchimento obrigatório. Num dos campos da DO são descritas, obrigatoriamente por um médico, a causa e as condições da morte, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID), atualmente em sua 10ª. Revisão. Essa classificação é posteriormente conferida por técnicos especializados e lançada na estatística oficial. Conforme Soares, Batituci e Ribeiro (2007), até 1996 o Ministério da Saúde sistematizou os dados de mortalidade e morbidade de acordo

com as determinações da Classificação Internacional de Doenças, Nona Revisão (CID-9), e a partir de 1997 passou a utilizar a CID-10.

A pesquisa compreendeu o período de 1999 a 2010 e optou-se por trabalhar com os dados de crimes violentos do COPOM pelo fato de este registrar no Boletim de Ocorrência (BO) informações importantes, como o dia, horário e local onde ocorreu o evento. Além disso, é o único órgão da cidade que possui um banco de dados organizado desde 1999 com todos os crimes selecionados para análise nesta pesquisa sendo, também, o mais acessível em termos de disponibilização dos dados. O Boletim de Ocorrência (Anexo 1) é um importante documento elaborado pela Polícia Militar e Civil, que notifica determinado crime e fornece uma série de dados do agente, da vítima, testemunhas, vestígios, instrumentos, produtos de crime etc. Em geral, devem ser registradas as características de quem praticou o delito, em qual dia, hora ou momento aconteceu, onde se deu o fato, o modo como o mesmo se desenvolveu e por qual razão.

O Estado de Minas Gerais implantou, em Belo Horizonte, no ano de 2005, um sistema denominado Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), em substituição ao antigo BO, permitindo que as ocorrências registradas pelos policiais militares, civis e do corpo de bombeiros fossem armazenadas de forma unificada e chegassem ao conhecimento das autoridades policiais, do Ministério Público e Judiciário no mesmo instante em que fossem inseridas no sistema.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), reconhecendo a eficiência desse serviço, estabeleceu um acordo de cooperação técnica que permitiu expandir esse modelo para os demais Estados brasileiros, com o objetivo de padronizar o registro de ocorrências e criar um Índice Nacional de Registros. Essa unificação vem possibilitando a tomada de decisões referentes à segurança pública e ao combate à criminalidade violência de forma integrada e em cooperação com outras unidades federadas (POLÍCIA MILITAR, 2011).

2.5.3.2 A subnotificação de dados

O Ministério da Justiça vem trabalhar no sentido de melhorar o registro das informações, em âmbito nacional, estadual e municipal, como também na melhoria

das condições de trabalho para a realização de análises (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). Este trabalho tem sido feito a partir da criação de equipes de gestores locais, responsáveis pela produção de estatística nos órgãos de segurança pública a qual estão vinculados. Em Uberlândia, os crimes registrados pela Polícia Militar são coordenados pela Assessoria de Estatística e Geoprocessamento da 9ª. Região da Polícia Militar, que produz mapas dos crimes violentos, servindo para analisar os locais onde as ocorrências são mais elevadas e que estratégia deverá ser elaborada para minimizar o número de registros.

A melhoria no registro dos dados realizado pelas polícias refletirá diretamente na qualidade das informações sistematizadas pelo Ministério da Justiça, cujo banco de dados criminais é produzido a partir da coleta de informações elaboradas pelas diversas instituições de segurança pública do Brasil. Esse banco de dados reúne, também, informações de saúde, educação e indicadores sociais, com a finalidade de retratar, de forma mais complexa, a situação da violência e da criminalidade no País, e é elaborado pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC).

Outras instituições brasileiras que lidam com a criminalidade violenta também vêm se preocupando com a qualidade das informações. Um exemplo a ser citado é o do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que produz anuários com dados policiais articulados a informações sobre pesquisas de vitimização, prisões e gastos públicos. Em 2011 foi publicada a 5ª. Edição, e, particularmente, na 2ª Edição, divulgada em 2008, há uma discussão acerca do papel do território e dos municípios na segurança pública do Brasil. Sobre isso, o Fórum declara que o

[...] *ranking* de crimes só deve ser construído com controle de que os dados de todas as unidades classificadas tenham qualidade equivalente, pois, do contrário, unidades que investem pouco na divulgação de suas realidades seriam equivocadamente beneficiadas em comparação com aquelas que investiram em sistemas de registro e, por isso mesmo, tendem a apresentar um número maior de casos do que as primeiras (ANUÁRIO..., 2008, p.6).

Esteves (1999) comenta que a quantidade de crimes registrados pelos órgãos competentes é um fator condicionado à gravidade do delito, ao incentivo dado à população para contatar as autoridades, à vontade da polícia em registrar as ocorrências e ao desejo do poder público em divulgar as estatísticas. Além disso, a proporção dos crimes registrados varia conforme as necessidades dos órgãos

responsáveis por sua compilação. Ou seja, se há urgência em receber recursos monetários e humanos torna-se necessário mostrar ao poder público e à população o aumento do número de determinados delitos, sobretudo os de caráter violento. Por outro lado, se o objetivo é apresentar um decréscimo da criminalidade, então as vítimas são persuadidas a não registrarem a ocorrência, com o objetivo de forçar a diminuição do número de atos violentos. Tal como afirma a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (2005, p.9-10):

[...] é possível que o aumento na estatística de determinado crime esteja refletindo um aumento na “notificação”. Medidas como a criação da Delegacia da Mulher, da Delegacia Participativa, da Polícia Comunitária, do Boletim de Ocorrência pela Internet, do Termo Circunstanciado preenchido pela Polícia Militar, Rodoviária e Ambiental, podem implicar num incentivo à notificação do crime, o que é algo positivo, mas que pode aparentar um aumento da criminalidade que não ocorreu. Assim, antes de interpretar inequivocamente o aumento dos índices de criminalidade como aumento do crime, é preciso levantar que mudanças foram feitas que podem estar refletindo apenas um aumento na notificação de crimes.

Observa-se que a escolha do poder público em divulgar ou não os dados referentes aos crimes está relacionada às críticas que o mesmo pode receber das diferentes instâncias da sociedade civil quanto ao aumento das ocorrências. Esteves (1999) ressalta que isso é bastante comum em épocas eleitorais, quando os dados e informações acerca da insegurança e da criminalidade são apresentados de forma distorcida, conforme a posição política de quem deseja veicular a informação. Isso influencia de forma considerável na tomada de decisões quanto à prevenção da criminalidade violenta em determinado local.

A subnotificação de eventos criminais prejudica a análise dos dados, pois a ausência de informação em determinado Estado ou município, bem como o registro “fiel” pode levar a uma análise errônea dos fatos. Portanto, nem sempre o aumento no número de crimes violentos significa elevada taxa de incidência, mas sim um melhor registro e menos subnotificações.

2.5.4 Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa fundamentou-se em entrevistas semi-estruturadas, aplicadas aos moradores da cidade de Uberlândia, mediante prévia submissão do roteiro à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, órgão estabelecido pelo Conselho Nacional de Saúde, sob a Resolução 196/96, cujo documento de aprovação encontra-se no Anexo 2.

Conforme Lefevre e Lefevre (2006), a questão aberta produz como resultado um discurso, sendo este o modo como as pessoas pensam ou trocam ideias. Minayo (1999, p.28) diz que “[...] qualquer pesquisa social que pretenda um aprofundamento maior da realidade não pode ficar restrita ao referencial apenas quantitativo”. Cada um desses métodos permite o conhecimento da realidade social, porém de forma diferente. A apreensão do discurso do sujeito acerca da percepção que ele tem da violência e do medo é um procedimento realizado, sobretudo, com ferramentas disponibilizadas pela pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas, por exemplo. Numa abordagem qualitativa, preocupa-se menos com a generalização e mais com a abrangência e o aprofundamento da compreensão quer de um grupo social, uma organização ou instituição.

Moreira (2002) declara que as entrevistas podem ser: abertas ou não estruturadas, semi-estruturadas ou parcialmente abertas; fechadas ou completamente estruturadas. Neste trabalho, optou-se pela entrevista semi-estruturada que, de acordo com o referido autor,

O entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem pré-determinada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outras questões podem ser levantadas, dependendo das respostas dos entrevistados, ou seja, podem existir questões suplementares sempre que algo de interessante e não previsto na lista original de questões aparecer (MOREIRA, 2002, p.55).

O que faz da entrevista um instrumento privilegiado para coleta de informações é a possibilidade de revelações que a fala permite. A partir do discurso é possível conhecer o sistema de valores e crenças do sujeito participante da pesquisa. Além disso, o discurso de um indivíduo sempre está ligado a um contexto

espacial, histórico e socioeconômico específico. Sobre isso, a Teoria das Representações Sociais apresenta uma contribuição fundamental. Moscovici (2007, p.49), declara que as representações sociais “[...] são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum”, sendo a sua construção um processo dinâmico, numa dialética entre o individual e o coletivo. Neste processo, o indivíduo apropria-se dos modos de pensamento, reconstruindo-os e consolidando, de forma subjetiva, as representações, elaborando, a partir disso, interpretações de si e do mundo.

Alexandre (2004) declara que o conceito de representação social situa-se nas fronteiras entre a Sociologia e a Psicologia, tendo sido inicialmente desenvolvido por Émile Durkheim⁴⁶, segundo o qual o pensamento teria origem na sociedade, e o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, na vida social, constituindo, a partir disso, o que ele denominou de “representação coletiva”. Esta, por sua vez, “[...] não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas é [sic], mais do que isso, um novo conhecimento formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo”, sendo uma de suas funções primordiais “[...] a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos”. (ALEXANDRE, 2004, p.131). É justamente neste ponto que Serge Moscovici⁴⁷ diverge de Durkheim (2007) ao defender que o indivíduo tem um papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, sendo, também, por ela criado. Assim, as representações sociais

São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (ALEXANDRE, 2004, p.131).

Para Moscovici (2007), as representações sociais atuam na construção social da realidade e de sua conduta. Compartilhando desta ideia, Almeida (2011, p.25), ao

⁴⁶ DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2007. 157p.

⁴⁷ MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

estudar a representação da violência urbana para policiais civis da cidade de Recife declara que “As teorias do senso comum [...] assumem as qualidades do contexto social em que são construídas e reforçam a identidade grupal, à medida que organizam as comunicações e norteiam as condutas”. Portanto, a violência urbana, tomada como um objeto das representações sociais apresenta uma característica polimórfica, pois revela concepções diferentes para grupos sociais distintos. Dessa forma, pode-se falar em representação da violência para moradores de áreas rurais, jovens, idosos, policiais, infratores, vítimas etc., pois cada grupo constrói suas representações sociais em consonância com os contextos nos quais estão inseridos.

2.5.5 Pesquisa de campo

O trabalho de campo, na área de estudo, foi organizado em dois momentos específicos: no primeiro, foi realizada uma visita a todos os bairros da cidade para proceder às *entrevistas*; na sequência, após selecionar os bairros que apresentaram maior incidência de estupros, homicídios e roubos, os mesmos foram visitados, com o intuito de observá-los e coletar dados e/ou elementos, através de *registro fotográfico* e anotações em caderneta de campo, que pudessem explicar os fatores condicionantes das ocorrências. Dentre os elementos, foram observados a iluminação, arborização, disposição das ruas e dos pontos de ônibus, presença de bares, equipamentos de segurança, comércio, ronda da polícia militar etc.

Os bairros selecionados para serem estudados, após a análise dos dados fornecidos pelo COPOM, foram:

- Centro (Setor Central): maior registro de roubos;
- Lagoinha (Setor Sul): maior registro de tráfico, uso e prisão de maiores de idade por envolvimento com drogas;
- São Jorge (Setor Sul): maior registro de estupros, homicídios e menores de idade presos por tráfico de drogas;
- Jardim das Palmeiras (Setor Oeste): maior registro de menores de idade presos por uso de drogas.

2.6 Tratamento e análise dos dados

A organização dos dados e informações coletados foi realizada a partir de técnicas que contemplassem a especificidade de cada elemento. Nesse sentido, foram empregados procedimentos diferentes para a sistematização e apresentação dos dados quantitativos e para os qualitativos.

2.6.1 Tratamento dos dados quantitativos

Os dados sobre os crimes violentos foram representados em números absolutos, taxas e porcentagens através de diferentes ilustrações, como gráficos, quadros, tabelas e mapas. As taxas apresentadas no Capítulo 4 foram calculadas a partir da projeção dos dados de crimes sobre grupos de 100 mil habitantes para a escala municipal. Neste caso, utilizou-se a população referente a cada ano. Já as taxas empregadas na elaboração dos mapas-síntese presentes no Capítulo 5 (ano de 2005), e projetadas sobre grupos de mil habitantes para a escala intraurbana.

O banco de dados de crimes violentos utilizado apresenta dez colunas com todas as ocorrências do ano registradas pela Polícia Militar nos Boletins de Ocorrência, como pode ser visto no Quadro 8:

NR BO ⁽¹⁾	Área	Subárea	Descrição	Logradouro	NR	Compl.	Bairro	Data	Hora
067877	32	92	Estupro consumado	Rua Guiomar Lino Moreira	499	...	Esperança	18/06/2008	19:48
053719	17	148	Estupro tentado	Rua Toledo	25	...	Parque das Laranjeiras	14/05/2008	19:58
042560	17	170	Extorsão mediante sequestro	Rua Benedito Palhares	1170	...	Vila Saraiva	16/04/2008	16:21
019591	17	158	Homicídio consumado	Rua Cirineu Costa Azevedo (B)	10	...	Joana Darc	21/02/2008	00:54
013288	17	158	Homicídio tentado	Rua João Costa Azevedo	435	...	São Francisco	04/02/2008	01:33
136272	17	158	Latrocínio	Avenida Sideral	1461	...	Jardim Ipanema	01/12/2008	22:20
121902	17	158	RMA consumado (assalto) a casa lotérica	Avenida Floriano Peixoto	4531	...	Custódio Pereira	30/10/2008	08:06
012652	32	169	Roubo consumado a prédio comercial	Rua Chipre	324	...	Canaã	02/02/2008	14:28
032677	17	91	Sequestro e cárcere privado	Rua Salvador	1226	Casa fundos	Aparecida	24/03/2008	08:21

Quadro 8 – Modelo de sistematização das ocorrências de crimes violentos pelo COPOM.

Notas: ⁽¹⁾ Número do Boletim de Ocorrência (...) Ausência de dados.

Fonte: COPOM (2008). Org. Santos (2010).

No processo de sistematização dos dados foram excluídas as três primeiras colunas do referido quadro porque para a análise à qual se propôs realizar nesta pesquisa não apresentariam contribuição. Uma ressalva deve ser feita quanto à coluna *Complemento*, que seria de grande importância para uma análise mais detalhada do espaço de ocorrência do delito, caso a mesma fosse devidamente preenchida pelo policial que registra o evento.

Utilizou-se o método indireto de padronização de taxas, através do qual se calculam as ocorrências de determinado tipo de morte, neste caso, dos homicídios, para uma população padrão conhecida, cujo resultado é projetado sobre a população em estudo para que os casos esperados sejam apurados. Entende-se por população padrão aquela cuja estrutura é conhecida e à qual são aplicadas as taxas de mortalidade observadas, ou seja, registradas em cada grupo etário. Aqui foi utilizada como população padrão a do Brasil. Tal procedimento teve por objetivo calcular os óbitos de homicídios esperados para Uberlândia, em relação aos registrados no Brasil, a partir da divisão do somatório das ocorrências pelo total da população de referência, no caso a do Brasil. Conforme Mausner e Bahn (1990,

p.137), citado por Nossa (2005), este procedimento equivale a perguntar: qual seria o número de eventos esperados na população em estudo (no caso específico de Uberlândia) se os indivíduos a ela pertencentes estivessem morrendo à mesma taxa específica por idade a que morrem as pessoas na população padrão.

A divisão dos óbitos esperados de homicídios ocorridos em Uberlândia pela população padrão considerada permite-nos calcular a taxa de mortalidade ajustada para a idade, utilizando-se a fórmula apresentada por Stone e outros (1999, p. 78):

$$T_{mai} = \left(\frac{O_o}{O_e} \times T_p \right) \times k, \text{ onde:}$$

T_{mai} = Taxa de mortalidade por homicídios ajustada para a Idade (*método indireto*);

O_o = total de óbitos por homicídios observados em Uberlândia;

$O_e = \sum o_{ex}$: total de óbitos por homicídios esperados em Uberlândia;

$T_p = \frac{\sum o_{px}}{\sum P_{px}}$: taxa bruta de óbitos por homicídios da população padrão;

$O_{ex} = T_{px} \times P_x$: óbitos por homicídios esperados em Uberlândia por faixa etária;

P_x = população de Uberlândia por faixa etária;

T_{px} = taxa de óbitos por faixa etária da população padrão;

O_{px} = óbitos por homicídios observados na população padrão (Brasil) por faixa etária;

P_{px} = população padrão por faixa etária;

k = constante (por 100 mil hab.).

Stone e outros (1999) advertem que com o método de padronização indireto não é possível comparar múltiplas taxas, mas apenas a taxa ajustada para a idade, que é comparada com a taxa padrão para uma razão observada ou esperada. Por outro lado, Nossa (2005) declara que a utilização das taxas de mortalidade padronizada elimina os efeitos da diversidade da estrutura etária nas áreas investigadas, possibilitando a comparação entre as mesmas.

O mapeamento dos dados levantados foi realizado de duas formas: Primeiro, espacializou-se, em toda a cidade de Uberlândia, a somatória dos crimes violentos;

em seguida, espacializou-se, nos bairros, os estupros, homicídios e roubos. Os eventos relacionados às drogas ilícitas (tráfico, uso e prisão de envolvidos) não foram mapeados porque os dados disponibilizados pelo COPOM não apresentavam o nome da rua, nem o número onde o fato se deu.

Para que se pudesse adequar o espaço analisado ao projeto de bairros integrados, as informações contidas na coluna *Bairro* (Quadro 8) foram modificadas. Nesse sentido, todos os loteamentos onde ocorreram crimes violentos receberam o nome do bairro integrado do qual faz parte. Como exemplo, loteamento Esperança recebeu o nome de Santa Rosa; o Parque das Laranjeiras, de Laranjeiras, e assim sucessivamente. Alguns crimes apresentavam localização errada, ou seja, foram registrados no Boletim de Ocorrência como tendo ocorrido num bairro x, quando na verdade, ocorreram no bairro y. Isso pode ser verificado em seis registros de homicídios, que segundo o BO, teriam ocorrido no bairro Tocantins. Todavia, ao realizar o georreferenciamento dos dados verificou-se que os mesmos ocorreram no bairro Taiaman, procedendo, dessa forma, às adequações necessárias.

Esse problema na padronização de nomes para áreas urbanas não é próprio do Brasil. Trabalhos desenvolvidos em outros países também destacam essa dificuldade quanto à nomeação geográfica, fator este que dificulta procedimentos de mapeamento de informações. Nossa (2005) comenta que, em Portugal, isso é igualmente perceptível:

[...] menciona-se o fornecimento de variáveis de morbilidade e mortalidade sem codificação espacial adequada capaz de permitir a compatibilidade e manipulação dos dados em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), sendo igualmente prejudicial e incompreensível a persistente modificação da referência de áreas geográficas de município ao longo do tempo (ex.: variação da designação concelhia do município de St.^a Maria da Feira, Feira, Santa Maria da Feira.) (NOSSA, 2005,p.115).

Foram criadas tabelas com todos os crimes violentos juntos, e tabelas de crimes separados por espécie, com todas as ocorrências registradas em Uberlândia em determinado período, independente de terem sido em bairros integrados ou não. Porém, só foram espacializados os crimes que ocorreram nos bairros integrados, pelo fato de estes formarem polígonos perfeitos e permitirem, portanto, a espacialização. Deste banco de dados separaram-se os crimes violentos em planilhas específicas. Dessa forma, criaram-se planilhas para os homicídios e

estupros consumados; para extorsão mediante seqüestro, latrocínio, roubo à mão armada e sem a utilização de arma e, por fim, seqüestro e cárcere privado.

Após separar todos os crimes em planilhas específicas, os dados referentes ao bairro, data e hora foram sistematizados separadamente. Dessa forma, para cada ano separaram-se os nomes dos bairros, ou seja, quantas vezes eles apareceram. Em seguida, foi criado um relatório de tabela dinâmica no Excel, que permitiu somar as ocorrências e gerar outra tabela com o número específico de quantas vezes aquele dado apareceu. Após este procedimento, estruturou-se a tabela em extensão *DBF*, para, posteriormente, ser exportada para o software Arcview, onde foi realizado o georreferenciamento dos dados e a sua espacialização (Figura 7). Ressalta-se que esta tabela contém três colunas, uma com o número de identificação (ID), outra com o nome do bairro e, por fim, a coluna com a quantidade de crimes registrados.

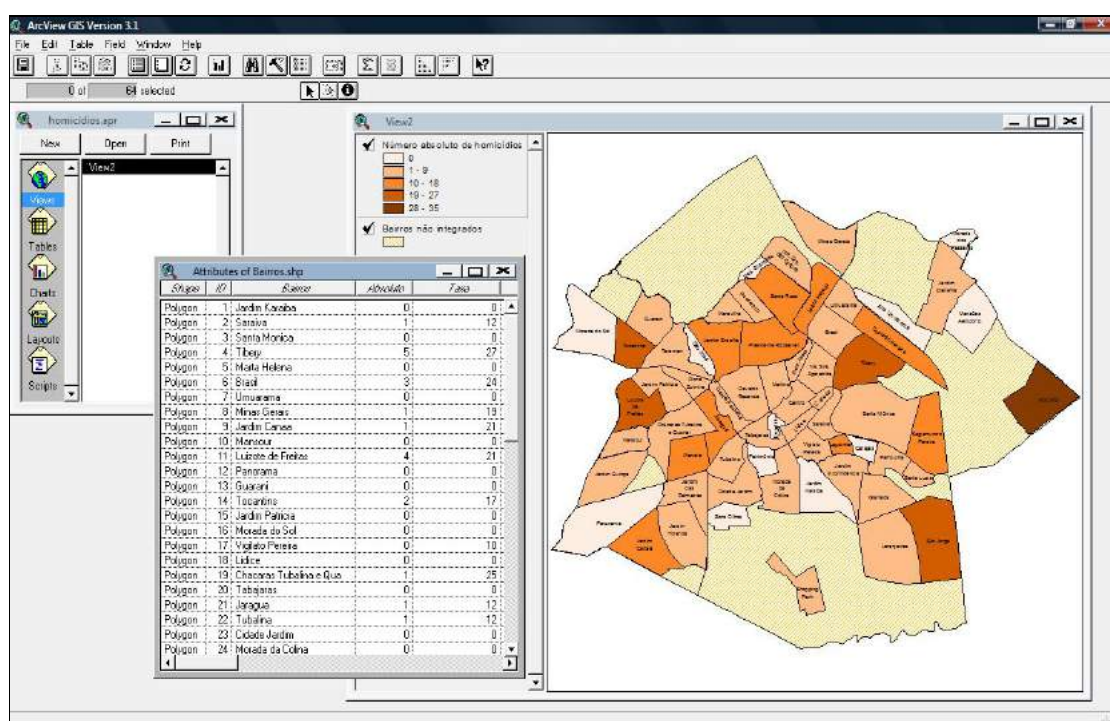


Figura 7 - Aparência do ambiente de trabalho do software Arcview 3.1.

Org.: Santos (2010).

Foi mapeada a somatória dos dados de crimes violentos (em números absolutos e em taxas por mil habitantes) ocorridos em Uberlândia no período de 1999 a 2010. Por conseguinte, mapearam-se os estupros, homicídios e roubos

separadamente, bem como os eventos relacionados às drogas. Optou-se por mapear os dados absolutos das ocorrências criminais, tendo em vista que neste trabalho serão abordadas questões de caráter qualitativo, como, por exemplo, a visão dos moradores acerca da violência. Pelo fato de as taxas não representarem a realidade da violência que incide no espaço, em termos de quantidade, uma vez que as ocorrências são divididas pelo número da população, percebeu-se a necessidade de apresentar o número real de ocorrências com o objetivo de verificar se a visão que a população tem da criminalidade confere com o número de eventos registrados pela Polícia Militar. Geralmente, a percepção da violência e do medo que se tem dela se dá em decorrência daquilo que se ouve falar a respeito dos fatos e, sobretudo, do que ocorre no bairro. Sendo assim, a hipótese que se tem é a de que quanto maior for o número de ocorrências criminais em determinado bairro, mais elevados serão os depoimentos que denunciam a violência, bem como a falta de segurança pública no local.

Convém destacar que o Arcview Gis 3.1 é um software de geoprocessamento de fácil manipulação, desenvolvido pela empresa Environmental Systems Research Institute (ESRI), com o objetivo de efetuar análises em ambientes de Sistema de Informação Geográfica (SIG). Nele é possível integrar dados a uma base cartográfica, permitindo visualizá-los em mapas. (ROSA; BRITO, 1996). A década de 1990 é marcada pela utilização das bases de dados sobre criminalidade ligada ao espaço geográfico através do SIG. Essa tecnologia permite conhecer de forma rápida e precisa os detalhes das ocorrências criminais no tempo e no espaço, o que possibilita tomadas de decisão e eficazes e elaboração de estratégias de prevenção e combate que melhor se adapte a cada realidade (ESTEVES, 1999).

O geoprocessamento caracteriza-se por um conjunto de tecnologias voltadas à captação, armazenamento, manipulação e edição de dados georreferenciados (MELGAÇO, 2006), configurando-se como uma ferramenta de análise espacial, pois permite a espacialização de dados e o estabelecimento de relações de causa e efeito com outras variáveis espaciais (FRANCISCO FILHO, 2003).

Há uma série de fatores que deve ser levada em consideração quando se utilizam as ferramentas do geoprocessamento para a elaboração e análise de mapas. Câmara, Davis e Monteiro (2000) salientam que os mapas podem transmitir informações que não correspondem à realidade, e por esta razão Melgaço (2006) ressalta que a escolha das projeções, das formas de representação e das classes

pode destacar ou encobrir informações estratégicas, intencionalmente ou não.

A partir de um conjunto de dados é possível construir mapas diferentes, mudando apenas o método de classificação. *Natural Breaks* (Quebra Natural), por exemplo, identifica pontos de quebra olhando agrupamentos e padrões inerentes aos dados. É a visão mais realista dos dados; *Equal interval* (Intervalo igual): divide os valores de atributos em subfaixas de igual tamanho. É bom para enfatizar a quantidade de um valor relativo a outros; *Equal area* (Área igual): classifica objetos polígonos encontrando pontos de quebra nos valores de atributo de forma que a área total dos polígonos de cada classe seja aproximadamente a mesma; *Quantile* (Quantil): cada classe é associada a um mesmo número de objetos. É recomendado para enfatizar a posição relativa de um objeto em relação a outros. Nesta pesquisa utilizou-se como método de classificação a quebra natural dos dados por ser considerado o que mais se aproxima da realidade, evitando, dessa forma, que os mapas transmitam uma ideia diferente daquela que se quer evidenciar com a espacialização das informações.

Foram produzidas taxas padronizadas para os homicídios ocorridos no período de 1999 a 2009. Aqui não foi incluído o ano de 2010 porque o DATASUS ainda não havia disponibilizado as informações quando as taxas foram calculadas. O cálculo das taxas padronizadas só pôde ser realizado para os casos de homicídio, por ser um tipo de crime violento registrado e estudado sistematicamente pelos órgãos governamentais, sobretudo pelo Ministério da Saúde.

2.6.2 Tratamento dos dados qualitativos

A análise das entrevistas fundamentou-se na Análise de Conteúdo a partir das discussões sistematizadas por Laurence Bardin (2011), que a caracteriza como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que abrange duas categorias: uma quantitativa e outra qualitativa. Na primeira, o que importa é a frequência com que surgem certas características do conteúdo; na segunda “[...] é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração”. Acrescenta-se que a análise de conteúdo busca atingir, por meio de

significantes e/ou significados outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica.

Ainda sobre a abordagem quantitativa ou qualitativa, Caregnato e Mutti (2006, p. 682) destacam que

Na abordagem quantitativa se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto. Na abordagem qualitativa se considera a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento de mensagem.

Richardson e outros (1989) afirmam que desde tempos antigos já se interpretavam textos sagrados e políticos sem uma preocupação com o rigor científico. Em 1640, foi realizado um trabalho na Suécia, considerado uma análise de conteúdo, no qual se verificou a autenticidade de noventa hinos religiosos e os seus efeitos sobre os luteranos. Nesta análise, foram abordados temas religiosos, seus valores e manifestações favoráveis e desfavoráveis e sua complexidade estilística (BARDIN, 1988). O referido autor ressalta que a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos da América, no início do século XX, a partir do estudo de material jornalístico. Em 1915, Harold Lasswell tornou-se o marco na história da análise de conteúdo, que se estabeleceu, desde então, como método científico de análise de comunicações de diferentes modalidades: linguístico (escrito e oral), icônico (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes), outros códigos semióticos (música, código olfativo, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos etc.).

Caregnato e Mutti (2006) lembram que entre 1940 e 1950, os cientistas começaram a se interessar pelos símbolos políticos, e em 1943, a análise do conteúdo chegou a ser definida como a “semântica estatística do discurso político”.

A análise de conteúdo é definida por Bardin (2011) como sendo

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

O autor supracitado ressalta que a análise de conteúdo constitui-se de três fases, específicas, a saber: 1) Pré-análise, constituída da leitura flutuante e da escolha dos documentos; 2) Análise do material; 3) Tratamento dos resultados. A

pré-análise é a fase de organização e sistematização do material a ser analisado. O primeiro passo é a realização da leitura flutuante, também chamada de leitura superficial, em que se tem o primeiro contato com o texto dos documentos.

Conforme Richardson (1989), a pré-análise é o momento no qual o pesquisador retira do material suas impressões e possíveis orientações para a análise, podendo-se ter conhecimento dos conceitos mais utilizados pelo autor do texto, bem como as concepções que ele tem dos fenômenos sociais e do mundo. Na sequência, faz-se a escolha dos documentos, definindo o *corpus* de análise, constituído do material a ser submetido aos procedimentos analíticos. A análise do material, longa e exaustiva, baseia-se na codificação, categorização e quantificação da informação. Tais procedimentos serão tratados separadamente.

Bauer e Aarts (2003) chamam a atenção para a noção de *corpus*, que no geral, se refere à coleção de textos sobre algum assunto, coletados e organizados, mas reconhece:

Outra definição de corpus é “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão, pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (Barthes, 1967:96). Barthes, ao analisar textos, imagens, música e outros materiais como significantes da vida social, estende a noção de corpus de um texto para qualquer outro material (BAUER; AARTS, 2003, p. 44).

O tratamento dos resultados e a interpretação referem-se ao trabalho estatístico dos resultados alcançados, que possibilita a codificação e a elaboração de tabelas e/ou quadros que sintetizam e colocam em relevo as informações fornecidas para a análise, por exemplo, as palavras.

De acordo com Holsti⁴⁸ (1969), citado por Bardin (2011, p.133), a codificação “[...] é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. Esta etapa compreende três momentos: 1) O recorte - escolha das unidades de registro e de contexto; 2) A enumeração – escolha das regras de contagem; 3) a classificação e agregação – escolha das categorias.

A unidade de registro corresponde ao segmento básico de análise, podendo ser de ordem gramatical, como a palavra (substantivo, adjetivo, verbo etc.), o símbolo e a frase ou oração; e não-gramatical, tais como o tema, o ator ou o sujeito

⁴⁸ HOLSTI, Ole R. **Análise de conteúdo para as Ciências Sociais e Humanas**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1969. 240p.

de uma ação (humano ou animal) e o documento: livro, filme, artigo. Richardson (1989, p. 190) ressalta que a análise de um tema permite “[...] descobrir o ‘sentido’ que o autor deseja dar a uma determinada mensagem”. Franco (2005) acrescenta à unidade de registro o que ele chama de itens, que são amplas unidades, apropriadas quando variações dentro das categorias são irrelevantes, utilizadas quando se quer determinar o assunto de um livro, filme ou temas.

As unidades de contexto servem de base para a unidade de registro. Um exemplo dado pelo autor supracitado refere-se aos valores colonialistas de um texto, que “[...] não podem apenas ser inferidos com base no número de vezes que aparecem expressões, tais como ‘sociedades primitivas’, ‘povos atrasados’ ou ‘culturas inferiores’.” (FRANCO, 2005, p. 191). É necessário, portanto, que se busquem unidades de contexto que permitam caracterizar a unidade de registro, partindo-se, por exemplo, da frase para a palavra ou do parágrafo para o tema.

A categorização, por sua vez, não é uma etapa obrigatória na análise de conteúdo, mas, quando utilizada, facilita o exame da informação. Ela consiste na classificação dos elementos segundo determinados critérios, que podem ser semânticos (por exemplo: elementos que refletem ansiedade serão agrupados em uma categoria ansiedade), sintáticos (verbos, adjetivos, advérbios etc.), léxicos (ordenamento interno das orações) ou expressivos (por exemplo, categorias que classificam os problemas de linguagem). De acordo com Bardin (2011, p.147), a categorização “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Os agrupamentos são realizados obedecendo às características comuns dos elementos, sendo os critérios de categorização semânticos, sintáticos, lexicais ou expressivos.

Para que uma categoria criada seja confiável, ela deve apresentar alguns fatores importantes, como: a) Exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; b) Homogeneidade: um conjunto categorial deve ser formado por apenas um princípio de classificação; 3) Pertinência: o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação; 4) Objetividade e fidelidade: os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria devem ser definidos com clareza; 5) Produtividade: “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos”. (BARDIN, 2011, p.150).

Campos (2004, p. 611) afirma que nas pesquisas qualitativas, a escolha do método para a análise deve “[...] proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (*corpus*)”, pois são diversas as possibilidades de exploração documental apresentadas pela análise de conteúdo. Algumas delas poderão ser verificadas no Quadro 9 a seguir:

Código e suporte		Número de pessoas implicadas na comunicação			
		Uma pessoa “Monólogo”	Comunicação Dual – “Diálogo”	Grupo restrito	Comunicação de Massa
Linguístico	Escrito	Agendas, maus pensamentos, conjecturas, diários íntimo.	Cartas, respostas a questionários, a testes projetivos, trabalhos escolares.	Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas, trocadas dentro de um grupo.	Jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos jurídicos, panfletos.
	Oral	Delírio do doente mental, sonhos.	Entrevistas e conversações de qualquer espécie.	Discussões, entrevistas, conversações de grupo de qualquer natureza	Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discos.
Icônico (Sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes etc.)		Rabiscos mais ou menos automáticos, grafitos, sonhos.	Respostas aos testes projetivos, comunicação entre duas pessoas através da imagem.	Toda a comunicação icônica num pequeno grupo (p. ex.: símbolos icônicos numa sociedade secreta, numa casa...).	Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.
Outros códigos semióticos (i. é, tudo o que, não sendo linguístico, pode ser portador de significações; ex.: música, código olfativo, objetos diversos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos etc.)		Manifestações históricas da doença mental, posturas, gestos, tiques, dança, coleções de objetos.	Comunicação não verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfativos, manifestações emocionais, objetos cotidianos, vestuário, alojamento...), comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia.		Meio físico e simbólico: sinalização urbana, monumentos, arte...; mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura.

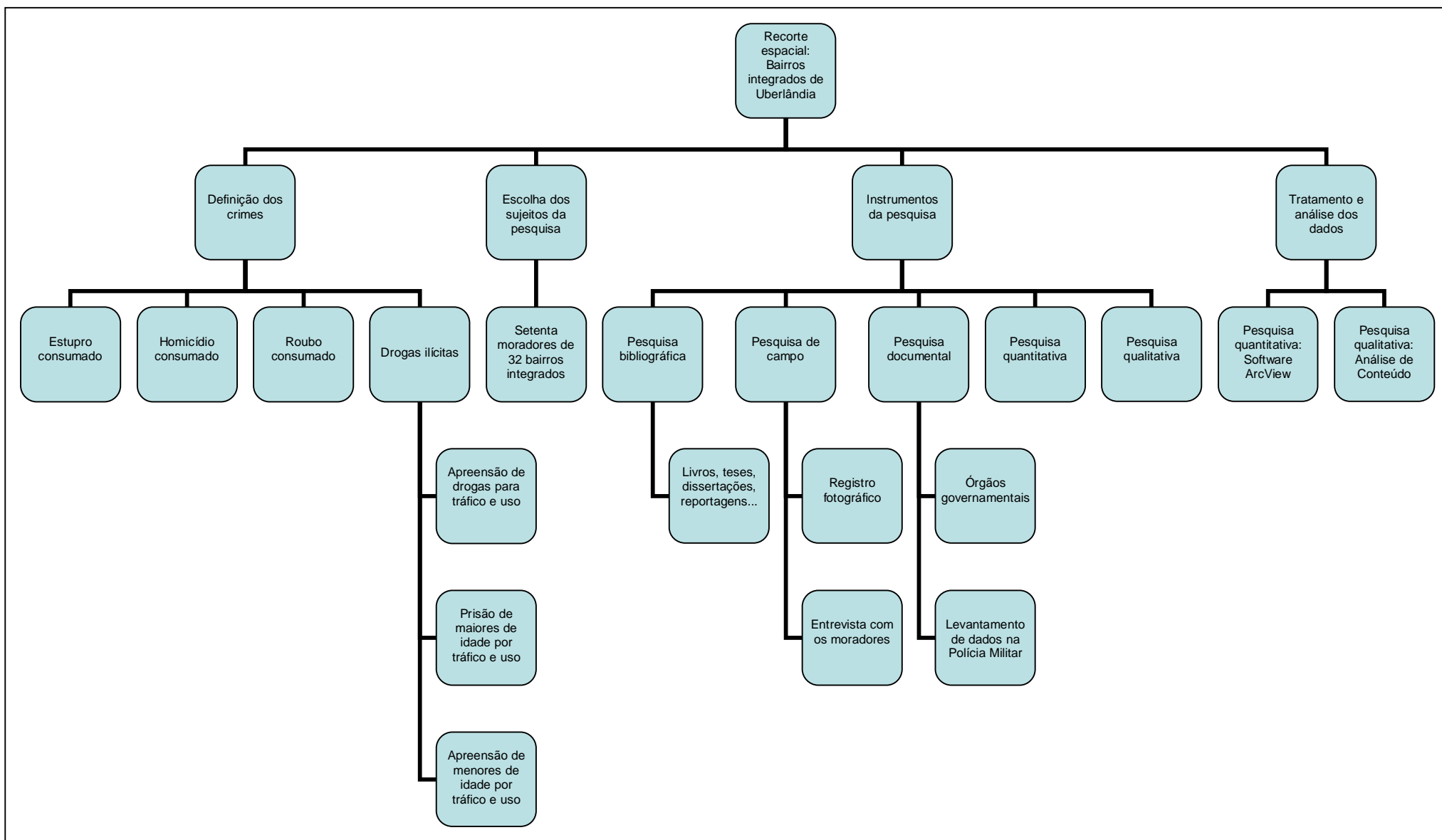
Quadro 9 - Domínios possíveis de aplicação da análise de conteúdo.

Fonte: Bardin (2011, p. 40). Org.: Santos (2010).

Nesta tese foi utilizada a técnica da análise categorial que, cronologicamente, é a mais antiga e, conforme Bardin (2011), a mais utilizada, e funciona por operações de desmembramento do texto em unidades e categorias.

2.6.3 Síntese das etapas da pesquisa

Os procedimentos empregados neste trabalho foram de fundamental importância em cada etapa. Por esta razão, destaca-se a relevância em se planejar cada caminho a ser percorrido numa pesquisa, pois, assim, há maior probabilidade de se atingir os objetivos propostos. Os passos seguidos nesta tese encontram-se sintetizados no Organograma 1:



Organograma 1 – Etapas e procedimentos da pesquisa.

CAPÍTULO 4

CRIMES VIOLENTOS E DROGAS EM UBERLÂNDIA: UMA TRAJETÓRIA NO TEMPO

Embora o crescimento da criminalidade urbana seja matéria controvertida, [...] as estatísticas oficiais de criminalidade, base sobre a qual se realizam diagnósticos, avaliações, análises e estudos científicos estão apontando no sentido de uma tendência mundial de crescimento dos crimes, em especial aqueles que envolvem grave ameaça à integridade física dos indivíduos (ADORNO, 1996, p.165).

4.1 Variação temporal da criminalidade geral (1999 a 2010)

A criminalidade violenta geral, em Uberlândia, vem apresentando crescimento negativo desde 2005, apesar de os crimes, como os homicídios, estarem em ascensão. Isso se deve à relação direta deste crime com o tráfico e uso de drogas, uma vez que a maioria dos casos de assassinatos verificados no período de 1999 a 2010 incidiu nos espaços caracterizados como “territórios do tráfico”. Este capítulo objetiva-se, portanto, a apresentar a sistematização dos dados referentes aos crimes violentos, bem como o seu comportamento no período de 1999 a 2010, destacando o total de registros observados, os dias da semana e os horários de ocorrência dos mesmos. O objetivo desta análise descritiva é que ela venha a contribuir com a segurança pública no estabelecimento de mecanismos de prevenção, combate e controle de estupros, homicídios, roubos, tráfico e uso de drogas.

4.1.1 Análise temporal dos crimes violentos

Após tabulação e análise dos dados do COPOM (1999-2010), verificou-se a ocorrência de 67.760 crimes violentos consumados, na cidade de Uberlândia, entre 1999 e 2010, dos quais, 67.578 (99,73%) totalizaram as ocorrências de estupros, homicídios e roubos, tendo este último apresentado o maior destaque, com 97,88% do total de crimes verificados. Os demais casos, constituídos de 182 eventos (0,27%), representaram os crimes de extorsão mediante sequestro, latrocínio, sequestro e cárcere privado (Gráfico 3).

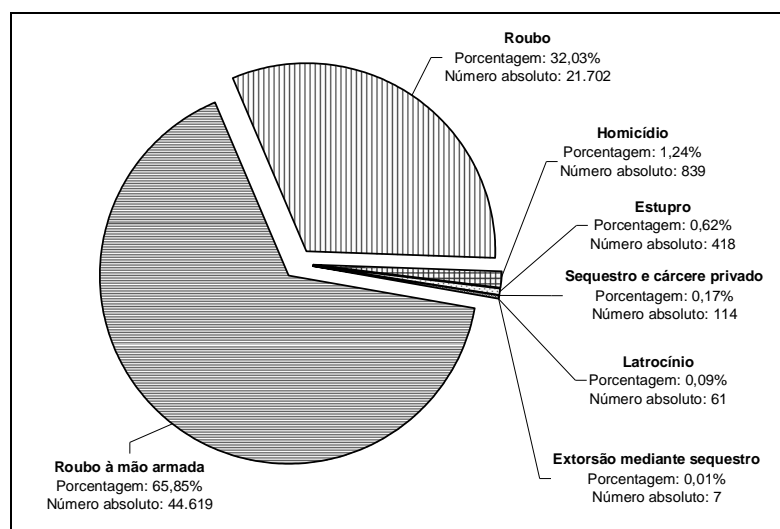


Gráfico 3 – Cidade de Uberlândia: Crimes violentos em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Dos homicídios consumados registrados, um foi mencionado como *não encontrado* e três não apresentaram identificação do local de ocorrência. O mesmo ocorreu com os roubos, dos quais se verificaram 99 sem identificação do local. Quanto às tentativas, foram verificados 2.704 casos para os homicídios e 341 para os estupros, revelando que, se fossem analisados em conjunto com as demais ocorrências de crimes violentos, os dados saltariam para 70.805 casos registrados. A partir de agora, sempre que houver uma referência aos crimes violentos estar-se-á falando dos registros consumados de estupros, homicídios e roubos (à mão armada e sem arma), tabulados no período de 1999 a 2010.

A análise da distribuição temporal dos crimes violentos revelou que tem ocorrido uma queda nos registros. Em 1999, verificaram-se 3.790 crimes violentos e 2.965 em 2010. Se comparados os dois anos extremos percebe-se uma diminuição de 825 casos, ou seja, -21,77% em 2010. Todavia, durante esse período houve uma oscilação dos dados. O ano de 2005 foi o que apresentou o maior número de eventos (8.816), ou seja, 132,61% a mais em relação a 1999 e 197,34% acima daqueles observados em 2010 (Gráfico 4).

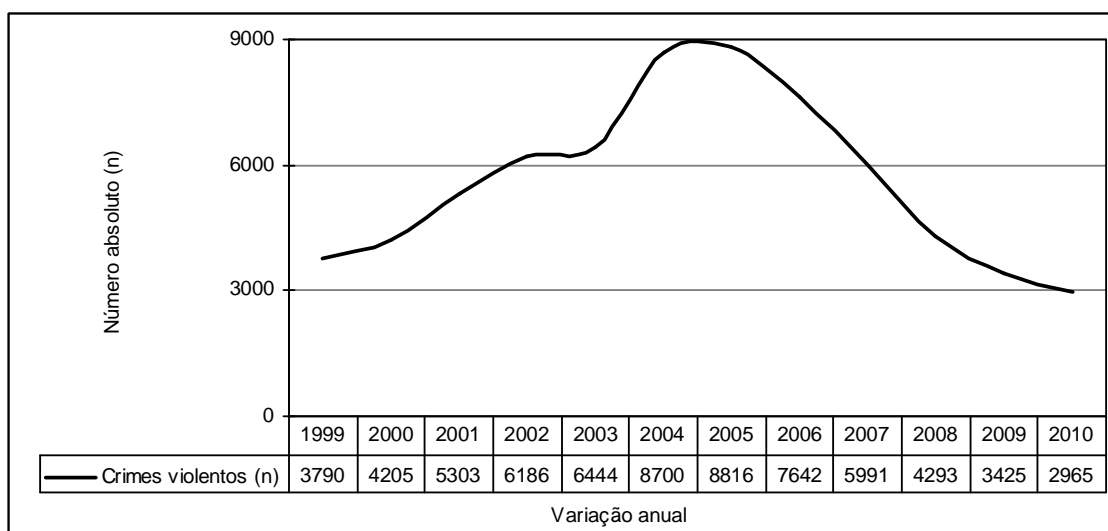


Gráfico 4 – Cidade de Uberlândia: Variação anual dos crimes violentos em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Esse aumento dos crimes violentos, em 2005, deve-se, sobretudo, à elevação dos casos de roubos na cidade, que pelo fato de serem os que apresentam o maior número de registros, acabam por elevar o total de crimes violentos. De igual modo, a queda nos dados, verificada a partir dessa data, relaciona-se, em grande parte, a ações estratégicas pontuais estabelecidas pela segurança pública, com vistas ao combate e controle da criminalidade, que incidiram diretamente na queda dos roubos e, conseqüentemente, nos casos gerais de crimes violentos.

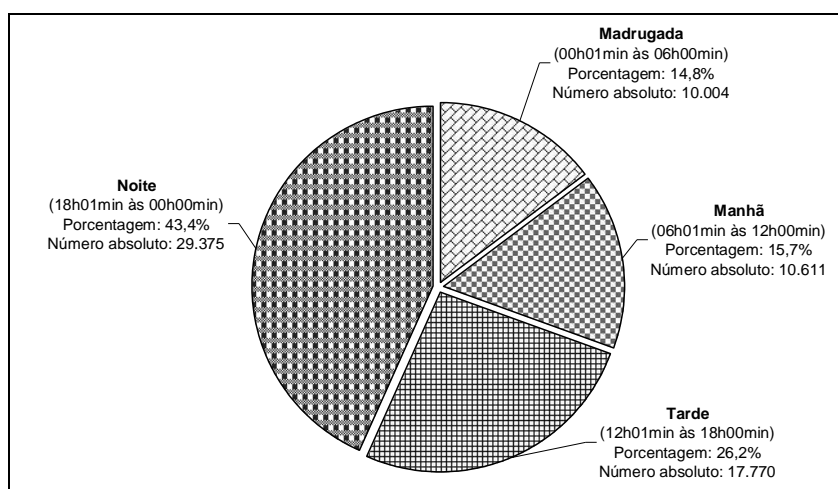
Em 2004, a taxa de crimes violentos, em Uberlândia, foi de 1.526,20/100 mil habitantes, a mais elevada do período. A partir de então, a mesma apresentou uma queda considerável, nos anos consecutivos, diminuindo em mais de três vezes, em 2010, quando se registraram 493,93/100 mil habitantes (Tabela 2).

Tabela 2 – Cidade de Uberlândia: Taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes: 1999-2010.

Ano	Crimes violentos por 100 mil habitantes
1999	777,89
2000	838,96
2001	1025,98
2002	1168,47
2003	1187,74
2004	1526,20
2005	1506,33
2006	1272,89
2007	984,76
2008	689,70
2009	539,93
2010	493,93

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Em se tratando da distribuição dos crimes durante a semana, constatou-se que a variação não foi muito significativa, pois todos os dias apresentaram ocorrências muito próximas, embora na sexta-feira e no sábado se tenham verificado registros mais elevados, respectivamente: 10.302 e 10.838, totalizando 31,2% dos casos entre 1999 e 2010. Por outro lado, ao verificar os registros por horário, perceberam-se mudanças bastante significativas, destacando-se o período da noite: 29.375 casos (43,35%), definido na pesquisa entre 18h01min e 00h00min. Em segundo lugar veio a tarde (12h01min às 18h00min), com 17.770 ocorrências (26,22%), como pode ser observado no Gráfico 5:

**Gráfico 5** – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência dos crimes violentos em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Uberlândia vem apresentando uma gradativa diminuição nas ocorrências de crimes violentos no decorrer dos últimos anos, o que pode ser comprovado por diversos estudos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro (2007, 2008, 2009). Dentre os crimes violentos que ocorrem na cidade, os roubos são os mais frequentes, sobretudo os de automóveis e a residência, vindo depois os homicídios e, por fim, os estupros. Por esta razão, quando intervenções são desenvolvidas no sentido de minimizar os roubos, logo se observa um relativo declínio dos casos gerais de crimes violentos, o que tem sido percebido neste período. Sobre essa queda verificada, o Comandante da 9ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), Coronel Dilmar Crovato, afirmou o seguinte à Agência Minas de Notícias do Governo do Estado de Minas Gerais, na reportagem feita por Frade (2011):

“[...] o pico da criminalidade violenta aconteceu em 2005, com o registro de 10.504 crimes e, desde então, apresenta queda vertiginosa, baixando para 3.901 ocorrências no ano de 2010. A queda se deve aos investimentos realizados, à integração das forças policiais, ao estudo dos tipos de crime e ao trabalho de inteligência [...]. Somente em 2010, o Triângulo Mineiro recebeu investimentos de aproximadamente R\$ 19 milhões em segurança pública, dos quais R\$ 7,8 milhões foram para Uberlândia”.

Em entrevista realizada pelo Jornal Correio de Uberlândia à população, muitos afirmaram ter percebido essa queda, ao passo que outros declaram não ter havido diminuição (CORRÊA, 2008^o). Diante da pergunta: *Você concorda que houve redução da criminalidade em Uberlândia?* alguns moradores foram unânimes em reafirmar essa queda nos registros de crimes violentos:

“Eu acho que sim, porque a polícia está mais atuante. Eu trabalho como segurança e percebo que realmente está melhor, ainda há assaltos nas lojas e nas ruas, mas percebo que há mesmo uma diminuição. Acabar não acabou, mas pelo menos diminuiu”. (Morador do bairro Lagoinha).

“Percebo que os policiais estão mesmo garantindo mais segurança. Pelo que a gente vê, os assaltos diminuíram bastante. Não é mais como em anos anteriores que toda hora a gente presenciava um assalto. Agora está bem mais tranquilo”. (Moradora do bairro Tubalina).

“Vejo que está tendo menos assaltos. Pelo menos comigo não aconteceu nada. Lá no Luizote tem bastante policial e a segurança está boa. A gente percebe que melhorou, espero que continue assim cada vez melhor e que a gente tenha mais tranquilidade”. (Moradora do bairro Luizote de Freitas).

Outros, por sua vez, discordaram dessa diminuição, afirmando:

“Eu discordo um pouco. Porque em Uberlândia parece que a porteira está aberta. É muito andarilho pelas ruas, se drogando, se alcoolizando e até assaltando. As pessoas são bem-vindas aqui, mas que venham com vontade de trabalhar e fazer alguma coisa de útil para a cidade”. (Morador do bairro Presidente Roosevelt).

“Não, porque a quantidade de pessoas que eu conheço que ‘morreram matadas’, que sofreram assalto é muito grande. Então não acredito que houve essa redução. Para mim fez foi aumentar. No meu bairro não é seguro; tem policiamento, mas não resolve”. (Moradora do bairro Luizote de Freitas).

Há, também, quem declare estar havendo redução da criminalidade, mas que, por outro lado, a cidade está crescendo, e com isso aparecem ou se agravam outras questões sociais, e as autoridades precisam estar atentas para tais mudanças:

“Concordo, mas Uberlândia é uma cidade que está crescendo e como toda cidade que cresce, paralelamente, vêm todos os problemas como a falta emprego. O que acontece aqui é um problema social que é próprio de toda cidade grande. Esta é a melhor cidade do Brasil”. (Morador do bairro Luizote de Freitas).

Observa-se, diante das declarações apresentadas na reportagem de Corrêa (2008^e) que as opiniões da população quanto à redução do número de crimes violentos se divergem. Moradores do mesmo bairro afirmam ter percebido essa queda, enquanto outros se manifestam de forma contrária, dizendo não terem observado tal redução; todavia, desde 2005, diversas ações vêm sendo implantadas na cidade com vistas à minimização dos registros de crimes violentos. Em 2008, a Polícia Militar recebeu sessenta veículos para realizar o serviço de segurança. No mesmo ano também foi reestruturado o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), responsável pelo atendimento e distribuição das chamadas que chegam via telefone 190. Outro fator importante diz respeito à integração das Polícias Civil e Militar, que aconteceu em 2008. Os comandos passaram a trabalhar em conjunto, fator que permitiu um avanço no sistema de comunicação de dados entre as polícias, pois a integração engloba uma central de inteligência (CORRÊA, 2008^d).

O Coronel Dilmar Crovato ressaltou, em entrevista, que a segurança pública na cidade se estabelece com a participação de outros órgãos do Governo, e isso é um fator importante a ser destacado, sobretudo porque a prevenção e o controle da violência devem ser feitos a partir de da participação conjunta com outras instâncias governamentais, sobretudo pela dinamicidade própria do fenômeno:

“[...] o trabalho, no tocante à segurança pública se estabelece num sistema de defesa social. Então aí há a participação da Polícia Militar, a participação da Polícia Civil, do Ministério Público, a participação da Justiça e, sobretudo também do sistema prisional. Hoje, dentro dum sistema, cada um fazendo a sua parte, efetivamente, pode ser aí um grande obstáculo, ou, pelo menos, à redução desses delitos”.

Apesar das ações já implantadas na cidade, um problema ainda persiste: o baixo número de delegados de polícia, que em 2008 totalizavam apenas onze profissionais. Na cidade de Juiz de Fora, que possui aproximadamente 100 mil habitantes a menos que Uberlândia há 24 delegados. O número reduzido de profissionais torna o trabalho mais lento, possibilitando, assim, que os criminosos continuem a praticar crimes, e o sentimento de insegurança persista entre os moradores, sobretudo àqueles que residem em locais com pouca infraestrutura de segurança pública. Além da atuação dos órgãos oficiais no combate e prevenção da criminalidade violenta, é importante ressaltar que a sensação de proteção das pessoas e de seus bens não deve ser uma preocupação apenas das instituições competentes. Acerca disso, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (2005, p.5), ao citar informações de um dos relatórios da Audit Comission (1996), declara:

Todos compartilham esta responsabilidade – como parentes e vizinhos. Outros serviços públicos, como escolas e serviços sociais, têm um papel a cumprir na tentativa de reduzir os níveis de criminalidade. Deste modo, embora a polícia seja importante para a prevenção criminal, a quantidade total de crimes numa área, por si só, não pode ser utilizado como medida de sucesso da polícia, [sendo esta] apenas uma das instituições do sistema de justiça criminal [...]. Por isso, ela não deve ser totalmente felicitada sempre quando o crime cai, pois muitas vezes isto ocorre em decorrência de outras causas. Pelo mesmo motivo, a Polícia não pode ser integralmente responsabilizada quando a criminalidade aumenta, [havendo, neste caso], algo de errado com a sociedade como um todo e não, necessariamente, apenas nas forças policiais.

Vale acrescentar que pequenas atitudes dos moradores podem diminuir as chances de vitimização, como a aproximação entre os vizinhos. É recomendado, pelas autoridades de segurança pública, que se mantenha um relacionamento maior com as pessoas que residem próximas, pois elas podem ajudar a manter a vigilância da residência em horários nos quais o dono se encontra fora, minimizando, dessa forma, as oportunidades que possam vir a favorecer a prática de um roubo a residência, por exemplo. Ressalta-se, ainda, que a parceria entre comunidade e polícia tem apresentado bons resultados, sobretudo no que se refere à denúncia anônima, pois apenas a ronda diária não é capaz de manter a segurança.

Outro fator a considerar diz respeito ao número de denúncias realizadas, tanto por parte das vítimas, quanto por pessoas próximas a estas; se as denúncias acerca da criminalidade aumentar acaba por pressionar os órgãos responsáveis para que venham a elaborar estratégias que visem minimizar as ocorrências criminais. Infelizmente, muitas vítimas não denunciam a violência que sofreram porque sabem que o agressor pode não ser punido ou por falta de provas, ou por morosidade da Justiça. Existe, ainda, o agravante do medo de reincidência ou de represália por parte dos próprios bandidos, que permanecendo em liberdade podem perseguir a vítima para se vingar por ter sido denunciado.

4.1.2 Análise temporal dos estupros

No período de 1999 a 2010 ocorreram 418 estupros, dos quais, trinta casos se deram em 1999 e 63 casos em 2010, com um aumento de 110%. Essa elevação observada se deve ao fato de os dados de 2010 terem sido registrados com base na Lei nº. 12.015, de 7 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), que passou a tratar qualquer tipo de ato libidinoso como estupro (Gráfico 6).

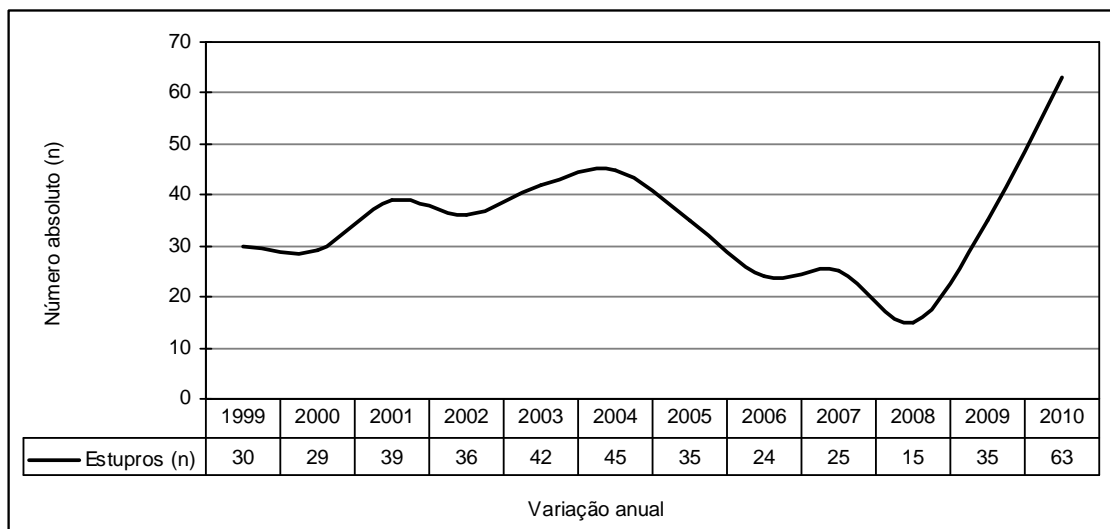


Gráfico 6 - Cidade de Uberlândia: Variação anual dos estupros em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2011).

Da mesma forma, a taxa de estupros por 100 mil habitantes também foi a mais elevada em 2010: 10,5/1000 habitantes, mas todo o período apresentou oscilação nos registros, com uma redução considerável das incidências, em 2008, como pode ser visualizada na Tabela 3:

Tabela 3 – Cidade de Uberlândia: Taxa de estupros por 100 mil habitantes: 1999-2010.

Ano	Estupros por 100 mil habitantes
1999	6,16
2000	5,79
2001	7,55
2002	6,80
2003	7,74
2004	7,89
2005	5,98
2006	4,00
2007	4,11
2008	2,41
2009	5,52
2010	10,50

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

A distribuição de estupros durante a semana revelou que houve mais registros de ocorrências no domingo, seguidos da segunda-feira e do sábado, respectivamente 83 e 67 eventos. Já a sexta-feira registrou o menor número de casos: 41. É relevante destacar que houve bastante oscilação das ocorrências durante a semana, como pode ser observada no Gráfico 7:

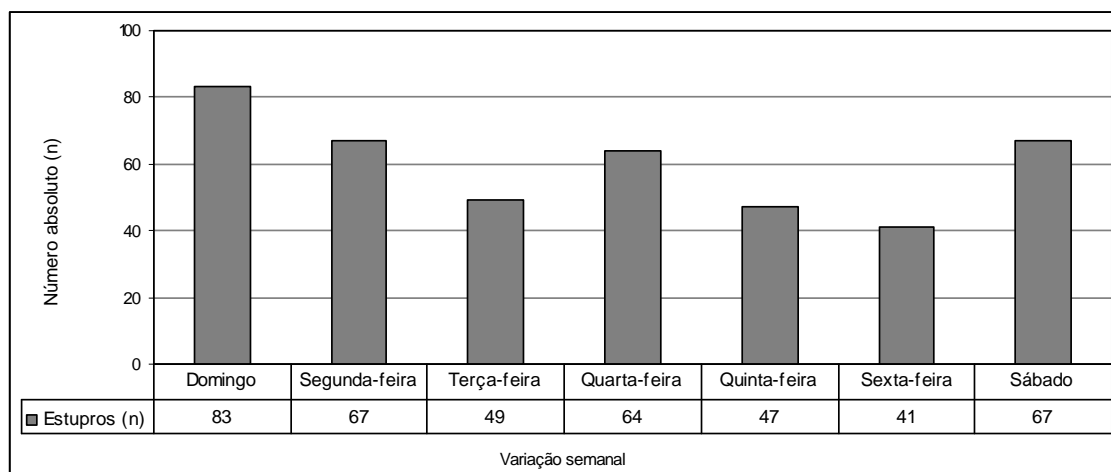


Gráfico 7 - Cidade de Uberlândia: Distribuição semanal dos estupros em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

A distribuição dos estupros, por horário de ocorrência, revelou uma maior concentração dos registros durante a noite, no intervalo compreendido entre as 18h01min e as 00h00min, totalizando 137 casos (32,78%). O segundo período de ocorrência se deu durante a manhã, entre as 06h01min e as 12h00min, no qual se verificou 103 casos (24,64%). A madrugada (00hmin a 06h00min) foi o período que registrou o menor número de eventos: 82, conforme o Gráfico 9:

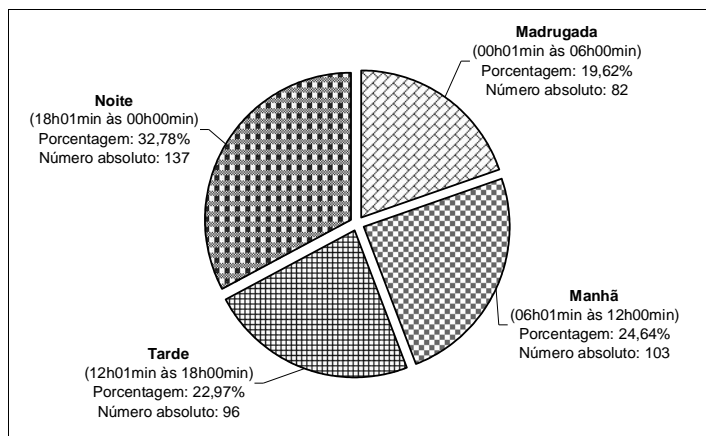


Gráfico 9 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência dos estupros em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

A partir desse gráfico pode-se deduzir que no horário da noite ocorrem mais estupros pelo fato de as pessoas ficarem até mais tarde ausentes de suas residências, em locais que favorecem a vitimização por estupros. Já os casos registrados durante a manhã podem estar relacionados aos hábitos cotidianos da vítima, como o deslocamento para o trabalho, escola ou qualquer outro local que permita o seu contato com o agressor. Para o caso de agressão praticada contra vulnerável – crianças e adolescentes – a explicação pode residir no fato de as vítimas estarem sozinhas neste horário com o agressor, ou por qualquer outra razão que justifique a sua permanência e contato com o agressor naquele período.

No período de 1999 a 2010, um total de 282 vítimas de estupro deu entrada no Pronto Socorro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) em busca de atendimento médico. Dentre os atendimentos, 236 casos se constituíram de mulheres (83,69%) e 46 de homens (16,31%). Dentre o total de casos, a faixa etária mais atingida foi de 10 a 19 anos de idade, com um total de 108 vítimas, ou 38,30% dos casos registrados, sendo este o grupo mais atingido.

Também se verificou um considerável número de crianças menores de dez anos vítimas de estupro, que representaram 12,77% do total de atendimentos Gráfico 8:

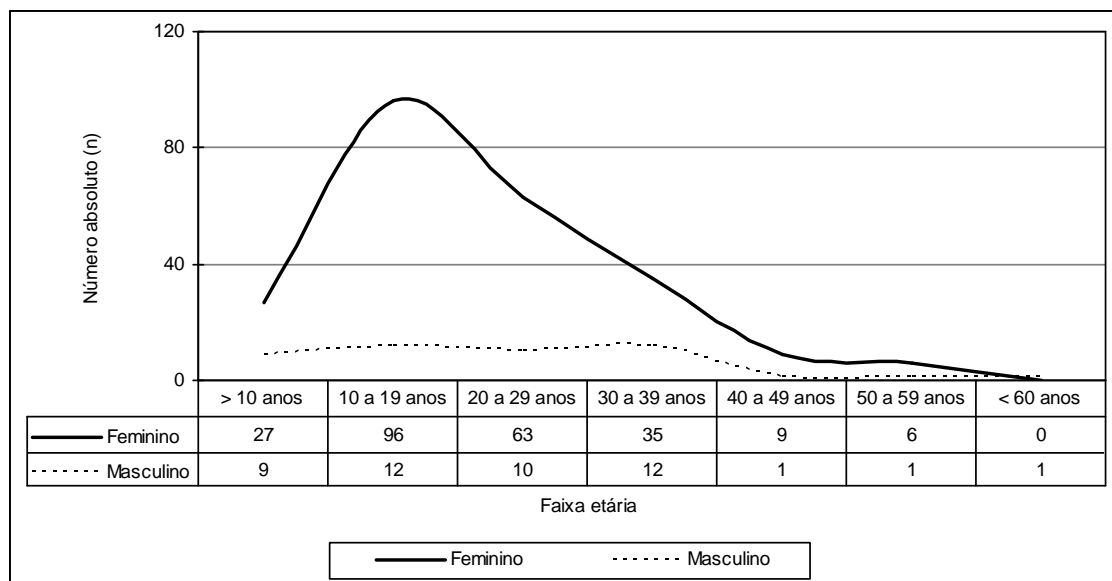


Gráfico 8 - Cidade de Uberlândia: Vítimas de estupro atendidas no Pronto Socorro da UFU, por faixa etária: 1999-2010.

Fonte: Prontuários do Pronto Socorro do Hospital de Clínicas da UFU (1999-2010). Org.: Santos (2012).

O estupro é um tipo de crime cuja incidência está diretamente relacionada ao comportamento cotidiano dos indivíduos e à relação mantida entre vítima e agressor. Por esta razão, os registros são mais elevados aos sábados e domingos porque são os dias nos quais as pessoas se expõem mais aos riscos de vitimização, pelo fato de permanecerem mais tempo fora de casa, quer seja na rua ou em outro lugar, como bares, igreja, praças, por exemplo, fatores estes que podem favorecer a ocorrência desse tipo de evento. Entretanto, para os casos de estupro que ocorrem em residência, os casos geralmente se dão em outros dias da semana, principalmente por haver elementos ou pessoas que possam dissuadir o agressor. Na maioria dos casos, os crimes sexuais que incidem em residências durante os outros dias da semana são perpetrados por alguém da própria família da vítima ou por uma pessoa de sua confiança, como um vizinho ou amigo da família. Neste caso, as crianças e os adolescentes são as principais vítimas. Também há casos de estupros ocorridos em Uberlândia, praticados durante roubos a residência. Neste caso, o crime é consumado por alguém que não possui parentesco com a vítima, e o evento se dá quando acredita-se não haver pessoas em casa. Muitas vezes, o

agressor está predisposto apenas a roubar, mas como as condições favorecem a prática de outros crimes, acaba por perpetrá-los contra o próprio residente ou contra a funcionária ou qualquer outra pessoa vulnerável à sua ação.

De acordo com Nakamura (2010^b), as mulheres, sobretudo crianças e adolescentes, representam a maioria das vítimas de estupro na cidade, e 90% dos casos foram perpetrados por pessoas próximas, que fazem parte do convívio direto com a criança ou o adolescente, como afirma Dulce Spirandelli, coordenadora do 2º. Conselho Tutelar de Uberlândia: “São padrastos, irmãos, tios e até os ‘avodrastos’, como a gente costuma chamar os padrastos das mães das vítimas”. Em conversa com um conselheiro tutelar de Uberlândia, em 2011, sobre a situação dos estupros na cidade, ele falou do grave problema enfrentado pelas pessoas que sofreram este agravo, sobretudo no que diz respeito à demora na atenção, por parte dos órgãos responsáveis pelas políticas de assistência, refletindo na reincidência. Ele afirmou, ainda, que muitas crianças e adolescentes já chegaram a ser estupradas mais de três vezes pelo mesmo agressor, por permanecerem em contato com o mesmo, que em diversos casos reside juntamente com a vítima, predispondo-as ao risco.

Dados dos três Conselhos Tutelares da cidade revelam que o número de denúncias de violência sexual têm crescido, e destacam que até novembro de 2010 já haviam sido registrados 242 casos (NÚMERO DE DENÚNCIAS..., 2011). As denúncias de violência sexual são feitas pessoalmente no Conselho Tutelar ou por meio de telefonemas e encaminhamentos das Unidades Integradas de Saúde (UAI) e Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC/UFU).

Uma pesquisa realizada por Resende e outros (2011), no Fórum Abelardo Pena, acerca dos processos criminais sobre o estupro, em Uberlândia, no período de 1960 a 2005, revelou um perfil importante das vítimas de 240 processos identificados. Foram elencadas para análise as seguintes variáveis: idade, raça, atividade econômica, estado civil, escolaridade, composição familiar, relação sexual pregressa, uso de métodos anticoncepcionais, presença ou não de “distúrbio mental”, relação entre estuprador e vítima, ano e local de ocorrência da violência, reincidência ou não da agressão e os meios utilizados para a coação. Os resultados da pesquisa mostraram que 82,8% dos 240 casos de estupro registrados no período (198 casos) atingiram crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária de 10 a 19 anos, especificamente crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, que totalizou 52,3% (125 registros). Esse dado é recorrente em diversas pesquisas sobre o assunto.

Giffin (1994) declara a partir de dados obtidos de centrais de atendimento a vítimas de estupro, em sete países, que de 36% a 58% das vítimas de estupro ou tentativa têm menos de 16 anos, 18% a 32% têm menos de 11 anos. Com relação ao estado civil, os autores do estudo verificaram que 35% das vítimas se declararam solteiras e 75% não havia tido relação sexual antes do estupro. Isso se comprova, sobretudo, pelo fato de o grupo etário mais atingido constituir-se de crianças e adolescentes.

Um fator também verificado neste trabalho, e comprovado por diversas pesquisas que tratam do estupro, é que a maioria dos agressores são pessoas próximas à vítima (VARGAS, 2008; DREZETT, 1998; GIFFIN, 1994). A pesquisa de Resende e outros (2011) identificaram que em 73,8% dos casos verificados em Uberlândia, o agressor possuía alguma relação próxima à vítima, sendo o primo, cunhado, tio, padrasto, pai, namorado/noivo, vizinho, amigo, colega de trabalho, patrão. Destes, 37,3% eram namorado ou noivo da vítima, 13% era pai e 10,8% vizinho. Devido, principalmente, à proximidade existente entre o agressor e a vítima, a maioria dos casos ocorreu na própria residência da pessoa vitimada (33,8%). Também apresentou um número elevado as ocorrências registradas em matagais (23,2%) e em locais públicos (14,3%), sendo os meios mais utilizados para a coação a violência física (40,6%) e as ameaças verbais (36,1%).

É interessante ressaltar que o período de maior registro de processos instaurados sobre estupros compreendeu-se entre 2000 e 2005 (16,7%), que pode revelar tanto um crescimento no número de casos, quanto um maior número de denúncias, bem como agilidade da Justiça na resolução dos casos (RESENDE et al., 2011). Mas, para minimizar os casos de reincidência, as vítimas precisam denunciar o agressor; entretanto, na maioria dos casos, isso não acontece, por medo de represália por parte do mesmo, já que grande parte dos perpetradores da agressão é conhecida, como apresentado anteriormente. No caso do estudo em questão, os autores identificaram que em 36,3% dos estupros houve reincidência, sendo a vítima estuprada mais de uma vez pelo mesmo agressor, e em 29,6% dos casos, a reincidência foi de, pelo menos, três vezes.

Um estudo de vitimização por estupro⁴⁹, em Campinas, desenvolvido por Vargas (2008), revelou quatro perfis de vítimas: 1) Um constituído de mulheres

⁴⁹ O corpus de análise estabelecido pela autora constituiu-se de 904 boletins de ocorrência de crimes sexuais, distribuídos em estupros (444), tentativa de estupro (143), atentado violento ao pudor (171) e sedução (146), todos registrados entre 1988 e 1992. (VARGAS, 2008, p.56).

adolescentes e jovens estupradas repetidamente em casa por uma pessoa próxima a elas (parente, pai, padrasto), sendo o crime geralmente praticado pelo agressor na ausência da mãe ou de outra pessoa que possa lhe prestar auxílio; 2) O outro é o da jovem, estuprada por um vizinho também jovem, na própria residência da vítima enquanto os dois estavam sozinhos; 3) Outro tipo é o da adolescente e jovem, estuprada pelo namorado, conhecido ou desconhecido, após um encontro noturno em qualquer estabelecimento que ofereça lazer; 4) Por fim, o outro perfil se constitui de mulheres jovens e adultas surpreendidas pelo agressor ao voltarem do trabalho ou durante o deslocamento para a escola, sozinhas, à noite, em local ermo ou de pouco movimento, sem nenhum tipo de guardião que pudesse ampará-las.

O estupro é um crime de difícil prevenção, mas não impossível. Difícil pelo fato de envolver um grupo vulnerável, constituído de crianças e adolescentes, cujo agressor é, geralmente, uma pessoa próxima, quer por laços de amizade ou parentesco, havendo, conseqüentemente, confiança entre as partes. Tais características não são próprias do Brasil. Giffin (1994) declara que em algumas nações, como nos Estados Unidos, o risco de uma mulher sofrer um estupro até os 18 anos é de 62% e, no Canadá, até os 17 anos, 25%. O referido autor declara que, em Lima, capital do Peru, um estudo com mães adolescentes revelou que 90% das mães com idade entre 12 e 16 anos haviam sido estupradas, em sua maioria, pelo pai, padrasto ou parente próximo. Na Costa Rica, uma instituição voltada para o atendimento de mães adolescentes declarou que 95% das grávidas com menos de 15 anos eram vítimas de incesto.

Conclui-se reafirmando a importância de se desenvolver ações que encorajem as vítimas de estupros, bem com as pessoas diretamente envolvidas com elas a denunciarem esses atos. Além disso, vale destacar que os órgãos competentes devem estabelecer estratégias que permitam a inibição dessa prática criminosa, difícil de ser evitada, pois atinge uma população constituída de indivíduos vulneráveis, como as crianças e os adolescentes, cuja situação tem como agravante o fato de o agressor ser, principalmente, uma pessoa de sua confiança. O estupro é um crime que apresenta muitas subnotificações, e embora não seja possível precisar o total de eventos, sabe-se que é elevado o número de vítimas que não fazem a denúncia do fato, sobretudo por ser este um crime que envolve não apenas a honra, mas também a dignidade da pessoa vitimada.

4.1.3 Análise temporal dos homicídios

A taxa de homicídios consumados envolvendo residentes, registrada no município de Uberlândia, em 2010, apresentou-se mais elevada do que aquela verificada para algumas capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Campo Grande, Florianópolis e Palmas, ocupando a 23ª posição no ranking. Em primeiro lugar veio Maceió, capital de Alagoas, com 98,20 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes e São Paulo, no 28º lugar, com uma taxa de 13,26/100.000 habitantes, conforme o Gráfico 10:

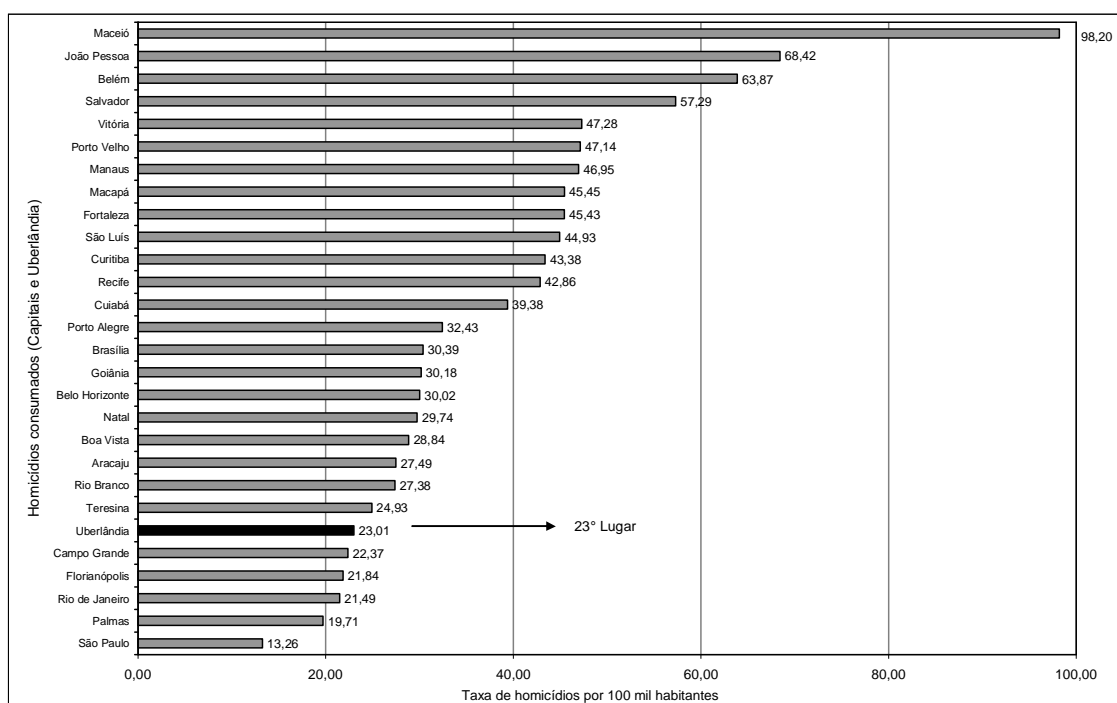


Gráfico 10 – Brasil: Taxa de homicídios consumados nas capitais brasileiras e a posição de Uberlândia entre elas, por 100 mil habitantes: 2010.

Fonte: DATASUS – Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde (2011). Org.: Santos (2011).

O fato de Uberlândia ocupar uma posição de destaque, em nível nacional, no que tange aos homicídios, é preocupante, sobretudo pelo fato de localizar-se numa região do interior do Estado de Minas Gerais, onde ocupou a 9ª posição no *ranking* das taxas registradas, em 2010, para os dez municípios mineiros nos quais se verificaram as maiores ocorrências de homicídios (Gráfico 11):

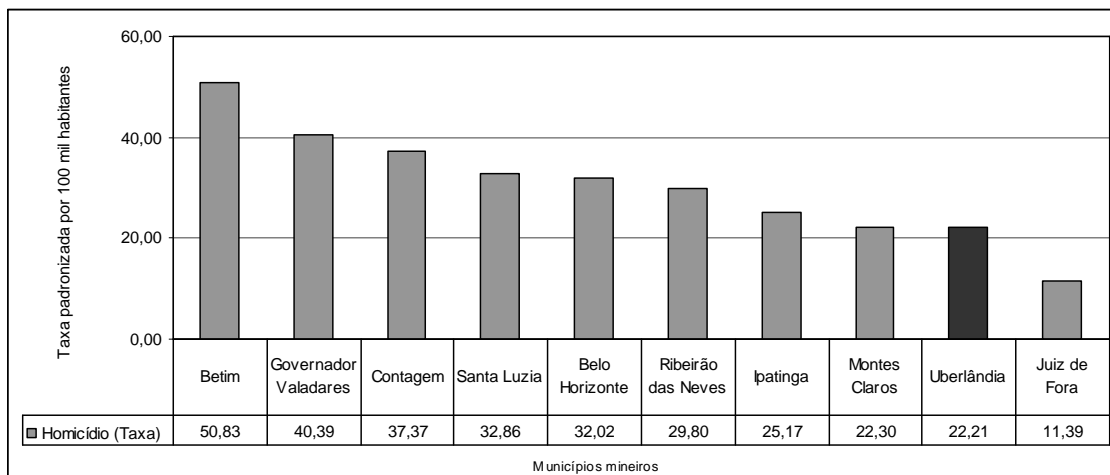


Gráfico 11 – Minas Gerais: Taxa padronizada de homicídios consumados, por 100 mil habitantes, nos dez municípios mais violentos - 2010.

Fonte: DATASUS (2011). Org.: Santos (2011).

Em nível municipal, Uberlândia registrou 909 homicídios consumados no período de 1999 a 2010, sendo 839 na área urbana, 67 na área rural e três nos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Tapuirama. Já de acordo com o DATASUS (2010) foram registrados 1.224 casos. Utilizando-se da metodologia apresentada no Capítulo 3 para o estudo comparativo dos registros de homicídio entre essas duas fontes, os casos de homicídios registrados pelo COPOM, neste período, sobem para 974 se somados aos 65 registros de latrocínio, conforme o Gráfico 12:

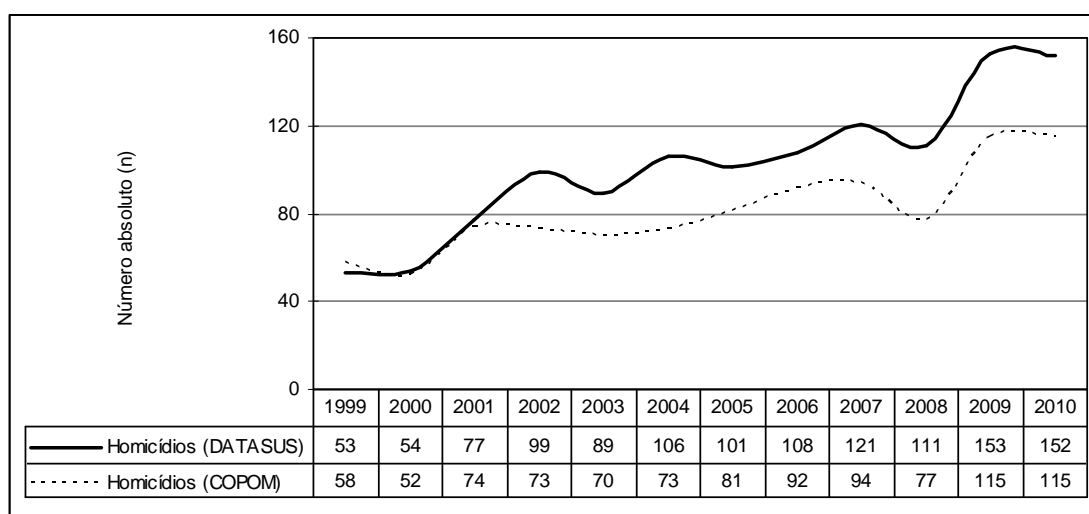


Gráfico 12 – Município de Uberlândia: Homicídios consumados, em números absolutos, de acordo com os registros do COPOM e DATASUS: 1999-2010.

Fonte: COPOM; DATASUS (1999-2010). Org. Santos (2011).

Os casos registrados na área urbana apresentaram-se moderadamente distribuídos, elevando-se de forma gradativa; entretanto, se forem observados os extremos percebem-se que os registros dobraram de 1999 para 2010, como pode ser verificado no Gráfico 13:

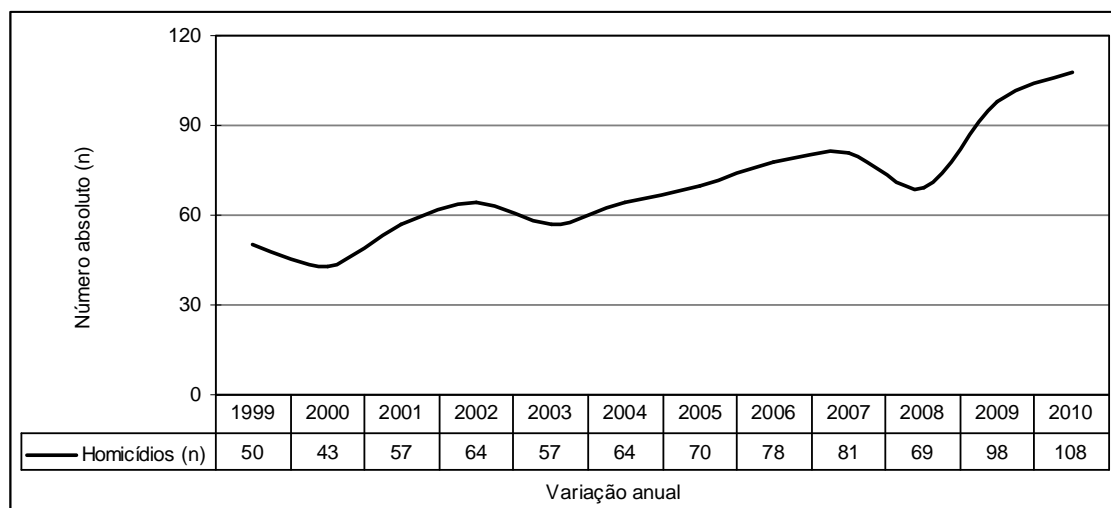


Gráfico 13 – Cidade de Uberlândia: Homicídios consumados em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2011).

Ao observar a taxa de homicídios para o mesmo período, também se verifica um aumento relevante nos valores, colocando a cidade num patamar mediano segundo a classificação de homicídios da Organização Mundial de Saúde, que consideram médias as taxas compreendidas entre 10 e 20 casos de homicídio para cada grupo de 100 mil habitantes (Tabela 4):

Tabela 4 – Cidade de Uberlândia: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes: 1999-2010.

Ano	Homicídios consumados
1999	10,26
2000	8,58
2001	11,03
2002	12,09
2003	10,51
2004	11,23
2005	11,96
2006	12,99
2007	13,31
2008	11,09
2009	15,45
2010	17,99

Fonte: COPOM, DATASUS (1999-2010). Org.: Santos (2011).

É importante ressaltar que os homicídios têm aumentado em Uberlândia, apesar de os dados gerais de crimes violentos terem diminuído. Nesse sentido, quando autoridades da segurança pública afirmam que a violência está apresentando queda na cidade, eles estão se pautando, exclusivamente, no registro geral de crimes violentos, pois os números relevam uma ascendência nos dados de crimes específicos, como dos estupros e homicídios.

Os homicídios ocorreram, preferencialmente, aos domingos (169) e sábados (150), sendo o menor registro verificado nas sexta-feiras, com 89 eventos. Ressalta-se que entre a terça-feira e a quinta-feira os registros se mantiveram equilibrados, com variação de oito ocorrências entre um dia e outro, conforme o Gráfico 14:

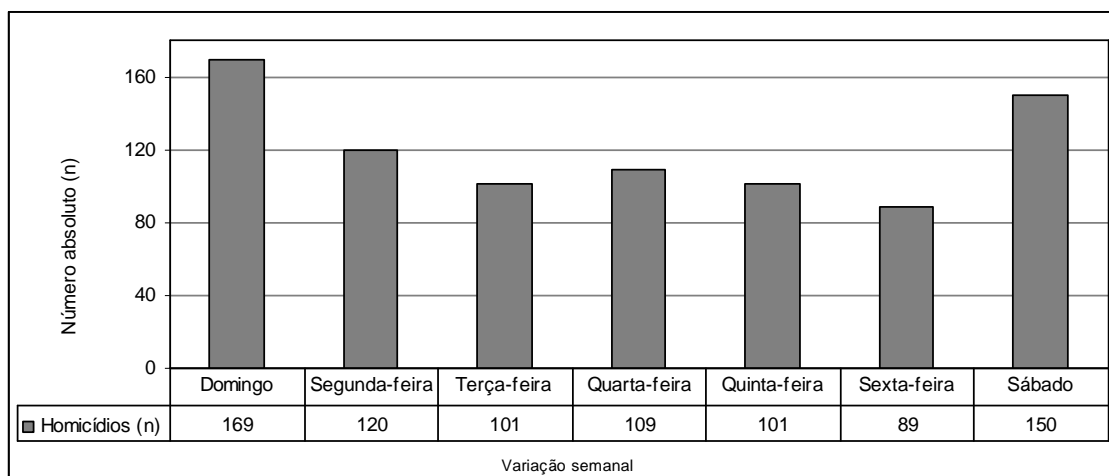


Gráfico 14 – Cidade de Uberlândia: Distribuição semanal dos homicídios em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

A tendência observada para os homicídios durante a semana revela que as ocorrências estão muito relacionadas aos estilos de vida dos indivíduos, o que também se verifica para os casos de estupro. Aos finais de semana, as pessoas ficam mais expostas e, portanto, predispostas a sofrerem algum agravo pelo fato de permanecerem mais tempo fora de casa praticando outras atividades, como as de lazer, o que pode favorecer as ocorrências. O mesmo pode ser dito quando se observa a distribuição dos homicídios segundo os horários de ocorrência, na qual se verificou um maior número de registros no período da noite (18h01min a 00h00min), totalizando 307 casos (36,59%). Na sequência, vieram os eventos durante a madrugada (00h01min a 06h00min), com 209 ocorrências (24,91%). O período da

tarde, compreendido entre 12h01min e 18h00min, bem como o da manhã (06h01min a 12h00min) tiveram registros equilibrados, apesar de terem sido verificados menos casos durante a tarde: 157 eventos. A análise demonstra, portanto, que os homicídios tendem a incidir, sobretudo, no período da noite e da madrugada, em Uberlândia, cujas ocorrências, juntas, totalizaram 61,5% (Gráfico 15):

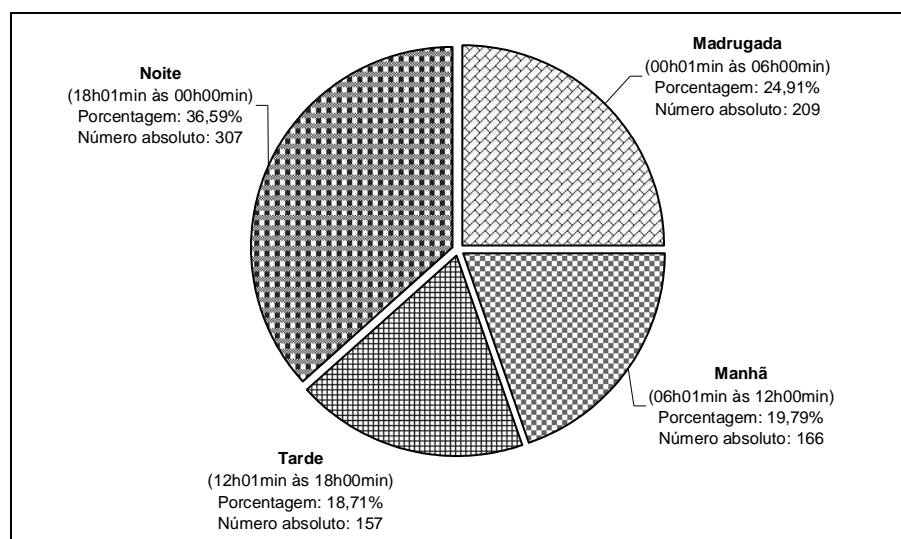


Gráfico 15 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência dos homicídios em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Essa tendência temporal verificada para os homicídios, em Uberlândia, também foi constatada por Borges e Soares (2003) ao realizarem pesquisas sobre o comportamento desse crime, no Rio de Janeiro, quando observaram uma maior ocorrência, sobretudo, aos finais de semana, entre o fim da tarde de sexta-feira e o início da manhã de segunda-feira. Isso pode se caracterizar como uma alteração da rotina diária das vítimas, que durante a semana dedicam-se à escola e ao trabalho e, nos finais de semana, ao lazer, podendo ser esta mudança comportamental durante esses dias o favorecedor das situações de risco e da vitimização.

Especificamente, para os homicídios, foi possível padronizar a taxa de ocorrência no período compreendido entre 1999 e 2010. Para maiores detalhes sobre os procedimentos adotados neste cálculo, conferir Capítulo 3. A projeção dos registros de homicídio, em Uberlândia, foi realizada sobre a população do Brasil, utilizada como padrão nos cálculos. Este processo de padronização de taxas é importante para a verificação de qual seria o número de homicídios esperados para

Uberlândia se os seus moradores estivessem morrendo à mesma taxa específica por idade a que morrem as pessoas na população do Brasil. Vale lembrar que os homicídios apresentam uma escala de valores (baixa, média, alta e muito alta), segundo a Organização Mundial da Saúde, para ser usada mundialmente, o que facilita a comparação de dados entre os países e permite verificar em qual escala se enquadra determinado lugar pesquisado (Tabela 5):

Tabela 5 – Cidade de Uberlândia: Taxa bruta e taxa padronizada de homicídios por 100 mil habitantes: 1999- 2010.

Ano	Taxa bruta	Taxa padronizada	Escala	
			OMS	FJP
1999	10,26	10,11	Baixa	Alta
2000	8,58	8,22	Baixa	Alta
2001	11,03	10,60	Média	Alta
2002	12,09	11,65	Média	Alta
2003	10,51	10,09	Média	Alta
2004	11,52	11,05	Média	Alta
2005	11,96	11,45	Média	Alta
2006	12,99	12,47	Média	Alta
2007	13,16	12,79	Média	Alta
2008	11,09	10,78	Média	Alta
2009	15,45	14,99	Média	Alta
2010	17,99	17,43	Média	Alta

Fonte: COPOM; DATASUS (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Ao analisar as taxas de homicídio para Uberlândia, foi possível verificar que apesar de a escala ser a mesma para a taxa bruta e a padronizada, os valores de ambas são diferentes, sendo a taxa bruta mais elevada. O que se pode concluir desses dados é que o número de homicídios ocorridos na cidade está acima daqueles esperados, pois a taxa padronizada revela, neste caso específico, qual seria o número de homicídios esperados para a população de Uberlândia se os indivíduos a ela pertencentes estivessem morrendo à mesma taxa que morre a população do Brasil. Observa-se, portanto, a gravidade deste problema e a urgente necessidade de planejamento e execução de estratégias de controle e prevenção.

Diferentemente do que foi observado para os estupros, cujas vítimas são, basicamente, crianças e adolescentes do sexo feminino, de 10 a 19 anos, as vítimas de homicídio são, predominantemente, jovens do sexo masculino, com idade entre 20 e 29 anos, como pode ser verificado no Gráfico 17:

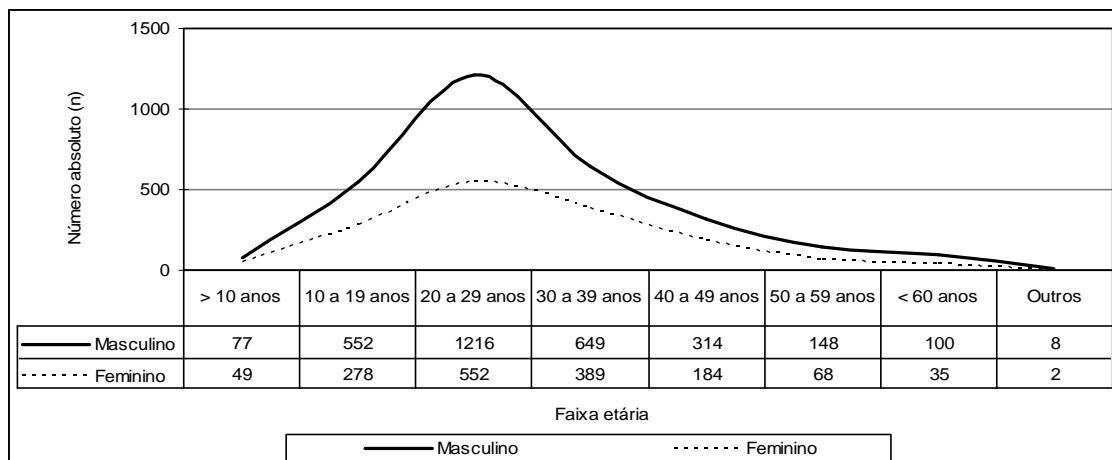


Gráfico 17 - Cidade de Uberlândia: Vítimas de homicídio tentado atendidas no Pronto Socorro da UFU, segundo sexo e faixa etária: 1999-2010.

Fonte: Prontuários do Pronto Socorro do Hospital de Clínicas da UFU (1999-2010). Org.: Santos (2012).

Mas não é apenas aos homicídios consumados que deve ser dada atenção, pois os casos de homicídios tentados também são elevados, e é justamente esta categoria que demanda serviços de saúde e, conseqüentemente, gastos por parte do SUS com reabilitação das vítimas. De acordo com dados do COPOM, o município de Uberlândia registrou um total de 2.704 ocorrências de homicídios tentados, no período de 1999 a 2010, sendo 2.617 casos na área urbana, 79 na área rural e oito nos Distritos. Já os Prontuários do Pronto Socorro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia apresentam um total de 4.621 atendimentos de pacientes acometidos por homicídio, no mesmo período (Gráfico 16):

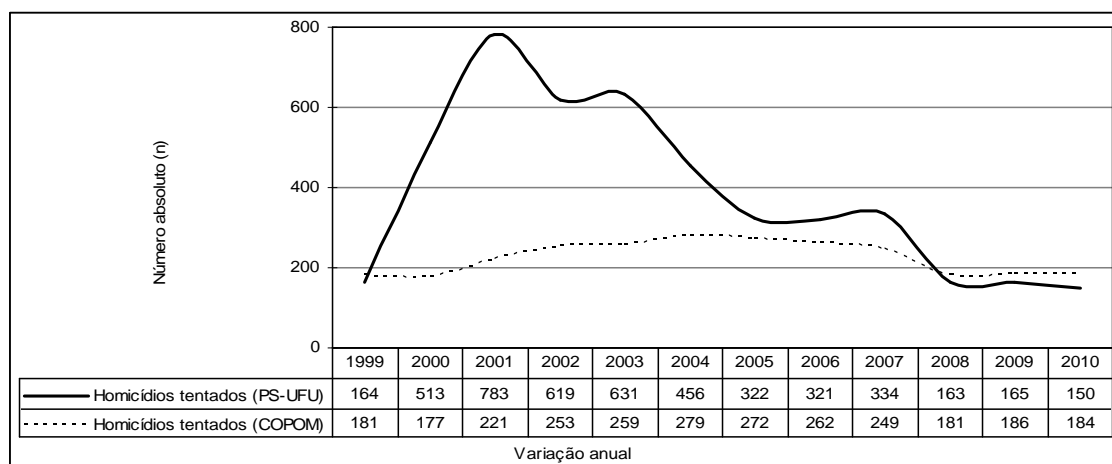


Gráfico 16 - Cidade de Uberlândia: Vítimas de homicídio tentado, segundo o Pronto Socorro da UFU e o COPOM: 1999-2010.

Fonte: Prontuários do Pronto Socorro do Hospital de Clínicas da UFU (1999-2010). Org.: Santos (2012).

Percebe-se que a diferença no registro dos dados de homicídios, entre as duas instituições, é elevada, fator que pode refletir no resultado de pesquisas que utilizam apenas uma fonte de dados, não apresentando informações de outra fonte para contrapor o que foi revelado quando da análise das informações. O uso de mais de uma fonte de dados também é importante para minimizar os efeitos causados pela subnotificação e por outros problemas referentes ao processo de registro dos eventos. Além disso, o uso de mais de uma fonte de dados também ajuda na complementação de informações. Os dados do COPOM, por exemplo, são importantes para os estudos geográficos, sobretudo porque oferecem elementos importantes sobre o momento da prática dos crimes, como o local da ocorrência, o horário, o dia da semana. Já o banco de dados do DATASUS possui informações relevantes, como a idade e o sexo da vítima, o tipo de agressão e o instrumento utilizado para perpetrá-la, os gastos despendidos com o tratamento e a reabilitação dos pacientes, dentre outros.

Conforme o DATASUS (2010) foram liberadas, pelo SUS, 3.508 Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) para os casos de homicídios tentados, no período de 1999 a 2010, sendo 40,48% deles provocados por objeto cortante ou penetrante, como a faca (1.420 registros) e 25,40% por arma de fogo (891 registros). Os homicídios proporcionam gastos elevados ao sistema de saúde, sobretudo devido aos ferimentos provocados nas vítimas, que na maioria dos casos precisam se submeter a procedimentos de alta complexidade. Os gastos do SUS com estes pacientes, durante o referido período, foram de R\$ 4.824.309,63, dos quais R\$ 1.719.733,12 foi destinado aos casos provocados por objeto cortante ou penetrante (35,65%) e R\$ 1.452.504,34 com as vítimas de arma de fogo (30,11%). As vítimas de homicídios permaneceram internadas, em média, 5,5 dias, gerando um gasto diário de R\$ 249,31. Neste caso, o SUS pagou um valor de R\$ 1.375,23 por AIH.

Segundo autoridades da Segurança Pública, a arma de fogo é o principal instrumento utilizado para a prática do homicídio porque serve para intimidar e permite que o agressor não esteja tão próximo da vítima ao praticar o crime. Ressalta-se, ainda, que a relação entre os homicídios, roubos e drogas é muito próxima. Muitos roubos são praticados, na cidade, com o objetivo de adquirir dinheiro para ser gasto com drogas e armas de fogo que, por sua vez, são utilizadas na prática de homicídios. A Polícia Militar revela que grande parte dos assassinatos praticados na cidade foi perpetrada com a utilização de arma de fogo, também

presente na prática de roubos. De acordo com dados do BDI (2009), a Polícia Militar apreendeu 398 armas de fogo em Uberlândia no ano de 2007, número relativamente baixo se comparado ao total de crimes violentos perpetrados com a sua utilização, fator comprovado em diversas reportagens do Jornal Correio de Uberlândia, cujas manchetes podem ser visualizadas no Quadro 10:

SÃO JORGE Pedreiro é morto com dois tiros <small>HOMICÍDIO</small>	BAIRRO OSVALDO Jovem é preso com arma e maconha	TOCANTINS Mulher é assassinada com nove tiros
HOMICÍDIO Homem é morto a tiros no São Jorge	ROOSEVELT Homens armados invadem farmácia	HOMICÍDIO Rapaz é morto a tiros no Tocantins
DOM ALMIR 2 PC prende dois homens por porte ilegal	LARANJEIRAS Homem é morto com sete tiros	TUBALINA Jovem baleado está internado no HC-UFU
Gestante é baleada no bairro Jardim Célia	TABAJARAS Estudante é ferido à bala em frente de casa	SANTA LUZIA Homem é preso com arma sem registro
MARTINS Homem é preso com revólver calibre 38	SANTA MÔNICA Família é vítima de roubo à mão armada	SANTA LUZIA Menor morre com um tiro no peito
		LARANJEIRAS Jovem é morto com dez tiros

Quadro 10 – Cidade de Uberlândia: Algumas ocorrências criminais com a utilização de arma de fogo - 2010.

Fonte: Correio de Uberlândia (2010).

Oliveira (2005) desenvolveu uma dissertação de Mestrado, na Faculdade de Medicina de Uberlândia, sobre as vítimas de disparos de arma de fogo, e chegou a alguns resultados importantes sobre o perfil das vítimas e dos agravos provocados pelos projéteis. Tendo por objetivo conhecer a epidemiologia dos disparos de arma de fogo e os aspectos clínico-cirúrgicos das vítimas, o autor trabalhou com três fontes de dados diferentes: Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), Pronto Socorro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (PS-HC/UFU) e o Posto Médico Legal (PML). O autor levantou informações, respectivamente, nos Boletins de Ocorrência (BO), nos prontuários e nos laudos médicos, que permitiram traçar um perfil das ocorrências de homicídios, no período de 2000 a 2003. Para os anos de 2001 e 2002 foram obtidos 356 BOs no COPOM e no Pronto Socorro, 308 prontuários. Para os anos de 2000 a 2003, 190 laudos de perícias de lesão corporal por projétil, e 266 laudos de necropsias no PML.

A análise das informações dos BOs revelou que a maioria das vítimas era procedente de Uberlândia, especificamente dos bairros Luizote de Freitas, Morumbi,

Tibery e São Jorge. As demais procediam de cidades próximas, como Tupaciguara, Monte Alegre, Araguari e Monte Carmelo. A predominância de vítimas de arma de fogo do município de Uberlândia se explica pelo fato de o Hospital de Clínicas e o Posto Médico Legal estarem situados nesta cidade. Para os casos oriundos de outras regiões, explica-se pelo fato de ambas as instituições terem atuação regional, e o HC ser o maior prestador público que atende a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) de toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A análise dos dados revelou que as ocorrências se deram, sobretudo, em vias públicas, atingindo indivíduos solteiros, do sexo masculino, com idade entre 10 e 39 anos. Do total de 278 casos onde foi possível identificar o encaminhamento das vítimas, 121 casos (43,53%), foram direcionados ao Pronto Socorro do HC/UFU; para outros hospitais 110 (39,57%) e para o PML 46 (16,55%). Quanto ao dia e horário, as informações de todas as fontes utilizadas revelaram que mais de 1/3 das vítimas foram atendidas no final de semana, e quase metade dos casos atendidos no Pronto Socorro do HC deram entrada entre 21 e 3 horas da madrugada.

Com relação aos pacientes atendidos no Pronto Socorro do HC/UFU, a região anatômica mais atingida foi o tronco (156; 50,65%), seguida por membros inferiores (89; 28,90%) membros superiores (45; 14,61%) e no crânio (30; 9,74%). Dos indivíduos necropsiados, 257 casos tiveram ferimentos no tronco (93,12%) e no crânio (150; 54,35%), lesando, sobretudo o cérebro (128; 46,38%), pulmão (125; 45,29%), coração (80; 28,99%) e fígado (69; 25%).

De 267 pacientes atendidos no Hospital de Clínicas, para os quais foi possível obter informação, Oliveira (2005) constatou que 132 casos (49,44%) se submeteram a algum procedimento cirúrgico, 115 (43,07%) tiveram alta se internação e 20 (7,49%) evoluíram para óbito. Portanto, observa-se que pelo fato de os agravos decorrentes de armas de fogo e objetos cortantes e penetrantes demandarem procedimentos especializados de urgência, a infraestrutura do Hospital de Clínicas, para onde são encaminhadas as vítimas de homicídios, fica comprometida devido ao elevado número de pacientes que dão entrada nesses serviços.

Um problema que envolve os homicídios, em Uberlândia, refere-se ao fato de este crime atingir, sobretudo, os jovens do sexo masculino, com idade entre 15 e 24 anos (TAVARES, 2010), fator também verificado para outras cidades brasileiras, em muitos casos tendo como elemento causal o envolvimento da vítima com o tráfico ou uso de drogas. De acordo com o promotor da Infância e da Juventude de

Uberlândia, Epaminondas Costa, o consumo de drogas, principalmente do crack, gera dívidas com traficantes, que por sua vez, provoca os homicídios decorrentes de acertos de contas, o que também é confirmado por Robson Nogueira, comandante da 9ª Região da Polícia Militar, em entrevista ao Jornal Correio de Uberlândia (CORREIA, 2008^c):

“Em Uberlândia, o crime de homicídio é por acerto de drogas e desacerto em razão de negociatas [...] O infrator não tem referência familiar, social, e não vai ter referência com relação às demais questões, então esse é o perfil do menor infrator de Uberlândia. É muito difícil ter mecanismos eficazes para combater esse tipo menor que, aos 14 anos, já tem um perfil tão agressivo, mas temos que achar uma ação, embora seja muito difícil”.

Acerca da relação entre as ocorrências de homicídios e o tráfico de drogas e armas em Uberlândia, o deputado mineiro João Leite destaca a importância da integração entre a Polícia Rodoviária Federal e a Estadual no combate à criminalidade, “[...] uma vez que as drogas e as armas entram pelas estradas” de Uberlândia”. (CÂNDIDO, 2010). Em entrevista, Crovato (2011) esclarece que 70% dos homicídios registrados na cidade estão relacionados às drogas, sobretudo ao crack. Ele ressalta que apesar das apreensões de arma de fogo e do combate ao tráfico e uso de drogas, existem fatores relacionados à forma como esses homicídios ocorrem que prejudicam a ação da Polícia Militar. Segundo ele, muitas vítimas são ameaçadas antes de sofrerem o agravo, e não registram a denúncia oficialmente, dificultando, dessa forma, o estabelecimento de ações de proteção a essas vítimas. Neste sentido,

[...] existem situações e relações promíscuas dentro do mundo, principalmente daqueles relacionados às drogas que acabam dificultando o trabalho policial. Pessoas que são conhecedoras da ameaça, a pouca participação, o medo de procurar apoio da força policial até porque já estão envolvidos em outros crimes acabam os tornando cada vez mais vulnerável.

E os números de casos não param de aumentar. No dia 03 de fevereiro de 2012, o Delegado de Homicídios Rogério Martinez falou ao Programa Linha Dura, transmitido pela TV Vitoriosa sobre as ocorrências de homicídios na cidade, que até à referida data, computavam dezoito casos, dentre os quais, dez estavam direta ou indiretamente relacionados ao tráfico de drogas, doze foram praticados com arma de fogo e quinze vítimas possuíam antecedentes criminais. Segundo o delegado, é um número que preocupa os órgãos policiais, mas ressaltou que alguns trabalhos estão

sendo realizados, sobretudo no que se refere às investigações, pois seis destes casos já se encontram com autoria definida, e os agressores já foram presos (SEGURANÇA PÚBLICA - LINHA DURA, 2012).

Há que se ressaltar, ainda, a grande diferença do número de homicídios em relação ao gênero, bem como a relação mantida entre agressor e vítima. A maioria dos homicídios atinge, sobretudo, os homens, como apresentado anteriormente, por diversas razões⁵⁰. Estudos revelam que quando uma mulher é morta, o agressor é, geralmente, uma pessoa ligada a ela⁵¹, sendo, normalmente, o parceiro íntimo. É importante ressaltar que há um número reduzido de mulheres que são mortas por outras mulheres. Viano (2009, p.114) declara que “[...] a violência homicida é tipicamente um problema masculino”. O referido autor, citando Mouzos⁵² (2009), declara que, diferentemente dos homicídios femininos, os homicídios de homens são, em sua maioria, praticados por outros homens, como um amigo ou conhecido, e apresenta algumas diferenças entre os homicídios masculinos e femininos:

A mulher tem maior probabilidade de ser morta em casa do que o homem; é mais provável que a mulher seja morta em decorrência de uma discussão doméstica, ao passo que é mais provável que um homem seja morto em decorrência de uma discussão [...]; é menos provável que os homicídios envolvendo o uso de álcool e/ou drogas tenham como vítimas mulheres (MOUZOS, 1999, p.6).

Por essas razões apresentadas, as ações de intervenção sobre as ocorrências de homicídios devem ser implementadas levando-se em consideração todos os fatores que predispõem a sua incidência. Como a maioria dos casos registrados, em Uberlândia, está diretamente relacionada às drogas, atingindo, sobretudo, homens jovens, políticas públicas e ações de prevenção voltadas ao combate do tráfico poderão incidir diretamente na diminuição dos homicídios.

⁵⁰ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência – 2012**: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011^b. 243p.

⁵¹ STOUT, K. Intimate femicide: a national demographic overview. **Journal of Interpersonal Violence**, v.6, n.4, p.476-485, 1991.

BORGES, Lucienne Martins. Homicídio conjugal: comparações entre o sexo dos agressores. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, Ano 9, n.3, 2º sem. 2009.

⁵² MOUZOS, J. **Femicide**: an overview of major findings. Canberra: Australian Institute of Criminology, 1999.

4.1.4 Análise temporal dos roubos à mão armada e sem arma

O roubo é o crime violento de maior incidência na cidade de Uberlândia, responsável, portanto, pela elevação das taxas registradas. Nos últimos anos, especialmente a partir de 2004, os registros de roubo começaram a apresentar redução, sobretudo após a Polícia Militar colocar em prática uma série de ações de combate e controle dos casos em diferentes pontos da cidade. De 1999 a 2010 foram registrados 66.321 roubos em Uberlândia, sendo 44.619 à mão armada, e 21.702 sem arma. Em 1999 foram registrados 3.702 casos de roubo, sendo 2.823 de roubo à mão armada (76,26%), e 879 de roubo sem a utilização de arma (23,74%). Já em 2010, o total de roubos registrados reduziu 24,66% em relação a 1999, verificando-se 2.789 casos, conforme o Gráfico 18:

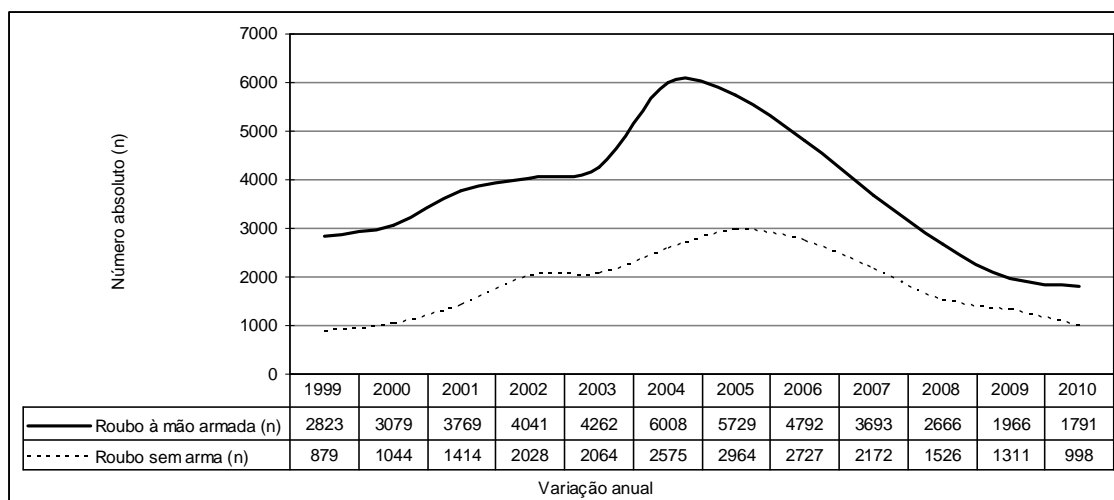


Gráfico 18 – Cidade de Uberlândia: Roubos em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2010).

Entre 1999 e 2010, o ano de 2004 foi o que registrou a maior taxa de roubos à mão armada, num total de 1053,96 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Já os roubos sem arma apresentaram a taxa mais elevada no ano de 2005, quando foram verificadas 506,44 ocorrências por 100 mil habitantes. Se for analisada a relação entre a diminuição da taxa de roubos à mão armada e de roubos sem arma, para o respectivo período, constata-se que houve uma redução maior das taxas para o primeiro caso (Tabela 6):

Tabela 6 – Cidade de Uberlândia: Taxa de roubos por 100 mil habitantes: 1999-2010.

Ano	Roubo à mão armada	Roubo sem arma
1999	579,41	180,41
2000	614,31	208,29
2001	729,20	273,57
2002	763,30	383,07
2003	785,56	380,43
2004	1053,96	451,72
2005	978,88	506,44
2006	798,18	454,22
2007	607,03	357,02
2008	428,31	245,16
2009	309,93	206,67
2010	298,36	166,25

Fonte: COPOM, DATASUS (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Essa diminuição das taxas de roubo ocorreu após serem implantadas câmeras de videomonitoramento em bairros específicos do Setor Central da cidade, onde se verificava a maior taxa de roubos. Tal ação permitiu a redução tanto de roubos quanto de outros crimes praticados nesta área; todavia, algumas áreas adjacentes ao local monitorado apresentaram aumento dos casos de roubo após a instalação das câmeras, demonstrando a migração deste crime para outros pontos da cidade. Uma preocupação surge quando se observa que as ocorrências de roubo à mão armada são mais acentuadas do que as de roubos sem arma. Em alguns casos, a arma utilizada é apenas uma réplica, mas nem sempre é assim, e alguns indivíduos, ao reagirem a assaltos pensando dessa forma, tornam-se vítimas de latrocínios ou sofrem ferimentos graves.

Dentre as modalidades de maior incidência estão o roubo a transeunte, veículo automotor, prédio comercial, ônibus coletivo, bicicleta, residência urbana, posto de abastecimento de combustível, supermercado, padaria e drogaria. O roubo a transeunte registrou 54,49% das ocorrências e o roubo de veículo automotor 10,57%, totalizando 65,03% das 66.321 ocorrências verificadas no período. Os roubos de pequenos objetos, tais como celular, carteira etc., são registrados pela Polícia Militar na modalidade “outros”, tendo sido verificado, entre 1999 e 2010 um total de 1.993 registros de ocorrência para essa modalidade, como pode ser verificado na Tabela 7:

Tabela 7 – Cidade de Uberlândia: Roubos, por modalidade, em números absolutos: 1999-2010.

Modalidades de roubo		Total (n)
1	Transeunte	36.139
2	Veículo automotor	7.007
3	Prédio comercial	6.110
4	Ônibus coletivo	3.596
5	Bicicleta	3.265
6	Outros	1.993
7	Residência urbana	1.980
8	Posto de abastecimento de combustível	1.923
9	Supermercado/Mercearia	1.858
10	Padaria	662
11	Drogaria	625
12	Táxi	166
13	Casa lotérica	144
14	Caminhão de bebidas	105
15	Depósitos em geral	101
16	Com restrição de liberdade da vítima	96
17	Caminhão de cargas diversas	78
18	Veículo automotor e sua carga transportada	76
19	Passageiro de ônibus coletivo	70
20	Residência rural/Sítio/Chácara	69
21	Estabelecimento público	57
22	Prédio de habitação coletiva	32
23	Cliente de instituição financeira (sequestro relâmpago)	31
24	Joalheria/Relojoaria	31
25	Estabelecimento bancário/Valores	29
26	Carga transportada	26
27	Garagem de ônibus coletivo	18
28	Igreja	11
29	Caminhão de cigarros	7
30	Funcionário bancário/Valores em serviço	6
31	Veículo de transporte de valores	6
32	Caminhão de gás	3
33	Museu	1
Total		66.321

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

A distribuição dos roubos durante a semana se mostrou equilibrada, sobretudo a dos roubos sem a utilização de arma. A maior incidência de roubo à mão armada foi registrada na sexta-feira (7.019 casos) e no sábado (7.047 casos), representando 31,52% do total de ocorrências verificadas entre 1999 e 2010. Quanto aos roubos sem arma, os maiores registros ocorreram no sábado (3.542) e no domingo (3.144), totalizando 30,81% das ocorrências, conforme o Gráfico 19:

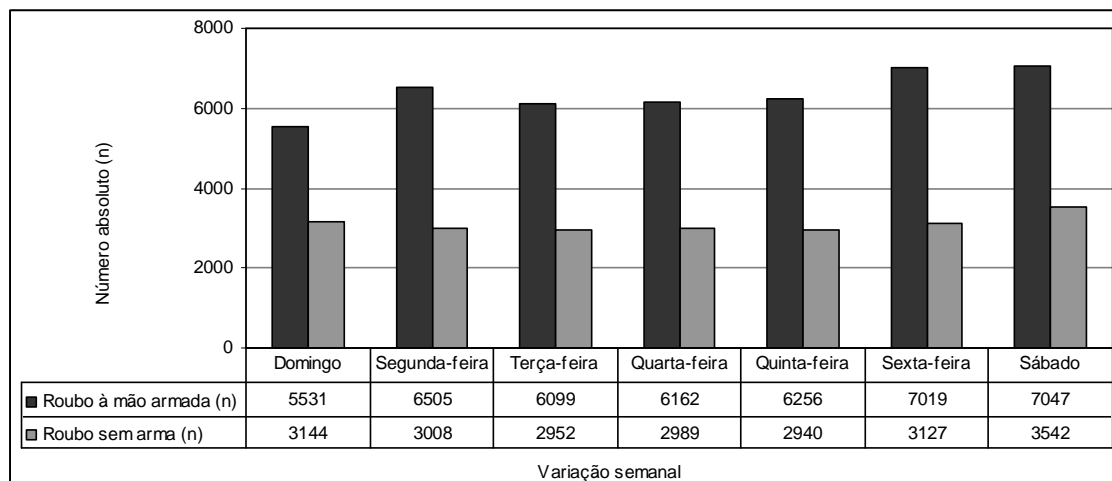


Gráfico 19 – Cidade de Uberlândia: Distribuição semanal dos roubos em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Os roubos à mão armada incidiram, principalmente, à noite, totalizando 46,51% das ocorrências. Na sequência vieram os roubos registrados à tarde, num total de 25,01%. Os roubos sem arma também ocorreram, principalmente durante a noite e à tarde, porém em menor proporção, se comparado com os roubos à mão armada. Os eventos registrados à noite totalizaram 37,37% de casos, e à tarde 29,07%, conforme os Gráficos 20 e 21:

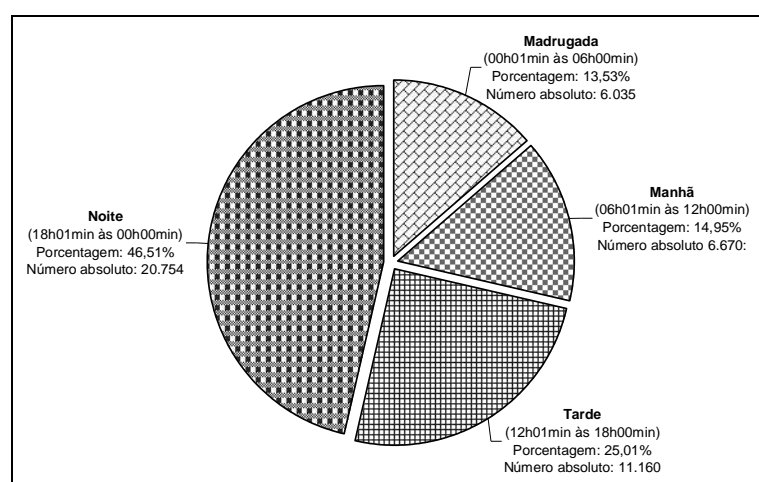


Gráfico 20 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência de roubo à mão armada em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

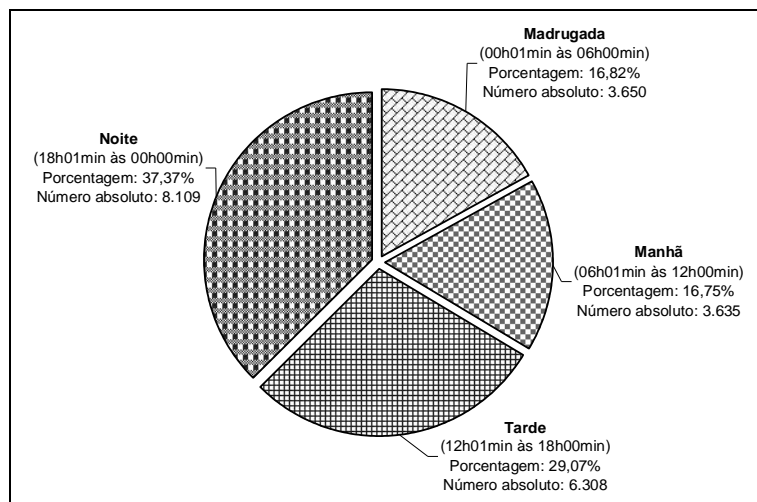


Gráfico 21 – Cidade de Uberlândia: Horário de ocorrência de roubo sem arma em porcentagem e números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org.: Santos (2011).

As ações de prevenção aos roubos são muito específicas para cada modalidade. Para os casos de roubo a transeunte, por exemplo, há uma grande participação da vítima no processo, principalmente no que se refere ao cuidado quando se transita pelas vias: deve-se evitar transportar elevadas quantias em dinheiro, objetos de alto valor econômico ou falar ao celular, e quando realizar saques em caixas eletrônicos, observar toda a movimentação de pessoas próximas, e fora dos bancos. Essas são algumas dicas passadas pela Polícia Militar à população. Acrescenta-se a isso as condições do espaço, que devem ser observadas pelo transeunte, e algumas devem ser, se possível, evitadas, como trafegar por locais com pouca iluminação, e em lugares ermos, à noite, quando as condições favorecem a ocorrência de roubos e de outros crimes, como o estupro, por exemplo (MISSE, 2007; FELSON; CLARKE, 1998; COHEN; FELSON, 1979).

Os roubos de veículo automotor podem ser evitados com a utilização de equipamentos de segurança específicos, como alarmes e travas. Mas também alguns cuidados, por parte dos donos, podem minimizar os riscos, como observar o ambiente próximo à residência ao sair ou chegar, com o objetivo de verificar a presença de pessoas estranhas, dar preferência por estacionar em locais apropriados, tanto nas vias quanto em espaços privados próprios para esta finalidade, evitando permanecer dentro do veículo com ele parado. Estas são algumas ações que os próprios proprietários podem tomar para evitar a oportunidade de vitimização (FELSON; CLARKE, 1998).

O roubo a prédio comercial, em sua grande maioria, é evitado com a utilização de equipamentos de segurança patrimonial, como os alarmes, trancas, guardas e vigilantes. Entretanto, nem todos os estabelecimentos possuem esse tipo de estratégia de prevenção, o que os tornam vulneráveis à ação dos criminosos. Mas todo esse instrumento de combate ao crime também não é suficiente para evitar totalmente os roubos, pois os ladrões possuem suas formas próprias de agir, e sabem identificar as condições favoráveis para a sua atuação.

O roubo a ônibus coletivo tem sido bastante estudado por alunos do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Mendes (2008) analisou o número de roubos a ônibus do Sistema Integrado de Transporte (SIT), no ano de 2005 e 2006, e identificou uma frequência de ocorrências em algumas linhas, cujos horários de ação dos bandidos eram sempre os mesmos, geralmente entre as 20 horas e a meia noite, aos sábados. A autora verificou que a maior incidência de roubos deu-se em apenas dez bairros, dos 64 existentes, com destaque para a linha T103, que faz o trajeto Morumbi-Terminal Central-Morumbi e a linha A129, cujo trajeto é Tocantins-Terminal Central-Tocantins. Segundo a autora, os roubos acontecem, em grande parte, no ponto final. São locais ermos e com a presença de terrenos baldios ou mato, fator que pode favorecer a fuga dos ladrões.

Oliveira (2005), por sua vez, realizou um estudo, nas mesmas especificidades do anterior, para o ano de 2001 a 2004. A autora verificou maior ocorrência no período de sexta-feira a domingo, das 18 horas à meia noite. Semelhantemente ao que foi constatado por Mendes (2008), os locais do roubo são sempre distantes dos terminais, ocorrendo, geralmente, no próprio bairro de destino da linha, em locais cujas características espaciais favorecem a fuga e permitam êxito na ação. Como medida de combate aos roubos a ônibus, a autora sugere, além das ações policiais, a instalação de cofres nos veículos, uso do sistema de bilhetagem eletrônica, instalação de câmeras de vídeo e o monitoramento de frotas *online* via GPS. Todas essas ações foram implementadas, havendo uma diminuição no número de roubos a ônibus coletivo, mas os valores ainda permanecem elevados. Sabe-se que o roubo é um tipo de crime que pode migrar de uma área para outra mais propensa à sua ocorrência, o que não pode deixar de ser considerado quando se elaboram ações preventivas a esse crime violento

4.1.5 Análise temporal dos eventos relacionados às drogas ilícitas

Com relação às drogas serão analisados os seguintes eventos: 1) Apreensão de drogas para tráfico e uso; 2) Maior de idade preso por tráfico e uso; 3) Menor de idade apreendido por tráfico e uso. Entre 1999 e 2010 foram verificados 27.409 casos envolvendo os eventos supracitados. Destes, destacaram-se os registros de apreensão de drogas para uso, que representaram 30,05% do total. Em seguida vieram os casos envolvendo maiores de idade presos por uso, com 26,28% e maiores de idade presos por tráfico, com 18,20%. Os casos que tiveram menor número de registros foram aqueles que envolveram menores de idade apreendidos por tráfico, que totalizaram apenas 5%, como pode ser visto no Gráfico 22:

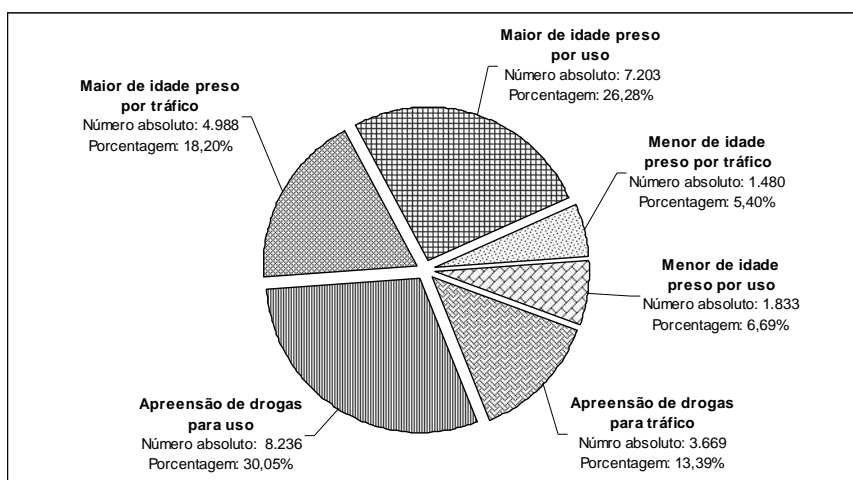


Gráfico 22 – Cidade de Uberlândia: Eventos relacionados às drogas ilícitas, em porcentagem: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2011).

No período de 1999 a 2010 vem ocorrendo um aumento considerável no número de registros relacionados aos eventos supracitados. Em 1999 verificaram-se 679 casos, e em 2010, 4.597 casos, com uma elevação de 577,03%. Esse aumento nos registros demonstra não apenas uma atuação da segurança pública no combate e controle ao tráfico de drogas, bem como na prisão e apreensão de traficantes e usuários, mas também um incremento do tráfico, concomitante à maior circulação de drogas na cidade (Gráfico 23):

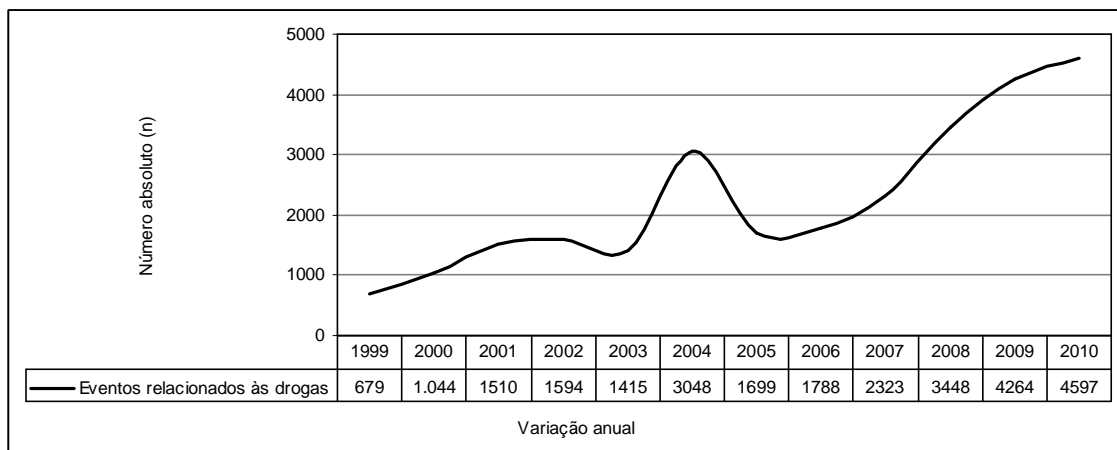


Gráfico 23 – Cidade de Uberlândia: Eventos relacionados às drogas ilícitas em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2011).

Pelo fato de os registros de eventos relacionados às drogas terem apresentado destaque para as apreensões de drogas para uso, é importante salientar que cada vez mais se observa um aumento de usuários na cidade de Uberlândia, e, juntamente com o crescimento desse número, elevam-se, também, a incidência de outros crimes violentos, como se observou no caso dos homicídios. Mesmo os roubos, que apresentaram diminuição, continuam elevados, e em muitos casos, os praticantes desses delitos são os usuários de drogas, com o objetivo de conseguirem dinheiro para sustentar o vício.

4.1.5.1 Apreensão de drogas para tráfico e uso

Neste tópico serão apresentados os eventos relacionados à apreensão de drogas, que devido à quantidade encontrada pela Polícia Militar, foram classificadas como sendo para tráfico ou uso, independente de estarem em posse de indivíduos de maior ou menor idade. Entre 1999 e 2010 ocorreram 11.905 registros de apreensão de drogas. Deste total, 3.669 casos (30,82%) foram para tráfico e 8.236 (69,18%) para uso. Acrescenta-se que a diferença percentual dos casos de apreensão de drogas para o tráfico registrada em 1999 e 2010 foi de 1.089%, enquanto aquela relacionada ao uso foi de apenas 95% (Gráfico 24):

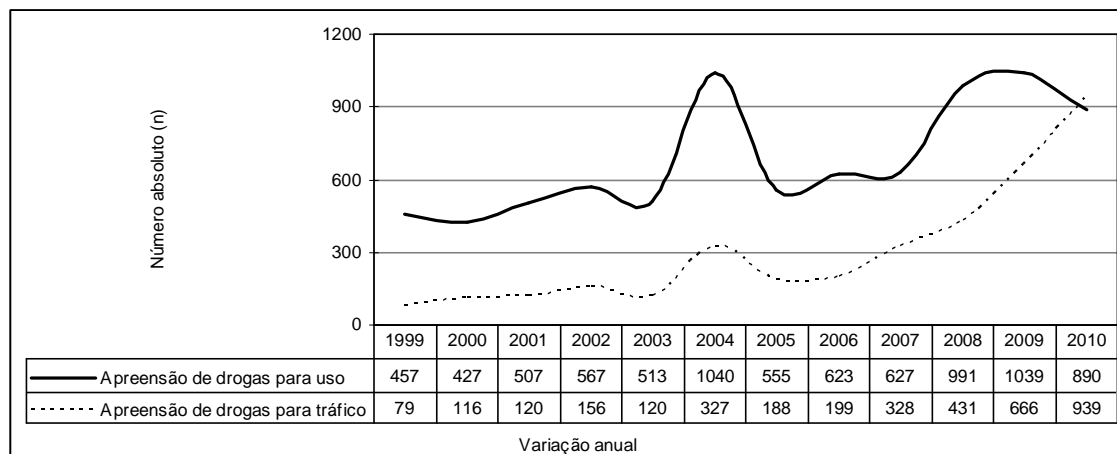


Gráfico 24 – Cidade de Uberlândia: Apreensão de drogas para tráfico e uso em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2011).

A análise das taxas revela que estes dois eventos vêm apresentando crescimento na cidade, apesar das variações apresentadas no decorrer do período. Em 1999, por exemplo, a taxa de apreensão de drogas para tráfico era de 16,21/100.000 habitantes, e em 2010, passa a ser de 156,43/100.000 habitantes, com um aumento de 140,21 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes. O crescimento das taxas dessa modalidade de crime tem sido considerável, se comparado ao aumento da população de 1999 para 2010, que foi de 18,84% ao passo que os registros de tráfico de drogas cresceram 1.088,61%.

Com relação à apreensão de drogas para uso, verificou-se que no período de 1999 a 2010, os registros praticamente dobraram, apresentando um aumento de 94,75% no ano de 2010 em relação a 1999. A análise das taxas para este caso demonstra que houve variações consideráveis no período. Em 2004 foi observada a maior taxa de apreensões, com 182,44/100.000 habitantes e em 2005 reduziu para 94,83/100.000 habitantes. A partir de 2006 volta a subir para apresentar queda em 2010, conforme Tabela 8:

Tabela 8 – Cidade de Uberlândia: Taxa de apreensão de drogas para tráfico e uso, por 100 mil habitantes: 1999-2010.

Ano	Apreensão de drogas para tráfico	Apreensão de drogas para uso
1999	16,21	93,80
2000	23,74	85,19
2001	23,22	98,09
2002	29,47	107,10
2003	22,12	94,56
2004	57,36	182,44
2005	32,12	94,83
2006	33,15	103,77
2007	53,91	103,06
2008	69,24	159,21
2009	104,99	163,79
2010	156,43	148,26

Fonte: COPOM, DATASUS (1999-2010). Org.: Santos (2011).

A queda no número de apreensões de drogas para uso a partir de 2010, a princípio, pode sugerir uma diminuição da quantidade de drogas em circulação ou ineficácia das estratégias de combate estabelecidas pelas autoridades competentes ou, ainda, mais cautela por parte dos usuários. Entretanto, as taxas de apreensão de drogas para o tráfico têm crescido na cidade, o que sugere a existência de uma quantidade maior de entorpecentes em circulação, bem como maior atuação da segurança no combate ao tráfico na cidade, sobretudo nas áreas conhecidas como “pontos de tráfico” ou “boca de fumo”.

Dentre as apreensões de drogas destinadas ao tráfico, em Uberlândia, estão, principalmente, o crack, a cocaína e a maconha. Segundo informações publicadas na reportagem de Paranhos (2009), em 2006 foram apreendidos pela Polícia Militar 700 quilos de maconha no bairro Tubalina, e em 2008, pela Polícia Federal, 1,3 mil quilos da mesma droga, na BR-497, saída para o município do Prata, próximo a Uberlândia. Estes casos enquadram-se dentre aqueles considerados os maiores do período de 1999 a 2010. A mesma reportagem apresenta um quadro com as apreensões realizadas pela Polícia Militar, em Uberlândia, no biênio 2008-2009. Nele, verifica-se o registro de apreensão de 8.936 pedras de crack e aproximadamente cinco quilos de cocaína em pó (Quadro 11). Todavia, destaca-se que o volume traficado é muito maior, e se somados os casos aos registros da Polícia Federal e Polícia Civil, têm-se um número ainda mais elevado.

APREENSÃO DE DROGAS			
Cocaína	2008	2009	Crescimento
Em pó	0,5kg	4,1kg	650%
Em pasta	0,05kg	1kg	2000%
Em papélotes	223 unidades	468 unidades	110%
Crack	2008	2009	Crescimento
Pedras	3.333 unidades	5.603 unidades	69%
Em quilogramas	0,86kg	70kg	800%
Maconha	2008	2009	Crescimento
Prensada/quilogramas	19,8kg	70kg	350%
Cigarros	68 unidades	88 unidades	29,5%
Sementes	56 unidades	46 unidades	-19% (queda)

Fonte: Assessoria de Comunicação da 9ª RPM

Quadro 11 – Cidade de Uberlândia: Drogas apreendidas por tipo e quantidade: 2008-2009.

Fonte: Paranhos (2009).

Com relação aos dados de drogas registrados pela Polícia Militar, em Uberlândia, em 2010, observam-se um crescimento elevado de apreensões de pedras de crack, 12.917 unidades. A Polícia Militar também registrou apreensões de haxixe, Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), medicamentos sintéticos e equipamentos para manipulação de drogas e narcóticos (Quadro 12):

Droga	Modalidade	Quilograma	Unidade	Outra
Cocaína	Pó	0,04kg	234	42
	Pasta	1,06kg	30	7
	Papelotes	0,02kg	800	50
	Outros	10,5kg	35	11
Crack	Pedra	29,06kg	12.917	1.240
	Outros	0,41kg	142	11
Maconha	Bucha	0,05kg	1815	213
	Cigarro	0,001kg	139	14
	Barra	3,18kg	949	185
	Plantação	0	5	0
	Semente	0,02kg	66	0
	Outros	0,02kg	87	54
Haxixe	Bola	0	14	160
LSD	Outros	0	1	0
Medicamentos sintéticos	Outros	0	247	47
Equipamentos para drogas	Outros	0	93	891

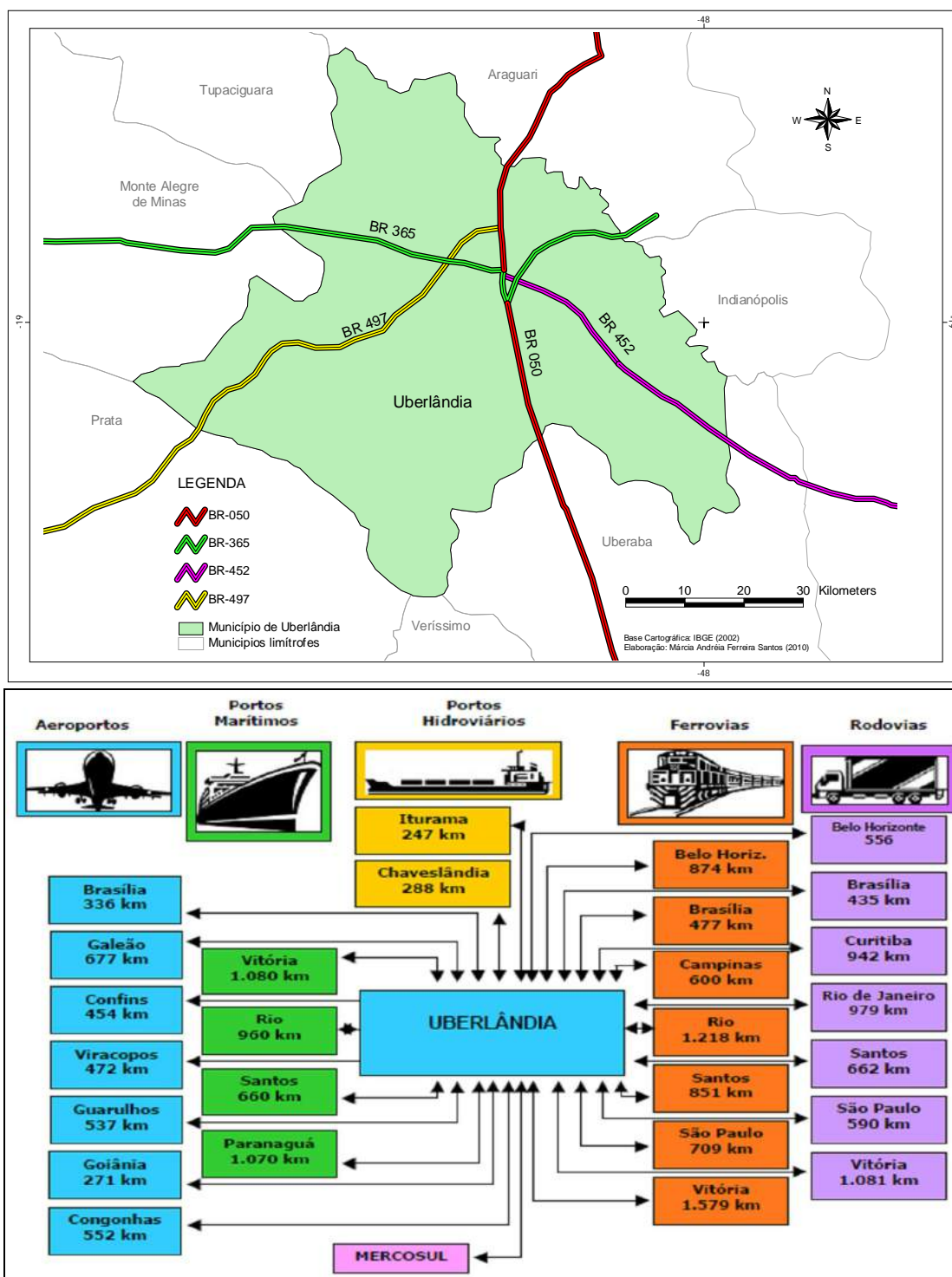
Quadro 12 – Cidade de Uberlândia: Tipo e quantidade de droga apreendida pela Polícia Militar - 2010.

Fonte: COPOM (2010).

Nem sempre as drogas apreendidas pela Polícia Militar já estão prontas para serem comercializadas. Algumas delas ainda encontram-se armazenadas em sacos plásticos no momento do registro, como foi o caso do registro ocorrido no bairro Marta Helena, em 2006, onde foram localizados sete quilos de pasta de coca, que após ser refinada e preparada para o consumo chegaria a quinze quilos de droga, de acordo com um inspetor da Polícia Civil (DEL CASSALE, 2006).

A cidade de Uberlândia vem ocupando um lugar de destaque na rota do tráfico, consumo e distribuição de drogas (CORRÊA, 2006^a), configurando-se em um fator de preocupação para as autoridades responsáveis pelo controle das fronteiras municipais. As forças militares de combate ao tráfico de drogas trabalham em conjunto com o poder nacional, no sentido de controlar, também, as fronteiras nacionais e estaduais, bem como as rodovias, portos e aeroportos utilizados na circulação da droga, no Brasil. Conforme o Jornal Diário do Pontal (2011), a droga que entra em Uberlândia passa, primeiramente, por Ituiutaba, sendo, então, distribuída na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e em outros estados.

O tráfico de drogas vem se estabelecendo com maior intensidade em Uberlândia e outros municípios do Triângulo Mineiro, como Ituiutaba e Araguari, porque a região apresenta uma infraestrutura de transportes, comunicação e serviços que favorece o crime organizado. O município de Uberlândia constitui-se num importante entroncamento rodo-ferroviário, que facilita a comunicação entre os principais centros urbanos das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Passam por sua área urbana a Ferrovia Centro Atlântica e as rodovias: BR-050: Brasília/São Paulo; BR-365: Montes Claros/São Simão; BR-452: Belo Horizonte/Araxá; BR-497: Iturama/Paranaíba. A cidade também dispõe de um aeroporto e um Terminal Intermodal de Cargas que permite a ligação entre os principais mercados do País, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e outros países (DNIT/BDI, 2008) (Mapa 4):



Mapa 4 - Município de Uberlândia: Infraestrutura de transportes.

Fonte: Banco de Dados Integrados - BDI (2009). Org.: Santos (2011).

Pelo fato de o tráfego estar aumentando em Uberlândia, cresce também a procura por mão-de-obra para desempenhar as diversas funções que constituem o

“negócio”. Nesse sentido, o envolvimento de jovens é cada vez maior, e tendo o contanto com a droga, acabam tornando-se usuários. Ressalta-se que grande parte dos homicídios que incide na cidade atinge jovens e adolescentes envolvidos, em sua maioria, com o tráfico de drogas. O problema é que geralmente quem se encontra comprometido com tais práticas tende a se envolver com outros crimes, sobretudo os homicídios, como uma forma de iniciação ou manutenção da área territorializada. Sobre isso, Souza (2000) comenta que

Embora tráfico de drogas e criminalidade urbana violenta não sejam sinônimos – pois nem o tráfico precisa sempre e em todas as instâncias da violência nem a criminalidade violenta, naturalmente, se reduz aos crimes vinculados com o tráfico -, é indiscutível que a dinâmica da violência urbana passou, nas duas últimas décadas, a estar fortemente marcada pelos efeitos diretos (guerra entre quadrilhas e entre estas e a polícia, “balas perdidas”) e indiretos (empréstimo de armamentos de traficantes para criminosos comuns, delitos praticados por viciados etc.) do tráfico de tóxicos (SOUZA, 2000, p.53).

Conforme relatado na reportagem de Calil (2009^b), a Polícia Militar de Uberlândia “[...] reconhece que o crescimento de homicídios de jovens ligados ao tráfico de drogas é um dos principais problemas de segurança pública do Município”. Soma-se a isso o fato de muitos atores de homicídios reincidirem no crime por falta de punição, como afirma a Superintendente de Integração do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais, Geórgia Ribeiro Rocha: “[...] A resposta imediata aos assassinatos, com a repressão, é importante, mas também é preciso pensar, além disso, e oferecer opções a estes jovens de áreas de baixa segurança social”.

A cada ano o número de homicídios, envolvendo jovens, cresce em Uberlândia. Como o tráfico de drogas, que tem sido uma das principais causas de morte nesta faixa etária também está aumentando na cidade, surge, então, a preocupação em como lidar com essa situação. A maioria desses homicídios é praticada por arma de fogo, vitimando, sobretudo, jovens e adolescentes do sexo masculino. Os homicídios, todavia, não são as únicas consequências decorrentes do tráfico e uso de drogas. Os demais agravantes dessa prática atingem, também, a família dos envolvidos, a sociedade e o Estado. O envolvimento com as drogas promove a desintegração familiar, que por sua vez constitui-se num fator que contribui para levar ao consumo de entorpecentes e a outras ações ilícitas. Por outro lado, a família é, igualmente, uma instituição importante na prevenção de tais

atitudes e comportamentos, como defendem a Teoria da Desorganização Social e a Teoria da Associação Diferencial e do Aprendizado Cultural (Cf. Capítulo 3).

O uso de drogas condiciona a elevação dos investimentos econômicos do Estado, que se fazem sentir nos gastos despendidos com a reabilitação do usuário, programas de prevenção, equipamentos de segurança, dentre outros. Nesse sentido, as intervenções nessa área devem ser estabelecidas considerando-se todos esses fatores. Portanto, o trabalho de prevenção ao uso de drogas deve ser realizado de forma conjunta com outras esferas da sociedade, julgando-se, também, que apenas a repressão não solucionará esse problema tão complexo, que tem gerado graves danos e perdas à sociedade brasileira.

4.1.5.2 Maior de idade preso por tráfico e uso de drogas

Foram presas 12.191 pessoas, no período de 1999 a 2010, envolvidas com tráfico e uso de drogas. Deste total, 40,92% das prisões estiveram relacionadas ao tráfico (4.988 casos), e 59,08% ao uso de drogas (7.203 casos). Alguns dos registros de prisões ocorreram mais de uma vez com o mesmo usuário, e muitos deles já são conhecidos pelos policiais militares. Essa reincidência se dá devido ao fato de as prisões de usuários serem realizadas exclusivamente para que o indivíduo preso, em posse da droga, apresente-se ao Delegado para que o fato seja registrado, e ao mesmo sejam oferecidas as diversas formas de intervenções previstas na Lei n.11.343 (BRASIL, 2006^a), com vistas à reabilitação do dependente químico. Esta decisão deve partir do usuário ou da família, o que na maioria dos casos, não ocorre, sendo o mesmo devolvido às ruas, mantendo o uso contínuo da droga, e praticando delitos para sustentar o vício.

De 1999 para 2010, o número de presos por tráfico e uso cresceu, respectivamente, 4.980% e 802%. Enquanto as prisões por tráfico apresentaram elevação em 2010, aquelas relacionadas ao uso mostraram queda no mesmo ano, o que pode revelar maior cautela por parte dos usuários, uma vez que o tráfico de drogas vem apresentando crescimento (Gráfico 25).

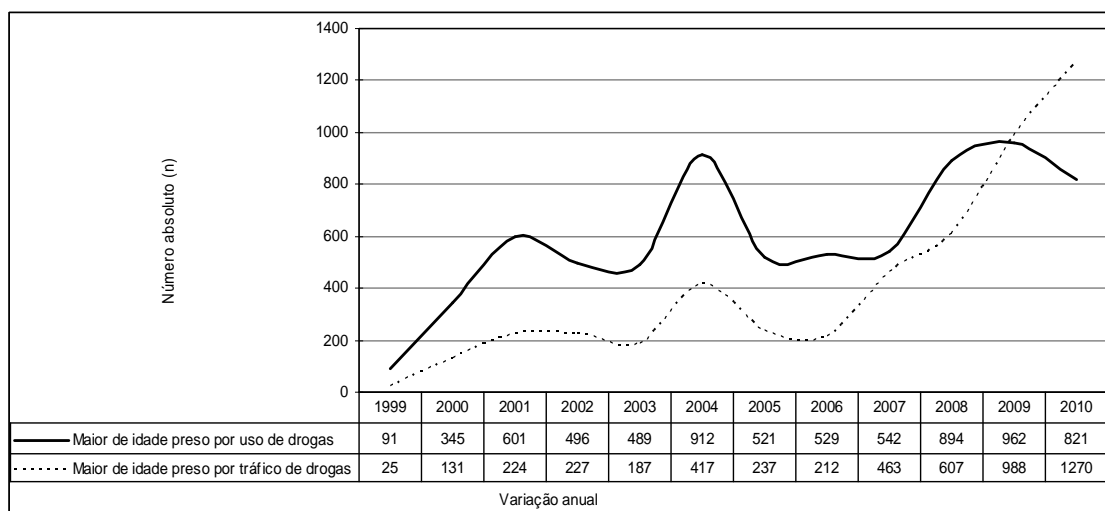


Gráfico 25 – Cidade de Uberlândia: Maior de idade preso por tráfico e uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2011).

A taxa de prisões por tráfico e uso também apresentou crescimento desde, quando foi registrado, respectivamente 5,13/100.000 habitantes e 18,68/100.000 habitantes. Em 2010, ambas as taxas elevaram-se, propriamente, para 211,47/100.000 e 136,77/100.000 habitantes. Esse aumento é bastante considerável, pois sugere um maior envolvimento de pessoas com o tráfico de drogas na cidade, mas também uma melhor atuação da polícia no combate a essa prática ilegal (Tabela 9).

Tabela 9 – Cidade de Uberlândia: Taxa de prisão de maiores de idade por tráfico e uso de drogas, por 100 mil habitantes: 1999-2010.

Ano	Maior de idade preso por tráfico de drogas	Maior de idade preso por uso de drogas
1999	5,13	18,68
2000	26,14	68,83
2001	43,34	116,28
2002	42,88	93,69
2003	34,47	90,13
2004	73,15	159,99
2005	40,49	89,02
2006	35,31	88,11
2007	76,11	89,09
2008	97,52	143,63
2009	155,75	151,65
2010	211,47	136,77

Fonte: COPOM, DATASUS (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Essa tendência verificada no aumento de prisões de pessoas envolvidas com o tráfico é uma realidade não apenas de Uberlândia, mas de todo o Brasil. De acordo com Rocha e outros, havia, em 2006, no Brasil, um total de 47.472 pessoas presas por tráfico, e em 2010 já eram 106.491 presos, com uma elevação de 124% em relação a 2006. Em São Paulo havia 17.668 presos por tráfico de drogas em 2006, e em 2010, o número chegou a 42.849, com um crescimento de 142% em relação a 2006. Essa elevação da população carcerária de traficantes nos últimos anos se deve ao aumento da pena mínima de três para cinco anos e à vedação da liberdade provisória, conforme os artigos 33º e 44º da Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006ª). Muitos desses presos por tráfico de drogas também têm passagem pela polícia por outros crimes, principalmente de homicídios, geralmente perpetrados como forma de “acerto de contas” ou disputa por pontos de tráfico. Mas além dos homicídios há da mesma forma a prática de roubos à mão armada e latrocínios, pois quando o traficante também é usuário, em muitos casos adquire dívidas com as drogas tendo, então, que praticar outros crimes para obter dinheiro com o objetivo de quitá-las. Entretanto, quando o acordo não se estabelece entre as partes envolvidas, o usuário-traficante entra na lista daqueles que, na fala dos traficantes, “precisa ser apagado”, ou seja, deve ser assassinado (Relato do Entrevistado n.21).

As prisões por uso, na verdade, configura-se em detenção provisória para averiguação pela Justiça, já que a lei não prevê a pena de prisão ao usuário, mas, como exposto no Capítulo 3, este deve ser detido e levado à presença da Justiça para esclarecimentos, e a ele deve ser imputada advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e/ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Na maioria dos casos, após ser lavrado um termo circunstanciado, o usuário é posto em liberdade.

A ausência de medidas na Lei n.11.346/06 (BRASIL, 2011) que presuma a prisão ao usuário de drogas leva à reincidência, e, em muitos casos, à morte do mesmo ou por homicídio ou por agravamento da saúde em decorrência das substâncias existentes nos entorpecentes.

4.1.5.3 Menor de idade apreendido por tráfico e uso de drogas

Entre 1999 e 2010 foram apreendidos 3.313 menores de idade envolvidos com tráfico e uso de drogas em Uberlândia, dos quais 1.480 casos (44,67%) relacionaram-se ao tráfico e 1.833 casos (55,33%) ao uso de drogas. Em 1999 apreenderam-se apenas quatro menores praticando tráfico, e em 2010 registraram-se 451 casos, com um aumento de 11.175%. As prisões por uso também apresentaram aumento, uma vez que em 1999 verificaram-se 23 apreensões, e em 2010 os valores sobem para 226, com um crescimento de 883% (Gráfico 26):

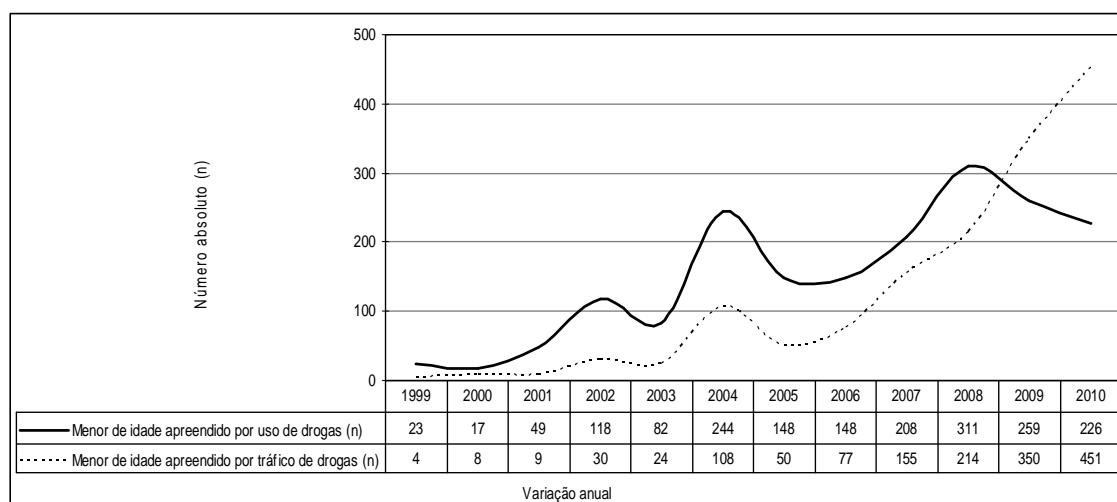


Gráfico 26 – Cidade de Uberlândia: Menor de idade apreendido por tráfico e uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.

Fonte: COPOM (1999-2010). Org. Santos (2011).

Em 1999, a taxa de menores apreendidos por tráfico de drogas foi de 0,82/100.000 habitantes e por uso 4,72/100.000 habitantes, com oscilações no decorrer do período. Já em 2010, as taxas de ambos os eventos elevam-se, respectivamente, para 75,13/100.000 e 37,65/100.000 habitantes (Tabela 10):

Tabela 10 – Cidade de Uberlândia: Taxa de apreensão de menores de idade por tráfico e uso de drogas, por 100 mil habitantes: 1999-2010.

Ano	Menor de idade apreendido por tráfico de drogas	Menor de idade apreendido por uso de drogas
1999	0,82	4,72
2000	1,60	3,39
2001	1,74	9,48
2002	5,67	22,29
2003	4,42	15,11
2004	18,95	42,80
2005	8,54	25,29
2006	12,83	24,65
2007	25,48	34,19
2008	34,38	49,96
2009	55,18	40,83
2010	75,13	37,65

Fonte: COPOM, DATASUS (1999-2010). Org.: Santos (2011).

Uma realidade vivida pelas grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e São Paulo vem se apresentando, também, em Uberlândia. É a presença marcante dos adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, “[...] que não só andam armados com revólveres e pistolas de grosso calibre como também lideram quadrilhas; matam e roubam, e têm a droga como único sentido de vida”. (POPÓ, 2006). Essa constatação partiu de um levantamento feito pela Delegacia de Menores de Uberlândia, com base nos boletins de ocorrência da Polícia Militar e nos registros de atos infracionais da Polícia Civil. Observa-se, portanto, a existência de

[...] um fio que liga o tráfico, como grande estruturador de um *estado de violência*, e os delitos comuns, que tanto assolam as cidades. Crianças que assaltam nos sinais são apenas uma pequena amostra dessa estrutura; estão em busca de dinheiro que possa sustentar seu vício, induzido cada vez mais cedo. Criminosos mais violentos promovem assaltos em busca de recursos que possam sustentar a compra de armas e drogas no atacado. Roubo de veículos, seqüestros, extorsões, tudo se liga, de uma forma sutil ou ostensiva à manutenção da estrutura do tráfico, o grande gerador de recursos e poder (FRANCISCO FILHO, 2004, p.29-30).

Constantemente, a Polícia Civil e Militar apreende armas em posse de adolescentes, que geralmente as utilizam na prática de assaltos e homicídios na cidade. De acordo com a reportagem de Popó (2006), em média 22% dos internos no Centro Socioeducativo de Uberlândia (CESEU) cumprem pena por homicídios e/ou latrocínios praticados isoladamente ou em quadrilhas. A maioria desses crimes

foi praticada devido ao uso ou tráfico de drogas, conforme a delegada de menores Adriana Couto Ladeira, quando afirma que de dez boletins de ocorrência envolvendo crimes contra o patrimônio, pelo menos em sete há a participação ativa de menores (POPÓ, 2006). Algo que também preocupa é o fato de haver em Uberlândia “bocas de fumo” comandadas por adolescentes entre doze e dezesseis anos, sendo este um indício de que eles estão deixando de ser sentinelas ou falcões (avião, na linguagem usada em Minas Gerais) para virarem traficantes.

Tornou-se comum nos noticiários locais as reportagens sobre menores envolvidos com o tráfico de drogas em Uberlândia. Recentemente, dois foram apreendidos no bairro Celebridade, com idade de 15 e 16 anos, que produziam a droga para comercialização juntamente com outros três homens maiores de idade. No local foram encontrados crack e maconha e toda uma estrutura preparada para a manutenção do tráfico, como instrumentos para preparação e embalo da droga.

Em Uberlândia, os menores envolvidos com o tráfico são levados para o CESEU, onde desenvolvem atividades socioeducativas, como determina a Lei nº.11.343/06. Todavia, nem sempre o menor permanece o tempo determinado pela lei na instituição de reabilitação, e por isso mesmo as reincidências são constantes. Em muitos casos, os envolvidos tornam-se conhecidos dos policiais que realizam o patrulhamento de rotina. É compreensível a aplicação de medidas socioeducativas aos menores envolvidos em crimes, todavia, observa-se que as estratégias empregadas em tais instituições não tem sido eficazes para manter o menor longe do alcance da droga. Prova disso é o grande número de menores reincidentes no crime após permanecerem internados nos centros de reabilitação e com isso elevam-se os processos no Fórum Abelardo Pena em Uberlândia. Destaca-se, ainda, que apenas as estratégias estabelecidas em tais instituições não são suficientes para minimizarem os riscos sofridos por estes menores e pela sociedade em geral, pois se não existem penas mais contundentes para o menor infrator toda a população torna-se vulnerável à ação deles.

Outro agravante está relacionado ao número de meninas envolvidas com a criminalidade violenta em Uberlândia. Soma-se a isso o fato de não haver na cidade uma instituição destinada a acolhê-las, tendo que ser encaminhadas para Belo Horizonte, cujo local já não suporta o número de envolvidas do próprio município. Quando não são enviadas para a capital permanecem em Uberlândia, e respondem

ao processo em liberdade estando, portanto, em condições propícias para praticarem novos crimes.

Em entrevista, Crovato (2011) declara que o crescimento no número de menores envolvidos com o tráfico e uso de drogas em Uberlândia se deve, em grande parte, ao fato de eles assumirem a culpa do indivíduo maior de idade, tanto em relação à droga, como também a responsabilidade por outros crimes:

“Cidadãos infratores maiores para não assumirem a responsabilidade de diversos delitos, delitos até graves, ou mesmo até o tráfico de drogas, têm se utilizado desta ferramenta, desta estratégia, que é cada vez mais a utilização de adolescentes, nós temos casos até de se utilizar de crianças para estarem assumindo as suas responsabilidades ou até praticando o próprio crime”.

E acrescenta, ainda, que a resposta dada aos menores envolvidos com tais práticas é a mesma empregada para os maiores, ou seja,

“[...] as apreensões ocorrem da mesma maneira: se encaminham aí às repartições próprias para que haja a devida responsabilização. O que, às vezes, paira, no mundo do crime, é que esses jovens acabam ficando impunes por fragilidade da Lei. Agora, se você for observar por outro lado, muitos desses adolescentes ou muito desses jovens lá no mundo do crime acabam sendo sentenciados por algo que, realmente, não lhes dá nenhum outro direito”.

Conforme declaram Ventura e outros (2009, p.810), “A legislação brasileira sobre drogas evoluiu de um sistema proibicionista para um sistema menos repressor no que diz respeito aos usuários de drogas”. Tal fator trouxe prejuízos para a sociedade como um todo, uma vez que já se sabe dos efeitos negativos que o uso de drogas ilícitas pode causar não apenas à saúde de quem consome, mas também aos familiares, às pessoas mais próximas do usuário e aos moradores de dada cidade, pois para manter o vício muitos praticam uma série de outros crimes como os roubos, furtos e latrocínios. Os referidos autores acrescentam que

As Convenções das Nações Unidas sobre estupefacientes e drogas psicotrópicas, ratificadas pela maioria dos países do mundo, formam a base da legislação internacional sobre drogas. Determinou-se, através delas, que os países signatários deveriam tipificar como infração penal a posse e a compra de estupefacientes para consumo, permanecendo o enquadramento legal sujeito, entretanto, aos princípios constitucionais e aos sistemas jurídicos nacionais (VENTURA et al, 2009, p.811).

Apesar do número de prisões verificado, ressalta-se, como já apresentado anteriormente, que a Lei n.11.346/06 (BRASIL, 2006^a) não prescreve penas restritivas de liberdade aos usuários de drogas, mas prevêem-se apenas advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Tais mudanças na Lei de Drogas foram tomadas com o objetivo de “[...] equilibrar os direitos humanos dos usuários de drogas e as políticas de saúde e segurança públicas”. (VENTURA et al, 2009). Todavia, sabe-se que o não-uso de drogas vai além das leis que proíbem tal prática, pois elas sempre existiram e, entretanto, o número de usuários e dependentes só tem aumentado.

Marques e Cruz (2000, p.32) comentam que

Entre os fatores que desencadeiam o uso de drogas pelos adolescentes, os mais importantes são as emoções e os sentimentos associados a intenso sofrimento psíquico, como depressão, culpa, ansiedade exagerada e baixa auto-estima.

Marques e Cruz (2000), por sua vez, ao citar Newcomb (1995) declaram que

[...] os fatores de risco para o uso de drogas incluem aspectos culturais, interpessoais, psicológicos e biológicos. São eles: a disponibilidade das substâncias, as leis, as normas sociais, as privações econômicas extremas; o uso de drogas ou atitudes positivas frente às drogas pela família, conflitos familiares graves; comportamento problemático (agressivo, alienado, rebelde), baixo aproveitamento escolar, alienação, atitude favorável em relação ao uso, início precoce do uso; susceptibilidade herdada ao uso e vulnerabilidade ao efeito de drogas (MARQUES; CRUZ, 2000, p.35).

Observa-se, portanto, que os fatores que predisõem um adolescente ao uso de drogas são variados, assim como os que os levam à prática de crimes violentos e de outros delitos. As políticas públicas direcionadas à reabilitação de usuários trabalham no sentido de alterar os fatores supracitados, substituindo-os por outros elementos que possam proporcionar prazer e desenvolver no usuário o reconhecimento como cidadão, com valor pessoal na sociedade da qual faz parte. Nesse momento, o trabalho de inclusão realizando junto à família é de suma importância para que o adolescente possa se sentir acolhido e suficientemente capaz de afastar-se das drogas.

Estudos revelam a existência de uma relação direta entre o uso de drogas lícitas e ilícitas e a prática de crimes violentos, uma vez que tais substâncias

desequilibram o funcionamento do organismo e alteram a percepção das interações sociais, aumentando os riscos de desentendimentos. Minayo e Deslandes (1998) destacam a existência do não-discernimento entre o uso de drogas como um fator que, associado a outros é capaz de desencadear comportamentos violentos e o uso de drogas como fator causador. Na verdade, o que é possível inferir é a alta proporção de atos violentos quando o álcool ou as drogas estão presentes entre agressores e vítimas.

Essa violência que ocorre sob o efeito de substâncias, e considerada interpessoal, é contextualizada, pois incide em lugares específicos, sob normas e regras mantidas por determinados grupos e diante de expectativas que alimentam e, concomitantemente são alimentadas dentro desses grupos. Por esta razão considera-se que as drogas ilícitas e o álcool desempenham papel de destaque nos contextos onde são usados; entretanto, sua participação como fator de predisposição à prática de crimes violentos fica, em grande medida, dependente de fatores individuais, sociais, culturais e espaciais.

As drogas lícitas são, de certa forma, aceitas pela sociedade, e, portanto, produzidas e comercializadas livremente. Dentre elas, o cigarro e o álcool são as mais comuns no Brasil e na América Latina, sendo neste grupo o álcool o que mais se apresenta como condicionante da violência inter e intragênero, sobretudo de homicídios e agressões físicas (MENÉNDEZ; PARDO, 2005, p.567).

As drogas ilícitas, como a cocaína, crack, heroína, maconha, dentre outras, são proibidas por lei, além de não serem socialmente aceitas. Esse critério de legalidade ou não de uma droga é historicamente variável e não está relacionado à gravidade de seus efeitos, mas, sobretudo a fatores econômicos. Minayo e Deslandes (1998) revelam que o mais consistente vínculo entre violência e drogas encontra-se no fenômeno do tráfico de drogas ilegais, cujo mercado gera ações violentas entre vendedores e compradores. As causas para isso são diversas, como: roubo do dinheiro, da própria droga, disputas em relação a sua qualidade ou quantidade, desacordo de preço, disputa por territórios. Nesse sentido, a violência perpetrada torna-se uma estratégia cujo objetivo é disciplinar o mercado.

Minayo e Deslandes (1998, p.38) acrescentam que

O narcotráfico potencializa e torna mais complexo o repertório das ações violentas: a delinquência organizada; aquela agenciada pela polícia e pelas instituições de segurança do estado; a violência social dispersa; a

promovida por grupos de extermínio e também a das *gangs* juvenis. Na medida em que não há recursos legais para dirimir as disputas, a violência ou a ameaça de violência são mecanismos para reforçar as regras sociais de troca no mercado ilícito.

Os determinantes da criminalidade violenta geralmente se apresentam interligados, não se constituindo de apenas um elemento. Entretanto, em alguns crimes violentos, os fatores que predispõem a ocorrência sobressaem. É o caso dos homicídios, que especialmente em Uberlândia, têm vitimado adolescentes e jovens com um histórico de envolvimento com o tráfico e/ou uso de drogas.

O próximo capítulo apresentará a espacialização do número absoluto e das taxas de crimes violentos e dos eventos relacionados às drogas na cidade de Uberlândia, bem como o mapeamento dos casos nos bairros onde as ocorrências foram mais acentuadas.

CAPÍTULO 5

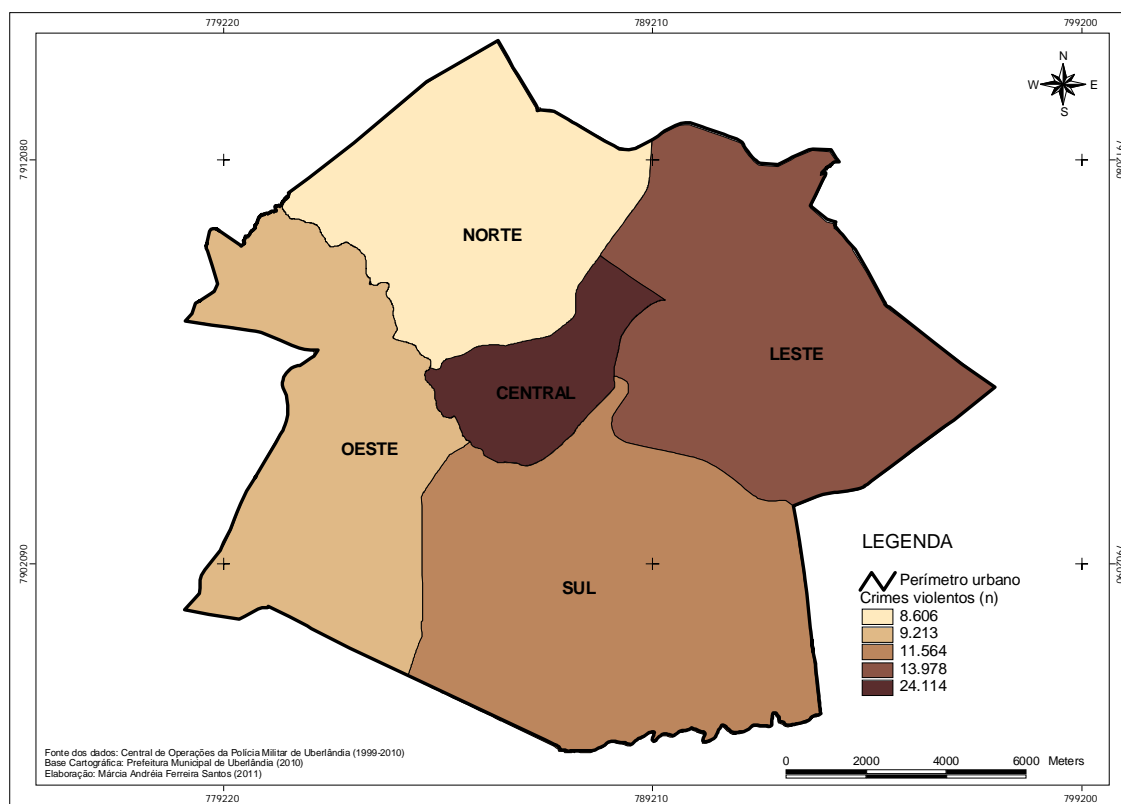
ESPACIALIZAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS E DOS EVENTOS RELACIONADOS ÀS DROGAS ILÍCITAS EM UBERLÂNDIA-MG

A Geografia é o estudo científico de padrões espaciais. Ela procura identificar e explicar a localização e a distribuição dos fenômenos físicos e humanos sobre a superfície da Terra. Em Geografia, a ênfase coloca-se sobre a organização e o arranjo dos fenômenos, e sobre a extensão em que eles variam de lugar a lugar. Embora ela tenha um interesse substantivo nos mesmos fenômenos visados pelas demais ciências sociais e ambientais, a perspectiva espacial sobre os fenômenos, que é adotada em Geografia, é a responsável pela sua especificação. Nenhuma outra disciplina tem a localização e a distribuição como seu principal foco de estudo. A característica do espaço como uma dimensão, mais que as propriedades dos fenômenos que aí estão localizados, surge como de interesse básico e central. (CLARK, 1991, p.18).

5.1 Distribuição espacial dos crimes violentos

A criminalidade violenta encontra-se presente em todo o espaço urbano de Uberlândia, destacando-se em algumas áreas específicas: no Centro, as ocorrências de roubos e no São Jorge, os estupros e homicídios. Entre 1999 e 2010, registrou-se, em Uberlândia, um total de 67.578 crimes violentos (estupros, homicídios e roubos), com uma média anual de 6.143 casos. Do total de registros, 66.568 (98,5%) ocorreram nos bairros integrados, e 907 (1,3%) nos bairros não integrados, totalizando 67.475 casos. O restante dos registros, ou seja, em 103 casos (0,2%), não foram identificados o local de ocorrência ou a modalidade de crime praticada. O

Setor Central se destacou com o maior número de registros (24.114 casos; 35,74%), vindo em segundo lugar o Setor Leste. Ressalta-se que os roubos foram responsáveis pela elevação das ocorrências de crimes violentos no Setor Central, já que a maior parte dos bairros que o constituem apresentou valores elevados desse crime (Mapa 5).



Mapa 5 – Cidade de Uberlândia: Crimes violentos, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

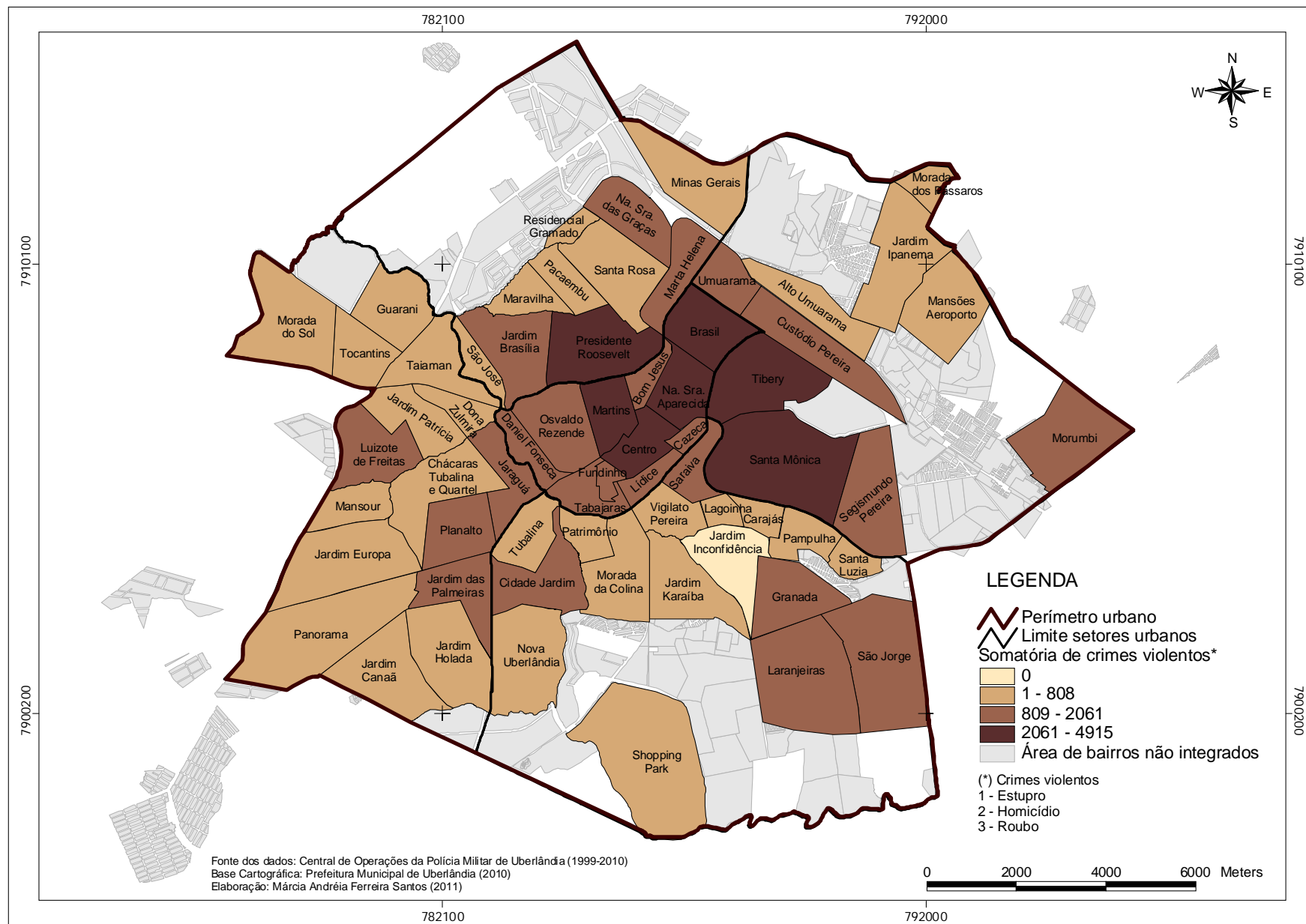
O Centro registrou os maiores valores de crimes violentos, 4.915 casos, vindo, na sequência, o Santa Mônica (4.708), Nossa Senhora Aparecida (4.066), Martins (3.236) e Brasil (2.726). Vale acrescentar que os bairros adjacentes a estes também apresentaram ocorrências elevadas de crimes violentos, revelando a influência de um espaço sobre o outro. Já em relação às taxas por mil habitantes, destacaram-se o Centro (597,79/1000 hab.), Fundinho (438,34/1000 hab.), Umuarama (363,77/1000 hab.), Cazeca (302,07/1000 hab.) e Martins (299,19/1000 hab.) (Tabela 11 e Mapas 6 e 7). O bairro não integrado que apresentou maior número de ocorrências foi o Alvorada (272 registros), vindo em segundo lugar o Morada Nova, com 203 casos.

Tabela 11 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de estupros, homicídios e roubos: 1999-2010.

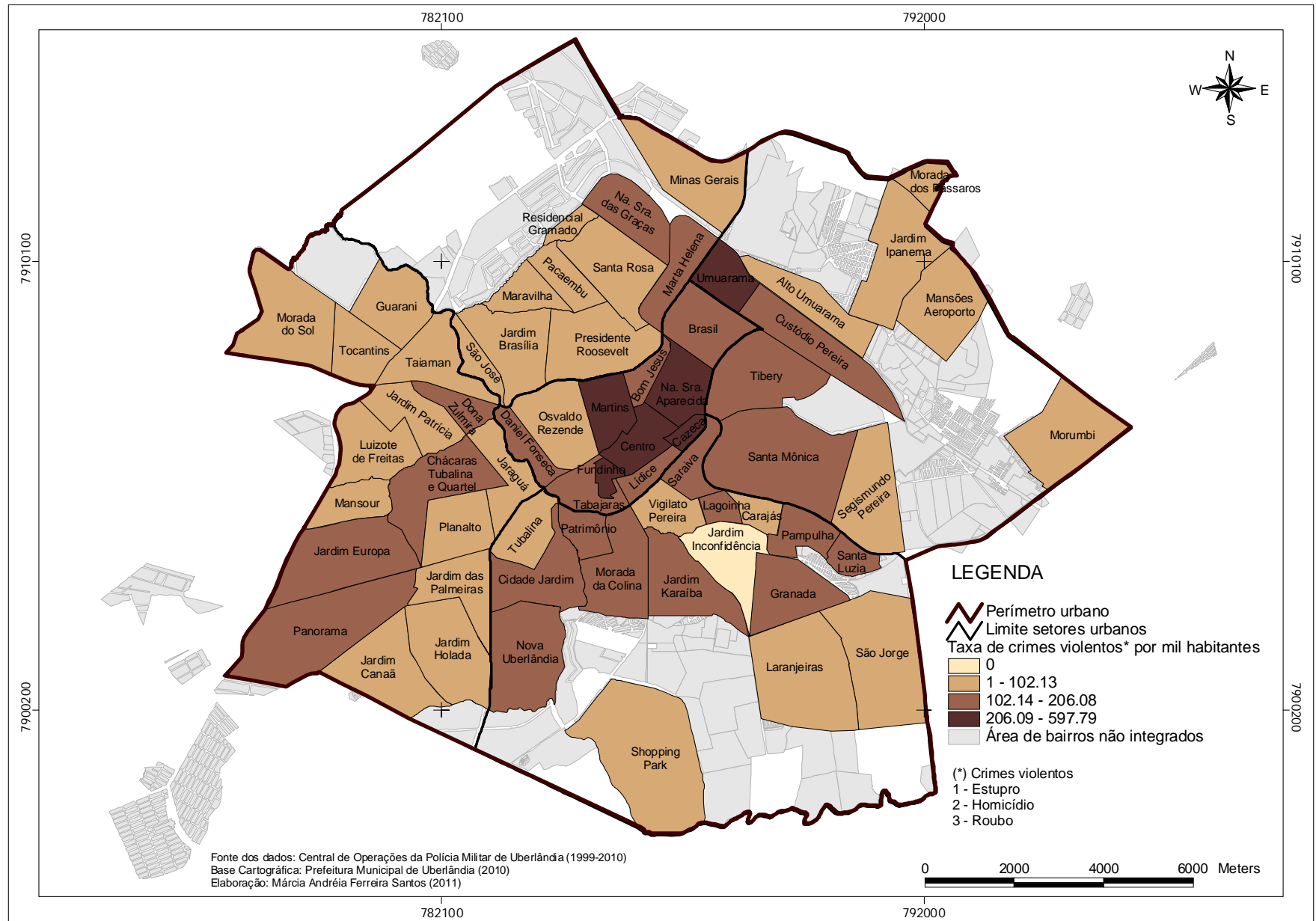
	Bairros	População ¹ (2005)	Estupros, homicídios e roubos	
			(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	226	41,59
	Bom Jesus	5.659	1.147	202,69
	Brasil	14.722	2.726	185,17
	Carajás	2.096	14	6,68
	Cazeca	3.486	1.053	302,07
	Centro	8.222	4.915	597,79
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	531	111,91
	Cidade Jardim	6.067	858	141,42
	Custodio Pereira	10.665	1.162	108,95
	Daniel Fonseca	5.493	1.132	206,08
	Dona Zulmira	3.585	504	140,59
	Fundinho	3.203	1.404	438,34
	Granada	8713	1.267	145,41
	Guarani	10.626	654	61,55
	Jaragua	9.662	850	87,97
	Jardim Brasília	14.851	1.497	100,80
	Jardim Canaã	11.054	686	62,06
	Jardim das Palmeiras	13.514	907	67,12
	Jardim Europa	294	50	170,07
	Jardim Holanda	1.578	79	50,06
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	490	68,15
	Jardim Karaiba	2.127	355	166,90
	Jardim Patrícia	6.397	632	98,80
	Lagoinha	4.939	712	144,16
	Laranjeiras	16.986	1.044	61,46
	Lídice	5.399	1.015	188,00
	Luizote de Freitas	21.736	1.212	55,76
	Mansões Aeroporto	1.413	82	58,03
	Mansour	8.742	369	42,21
	Maravilha	4.937	294	59,55
	Marta Helena	11.215	1.265	112,80
	Martins	10.816	3.236	299,19
	Minas Gerais	6.294	336	53,38
	Morada da Colina	1.957	304	155,34
	Morada do Sol	462	21	45,45
	Morada dos Pássaros	916	35	38,21
	Morumbi	16.161	993	61,44
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	4.066	283,34
	Nossa Senhora das Graças	6.742	1.105	163,90
	Nova Uberlândia	594	78	131,31
	Osvaldo Rezende	23.292	2.000	85,87
	Pacaembu	10.510	808	76,88
	Pampulha	4332	531	122,58
	Panorama	398	57	143,22
	Patrimônio	3.806	545	143,19
	Planalto	17.545	1.335	76,09
	Presidente Roosevelt	24.135	2.465	102,13
	Residencial Gramado	2.782	126	45,29
	Santa Luzia	4.504	763	169,40
	Santa Monica	32.491	4.708	144,90
	Santa Rosa	19.260	698	36,24
	São Jorge	24.948	2.061	82,61
	São José	501	12	23,95
	Saraiva	9.702	1.708	176,05
	Segismundo Pereira	18.645	1.754	94,07
	Shopping Park	1.595	114	71,47
	Tabajaras	7.347	1.420	193,28
	Taíaman	8.397	368	43,83
	Tibery	21.726	2.549	117,32
	Tocantins	14.095	755	53,57
	Tubalina	9.913	734	74,04
	Umuarama	3.505	1.275	363,77
	Vigilato Pereira	5.108	476	93,19
Não integrados	Aclimação	...	150	...
	Alvorada	...	272	...
	Dom Almir	...	137	...
	Joana Darc	...	87	...
	Morada Nova	...	203	...
	Prosperidade	...	14	...
	São Francisco	...	41	...
	Vila Marielza	...	3	...
Total		562.496	67.475	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



Mapa 6 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos crimes violentos, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 7 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de crimes violentos, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

Apesar de o Setor Oeste ter registrado os valores mais baixos de crimes violentos, é o que possui a maior quantidade de bairros da cidade sendo, também, o mais populoso. Ao analisar, separadamente, os dados de estupros, homicídios e roubos verificou-se que, em alguns deles, há um número elevado de ocorrências, sobretudo de homicídio, sendo possível verificar que, quando tais crimes são individualizados por bairro, sua distribuição difere daquela observada para todos os três crimes em conjunto.

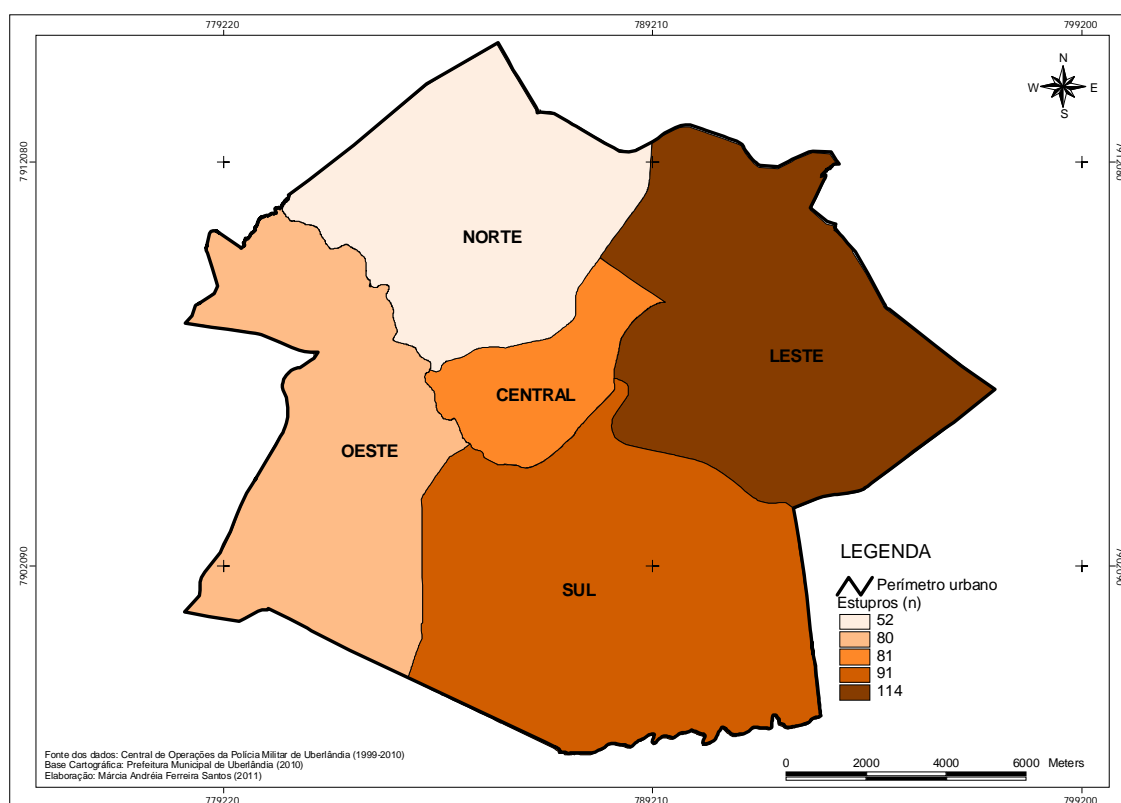
Diante do mapeamento da criminalidade violenta, em Uberlândia, alguns questionamentos surgiram, como: Quais as causas para essa configuração espacial do crime, na cidade, e que fatores sociais, culturais, econômicos e políticos contribuem para essa caracterização? A criminalidade é um fenômeno complexo e multifacetado, cujas causas, tal como apresentadas no Capítulo 1, são, também, diversas, e perpassam por todas as questões que envolvem e constituem a sociedade. Felix (1996) comenta, que dentre as teorias que buscam explicar as causas da manifestação espacial da criminalidade violenta, destacam-se aquelas de fundamentação sociocultural, que pressupõem que quando o sucesso econômico torna-se improvável, a privação pode levar à busca de aquisição de bens de forma ilícita. Outro fator citado pela referida autora está relacionado à aglomeração de pessoas nos centros urbanos, que ressalta a desigualdade social, condicionando à prática criminal como resposta à oposição entre o desejo de posse material e as possibilidades reais de realização.

Diniz e Batella (2006) salientam que o grau de deterioração das estruturas físicas das cidades mais desenvolvidas como também a intensa mobilidade espacial da população enfraquecem a coesão social através do confronto entre valores culturais e contribuem para a incidência da criminalidade. É importante considerar que há espaços urbanos que embora as características supracitadas estejam presentes, a incidência criminal é baixa, revelando que a ocorrência de crimes depende de uma série de elementos que, combinados em certa proporção, confluem para que tal fenômeno ocorra.

A seguir, será apresentada, separadamente, a distribuição espacial dos três tipos de crimes violentos selecionados para análise nesta tese.

5.2 Distribuição espacial dos estupros

A cidade de Uberlândia registrou 418 estupros consumados, no período de 1999 a 2010, com uma média anual de 38 casos. O Setor Leste apresentou o maior número de ocorrências, 114 casos (27,27%), conforme o Mapa 8:



Mapa 8 – Cidade de Uberlândia: Estupros, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

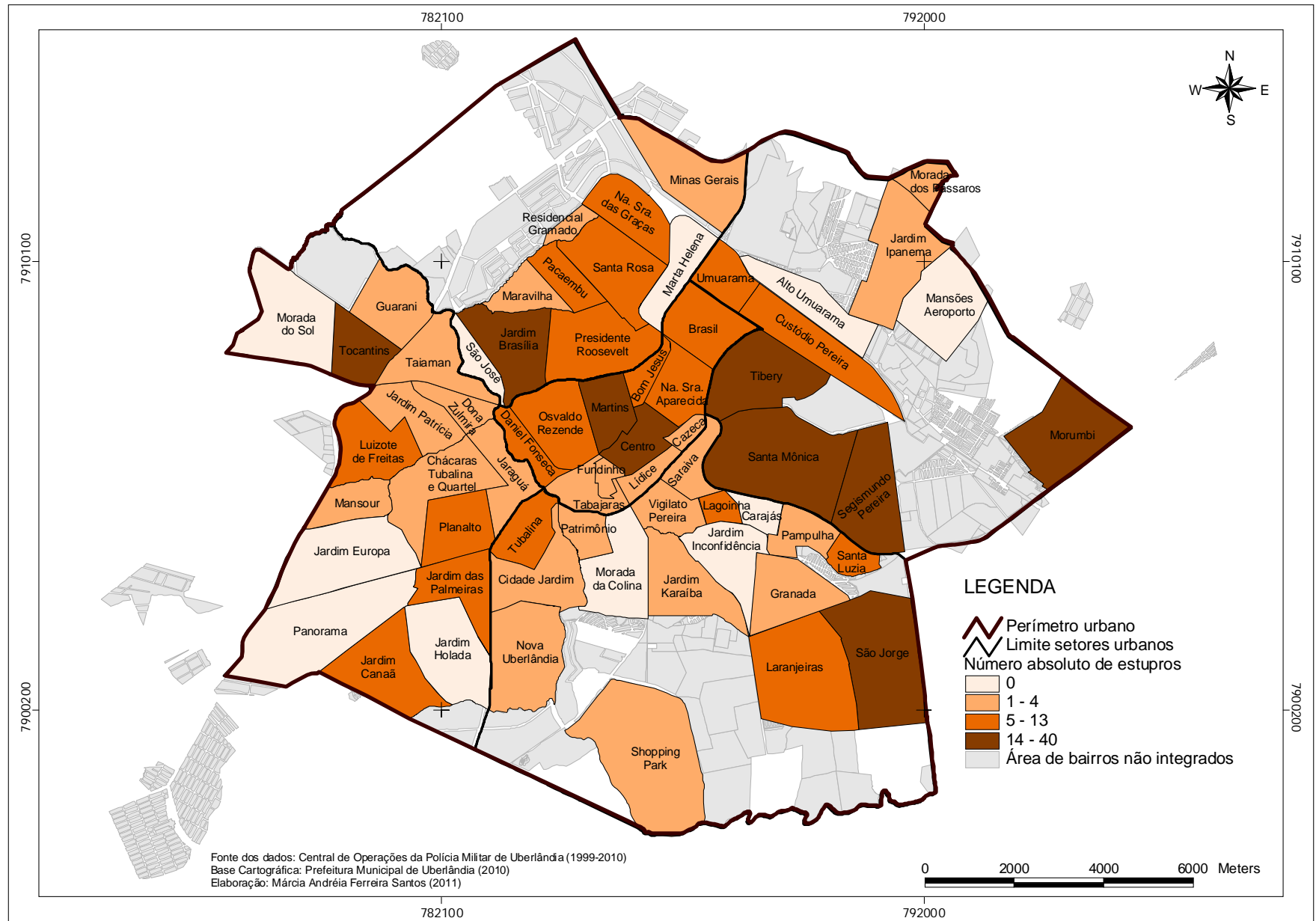
Destes 418 estupros consumados, 388 incidiram nos bairros integrados (92,82%), destacando-se, com 40 ocorrências, o São Jorge, Santa Mônica (24), Centro (17), Jardim Brasília (16), Martins (16), Morumbi (16), Segismundo Pereira (15), Tibery (15) e Tocantins (14). As maiores taxas foram registradas no Umuarama (3,71/1000 hab.), Centro (2,07/1000 hab.), Lagoinha (1,82/1000 hab.), Santa Luzia (1,78/1000 hab.) e Nova Uberlândia (1,68/1000 hab.), (Mapas 9 e 10). Apenas 7,18% das ocorrências, ou seja, 30 estupros incidiram nos bairros não integrados, com destaque no Morada Nova (Tabela 12).

Tabela 12 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de estupros: 1999-2010.

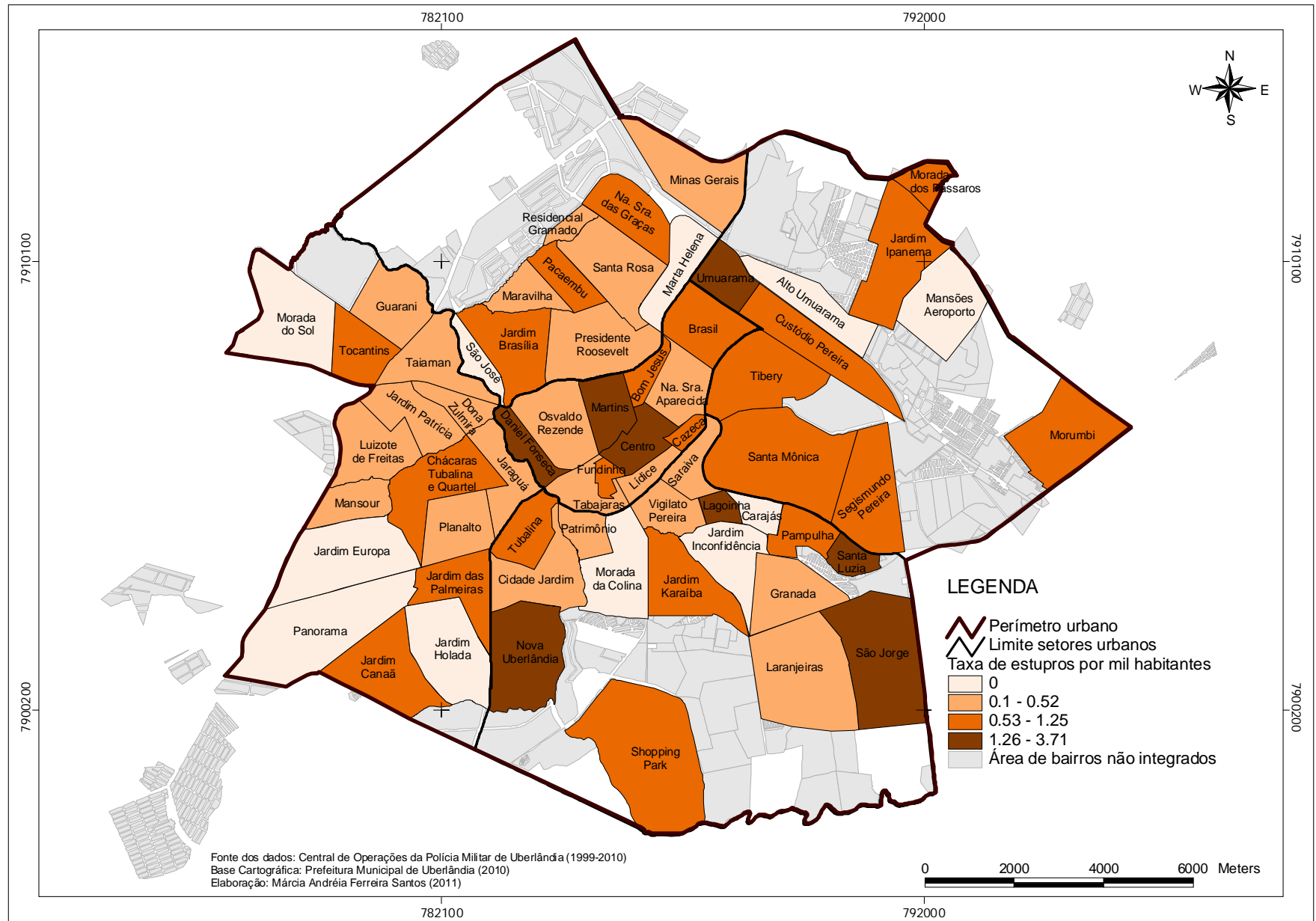
	Bairros	População ¹ (2005)	Estupros	
			(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	0	0,00
	Bom Jesus	5.659	6	1,06
	Brasil	14.722	9	0,61
	Carajás	2.096	0	0,00
	Cazeca	3.486	3	0,86
	Centro	8.222	17	2,07
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	4	0,84
	Cidade Jardim	6.067	2	0,33
	Custodio Pereira	10.665	6	0,56
	Daniel Fonseca	5.493	9	1,64
	Dona Zulmira	3.585	1	0,28
	Fundinho	3.203	3	0,94
	Granada	8713	4	0,46
	Guarani	10.626	3	0,28
	Jaragua	9.662	4	0,41
	Jardim Brasília	14.851	16	1,08
	Jardim Canaã	11.054	7	0,63
	Jardim das Palmeiras	13.514	9	0,67
	Jardim Europa	294	0	0,00
	Jardim Holanda	1.578	0	0,00
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	4	0,56
	Jardim Karaíba	2.127	2	0,94
	Jardim Patrícia	6.397	3	0,47
	Lagoinha	4.939	9	1,82
	Laranjeiras	16.986	8	0,47
	Lídice	5.399	1	0,19
	Luizote de Freitas	21.736	11	0,51
	Mansões Aeroporto	1.413	0	0,00
	Mansour	8.742	4	0,46
	Maravilha	4.937	1	0,20
	Marta Helena	11.215	0	0,00
	Martins	10.816	16	1,48
	Minas Gerais	6.294	1	0,16
	Morada da Colina	1.957	0	0,00
	Morada do Sol	462	0	0,00
	Morada dos Pássaros	916	1	1,09
	Morumbi	16.161	16	0,99
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	7	0,49
	Nossa Senhora das Graças	6.742	6	0,89
	Nova Uberlândia	594	1	1,68
	Osvaldo Rezende	23.292	9	0,39
	Pacaembu	10.510	6	0,57
	Pampulha	4332	3	0,69
	Panorama	398	0	0,00
	Patrimônio	3.806	1	0,26
	Planalto	17.545	7	0,40
	Presidente Roosevelt	24.135	11	0,46
	Residencial Gramado	2.782	1	0,36
	Santa Luzia	4.504	8	1,78
	Santa Monica	32.491	24	0,74
	Santa Rosa	19.260	10	0,52
	São Jorge	24.948	40	1,60
	São José	501	0	0,00
	Saraiva	9.702	3	0,31
	Segismundo Pereira	18.645	15	0,80
	Shopping Park	1.595	2	1,25
	Tabajaras	7.347	1	0,14
	Taiaman	8.397	3	0,36
	Tibery	21.726	15	0,69
	Tocantins	14.095	14	0,99
	Tubalina	9.913	6	0,61
	Umuarama	3.505	13	3,71
	Vigilato Pereira	5.108	2	0,39
Não integrados	Aclimação	...	4	...
	Alvorada	...	3	...
	Dom Almir	...	1	...
	Joana Darc	...	3	...
	Morada Nova	...	10	...
	Prosperidade	...	1	...
	São Francisco	...	7	...
	Vila Marielza	...	1	...
Total		562.496	418	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



Mapa 9 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos estupros, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 10– Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de estupros, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

As ações de prevenção de novos casos de estupro, bem como de reincidência tem sido estabelecidas, especialmente, pela área da saúde. Assim, o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção à Saúde/Área Técnica de Saúde da Mulher, tem atuado em duas estratégias específicas: 1) Capacitar e equipar os serviços a diagnosticar os casos de violência e promover a assistência adequada; 2) Ampliar e desenvolver os serviços especializados ou de referência. Vale ressaltar que a oferta desses serviços permite a crianças, adolescentes e mulheres o acesso imediato aos cuidados de saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada. Incluem aqui os serviços voltados para a vítima de violência sexual, que pode ser atendida com as seguintes ações e intervenções: apoio psicossocial, anticoncepção de emergência, doenças sexualmente transmissíveis não virais, hepatites virais, infecção pelo HIV, acompanhamento laboratorial, gravidez decorrente de violência sexual e procedimentos de interrupção de gravidez (BRASIL, 2005^b).

A Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005^b), para implementar essas duas estratégias, tem estabelecido alguns objetivos voltados, sobretudo para o atendimento, diagnóstico e acompanhamento das vítimas de estupro. O esforço, nesse sentido, está voltado, inicialmente, para a identificação dessa agressão, e para isso, o documento declara que

Os profissionais de saúde estão em posição estratégica para o diagnóstico e a atuação sobre o problema da violência contra a mulher. Por medo, vergonha ou mesmo por considerar os obstáculos encontrados em sua trajetória para denunciar e obter assistência e proteção, a maior parte das mulheres omite a violência sofrida [...] *[(Nesse sentido)]*, É fundamental que existam mecanismos bem definidos de detecção e encaminhamento das mulheres atingidas pela violência sexual. A eficiência desses mecanismos colabora para que os cuidados de saúde sejam prestados quanto mais imediato possível, dentro das demandas de cada mulher [...] *[(Por esta razão)]*, O acolhimento é elemento importante para a qualidade e a humanização da atenção. Por acolher entende-se o conjunto de medidas, posturas e atitudes dos profissionais de saúde que garantam credibilidade e consideração à mulher em situação de violência sexual. O acolhimento pressupõe receber e escutar essas mulheres, com respeito e solidariedade, buscando-se formas de compreender suas demandas e expectativas. (BRASIL, 2005, p.8; 10; 13, acréscimos grifados nossos).

O referido documento argumenta que as ações de atenção às vítimas de estupro devem ser asseguradas pelas instituições competentes em cada etapa do atendimento, incluindo-se as medidas de emergência, acompanhamento, reabilitação e tratamento dos eventuais impactos dessa ação sobre a saúde física e

mental da mulher. Todavia, não há uma obrigatoriedade da organização de serviço específico para essa finalidade, podendo a assistência ser incluída e integrada às demais ações dos serviços. Para isso, as unidades de saúde que tenham serviços de ginecologia e obstetrícia devem estar capacitadas para atender esses casos.

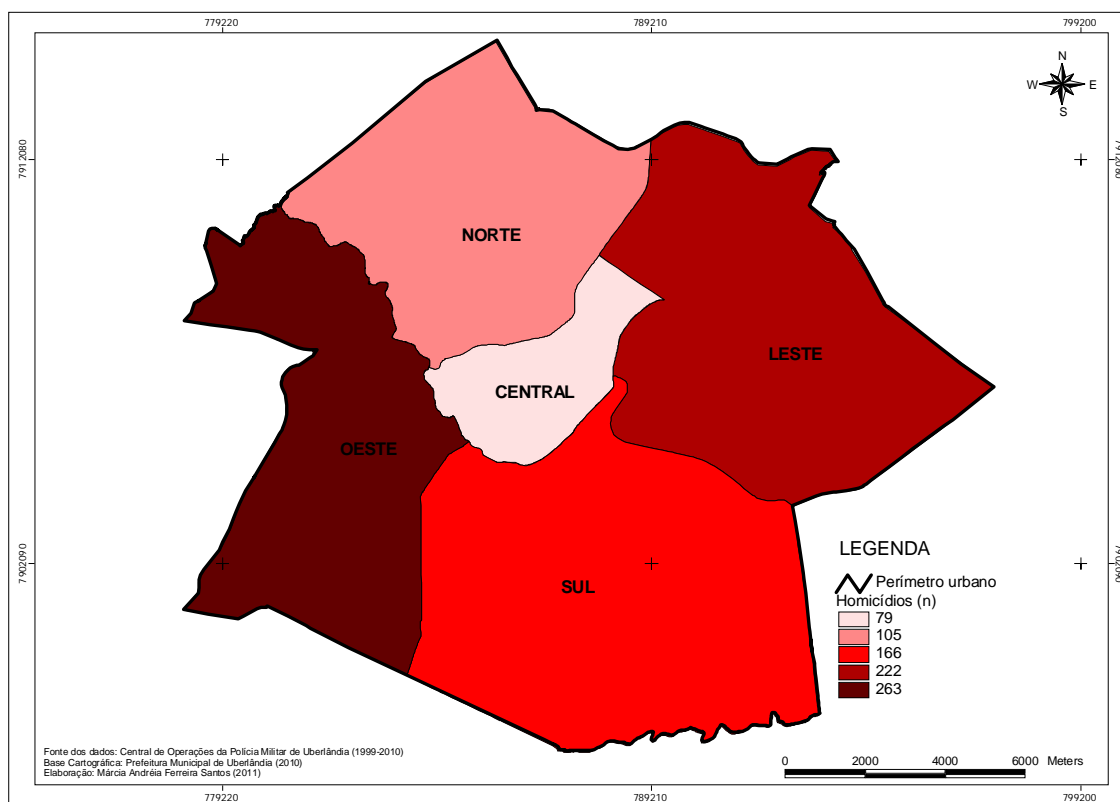
Além destes serviços de saúde, Uberlândia também dispõe de ONGs, como o SOS Mulher Família, existente desde 1997, e que a partir de 2001 passou a trabalhar com grupos de apoio a mulheres que vivenciam a violência intrafamiliar, no nível físico, sexual, psicológico e/ou moral. A Casa Abrigo Travessia, fundada em 2002, é um local destinado a mulheres e filhos menores em situação de risco, e sob ameaça por vivenciarem a violência intrafamiliar. Há, também, os Conselhos tutelares, que atendem crianças e adolescentes vítimas da violência, inclusive a sexual. Por fim, as Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAM).

O estupro é um crime violento com certas particularidades que limitam o seu estudo de forma mais aprofundada pela Geografia; daí a dificuldade em explorá-lo nesta tese. Particularidades estas que a Psicologia, Antropologia ou Sociologia podem explorar com maior competência devido às ferramentas conceituais que possuem. Considera-se, entretanto, que os estudos geográficos, ainda que não aprofundem na explicação dos fatores que predispõem a ocorrência dos estupros, não deixam de contribuir com outras áreas do conhecimento, que podem fundamentar-se neles, e estabelecer ações de intervenção sobre as áreas mais atingidas. Convém ressaltar que uma linha de estudos da Geografia, dedicada aos gêneros, vem se estabelecendo, no Brasil, e já possui diversos trabalhos voltados para a análise de fenômenos característicos dessa área. Como exemplo, destaca-se o Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com uma linha de pesquisa em estudos de gênero e sexualidade. O Grupo também possui a Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, com publicações semestrais, iniciadas em 2010, encontrando-se em seu 3º volume. Os artigos que a constituem exploram os mais diferentes temas daquela referida linha; todavia, o estupro é discutido em apenas um deles¹, por uma historiadora, revelando a dificuldade que a Geografia tem de investigar este crime, restringindo-se, em muitos casos, apenas ao mapeamento ou tratamento estatístico dos fatos.

¹ CANÇADO, Adriana Terezinha Mello. Violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo do incesto na perspectiva de gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.154-163, jan./jun. 2012.

5.3 Distribuição espacial dos homicídios

Registraram-se 839 homicídios consumados, em Uberlândia, entre 1999 e 2010, com uma média anual de 76 casos. O Setor Oeste destacou-se com o maior número de ocorrências, onde se verificaram 263 casos (31,5%), vindo em segundo lugar o Setor Leste, como pode ser visualizado no Mapa 11:



Mapa 11 – Cidade de Uberlândia: Homicídios, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

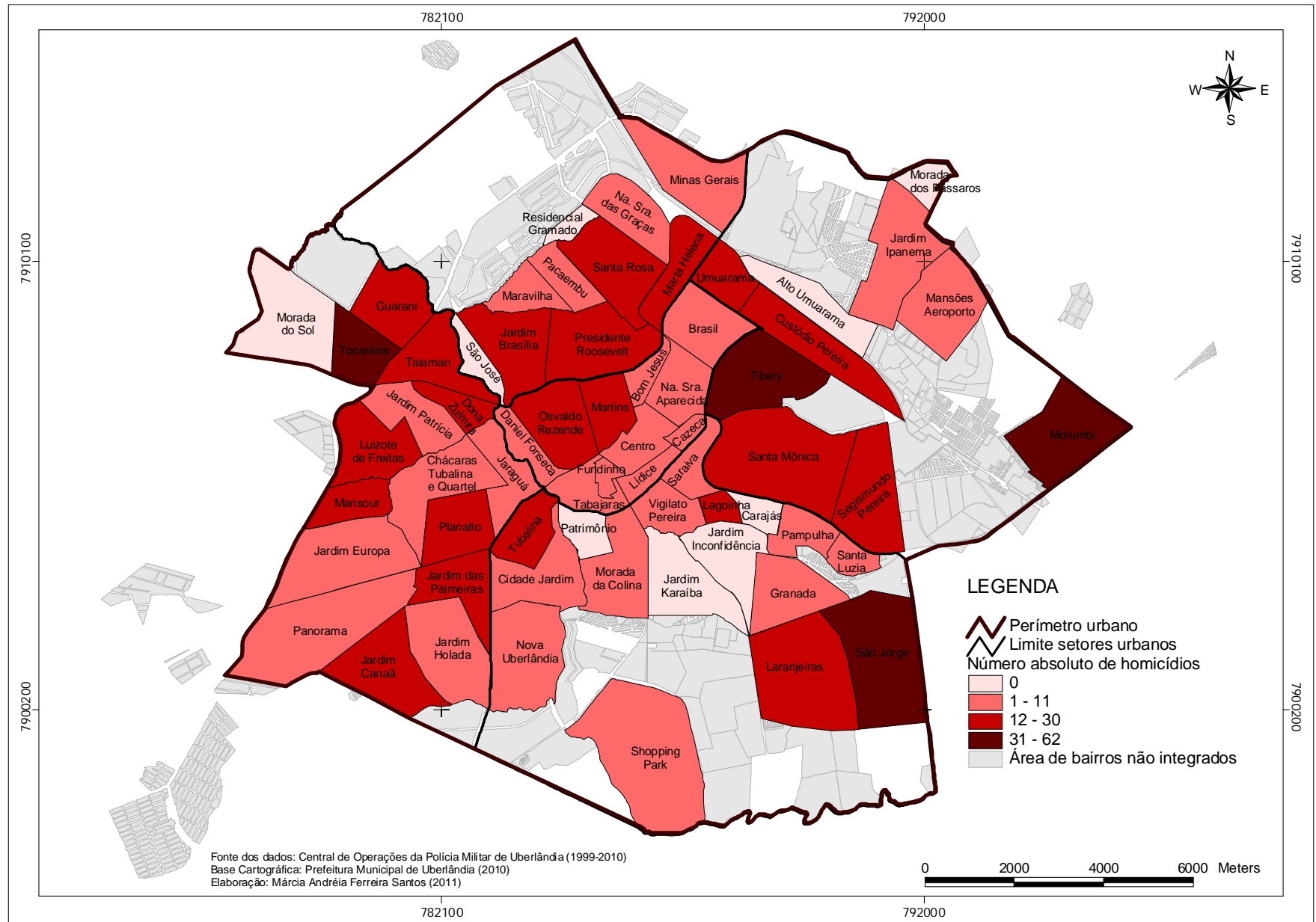
Dos 839 homicídios, 761 casos (90,7%) ocorreram nos bairros integrados, sendo o São Jorge o que apresentou os maiores valores, com 62 registros. Na sequência vieram os bairros Morumbi, com 55 casos, Tocantins com 40 e Tibery com 38. As taxas mais elevadas foram registradas no Panorama (7,54/1000 hab.), Shopping Park (6,27/1000 hab.), Dona Zulmira (6,14/1000 hab.) e Morada da Colina (5,11/1000 hab.). Nos bairros não integrados foram verificados 74 casos de homicídios (9,3%), com destaque no Morada Nova (Tabela 13 e os Mapas 12 e 13):

Tabela 13 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de homicídios: 1999-2010.

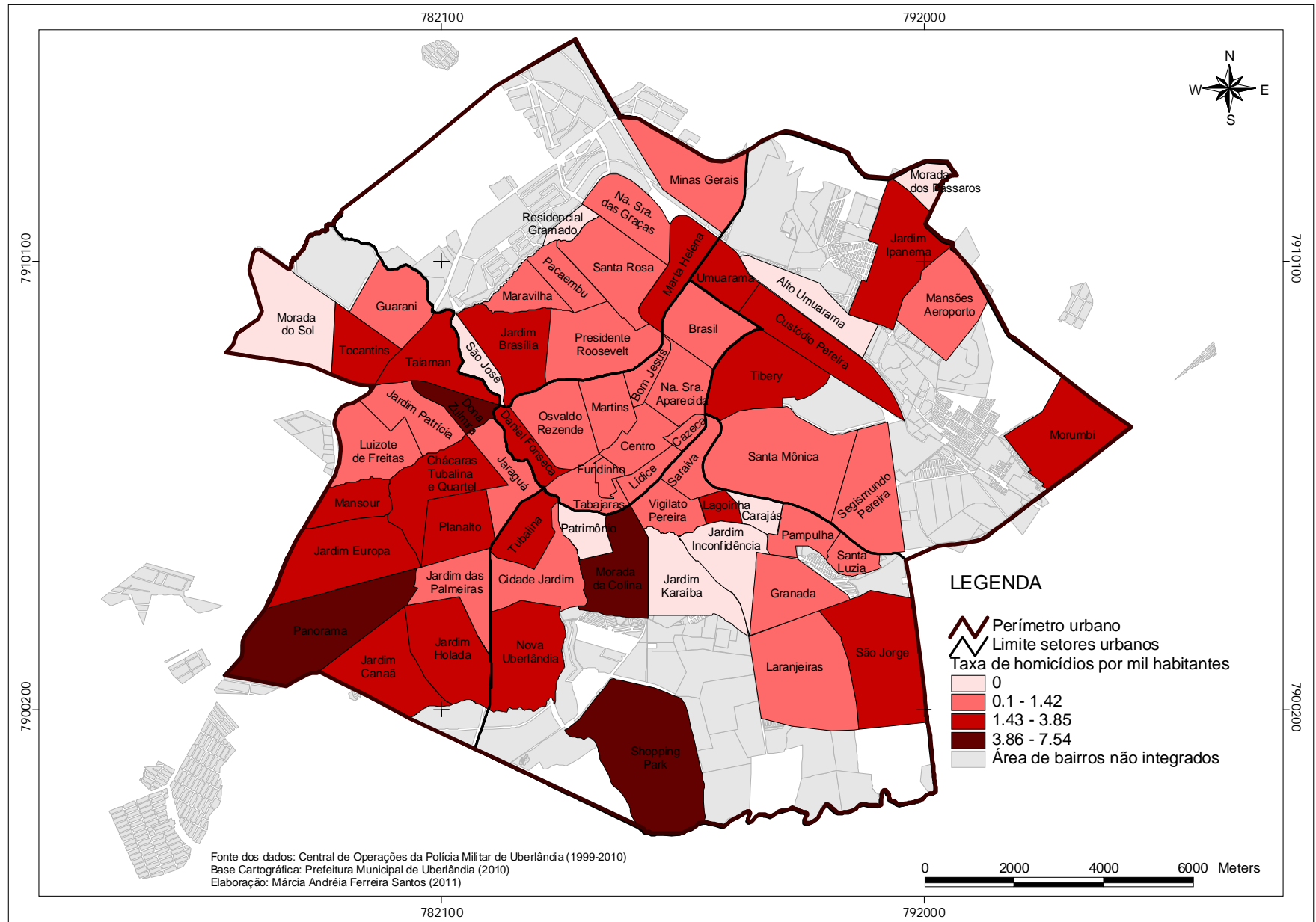
	Bairros	População ¹ (2005)	Homicídios	
			(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	0	0,00
	Bom Jesus	5.659	3	0,53
	Brasil	14.722	10	0,68
	Carajás	2.096	0	0,00
	Cazeca	3.486	3	0,86
	Centro	8.222	8	0,97
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	11	2,32
	Cidade Jardim	6.067	2	0,33
	Custodio Pereira	10.665	23	2,16
	Daniel Fonseca	5.493	10	1,82
	Dona Zulmira	3.585	22	6,14
	Fundinho	3.203	1	0,31
	Granada	8713	10	1,15
	Guarani	10.626	12	1,13
	Jaragua	9.662	11	1,14
	Jardim Brasília	14.851	27	1,82
	Jardim Canaã	11.054	30	2,71
	Jardim das Palmeiras	13.514	17	1,26
	Jardim Europa	294	1	3,40
	Jardim Holanda	1.578	3	1,90
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	11	1,53
	Jardim Karaíba	2.127	0	0,00
	Jardim Patrícia	6.397	6	0,94
	Lagoinha	4.939	19	3,85
	Laranjeiras	16.986	14	0,82
	Lídice	5.399	1	0,19
	Luizote de Freitas	21.736	29	1,33
	Mansões Aeroporto	1.413	2	1,42
	Mansour	8.742	14	1,60
	Maravilha	4.937	6	1,22
	Marta Helena	11.215	19	1,69
	Martins	10.816	15	1,39
	Minas Gerais	6.294	6	0,95
	Morada da Colina	1.957	10	5,11
	Morada do Sol	462	0	0,00
	Morada dos Pássaros	916	0	0,00
	Morumbi	16.161	55	3,40
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	10	0,70
	Nossa Senhora das Graças	6.742	7	1,04
	Nova Uberlândia	594	1	1,68
	Osvaldo Rezende	23.292	15	0,64
	Pacaembu	10.510	6	0,57
	Pampulha	4332	3	0,69
	Panorama	398	3	7,54
	Patrimônio	3.806	0	0,00
	Planalto	17.545	26	1,48
	Presidente Roosevelt	24.135	18	0,75
	Residencial Gramado	2.782	0	0,00
	Santa Luzia	4.504	6	1,33
	Santa Monica	32.491	15	0,46
	Santa Rosa	19.260	16	0,83
	São Jorge	24.948	62	2,49
	São José	501	0	0,00
	Saraiva	9.702	8	0,82
	Segismundo Pereira	18.645	14	0,75
	Shopping Park	1.595	10	6,27
	Tabajaras	7.347	3	0,41
	Taiaman	8.397	15	1,79
	Tibery	21.726	38	1,75
	Tocantins	14.095	40	2,84
	Tubalina	9.913	18	1,82
	Umuarama	3.505	13	3,71
	Vigilato Pereira	5.108	3	0,59
Não integrados	Aclimação	...	9	...
	Alvorada	...	6	...
	Dom Almir	...	13	...
	Joana Darc	...	13	...
	Morada Nova	...	23	...
	Prosperidade	...	4	...
	São Francisco	...	6	...
	Vila Marielza	...	0	...
Total		562.496	839	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



Mapa 12 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos homicídios, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 13 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de homicídios, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

É importante destacar que os bairros onde incidiram as maiores ocorrências de homicídios - São Jorge, Morumbi, Tocantins e Tibery - são, de igual modo, os locais onde também se verificaram registros elevados de tráfico de drogas, que, por sua vez, condiciona à ocorrência de diferentes crimes perpetrados com vistas à manutenção desse mercado ilegal. Sobre isso, Souza (2000) declara que

Embora o tráfico de drogas e a criminalidade urbana violenta não sejam sinônimos – pois nem o tráfico precisa sempre e em todas as instâncias da violência nem a criminalidade violenta, naturalmente, se reduz aos crimes vinculados com o tráfico -, é indiscutível que a dinâmica da violência urbana passou, nas duas últimas décadas, a estar fortemente marcada pelos efeitos diretos (guerra entre quadrilhas e entre estas e a polícia, "balas perdidas") e indiretos (empréstimo de armamentos de traficantes para criminosos comuns, delitos praticados por viciados etc.) (SOUZA, 2000, p.53).

Tal como apresentado no Capítulo 4, a Polícia Militar declarou que grande parte dos homicídios que ocorrem na cidade de Uberlândia está relacionada ao tráfico ou uso de drogas. Em janeiro de 2012, a Polícia divulgou o resultado das investigações de quatro homicídios ocorridos, em 2011, nos bairros Jaraguá e Daniel Fonseca, e dos quatro suspeitos, dois já foram presos, e segundo as investigações, todos os homicídios estão relacionados a dívidas com traficantes de drogas e queima de arquivo (DIVULGADAS AS INVESTIGAÇÕES..., 2012).

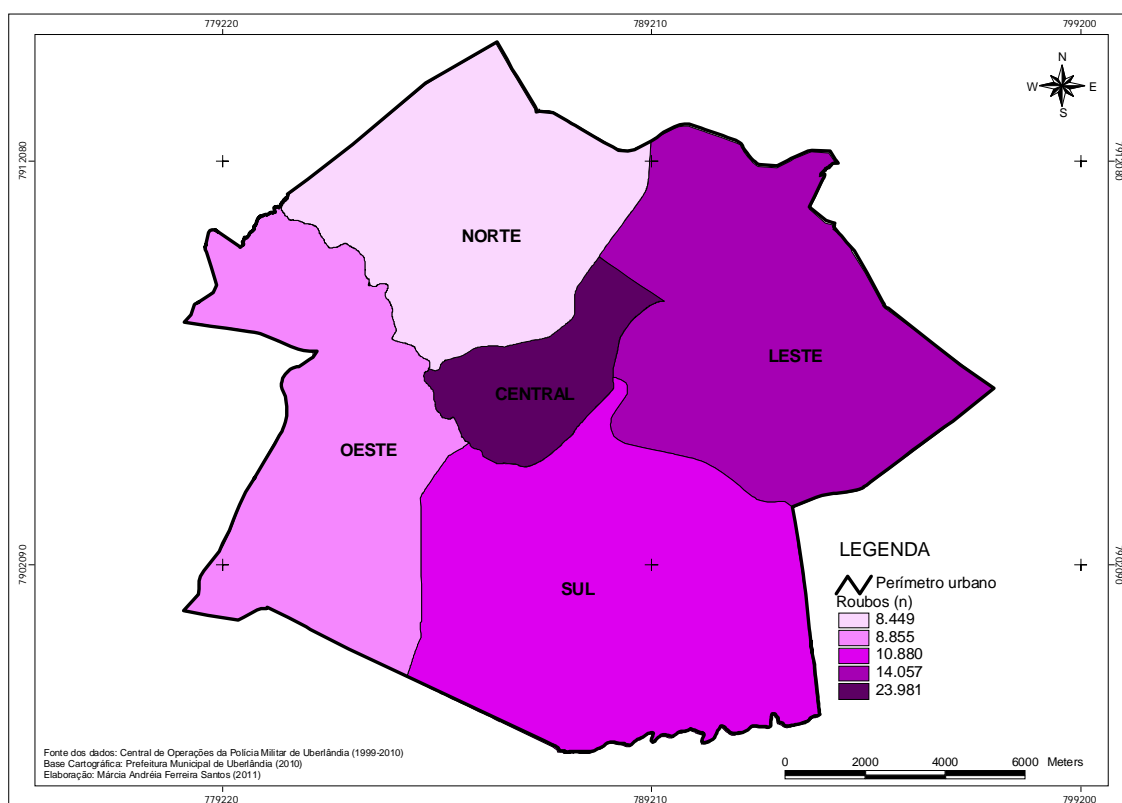
Mas, apesar da apuração dessas ocorrências, Luiz Flávio Saporì, sociólogo especialista em Segurança Pública e ex-secretário adjunto de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, declarou à reportagem de Silva (2012) que "[...] o aumento da violência supõe algum indício de impunidade e é uma demonstração de que os valores de respeito à vida humana estão perdendo o valor". Os números de homicídios, em Uberlândia, estão em constante ascensão: em 2011 registraram-se 180 casos, com um aumento de 66,67% em relação a 2010, quando foram contabilizados 108 eventos; em 18 de março de 2012 já haviam sido registrados 43 homicídios na cidade. Segundo Pimenta (2012), a cada dois dias, uma pessoa é assassinada em Uberlândia. Na reportagem de Silva (2012), Saporì acrescenta que esta é uma situação grave, já que Uberlândia enfrentava problemas relacionados a crimes contra o patrimônio, mas o aumento dos homicídios vem apresentando mudanças no perfil da criminalidade, e ressalta que "Tudo leva a crer que esses crimes sejam disputas de poder e domínios no tráfico de drogas".

Para conter o avanço dos números de homicídios, a Polícia Militar já estabeleceu uma estratégia para ser implantada ainda no primeiro semestre de 2012, denominada Patrulha de Prevenção a Homicídios (PPH), também presente em outras cidades, como Juiz de Fora e Divinópolis, e atuará nas áreas de risco, em conjunto com o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR). Neste sentido, serão atendidos os bairros onde a incidência de mortes violentas é elevada, que de acordo com o geoprocessamento da Polícia Militar, estão constituídos no Setor Oeste da cidade. Como ressalta o Comandante da 9ª Região de Polícia Militar (9ª RPM), Coronel Dilmar Fernandes Crovato, a Patrulha de Prevenção a Homicídio também atuará na estratificação de informações de crimes como lesão corporal, ameaças, disparos de armas de fogo, homicídios tentados e consumados, a partir de intervenções e visitas preventivas a endereços ou locais onde estão os infratores (BOENTE, 2012).

Percebe-se que ações têm sido realizadas por parte da Segurança Pública, no sentido de conter o avanço das mortes violentas. Entretanto, ressalta-se a importância em se manter um órgão de vigilância dos homicídios, uma vez que este tipo de crime apresenta uma dinamicidade própria que, muitas vezes, dificulta sua prevenção. A implantação da PPH, bem como de outras estratégias preventivas só terão êxito se as ações, desenvolvidas de forma integrada, acompanhar, de igual modo, a dinâmica dos homicídios, atuando, também, em outras áreas onde a incidência desse crime, apesar de ser baixa, pode vir a tornar-se um ponto de elevadas ocorrências devido à migração da criminalidade. Portanto, é importante que se previna a reincidência de homicídios nas áreas de risco; todavia, os demais bairros da cidade precisam receber igual atendimento, ainda que de forma menos intensiva do que aquele estabelecido nos espaços mais violentos, para que estes não venham a apresentar índices preocupantes.

5.4 Distribuição espacial dos roubos

Foram registrados 66.321 roubos, em Uberlândia, entre 1999 e 2010, com uma média de 6.029 casos por ano. Para 66.222 casos foi declarado o local da ocorrência. O Setor Central destacou-se com 23.981 casos (36,21%), vindo em segundo lugar o Setor Leste, como pode ser verificado no Mapa 14:



Mapa 14 – Cidade de Uberlândia: Roubos, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

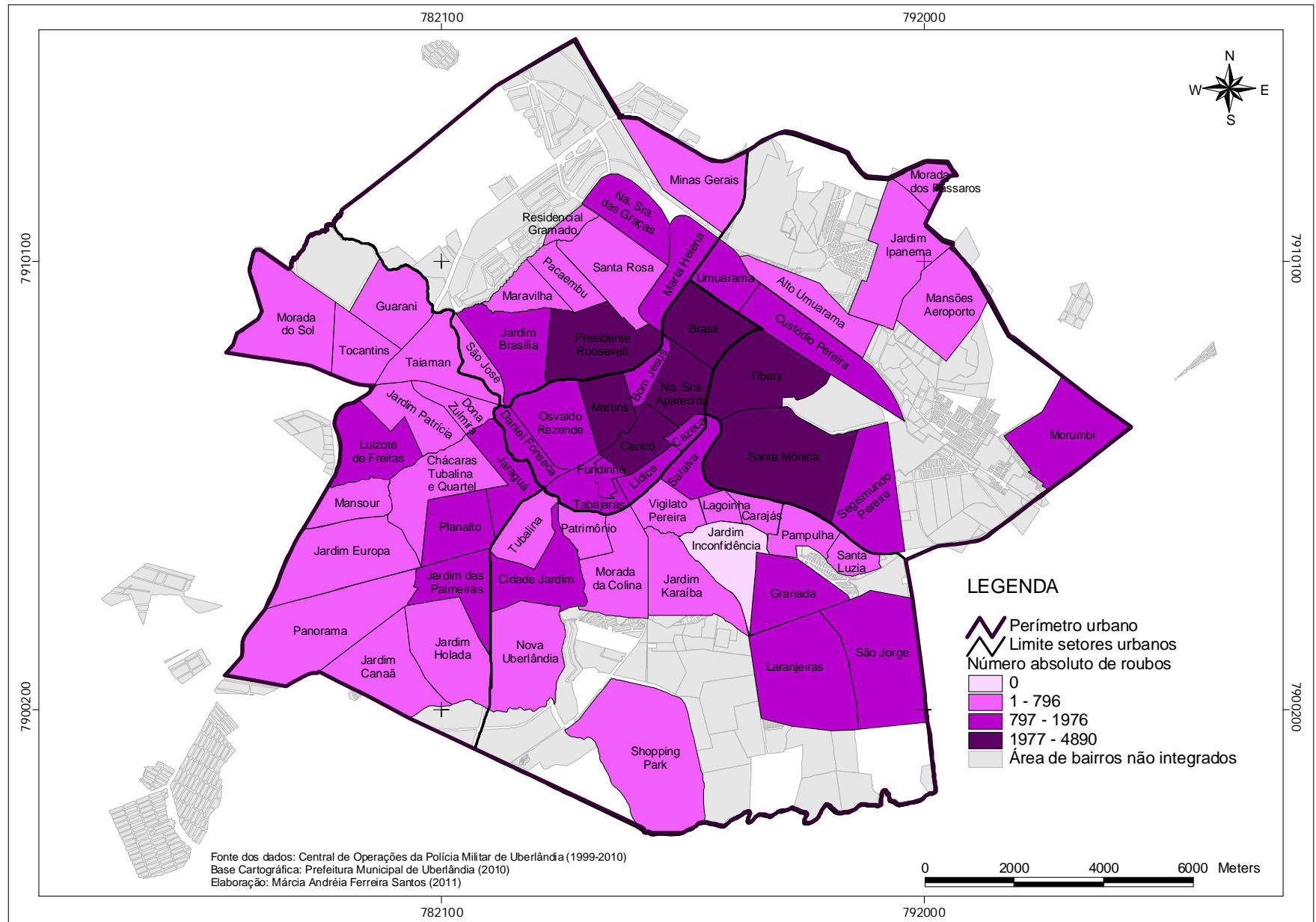
Dos 66.321 roubos, 65.419 (98,64%) incidiram nos bairros integrados, com destaque no Centro (4.890), Santa Mônica (4.669), Nossa Senhora Aparecida (4.049), Martins (3.205), Brasil (2.707), Tibery (2.496) e Presidente Roosevelt (2.436). As taxas mais elevadas foram no Centro (594,75/1000 hab.), Fundinho (437,09/1000 hab.), Umuarama (356,35/1000 hab.), Cazeca (300,34/1000 hab.), Martins (296,32/1000 hab.) e Nossa Senhora Aparecida (282,16/1000 hab.) (Mapas 15 e 16). Os roubos nos bairros não integrados foram pouco expressivos, apenas 1,21% das ocorrências (803 casos), com destaque no Alvorada. (Tabela 14).

Tabela 14 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de roubos: 1999-2010.

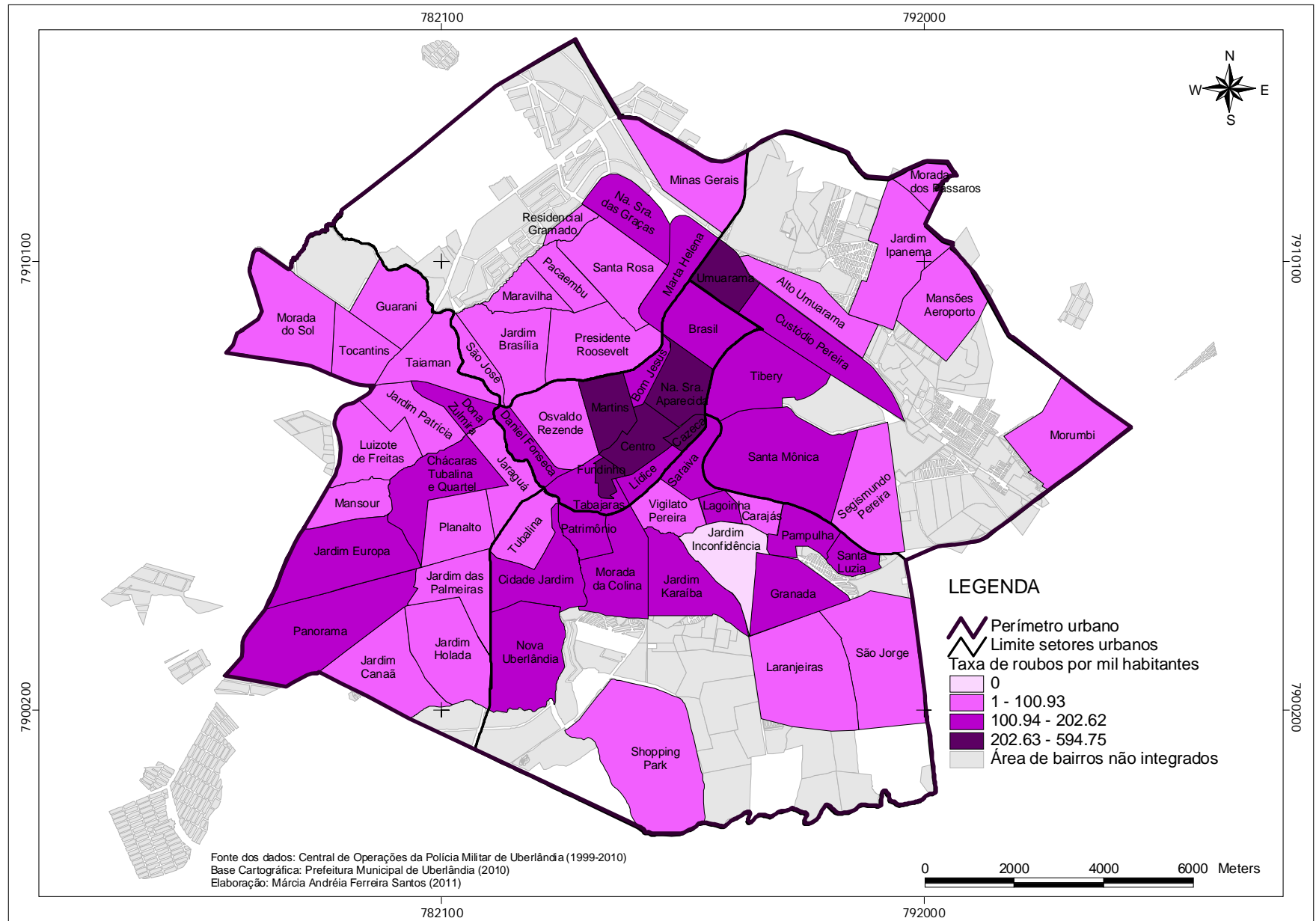
	Bairros	População ¹ (2005)	Roubos	
			(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	226	41,59
	Bom Jesus	5.659	1138	201,10
	Brasil	14.722	2707	183,87
	Carajás	2.096	14	6,68
	Cazeca	3.486	1047	300,34
	Centro	8.222	4890	594,75
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	516	108,75
	Cidade Jardim	6.067	854	140,76
	Custodio Pereira	10.665	1133	106,24
	Daniel Fonseca	5.493	1113	202,62
	Dona Zulmira	3.585	481	134,17
	Fundinho	3.203	1400	437,09
	Granada	8713	1253	143,81
	Guarani	10.626	639	60,14
	Jaragua	9.662	835	86,42
	Jardim Brasília	14.851	1454	97,91
	Jardim Canaã	11.054	649	58,71
	Jardim das Palmeiras	13.514	881	65,19
	Jardim Europa	294	49	166,67
	Jardim Holanda	1.578	76	48,16
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	475	66,06
	Jardim Karaíba	2.127	353	165,96
	Jardim Patrícia	6.397	623	97,39
	Lagoinha	4.939	684	138,49
	Laranjeiras	16.986	1023	60,23
	Lídice	5.399	1013	187,63
	Luizote de Freitas	21.736	1172	53,92
	Mansões Aeroporto	1.413	80	56,62
	Mansour	8.742	351	40,15
	Maravilha	4.937	287	58,13
	Marta Helena	11.215	1246	111,10
	Martins	10.816	3205	296,32
	Minas Gerais	6.294	329	52,27
	Morada da Colina	1.957	294	150,23
	Morada do Sol	462	21	45,45
	Morada dos Pássaros	916	34	37,12
	Morumbi	16.161	922	57,05
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	4049	282,16
	Nossa Senhora das Graças	6.742	1092	161,97
	Nova Uberlândia	594	76	127,95
	Osvaldo Rezende	23.292	1976	84,84
	Pacaembu	10.510	796	75,74
	Pampulha	4332	525	121,19
	Panorama	398	54	135,68
	Patrimônio	3.806	544	142,93
	Planalto	17.545	1302	74,21
	Presidente Roosevelt	24.135	2436	100,93
	Residencial Gramado	2.782	125	44,93
	Santa Luzia	4.504	749	166,30
	Santa Monica	32.491	4669	143,70
	Santa Rosa	19.260	672	34,89
	São Jorge	24.948	1958	78,48
	São José	501	12	23,95
	Saraiva	9.702	1697	174,91
	Segismundo Pereira	18.645	1725	92,52
	Shopping Park	1.595	102	63,95
	Tabajaras	7.347	1416	192,73
	Taiaman	8.397	350	41,68
	Tibery	21.726	2496	114,89
	Tocantins	14.095	701	49,73
	Tubalina	9.913	710	71,62
	Umuarama	3.505	1249	356,35
	Vigilato Pereira	5.108	471	92,21
Não integrados	Aclimação	...	137	...
	Alvorada	...	263	...
	Dom Almir	...	123	...
	Joana Darc	...	71	...
	Morada Nova	...	170	...
	Prosperidade	...	9	...
	São Francisco	...	28	...
	Vila Marielza	...	2	...
Total		562.496	66.321	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



Mapa 15– Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos roubos, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 16 – Cidade de Uberlândia: distribuição espacial da taxa de roubos, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

Dentre as modalidades de roubos, as três que mais se destacaram foram: a transeunte (36.139), de veículo automotor (7.007) e a prédio comercial (6.110). Essas três modalidades somaram 49.256 roubos, totalizando 74,27% dos casos registrados no período. Deste total, 31.010 roubos foram à mão armada, representando 62,96% dos casos. Mais uma vez comprova-se a intrínseca relação entre a disponibilidade de armas de fogo e a vitimização por roubos e homicídios. Acrescenta-se a isso o fato de a maioria daqueles que estão envolvidos com o tráfico ou são usuários de drogas utilizam a arma na prática do crime, ou para se defenderem, como muitos adolescentes declaram, ao serem apreendidos, ou para intimidarem a vítima. Recentemente, um menor de idade de 17 anos, foi apreendido com drogas e duas armas de fogo, sendo uma de uso restrito da Polícia Militar, e declarou ser usuário de drogas, e que utilizava a arma para defender-se (TAVARES, 2012^a). Tais fatos ocorrem constantemente, em Uberlândia, e geralmente menores de idade estão envolvidos, como pode declara Tavares (2012^b) em sua reportagem:

Três menores, um de 16 e dois de 14 anos, foram apreendidos com 51 pedras de crack, nove papéletes de cocaína, uma bucha de maconha, R\$ 42 em dinheiro e uma réplica de uma arma de fogo, na madrugada deste domingo (21) no bairro Bom Jesus, setor central de Uberlândia. Eles estavam na esquina da avenida Tupaciguara quando os policiais militares do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) começaram a receber denúncias de que eles traficavam no local.

Em se tratando da distribuição desses crimes, por bairro, o Centro apresentou as maiores ocorrências de roubo a transeuntes, com 4.021 casos e a prédio comercial, com 421 casos e o Santa Mônica registrou o maior número de roubos de veículo automotor, com 684 casos. Além disso, é importante considerar que seis bairros além do Centro apresentaram mais de mil casos de roubo a transeuntes, sendo três deles no Setor Central (Nossa Senhora Aparecida: 2.710, Martins: 2.086; Brasil: 1568); dois no Setor Leste (Santa Mônica: 3.179, Tibery: 1.372) e um no Setor Norte (Presidente Roosevelt: 1.191). Ressalta-se que os detalhes sobre as ocorrências de roubo no Centro da cidade serão apresentadas no Capítulo 6.

Com relação aos roubos de veículos automotores, nove bairros apresentaram mais de duzentas ocorrências, destacando-se, novamente, o Setor Central, com seis bairros (Nossa Senhora Aparecida: 339, Brasil: 326, Centro: 325, Martins: 256, Osvaldo Rezende: 239, Tabajaras: 207); dois no Setor Leste, além do Santa Mônica, já comentado (Segismundo Pereira: 215, Tibery: 201); e um no Setor Norte

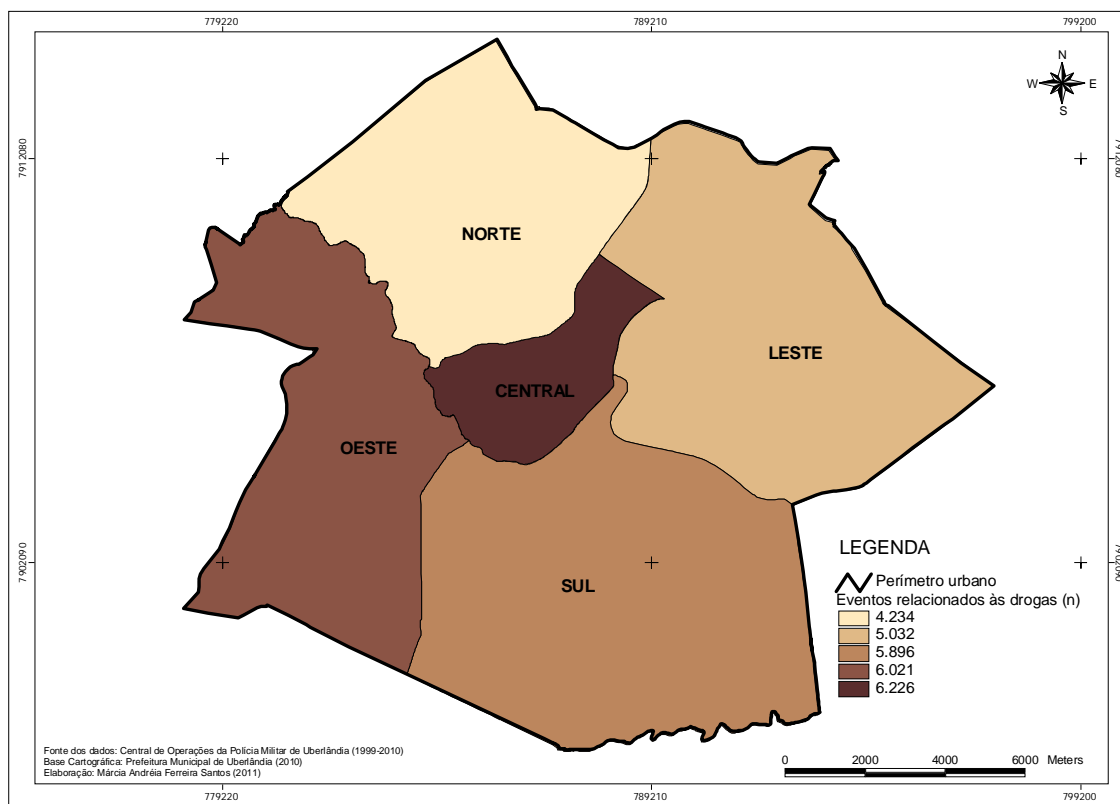
(Presidente Roosevelt: 247). Esforços, por parte da Segurança Pública, têm sido feitos, no sentido de coibir e punir os criminosos pela prática desse tipo de roubo. Em 2011, uma operação da Polícia Civil de Uberlândia, denominada “Triângulo das Bermudas, prendeu 41 pessoas acusadas de roubo e desmanche de veículos no Triângulo Mineiro e Goiás. Em Uberlândia, foram localizados 61% dos que foram presos (25 pessoas) e os demais foram detidos em Uberaba (MG), Araguari (MG) e Catalão (GO). Infelizmente, a Lei é falha, e por essa razão, alguns indivíduos, mesmo condenados por outros crimes conseguem praticar outros, como é o caso dos roubos de veículo automotor. Dentre os presos, dois eram do regime albergado, e possuíam autorização para sair do presídio; outros dois estavam envolvidos com homicídios consumados e tentados (SILVA, 2012).

Alguns bairros, especificamente sete além do Centro, apresentaram mais de duzentas ocorrências de roubo a prédios comerciais, no período em questão, e, novamente, o Setor Central apresentou o maior número deles, sendo quatro bairros além do Centro (Nossa Senhora Aparecida: 337, Martins: 282, Brasil: 262, Osvaldo Rezende: 226); dois no Setor Norte (Presidente Roosevelt: 296; Jardim Brasília: 258); e um no Setor Leste (Santa Mônica: 374).

Com o objetivo de conter as ocorrências de roubos no Setor Central da cidade, foram instaladas, em 2008, 72 câmeras de videomonitoramento, numa parceria entre a Polícia Militar e os comerciantes locais. Detalhes sobre esta estratégia da Segurança Pública serão apresentados no Capítulo 6.

5.5 Distribuição espacial dos eventos referentes às drogas ilícitas

Os eventos relacionados às drogas ilícitas foram divididos em três grupos, a saber: apreensão de drogas para tráfico e uso, maior de idade preso por tráfico e uso e menor de idade apreendido por tráfico e uso. A somatória de todas as ocorrências referentes às drogas, no período de 1999 a 2010, totalizou 27.409 registros, distribuídos da seguinte forma: Apreensão de drogas para tráfico: 3.669 casos (13%); Apreensão de drogas para uso: 8.236 casos (30%); Maior de idade preso por tráfico: 4.988 (18%); Maior de idade preso por uso: 7.203 casos (26%); Menor de idade preso por tráfico: 1.480 (5%); Menor de idade apreendido por uso: 1.833 (7%). Os bairros integrados registraram 26.317 casos (96,02%) e bairros não integrados 1.092 (3,98%). O Setor Central apresentou o maior número de registro, com 6.226 eventos (22,72%) (Mapa 17), e, dentre os bairros, o Lagoinha destacou-se em primeiro lugar 1.757 casos, como poder visto na Tabela 15 e Mapas 18 e 19:



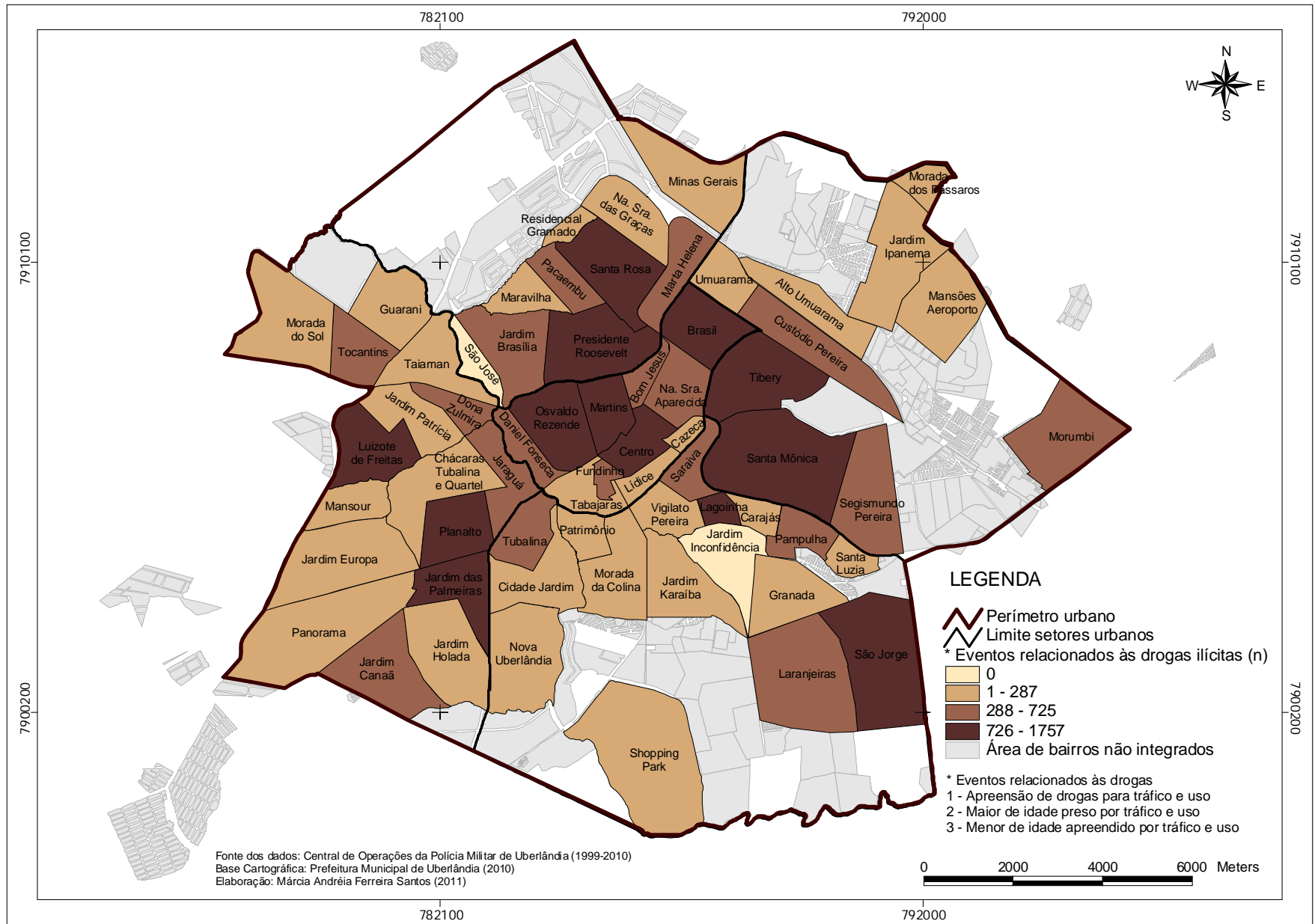
Mapa 17 – Cidade de Uberlândia: Eventos relacionados às drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

Tabela 15 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de eventos relacionados às drogas: 1999-2010.

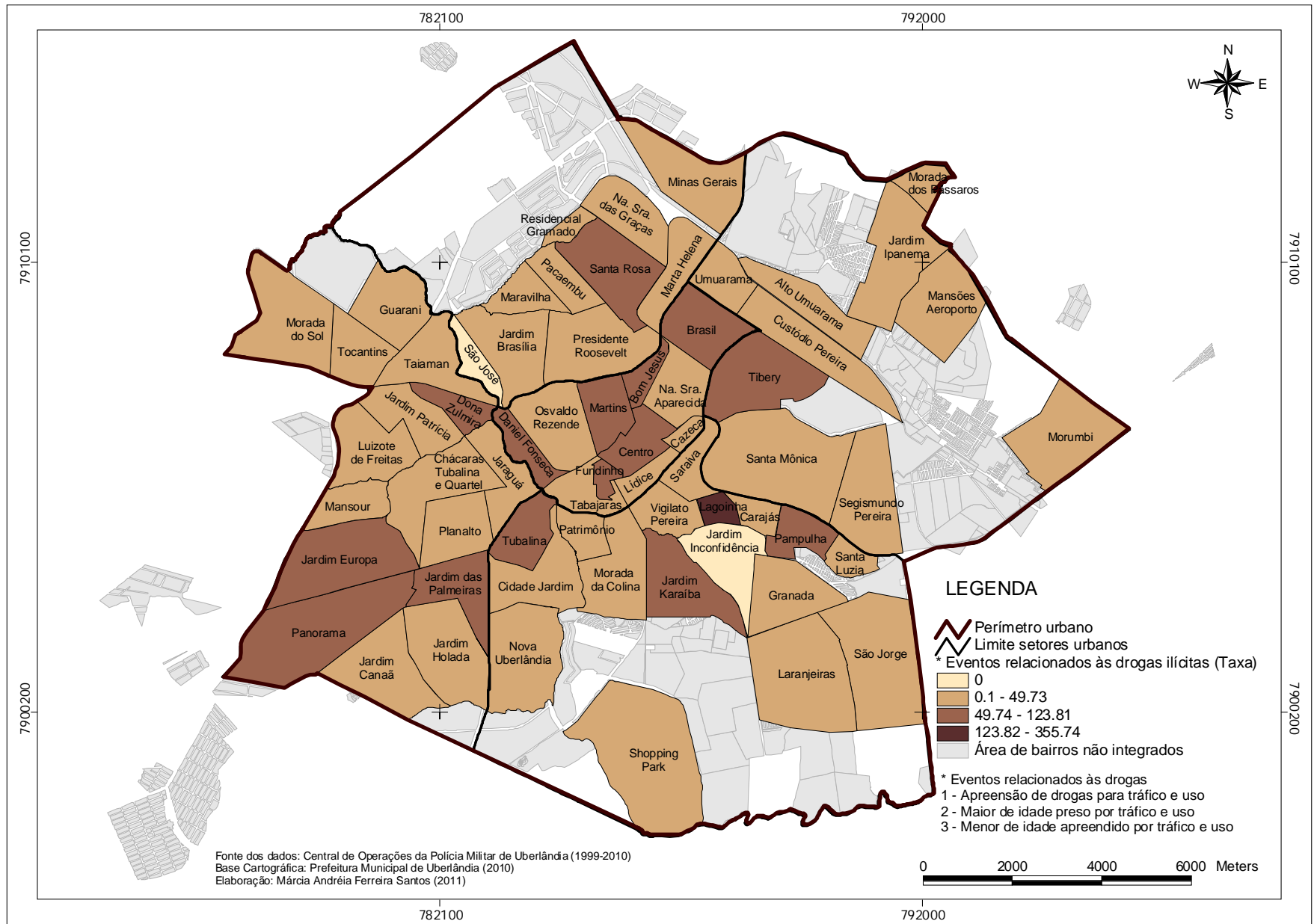
	Bairros	População ¹ (2005)	Eventos relacionados às drogas ilícitas	
			(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	64	11,78
	Bom Jesus	5.659	458	80,93
	Brasil	14.722	1049	71,25
	Carajás	2.096	10	4,77
	Cazeca	3.486	150	43,03
	Centro	8.222	1018	123,81
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	160	33,72
	Cidade Jardim	6.067	97	15,99
	Custodio Pereira	10.665	377	35,35
	Daniel Fonseca	5.493	384	69,91
	Dona Zulmira	3.585	402	112,13
	Fundinho	3.203	333	103,97
	Granada	8713	245	28,12
	Guarani	10.626	287	27,01
	Jaragua	9.662	470	48,64
	Jardim Brasília	14.851	575	38,72
	Jardim Canaã	11.054	499	45,14
	Jardim das Palmeiras	13.514	855	63,27
	Jardim Europa	294	32	108,84
	Jardim Holanda	1.578	26	16,48
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	172	23,92
	Jardim Karaíba	2.127	131	61,59
	Jardim Patrícia	6.397	155	24,23
	Lagoinha	4.939	1757	355,74
	Laranjeiras	16.986	547	32,20
	Lídice	5.399	159	29,45
	Luizote de Freitas	21.736	1022	47,02
	Mansões Aeroporto	1.413	6	4,25
	Mansour	8.742	272	31,11
	Maravilha	4.937	153	30,99
	Marta Helena	11.215	504	44,94
	Martins	10.816	1005	92,92
	Minas Gerais	6.294	156	24,79
	Morada da Colina	1.957	74	37,81
	Morada do Sol	462	13	28,14
	Morada dos Pássaros	916	16	17,47
	Morumbi	16.161	725	44,86
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	697	48,57
	Nossa Senhora das Graças	6.742	283	41,98
	Nova Uberlândia	594	16	26,94
	Osvaldo Rezende	23.292	827	35,51
	Pacaembu	10.510	306	29,12
	Pampulha	4332	400	92,34
	Panorama	398	39	97,99
	Patrimônio	3.806	146	38,36
	Planalto	17.545	798	45,48
	Presidente Roosevelt	24.135	859	35,59
	Residencial Gramado	2.782	21	7,55
	Santa Luzia	4.504	93	20,65
	Santa Monica	32.491	962	29,61
	Santa Rosa	19.260	1377	71,50
	São Jorge	24.948	1092	43,77
	São José	501	0	0,00
	Saraiva	9.702	427	44,01
	Segismundo Pereira	18.645	342	18,34
	Shopping Park	1.595	70	43,89
	Tabajaras	7.347	146	19,87
	Taiaman	8.397	125	14,89
	Tibery	21.726	1305	60,07
	Tocantins	14.095	701	49,73
	Tubalina	9.913	581	58,61
	Umuarama	3.505	136	38,80
	Vigilato Pereira	5.108	210	41,11
Não integrados	Aclimação	...	64	...
	Alvorada	...	85	...
	Dom Almir	...	395	...
	Joana Darc	...	185	...
	Morada Nova	...	165	...
	Prosperidade	...	36	...
	São Francisco	...	160	...
	Vila Marielza	...	2	...
Total		562.496	27.409	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



Mapa 18 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos eventos relacionados às drogas ilícitas, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 19 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de eventos relacionados às drogas ilícitas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

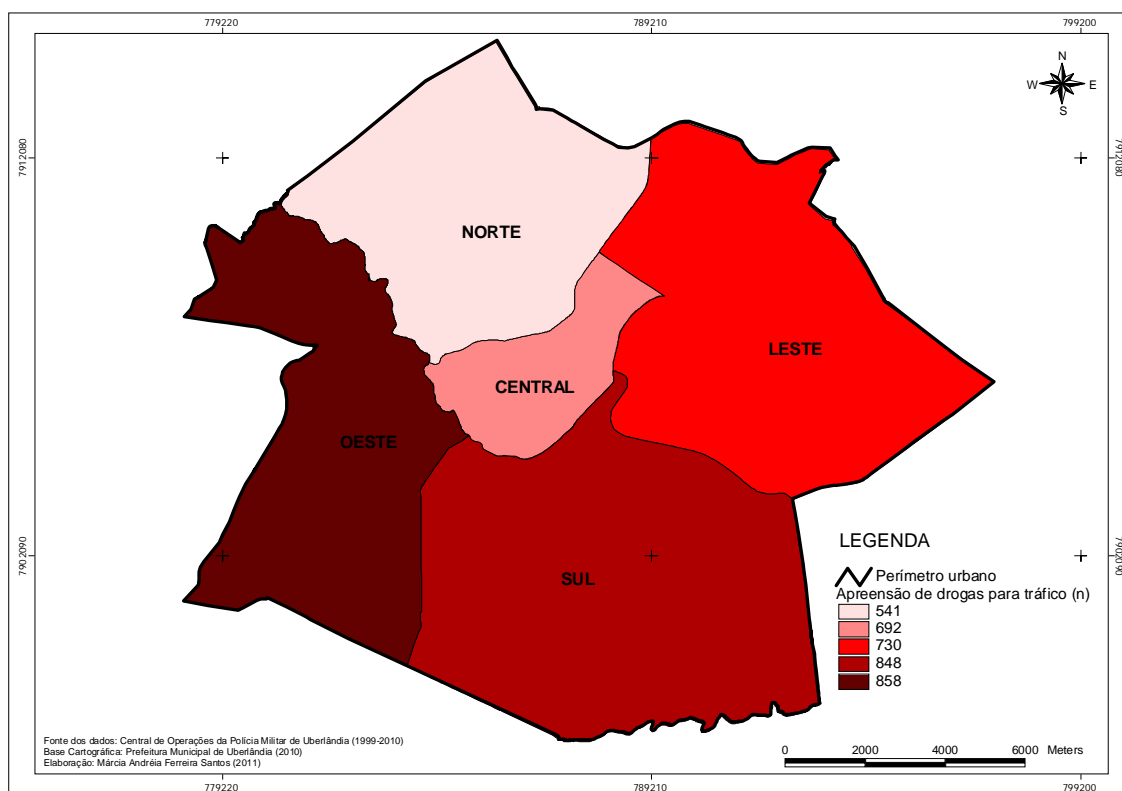
Convém ressaltar que as ocorrências relacionadas às drogas não se distribuem de forma homogênea no bairro. Alguns loteamentos que constituem o bairro integrado tendem a apresentar mais registros do que outros. É o que se observou, por exemplo, no bairro Santa Rosa, constituído de alguns loteamentos como o Esperança, Jardim América e Residencial Liberdade. Nele, a incidência de registros é maior no Esperança, enquanto nos outros loteamentos os valores são relativamente baixos.

5.5.1 Apreensão de drogas para tráfico e uso

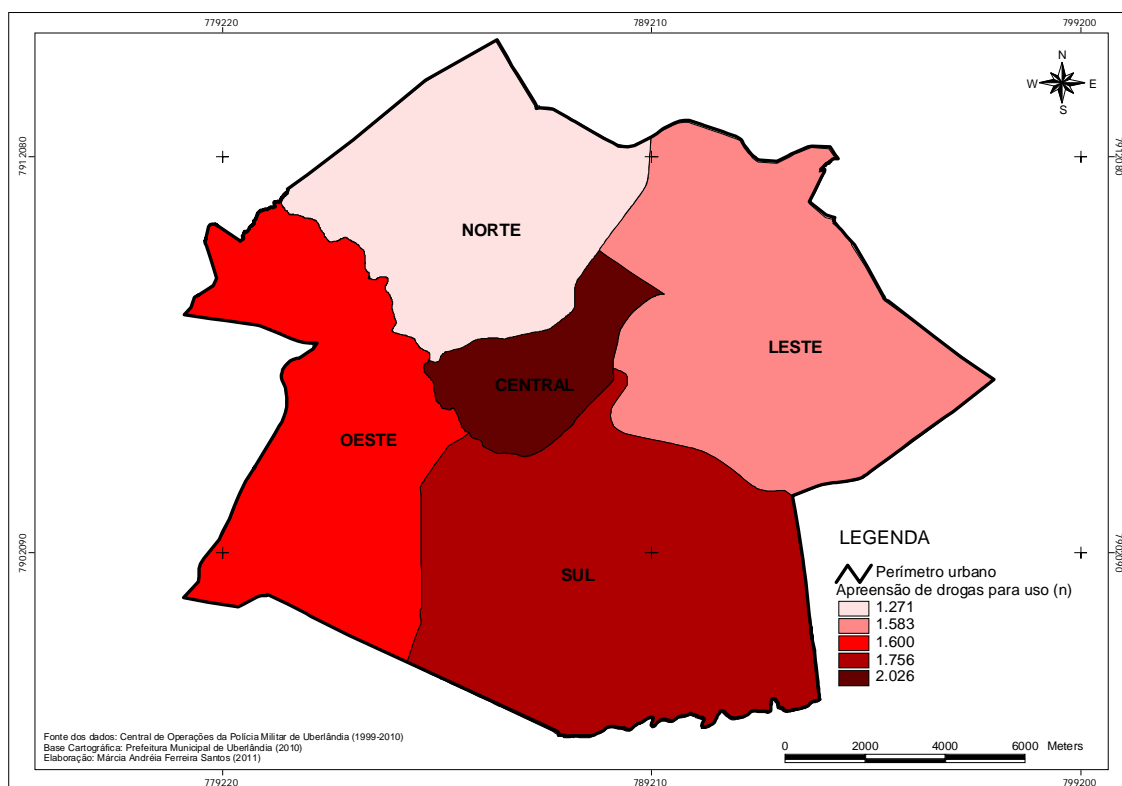
Foram registradas 11.905 apreensões de drogas, em Uberlândia, entre 1999 e 2010, das quais 3.669 casos foram para tráfico (30,82%) e 8.236 casos para uso (69,18%). Para os casos de tráfico, verificou-se uma média anual de 334 ocorrências, e para os registros de uso, 749 ocorrências.

As apreensões de drogas para o tráfico foram elevadas no Setor Oeste, com 858 (23,39%). O Setor Central apresentou o maior número de ocorrências de apreensão de drogas para uso, com 2.026 casos (24,60%) (Mapas 20 e 21). Das apreensões de drogas registradas, 11.396 casos incidiram nos bairros integrados (95,72%), sendo 3.456 ocorrências relacionadas ao tráfico (30,33%) e 7.940 ao uso (69,67%). Verificaram-se 509 registros nos bairros não integrados (4,28%), sendo 213 casos relacionados a tráfico (41,85%) e 296 ao uso (58,15%).

Dentre os bairros integrados, o Lagoinha apresentou os maiores registros de apreensão de drogas para tráfico e uso, respectivamente, 295 e 483 casos, registrando, também, as taxas mais elevadas: 59,73/1000 habitantes e 97,79/1000 habitantes propriamente. Já nos bairros não integrados, destacou-se o Dom Almir, com 108 casos de apreensão de drogas para tráfico e 134 casos para uso. Para maiores detalhes, verifique a Tabela 16 e os Mapas 22, 23, 24 e 25:



Mapa 20 – Cidade de Uberlândia: Apreensão de drogas para tráfico, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.



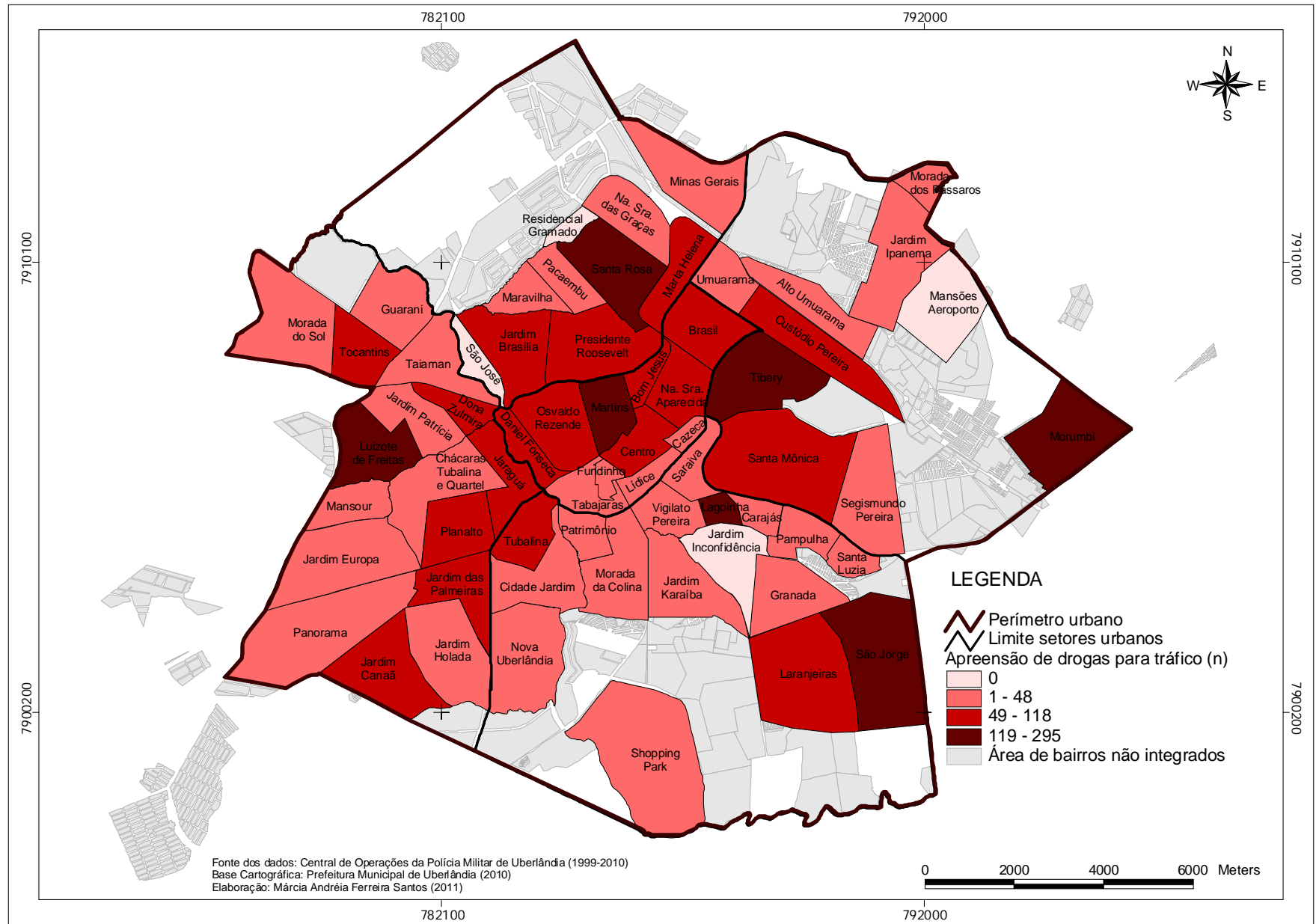
Mapa 21 – Cidade de Uberlândia: Apreensão de drogas para uso, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

Tabela 16 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de apreensão de drogas para tráfico e uso: 1999-2010.

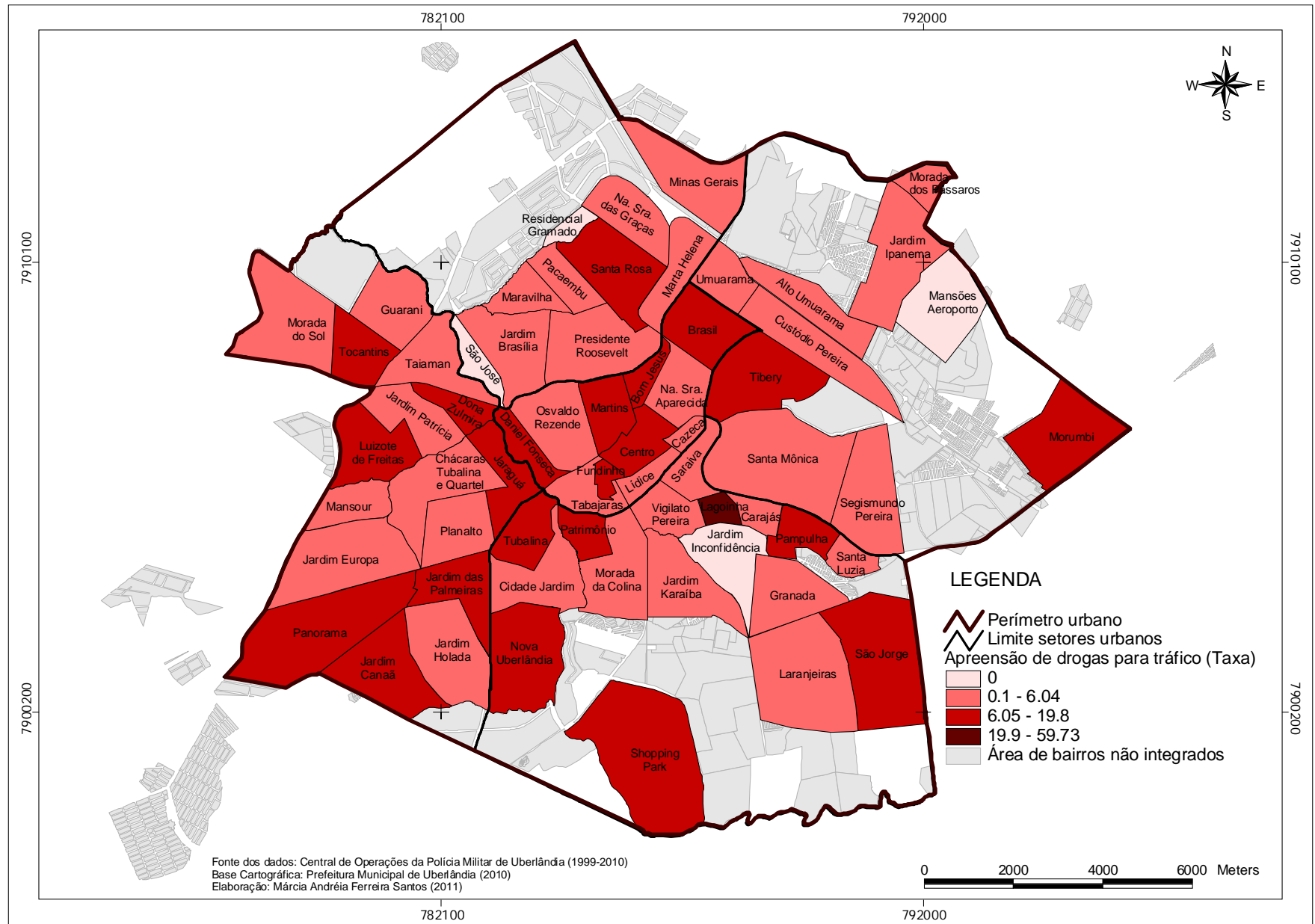
	Bairros	População ¹ (2005)	Apreensão de drogas para tráfico		Apreensão de drogas para uso	
			(n)	(Taxa por mil hab.)	(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	7	1,29	17	3,13
	Bom Jesus	5.659	68	12,02	133	23,50
	Brasil	14.722	110	7,47	338	22,96
	Carajás	2.096	1	0,48	6	2,86
	Cazeca	3.486	14	4,02	50	14,34
	Centro	8.222	73	8,88	385	46,83
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	27	5,69	41	8,64
	Cidade Jardim	6.067	6	0,99	35	5,77
	Custodio Pereira	10.665	51	4,78	113	10,60
	Daniel Fonseca	5.493	54	9,83	100	18,20
	Dona Zulmira	3.585	71	19,80	113	31,52
	Fundinho	3.203	27	8,43	117	36,53
	Granada	8713	28	3,21	87	9,99
	Guarani	10.626	37	3,48	86	8,09
	Jaragua	9.662	64	6,62	126	13,04
	Jardim Brasília	14.851	78	5,25	157	10,57
	Jardim Canaã	11.054	104	9,41	104	9,41
	Jardim das Palmeiras	13.514	113	8,36	199	14,73
	Jardim Europa	294	1	3,40	10	34,01
	Jardim Holanda	1.578	2	1,27	10	6,34
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	31	4,31	45	6,26
	Jardim Karaiba	2.127	4	1,88	51	23,98
	Jardim Patrícia	6.397	19	2,97	42	6,57
	Lagoinha	4.939	295	59,73	483	97,79
	Laranjeiras	16.986	79	4,65	146	8,60
	Lídice	5.399	10	1,85	49	9,08
	Luizote de Freitas	21.736	147	6,76	281	12,93
	Mansões Aeroporto	1.413	0	0,00	4	2,83
	Mansour	8.742	23	2,63	87	9,95
	Maravilha	4.937	22	4,46	46	9,32
	Marta Helena	11.215	65	5,80	148	13,20
	Martins	10.816	139	12,85	315	29,12
	Minas Gerais	6.294	30	4,77	34	5,40
	Morada da Colina	1.957	11	5,62	23	11,75
	Morada do Sol	462	1	2,16	0	2,18
	Morada dos Pássaros	916	5	5,46	2	0,00
	Morumbi	16.161	144	8,91	177	10,95
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	70	4,88	269	18,75
	Nossa Senhora das Graças	6.742	19	2,82	92	13,65
	Nova Uberlândia	594	4	6,73	2	3,37
	Osvaldo Rezende	23.292	118	5,07	263	11,29
	Pacaembu	10.510	31	2,95	102	9,71
	Pampulha	4332	48	11,08	116	26,78
	Panorama	398	6	15,08	9	22,61
	Patrimônio	3.806	26	6,83	37	9,72
	Planalto	17.545	106	6,04	224	12,77
	Presidente Roosevelt	24.135	105	4,35	269	11,15
	Residencial Gramado	2.782	0	0,00	12	4,31
	Santa Luzia	4.504	9	2,00	36	7,99
	Santa Monica	32.491	89	2,74	369	11,36
	Santa Rosa	19.260	191	9,92	411	21,34
	São Jorge	24.948	186	7,46	287	11,50
	São José	501	0	0,00	0	0,00
	Saraiva	9.702	41	4,23	139	14,33
	Segismundo Pereira	18.645	34	1,82	121	6,49
	Shopping Park	1.595	12	7,52	19	11,91
	Tabajaras	7.347	9	1,22	57	7,76
	Taíaman	8.397	10	1,19	44	5,24
	Tibery	21.726	155	7,13	417	19,19
	Tocantins	14.095	110	7,80	197	13,98
	Tubalina	9.913	72	7,26	175	17,65
	Umuarama	3.505	18	5,14	49	13,98
	Vigilato Pereira	5.108	26	5,09	64	12,53
Não integrados	Aclimação	...	8	...	20	...
	Alvorada	...	12	...	24	...
	Dom Almir	...	108	...	134	...
	Joana Darc	...	25	...	37	...
	Morada Nova	...	17	...	27	...
	Prosperidade	...	9	...	6	...
	São Francisco	...	34	...	47	...
	Vila Marielza	...	0	...	1	...
Total		562.496	3.669	..	8.236	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

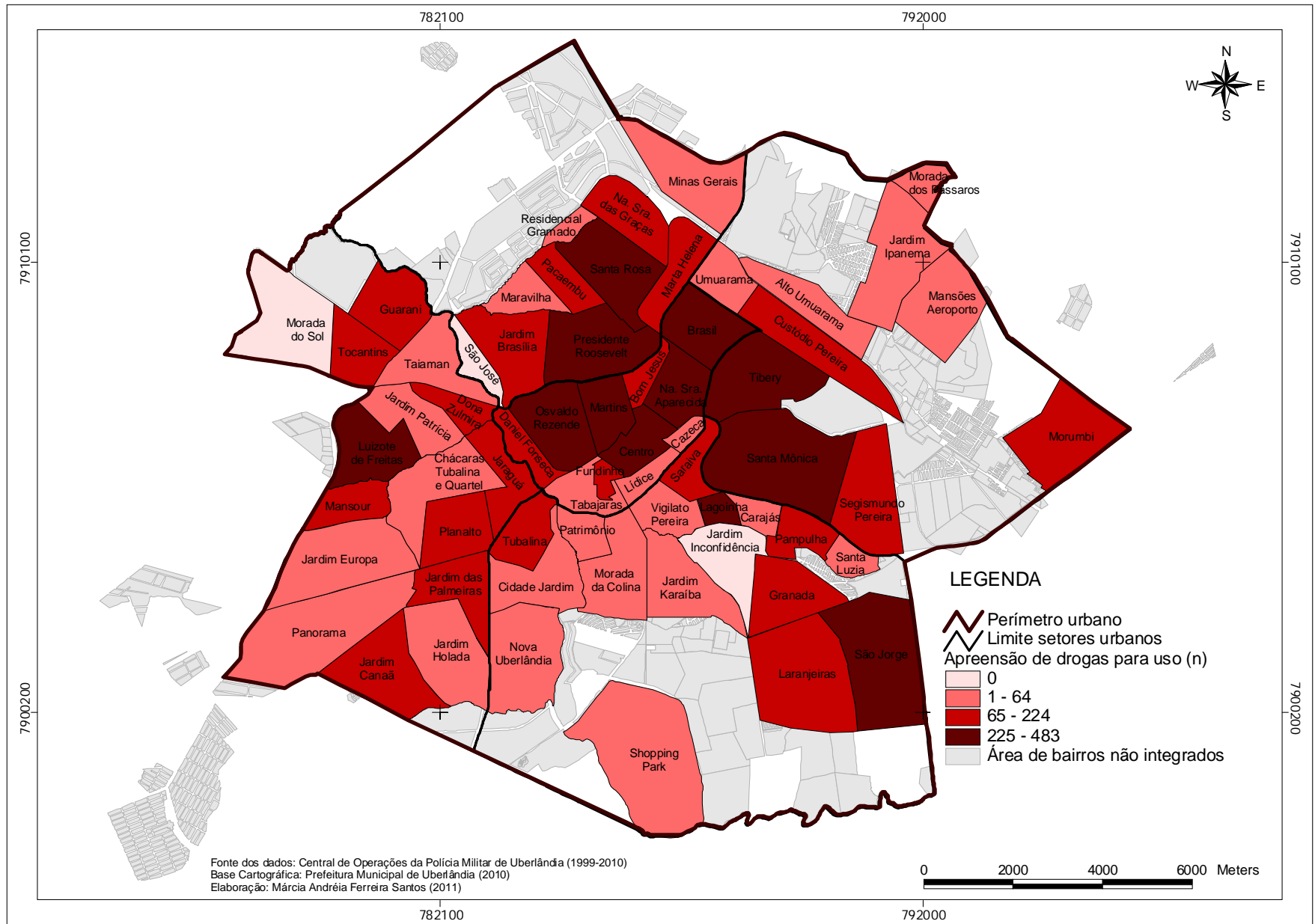
Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



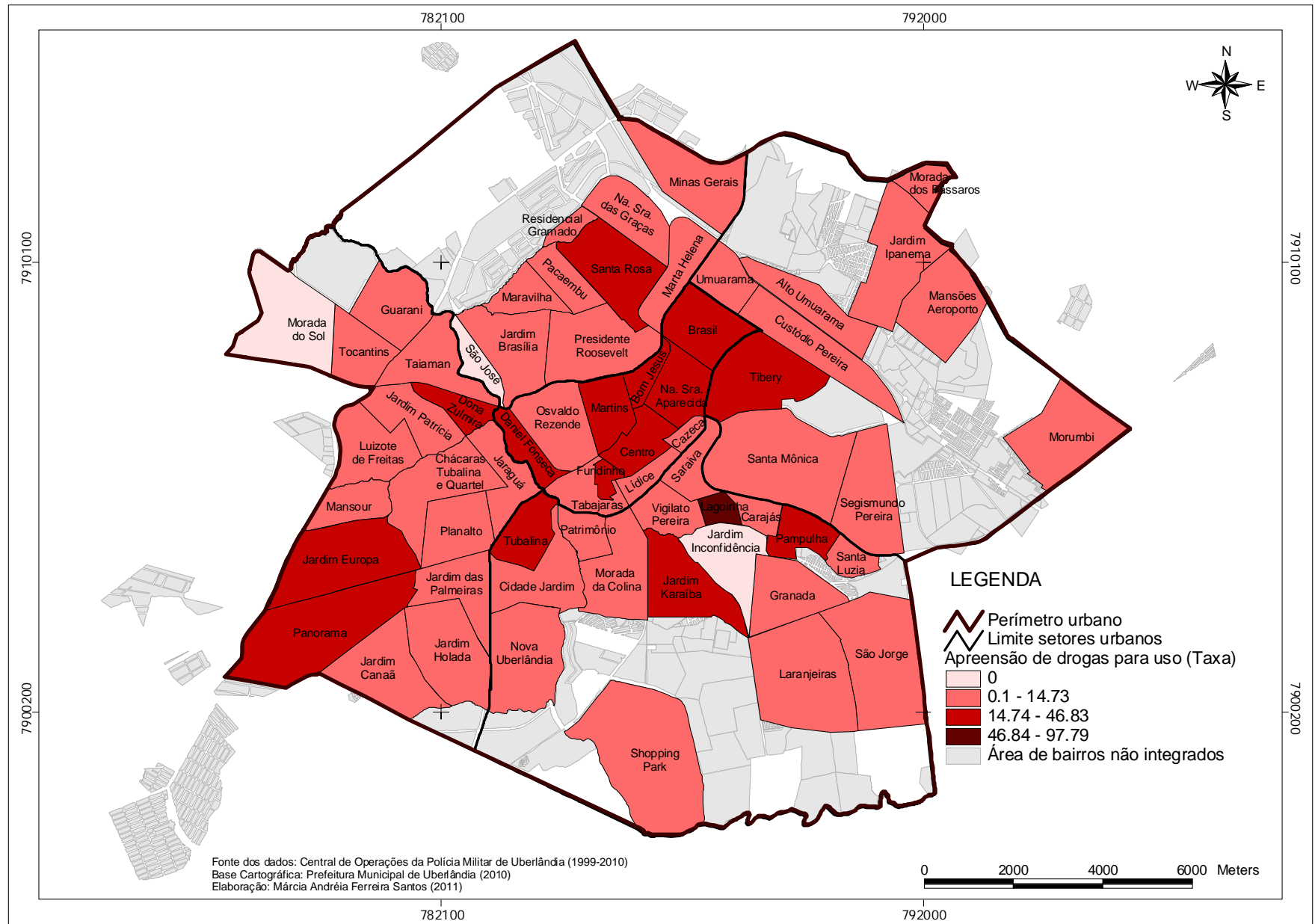
Mapa 22 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o tráfico, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 23 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para tráfico, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.



Mapa 24 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o uso, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 25 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para o uso, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

De acordo com Graner-Araújo (2009), o tráfico de drogas possui uma estrutura que se estabelece a partir de três eixos: o grupo, o consórcio e a organização de traficantes. O grupo se constitui daqueles que dispõem de capital para investir na compra da droga com o objetivo de distribuí-la nas “bocas-de-fumo” para ser comercializada no varejo. O consórcio fundamenta-se pela união de dois ou mais grupos que se fundem com o intuito de adquirir mais lucro e um menor preço da droga no mercado. Já a organização se afirma a partir de uma hierarquia rígida, com funções, responsabilidades e cargos determinados, cujos nomes podem variar conforme o lugar, mas, em geral se constitui do *dono da “boca”, gerente geral, gerente específico, abastecedor, vapor, olheiro, prestador de serviço*, entre outros.

A referida autora ressalta que, especificamente no eixo da organização, os “funcionários” podem mudar de cargo, de acordo com o desempenho e a produtividade apresentada, tal como ocorre numa empresa. Mas é importante ressaltar que, por outro lado, quando um desses integrantes não executa suas atividades tal como o esperado, em sua maioria são assassinados porque, muitas vezes, devido ao envolvimento estabelecido, conhecem todo o esquema de produção, comercialização e gerenciamento da droga.

Em 2010, os criminosos de um território urbano da cidade de Uberlândia dominado pelo tráfico de drogas, o bairro Morumbi, perpetraram uma série de atos criminosos em protesto à ação de combate ao tráfico realizado no local pela Polícia Militar, que cumpriu 21 mandatos de busca e apreensão em diversas casas e estabelecimentos comerciais (BARBOSA; TIAGO, 2010). Na ação da polícia no local, foi realizada a prisão de pessoas envolvidas com tráfico, a apreensão de drogas, armas, munições e produtos de roubo, além de valores em dinheiro. Esse conflito no bairro Morumbi iniciou-se depois de desavenças entre grupos de traficantes que buscaram o controle do tráfico de drogas no Setor Leste da cidade, e que incidiu na morte de dois traficantes de ambas as facções. Os demais integrantes do grupo impuseram o luto de um dos membros da organização criminosa, morto no bairro, e, por meio de intimidações, obrigaram os proprietários de estabelecimentos comerciais a fecharem as portas, e impediram a realização da feira-livre, que acontece todas as quartas-feiras no local (Reportagem Anexo 4).

O discurso dos moradores demonstra o poder que esses criminosos possuem, além do medo que eles têm de se tornarem vítimas dessa violência presente no bairro. As falas apresentadas a seguir foram extraídas da reportagem de Barbosa

(2010), e refletem o pavor dos moradores frente aos acontecidos presenciados: “Na verdade, esses garotos estão cumprindo ordens *dos cabeças* que *mandam no bairro*. *Temos que cumprir o que eles mandam*, pois, se não obedecermos, o que era ameaça vira verdade”. (Comerciante – grifo nosso). De igual modo, observa-se o temor na fala que se segue: “Aqui *todos são cegos e mudos*. Se você abre a boca, no outro dia amanhece morto. Por isso, *cada um cuida da sua vida* e segue como se não tivesse vendo ou ouvindo nada”. (Morador - grifo nosso).

Os moradores são intimidados e orientados a permanecerem calados, pois sabem que sofrerão retaliações por parte dos traficantes, caso a “lei do silêncio” seja quebrada, pois já presenciaram esse fato, quando o presidente da Associação de Moradores do bairro foi assassinado por ter dado uma entrevista a uma rede de televisão da cidade falando sobre as mortes ocorridas no local (CALIL, 2009^a). Diante disso, constata-se que

O tráfico de drogas gera a violência para defender seu negócio, no varejo e no atacado. Arma seus exércitos. Mata-se pela disputa de pontos de venda no varejo. A corrupção se amplia para permitir o negócio e a cooptação torna-se maior (FERREIRA; PENNA, 2005^a, p.165).

Como forma de controlar e manter a segurança no local, a Polícia Militar instalou, de forma provisória, uma base móvel da 158^a Companhia de Polícia Militar, e o Coronel Dilmar Fernandes Crovato, comandante da 9^a Região Integrada de Segurança Pública (RISP) declarou que “Estratégias estão sendo executadas para coibir qualquer atitude que venha a quebrar a ordem pública e a tranquilidade das pessoas”. (BARBOSA; TIAGO, 2010).

A Polícia Comunitária, para combater esta prática, desempenha um papel importante, pois a partir do momento que ela estabelece uma relação de confiança entre a Polícia Militar e a comunidade as denúncias anônimas sobre pontos de tráfico e prática do mesmo nas ruas crescem. Isso já foi verificado pelo referido órgão na cidade. Sobre isso, Crovato (2011) comenta que a participação da população com denúncias anônimas auxilia o trabalho tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, e acrescenta que a participação do cidadão é sobremodo importante neste processo. Como mecanismo de ajuda nesse processo, a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais implantou, em 2008, o 181 Disque-Denúncia Unificado (DDU), serviço unificado das polícias Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros, ajudando nos serviços de inteligência nas investigações, elucidação de

crimes e prisão de criminosos. Desde a sua implantação, já foram registradas 3,5 milhões de ligações e mais de 208 mil denúncias, resultando na condução de 26.949 pessoas em todo o Estado.

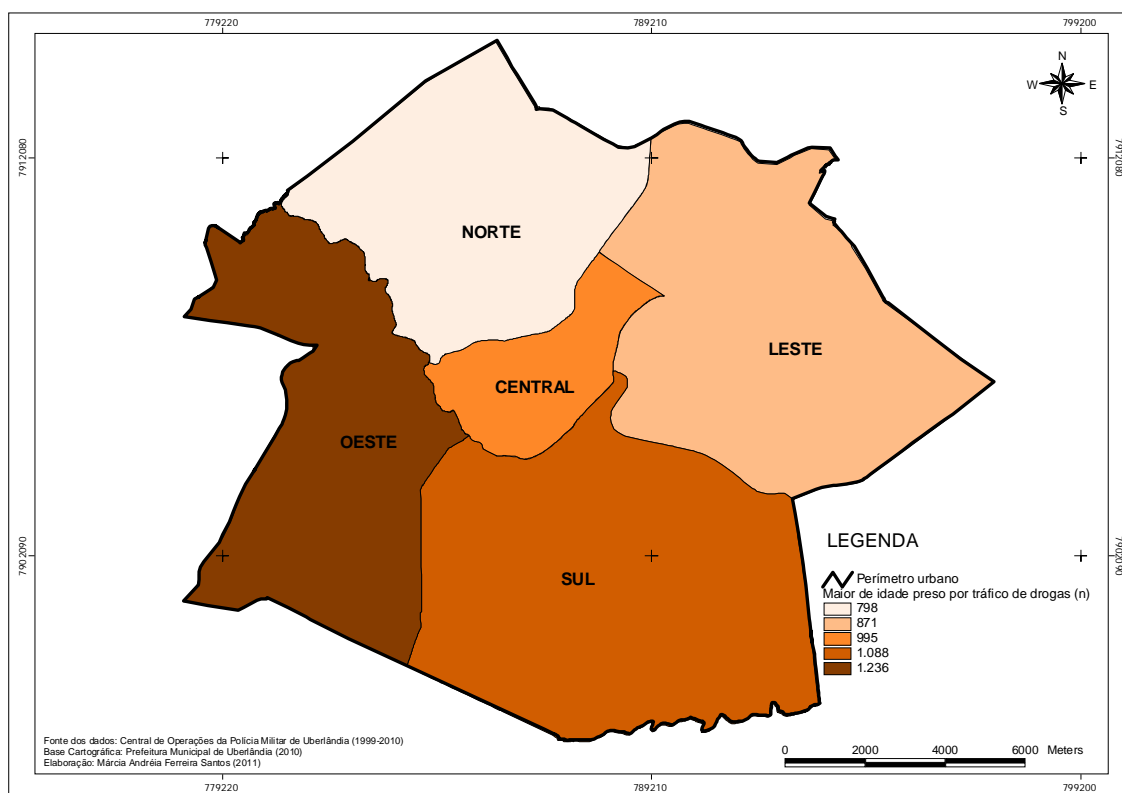
Segundo reportagem do Jornal Correio de Uberlândia (DISQUE DENÚNCIA COMPLETA QUATRO ANOS..., 2011), das 208,9 mil denúncias recebidas de todo o Estado, a maioria veio do interior (47%); Belo Horizonte registrou 28% e as cidades da Região Metropolitana 25%. A média mensal, em 2011, foi de 5.800 denúncias e somente em agosto do referido ano, foram 7.068 ligações para o número 181. Destas, grande parte tem como natureza o tráfico de drogas. De acordo com a mesma reportagem, em 2010, das 67.871 denúncias registradas em Minas Gerais, 66% eram desta tipificação, e em quatro anos foram apreendidos, através do DDU: 167.422 pedras de crack, 158.336 buchas de maconha e 48.705 papелotes de cocaína. É importante considerar que a maioria dos registros de tráfico e uso de drogas coincidiu num mesmo lugar, demonstrando que tais espaços dispõem de logística e infraestrutura que permitem estabelecer essas duas práticas.

Entender como o tráfico de drogas se estabelece no espaço urbano permite compreender, também, o seu funcionamento. Tais elementos são o pré-requisito para se elaborar estratégias de intervenção sobre as áreas onde a sua incidência é mais acentuada. Sabe-se que em diversos locais da cidade de Uberlândia, como bem declarou alguns dos setenta entrevistados, os traficantes utilizam determinadas estratégias, como o estabelecimento de “comércios de fachada” ou de outras atividades que denotem, exteriormente, a realização de uma prática legal, quando, por traz disso, estrutura-se o tráfico de drogas, por meio da apropriação de um espaço legalmente organizado. Nesse sentido, a população pode ter uma grande participação na segurança pública, por meio da denúncia anônima dessas atividades, contribuindo, de igual modo, para a elaboração de estratégias de combate a essas ações ilegais. É importante considerar, ainda, quando da elaboração e execução de ações de combate ao tráfico, que os limites dos territórios de ação dos criminosos é flexível, e, portanto, dinâmico. Neste caso, essas estratégias devem de igual modo ser compatíveis com o modo pelo qual o tráfico se estrutura e se manifesta na cidade. Além disso, não se deve descartar o fato de que o espaço urbano cria condições para que essa prática ilícita se mantenha e se fortaleça no local onde se encontra estabelecida.

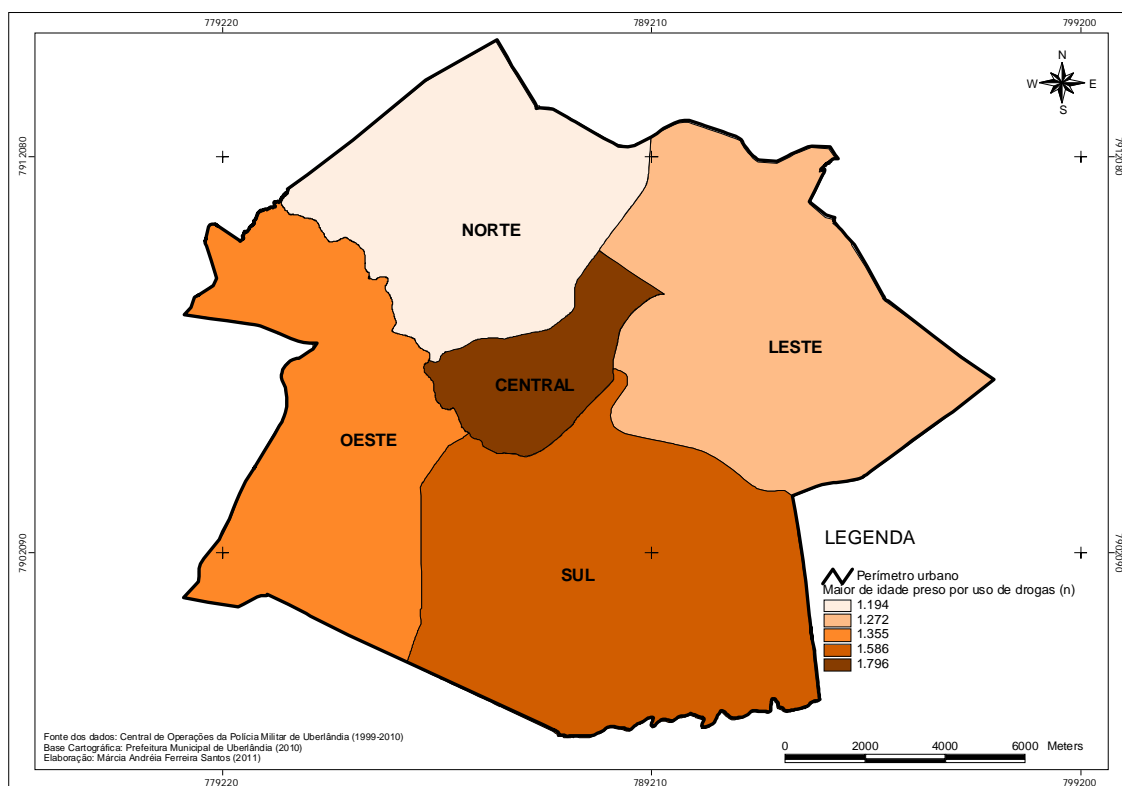
5.5.2 Maior de idade preso por tráfico e uso de drogas

Foram registradas 12.191 prisões de maiores de idade por envolvimento com o tráfico e o uso de drogas, em Uberlândia, entre 1999 e 2010. Deste total, 11.846 casos incidiram nos bairros integrados (97,17%), dos quais 4.775 prisões foram por tráfico (40,31%) e 7.071 por uso (59,69%). As prisões por tráfico tiveram uma média anual de 434 ocorrências, e por uso, 643 registros. Verificaram-se 345 registros nos bairros não integrados (2,85%), sendo 213 casos relacionados ao tráfico (61,74%) e 132 ao uso de drogas (38,26%). As ocorrências de prisões por tráfico destacaram, sobretudo, no Setor Oeste, com 1.236 casos (24,78%), vindo em segundo lugar, o Setor Sul. Já as prisões por uso foram mais representativas no Setor Central, onde foram registrados 1.796 casos. O Setor Sul, por sua vez, ficou em segunda posição, para ambos os casos, como pode ser visto nos Mapas 26 e 27.

As prisões de pessoas maiores de idade por tráfico de drogas destacaram-se no bairro Lagoinha, onde foram observados 385 casos. Na sequência, cinco bairros apresentaram mais de duzentas prisões por tráfico, sendo eles: Santa Rosa (282), Tibery (227), Martins (208), São Jorge (204) e Luizote de Freitas (200). As taxas foram mais elevadas no bairro Lagoinha (77,95/1000 hab.) e no Panorama: 42,71/1000 hab.). Para os casos de prisão de maior por uso de drogas, o Lagoinha, novamente, aparece em primeiro lugar, com 458 casos e cinco bairros apresentaram mais de trezentas ocorrências: Santa Rosa (411), Tibery (387), Centro (360), Santa Mônica (338) e Brasil (331). As taxas se destacaram no Lagoinha (92,73/1000 hab.) e no Jardim Europa (61,22/1000 hab.). Maiores detalhes poderão ser observados na Tabela 17 e Mapas 28, 29, 30 e 31.



Mapa 26 – Cidade de Uberlândia: Maior de idade preso por tráfico de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.



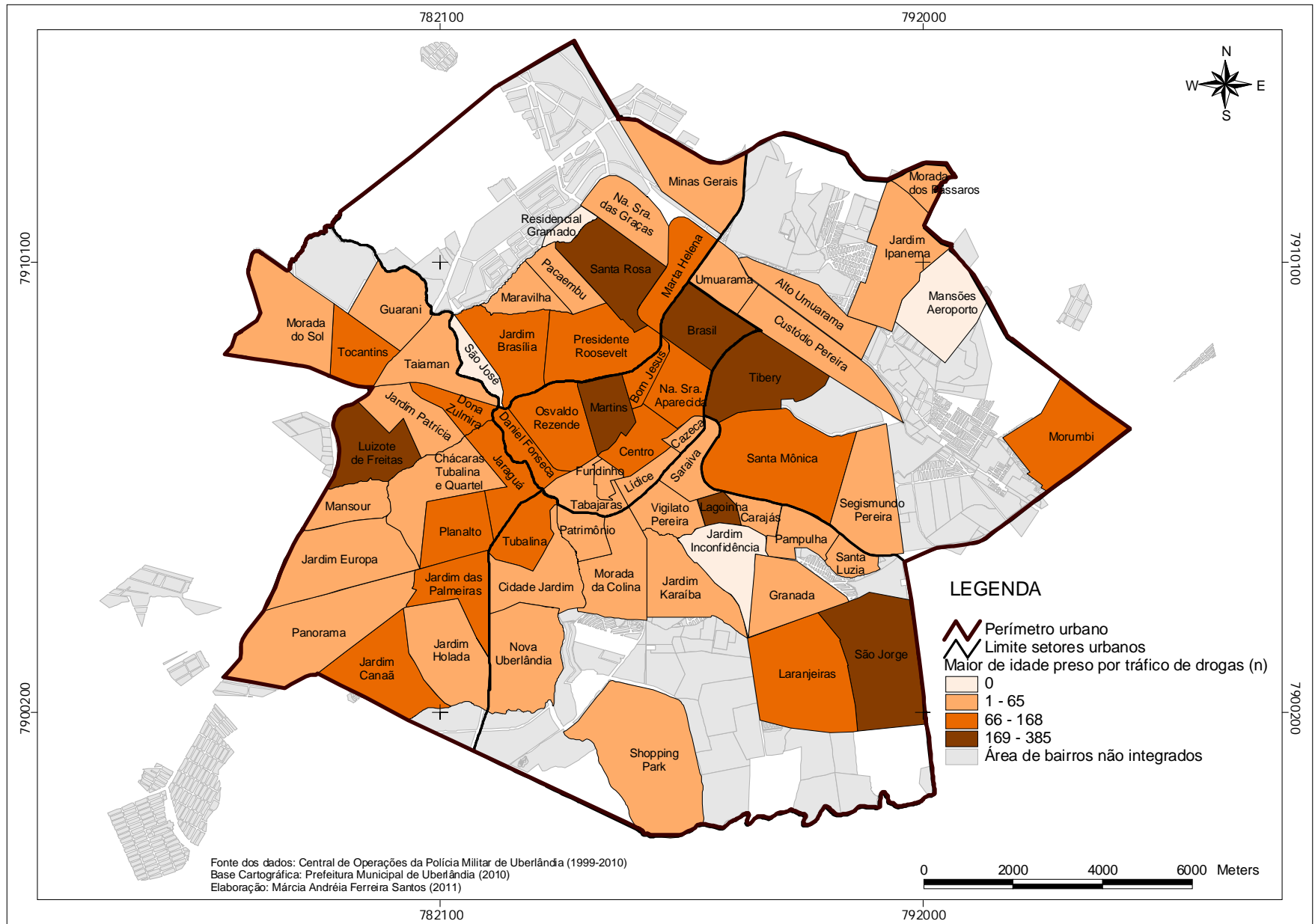
Mapa 27 – Cidade de Uberlândia: Maior de idade preso por uso de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

Tabela 17 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de prisões de maiores de idade, por tráfico e uso de drogas: 1999-2010.

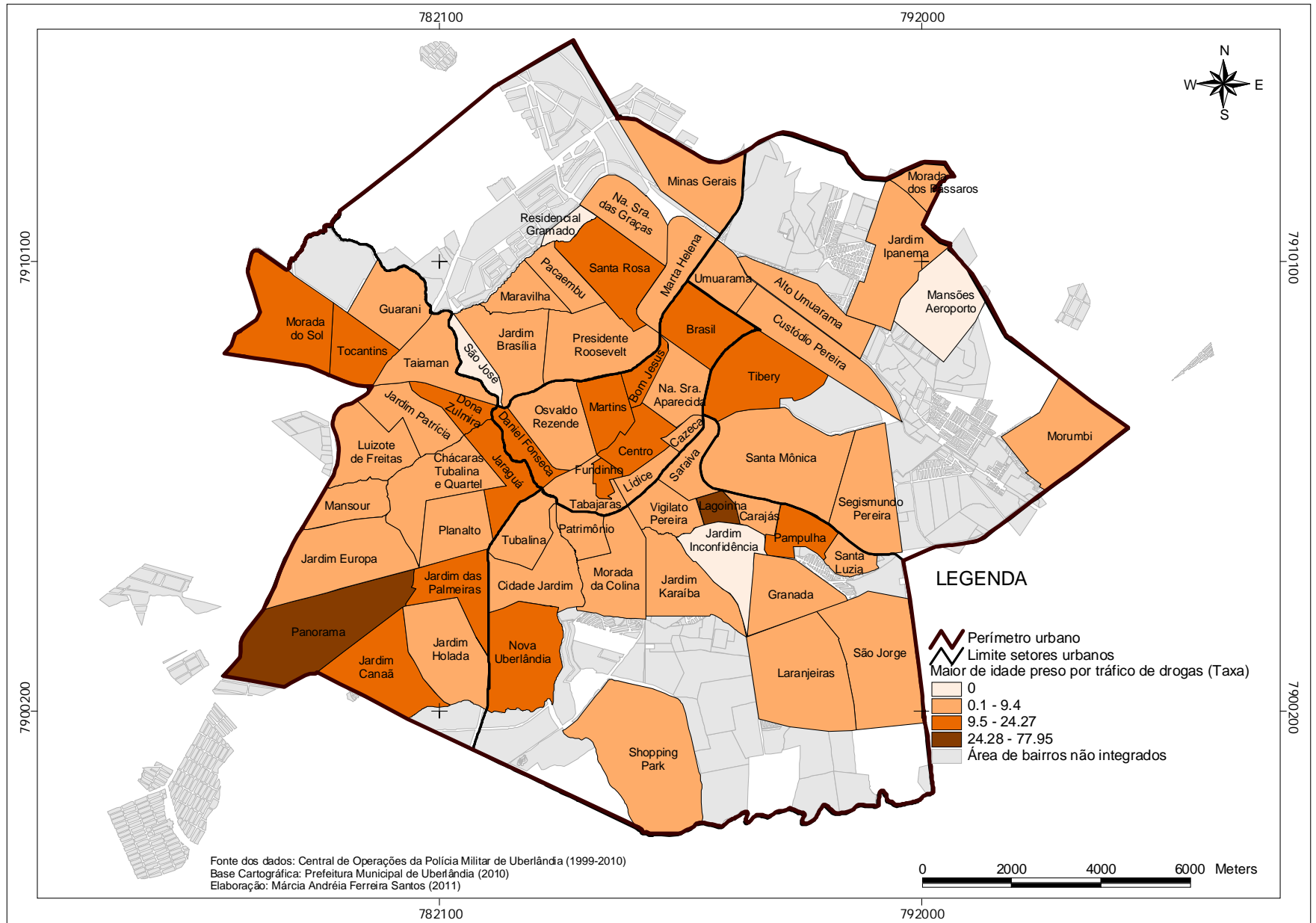
	Bairros	População ¹ (2005)	Maior de idade preso por tráfico de drogas		Maior de idade preso por uso de drogas	
			(n)	(Taxa por mil hab.)	(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	11	2,02	17	3,13
	Bom Jesus	5.659	99	17,49	113	19,97
	Brasil	14.722	193	13,11	331	22,48
	Carajás	2.096	2	0,95	1	0,48
	Cazeca	3.486	24	6,88	57	16,35
	Centro	8.222	105	12,77	360	43,78
	Chácara Tubalina e Quartel	4.745	37	7,80	42	8,85
	Cidade Jardim	6.067	12	1,98	41	6,76
	Custódio Pereira	10.665	65	6,09	101	9,47
	Daniel Fonseca	5.493	90	16,38	83	15,11
	Dona Zulmira	3.585	87	24,27	84	23,43
	Fundinho	3.203	40	12,49	111	34,66
	Granada	8713	31	3,56	67	7,69
	Guarani	10.626	63	5,93	62	5,83
	Jaragua	9.662	117	12,11	110	11,38
	Jardim Brasília	14.851	124	8,35	161	10,84
	Jardim Canaã	11.054	122	11,04	83	7,51
	Jardim das Palmeiras	13.514	168	12,43	148	10,95
	Jardim Europa	294	1	3,40	18	61,22
	Jardim Holanda	1.578	2	1,27	9	5,70
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	37	5,15	37	5,15
	Jardim Karaíba	2.127	8	3,76	53	24,92
	Jardim Patrícia	6.397	35	5,47	39	6,10
	Lagoinha	4.939	385	77,95	458	92,73
	Laranjeiras	16.986	114	6,71	131	7,71
	Lídice	5.399	15	2,78	48	8,89
	Luizote de Freitas	21.736	200	9,20	258	11,87
	Mansões Aeroporto	1.413	0	0,00	2	1,42
	Mansour	8.742	28	3,20	90	10,30
	Maravilha	4.937	28	5,67	34	6,89
	Marta Helena	11.215	96	8,56	143	12,75
	Martins	10.816	208	19,23	269	24,87
	Minas Gerais	6.294	40	6,36	37	5,88
	Morada da Colina	1.957	16	8,18	20	10,22
	Morada do Sol	462	9	19,48	2	4,33
	Morada dos Pássaros	916	7	7,64	1	1,09
	Morumbi	16.161	151	9,34	139	8,60
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	91	6,34	229	15,96
	Nossa Senhora das Graças	6.742	29	4,30	111	16,46
	Nova Uberlândia	594	6	10,10	3	5,05
	Osvaldo Rezende	23.292	141	6,05	208	8,93
	Pacaembu	10.510	39	3,71	87	8,28
	Pampulha	4332	65	15,00	124	28,62
	Panorama	398	17	42,71	5	12,56
	Patrimônio	3.806	30	7,88	30	7,88
	Planalto	17.545	144	8,21	209	11,91
	Presidente Roosevelt	24.135	160	6,63	210	8,70
	Residencial Gramado	2.782	0	0,00	8	2,88
	Santa Luzia	4.504	9	2,00	34	7,55
	Santa Monica	32.491	116	3,57	338	10,40
	Santa Rosa	19.260	282	14,64	411	21,34
	São Jorge	24.948	204	8,18	221	8,86
	São José	501	0	0,00	0	0,00
	Saraiva	9.702	51	5,26	124	12,78
	Segismundo Pereira	18.645	46	2,47	97	5,20
	Shopping Park	1.595	15	9,40	11	6,90
	Tabajaras	7.347	13	1,77	44	5,99
	Taiaman	8.397	25	2,98	37	4,41
	Tibery	21.726	227	10,45	387	17,81
	Tocantins	14.095	158	11,21	143	10,15
	Tubalina	9.913	83	8,37	146	14,73
	Umuarama	3.505	21	5,99	37	10,56
	Vigilato Pereira	5.108	33	6,46	57	11,16
Não integrados	Aclimação	...	12	...	21	...
	Alvorada	...	10	...	21	...
	Dom Almir	...	83	...	29	...
	Joana Darc	...	31	...	25	...
	Morada Nova	...	23	...	16	...
	Prosperidade	...	12	...	4	...
	São Francisco	...	42	...	15	...
	Vila Marielza	...	0	...	1	...
Total		562.496	4.988	..	7.203	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

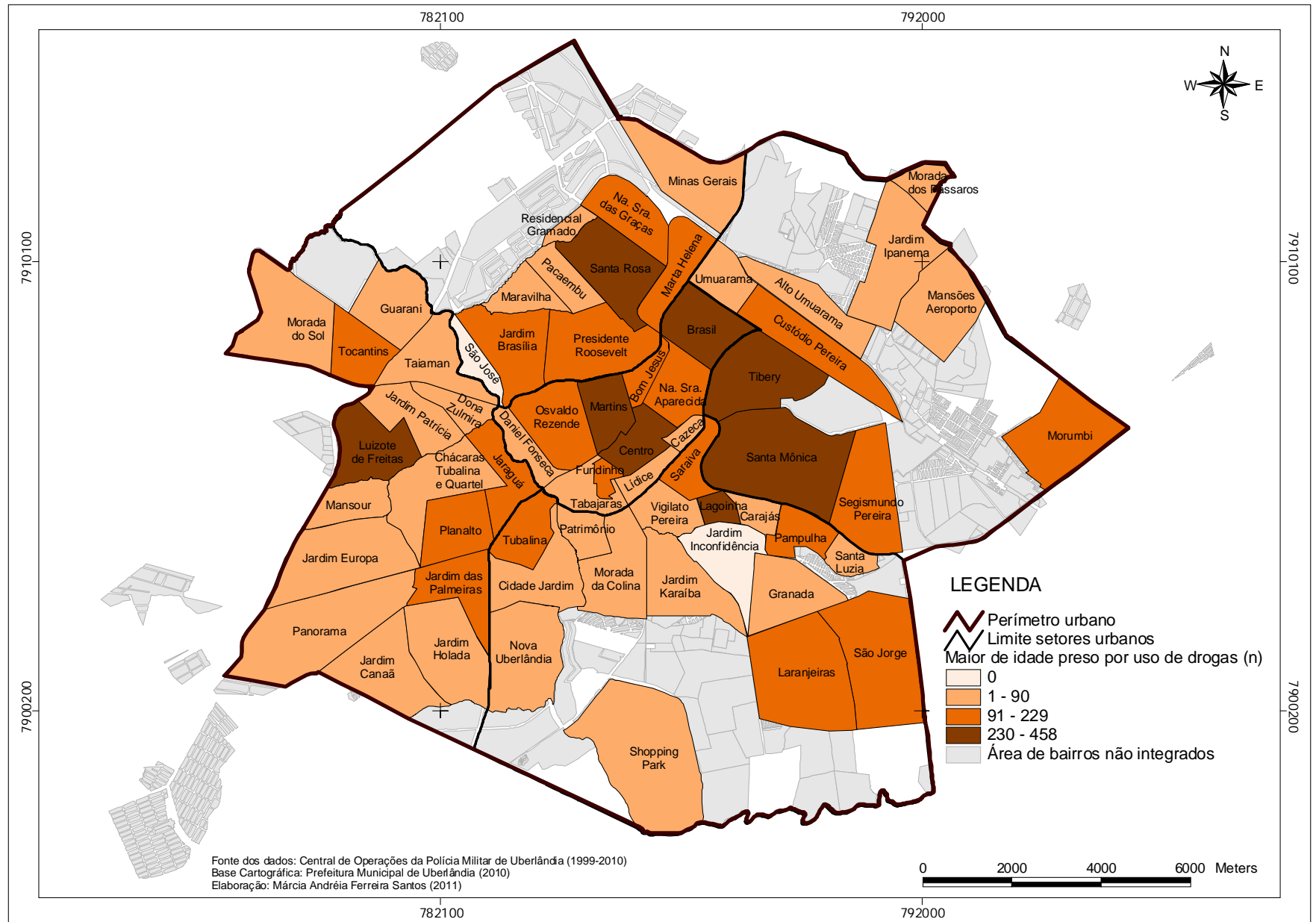
Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



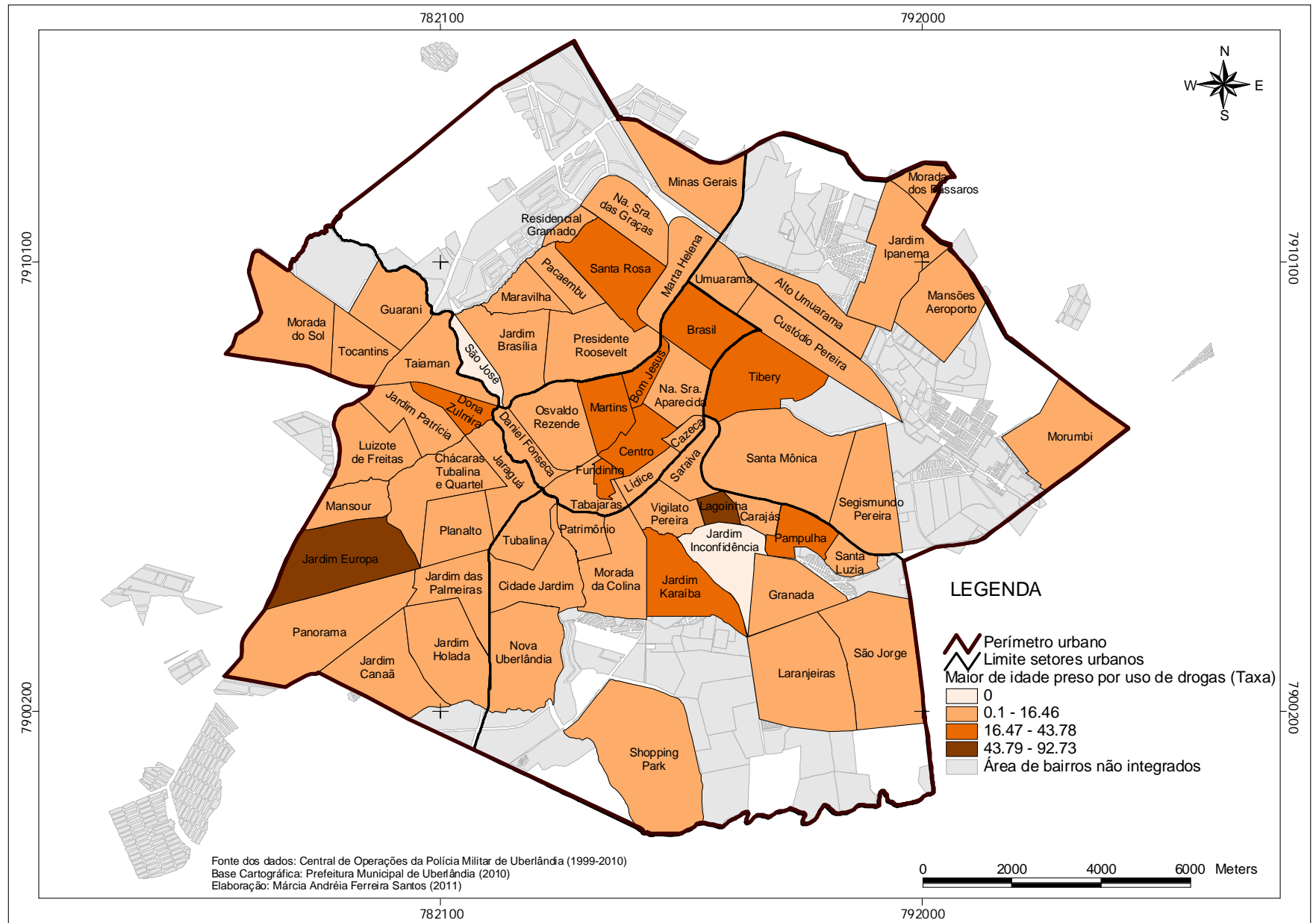
Mapa 28 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das prisões de maiores de idade, por tráfico de drogas, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 29 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de prisões de maiores de idade, por tráfico de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.



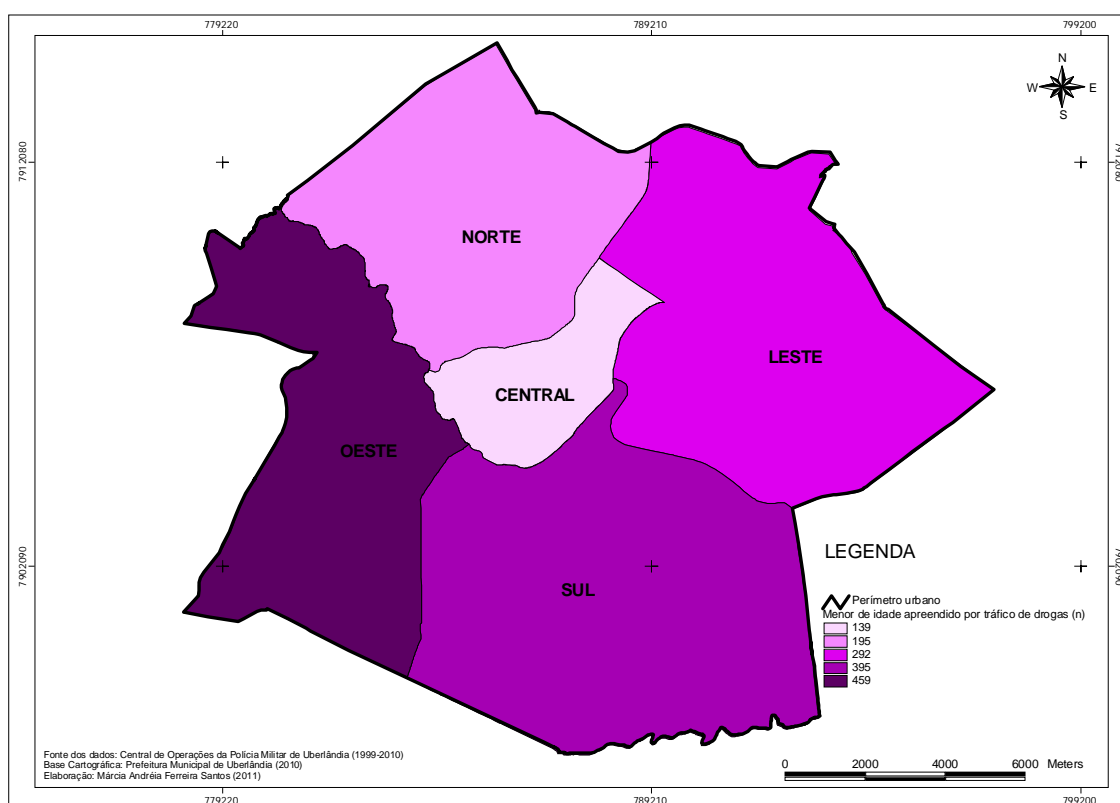
Mapa 30 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das prisões de maiores de idade, por uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.



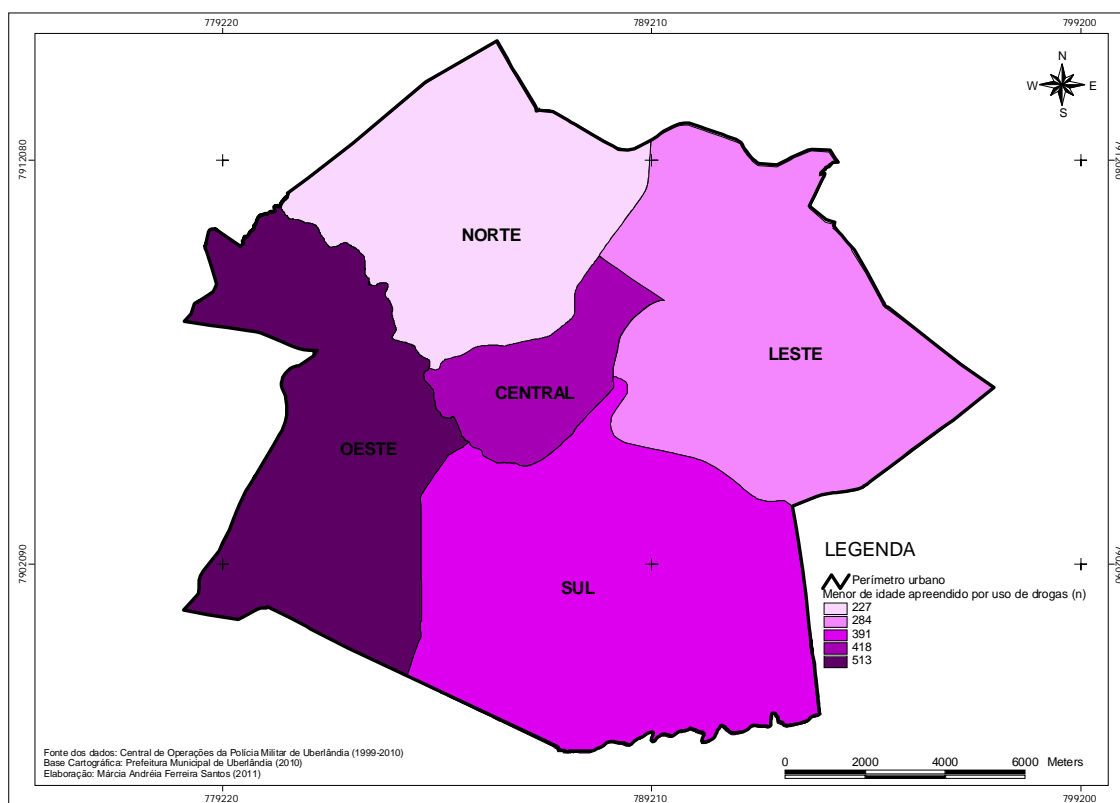
Mapa 31 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de prisões de maiores de idade, por uso de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

5.5.3 Menores de idade apreendido por tráfico e uso de drogas

Foram registradas 3.313 apreensões de menores de idade por envolvimento com o tráfico e uso de drogas, em Uberlândia, entre 1999 e 2010. Deste total, 3.075 casos incidiram nos bairros integrados (92,82%), dos quais 1.319 ocorrências foram por tráfico (42,89%), e 1.756 casos por uso (57,11%). Para os casos de tráfico, a média anual foi de 120 registros, e para as ocorrências de uso, 160 registros. Nos bairros não integrados registraram-se 238 prisões (7,18%), sendo 161 casos relacionados ao tráfico (67,65%) e 77 casos ao uso de drogas (32,35%). O Setor Oeste apresentou o maior registro de apreensão de menores envolvidos com o tráfico e uso de drogas, respectivamente 459 casos (31,01%) e 513 casos (27,99%), como pode ser visualizado nos Mapas 32 e 33:



Mapa 32 – Cidade de Uberlândia: Menor de idade apreendido por tráfico de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 33 – Cidade de Uberlândia: Menor de idade apreendido por uso de drogas, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.

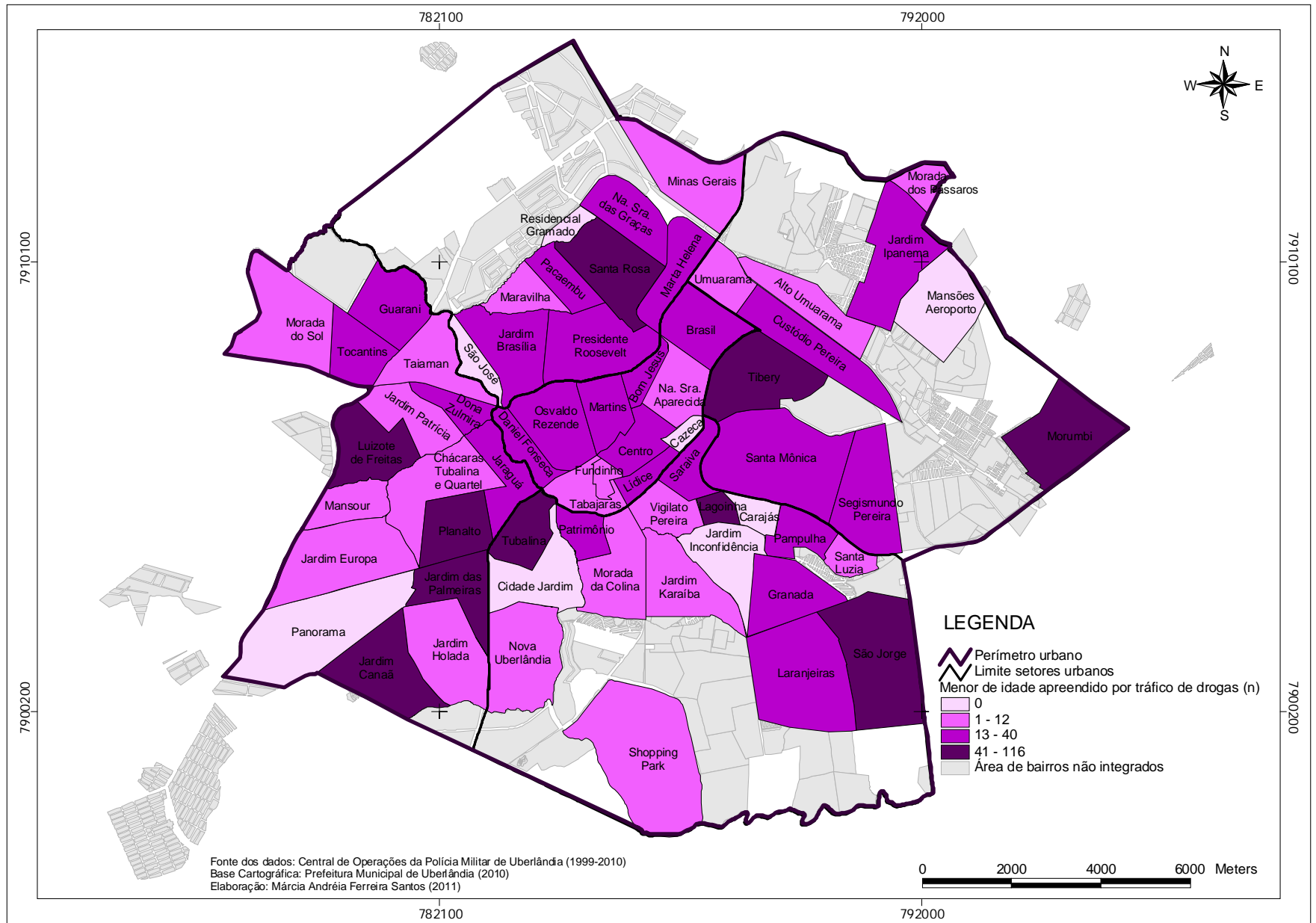
As apreensões de menores de idade por tráfico de drogas foram mais elevadas no bairro São Jorge, onde foram registradas 116 ocorrências. Já as apreensões por uso se destacaram no Jardim das Palmeiras, no qual se verificaram 149 casos. A taxa para ambos os casos apresentou-se mais elevada no bairro Lagoinha, cujas prisões por tráfico foram de 12,96/1000 habitantes e por uso 14,58/1000 habitantes. O bairro Morada Nova, não integrado, apresentou o maior número de menores apreendidos por tráfico, e o Joana Darc, os valores mais elevados de menores apreendidos por uso de drogas. Outras particularidades poderão ser verificadas na Tabela 18 e nos Mapas 34, 35, 36 e 37.

Tabela 18 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de menor de idade preso por tráfico e uso: 1999-2010.

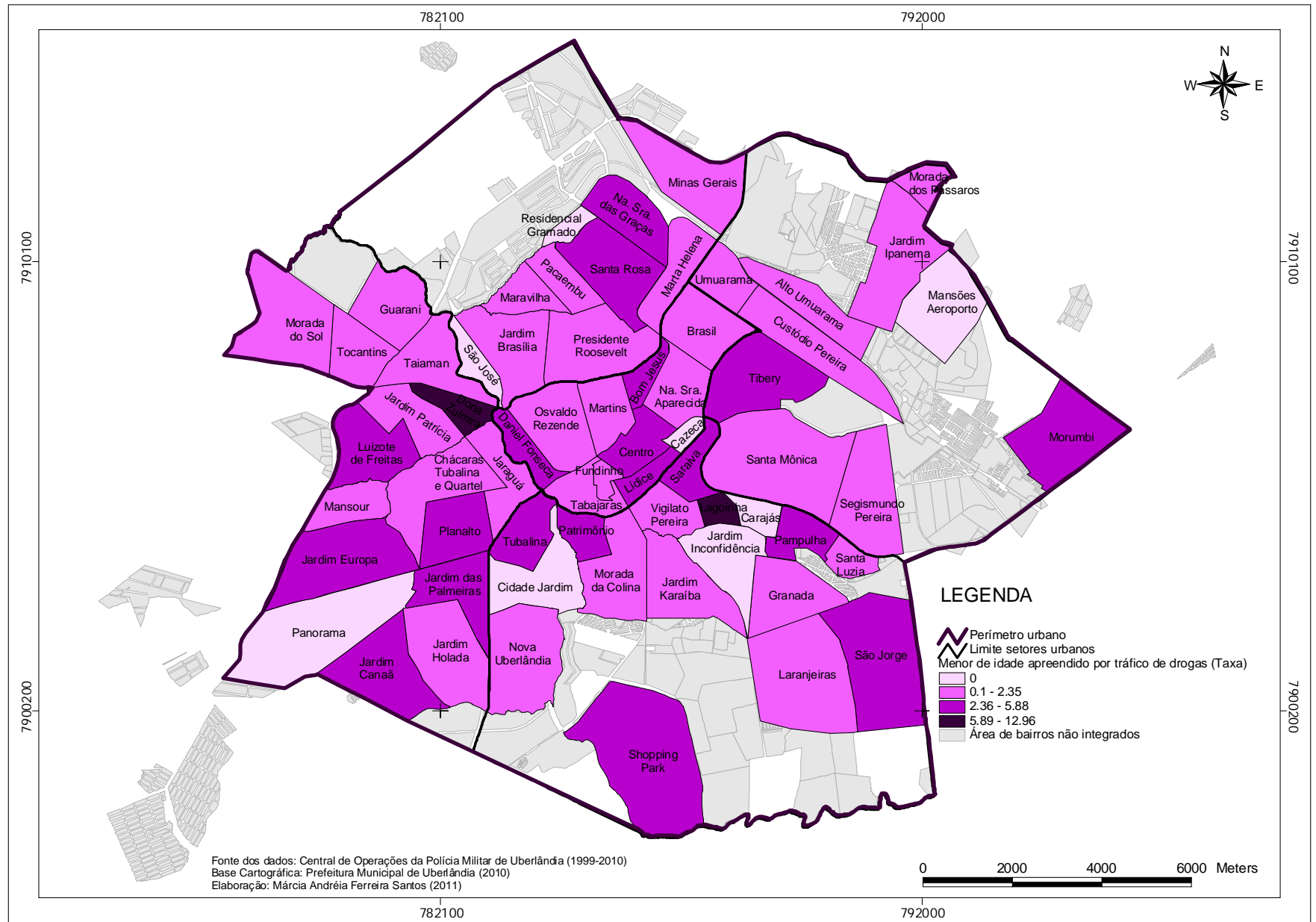
	Bairros	População ¹ (2005)	Menor de idade preso por tráfico de drogas		Menor de idade preso por uso de drogas	
			(n)	(Taxa por mil hab.)	(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umuarama	5.434	10	1,84	2	0,37
	Bom Jesus	5.659	22	3,89	23	4,06
	Brasil	14.722	22	1,49	55	3,74
	Carajás	2.096	0	0,00	0	0,00
	Cazeca	3.486	0	0,00	5	1,43
	Centro	8.222	24	2,92	71	8,64
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	5	1,05	8	1,69
	Cidade Jardim	6.067	0	0,00	3	0,49
	Custodio Pereira	10.665	24	2,25	23	2,16
	Daniel Fonseca	5.493	18	3,28	39	7,10
	Dona Zulmira	3.585	29	8,09	18	5,02
	Fundinho	3.203	2	0,62	36	11,24
	Granada	8713	16	1,84	16	1,84
	Guarani	10.626	16	1,51	23	2,16
	Jaragua	9.662	21	2,17	32	3,31
	Jardim Brasília	14.851	29	1,95	26	1,75
	Jardim Canaã	11.054	65	5,88	21	1,90
	Jardim das Palmeiras	13.514	78	5,77	149	11,03
	Jardim Europa	294	1	3,40	1	3,40
	Jardim Holanda	1.578	1	0,63	2	1,27
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	16	2,23	6	0,83
	Jardim Karaiba	2.127	2	0,94	13	6,11
	Jardim Patrícia	6.397	6	0,94	14	2,19
	Lagoinha	4.939	64	12,96	72	14,58
	Laranjeiras	16.986	27	1,59	50	2,94
	Lídice	5.399	22	4,07	15	2,78
	Luizote de Freitas	21.736	56	2,58	80	3,68
	Mansões Aeroporto	1.413	0	0,00	0	0,00
	Mansour	8.742	9	1,03	35	4,00
	Maravilha	4.937	8	1,62	15	3,04
	Marta Helena	11.215	23	2,05	29	2,59
	Martins	10.816	18	1,66	56	5,18
	Minas Gerais	6.294	8	1,27	7	1,11
	Morada da Colina	1.957	2	1,02	2	1,02
	Morada do Sol	462	1	2,16	0	0,00
	Morada dos Pássaros	916	1	1,09	0	0,00
	Morumbi	16.161	45	2,78	69	4,27
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	5	0,35	33	2,30
	Nossa Senhora das Graças	6.742	23	3,41	9	1,33
	Nova Uberlândia	594	1	1,68	0	0,00
	Osvaldo Rezende	23.292	29	1,25	68	2,92
	Pacaembu	10.510	14	1,33	33	3,14
	Pampulha	4332	19	4,39	28	6,46
	Panorama	398	0	0,00	2	5,03
	Patrimônio	3.806	14	3,68	9	2,36
	Planalto	17.545	59	3,36	56	3,19
	Presidente Roosevelt	24.135	40	1,66	75	3,11
	Residencial Gramado	2.782	0	0,00	1	0,36
	Santa Luzia	4.504	3	0,67	2	0,44
	Santa Monica	32.491	36	1,11	14	0,43
	Santa Rosa	19.260	50	2,60	32	1,66
	São Jorge	24.948	116	4,65	78	3,13
	São José	501	0	0,00	0	0,00
	Saraiva	9.702	38	3,92	34	3,50
	Segismundo Pereira	18.645	18	0,97	26	1,39
	Shopping Park	1.595	5	3,13	8	5,02
	Tabajaras	7.347	1	0,14	22	2,99
	Taíaman	8.397	3	0,36	6	0,71
	Tibery	21.726	56	2,58	63	2,90
	Tocantins	14.095	33	2,34	60	4,26
	Tubalina	9.913	52	5,25	53	5,35
	Umuarama	3.505	1	0,29	10	2,85
	Vigilato Pereira	5.108	12	2,35	18	3,52
Não integrados	Aclimação	...	0	...	3	...
	Alvorada	...	7	...	11	...
	Dom Almir	...	16	...	25	...
	Joana Darc	...	47	...	20	...
	Morada Nova	...	76	...	6	...
	Prosperidade	...	3	...	2	...
	São Francisco	...	12	...	10	...
	Vila Marielza	...	0	...	0	...
Total		562.496	1.480	..	1.833	..

Fonte: COPOM (1999-2010).

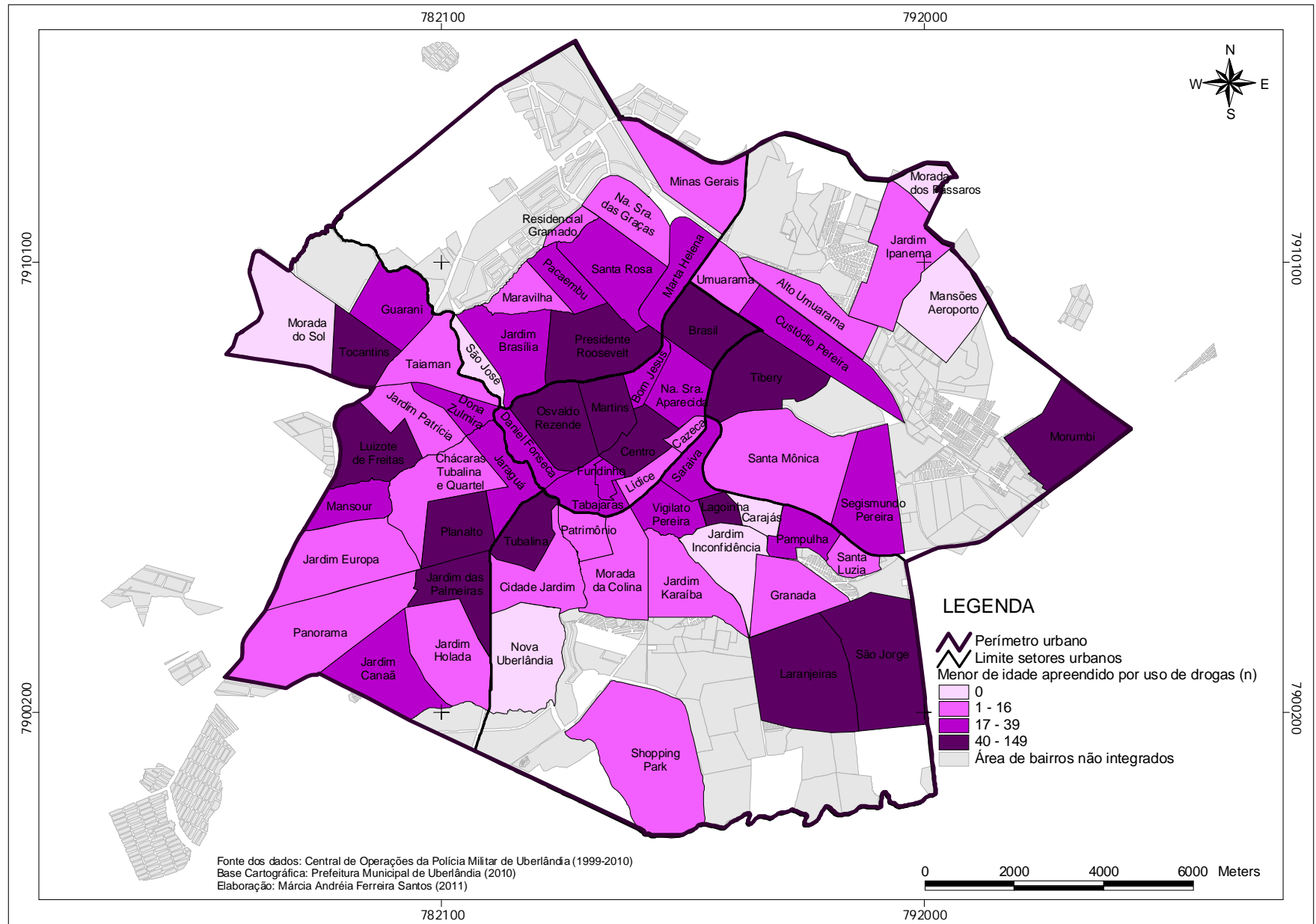
Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.



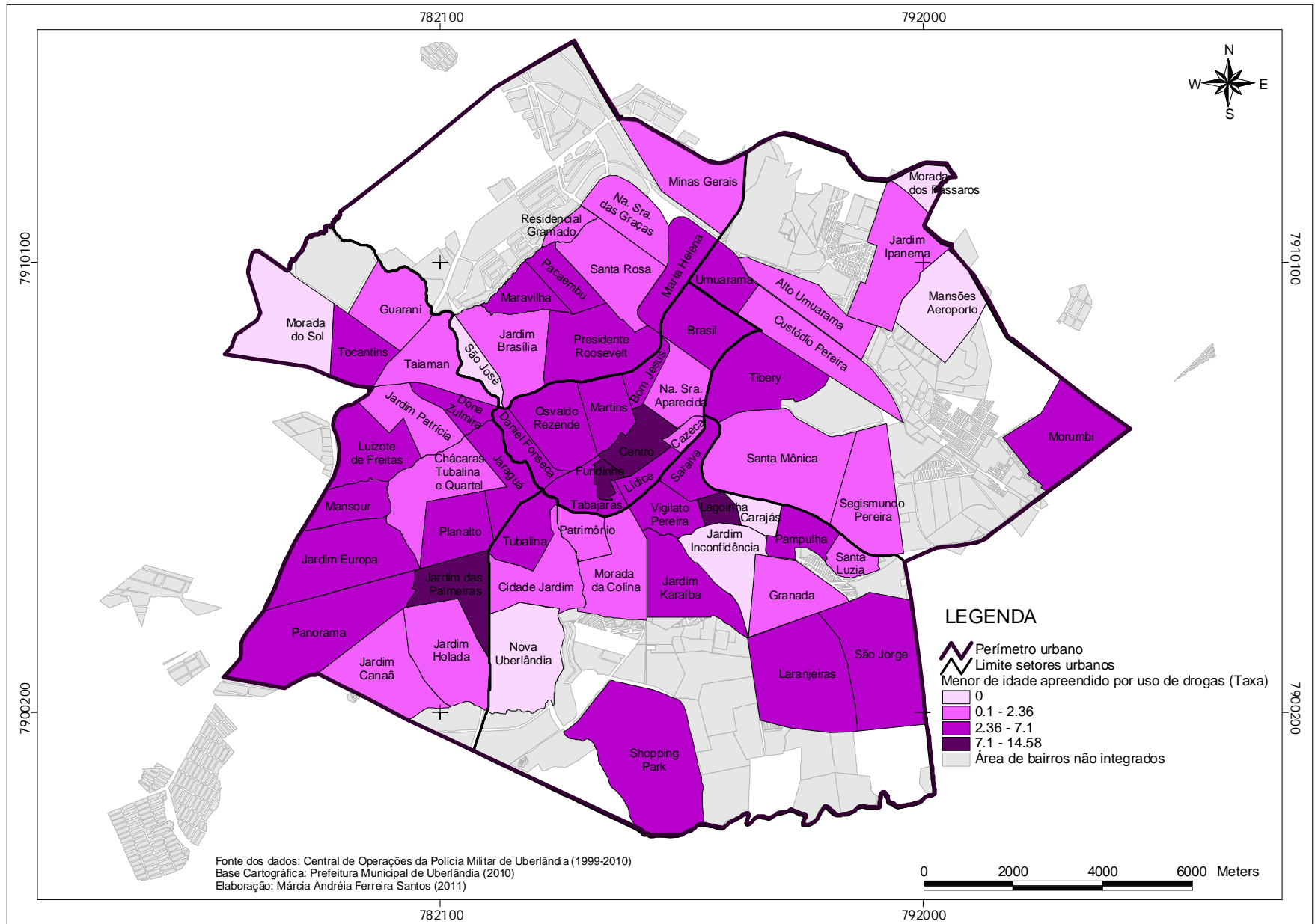
Mapa 34 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de menores de idade, por tráfico de drogas, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 35 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de menores de idade, por tráfico de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.



Mapa 36 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de menores de idade, por uso de drogas, em números absolutos: 1999-2010.



Mapa 37 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de menores de idade, por uso de drogas, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

A situação das drogas, em Uberlândia, é uma questão que merece bastante atenção por parte da Segurança Pública, sobretudo porque, como já foi ressaltado anteriormente, grande parcela da população envolvida constitui-se de um grupo cuja faixa etária principal é o adolescente e o jovem. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para essa população de risco devem estabelecer objetivos que alcancem, também, as famílias desses usuários, que se tornam, de igual modo, “pequenos traficantes”, a partir do uso. É ainda mais preocupante o fato de estas crianças sentirem orgulho de fazer parte das redes do tráfico. Além disso, para eles, estar envolvidos com essas relações criminosas é mais lucrativo do que desempenhar muitas atividades lícitas remuneradas. Isso é um fator negativo para os órgãos que lidam com a prevenção desse crime, principalmente porque, para que estes indivíduos possam deixar tais práticas, as atividades oferecidas pelos programas sociais para substituí-las devem ser, sobretudo mais atrativas e prazerosas.

Recentemente, o Programa “No foco da Notícia” exibiu uma matéria sobre menores apreendidos com drogas e armas de fogo em Uberlândia, revelando uma situação que requer a atenção, não apenas da segurança pública, mas também da população em geral, já que essas crianças e adolescentes são condicionadas a tal prática através das relações que constroem e fundamentam a sociedade. Acerca da reportagem, foi apresentado um garoto de doze anos, apreendido no loteamento Esperança, bairro Santa Rosa, que possuía dezesseis passagens na Polícia por diversos crimes, e ele mesmo falará sobre eles através de um discurso interciso e repleto de gírias, que reflete o mundo no qual se encontra inserido. Ele declara que, inicialmente, começou a utilizar o cigarro de tabaco, juntamente com os colegas, passando para a maconha, e depois para a comercialização de drogas, e declara: “Eu vendo tudo que *ocêis* pensa que eu *tivé* eu vendo”. Ao ser questionado sobre as passagens registradas no sistema COPOM, declara que possui quinze por tentativa de homicídio, lesão corporal, porte de arma, *maré meia* (uso de drogas) e *maré cinco* (tráfico de drogas).

Quanto à tentativa de homicídio, declara que foi porque um homem agrediu a mãe verbalmente, e ele tentou matá-lo com uma faca. Observa-se a banalidade do fato que levou à prática do crime, sendo um fenômeno recorrente no grupo de crianças e adolescentes envolvidas com o tráfico e uso de drogas. Outro fator preocupante está relacionado à questão da família, que poderia auxiliar na recuperação desses usuários, mas, lamentavelmente, também estão envolvidas com

essa prática. O próprio adolescente declara que a mãe é usuária de outras drogas, como a cachaça e o crack. O pai, segundo ele, era usuário de crack, traficante e praticava roubos, e apesar de ter abandonado essas práticas ilícitas e estar trabalhando, isso não serviu de exemplo ao garoto.

Essa situação apresentada é um panorama da maioria dos casos registrados, em Uberlândia, sobre menores de idade envolvidos com o tráfico e o uso de drogas. Ferreira e Penna (2005^b) lembram que a violência é

[...] um dos problemas que mais aflige os cidadãos e absorve atenções dos políticos e dos administradores das cidades [e] demanda um esforço de entendimento, que aponte rumos para uma prática eficiente de combate e/ou de prevenção. Faz-se necessário atentar para os diferentes aspectos da complexidade da violência de nossos dias, confrontando as diversas abordagens e assimilando novos olhares que complementem os já existentes (FERREIRA; PENNA^b, 2005, p.57).

Enfim, antes de se iniciar a tabulação dos dados criminais para a cidade de Uberlândia predominava-se a hipótese de que os crimes apresentavam outra distribuição espacial, sobretudo no que se refere aos roubos e às drogas. Deduzia-se que os primeiros seriam proeminentes nas áreas residenciais, cuja população possuísse maior poder aquisitivo, e que o tráfico e uso de drogas, bem como as prisões referentes a tais práticas incidiriam em outros territórios que não exatamente os que se destacaram após o tratamento e espacialização dos dados. Tais argumentos revelam que esses crimes apresentam certa dinamicidade no espaço urbano, ocupando áreas específicas que permitam sua perpetração. Os crimes de homicídios e drogas, bem como de estupros e homicídios ocorreram, simultaneamente, numa mesma área, o que também foi verificado para os casos de roubo e uso de drogas, que se apresentaram elevados no Setor Central. Portanto, reitera-se que os esforços destinados à prevenção da violência, em todas as suas dimensões, devem ser multissetoriais: escola, família, segurança pública, saúde, planejamento urbano devem estruturar ações integradas que possam contribuir para a minimização das consequências decorrentes dos atos violentos.

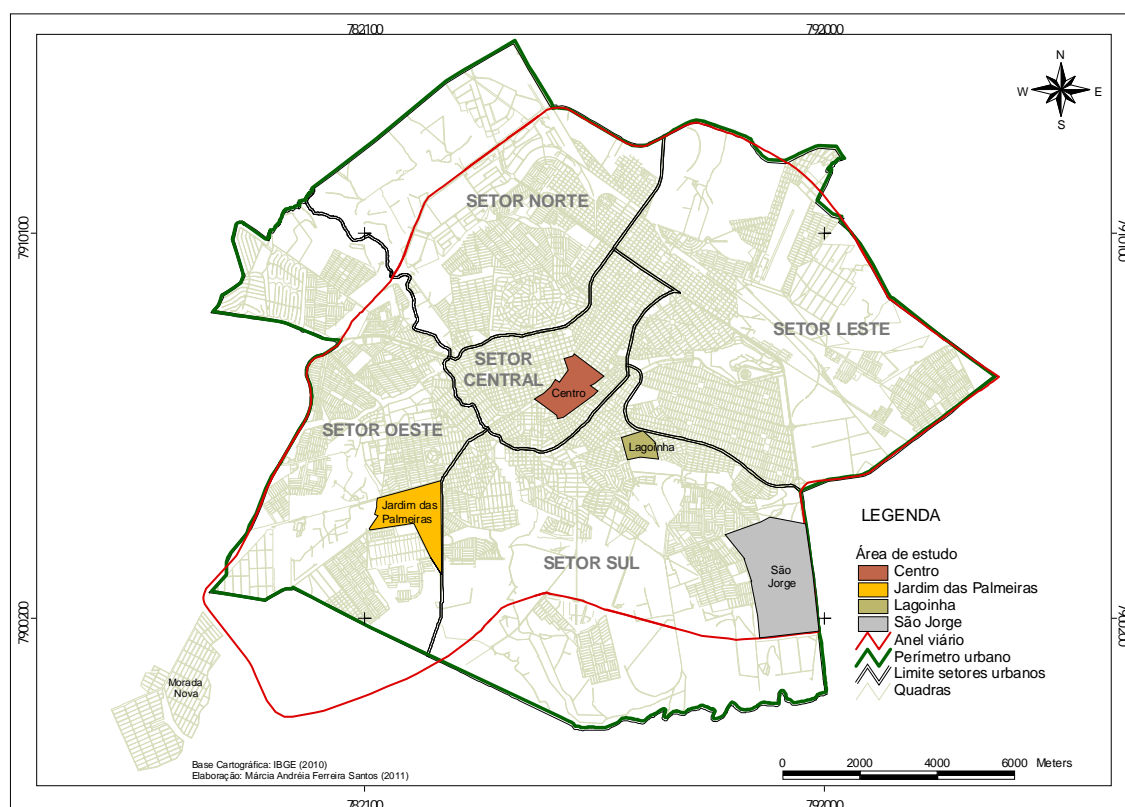
CAPÍTULO 6

VIOLÊNCIA URBANA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS EM UBERLÂNDIA-MG: UMA ANÁLISE DOS BAIRROS CENTRO, JARDIM DAS PALMEIRAS, LAGOINHA E SÃO JORGE

O trabalho enfoca a violência de um ponto de vista geográfico, isto é, a territorialização; a formação do território da violência. Os locais desvalorizados, marcados pela ausência do Estado e das instituições públicas, abandonados pela lei e no qual o contrato social é rompido, abrigo da população excluída socialmente e espacialmente periferizada, tornam-se o *habitat* do crime organizado, que deles se apropria. Cria-se assim o território da violência, reduto de poder do crime organizado que daí comanda sua atuação na cidade e seu exército formado pela população excluída, que habita esses locais. Esses espaços tornados territórios da violência são parte ativa no desenvolvimento do poder constituído pelo crime organizado e pela violência a ele atrelada. Pode-se dizer que eles alimentam os processos sociais responsáveis pela violência urbana (FERREIRA; PENNA, 2005^b, p.58).

A análise da criminalidade violenta e dos eventos relacionados às drogas, em Uberlândia, no período de 1999 a 2010, revelou quatro bairros onde incidiram as ocorrências mais elevadas de estupros, homicídios, roubos, apreensão de drogas para tráfico e uso, maior de idade preso e menor de idade apreendido por tráfico e uso de drogas: Centro, Jardim das Palmeiras, Lagoinha e São Jorge. No bairro Centro destacaram-se os casos de roubos; no Jardim das Palmeiras foram observados os maiores registros de menor de idade apreendido por uso de drogas;

no Lagoinha foram verificados os casos mais elevados de apreensão de drogas para tráfico e uso e maiores de idade presos por tráfico e uso; e, por fim, no São Jorge verificou-se o maior número de estupros, homicídios e menor de idade apreendido por tráfico de drogas (Mapa 38).



Mapa 38 – Cidade de Uberlândia: Localização do Centro, Jardim das Palmeiras, Lagoinha e São Jorge.

Quanto à caracterização da população, o Centro e o Lagoinha apresentaram o maior número de mulheres, sendo o São Jorge o mais populoso, e o Jardim das Palmeiras o de menor população. A faixa etária compreendida entre 20 e 29 anos é a mais elevada para todos os bairros; todavia, destacando-se consideravelmente no São Jorge. Também é importante ressaltar que, pelo fato de o Centro ser o mais antigo dentre os demais, a população encontra-se com um perfil praticamente estabilizado, sobretudo a partir da faixa etária dos 30-39 anos (Gráfico 27).

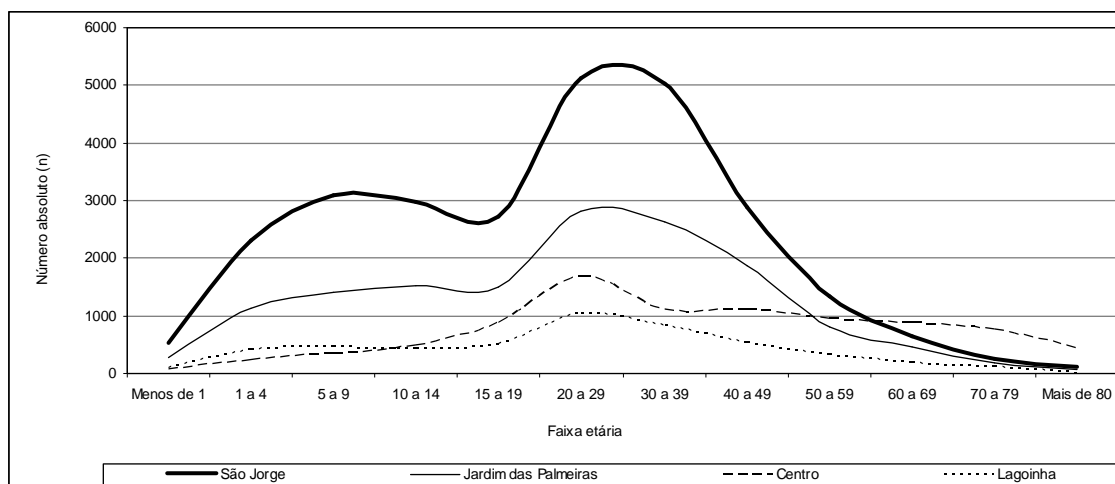


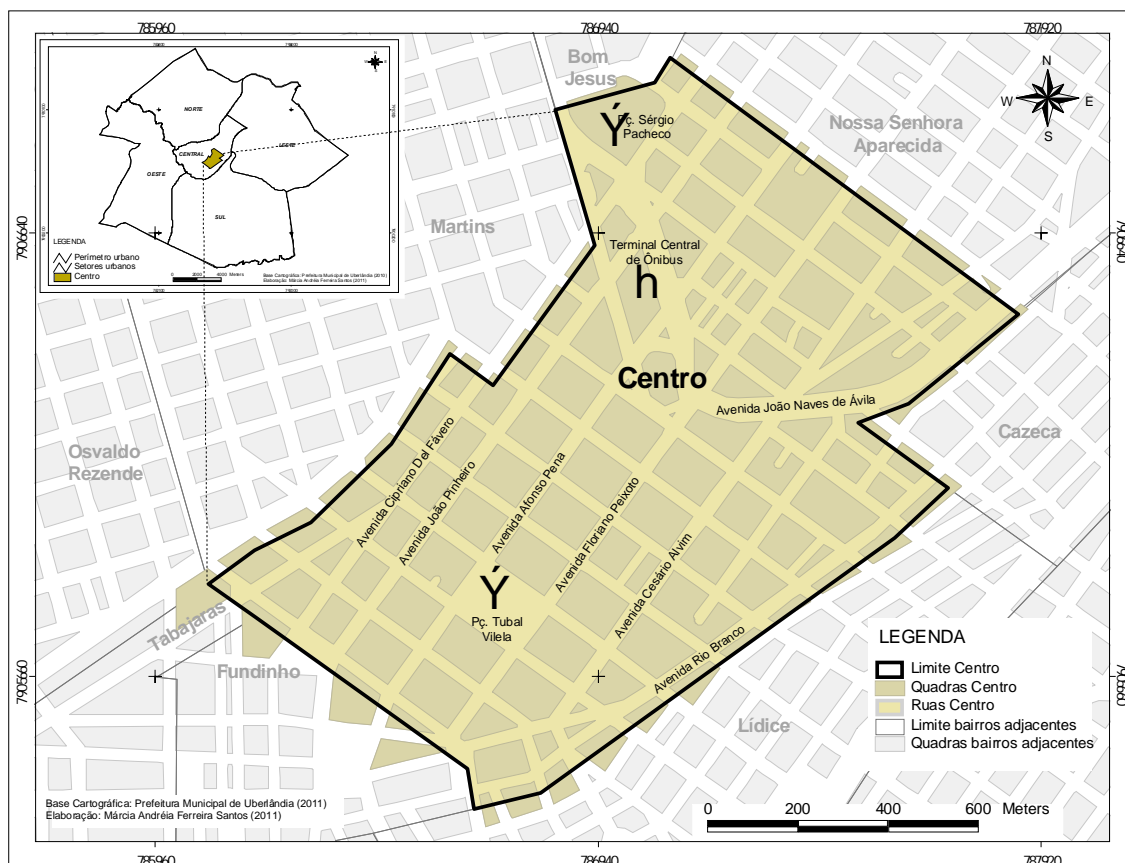
Gráfico 27 – População dos bairros São Jorge, Centro, Lagoinha e Jardim das Palmeiras: 2009.

Fonte: PMU (2009). Org. Santos (2011).

A seguir, será apresentada a caracterização socioespacial dos bairros Centro, Jardim da Palmeiras, Lagoinha e São Jorge, juntamente com a descrição das ocorrências criminais que se destacaram em cada um deles. Aqui também serão tecidos alguns comentários sobre a Prevenção Situacional do Crime, teoria abordada no 2º Capítulo desta tese, e ainda serão levantados alguns questionamentos sobre o grau de eficácia dos elementos que são utilizados pela população para combater ou prevenir a criminalidade violenta em cada bairro.

6.1 Caracterização socioespacial do Centro

O bairro Centro, como o próprio nome declara, localiza-se no Setor Central da cidade de Uberlândia (Mapa 39). Sua população, em 2009, era de 8.912 habitantes, posicionando-se no 5º lugar dentre os onze bairros constituintes do Setor. A população do sexo feminino é a mais elevada, e a faixa etária dos 20 aos 39 anos totaliza 31% de toda a população do bairro (SECRETARIA MUNICIPAL..., 2011). Constitui-se de loteamentos outrora de propriedade do Sr. Custódio da Costa Pereira, de parte da Vila Osvaldo e de outros loteamentos não identificados. Tornou-se bairro integrado a partir da Lei nº. 6.292, de 26 de abril de 1995 (Anexo 5).



Mapa 39 – Bairro Centro: configuração espacial - 2010.

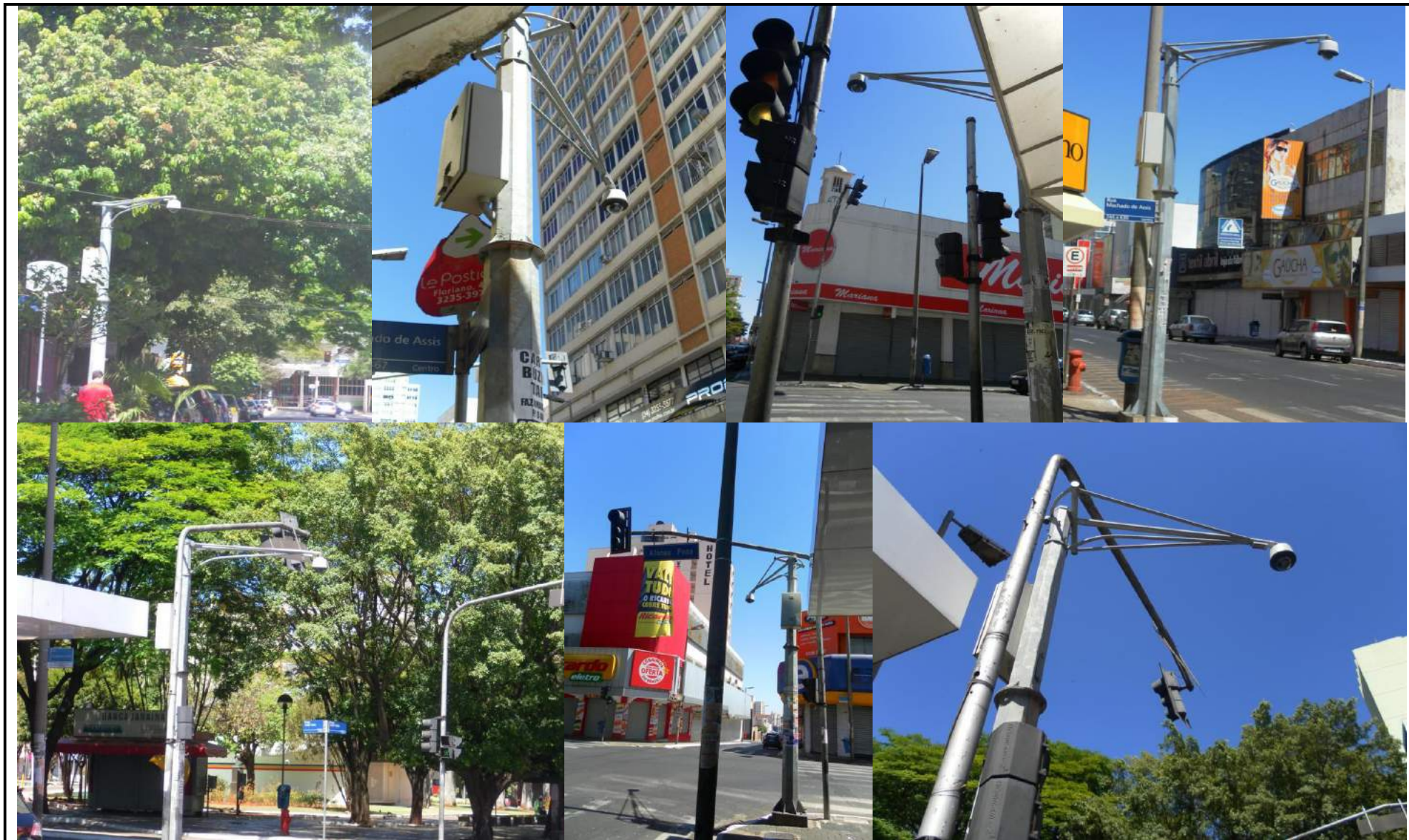
Fonte da imagem de satélite: Google Earth (11/06/2010). Elaboração/Organização: Márcia Santos (2011).

O Centro apresentou o maior número de roubos à mão armada e sem arma, entre 1999 a 2010, tendo sido registrados 4.890 Boletins de Ocorrência desse crime no período. Somente na Avenida Floriano Peixoto ocorreram 506 roubos, vindo em segundo lugar a Avenida Afonso Pena, com 489 casos, e, em terceiro, a Praça Tubal Vilela, com 414 registros. Do total de roubos registrados, 3.651 casos foram a transeuntes (74,66%), 379 casos a prédios comerciais (7,75%) e 275 casos de veículos automotores (5,62%). Como forma de conter o aumento no número de roubos registrados no Centro e nas áreas adjacentes foram instaladas, em 2008, 72 câmeras de videomonitoramento, constituintes do projeto denominado “Olho Vivo, assim distribuídas: Centro: 44, Martins: 12, Fundinho: 7, Nossa Senhora Aparecida: 6, Cazeca: 3. Esta estratégia teve por objetivo prevenir e reprimir o roubo, bem como outros atos violentos (CORRÊA, 2008^a; SILVA, 2010).

As câmeras de videomonitoramento apresentaram um resultado positivo logo após terem sido instaladas, com a diminuição do número de roubos a veículos automotores, transeuntes e ao comércio, apresentando, também, uma queda nos estupros, homicídios, sequestros e cárcere privado, latrocínio e extorsões mediante sequestro (CORRÊA, 2008^b; FERNANDES, 2009). A título de exemplo, no mês de julho de 2007 foram registrados doze boletins de ocorrência por roubo de veículos na região onde está sendo realizado o monitoramento, e em julho de 2008 registraram-se apenas dois casos. No mesmo período de 2007, 32 pessoas foram vítimas de roubo, e em julho de 2008 houve o registro de apenas quatorze casos. Para acompanhar, em tempo real, as imagens das câmeras, 52 funcionários trabalham em quatro turnos, e além de prevenir a violência, o sistema de videomonitoramento também alerta a Polícia Militar quanto às infrações de trânsito, acionando a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SETTRAN) sobre o fato verificado (FERRAZ, 2011).

Antes de o projeto ser instalado no Centro havia a preocupação voltada para a migração dessa modalidade de crime para outros bairros, e pensando dessa forma, a Polícia Militar estabeleceu estratégias que pudessem inibir este fato, prevenindo e combatendo a sua incidência em outras localidades. O mapeamento dos roubos e das câmeras de videomonitoramento, no Centro, bem como algumas fotografias poderão ser vistos no Mapa 40 e no Mosaico 1:





Mosaico 1 – Bairro Centro: panorama das câmeras de videomonitoramento: 2011.

Autor: Márcia Santos (04/09/2011).

Além da diminuição da criminalidade no local e nas áreas adjacentes, Crovato (2009) declara que

[...] aumentou a sensação de conforto e segurança das pessoas que ali transitam, dos empresários que têm nestes locais os seus empreendimentos, e hoje, inclusive, é fonte, de anseios por vários outros cidadãos que procuram os órgãos públicos no sentido da gente ter aumentado realmente essa ferramenta que tem para nós trazido, mais uma vez, resultados que são significativos (CROVATO, 2009; Em entrevista concedida à Prefeitura Municipal de Uberlândia).

A concentração de roubos no Centro da cidade de Uberlândia é um fenômeno também verificado em outras cidades brasileiras. Batista (2008) ao estudar a geografia da violência em Três Lagoas - MS constatou que os roubos incidiam, sobretudo, na área central da cidade:

[...] constatamos que os espaços mais afetados pelas modalidades penais, como o furto e o roubo, concentram-se nos bairros de maior número populacional, nos de maior poder aquisitivo, e na área central, lócus de atividade econômica e circulação populacional (BATISTA, 2008, p.67).

As áreas centrais das grandes cidades recebem, diariamente, muitas pessoas que se deslocam para lá com a finalidade de realizarem as mais diversas atividades. Sendo assim, a quantidade de pessoas que circulam no local é bastante elevada; logo, a probabilidade de incidência de roubos, bem como de outros crimes, também aumenta. Para o Centro de Uberlândia isso não é diferente, e por esta razão encontram-se instalados no local dois Postos de Policiamento Comunitário (PPC), respectivamente, na Praça Tubal Vilela e na Praça Sérgio Pacheco (Mosaico 2):



Mosaico 2 – Centro: Postos de Policiamento Comunitário. Praças Tubal Vilela e Sérgio Pacheco.

Autor: Márcia Santos (04/9/2011).

Todas as praças existentes no Centro são urbanizadas e apresentam áreas de lazer e outros elementos que permitem às pessoas permanecerem mais tempo no local, ocupando o espaço e impedindo que o mesmo seja utilizado por criminosos para atividades ilícitas. Praticamente todas as praças do Centro são utilizadas para a realização de algum evento. Em especial, na Praça Sérgio Pacheco realiza-se, aos domingos, uma feira cultural, com barraquinhas de artesanatos, comidas típicas e músicas ao vivo, permitindo a interatividade, o lazer e o uso do espaço público com atividades saudáveis, e durante a semana, no final da tarde, é usada para caminhadas. A presença da Polícia Militar, no local, favorece a segurança, e proporciona tranquilidade aos usuários (Mosaico 3):



Mosaico 3 – Bairro Centro: Configuração das Praças Tubal Vilela e Sérgio Pacheco.

Autor: Márcia Santos (04/9/2011).

A prevenção da criminalidade através da utilização de câmeras de videomonitoramento é uma estratégia de caráter pontual, e devido ao custo elevado, torna-se difícil, para o poder público, instalar esses aparatos em todos os 64 bairros integrados de Uberlândia. Tanto as câmeras já instaladas na área central, quanto

aquelas que ainda estão em projeto, foram definidas a partir de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Defesa Social, a Prefeitura Municipal de Uberlândia e os comerciantes e empresariado local. Grande parte da cidade não se beneficia deste projeto, que também é limitado na medida em que monitora apenas uma parcela do espaço onde se encontra instalada a câmera. Na verdade, para além do videomonitoramento, há que se pensar em outras formas de prevenção que sejam inclusivas e menos invasivas, que não tolham a liberdade das pessoas, uma vez que esse mecanismo, ainda que eficaz em certa medida, é um elemento que constrange.

O Centro, por se um dos bairros mais antigos de Uberlândia, apresenta alguns monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Cultural, como a Praça Tubal Vilela, o Mercado Municipal e o Museu Municipal, onde antes funcionava a Prefeitura Municipal. A Casa da Cultura, localizada no bairro Fundinho, divisa com o Centro, e à frente do Museu Municipal, constitui os dois monumentos culturais principais do Setor Central (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2012). Todavia, a principal atividade que se destaca no Centro é o comércio e os serviços, fator que condiciona um maior movimento de pessoas e, conseqüentemente, ocorrências mais elevadas de roubo, como ser apresentado adiante.

Pelo fato de no bairro destacar-se, sobretudo a função comercial, a população foi deslocando-se para outros bairros, e muitos imóveis, que antes eram utilizados como residências, são, hoje, ocupados pelo comércio, servindo de escritórios, por exemplo. Outros, por sua vez, estão sendo utilizados como consultórios médicos, ou odontológicos, o que é facilitado pelo tamanho das residências antigas, que possuíam muitos cômodos. Apesar de grande parte do Centro ser ocupada por atividades voltadas para o comércio e os serviços, o bairro possui alguns equipamentos sociais na área da Assistência Social, Cultura, Defesa Social, Educação, Esporte e Lazer, Patrimônio Histórico e Trânsito e Transporte, como pode ser visualizado no Quadro 13:

Área		Equipamento	Endereço
Assistência Social e Trabalho		Instituição Cristã de Assistência Social e Trabalho de Uberlândia - ICASU (ONG)	Av. Rio Branco, 785.
		Casa Nova Jerusalém (ONG)	Av. Rio Branco, 768
Cultura	Espaço de Exposição	Galeria de Arte Lourdes Saraiva	Praça Clarimundo Carneiro, 204
	Espaço de Espetáculo	Teatro Rondon Pacheco	Rua Santos Dumont, 517.
		Teatro de Arena	Praça Sérgio Pacheco, s/nº
	Acervo Cultural	Reserva Técnica do Museu Municipal	Avenida Getúlio Vargas, 1055.
	Patrimônio Histórico	Praça Tubal Vilela	Praça Tubal Vilela
		Palacete Ângelo Naguezzini	Avenida Afonso Pena, 56.
		Mercado Municipal	Rua Olegário Maciel, 255.
Defesa Social		Unidade de Segurança Pública Comunitária - 91ª Cia. do 17º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais	Praça Sérgio Pacheco, s/n
Educação		EMEI Profª Stela Maria de Paiva Carrijo; Educação Infantil de 3 a 5 anos – Manhã e Tarde	Rua Quintino Bocaiúva, 985.
		Escola Estadual Bueno Brandão; Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano; Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (médio).	Praça Tubal Vilela, 76.
		Escola Estadual Coronel José Teófilo Carneiro; Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano	Avenida Floriano Peixoto nº 1.352
		Centro Educacional Cantinho do Amor (ONG)	Avenida João Pinheiro, 913.
		Centro Educacional Comunitário Esperança (ONG)	Rua Machado de Assis, 380.
Esporte e Lazer		Uberlândia Tênis Clube (UTC); Centro Municipal de Excelência Esportiva (CMEESP)	Avenida Cipriano Del' Fávero, 741.
Patrimônio Histórico/Bens Tombados		Uberlândia Clube	Rua Santos Dumont, 517
Trânsito e Transporte		Atendimento ao Público – Terminal Central Paulo Ferolla da Silva	Praça Sérgio Pacheco s/nº.

Quadro 13 - Bairro Centro: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais: 2010.

Fonte: Caderno Informativo (2010).

Pelo fato de o Centro ser um bairro constituído há alguns anos, ele apresenta toda a infraestrutura urbana necessária para um local cuja funcionalidade principal é a manutenção das atividades voltadas para o comércio e os serviços. Nesse sentido, as condições sociais e espaciais do Centro se diferem de forma considerável daquelas observadas no São Jorge e no Lagoinha, onde se observou uma série de problemas quanto à pavimentação das ruas, a localização e condição dos espaços onde se encontram os pontos de ônibus, a ausência de urbanização das praças e a presença de lixo e entulho em alguns pontos do bairro. Por outras razões além destas, o Centro apresentou mais ocorrências de roubos do que dos outros crimes analisados. Pode-se afirmar, portanto, que a caracterização espacial, estabelecida pelos fixos e fluxos existentes num dado lugar, combinada a outros fatores, por vezes multiformes, podem favorecer a ocorrência de determinados crimes violentos. De igual modo, a presença de elementos que dificultam a ação de criminosos pode prevenir a incidência dos mesmos.

As entrevistas realizadas no bairro revelaram que mesmo com todo o aparato de segurança pública existente no bairro, a população ainda sente medo de circular por algumas áreas, devido às condições do espaço ou à presença de pessoas consideradas suspeitas. As falas a seguir estão relacionadas à pergunta: *Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora?*

“Sim, devido à violência e às drogas”.

“Sim, [...] onde se concentra os usuários de drogas, as prostitutas e os vândalos”.

“Áreas escuras sem iluminação e onde tem pessoas que não conheço”.

“Tenho medo de andar sozinho de madrugada, medo que roubem a minha moto”.

“Sim, [...] a partir do momento que o comércio fecha, por exemplo, as ruas se tornam bem desertas, e passar por praças à noite, não é algo muito aconselhável”.

Grande parte desse medo, declarado pela população entrevistada, está relacionada ao fato de já se ter vivenciado a violência urbana. Neste caso, a vitimização sofrida pelo próprio entrevistado, por membros da família ou pessoas próximas é o principal elemento que configura a sensação de insegurança. Foi possível constatar, também, na fala dos moradores, a relação entre o medo de ser

vítima de assaltos no bairro, o que está diretamente relacionado ao elevado número de casos de roubos constados no local. Ao serem indagados se eles ou alguém da família já haviam sido vítimas da violência em Uberlândia, os mesmos foram unânimes em citar os roubos e furtos:

“Furto”.

“Assalto. Abordagem”.

“Já fui assaltado uma vez, há aproximadamente 10 anos em plena luz do dia”.

“Assalto, roubo do carro e roubo em casa”.

“Assalto”.

A violência traz uma série de consequências ao espaço urbano e às pessoas que habitam locais onde as estatísticas criminais são elevadas. Uma delas é a mudança de rotina da população, que deixa de frequentar certos locais públicos, sobretudo à noite, ou circular por áreas consideradas violentas. Há, também, a desvalorização econômica do espaço, tanto no que se refere à venda de parcelas do solo ou de imóveis, assim como dos aluguéis. Observa-se, ainda, uma constante busca da população por equipamentos de segurança para suas residências, denotando uma preocupação, principalmente com os crimes contra o patrimônio. Quando os moradores do Centro foram questionados sobre as consequências que a violência traz para os moradores do seu bairro, os mesmos disseram:

“Medo”.

“Talvez a busca por investir sempre em novas formas de segurança em suas residências”.

“Promove o envolvimento de adolescentes cada vez mais novos com as drogas e medo nos moradores de permanecerem nas ruas durante a noite”.

“Com certeza as piores possíveis, pois violência traz insegurança, medo de andar na rua, medo de sair de casa ou de chegar mais tarde e até de deixar as crianças na rua e de ficar sentada na porta de sua casa”.

“Desvalorização de imóveis, medo, insegurança”.

“Creio que as consequências da violência no meio bairro são de “obrigar” as pessoas a se precaverem mais, gastando cada vez mais dinheiro com segurança pessoal, instalando cercas elétricas, alarmes, etc...”

“Falta de liberdade para andar pelas ruas com tranquilidade, aumento dos muros das residências, investimentos em dispositivos de segurança para as residências como câmeras, cercas elétricas dentre outros...”

“Os casos que ouço relatos são de furtos a residências, e as consequências são o desespero das pessoas furtadas que após o crime têm que comprar outros utensílios domésticos, e ainda investir na segurança doméstica”.

O Centro é bastante assistido pela Segurança Pública, não só através das câmeras de videomonitoramento, mas também com o policiamento ostensivo, sendo este um dos principais elementos analisados pela população quando se trata de segurança: a maioria dos entrevistados baseia-se na presença da polícia nas ruas para argumentar se estão ou não satisfeitos com os serviços prestados pela segurança pública no bairro; outros relacionam as ocorrências criminais com o grau de satisfação, podendo-se verificar que, para estes, quanto maior o número de ocorrências de crimes, menor é a sensação de segurança e, portanto, mais ineficaz é o serviço prestado:

“O policiamento é efetivo”.

“É comum ver carros de polícia fazendo rondas nas ruas e, além disso, sempre têm vigias noturnos fazendo rondas durante a noite. Portanto, estou sim satisfeito com a segurança.

“Ainda ocorrem muitos assaltos a residências e estabelecimentos comerciais e roubo de acessórios de automóveis”.

“Aos poucos tem melhorado, mas ainda a polícia é falha em não repreender os bagunceiros que fazem o que querem na madrugada”.

“Estou satisfeita, mas não completamente. Acredito que além do policiamento nas ruas deveria haver mais atitude por parte dos policiais no combate ao tráfico das drogas e aos roubos”.

“A segurança pública realizada no meu bairro não é tão precária. Mas acredito que a segurança deveria ser reforçada nos horários entre 17h e 23h, que são os horários que as ruas ficam mais desertas e, consequentemente, mais perigosas”.

É interessante verificar que a maioria das intervenções com vistas à diminuição dos casos de violência no Centro relacionou-se a ações executadas pela Segurança Pública, como aumento do efetivo policial nas ruas e, consequentemente, aumento do policiamento ostensivo, apesar de este já estar bastante fundamentado no bairro, como se verá no Capítulo 7. Mas os entrevistados também se referiram a outras questões, como a elaboração de políticas sociais, palestras educativas, manutenção privada de guardas noturnos, como podem ser vistas nas falas a seguir:

“Combate com maior intensidade ao tráfico de drogas, principalmente nos pontos de vendas, evitando desta forma que adolescentes se envolvam com essa atividade, bem como com os furtos”.

“Aumentar o patrulhamento, incentivo a programas sociais ligados a esportes e informática para jovens de baixa renda dentre outros”.

“Policimento efetivo nas ruas olhando mais do que os veículos e o trânsito”.

“Programas de prevenção da violência são ótimas alternativas, mas é necessário que a própria população tenha conhecimento desses programas para que os mesmos possam funcionar com mais efetividade”.

“A polícia tem usado o artifício do giroflex ligado, mas penso que poderiam fazer algumas abordagens e talvez divulgar os números das apreensões que foram feitas no bairro. Do tipo: na noite de sábado foram feitas 15 abordagens e foram apreendidos “X” gramas de maconha e “X” pessoas foram detidas”.

“Acho que poderiam ser oferecidas palestras aos moradores de como proceder em alguns casos de ocorrências. Algumas ruas deveriam ser bem mais iluminadas. Acho também que a rotatividade dos policiais deveria ser menor, ou seja, os mesmos agentes policiais deveriam fazer a cobertura de determinado local, trazendo mais proximidade da população com a polícia”.

“Acho que já está acontecendo como guardinha a noite tomando conta das casas e isso traz segurança ainda mais para quem chega tarde em casa. Acho que um pouco mais de viaturas passando nas ruas em horários de menos movimento”.

A fala de um morador reflete bem a forma como ele vê a manifestação da criminalidade violenta no bairro, e deixa transparecer a ideia de que a população sabe dos locais onde as ocorrências são mais elevadas, e também que tipo de crime ocorre em determinadas áreas do bairro. Também revela, a partir de sua argumentação, que os moradores e os policiais, conhecedores dessa situação, deveriam intervir de alguma forma:

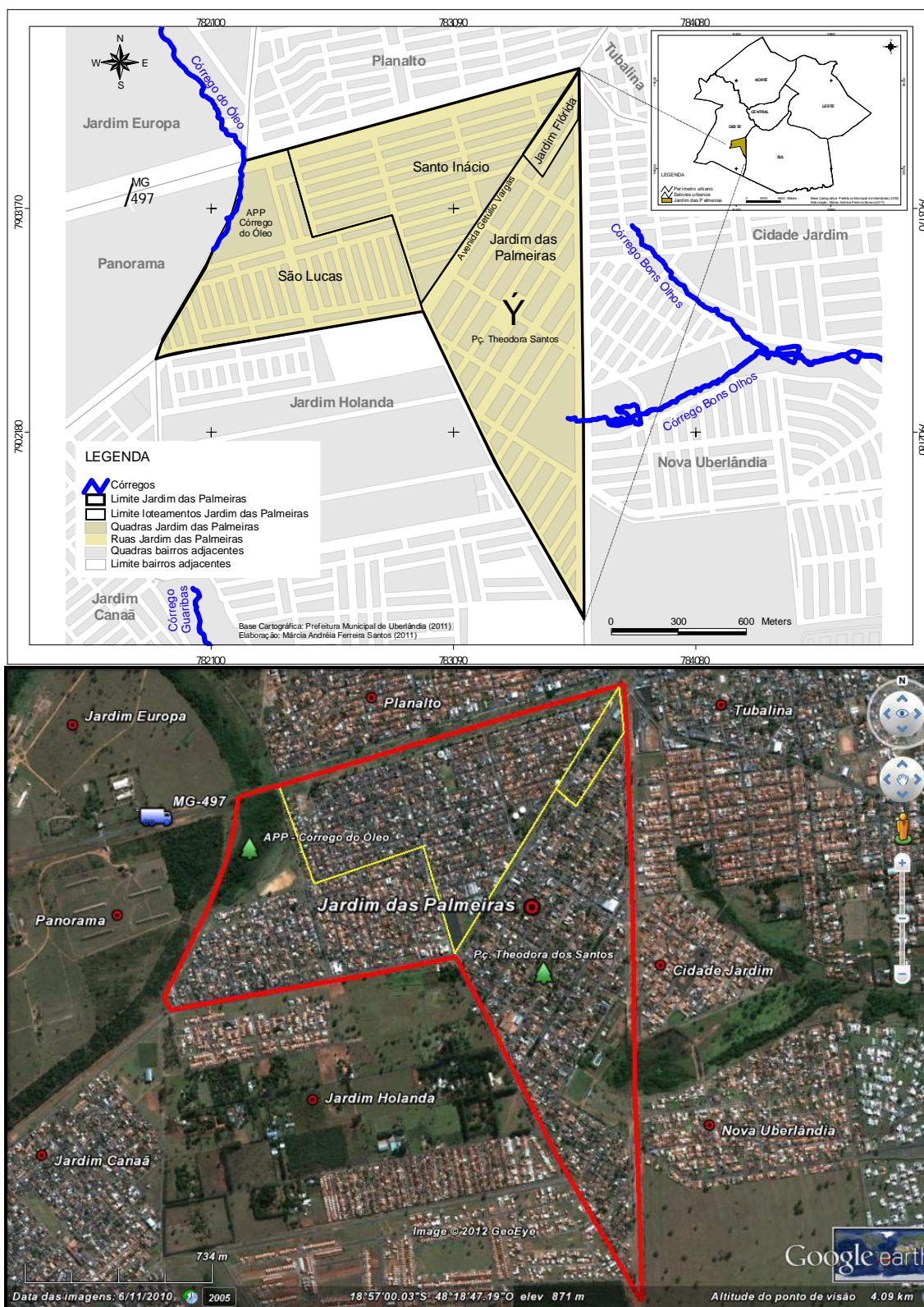
“[...] a sensação que tenho é que todos nós sabemos os locais que os protagonistas da violência urbana estão, os pontos de venda de drogas, e até as pessoas que praticam delitos diários; [...] O crime organizado, quadrilhas de roubo e tráfico, todos sabem onde ficam, mas ninguém toma nenhuma providência”.

Dentre os quatro bairros analisados neste capítulo, o Centro é o que apresenta a melhor infraestrutura urbana e condições socioespaciais, não estando, contudo, totalmente protegido contra a criminalidade violenta. É, também, dentre os bairros selecionados, o mais assistido pela Segurança Pública, daí a sensação de segurança por parte da população que o habita.

6.2 Caracterização socioespacial do bairro Jardim das Palmeiras

O bairro Jardim das Palmeiras localiza-se no Setor Oeste da cidade de Uberlândia. Sua população, em 2009, era de 14.647 habitantes, cuja maioria é do sexo masculino (7.325 indivíduos), apesar de haver uma diferença de apenas três pessoas em relação ao número de mulheres, que totaliza 7.322 indivíduos. A faixa etária dos 20 aos 39 anos representou 19% de toda a população do bairro (SECRETARIA MUNICIPAL..., 2011). Foi integrado através da Lei 6.063, de 17 de agosto de 1995 (Anexo 6), e se constitui de quatro loteamentos, a saber: Jardim das Palmeiras, Jardim Flórida, Santo Inácio e São Lucas. Limita-se com outros bairros cuja incidência de tráfico de drogas também é elevada. São eles o Jardim Canaã, Planalto e Tubalina (Mapa 41).

O bairro Jardim das Palmeiras registrou 149 apreensões de menores de idade por uso de drogas, de um total de 1.756 casos verificados no período de 1999 a 2010 em toda a cidade, totalizando 8,49%. Tal como ocorreu para os casos referentes às drogas nos bairros São Jorge e Lagoinha, não foi possível espacializar as informações para o Jardim das Palmeiras.



O bairro Jardim das Palmeiras dispõe de equipamentos sociais, mas poucos estão voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, com vistas à prática do lazer, cursos e outras atividades que possam envolvê-los durante os horários que não estão na escola. O elevado registro de apreensão de crianças envolvidas com drogas não está relacionado apenas ao número de crianças e adolescentes existentes no local, mas, também a outras condições que favorecem esses registros, como, por exemplo, maior exposição desse grupo etário às drogas, envolvimento com situações que predispõem à sua utilização, tal como as amizades mantidas com usuários, maior quantidade de drogas em circulação (FREITAS, 2004; OLIVEIRA, 2008). Além disso, o elevado número de apreendidos por uso de drogas pode, ainda, estar relacionado à maior atuação da Segurança Pública no bairro, por meio de ações preventivas ao tráfico e uso de drogas, como também de ações de rotina, voltadas para a repressão ao crime.

O crescimento da criminalidade violenta, em Uberlândia, como também a divulgação das ocorrências criminais nos jornais televisivos refletem diretamente na sensação de insegurança da população. Por esta razão, cresce de igual modo, a utilização de equipamentos de segurança nas residências, visando à prevenção de roubo ao patrimônio. Entre 1999 e 2010, o roubo a residência urbana, no bairro, representou apenas 3,67% do total de ocorrências registradas no período (881 casos), vindo após o roubo a transeunte, prédio comercial, veículo automotor, ônibus coletivo, bicicletas e supermercados. Apesar disso, grande parte das residências do bairro Jardim das Palmeiras possui cercas elétricas, muros altos ou grades. Conclui-se, portanto, que a utilização de tais equipamentos não está diretamente relacionada à vitimização, mas, principalmente, à propagação da sensação de insegurança da população diante de uma violência em potencial (Mosaico 4).



Mosaico 4 – Bairro Jardim das Palmeiras: Muros altos e com cerca elétrica.

Autores: Eduardo Aplinário (17/01/2012); Karen J. S. Santos (17/01/2012).

O bairro não possui áreas de lazer, exceto um campo de futebol improvisado, que se localiza dentro de uma Área de Proteção Permanente (APP) do Córrego do Óleo (Imagem de Satélite 1).



Imagem de Satélite 1 – Bairro Jardim das Palmeiras: Campo de futebol improvisado na Área de Proteção Permanente (APP) do Córrego do Óleo.

Fonte da imagem de satélite: Google Earth (06/11/2010). Elaboração/Organização: Márcia Santos (2011).

A utilização de áreas vazias, por parte das crianças, adolescentes e jovens, para a prática esportiva é uma fenômeno comum em Uberlândia, e em outras cidades brasileiras também. Monteiro (2009), ao estudar os projetos socioesportivos desenvolvidos nos subúrbios do Rio de Janeiro constatou que esse grupo etário se utiliza de várzeas e do asfalto para jogarem futebol. O autor declara que

[...] ainda que a prática esportiva seja amplamente democratizada pela proposta dos atuais projetos, existem problemas como a falta de espaços públicos mais especializados e com profissionais capacitados [...]. É frequente o recurso a práticas autônomas em campos de várzea, ou mesmo no asfalto de ruas suburbanas com traves marcadas com chinelos e pedras (MONTEIRO, 2009, p.89).

O referido autor também apresenta uma experiência bem sucedida de prevenção à violência, desenvolvida na Vila Olímpica Clara Nunes e Vila Olímpica

Carlos Castilho, localizados, respectivamente, em Costa Barros e na Grotta (Complexo do Alemão), no Rio de Janeiro. Nestes locais, congregam crianças e adolescentes de algumas áreas de elevada desigualdade social, como Acari, Coelho Neto, Fazenda Botafogo, Barros Filho, Costa Barros e Parque Colômbia,

[...] mas que também é vista como um local onde se encontram fortes traços de sociabilidade – sobretudo entre vizinhos – com um cenário cercado por um contexto de troca de identidades (do trabalhador ao consumidor, da certeza da família à constante do divórcio e da comunidade fragmentada) (MONTEIRO, 2009, p.16).

O autor relata que este projeto, para aqueles que estão envolvidos, é “[...] uma possibilidade de profissionalização e de futuro fora das quadrilhas de traficantes”¹. No estudo, cuja metodologia utilizada foi a observação participante, foi possível constatar “[...] até que ponto a coesão social foi destruída (se é que o foi) e qual é o papel que a prática dos esportes tem na reconstrução e reinvenção desses laços e interações sociais”². Também verificaram-se

[...] outras dimensões que vão para além do esporte, e dizem respeito à socialização, à formação de novos amigos, ao restabelecimento de redes sociais, e à descoberta de novos valores sociais, tanto por conta dos praticantes, como por conta apenas dos expectadores³.

Sobre a importância dessas áreas como mecanismo de prevenção, a Política Nacional sobre Drogas declara:

As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico e a participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações (BRASIL, 2005^a).

As estratégias que visem à prevenção devem ser prioritárias na agenda pública, sobretudo devido ao custo e à eficácia. As ações de reabilitação, de caráter paliativo, são financeiramente mais dispendiosas, e muitas vezes ineficazes, pois grande parte dos usuários que decide pelo tratamento retorna ao uso por falta de acompanhamento profissional, ou mesmo por estar em contato com a droga. Há,

¹ MONTEIRO, 2009, p.15.

² Ibid., p.16.

³ Ibid., p.15.

também, um número consideravelmente elevado daqueles que não aceitam o tratamento, gerando transtornos para a família, a comunidade e a sociedade. Sobre essa questão, a Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2005^a) ressalta que

Na etapa da recuperação, deve-se destacar e promover ações de reinserção familiar, social e ocupacional, em razão de sua constituição como instrumento capaz de romper o ciclo consumo/tratamento, para grande parte dos envolvidos, por meio de parcerias e convênios com órgãos governamentais e organizações não-governamentais.

A infraestrutura urbana apresenta-se favorável na maior parte do bairro, apesar de em alguns pontos as condições das vias públicas, bem como a situação das moradias serem desfavoráveis. Há ruas sem asfalto, e a presença do lixo predispõe os moradores a fatores que podem causar doenças, como os roedores, a dengue, dentre outros (Mosaico 5).



Mosaico 5 – Bairro Jardim das Palmeiras: situação da infraestrutura urbana em alguns pontos.

Autores: Leandro Souza (07/01/2012); Márcia Santos (07/01/2012).

Há uma única praça no bairro, que segundo os moradores, é utilizada por usuários e comerciantes de drogas, à noite, os chamados “malas” sendo, portanto, praticamente inutilizada pelos moradores do local. É um espaço com muitas árvores e pouca iluminação, fator que favorece essa prática ilegal, além de ser, também, uma área muito extensa, aproximadamente duzentos metros, permitindo que os usuários do local percebam a presença da Polícia ou de qualquer outra situação que possa inviabilizar as práticas ilícitas estabelecidas no ambiente (Mosaico 6).



Mosaico 6 – Bairro Jardim das Palmeiras: Praça Theodora Santos.

Fonte da imagem de satélite: Google Earth (06/11/2010). Elaboração/Organização: Márcia Santos (2011).

Autor das fotos: Márcia Santos (09/01/2012).

Se os moradores não utilizam o espaço público, a exemplo das praças, por se sentirem intimidados pela criminalidade, estas, por sua vez, são apropriadas pelos criminosos, que modificam o uso para o qual foram estabelecidas, que é o de lazer, distração, diversão, esparecimento (DOESKEN, 2007). Nesse sentido, é importante que tais espaços sejam planejados e vigiados, pelos próprios moradores, de modo a permitir que sejam utilizados de maneira segura.

Destaca-se que a deterioração do espaço pode ser tanto consequência quanto a causa da apropriação do local por grupos criminosos. Como ressalta Wilson e Kelling (1982), ao tratar da Teoria das Janelas Quebradas, o simples fato de haver uma janela quebrada num imóvel sinaliza a falta de preocupação ou cuidado por parte de seus donos em relação àquele bem, podendo levar aquele imóvel a sofrer outros danos, ou, ainda, dissipar essa situação por toda a área, atingindo outros espaços, bem como as relações sociais ali estabelecidas. Por esta razão, é importante o cuidado e a manutenção do espaço, com vistas à diminuição do número de terrenos baldios, imóveis abandonados, deposição de lixo em local inapropriado. Um exemplo de abandono do espaço público pelos moradores e a sua consequente ocupação por vândalos e criminosos pode ser visto na própria Praça Theodora dos Santos, onde foram verificadas pichações no banheiro local, e uma configuração que denota abandono, como pode ser visualizado na Fotografia 12:



Fotografia 12 – Bairro Jardim das Palmeiras: Vandalismo na Praça Theodora Santos.

Autor: Márcia Santos (09/01/2012).

A população do Jardim das Palmeiras percebe a violência no bairro, e a sensação de insegurança que paira diante dessa situação, e para não se tornar vítima de tais práticas, evitam os locais considerados mais perigosos. Segundo alguns dos entrevistados, existem determinados pontos, no bairro, que são evitados, como também algumas ruas. Muitos se previnem resguardando-se de circular por certos locais durante a noite ou em horários muito avançados. É interessante

ressaltar que algumas pessoas se sentem mais seguras próximas de suas residências, como declarou um entrevistado, mas percebe que nem mesmo nas áreas adjacentes ao local onde mora há segurança, pelo fato de já ter sido abordado e assaltado ali. Diante da pergunta: *Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora*, foi possível obter as seguintes respostas:

“Mais na parte de trás do bairro, onde faz limite com um bairro mais violento, o bairro Canaã”.

“Sim. Porque tem algumas ruas que realmente dão medo na gente, ruas escuras, pessoas não encaradas e locais onde o índice é maior com relação a drogas, portanto evito sim andar por estes locais”.

“Sim, tenho medo de andar sozinha a noite, já fui assaltada”.

“Tenho medo de andar nas ruas mais afastadas da minha casa, mais ao fundo do bairro, em horários muito tardios. Se bem que, mesmo próximo à minha rua já fui abordada por um mau elemento”.

“Sim. Procuro evitar horários e locais perigosos”.

A maioria dos entrevistados do bairro já foi vítima da criminalidade violenta ou tiveram alguém da família vítima dessa prática na cidade, e todos foram unânimes em citar o roubo como a principal ação criminal sofrida. Talvez por essa razão, os moradores tentam se proteger evitando locais e horários que predisõem a ocorrência de crimes, equipando suas residências com sistemas de segurança ou com muros, como ressaltou um entrevistado. Quando questionados com a pergunta: *Você ou alguém da sua família já foi vítima da violência em Uberlândia*, declararam:

Se considerarmos roubo/furto como violência à pessoa, já sim. Eu já fui furtada no ônibus coletivo, linha A102, quando voltava do trabalho. Roubaram-me 6 reais (se me lembro bem) e um cartão de passe escolar. Em outra situação, **fui abordada às 21h30 em uma rua próxima à minha, por um rapaz embriagado que me ofereceu maconha. Eu estava voltando sozinha para casa. Minha casa foi também arrombada à noite em um dia de domingo** em que estávamos todos na igreja. Levaram meu violão, um som 3 em 1 e discos de vinil. **Nossa casa não tinha muros nessa época.** Meu pai foi também roubado: ele estava em um bairro próximo ao centro, deixou a porta do caminhão do trabalho destrancada, levaram o tacógrafo do caminhão. **Meu companheiro já foi vítima mais direta de violência no bairro Planalto:** estava voltando para casa em uma bicicleta com muito acessórios quando foi **assaltado a mão armada**. Levaram a bicicleta dele e **ameaçaram atirar na perna dele, mesmo tendo ele já entregue a bicicleta.** (Grifo nosso).

“Assalto, roubo a residência e assassinato de parente”.

“A um tempo atrás eu fui uma vítima de assalto a residência, sai para trabalhar, e quando retornei a noite minha casa estava arrombada e levaram alguns objetos de valores”.

Constatou-se, a partir da análise das entrevistas, que a percepção da população de Uberlândia é a mesma acerca das consequências advindas da violência urbana. Geralmente, os apontamentos circundam questões relacionadas à prevenção situacional, por meio da utilização de equipamentos de segurança ou alteração na configuração das residências com a construção de muros altos. Também são citadas questões relacionadas à elevação da sensação de insegurança, do medo, da desconfiança em relação a pessoas estranhas. Tais elementos foram citados pelos entrevistados do bairro Jardim das Palmeiras, ao serem questionados sobre *Quais as consequências que a violência traz aos moradores do seu bairro*, cujas respostas podem ser vistas a seguir:

“Tentam proteger as residências com muros altos, cerca elétricas, equipamentos de vigilância etc”.

“Sensação de insegurança, desconfiança em pessoas desconhecidas, medo de deixar a casa sozinha, insegurança para comprar novos bens móveis e portáteis, surgimento de comportamentos específicos voltados à precaução de roubo/furtos”.

“Insegurança, medo e até mesmo mudança, como já aconteceu com o vizinho, mudou de endereço depois que sua casa foi assaltada”.

“Você sai de casa e se os vizinhos não ajudarem a olhar sua casa você está propício a retornar e ter sido uma vítima, não que está um bairro tão violento, mas qual o bairro hoje em Uberlândia que não tem violência? Esperamos que as autoridades tomem mais atitude em colocar mais policiais nas ruas para prevenir estes acontecimentos e podermos viver em nossos lares mais em paz”.

Em relação à segurança pública, diferentemente do que foi constatado para o Centro, os moradores do Jardim das Palmeiras não estão satisfeitos com os serviços prestados. Isso se justifica, sobretudo pelo fato de o policiamento ostensivo não ser percebido pela população como, de fato, acredita que deveria atuar. Diante da pergunta: *Você está satisfeito com a segurança pública realizada no seu bairro*, a maioria se reportou à ausência de policiais circulando pelo bairro:

“As patrulhas de polícia não são muito frequentes nas ruas menos movimentadas”.

“Apesar de rondas raríssimas no bairro e da ação dos vigilantes noturnos, não há uma política pública eficiente voltada à segurança”.

“Poderia ter mais vigilantes ou policiais nas ruas, a noite as ruas ficam muito paradas, onde se torna cenário perfeito para os ladrões”.

“Vejo a polícia circulando pelo bairro. Mas não tenho certeza se o bairro está protegido. Apesar de que é difícil monitorar todos os lugares ao mesmo tempo, mas vejo que a polícia está presente nos locais com maior incidência”.

“Porque em partes eles estão solucionando quase todos os crimes, mas falta ainda um comprometimento maior por parte deles”.

Como já foi ressaltada anteriormente, a sensação de segurança da população é diretamente proporcional à presença de policiais e/ou viaturas nas ruas. O Jardim das Palmeiras localiza-se no Setor Oeste da cidade, onde foram verificadas as maiores ocorrências de homicídios, apreensão de drogas para tráfico, maior de idade preso e menor de idade apreendido por tráfico e uso, e apesar disso, possui muitos bairros sem um Posto de Policiamento Comunitário (PPC), como se verá no Capítulo 7. Neste Setor, inclusive, localiza-se a 9ª. Região Integrada da Polícia Militar (RISP), situada no bairro Jardim Patrícia.

Como um setor urbano que apresenta tantas ocorrências criminais, sendo, também o mais populoso da cidade, pode apresentar áreas desprovidas de assistência por parte da segurança pública? Sabe-se que há rondas nesses bairros onde não há PPC, mas seriam elas suficientes para prevenir a territorialização de crimes como o tráfico de drogas, que atua em pontos específicos do bairro, como ruas, por exemplo. Em uma mesma área urbana pode haver mais de um local onde há comercialização de drogas. Como, então, pensar em estratégias mais eficazes para combater e prevenir essas práticas ilegais? As ações elaboradas devem considerar a dinamicidade desses crimes e, conseqüentemente, a sua forma de atuação no espaço para que as estratégias executadas tenham êxito, e contribuam para que tais práticas não migrem para outros pontos do bairro.

Os moradores entrevistados não apenas sabem quais os crimes são mais frequentes no bairro, e em quais pontos eles incidem com maior intensidade, como também apresentam alguns caminhos para controlar e prevenir as ocorrências. Quando indagados: *O que você acha que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro onde você mora e em Uberlândia*, todos citaram a elaboração de intervenções que permeiam políticas sociais e de segurança pública, já que estas,

especificamente, foram declaradas por eles como as mais ausentes no local. Eles destacaram a criação de áreas de lazer para crianças, e que não existem no bairro, como relatado anteriormente, falaram da participação da população na prevenção de crimes, por meio de denúncias de casos de tráfico e uso de drogas, lembraram da importância da colaboração entre os vizinhos no que se refere à colaboração para com a vigilância local, citaram o relacionamento familiar como um fundamento para minimizar o envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade violenta:

“Policiamento mais ostensivo (e preventivo), programas educativos e ocupacionais para as pessoas, criação de áreas de entretenimentos para adolescentes e para crianças”.

“Acho que poderia haver uma colaboração entre vizinhos no sentido de todos estarem alertas para casos de roubo/furtos, bem como haver denúncia de casos de tráfico/uso de drogas. A polícia poderia realizar mais rondas, também”.

“A educação é o jeito mais rápido para acabar com a violência, isso a nível Brasil, é necessário que cada um tenha consciência dos próprios atos. Medidas também precisam ser adotadas para melhorar as condições de segurança das nossas ruas, aumentando a vigilância, o policiamento e os cuidados individuais que cada um precisa ter”.

“Acredito que a violência começa na família, então, esta, deveria ser melhor orientada, os pais deveriam lidar melhor com seus filhos, dar-lhes atenção, educação, presença e exemplos bons. Infelizmente, as crianças estão crescendo sem rumo. Deveria também existir mais programas que preparem os jovens para o mercado de trabalho e mais incentivo às empresas para que contratem esses jovens e também invistam em sua formação”.

“Eu creio em um futuro melhor para todos, espero que as autoridades de Uberlândia possam criar mais programas de prevenções contra a violência, que possam ter mais policiais combatendo os crimes de forma preventiva e ativa e que as pessoas pudessem ter mais sensibilidade com o seu próximo, onde todos estes resultados positivos pudessem alcançar não somente o meu bairro, mas toda a cidade de Uberlândia e região.

Esse destaque dos moradores entrevistados no bairro para a elaboração e execução de políticas sociais no local é uma necessidade percebida por eles, já que, apesar de possuir alguns equipamentos sociais de educação e saúde, não há nenhum programa ou instituição pública que desenvolva atividades organizadas, voltadas especificamente para a cultura e o lazer. Também não há, segundo eles, um programa governamental direcionado aos jovens, com vistas à preparação e inclusão dos mesmos no mercado de trabalho, o que, segundo eles, poderia diminuir o número de pessoas dessa faixa etária ligadas à criminalidade e ao tráfico de drogas não apenas no bairro, mas em toda a cidade de Uberlândia (Quadro 14):

Área	Equipamento	Endereço
Cultura Popular	Terno do Congo de Sainha de Uberlândia	Rua do Artesão, 133
Educação	EMEI Professora Edna Aparecida de Oliveira; Manhã, tarde, integral; Educação Infantil (4 meses a 4 anos)	Rua do Garçom, 476
	Escola Municipal Professora Maria José Mamede Moreira; Manhã e tarde; Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Rua do Garçom, 101
	Escola Estadual do Bairro Jardim das Palmeiras; Manhã, tarde, noite; Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Rua das Pombas, 931
	Central de Ação Social Avançada - CASA (ONG) – Filial I	Rua dos Cisnes, 842
	Centro Educacional Jardim das Palmeiras – Missão Sal da Terra	Rua do Arquiteto, 42
Saúde	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família (UBSF) - Jardim das Palmeiras I Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família (UBSF) - Jardim das Palmeiras II Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família (UBSF) - Jardim das Palmeiras III Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família (UBSF) – São Lucas	Rua do Cisne, 311 Rua do Garçom, 489 Rua dos Tico-Ticos, 112 Rua do Topógrafo, 101
Organizações Sociais Comunitárias	Associação de Moradores do Bairro Jardim das Palmeiras	Avenida Getúlio Vargas, 4961
	Associação de Moradores do Bairro Santo Inácio	Rua do Odontólogo, 649
	Comunidade de Trabalho, Desporto e Lazer do Residencial São Lucas (CONTRADEC)	Rua do Poeta, 200
Organização Popular	Centro Comunitário Alfa e Omega	Rua do Fazendeiro, 680

Quadro 14 - Bairro Jardim das Palmeiras: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais: 2010.

Fonte: Caderno Informativo (2010).

Apesar de haver cinco Unidades Básicas de Saúde da Família no bairro, nenhuma delas desenvolve atividades preventivas ao uso de entorpecentes, previstas na Política Nacional sobre Drogas. O Programa Saúde da Família poderia, através de suas instrumentalizações, desenvolver ações diretivas a grupos de risco, constituídos por crianças e adolescentes usuárias de drogas, pelo fato de ter esta estratégia a oportunidade de manter um contato direto com a família, por meio das atividades relacionadas à Atenção Básica à Saúde. Essas unidades, em parceria com as escolas, que já possuem algumas ações, como o Programa de Educação e Resistência às Drogas (PROERD), os Anjos da Escola e o Jovens Construindo a Cidadania (JCC), desenvolvidos pela Segurança Pública, poderiam estabelecer ações conjuntas com as organizações sociais e a população do bairro, com vistas à promoção da prevenção, tal como estabelecido na Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2005^a), que destaca, em um de seus pressupostos, a necessidade de:

Garantir, incentivar e articular, por intermédio do Conselho Nacional Antidrogas - CONAD, o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação nas políticas de educação, assistência social, saúde e segurança pública, em todos os campos relacionados às drogas.

Segundo informações constantes no Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2011), a Superintendência de Defesa Social possui um Centro Avançado de Estudo, Pesquisa e Prevenção da Violência e da Criminalidade, e nestas palavras declara:

O Centro Avançado disponibiliza, além do geoprocessamento, *estudos e pesquisas sobre a origem da criminalidade e violência em cada local*. As ações para a redução de violência e criminalidade poderão ser, além das ações sociais, administrativas, ou de outra natureza, que o Centro indica (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2011, grifo nosso).

Apesar de os dados apontarem os locais onde a criminalidade encontra-se mais acentuada, as políticas sociais indicadas pelos órgãos competentes são aquelas que já vêm sendo desenvolvidas para toda a cidade. Não há, todavia, uma política direcionada especificamente para a realidade do local onde foram verificadas essas incidências, o que torna todo o esforço ineficaz, pois cada bairro possui suas particularidades que precisam ser consideradas quando da elaboração de estratégias de prevenção à criminalidade violenta e ao tráfico e uso, fator ressaltado pela Política Nacional sobre Drogas, quando destaca a necessidade de se

Dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, *com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural*, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido (BRASIL, 2005, grifo nosso).

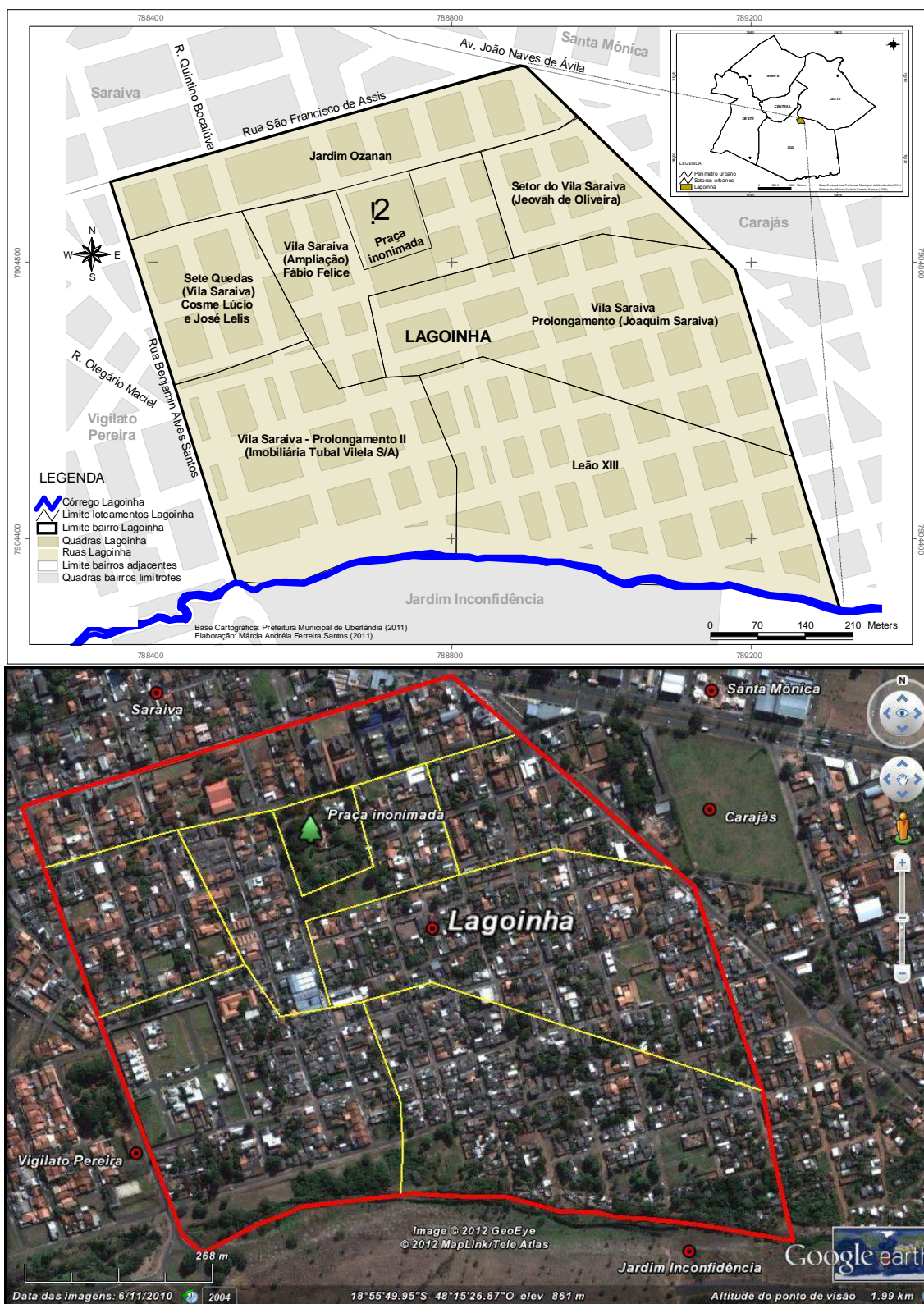
Uberlândia dispõe de três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), localizados nos setores Oeste, Norte e Leste, que atendem pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, e uma unidade específica para tratamento de usuários de álcool e drogas, o CAPS AD, com referência no setor Central, Norte e Leste da cidade, sendo uma destinada ao atendimento de crianças e adolescentes, e duas para adultos. Neste órgão trabalha uma equipe de sessenta pessoas. Em 2009 foram atendidos 466 pacientes com dependência química. Segundo Mota (2010), os custos para o município giram em torno de R\$ 200 mil por mês com as unidades que trabalham com adultos e R\$ 82 mil por mês com a unidade de atendimento de crianças e adolescentes. Observa-se que os gastos com reabilitação dos dependentes são elevados, mas os tratamentos nem sempre têm êxito, pois muitos dos pacientes desistem do processo.

Desde 2005, a Polícia Militar vem estabelecendo ações no sentido de diminuir a quantidade de drogas em circulação (FRADE, 2005), e diversos pontos de comercialização de drogas vêm sendo desmantelados na cidade. A comunidade, a partir do projeto Vizinhança Solidária também tem contribuído com a Polícia no combate ao uso e tráfico de drogas, por meio de denúncias anônimas. Com isso, os benefícios alcançados são percebidos, também, a partir da diminuição de outros crimes diretamente relacionados ao tráfico e uso de drogas, como os roubos e furtos de pequenos objetos com vistas à manutenção do vício. Reitera-se a necessidade de se implementar ações preventivas multissetoriais integradas no bairro Jardim das Palmeiras, com vistas à diminuição do número de crianças e adolescentes usuários de drogas. Destaca-se que os números acerca desse evento podem ser muito mais elevados do que estes declarados pela Polícia Militar, que os contabiliza a partir do número de apreendidos. Essa situação de risco verificada no bairro apresenta indícios de aumento, como tem sido verificado para toda a cidade de Uberlândia; torna-se, portanto, necessário que sejam estabelecidas, por parte dos órgãos públicos, ações mitigadoras de intervenção que englobem o indivíduo de forma integral, prevenindo futuros envolvimento, e restabelecendo e reintegrando aqueles que já estão no enlace dos entorpecentes.

6.3 Caracterização socioespacial do bairro Lagoinha

O bairro Lagoinha localiza-se no Setor Sul da cidade de Uberlândia. Sua população, em 2009, era de 4.939 habitantes, com destaque para o sexo feminino. A faixa etária dos 20 aos 39 anos representou 21% de toda a população do bairro (SECRETARIA MUNICIPAL..., 2011). O bairro foi integrado através da Lei 8.403, de 29 de agosto de 2003 (Anexo 7), e se constitui de seis loteamentos, a saber: Jardim Ozanan (parte), Leão XIII (parte), Residencial Carmel, Sete Quedas - Vila Saraiva (Cosme Lúcio e José Lelis), Setor da Vila Saraiva - (Jeovah de Oliveira), Vila Saraiva - Ampliação (Fábio Felice), Vila Saraiva - Prolongamento (Joaquim Saraiva), Vila Saraiva Prolongamento II (Imobiliária Tubal Vilela S/A).

O limite desses loteamentos não foi estabelecido a partir de ruas ou quadras, pois algumas destas foram seccionadas, permanecendo parte em um loteamento e parte em outro. Isso se deu devido à dificuldade encontrada pela Prefeitura Municipal para integrá-los e constituir o Lagoinha. De acordo com Dorneles (2005), para implantar o bairro foram realizados, em 2002, diversos encontros com a comunidade do loteamento Saraiva Prolongamento, Leão XIII, Jardim Ozanan, Pampulha e Carajás, com a finalidade de delimitar uma nova área. Dessas reuniões, surgiram três propostas: uma que englobava todos os loteamentos em um único bairro, mantendo a área existente, em 1997, e duas que subdividiam a área, transformando-a ou em dois bairros (Lagoinha e Pampulha), ou em três (Pampulha, Carajás e Lagoinha), prevalecendo a última. Essa escolha pela formação de três bairros diferentes foi mediada, dentre outros fatores, pelo estigma que o Lagoinha carregada por ter sido um local onde se fixaram algumas famílias ex-portadoras de hanseníase, vindas de leprosários, na década de 1950. Nesse sentido, os outros bairros não queriam receber o nome “Lagoinha”, que caracterizava “o bairro dos leprosos”, permanecendo, portanto, com o nome original (Mapa 42):



Mapa 42 – Bairro Lagoinha: configuração espacial – 2010.

Fonte da imagem de satélite: Google Earth (11/06/2010). Elaboração/Organização: Márcia Santos (2011).

Percebe-se que desde a sua formação, o Lagoinha traz arraigado em si a exclusão espacial advinda da presença de pessoas malquistas pela sociedade, local cuja formação geográfica já se caracterizava como um lugar excludente. As primeiras pessoas que ocuparam o bairro possuíam lepra, eram pobres e se estabeleceram próximas ao Córrego Lagoinha, local popularmente conhecido como “brejo”. Ali se fixaram todos que se deslocavam para a cidade com as características supracitadas, constituindo-se no “lugar dos leprosos”, como declara Dorneles (2005, p.107), que também apresenta, em sua dissertação, a fala de um morador que possuía a doença, e fala que veio para o bairro porque nele se localizavam pessoas com o mesmo problema que ele: “Eu vim com a minha família pra cá em 1973 porque sabia que moravam outros que nem eu, e precisava de ajuda e aqui eu encontrei o pessoal da sociedade [Sociedade Eunice Weaver⁴] me ajudou muito”. A referida autora ressalta, a partir da fala de uma moradora, que o bairro não era exclusivamente uma colônia de hansenianos, mas um lugar cujos terrenos eram de baixo valor econômico e que pessoas com baixo poder aquisitivo podiam adquiri-los.

O bairro apresentou, entre 1999 e 2010, o maior número de apreensão de drogas para tráfico (1.751 casos) e uso (483 casos), bem como prisão de maiores de idade por tráfico (385 casos) e uso (458 casos). Um detalhe que merece ser mencionado é que o Lagoinha posicionou-se em 11º lugar no número de homicídios registrados no mesmo período, o que não pode ser considerado um fato isolado, dadas as circunstâncias. Se o bairro apresenta o maior número de apreensão de drogas e prisão de envolvidos, logo, isso revela que o ele constitui-se num território do tráfico, o que, por sua vez, revela uma rede de conflitos e lutas por domínio e conquista do espaço. Pelo fato de fazerem parte dessa rede tanto usuários quanto traficantes, a probabilidade de que venham a ser eliminados desse circuito é bastante elevada. Não foi possível mapear essas ocorrências porque a Polícia Militar

⁴ De acordo com Dorneles, a Sociedade Eunice Weaver de Uberlândia (SEWU) institui-se, no bairro Lagoinha, em 1959, e sugere a importância da hanseníase nesse espaço, bem como a precariedade e carências das famílias que ocupavam aquele lugar. É uma instituição filantrópica, que possui como objetivo social em seu estatuto: “Trabalhar com a população carente portadora de hanseníase, prevenir e erradicar o mal de hansen, buscando a interação e melhoria dos assistidos e seus familiares, capacitando-os para a superação de suas deficiências. Prestar assistência social e promover a reintegração social dos portadores de hanseníase e respectivos familiares e também da comunidade do bairro Lagoinha”. (ESTATUTO, s/d). A Instituição existe até hoje no Lagoinha juridicamente como uma Organização Não-Governamental (ONG), desenvolvendo diversas atividades assistenciais às famílias de hansenianos, como: entrega mensal de cestas básicas, cursos de: manicure, depilação, artesanato, corte e costura, espanhol, digitação, oficina de gestante, atendimento psicológico. As pessoas portadoras de hanseníase se encaminham para lá através de informações recebidas ou por meio do Programa de Hanseníase da Secretaria Municipal.

não disponibilizou a informação dos endereços. Todavia, em trabalho de campo no bairro, durante a noite, nos meses de setembro e outubro de 2011, foi verificada uma intensa movimentação de pessoas, em atitudes suspeitas, na Rua Duque de Caxias e na Avenida João Naves de Ávila, ambas próximas ao Lagoinha.

Em entrevista realizada no bairro, alguns moradores comentaram que perderam membros de sua família que estavam envolvidos com drogas. Segundo eles, tais pessoas iniciaram o seu envolvimento com o tráfico a partir do uso de drogas. De acordo com os moradores, que foram unânimes em seus discursos, esses usuários, às vezes, apareciam com drogas em casa, cuja quantidade indicava para o tráfico. Três entrevistados afirmaram que chegaram a denunciar à Polícia Militar os membros de sua família, usuários de drogas, sobretudo porque eles vendiam tudo o que conseguissem transportar de suas residências, não havendo mais como controlar essa situação. Mas, segundo os entrevistados, os parentes denunciados permaneciam pouco tempo presos, e algumas foram assassinadas logo após terem saído da prisão, por razões que não quiseram comentar.

A hipótese levantada é a de que alguns desses usuários tornaram-se pequenos traficantes, que, por sua vez, começaram a se utilizar de um território do tráfico já estabelecido para realizar suas atividades ilícitas sendo, nesse sentido, assassinados. Em muitos casos, como relatado em reportagens televisas e impressas, essas pessoas envolvidas com drogas, ao serem presas, tendem a compartilhar com a polícia o nome de possíveis envolvidos com o tráfico. Esses usuários presos, cuja melhor palavra para esse procedimento seria retidos, não permanecem muito tempo em poder da Justiça, pois a Lei n.11.343/06 não prescreve penas restritivas de liberdade aos usuários de drogas, mas apenas advertência sobre os seus efeitos, prestação de serviços à comunidade e medidas educativas de comparecimento a programa ou curso educativo⁵. Nesse sentido, ao retornarem às ruas, tais pessoas ficam à mercê dos traficantes, pois, em muitos casos, ao serem retidos, são coagidos pela Justiça a denunciarem outros envolvidos. Por duas razões, para estes, a segurança é maior nos centros de recuperação do que nas ruas: ali permanecem, teoricamente, em abstinência das drogas e estão com suas vidas resguardadas.

⁵ Maiores detalhes sobre a Lei n.11.343/06 poderão ser verificados no Capítulo 2 desta tese.

Uma das grandes dificuldades em lidar com o tráfico de drogas é o fato de este fenômeno se constituir de elementos de difícil esfacelamento: o lucro e o prestígio. Tal como declara Silva (2008, p.25),

Os dois mecanismos básicos da estrutura do tráfico são, em termos materiais, a possibilidade de lucro (de dinheiro fácil, e, por consequência, o acesso à diversão por parte dos traficantes) e, em termos simbólicos, a busca por prestígio entre aqueles que fazem parte do comércio do tráfico e, paralelamente, dos moradores locais. Esse prestígio baseia-se na respeitabilidade advinda da possibilidade de conquistar ou manter uma posição ancorada no sistema de reputação local, assemelhando-se aos valores que acompanham a noção de hombridade e masculinidade.

As relações sociais entre os indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas são frágeis, podendo ser desfeitas diante de qualquer ameaça do sistema, como, por exemplo, diante da iminência de perda de um território ou de dívidas não pagas de usuários não sendo, portanto, uma prática social dadivosa, como ressalta Silva (2008), ao afirmar:

As relações que envolvem o tráfico são relações frágeis, qualquer erro das partes pode ser fatal. Não se trata de um sistema dadivoso em si, no qual as quatro condicionantes básicas da dádiva (interesse x desinteresse; obrigação x liberdade) contribuem para instaurar a ação social visando sustentar o vínculo. O que sustenta esse vínculo é, simplesmente, o medo, o qual sempre faz referência à desconfiança e à incerteza de uma traição. É o medo que provoca o constrangimento que induz a dar continuidade ao vínculo, sendo que a única garantia de salvaguarda por parte dos envolvidos é a fama que cada um possui no mundo da bandidagem.

Graner-Araújo (2009, p.44) comenta que “Como toda oferta de trabalho, ademais, ela se alimenta da demanda de pessoas que precisam trabalhar e que não conseguem emprego. Nesse sentido, é um mercado de trabalho”. Por esta razão, a prevenção e combate ao tráfico de drogas devem ser estruturados a partir de políticas públicas de inclusão dessa população destituída de assistência e oportunidades. Medidas de caráter paliativo não solucionam o problema; pelo contrário, instigam-no.

A ocupação da área onde se localiza o bairro Lagoinha iniciou-se, informalmente, na década de 1970, devido ao intenso processo migratório registrado na cidade na época, o que dificultou o acesso à moradia e a consequente formação de espaços desprovidos de qualquer infraestrutura urbana, como foi o caso da Favela do Lagoinha, cuja formação foi condicionada pelo crescimento populacional e a especulação imobiliária intensa. Em 1984, a Prefeitura Municipal de Uberlândia

implementou o Programa de Habitação Popular, beneficiando os ocupantes da área com um terreno onde construíram residências a partir do regime de mutirões. Durante a construção das residências, as adjacências do Córrego Lagoinha já se apresentavam degradadas, devido à retirada da mata ciliar pelos próprios moradores, para a utilização da madeira na construção das residências. Também já se verificava a poluição das águas pelo esgoto, lixo e animais mortos (ANDRADE, 2002).

Tais condições socioambientais ainda permanecem na paisagem local, apesar de terem sido plantadas algumas árvores típicas do cerrado às margens do córrego. Entretanto, ainda há o lançamento de esgoto nas águas, local que se constituía no único ponto de lazer da comunidade, tendo sido degradada por ela própria. Nesse sentido, o comportamento sociocultural da população local contribui para a poluição ambiental, com as práticas insalubres, como a deposição do lixo em lugares inadequados, condicionando, dessa forma, o ambiente, à proliferação de roedores, insetos e, conseqüentemente, doenças. Em pesquisa realizada no local, Andrade (2000) constatou uma grande quantidade de lixo nos quintais das residências, o que provocava odor desagradável e também predispunha o ambiente à ocorrência de dengue, devido ao material reciclável acumulado por moradores que se ocupavam da coleta seletiva. Mas esses elementos supracitados não estão presentes em todo o bairro, pois os loteamentos que o constituem apresentam diferenças socioespaciais consideráveis, que podem ser constatadas a partir da configuração das residências (muros altos, equipamentos de segurança e presença de infraestrutura urbana, como pavimentação de ruas e saneamento básico, como pode ser visto no Mosaico 7:



Mosaico 7 – Bairro Lagoinha: Configuração espacial dos locais com melhor infraestrutura urbana.

Autor: Almerinda dos Santos (03/12/2011).

Em outros locais do bairro, tais elementos estão presentes de forma esparsa, ou são praticamente inexistentes, sobretudo próximo ao Córrego Lagoinha, onde há uma área na qual as condições de salubridade são limitadas (Mosaico 8). Convém, neste ponto, ressaltar que “Embora tenha muitas faces e afete perversamente a vida de cada um, a violência recai de forma mais aguda sobre classes sociais desfavorecidas, carentes de políticas públicas de garantia de bem-estar social”. (FELIX, 2009, p.155). Nas palavras de Carpaneda (2008, p.50):

A crise do espaço urbano deixa marcas evidentes no meio urbano e na sociedade, com o empobrecimento da paisagem urbana onde as ruas tornam-se inseguras e inóspitas; resulta, portanto, na perda da animação urbana e na restrição do trânsito de pedestres [...]. Logo, um espaço público desqualificado não apenas contribui para a degradação social, mas estimula, em conjunto, comportamentos depredadores em relação aos equipamentos e serviços urbanos. Verifica-se que há uma situação de reciprocidade na relação entre o espaço público e o seu uso pela comunidade, onde um espaço inseguro irá afastar o cidadão da mesma forma que um espaço vazio, sem a apropriação do corpo social, irá estimular a sua depredação.



Mosaico 8 – Bairro Lagoinha: Configuração espacial dos locais com infraestrutura urbana limitada.

Autor: Almerinda dos Santos (03/12/2011).

Além das questões supracitadas, o bairro Lagoinha também apresenta muitas áreas propensas à prática criminal, como os terrenos vazios, as construções abandonadas e a mata próxima ao Córrego. Como o tráfico de drogas é o crime que mais se destacam no bairro, esses locais favorecem a manutenção do negócio, pois os entregadores da droga utilizam estes pontos para esconderem o produto, ou até mesmo para se esconderem da Polícia Militar (Mosaico 9).



Mosaico 9 – Bairro Lagoinha: Área com terrenos baldios, propensa à ocorrência de crimes.

Autor: Almerinda dos Santos (03/12/2011); Márcia Santos (

O bairro Lagoinha, assim como o São Jorge, como se verá adiante, possui diversos equipamentos sociais, destacando-se, sobretudo, os de caráter assistencial voltados para o atendimento a crianças, adolescentes e à família. Pelo fato de possuir uma população reduzida, existem apenas duas escolas, havendo, também no local, equipamentos de defesa social e saúde, conforme o Quadro 15:

Área		Equipamento	Endereço
Assistência Social e Trabalho	Atendimento à Criança e ao Adolescente	Núcleo de Apoio Integral à Criança e Adolescente – NAICA Lagoinha	Rua Coronel Antônio Alves Pereira, 2.660
	Atendimento ao Trabalhador	Centro de Bairro: Curso de Qualificação e Requalificação Profissional - Profissionalização na Arte da Alimentação, Confeção, Artefatos de Couro, Informática e Lavanderia	Rua São Francisco de Assis, 1070
	Atendimento à Família	Sociedade Eunice Weaver (ONG)	Rua Quintino Bocaiúva, 2.970
		Instituto Social da Unidade Cristã	Rua Bento Faria, 194
Defesa Social		Posto de Policiamento Comunitário - PPC	Rua Pio XII, 205
Educação		EMEI Paulo Freire; Educação Infantil – 2 a 5 anos; Manhã, Tarde e Integral	Rua Pio XII, s/nº
		Escola Estadual Felisberto Alves Carrijo; Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano	Rua Quintino Bocaiúva, 2.801
Esporte e Lazer		Poliesportivo do Centro de Bairro Lagoinha	Rua Pio XII, s/nº
		Centro de Bairro - Escolinha de Judô e Basquete	Rua São Francisco de Assis, 1.070
Organizações Sociais Comunitárias		Associação de Moradores do Bairro Lagoinha/Leão XIII	Rua São Thomaz de Aquino, 630
		Associação de Moradores Jardim Ozanan	Rua Coronel Antônio Alves Pereira, 3.087 (Representante)
Saúde		Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família – UAPSF Lagoinha I e II	Rua Pio XII, 353

Quadro 15 - Bairro Lagoinha: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais: 2010.

Fonte: Caderno Informativo (2010).

O bairro Lagoinha é um local cuja atuação de traficantes faz com que o mesmo seja, constantemente, citado na mídia televisiva. Isso faz com que o medo cresça não apenas entre os moradores, como também entre as pessoas que moram nos bairros adjacentes, como foi possível constatar nas entrevistas realizadas. Alguns moradores até mudavam o tom de voz ao se referirem ao bairro, e não foram poucos os que disseram: “Você não vai colocar isso aí na sua pesquisa não, né?” Infelizmente, a fala deles não consta neste trabalho, pelo fato de terem solicitado que não o fizessem, mas muitos declararam que evitam circular por algumas ruas que fazem limite com o Lagoinha e, especificamente, próximos à Avenida João Naves de Ávila, onde declararam que percebem o movimento de pessoas em atitudes suspeitas. Apesar de o Lagoinha possuir um Posto de Policiamento Comunitário, alguns dos entrevistados disseram não perceber a atuação eficaz da segurança pública no local, e declararam, diante da pergunta: *Você está satisfeito com a segurança pública realizada no seu bairro?*

“O bairro poderia ser bem mais assistido com a presença de maior número de policiais”.

“Poderia haver mais patrulhamento da polícia militar”.

“Porque acredito que muitos crimes poderiam ser evitados caso o policiamento fosse melhor e também porque as pessoas que foram presas praticando furto no bairro não permanecem na cadeia, elas são levadas para a delegacia e em seguida são liberadas. Ficam impunes e voltam a praticar os mesmos delitos”.

A percepção da falta de segurança, no bairro, condiciona a população ao sentimento de medo e de incapacidade de ação diante da violência percebida. Alguns entrevistados, diante da pergunta: *Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora*, responderam positivamente, afirmando que o medo é decorrente do fato de já terem sido vítimas da violência. Também declararam que receiam circular por locais considerados perigosos, e evitam lugares do bairro onde sabem que há o tráfico de drogas:

“Sim. Porque já fui assaltada quando estava grávida e uma vez fui perseguida por um assaltante, mas corri e fugi”.

“Sim. Pois existem alguns lugares, becos, e próximo às chamadas ‘bocas’ que é perigoso”.

“Sim, porque quase não se vê pessoas nas ruas e tenho medo de ser abordada e assaltada por viciados em crack”.

Dentre os que declararam já terem sido vítimas da criminalidade violenta no bairro, o roubo predominou na fala de todos, inclusive o roubo à mão armada e os arrombamentos e furtos à residência. Em relação às consequências decorrentes dessa violência percebida e vivida pelos moradores, estão, sobretudo, o medo de andar pelo bairro durante a noite, e a reclusão:

Medo, principalmente de sair à noite.

Medo de andar pelas ruas do bairro.

Reclusão. As pessoas ficam trancadas em suas próprias casas, mas acredito que este não seja o único motivo.

Todos têm medo e são obrigados a tentar se proteger com cercas elétricas e monitoramento eletrônico.

Quando questionados sobre o que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro falaram de intervenções do ponto de vista da segurança pública, mas, principalmente, de ações preventivas realizadas a partir da implementação de programas sociais direcionados à recuperação de usuários de drogas, estratégias direcionadas a crianças e adolescentes, com o objetivo de evitar que permaneçam nas ruas e tenham contato com a droga. Também foram citadas questões estruturais, como o acesso à educação, saúde, moradia e trabalho como requisitos para minimizar as ocorrências criminais, no bairro, e os efeitos decorrentes dela:

“Construir um Posto Policial”.

“Poderia se investir mais no policiamento no bairro (aumentando as viaturas), bem como a realização de programas de educação continuada junto a comunidade, a fim de diminuir o índice de criminalidade, combatendo os marginais e também educando a população. Salientando que condições básicas de educação, saúde, moradia e trabalho são requisitos fundamentais para diminuir a violência no bairro”.

“Programas de prevenção a violência”.

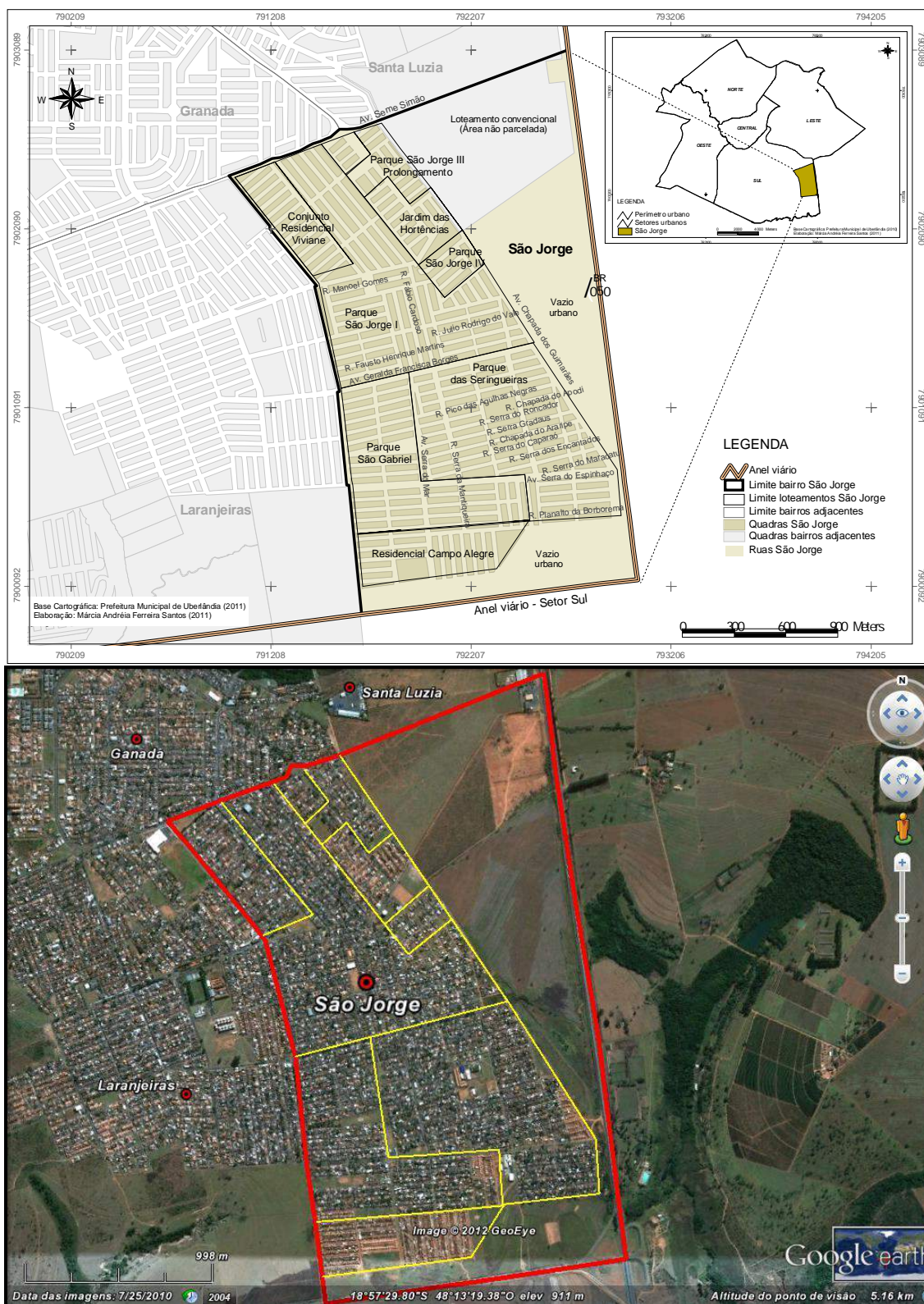
“O poder público deveria desenvolver programas de recuperação de viciados e programas sociais com crianças e adolescentes para evitar que eles permaneçam nas ruas e tenham contato com drogas. Creches e escolas de período integral acredito que seriam um grande passo. Recuperar praças que hoje estão abandonadas para a prática de lazer. Acredito que a saída está na educação, no esporte e no lazer”.

No bairro Lagoinha foi verificada uma elevada ocorrência de eventos relacionados ao tráfico de drogas, como as apreensões de drogas para tráfico e uso, como também prisão de traficantes e usuários maiores de idade. Esses são resultados pontuais da ação da Segurança Pública no local, mas não bastam apenas intervenções pragmáticas. Elas são necessárias e urgentes, mas insuficientes para controlar o avanço de tais práticas na cidade. A ocorrência e prevalência de um crime num dado espaço depende de uma série de elementos combinados entre si, e é justamente essa fusão que precisa ser desestruturada. Não são apenas as condições socioespaciais que favorecem as ocorrências de crimes violentos e do comércio e uso de drogas, mas elas contribuem para que a situação se mantenha no local. Portanto, tal como apresentado pela população, as ações estruturais são essências no processo de prevenção, mas precisam ser articuladas para que sejam bem sucedidas.

6.4 Caracterização socioespacial do bairro São Jorge

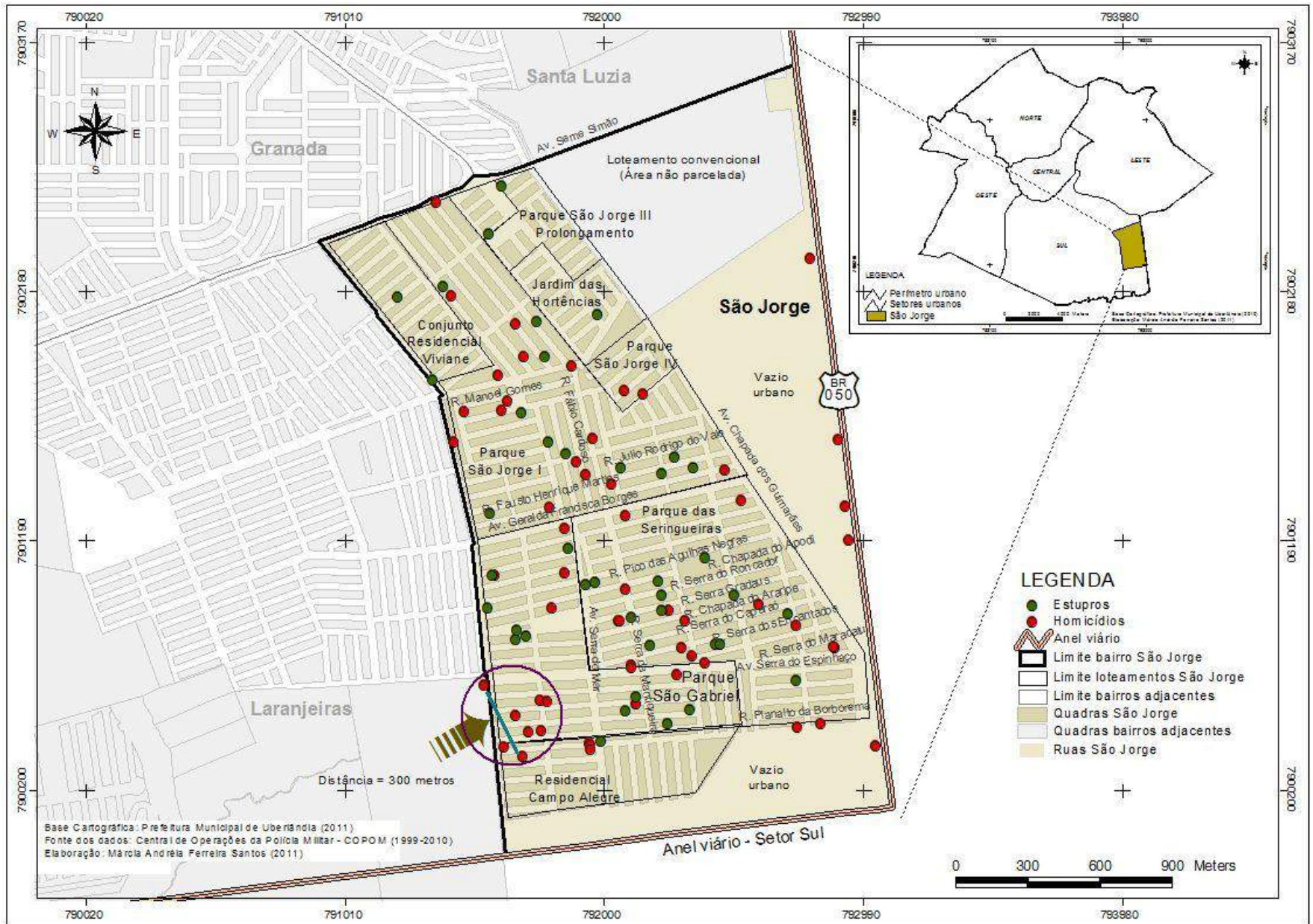
O bairro São Jorge localiza-se no Setor Sul da cidade de Uberlândia, entre a BR-050 e o Anel Viário Setor Sul. Sua população, em 2009, era de 27.039 habitantes, o mais populoso dentre os dezessete bairros que constituem o Setor. O sexo masculino é o mais elevado, e a faixa etária dos 20 aos 39 anos representa 37% de toda a população do bairro (SECRETARIA MUNICIPAL..., 2011).

Constitui-se de nove loteamentos, a saber: Conjunto Residencial Viviane, Jardim das Hortências, Parque das Seringueiras, Parque São Gabriel, Parque São Jorge I (parte), Parque São Jorge III – Prolongamento, Parque São Jorge V, Remanescente do Quinhão 2 e Residencial Campo Alegre (Mapa 43). Tornou-se bairro integrado através da Lei nº. 6.622, de 20 de abril de 1995 (Anexo 8).



O São Jorge destacou-se, dentre os 64 bairros integrados, pelo maior número de estupros, homicídios e apreensão de menor de idade por tráfico de drogas, no período de 1999 a 2010. Foi verificado um total de quarenta estupros, distribuídos em 31 pontos. Destes, as maiores ocorrências se deram nas ruas Pico das Agulhas Negras, Serra Gradaus, Fausto Henrique Martins, Julio Rodrigo do Vale, Serra do Caparaó, Serra do Roncador e Serra dos Encantados. Nas duas primeiras ruas ocorreram três estupros, e nas seguintes, dois. Nas demais ruas onde ocorreram estupros, no período, foi registrado um caso para cada uma.

Quanto aos homicídios, registraram-se 62 casos, em 43 localidades, das quais, cinco ocorreram na Rodovia BR-050, sendo que dois incidiram no mesmo local. A Avenida Serra do Mar registrou três homicídios, e dois casos foram verificados em cada uma das seguintes ruas: Chapada do Apodi, Chapada do Araripe, Chapada dos Guimarães, do Dólar, Fábio Cardoso, Geralda Francisca Borges, Manoel Gomes, Serra da Mantiqueira, Serra Gradaus e Serra do Maracatu. Nas outras 29 ruas registrou-se um evento para cada uma. Acrescenta-se que duas ocorrências foram registradas no mesmo endereço: na Rua do Dólar e na Rua Fábio Cardoso. Também se destaca a concentração de oito homicídios num local, cuja distância entre as duas ocorrências mais afastadas foi de 300 metros. O mapeamento dos casos de estupros e homicídios pode ser verificado no Mapa 44:



Mapa 44 – Bairro São Jorge: distribuição espacial de estupros e homicídios: 1999-2010.

Os casos de apreensão de menores de idade envolvidos com o tráfico de drogas totalizaram 116 ocorrências, não sendo possível espacializá-las porque o COPOM não disponibilizou as informações por logradouros. O envolvimento de crianças e adolescentes com tráfico de drogas é um fenômeno que só vem crescendo na cidade de Uberlândia nos últimos anos (CORRÊA, 2006^b). Crianças com apenas oito anos de idade já participam do negócio, inicialmente como usuário. Uma das razões que leva essa faixa etária a se envolver com o tráfico é, sobretudo, o desejo de se incluir na economia atual e de ter fama. Nesse sentido, Debord (1997, p.16) comenta que “A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do ser pelo ter”. Por esta razão,

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo (DEBORD, 1997, p.24).

Crianças e adolescentes comprometidas com o tráfico, geralmente executam as funções de *olheiro* e *aviãozinho* ou vapor. O primeiro realiza a vigilância dos locais próximos aos pontos de venda de drogas, as chamadas “boca-de-fumo”, e informa aos envolvidos, através de fogos de artifício, sobre a presença de policiais no bairro ou de algum grupo rival. Já o *vapor* ou *aviãozinho*, responsabiliza-se pela venda de drogas no varejo, diretamente aos consumidores, recebendo uma comissão pela atividade (GRANER-ARAÚJO, 2009). Acrescenta-se a essas duas funções, a participação de crianças e adolescentes, também, no preparo e embalagem da droga para o comércio. Um agravante dessa situação é que esses menores andam armados, e também praticam homicídios, pois a pena destinada a eles é abrandada pela Lei, o que instiga ainda mais o envolvimento desses com a criminalidade. Contribuem para isso, ainda, tal como ressalta a referida autora, o fato de tanto a criança, quanto o adolescente ou o jovem não encontrar exemplos de autoridade que possa ser tomada como exemplo a ser seguido. Nesse sentido,

Diante da dificuldade em obter tal reconhecimento social de outra forma, [...] pode escolher essa via, a fim de afirmar sua identidade, sobretudo desenvolver atividade profissional no tráfico de drogas, por seu caráter de semelhança com o trabalho formal e pelo prestígio social e financeiro de

que gozam os seus membros, junto às respectivas comunidades de pertença (GRANER-ARAÚJO, 2009, p.39).

A relação entre homicídios e drogas é uma questão há muito defendida e salientada pela Justiça, em Uberlândia, que afirma que grande parte das mortes violentas, na cidade, está relacionada ao tráfico ou uso de drogas. Nesse sentido, não é por acaso que o bairro tenha se destacado com o maior número de homicídios, bem como de menores envolvidos com esse comércio ilegal. Na reportagem de Boente (2011^a), o Delegado de Homicídios, Rogério Martinez, declara ter havido, em 2010 e 2011, uma série de homicídios no São Jorge relacionados ao tráfico de drogas. Além disso, outras reportagens também apresentam diversos casos de homicídios de menores de idade envolvidos com o tráfico (SILVA, 2010). Infelizmente, para estes, o futuro é um momento incerto, repleto de incertezas, apesar das possibilidades que, no presente, lhes são apresentadas (PAIS, 2003).

O bairro apresenta uma configuração espacial bastante diferenciada, em termos de infraestrutura urbana, mas possui alguns pontos em comum dentre os diversos loteamentos que o constitui: a violência se apresenta em todos eles, há desigualdades sociais que podem ser observadas pela caracterização das residências, as seis praças existentes não são urbanizadas: não há pavimentação, iluminação ou qualquer outra infraestrutura que possa identificá-las como um espaço de lazer. Nesse sentido, tais particularidades podem se configurar como elementos propícios à atuação de criminosos, sobretudo à noite, quando a vegetação, combinada à ausência de iluminação, criam um ambiente favorável à prática criminosa. O Mosaico 10 traz um panorama das praças locais:



Mosaico 10 – Bairro São Jorge: Caracterização espacial das praças: 2011.

Fonte das imagens de satélite: Google Earth (06/11/2010). Autor das fotos: Márcia Santos (09/10/2011).

Além das praças sem infraestrutura urbana, e, portanto, sem conforto ambiental e funcional, existem alguns locais onde é perceptível o abandono. São residências, comércios ou terrenos baldios que predispõem as ocorrências criminais. Ainda que estas não incidam no local, podem favorecer o criminoso durante uma fuga, servindo de esconderijo da Polícia ou, até mesmo, de abrigo para o uso de drogas. O Mosaico 11 apresenta alguns exemplos desses espaços:



Mosaico 11 – Bairro São Jorge: Áreas abandonadas, terrenos baldios e entulhos: 2011.

Autor: Márcia Santos (09/10/2011).

O transporte público, no bairro, é realizado pelas linhas de ônibus A326 e B905, sendo que grande parte da população se utiliza deste meio para acessar o Centro da cidade e outras localidades de Uberlândia. Ao analisar as condições infraestruturais relacionadas a esse tipo de consumo do espaço, observou-se uma série de problemas, sobretudo no que diz respeito à segurança oferecida pelos locais onde os pontos de ônibus encontram-se instalados. Verificou-se que alguns deles estão próximos de áreas que exibem elementos que predispõem à ocorrência de atos violentos, como terrenos baldios, lugares ermos, sem iluminação, próximo de vegetação e próximos de esquinas, cuja visibilidade é comprometida por um muro, que também funciona como elemento facilitador da atuação de criminosos, como pode ser visualizado no Mosaico 12:



Mosaico 12 – Bairro São Jorge: Panorama dos locais onde se localizam pontos de ônibus: 2011.

Autor: Márcia Santos (09/10/2011); Maria José Rodrigues (14/10/2011).

Os loteamentos que constituem o bairro São Jorge apresentam uma configuração espacial diferenciada, dado, sobretudo, pela diversidade de renda da

população. Isso é perceptível na paisagem das residências. Algumas delas possuem muros altos, com ou sem equipamentos de segurança, como cercas elétricas, e outras não possuem qualquer tipo de proteção. Além das cercas elétricas e dos muros altos, algumas residências utilizam outras formas de proteção, como as grades e, também, outras formas menos usuais, como vidro quebrado, como pode ser visualizado no Mosaico 13:



Mosaico 13 – Bairro São Jorge: Residências com muros altos, cerca elétrica e sem proteção: 2011.

Autor: Márcia Santos (09/10/2011); Maria José Rodrigues (14/10/2011); Luiza de Resende (06/12/2011)

Essa mudança arquitetônica das residências ocorre não apenas em áreas onde a incidência de crimes violentos é elevada, pois a violência imaginada ou declarada por terceiros ou pela própria mídia intimida a população, levando-a a práticas coletivas, como estas apresentadas. O mesmo foi verificado por Batista (2008, p.68) em Três Lagoas – MS, e declara que:

As residências que outrora apresentavam pontos de atração criminal ganharam novas defesas (que embora não sejam cem por cento) dão aos moradores uma maior segurança e confiabilidade. Esta mudança arquitetônica apresenta-se com muros mais altos, cercas elétricas ou de arame farpado, muros revestidos com pregos ou cacos de vidros, portas e janelas mais resistentes e com grades de proteção, as residências que antes eram construídas com forro hoje são de laje, além de sofisticados aparelhos tecnológicos de segurança, como câmeras de vigilância interna e externa, alarmes residenciais e comerciais, sensores de movimento, entre outros.

Bondaruk (2007) lembra que qualquer forma de proteção possui vantagens e desvantagens, e apesar de estarem presentes nas residências, não garantem segurança absoluta, nem do patrimônio, ou mesmo da vida de quem habita o local. Os criminosos possuem outras estratégias de ataque que, muitas vezes, tornam inúteis todo tipo de equipamento de segurança existente numa residência. Diversos são os relatos de moradores e reportagens de jornal que apresentam ataques a pessoas quando estas chegavam ou saíam de casa. Em outros casos, os bandidos tocam o interfone chamando alguém da residência pelo nome, e ao abrirem o portão são abordadas, sequestradas, assassinadas, agredidas ou assaltadas.

O São Jorge possui equipamentos comunitários de esporte e lazer, assistência social, segurança pública, saúde e educacional. Existem centros educacionais e de formação profissional, geridos por organizações não-governamentais, que oferecem cursos de capacitação para crianças e adolescentes; poliesportivos, dentre outros (CADERNO INFORMATIVO, 2010). Dentre os equipamentos existem aqueles que desenvolvem atividades que contribuem com a prevenção de atos violentos, apesar de algumas ações não serem diretamente estabelecidas para esta finalidade. Como exemplo, os equipamentos de assistência social e esporte e lazer, que oferecem cursos para crianças e adolescentes, permitindo que os mesmos tenham uma ocupação após o horário das atividades escolares. São, portanto, projetos de inclusão social, cujas atividades permitem aos seus participantes adquirem habilidades profissionais e esportivas, atuando, também, como mecanismo de socialização (Quadro16).

Área		Equipamento	Endereço
Assistência Social e Trabalho	Atendimento à criança e ao adolescente	Centro de Formação - Lar de Amparo e Promoção Humana II (ONG)	Avenida José Gonzaga de Freitas, 120
		Centro de Formação - Lar Espírita Maria Lobato de Freitas (ONG)	Rua Ângelo Cunha, 25
		Central de Ação Social Avançada – CASA Unidade II / São Gabriel – Centro Educacional	Avenida Serra do Espinhaço, 1.346
	Atendimento à família	Casa da Família Unidade Bairro - CRAS São Jorge	Rua José Duarte de Brito, 185
Cultura		Terno Moçambique Estrela Guia São Jorge I e Projeto Pró-Mirim Estrela Guia do Amanhã	Rua América Viana, 455
		Folia de Reis Seguidores dos Três Reis	Rua Célio Pontes, 673
Educação	Atendimento à criança	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Luiza Barbosa de Souza; Educação Infantil 2 a 5 anos - Manhã, Tarde e Integral	Rua Iracy Marcelino Vieira, 170
		Escola Municipal de Educação Infantil Augusto Maria de Freitas; Educação Infantil 4 meses a 4 anos – Manhã, Tarde e Integral	Rua Serra do Ibiapaba, 152
		Centro Educacional Parque São Jorge - Missão Sal da Terra (ONG)	Rua Antônio Paiva Catalão, 725
	Atendimento à criança, adolescente e adulto	Escola Municipal Irmã Odelcia Leão Carneiro; Educação Infantil, Ensino Fundamental, 1º ao 5º ano; Manhã e Tarde	Rua Serra Pacaraíma, 800
		Escola Municipal Professor Eurico Silva; Ensino Fundamental 1º ao 9º ano; Educação Jovem e Adulto (EJA) - 5ª a 8ª período; Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo (PMEA) - 1º /4º; Atendimento Educacional Especializado (AEE); Manhã, Tarde e Noite	Rua Antônio Alves Santos, 39 Conjunto Vliviane
		Escola Municipal Odilon Custódio Pereira; Ensino Fundamental 1º ao 9º ano; Atendimento Educacional Especializado; Manhã e Tarde	Rua Chapada da Diamantina, 355
	Atendimento à criança, adolescente, adulto e idoso	Escola Estadual do Parque São Jorge; Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano e Ensino Fundamental	Rua Osvaldo Silvério da Silva, 346
Esporte e Lazer		Poliesportivo Agenor Alves Garcia	Avenida Toledo, 125
		Escolinha de Futebol Dragões da Independência	Rua Adeu Mendes, 141

(Continua)

Área	Equipamento	Endereço
Organizações Sociais Comunitárias	Associação Beneficente e Cultural Comunitária do Bairro São Jorge	Rua Serra do Espinhaço, 749
	Associação dos Portadores de Deficiência Física de Uberlândia (ADEF)	Avenida Serra do Mar, 656
	Associação de Apoio ao Deficiente e ao Idoso de Uberlândia	Rua Serra Negra, 1.110
	Associação de Amigos e Moradores do Conjunto Regina	Rua Chapada Parecis, 16
	Associação de Moradores do Bairro São Gabriel	Rua Serra dos Apiacás, 366
	Associação de Moradores do Bairro Parque São Jorge	Rua Wilson Cunha, 545
	Associação Espaço da Criança	Rua do Espinhaço, 1.346
Saúde	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família São Jorge I	Rua do Dólar, 642
	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família São Jorge II	Rua Ângelo Cunha, 269
	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família São Jorge III	Rua Alípio José de Souza, 51
	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família São Jorge IV	Avenida do Titos, 854
	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família Parque São Gabriel	Rua Serra do Cachimbo, 851
	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família Parque das Seringueiras I	Rua Serra Formosa, 296
	Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família Parque das Seringueiras II	Rua Chapada dos Parecis, 56
	Unidade de Atendimento Integrado (UAI)	Avenida Toledo, 165

(Conclusão)

Quadro 16 - Bairro São Jorge: Equipamentos sociais governamentais e não-governamentais: 2010.

Fonte: Caderno Informativo (2010).

Percebe-se, através do quadro apresentado anteriormente, que o bairro São Jorge é bastante assistido por serviços e programas governamentais. Entretanto, como foi possível verificar, na área da segurança existe apenas um PISC, e nenhum Posto de Policiamento Comunitário (PPC). A segurança, portanto, é realizada através policiamento ostensivo e do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR). Talvez pelo fato de não existir, fisicamente, um PPC no bairro, alguns dos moradores entrevistados declararam haver a necessidade de mais segurança no local. Mas essa afirmação decorre, também, da percepção que eles têm da violência que ocorre no bairro que, por sua vez, caracteriza o medo que sentem, bem como o temor de se tornar vítimas da criminalidade cada vez mais crescente na cidade. Quando questionados se o medo os impedia de andar em algum lugar do bairro onde moram, declararam:

“Sim, porque tenho medo de ladrões”.

“Hoje até que não, pois como já moro lá há muitos anos, conheço muita gente, mas mesmo assim evito passagens onde sei que há mais frequência de delinquentes”.

“Sim. Depois de certa hora as ruas ficam desertas, muitos terrenos baldios, fácil para marginais nos ataquem”.

Medo este que advém do fato de já terem sido vítimas da violência, sobretudo dos roubos, que os levam a evitar determinados locais do bairro. Ao serem questionados se já haviam sofrido algum tipo de violência, no bairro, declararam:

“Furtos”.

“Assalto a mão armada”.

“Eu mesma, já fui assaltada, levaram meu celular que estava em minhas mãos, me jogou no chão e levaram o celular, eram dois rapazes novos entre 18 e 23 anos”.

“Roubo, assédio de tarados”.

Medo que decorre do acirramento da violência e da sensação de insegurança, que diante da pergunta sobre as consequências que a violência traz aos moradores do seu bairro, disseram:

“Medo e prejuízo”.

“Medo de andar nas ruas à noite”.

“Traz medo, desconforto de andar livremente pelas ruas”.

“Medo, insegurança”.

“Falta policiamento”.

E quando questionados sobre a satisfação em relação aos serviços oferecidos pela segurança pública, declararam:

“A polícia passa de carro e fingi que nada está acontecendo e fazem blitz só em horário em que os trabalhadores estão indo ou vindo do serviço, não fazem na parte da noite para pegarem os delinquentes”.

“Moro em um bairro onde existe outro bairro com muita violência, onde o tráfico de drogas diariamente é assunto nos noticiários e frequentemente ouvimos tiros e barulhos de sirene, dá um pouco de medo”.

Pelo fato de perceberem o crescimento cada vez mais acentuado da violência no bairro, e a ineficácia da segurança no bairro, acreditam que aumentando o número de viaturas e do policiamento ostensivo, a violência diminuirá no local. Outros, por sua vez, falam de intervenções estruturais, por meio de ações educativas e preventivas, estabelecidos através de programas sociais direcionados a crianças. Nesse sentido, ao serem indagados sobre o que achavam que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro, disseram:

“Acho que devia aumentar o número de viaturas e em consequência a apreensão de ladrões”.

“Ações educativas e preventivas de combate à criminalidade”.

“Policiamento em horários mais certos”.

“Programas sociais, como retiradas de crianças da rua, as escolas e a sociedade se envolvendo mais, escolas protegidas pela polícia, pois existe uma evasão escolar por causa da violência e das drogas dentro das escolas”.

A violência é a mesma para todos, e as suas causas também se repetem. Por isso, ressalta-se que todas as teorias que buscam explicar as causas da criminalidade violenta no espaço urbano foram úteis nesta tese para compreender a manifestação da violência no espaço urbano. Os fatores que levam à ocorrência de crimes são multiformes e complexos, e, nesse sentido, a busca por uma explicação deve partir de diferentes abordagens. Alguns crimes são de difícil delineamento e, portanto, merecem ser estudados a partir de abordagens múltiplas.

Contribuíram para este trabalho, sobretudo, a Teoria da Ecologia Humana, que aborda a relação entre organização espacial da cidade e crime; a Teoria do Aprendizado Social, a Teoria da Desorganização Social, dentre outras apresentadas no Capítulo 1. Todas auxiliaram na compreensão da criminalidade violenta em Uberlândia, apesar das limitações que cada uma delas apresenta. Vale, aqui, comentar sobre o papel das oportunidades na incidência de crimes, que foi muito bem ilustrado nas fotos apresentadas nos mosaicos. Por esta razão, as estratégias preventivas baseadas na teoria da oportunidade buscam reduzir esta motivação, criando obstáculos que impeçam o acesso do criminoso ao alvo, aumentando, dessa forma, a probabilidade de o ofensor ser surpreendido, tendo seus planos frustrados.

Como declara Bondaruk (2007, p.56),

A maioria dos crimes é cometida porque o delinquente vislumbra uma oportunidade, que pode ser uma combinação de várias delas, como facilidade de acesso, lugares para escalar, ausência de uma definição clara entre espaço urbano e privado, iluminação insuficiente ou paisagismo que possa ocultar a presença de alguém. Quanto mais um delinquente se sente inseguro e vulnerável para agir, tanto menos provavelmente cometerá um delito.

A prática de cada tipo específico de crime requer uma estratégia específica necessitando, portanto, para sua ocorrência, de situações propícias diferentes. Carpaneda (2008) chama a atenção para o fato de os crimes de oportunidade concentrar-se, preferencialmente, em locais e horários determinados, quando vinculados a atividades rotineiras.

Para além das teorias que abordam a criminalidade violenta e os modelos elaborados para sua prevenção, pensar a violência, hoje, é debruçar-se sobre um emaranhado de situações que requerem abordagens multidisciplinares e multissetoriais. Estratégias e ações que estruturam as políticas públicas de prevenção à violência requerem um tratamento integrado, que seja capaz de atender ao sujeito para o qual elas foram estabelecidas, de forma integral. Daí se falar em políticas que possam ir ao encontro de necessidades sociais, econômicas, educacionais, culturais, familiares, dentre outras, pois a violência não é condicionada por apenas um fator, mas constitui-se de uma rede complexa de diversos elementos conjugados e manifestados em determinado espaço, a partir de um sujeito que, naturalmente, carrega em si uma carga de violência em potencial, mas que pode ser moldada com o objetivo de evitar a sua exteriorização destrutiva configurada por

uma prática criminal. Não são apenas os excluídos social e espacialmente que praticam crimes, inclusive os violentos, mas estes se exacerbam nesta categoria social, sendo este, portanto, um grupo de risco, e sobre a atenção dos órgãos públicos deve voltar-se de forma especial.

Pantaleão e Marcochi (2004, p.7) deixam claro que fatores econômicos e sociais não explicam, individualmente, o caráter delinquente do homem, e ressalta que se deve voltar para a base da formação, que é a família e o “[...] Estado como garantidor de condições mínimas de humanidade. A família por sua vez - berço de um futuro sólido - só se fortifica se o Estado se coloca como sua base primária”. Os autores supracitados ressaltam que

[...] as dificuldades econômicas pelas quais passam nosso país, refletem na população em geral, sobretudo nas camadas mais pobres, na grande parte miseráveis; contudo isso não importa necessariamente em que se tornem criminosos (PANTALEÃO; MARCOCHI, 2004, p.7).

Entretanto, os autores acrescentam que “[...] não podemos nos apartar da realidade e negar que é no seio da população mais carente e miserável que a violência e os crimes violentos encontram campo propício para se desenvolver”. Concluem-se, portanto, estas discussões infundadas com as palavras dos referidos autores, que declaram:

Muitos acreditam que o aumento da desigualdade social é o responsável pela violência que impera hodiernamente. Ora, se assim o fosse, certo seria dizer que a violência se voltaria tão somente contra os mais abastados; no entanto, o que se vê é a indiscriminada violência, ou seja, o "não abastado", ou mais, "o miserável" possui chances iguais de ser violentado em seus mais diversos bens quanto aquele que ostenta boa situação econômica. O que ocorre - certamente - que a falta de condições econômicas refletem e geram outros maus; a desigual repartição da riqueza condena uma parte da população à miséria, e com esta à falta de educação, de moradia, de alimento, de condições mínimas de sobrevivência, de falta total de esperança num futuro pouco melhor. Tal assertiva reveste-se da realidade conquanto os "ricos" também cometem crimes; há aqueles que não estão privados de excelente moradia, educação pedagógica e familiar exemplar, mas nem por isso deixam, absolutamente, de estarem "aptos" à delinquência. [...] O que diverge da antagônica realidade do "pobre" e do "rico" é o crime (meio) dos quais se utilizam para "saciar" seus desejos; O primeiro se vale do furto, do roubo, do seqüestro; o segundo das falsificações e das fraudes de toda espécie, visando essencialmente a obtenção de mais riqueza (monetária). De certo que os crimes mais violentos estão ligados à camada mais baixa da sociedade, mas são, senão, variantes de um mesmo delito natural (PANTALEÃO; MARCOCHI, 2004, p.6).

CAPÍTULO 7

VIOLÊNCIA URBANA, INSEGURANÇA E MEDO: A VISÃO DOS MORADORES DE UBERLÂNDIA-MG

No campo das representações sociais, captar as percepções do espaço, e de modo especial as do crime e do medo, permite-nos produzir reflexões das sociabilidades, dos estigmas, dos pré-conceitos, enfim, dos problemas e conflitos sócio-espaciais gerados pela chamada “escalada da violência” (CARVALHO; SILVA; FELIX, 2006).

Este capítulo se constitui de setenta entrevistas realizadas com os moradores de 35 bairros de Uberlândia, no período de janeiro a junho de 2010. As entrevistas contemplaram, inclusive, os quatro bairros analisados no 6º Capítulo. Detalhes sobre a escolha dos sujeitos poderão ser consultados no 3º Capítulo desta tese.

A violência, em conjunto com alguns elementos que a acompanham, tais como o medo e a insegurança, caracteriza-se por um fenômeno visto de forma diferenciada pelos diversos sujeitos e grupos que constituem uma determinada sociedade. Essa polissemia se estabelece a partir dos contextos sociais vividos por cada grupo inserido num dado espaço e tempo. Portanto, o modo de ver, compreender e se relacionar com a violência e seus elementos constituintes é construído socialmente, a partir das relações sociais e do pensamento individual de cada sujeito, elaborado a partir de imagens e sentidos concebidos coletivamente.

Neste capítulo, serão apresentadas algumas contribuições, concepções e caracterizações sobre a violência, o medo e a insegurança, elaboradas pelos moradores de Uberlândia, tentando cobrir uma amostra significativa de bairros. De antemão, ressalta-se que as ideias dos sujeitos participantes da pesquisa, construídas coletivamente, perpassam questões de caráter político, ético, moral e

cultural, indo desde a mais elementar à mais complexa argumentação sobre os fenômenos em questão. A exploração dessas falas foi realizada com base em técnicas que constituem a Análise de Conteúdo, cujo princípio fundamenta-se na decomposição do discurso presente nas entrevistas e na identificação de unidades de análise que fundamentam a categorização dos elementos textuais apresentados pelos sujeitos. A estruturação de categorias estabelecidas a partir das questões elaboradas e apresentadas aos sujeitos participantes da pesquisa permitiu descrever e compreender a visão que os entrevistados têm dos referidos fenômenos. Maiores detalhes sobre os procedimentos metodológicos utilizados para analisar as entrevistas poderão ser consultados no 3º Capítulo dessa tese.

Na sequência serão apresentados os procedimentos utilizados para a análise das entrevistas, divididas em dois grupos específicos: Questões fechadas e questões abertas, com vistas à exploração do conteúdo de forma mais precisa.

7.1 Análise das entrevistas

O roteiro utilizado na entrevista com os moradores de Uberlândia constituiu-se de treze perguntas semi-estruturadas, distribuídas em duas partes: a primeira consistiu de cinco questões fechadas acerca do tempo de residência no bairro, da idade do entrevistado, da religião, dos locais e horários de maior incidência de crimes no bairro; a segunda parte caracterizou-se por oito questões abertas, relacionadas ao sentimento do entrevistado em relação ao lugar onde mora, à percepção da violência, do medo e da insegurança no bairro e às ações de intervenção sobre o fenômeno executados pela Segurança Pública na cidade. Apenas sobre este grupo de perguntas foi empregada a técnica da Análise de Conteúdo. Ressalta-se que algumas das questões que compõem este segundo grupo, após terem sido exploradas e distribuídas em categorias, não apresentam exatamente setenta respostas, pois alguns dos entrevistados não quiseram opinar sobre o assunto da questão.

7.1.1 Exploração do grupo de perguntas fechadas

Um dos critérios de escolha do sujeito para participar da entrevista foi o tempo de residência no bairro, para que o entrevistado pudesse ter elementos suficientes para constituir o seu discurso. Nesse sentido, foi feita a seguinte pergunta ao morador: *Há quanto tempo reside no bairro*, cujo resultado apresentou-se bem distribuído para as quatro categorias de tempo criadas, respectivamente, de 1 a 4 anos (17 registros; 24,29%); de 5 a 9 anos (18 registros; 25,71%), de 10 a 19 anos (18 registros; 25,71%) e mais de 20 anos, (17 registros; 24,29%).

Ficou comprovado que os residentes há mais tempo no bairro possuíam mais conhecimento sobre o mesmo. Além disso, o medo em relação à criminalidade no local era menor e as relações de vizinhança apresentavam-se mais fundamentadas, elementos estes que foram constatados nas perguntas subsequentes a esta. Considera-se, portanto, que a proximidade que o morador mantém do lugar onde reside e dos demais habitantes do local transmite-lhe maior segurança e conforto, o que não pôde ser verificado para aqueles moradores que residem a menos tempo no bairro, e que ainda não possuem afinidade com o lugar ou cujas relações de vizinhança são distantes ou inexistentes. No Gráfico 28, é possível verificar que quanto menor o tempo de moradia do entrevistado, no bairro, maior é o medo da criminalidade, e à medida que o tempo de residência aumenta, o medo diminui:

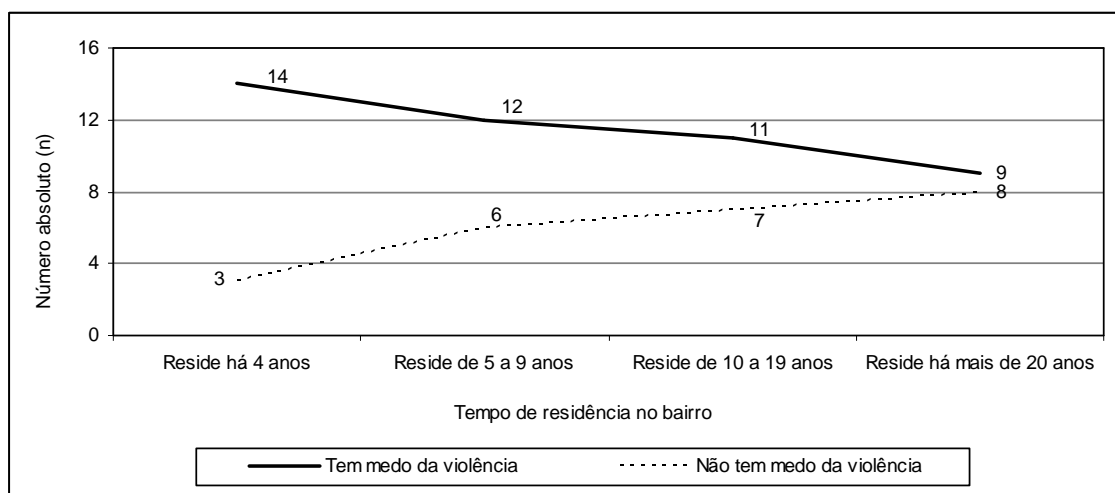


Gráfico 28 – Relação entre tempo de moradia no bairro e medo da violência no local.

Outro critério de escolha estabelecido na análise foi a idade do entrevistado, que deveria ser a partir de dezoito anos. Portanto, a faixa etária daqueles que responderam às questões compreendeu o intervalo de 18 a 59 anos, sendo o grupo de 18 a 29 anos o mais representado, com trinta e seis entrevistados, totalizando 51,43% dos setenta sujeitos participantes da pesquisa (Gráfico 29):

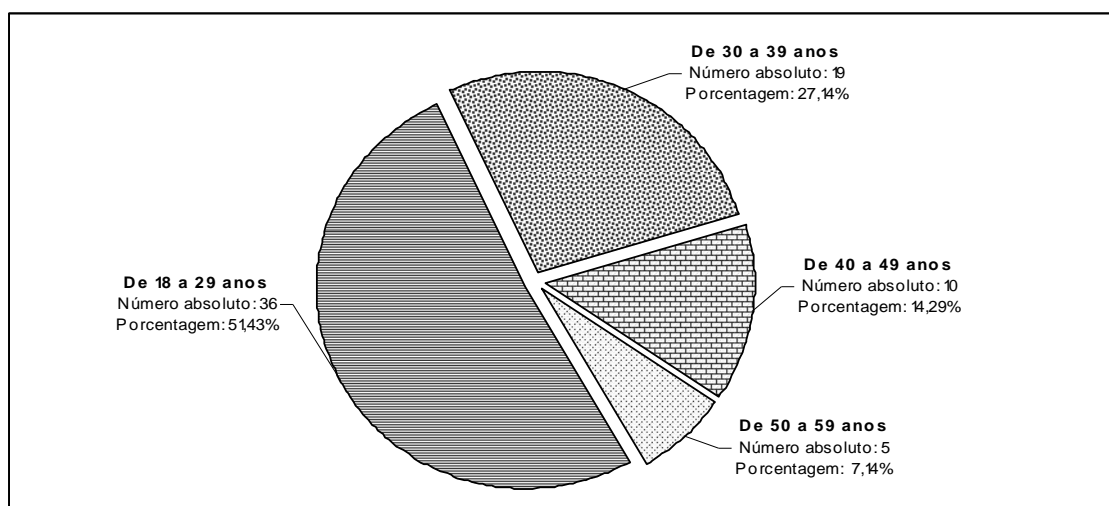


Gráfico 29 – Faixa etária dos entrevistados.

A terceira pergunta deste bloco de questões relacionou-se à religião do entrevistado, uma vez que a forma de pensar e proceder do indivíduo apresenta uma relação direta com os valores relacionados com determinada crença. Dentre os resultados observou-se um maior número de entrevistados que se declararam evangélicos, como pode ser verificado no Gráfico 30:

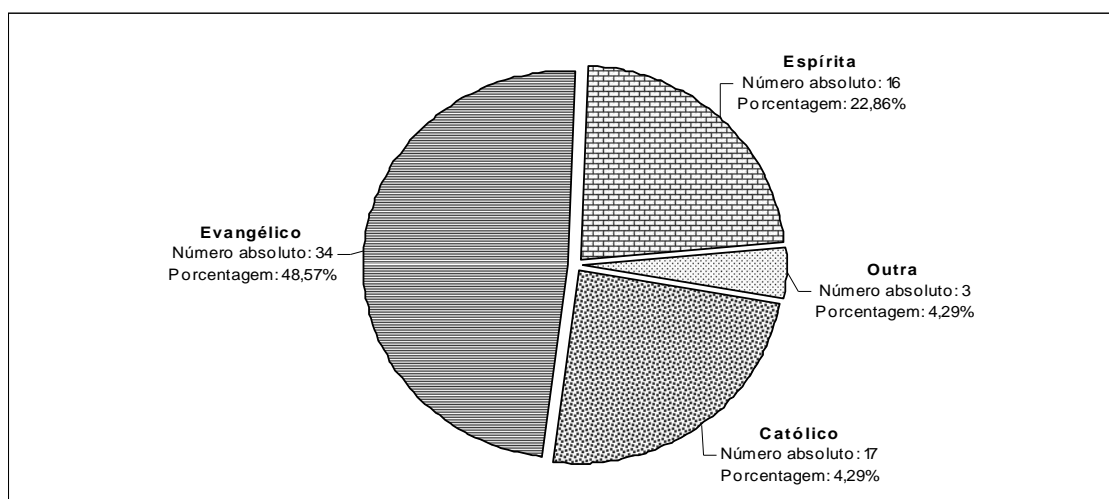


Gráfico 30 – Religião do entrevistado.

A referência aos termos *Deus*, *orar* e *religião* como elementos capazes de minimizar os efeitos da criminalidade violenta foi apresentada apenas pelos entrevistados evangélicos, quando indagados sobre o que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro:

“Orar e pedir a Deus pelas pessoas que precisam sentir a proteção de Deus”. (Entrevistado bairro Jaraguá).

“Ter uma religião, ou seja, ser um cristão. Ter um trabalho digno e uma família estruturada, e com a ajuda da polícia isto diminuiria 90% da violência em Uberlândia e no nosso país. Educação é primordial”. (Entrevistado bairro Planalto).

“O essencial é a presença de Deus na família. Assim, se aprende a ter fé. E isso faz toda diferença quando chega a hora de lidar com os atos de violência”. (Entrevistado Santa Mônica).

Com o propósito de explorar a percepção espacial dos moradores em relação ao lugar específico da ocorrência dos crimes, fez-se a seguinte pergunta: *Em quais locais do seu bairro ocorrem mais crimes?* Nessa pergunta, os entrevistados poderiam responder mais de uma opção, e dentre os sete locais citados, a rua aparece em primeiro lugar, com 32 ocorrências (35,96%), vindo em segundo lugar a residência, com trinta ocorrências (33,71%), conforme o Gráfico 31:

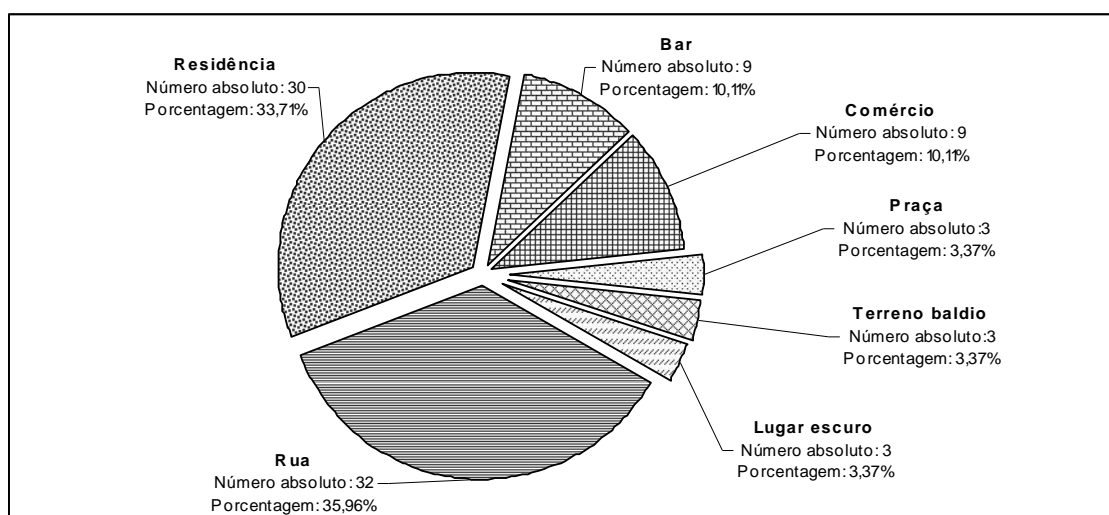


Gráfico 31 – Locais onde ocorrem crimes no bairro.

Vale acrescentar que os crimes que incidem em residências ou na rua, geralmente estão relacionados com roubo ou furto. De acordo com os dados do

COPOM, o roubo ainda é o crime violento de maior incidência na cidade de Uberlândia, e dentre eles destaca-se a modalidade a transeunte, correspondendo com o que foi relatado pelos entrevistados, já que os roubos praticados na rua (mais citado), normalmente têm como alvo o pedestre.

A quinta pergunta fechada solicitou aos entrevistados que falassem sobre os horários de maior ocorrência da criminalidade no bairro, tendo sido apresentado aos mesmos as seguintes opções: Manhã (6h às 12h); Tarde (13h às 18h); Noite (19h às 00h); Madrugada (1h às 5h). A análise das informações apresentou o período compreendido entre a noite e a madrugada como o de maior ação dos criminosos. Comparando os dados apresentados pelos entrevistados com as informações do COPOM para os horários de ocorrência de crimes violentos na cidade de Uberlândia, observou-se que o período da noite aparece em primeiro lugar para ambos. Isso comprova que a percepção dos moradores quanto ao período de maior incidência de crimes é diretamente proporcional aos dados oficiais (Gráfico 32):

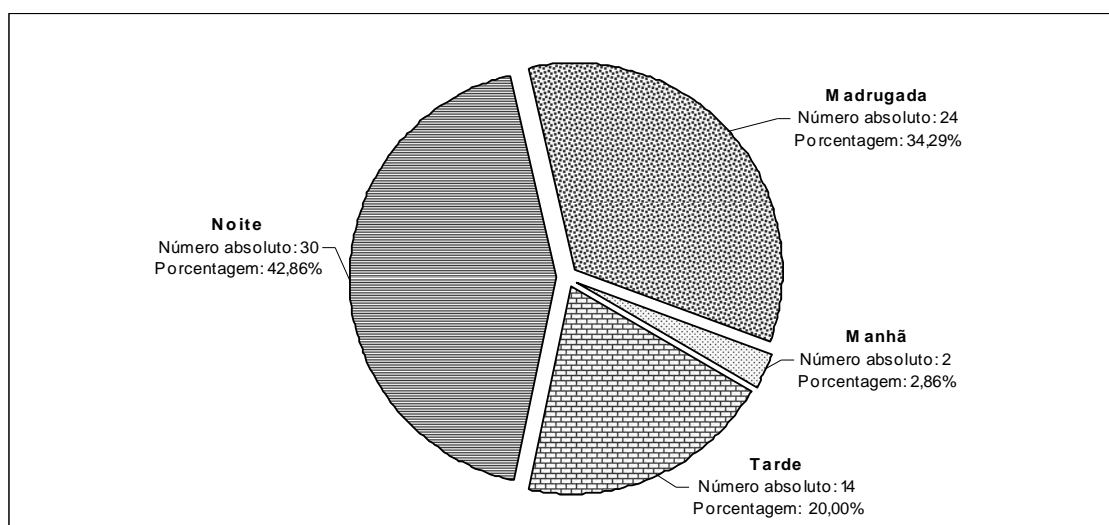


Gráfico 32 – Horário de ocorrência dos crimes no bairro.

Ao segundo grupo de perguntas foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, sobre as quais se falará adiante.

7.1.2 Exploração do grupo de perguntas abertas

A segunda parte das entrevistas, constituída de oito questões, teve por objetivo conhecer a visão que os moradores têm da violência e da segurança no bairro, como também da sensação de medo, que é um reflexo tanto do aumento da criminalidade quanto da insegurança. A pré-análise das entrevistas constituiu-se, sobretudo, da sistematização das ideias que fundamentaram os discursos dos entrevistados. Nesta fase, todas as entrevistas foram submetidas à avaliação e constituíram o *corpus* da pesquisa. As setenta entrevistas realizadas atenderam ao requisito de adequação à temática sugerida sendo, portanto, utilizadas no processo de análise. Esse momento foi importante para a elaboração de hipóteses, objetivos e indicadores que fundamentaram a interpretação final dos relatos.

Uma hipótese, a priori estabelecida, e que após a análise de conteúdo das entrevistas sustentou-se, diz respeito à insegurança e ao medo da população quanto ao fenômeno da violência em alguns bairros da cidade de Uberlândia. A sensação de impotência e coação frente à violência foi percebida no discurso dos moradores, apesar de, no seu local de moradia, esses atos serem caracterizados como um elemento fundamentado no imaginário dos mesmos, ou seja, não serem comprovada estatisticamente pelos órgãos oficiais a presença fundada e incisiva de atos violentos no bairro, teoria sustentada por diversos autores (RICO; SALAS, 1988; ESTEVES, 1999; MICHAUD, 1989; CALDEIRA 2000; RONDELLI, 2000; BAIERL, 2004; PEDRAZZINI, 2006; SOUZA, 2008; FELIX, 2009).

Também foi possível verificar que apesar de haver, no bairro, a presença de postos policiais e de outros órgãos destinados à segurança pública, a população de alguns desses bairros declarou sentir-se insegura diante da violência. A presença da Polícia Militar, através do trabalho ostensivo nas ruas, as chamadas “rondas”, é o principal elemento utilizado pelos moradores para caracterizar o local como seguro ou não, do ponto de vista institucional.

O objetivo da análise de conteúdo das entrevistas fundamentou-se na busca de uma compreensão para a existência da sensação de insegurança e do medo da população diante da violência, real ou imaginada, bem como das propostas apresentadas por ela para minimizar o efeito negativo desses atos. Uma das principais razões apresentadas pelos moradores para o medo de se tornar vítima da

violência foi a própria vitimização de pessoas próximas, tais como amigos, vizinhos, parentes e familiares, como também circunstâncias adversas e/ou a presença ou ausência de elementos físicos no bairro, que os predispueram a tais impressões.

Os indicadores para verificar o grau de insegurança, medo, vitimização e insatisfação para com a segurança pública da cidade foram estabelecidos por temas presentes nas respostas dos entrevistados. Nesse sentido, foi observada a frequência de alguns vocábulos que constituíram o léxico utilizado nos discursos, para as diferentes questões abordadas. A exploração das entrevistas foi realizada a partir da técnica de análise categorial, estruturada por meio da codificação e categorização das informações contidas no discurso dos moradores.

Para iniciar a conversa, foi realizada a seguinte pergunta aos entrevistados: *Você gosta do bairro onde mora?* Aqui, o objetivo era verificar se a violência era um fator que condicionava a uma visão negativa e malquista do lugar de moradia. Dentre os entrevistados, 48 (68,57%) disseram que gostam de morar no bairro, três (4,29%) afirmaram não gostar, e dezenove (27,14%) não opinaram. Dentre as justificativas positivas quanto ao lugar, está o fato de o local possuir equipamentos urbanos, tais como supermercados, tranquilidade, proximidade do trabalho, etc. Os principais fatores negativos apresentados foram: violência, barulho, agitação, falta de comércio e ausência de espaços de lazer. Apesar de a violência ter sido citada como fator negativo por apenas um dos entrevistados, ela aparece na fala de muitos deles, em outras questões que foram apresentadas.

A análise desta questão apresentou nove categorias referentes aos aspectos positivos e apenas duas categorias para os aspectos negativos relacionados às razões que levam os entrevistados a gostarem (ou não) do bairro onde moram. A partir dos pontos positivos apresentados estabeleceram-se as seguintes categorias: acessibilidade, afetividade, aspectos ambientais, aspectos econômicos, atributos diversos, atributos locacionais, infraestrutura urbana, segurança pública e tranquilidade. Dentre estas, os atributos locacionais, a infraestrutura urbana e a afetividade para com o lugar apareceram em primeiro lugar. Para os aspectos negativos foi apresentada a criminalidade e a infraestrutura urbana. Conclui-se, a partir disso, que a criminalidade não se configura como um elemento que atuaria na escolha do local para residir, por parte dos entrevistados, sobretudo porque apenas um deles citou-a como elemento negativo (Quadro 17):

Razões que o levam a gostar do bairro onde mora		
Pontos positivos	Categorias	Codificação (Unidades de registro – Frases)
	Acessibilidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. “[...] tenho acesso fácil a locais como supermercados, lanchonetes e outras coisas necessárias para o cotidiano”. (1) 2. “[...] fácil acesso ao centro da cidade e supermercados, hospitais, etc.”. (1) 3. “É um bairro com acessibilidade e rápido deslocamento a diversas atividades comerciais, à Universidade Campus Santa Mônica e atividades de lazer”. (1) 4. “Porque tenho quase tudo que preciso comprar”. (1) 5. “[...] (acessibilidade rápida ao centro da cidade), a igreja perto da minha casa”. (1) 6. “[...] de fácil acesso às demais regiões da cidade”. (1) 7. “[...] com acessos estratégicos e fáceis para outros bairros e centro”. (1) 8. “É de fácil acesso ao centro”. (1) 9. “[...] de fácil acesso”. (1)
	Afetividade	<ol style="list-style-type: none"> 1. “[...] com boa vizinhança e com ruas bonitas”. (1) 2. “Acredito que seja um bairro agradável”. (1) 3. “Porque é um bairro antigo, conheço muito de meus vizinhos”. (1) 4. “É um bairro que me dá segurança e bom relacionamento com as pessoas”. (1) 5. “Porque foi o primeiro bairro que morei”. (1) 6. “[...] bons vizinhos”. (1) 7. “É onde moro desde que vim para Uberlândia”. (1) 8. “[...] estou perto dos meus entes queridos”. (1) 9. “[...] pelos amigos que tenho no bairro todo”. (1) 10. “Porque sempre morei próximo deste bairro, onde residem também familiares e amigos”. (1) 11. “[...] entre os vizinhos residem moradores antigos com os quais as relações de vizinhança são muito agradáveis”. (1) 12. “[...] tenho uma vizinhança agradável”. (1) 13. “[...] tem uma vizinhança que mora há muito tempo no local”. (1) 14. “Porque sempre morei neste bairro e conheço toda a vizinhança e os lugares por onde passo”. (1) 15. “Porque me adaptei bem neste local, tenho quase todos os meus familiares morando neste bairro e também muitos amigos, então isto me leva a gostar do bairro onde moro”. (1)
	Aspectos ambientais	<ol style="list-style-type: none"> 1. “[...] (ruas) bem arborizadas”. (1) 2. “[...] possui área verde ao fundo”. (1) 3. “[...] arborizado”. (1)
	Aspectos econômicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. “[...] tem muitos lotes vagos esperando aumentar ainda mais a valorização”. (1) 2. “[...] está em crescimento”. (1)
	Atributos diversos	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Apesar de aqui haver violência, acho a situação do meu bairro melhor do que a de muitos outros”. (1) 2. “[...] aqui não tem gente à toa perambulando e fazendo barulho nas ruas”. (1) 3. “Residencial”. (2)
	Atributos locais	<ol style="list-style-type: none"> 1. “É bem localizado”. (4) 2. “Porque é perto de onde trabalho”. (1) 3. “[...] por estar próximo à minha família”. (1) 4. “[...] próximo ao centro da cidade”. (4) 5. “Pois aqui tem tudo. Nem precisa ir ao centro de cidade”. (1) 6. “Localização privilegiada”. (1) 7. “[...] tenho acesso fácil ao centro da cidade e outras localidades de Uberlândia”. (1) 8. “Porque fica perto do meu trabalho, da igreja, e facilita bastante”. (1) 9. “[...] próximo dos locais que mais frequento”. (1) 10. “[...] é o bairro onde está meu emprego e, portanto, posso desfrutar do conforto de residir perto do trabalho, minhas filhas frequentam as escolas próximas”. (1) 11. “É um bairro bem localizado e oferece os benefícios necessários ao dia a dia”. (1) 12. “[...] possui várias opções que atendem minhas necessidades básicas diárias”. (1) 13. “[...] próximo à UAI, shopping, prefeitura, enfim, é um bairro bem localizado”. (1) 14. “Tem quase todos os serviços de que necessito”. (1)
	Infraestrutura urbana	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Possui bons equipamentos urbanos”. (1) 2. “Facilidade na logística de transporte, supermercado”. (1) 3. “[...] com boa infra-estrutura”. (1) 4. “[...] oferece vários tipos de equipamentos necessários no dia-a-dia”. (1) 5. “É um bairro completo”. (1) 6. “É um bairro privilegiado; com ótima infra-estrutura, ótima geografia”. (1) 7. “Porque supre todas as minhas necessidades: comércio, transporte”. (1) 8. “Porque é um bairro que oferece vários serviços dos quais necessito. Dentre os mais importantes, posso elencar: educação – UFU -, lazer – Center Shopping-, e alimentação – Carrefour-”. (1) 9. “[...] encontramos tudo o que precisamos no comércio”. (1) 10. “O bairro oferece os serviços de que necessito no dia a dia (farmácia, supermercado, padaria etc.)”. (1) 11. “Tem toda infraestrutura que se precisa”. (1) 12. “[...] tem muitos comércios”. (1)
	Segurança pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. “[...] tem constante acompanhamento policial”. (1) 2. “Pela segurança”. (1) 3. “[...] não apresenta muita violência”. (1)
	Tranquilidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Porque é um bairro tranquilo”. (14) 2. “[...] um bairro bem pacato”. (1) 3. “[...] sem muitos barulhos”. (1) 4. “[...] ruas calmas e tranquilas (Transito)”. (1) 5. “[...] com pouca agitação e barulho”. (1) 6. “Por enquanto ainda está tranquilo (é possível descansar, não há barulho)”. (1) 7. “Acho um bairro calmo”. (2) 8. “Porque é um bairro bem tranquilo, onde o fluxo de carros e ônibus, por exemplo, não interfere”. (1) 9. “Minha rua é tranquila”. (1)
Pontos negativos	Criminalidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. “É um bairro muito violento”. (1)
	Infraestrutura urbana	<ol style="list-style-type: none"> 1. “[...] falta de galeria pluvial, árvores em baixo de postes de luz”. (1) 2. “Apresenta poucas opções de lazer, comércio”. (1)

Quadro 17 – Você gosta do bairro onde mora?

Com a finalidade de verificar o conhecimento dos moradores acerca dos acontecimentos que se dão no bairro, em especial das ocorrências criminais, foi feita a seguinte pergunta: *Existe algum tipo de crime que ocorre com mais frequência em seu bairro?* Nessa questão, o entrevistado poderia citar mais de uma opção. Dentre os crimes elencados pelos moradores, o roubo apareceu em primeiro lugar, com um total de 63 ocorrências, destacando-se as modalidades a residência, ao comércio e a transeuntes. Em segundo lugar veio o tráfico de drogas, e em terceiro, os homicídios. Os dados do COPOM para os crimes violentos revelam que os roubos e os homicídios estão dentre as principais ocorrências na cidade. De igual modo, o tráfico de drogas é uma realidade presente em praticamente todos os bairros de Uberlândia, com maior intensidade em alguns deles.

É interessante verificar que os casos de estupro, ainda que apareçam em terceiro lugar nos dados para a cidade, no período de 1999 a 2010, aqui ele é citado apenas uma vez pelos entrevistados. Tal informação pode ser interpretada de duas maneiras: ou os entrevistados não têm conhecimento sobre o fato no bairro, ou não se sentem à vontade para falar sobre o assunto. Entretanto, os dados mostram que a incidência desse tipo de crime, em Uberlândia, está aumentando, e, sobretudo em 2010, os dados se mostraram consideravelmente elevados, apesar de serem pouco comentados na mídia, e entre a própria população. Um dos fatores relacionados à não divulgação ou comentário sobre essa prática criminal está voltado para a própria caracterização do crime, por tratar-se de um evento que, geralmente, envolve pessoas próximas à vítima, como tios, pai, irmãos, namorados etc (Quadro 18):

Modalidade		Ocorrências
Tráfico de drogas		20
Homicídio		9
Furto		5
Assédio sexual		2
Violência sexual		1
Nenhum		1
Roubo	Residência	20
	Comércio	8
	Transeuntes	6
	Veículo	2
	Motocicleta	1
	Celulares e carteira	1
	Tapetes de entrada	1
	Vasos de flores	1
	Acessórios de carro	1
	Não declarados	24
Total		103

Quadro 18 – Crimes que ocorrem com mais frequência no bairro.

Com o intuito de investigar se o medo era um elemento que diminuía a interação dos moradores, no bairro, realizou-se a seguinte pergunta: *Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora?* A maioria dos entrevistados (46; 65,71%) disse ter medo de determinados lugares dentro do bairro, e 24 deles (34,29%) afirmaram não ter medo. A partir das informações fornecidas pelos entrevistados, estabeleceram-se dez categorias para as respostas afirmativas sobre a existência de medo, e sete para os que disseram não terem medo. Para o primeiro caso, as categorias estabelecidas foram: violência, drogas, locais inseguros, pessoas indesejadas, roubo, quietude, lugar escuro ou deserto, coação, terrenos vazios e pessoas desconhecidas. Para o segundo grupo, relacionado à não existência de medo, estão questões referentes ao conhecimento do lugar, fé, segurança pública, tranquilidade, precauções.

Após a codificação das respostas para esta pergunta foram registradas 47 sentenças positivas para a existência de medo de algum lugar do bairro, e desse total, 31 (63,83%) relacionaram-se a locais inseguros, escuros ou desertos, como ruas próximas à rodovia ou mais afastadas da área urbanizada, próximo de córregos ou de bairros violentos. É importante ressaltar que ao cruzar as respostas dadas a esta questão com a faixa etária dos entrevistados, observou-se que o medo diminui à medida que a idade aumenta, e para aqueles com idade entre 18 e 29 anos, o medo é mais elevado, apesar de esta faixa etária também ter apresentado um número considerável de respostas referentes a não existência de medo. Maiores detalhes poderão ser vistos no Gráfico 33 e Quadro 19:

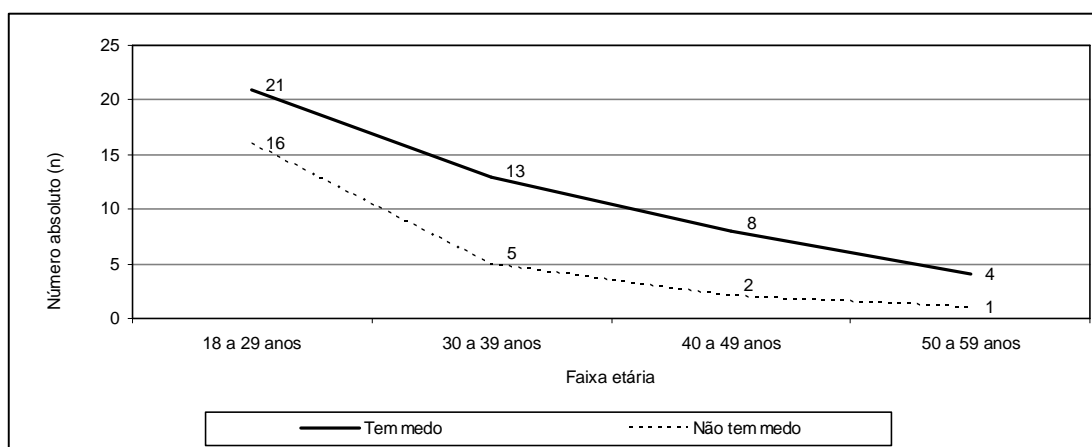


Gráfico 33 – Medo de algum lugar do bairro conforme a faixa etária do entrevistado.

Presença ou ausência de medo em relação a atributos do bairro		
Tem medo	Categorias	Codificação (Unidades de registro - Frase)
	Coação	1. "Sim, medo de sair de casa e ser rendida como já aconteceu com todos os meus vizinhos".
	Drogas	1. "[...] locais onde o índice é maior com relação a drogas, portanto evito sim andar por estes locais". 2. "[...] onde se concentra os usuários de drogas". 3. "[...] tenho medo de ser abordada e assaltada por viciados em crack". 4. "Rua abaixo, sentido Cidade Jardim por causa de atividades ligadas ao tráfico de drogas".
	Locais inseguros	1. "[...] às margens do rio Uberabinha. São locais onde pessoas mal intencionadas costumam agir". 2. "Mais na parte de trás do bairro, onde faz limite com um bairro mais violento, o bairro Canaã". 3. "Perto do brejo é muito escuro, prefiro não arriscar andando sozinha por lá". 4. "Próximo à Madre Cor e nas proximidades da prefeitura. Acredito que são pontos mais visados por meliantes". 5. "Sim, nas ruas mais próximas à rodovia". 6. "Sim, tem um lugar chamado 7. "antiga favelinha", dizem que lá é perigoso, por isso nunca fui". 8. "Sim. Existe um "cantinho do bairro" (perto do Estádio Ailton Borges) que se fala que é o reduto das drogas. Esse lugar evitamos passar". 9. "Sim. Na pista de caminhada após anoitecer devido ficar escuro". 10. "Sim. Perto do Quartel do Exército e nas proximidades do Rio Uberabinha na divisa com o Bairro Daniel Fonseca". 11. "Sim. Procuro evitar horários e locais perigosos". 12. "Tenho medo de andar nas ruas mais afastadas da minha casa, mais ao fundo do bairro, em horários muito tardios. Se bem que, mesmo próximo à minha rua já fui abordada por um mau elemento".
	Lugar escuro ou deserto	1. "[...] as partes do bairro mais afastadas com poucas casas e muitos terrenos". 2. "[...] locais muito escuros". 3. "Ao isolamento de pessoas nas ruas, após determinadas horas as ruas ficam desertas e escuras". 4. "Áreas escuras, sem iluminação". 5. "Durante o dia, não. À noite, dependendo do horário, sim. 6. "Em lugares ainda não habitados, por medo de assalto". 7. "Mas, é claro que, à noite, eu fico com medo de andar sozinha. Quando volto da UFU à noite, desço no ponto de ônibus que fica a um quarteirão da minha casa, e, aí, sinto medo de andar sozinha". 8. "Nos resguardamos no período da noite". 9. "Sim, à noite tenho medo de andar pelas ruas". 10. "Sim, nas ruas com poucas construções, por medo de ser assaltada ou violentada e ninguém ver ou ouvir". 11. "Sim, nas ruas porque geralmente tem poucas pessoas circulando a pé". 12. "Sim, o antigo bairro Tancredo Neves virou Planalto e as ruas são muito escuras e paradas e é uma parcela mais pobre que mora naquele pedaço". 13. "Sim, porque quase não se vê pessoas nas ruas". 14. "Sim, praticamente no bairro todo a partir das 21:00, pois o bairro fica muito deserto". 15. "Sim, tenho medo de andar sozinha a noite, já fui assaltada". 16. "Sim. Algumas ruas são bem escuras e desertas, o que torna alguém sozinho totalmente desprovido de socorro e um alvo fácil para bandidos". 17. "Sim. Por ser um bairro tranquilo de se viver, a partir do momento que o comércio fecha, por exemplo, as ruas se tornam bem desertas, e passar por praças à noite, não é algo muito aconselhável". 18. "Sim. Porque tem algumas ruas que realmente dão medo na gente, ruas escuras". 19. "Tenho medo de andar em lugares mais desertos, escuros e arborizados por causa de pessoas que ficam usando drogas, até mesmo durante o dia já vi pessoas usando". 20. "Tenho medo de andar sozinho de madrugada, medo que roubem a minha moto".
	Pessoas desconhecidas	1. "[...] onde tem pessoas que não conheço". 2. "[...] pessoas não encaradas". 3. "Sim. Em alguns locais onde existem muitos ciganos que estão envolvidos com o tráfico de drogas"
	Pessoas indesejadas	1. "[...] prostitutas e os vândalos".
	Quietude	1. "Sim, na verdade em boa parte do bairro, porque é muito quieto e não se sabe o que pode acontecer [...]. É um bairro tranquilo para descansar e estar com a família, e por outro lado os meliantes aproveitam desta tranquilidade para agir". 2. "Sim, porque é um bairro sem movimento".
	Roubo	1. "Sim, porque tenho medo de ladrões".
	Terrenos vazios	1. "Sim, por causa dos lotes vagos em que o capim fica alto". 2. "Sim. Devido à presença de terrenos vazios com matagal". 3. "Sim. Nos lugares onde há terrenos baldios".
	Violência	1. "Sim, devido à violência e às drogas".
Não tem medo	Conhecimento do lugar	1. "Hoje até que não, pois como já moro lá a muitos anos, conheço muita gente". 2. "Não tenho medo porque moro a muitos anos no bairro. A gente se conhece. Aí fica mais fácil". 3. "Não tenho medo. Conheço o bairro muito bem". 4. Não porque eu conheço muito o bairro em que eu moro.
	O estranho	1. "Não tenho medo de andar em lugares do meu bairro, mas o estranho/diferente sempre causa medo".
	Fé	1. "Não, porque Deus está comigo, e se Ele tiver comigo nada vai acontecer".
	Generalização da violência	1. "Não. Por quê atualmente em Uberlândia a violência ocorre em todos os bairros".
	Precaução	1. "[...] evito passagens onde sei que há mais frequência de delinquentes". 2. "[...] sempre que possível tento evitar transitar por determinada área do bairro que no momento aparenta não ser segura, buscando um rota alternativa mais segura". 3. "[...] tomo algumas precauções para evitar certos tipos de crime". 4. Não. Já mantenho como hábito estar sempre em casa após as 22:30 h".
	Segurança pública	1. "Não, o bairro dispõe de certa segurança". 2. "Não, pois sou militar, ando armado, trabalho na área, sou conhecido da criminalidade, não sou um alvo fácil. Acreditamos na teoria do tripé do crime: alvo em potencial, infrator motivado, local propício, se não tiver esses três pilares, o crime não ocorre". 3. "Não. Sinto segurança ao andar pelo bairro".
	Tranquilidade	1. "[...] sempre ando por locais considerados tranquilos". 2. Não. Pois é tranquilo, seguro.

Quadro 19 – Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora?

Ainda em relação ao medo da violência, é importante ressaltar o que é defendido por Baierl (2004, p.112) quando declara que

Há sempre, no imaginário, a idéia de que todos se encontram em situação de risco de morte, dado os altos índices de homicídio. [...] Modificar essa mística significa colocar as diferentes modalidades de crime em seus devidos lugares, buscando as explicações reais e as motivações.

A autora supracitada destaca que a violência é sentida e interpretada a partir do cotidiano da população e da forma como ela atinge a vida pessoal ou profissional das pessoas. Em entrevista com a população da cidade de Santo André, ela percebeu essa diferença, pois para a maioria da população, a violência se relaciona com o tráfico de drogas, a violência policial e a doméstica. Por outro lado, para os entrevistados com formação universitária e moradores de bairros de classe média, a violência é sentida, sobretudo através dos assaltos, roubos e tráfico de drogas.

Baierl (2004), ao questionar a população a respeito do que lhe causava medo foram apresentadas as seguintes respostas: medo de pessoas que exercem poder sobre os outros, elencando os seguintes elementos: marido, polícia, traficante, ladrão, sequestrador; medo gerado pela falta de segurança; medo de transitar em lugares escuros. Na entrevista realizada pela autora, os participantes apresentaram diversas alternativas de combate à violência, dentre elas, o estabelecimento de uma legislação penal mais rígida: melhoria na educação, mudanças na polícia e no sistema prisional, geração de emprego e renda, fim da impunidade, ensino da palavra de Deus, dentre outras. Vale ressaltar que essas propostas de intervenção apresentadas pela autora, bem como aquelas apresentadas pelos entrevistados dessa pesquisa realizada em Uberlândia, estão diretamente relacionadas à interpretação que tais sujeitos dão às causas da violência.

Para verificar o grau de vitimização dos moradores, ou seja, se o entrevistado ou alguém de sua família já havia sido vítima da violência urbana em Uberlândia, realizou-se a pergunta: *Você ou alguém de sua família já foi vítima da violência em Uberlândia?* Dentre os entrevistados, 47 disseram que já teve alguém de sua família ou já foi, ele próprio, vítima da violência na cidade (67,14%), e 23 entrevistados (32,86%) declararam nunca terem sofrido qualquer tipo de ato violento, nem mesmo seus familiares. Com relação às modalidades de ocorrências criminais

apresentadas, o roubo aparece em primeiro lugar, sobretudo à residência e a transeunte (Quadro 20):

Vitimização		Ocorrências
Abordagem		2
Assédio sexual		1
Furto		6
Homicídio		2
Roubo à mão armada		8
Roubo (tentativa)		4
Roubo	Residência	13
	Transeunte	4
	Som de carro	2
	Celular	2
	No semáforo	1
	Veículo	1
	Não declarados	24
Total		70

Quadro 20 – Principais crimes dos quais foram vítimas os entrevistados ou familiares.

Ao realizar o cruzamento dessa questão sobre a vitimização com a anterior, sobre o medo, verificou-se que este é diretamente proporcional ao grau de vitimização sofrida pelo entrevistado ou por pessoas próximas. A análise demonstrou que do total de setenta entrevistados, 31 deles disseram que já foram vítima da violência e declaram terem medo de circular livremente pelo bairro, totalizando 44,57%. Em segundo lugar vieram aqueles que declaram não terem medo, mas que já haviam sido vítimas, representando quinze casos (21,43%). Com doze casos ficaram os que disseram terem medo, apesar de nunca terem sido vítimas, e com esse mesmo valor os que disseram não terem medo e nunca terem sido vítimas.

Um importante questionamento realizado aos entrevistados foi com relação às consequências advindas da violência. Da análise foi possível estabelecer dez categorias: desconfiança, envolvimento com drogas, equipamentos de segurança, impunidade, individualismo/isolamento, insegurança, medo, perda da liberdade, prejuízos materiais, sentimentos negativos (revolta, pavor, ansiedade, tristeza, indignação etc.). Dentre estas categorias destacaram-se o medo, com 24 unidades de registro e os equipamentos de segurança, com 14 unidades (Quadro 21):

Consequências decorrentes da criminalidade violenta		
Consequências	Categorias	Codificação (Unidades de registro - Frase)
	Desconfiança	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] desconfiança até mesmo dos vizinhos". 2. "[...] desconfiança em pessoas desconhecidas". 3. "[...] todos os vizinhos que não são costumeiros são vistos com desconfiança". 4. "Desconfiança de qualquer indivíduo".
	Envolvimento com drogas	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Promove o envolvimento de adolescentes cada vez mais novos com as drogas". 2. "Região do Guarani, [...] neste local e têm ocorrido muitos homicídios de menores envolvidos em uso e tráfico de drogas".
	Equipamentos de segurança	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] as casas são protegidas: cercas elétricas, muros altos, grades altas". 2. "[...] aumento dos muros das residências, investimentos em dispositivos de segurança para as residências como câmeras, cercas elétricas dentre outros...". 3. "[...] casas com muros altos". 4. "[...] colocação de cercas elétricas em suas casas e outros equipamentos de segurança". 5. "[...] grades são cada vez mais utilizadas na busca por mais segurança. Isso tudo parece a liberdade dos moradores que se tornam reféns do medo". 6. "[...] investir na segurança doméstica". 7. "Talvez a busca por investir sempre em novas formas de segurança em suas residências". 8. "[...] protegendo suas casas com instrumentos advindos da tecnologia, como portões eletrônicos e cercas elétricas". 9. "[...] surgimento de comportamentos específicos voltados à precaução de roubo/furtos". 10. "[...] todos são obrigados a tentar se proteger com cercas elétricas e monitoramento eletrônico". 11. "Bom, eu fico meio receosa, e acho que meus vizinhos também, já que pessoas moram aqui há anos e que nunca tinham sofrido assalto antes, tiveram que aumentar seus muros e colocar cerca elétrica recentemente". 12. "Creio que as consequências da violência no meio bairro são de "obrigar" as pessoas a se precaverem mais, gastando cada vez mais dinheiro com segurança pessoal, instalando cercas elétricas, alarmes, etc...". 13. "No máximo um cuidado com segurança das casas". 14. "Se fecharem em muros altos, com cerca elétrica e portão muito fechado, em que os próprios vizinhos acabam não se conhecendo, acredito que isso seja pior". 15. "Tentam proteger as residências com muros altos, cerca elétricas, equipamentos de vigilância etc".
	Impunidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] certeza de impunidade dos infratores".
	Individualismo; isolamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] ficamos mais presos em casa". 2. "Alguns ficam assustados e se isolam". 3. "As pessoas diante dos atos de violências tende a isolar-se; Fragilidade dentre outros". 4. "As pessoas vivem sempre trancadas". 5. "Há uma individualização crescente, pessoas se isolam em suas casas". 6. "Reclusão. As pessoas ficam trancadas em suas próprias casas". 7. "Vizinhos não se relacionam".
	Insegurança	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] insegurança para comprar novos bens móveis e portáteis". 2. "Com certeza as piores possíveis, pois violência traz insegurança". 3. "Descontentamento com a segurança pública, pois até mesmo dentro de nossas casas não estamos totalmente seguros". 4. "Sensação de insegurança". 5. "Um pouco de insegurança". 6. Insegurança. (11)
	Medo	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] a gente acaba ficando com medo das ruas". 2. "[...] medo de andar na rua, medo de sair de casa ou de chegar mais tarde e até de deixar as crianças na rua e de ficar sentada na porta de sua casa". 3. "[...] medo de deixar a casa sozinha". 4. "[...] medo de ficar na rua, principalmente, à noite". 5. "[...] medo [...], como já aconteceu com o vizinho, mudou de endereço depois que sua casa foi assaltada". 6. "[...] medo nos moradores de permanecerem nas ruas durante a noite". 7. "[...] o medo de sair na rua a noite aumenta". 8. "Acredito que a maior consequência seja o medo, o que faz com que as pessoas procurem se proteger o máximo possível, evitando andar sozinhas em determinados horários". 9. "Acredito que a sensação de medo aumenta". 10. "As pessoas ficam com medo de andar por certas partes do bairro em certas horas". 11. "Medo de andar nas ruas à noite". 12. "Medo de andar pelas ruas do bairro". 13. "Medo de ser vítima de algum roubo ou assassinato por engano". 14. "Medo de transitar pelas ruas no período noturno, medo de viajar e deixar a casa sozinha". 15. "Medo e alguns traumas". 16. "Medo e aprisionamento das pessoas em suas casas, dificultando uma maior participação nas atividades cotidianas". 17. "Medo que acaba aprisionando". 18. "Medo, insegurança, traumas"... 19. "Medo, principalmente de sair à noite". 20. "Muitos têm medo de sair de casa na parte da noite". 21. "O medo de sair na rua a partir de certa hora, medo de viajar e deixar a casa sozinha etc". 22. "Quando ocorreu a morte do adolescente todos ficaram assustados". 23. Medo (21).
	Perda da liberdade	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Falta de liberdade para andar pelas ruas com tranquilidade". 2. "Falta de paz, de lazer". 3. "[...] desconforto de andar livremente pelas ruas".
	Prejuízos materiais	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] prejuízos materiais". 2. "[...] vandalismo destrói as praças e os parques". 3. "Desvalorização de imóveis". 4. "fechamento dos comércios ao anoitecer para evitar assaltos". 5. "Os casos que ouço relatos são de furtos a residências, e as consequências são o desespero das pessoas furtadas que após o crime têm que comprar outros utensílios domésticos". 6. "Prejuízo". 7. "Prejuízos materiais e, principalmente, psicológicos, deixando as pessoas amedrontadas em casa, se tornando, assim, "reféns" dos bandidos".
	Sentimentos negativos	<ol style="list-style-type: none"> 1. ansiedade; paranoia; pavor; revolta; tristeza, revolta, indignação, frustração; Preocupação, estresse.

Quadro 21 - Quais consequências a violência traz aos moradores do seu bairro?

Para conhecer o grau de satisfação dos sujeitos com relação à segurança pública, foi perguntado aos mesmos: *Você está satisfeito com a segurança pública realizada no seu bairro?* Do total de 70 entrevistados, 44 (62,86%) declararam não estarem satisfeitos e 26 (37,14%) disseram estar satisfeitos. Entretanto, apenas 62 entrevistados quiseram justificar suas respostas, sendo que 26 apresentaram satisfação (41,94%), e 36 declaram-se insatisfeitos (58,06%). Para o primeiro grupo, as razões apresentadas foram, sobretudo, a falta de policiamento nas ruas:

“Porque aqui a gente não vê nenhum tipo de policiamento, só vê quando matou alguém ou coisa desse tipo”. (Entrevistado bairro Jardim Canaã).

“Deveria haver mais rondas feitas por policiais em várias horas do dia”. (Entrevistado bairro Santa Mônica).

“Moro em um bairro onde existe outro bairro com muita violência, onde o tráfico de drogas diariamente é assunto nos noticiários e frequentemente ouvimos tiros e barulhos de sirene, dá um pouco de medo”. (Entrevistado Bairro Santa Rosa).

No segundo grupo, as justificativas estiveram relacionadas a fatores sociais, como a presença de uma vizinhança unida, que traz segurança e a fatores próprios da segurança pública, como: efetivo policial, patrulhamento ostensivo e presença de vigias/guardas noturnos:

“É comum ver carros de polícia fazendo rondas nas ruas e, além disso, sempre têm vigias noturnos fazendo rondas durante a noite. Portanto, estou sim satisfeito com a segurança”. (Entrevistado Bairro Fundinho).

“Por verificar em determinados horários carros de polícia parados nas vias principais e realizando revistas em elementos suspeitos”. (Entrevistado bairro Daniel Fonseca).

“Tem patrulha, e sempre se vê algum policial fazendo ronda”. (Entrevistado bairro Custódio Pereira).

A conclusão à qual se chega a partir da análise das falas dos entrevistados é que a Segurança Pública, para eles, se faz a partir da presença de policiais e viaturas no bairro. Neste sentido, a sensação de segurança vem a partir da percepção de que a prevenção à criminalidade violenta está sendo realizada pelo patrulhamento ostensivo da Polícia Militar (Quadro 22):

Satisfação em relação à segurança pública	
	Codificação (Unidades de registro - Frase)
Está satisfeito	<ol style="list-style-type: none"> 1. A segurança pública realizada no meu bairro não é tão precária. Mas acredito que a segurança deveria ser reforçada nos horários entre 17h e 23h, que são os horários que as ruas ficam mais desertas e, consequentemente, mais perigosas. 2. Aos poucos tem melhorado, mas ainda a polícia é falha em não repreender os bagunceiros que fazem o que querem na madrugada. 3. Apesar de já ter sofrido violência no meu bairro, tenho plena convicção de que a situação do mesmo é muito melhor do que a de muitos outros bairros. 4. Até o presente momento sim, pelo menos na região onde moro, mas fica a desejar no meu ponto de vista nas regiões perto do Quartel do Exército e nas proximidades do Rio Uberabinha na divisa com o Bairro Daniel Fonseca. Apesar de a Prefeitura Municipal ter começado a pavimentar ao redor do Rio Uberabinha e colocar iluminação temos visto melhoras, mas ainda pode haver outras melhorias em relação à segurança pública. 5. Bom, em certos termos vamos dizer que sim. Não é um bairro extremamente violento, mas tem suas áreas de perigo como todos os bairros, não é um bairro que acontece constantes violências e assaltos. É um bairro com vizinhança unida que dá segurança. 6. Considerando que outras localidades são pouco assistidas, a frequência de policiais circulando pelo bairro dá a sensação de tranquilidade e segurança. 7. De certa forma sim, pois como é um bairro de classe média a classe alta, sempre tem uma viatura da polícia rondando pelas ruas do bairro. 8. É comum ver carros de polícia fazendo rondas nas ruas e, além disso, sempre têm vigias noturnos fazendo rondas durante a noite. Portanto, estou sim satisfeito com a segurança. 9. Estou satisfeita, mas não completamente. Acredito que além do policiamento nas ruas deveria haver mais atitude por parte dos policiais no combate ao tráfico das drogas e aos roubos. 10. Não existem muitos erros na segurança Pública, a questão é social, moral e ética dos seres humanos que estão perdendo o "dever ser". 11. Não temos de forma institucionalizada. Há um guarda noturno que passa à noite e algumas pessoas pagam por este serviço. E também notamos ronda, de vez em quando, da polícia, pois estamos muito próximos da Av. Rondon Pacheco. 12. Nos últimos anos, o número de policiais nas ruas aumentou satisfatoriamente. 13. O policiamento é efetivo. 14. O policiamento é permanente e as rondas estão sempre acontecendo de dia e a noite. 15. Percebe-se a presença constante de policiamento no bairro. Quando são chamados aparecem rapidamente. Os casos de que tenho notícia são poucos. 16. Pois melhorou muito depois quem montaram um batalhão da Polícia Militar lá por perto, diminuíram a frequência dos crimes, que hoje em dia, são quase extintos. 17. Por verificar em determinados horários carros de polícia parados nas vias principais e realizando revistas em elementos suspeitos. 18. Porque em partes eles estão solucionando quase todos os crimes, mas falta ainda um comprometimento maior por parte deles, como foi dito na questão anterior. 19. Porque faço parte dela e sei que estamos fazendo todo o possível na tentativa de prevenir crimes. E também sou morador do bairro e vejo meus colegas trabalharem diuturnamente para isso. 20. Porque viaturas da polícia estão sempre presentes. 21. Sempre quando solicitamos a presença de policiais somos atendidos. Podemos observar também policiais fazendo ronda, mesmo durante o dia, mantendo a vigilância no Bairro. 22. Sempre vejo viaturas da polícia circulando por aqui, e isso inibe um pouco os marginais. 23. Sim. Acredito que a polícia militar tem feito um ótimo trabalho nessa região. É claro que melhorias ainda podem ser feitas, porém deve ser feito em conjunto com a prefeitura para melhorar a iluminação das ruas e o Estado com aumento de efetivo de policiais e viaturas. 24. Talvez pela proximidade do quartel, o bairro é frequentemente monitorado. 25. Tem muito policiamento, mas isso não impede os bandidos. 26. Tem patrulha, e sempre se vê algum policial fazendo ronda. 27. Vejo a polícia circulando pelo bairro. Mas não tenho certeza se o bairro está protegido. Apesar de que é difícil monitorar todos os lugares ao mesmo tempo, mas vejo que a polícia está presente nos locais com maior incidência.
Não está satisfeito	<ol style="list-style-type: none"> 1. A polícia passa de carro e fingi que nada está acontecendo e fazem blitz só em horário em que os trabalhadores estão indo ou vindo do serviço, não fazem na parte da noite para pegarem os delinquentes. 2. Acho que sempre pode ser melhorado o policiamento nas ruas e é pouco ou inexistente a relação da polícia com a comunidade no que se refere a trabalhos educativos. 3. Ainda ocorrem muitos assaltos a residências e estabelecimentos comerciais e roubo de acessórios de automóveis. 4. Aos poucos tem melhorado, mas ainda a polícia é falha em não repreender os bagunceiros que fazem o que querem na madrugada. 5. Apesar de haver, é insuficiente, como em toda Udi. 6. Apesar de rondas raríssimas no bairro e da ação dos vigilantes noturnos, não há uma política pública eficiente voltada à segurança, de modo que as consequências relatadas na pergunta anterior sejam minimizadas ao máximo. 7. Apesar de ser um bairro em que moram muitos policiais e sargentos, pois sempre os vemos nas ruas, acredito que falta humanização, um trabalho de vizinhança, pois há horários que não se vê pessoas na rua e aí que pode morar o perigo. 8. Apesar de ver muitos carros de polícia nas ruas, a segurança ainda é muito falha, pois geralmente eles ficam parados em algum lugar onde teve mais ocorrências, assim deixando o resto dos lugares livres. 9. As patrulhas de polícia não são muito frequentes nas ruas menos movimentadas. 10. Deveria haver mais policiais nas ruas. 11. Deveria haver mais rondas feitas por policiais em várias horas do dia. 12. Eu penso que aqui nem tem, pois nunca vi e nem ouvi nada relacionado a isso. 13. Falta maior contingente de policiais circulando pelas ruas para inibir ação dos marginais. 14. Falta policiamento eficaz. Um posto de gasolina localizado nas proximidades de um posto policial já foi assaltado duas vezes. 15. Falta policiamento, principalmente no período da noite. 16. Falta policiamento. 17. Lógico que não, somos mais protegidos por Deus do que por segurança "polícia". 18. Moro em um bairro onde existe outro bairro com muita violência, onde o tráfico de drogas diariamente é assunto nos noticiários e frequentemente ouvimos tiros e barulhos de sirene, dá um pouco de medo. 19. Não estou satisfeita pela demora quando são chamados. Nunca chamei por causa de assalto, graças a Deus, nem roubo, mas por causa de som de carro em minha porta. 20. Não tem segurança nenhuma, nem iluminação nas ruas tem direito. 21. Não vejo segurança. 22. Não, porque não tem Posto Policial. 23. O bairro poderia ser bem mais assistido com a presença de maior número de policiais. 24. Penso que as autoridades parecem que são coniventes ou fazem vista grossa aos criminosos com seus crimes. 25. Percebe-se que ultimamente há um maior número de policiais nas ruas do bairro, no entanto, considero que ainda seja uma quantidade insuficiente para evitar a criminalidade. 26. Poderia haver mais patrulhamento da polícia militar.

(Continua)

Satisfação em relação à segurança pública	
Codificação (Unidades de registro - Frase)	
Não está satisfeito	<p>27. Poderia haver mais policiamento e que os mesmos fossem mais parceiros dos moradores.</p> <p>28. Poderia ter mais vigilantes ou policiais nas ruas, a noite as ruas ficam muito paradas, onde se torna cenário perfeito para os ladrões.</p> <p>29. Porque a polícia militar não consegue pegar os maconheiros do bairro.</p> <p>30. Porque acredito que muitos crimes poderiam ser evitados caso o policiamento fosse melhor e também porque as pessoas que foram presas praticando furto no bairro não permanecem na cadeia, elas são levadas para a delegacia e em seguida são liberadas. Ficam impunes e voltam a praticar os mesmos delitos.</p> <p>31. Porque aqui a gente não vê nenhum tipo de policiamento, só vê quando matou alguém ou coisa desse tipo.</p> <p>32. Porque os índices de violência aumentam a cada dia.</p> <p>33. Porque precisa de mais patrulha de polícia nas ruas, especialmente nos locais onde tem muitos terrenos vazios.</p> <p>34. Porque só age durante o dia.</p> <p>35. Quando precisei demoraram para chegar e me trataram mal, sem educação quando estava fragilizada e fizeram um péssimo boletim de ocorrência que não ajudou em nada.</p> <p>36. Vejo muito pouco a polícia próximo às residências. É mais fácil perceber movimentação de vigias de empresas de segurança terceirizadas do que da polícia.</p>

(Conclusão)

Quadro 22 - Você está satisfeito com a segurança pública do seu bairro?

Ferreira e Oliveira (2012) divulgaram numa reportagem exibida no Jornal MGTV 1ª edição um levantamento sobre a percepção da população de Uberlândia acerca da segurança pública, o que contribuiu para ratificar o que os sujeitos entrevistados nesta tese disseram. Dentre as questões apresentadas pelos moradores na reportagem, foi destacada, sobretudo a sensação de insegurança, e por isso mesmo eles declararam evitar circular pela cidade à noite, ou retornar para casa muito tarde; ressaltaram que o medo e a insegurança são perceptíveis ao se verificar a quantidade de equipamentos de segurança nas residências, tais como portões elétricos, grades; outros disseram que o crescimento da insegurança decorrente do aumento da violência está relacionado ao aumento da população na cidade, constituída especialmente de imigrantes; um mototaxista destacou o aumento da quantidade de drogas em circulação e a relação com o crescimento da criminalidade violenta, fala esta que merece ser apresentada:

“Eu acho que é o nível das drogas que está aumentando na cidade. Então não está tendo jeito de combater; se combatesse as drogas melhorava o mundo do crime, porque todo dia morre um, e por que que é? Droga”.

É interessante observar que o morador percebe claramente a relação entre o tráfico de drogas e a elevação do número de homicídios na cidade, e no seu discurso fica clara a sua posição com relação à forma eficaz de intervenção ao declarar que se forem estabelecidas intervenções sobre o número de casos relacionados ao tráfico de drogas, tais ações incidiriam na queda dos homicídios.

Para verificar se os entrevistados tinham conhecimento da existência de algum programa de prevenção à violência desenvolvido em seu bairro, foi feito o

seguinte questionamento: *Você conhece algum programa de prevenção à violência desenvolvido em Uberlândia e no seu bairro?* Muitos moradores disseram conhecer ações de prevenção no bairro, e inclusive citaram alguns programas, como: Fica Vivo, Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), Jovens Construindo a Cidadania (JCC), Programa de Educação e Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e Vizinhança Solidária. Dentre estes, o Vizinhança Solidária e o PROERD foram os mais citados pelos entrevistados. Isso se justifica pelo fato de esses programas envolverem diretamente a comunidade, já que o primeiro, para ser instalado no bairro, precisa da participação popular no que se refere ao envolvimento com a proposta da ação; o segundo é desenvolvido em escolas com vistas à prevenção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes. Maior detalhes sobre esses programas serão apresentados no final deste capítulo (Quadro 23):

Programas de prevenção à violência citados pelos entrevistados	
Programas	Codificação (Unidades de registro - Frase)
Fica Vivo	1. "Conheço em Uberlândia o <i>Fica Vivo</i> e outros. No meu bairro não conheço". 2. "Conheço o programa <i>Fica Vivo</i> que tem sede no bairro Morumbi".
GEPAR	1. "[...] na minha subárea ainda tem o Grupo de prevenção ativa (<i>GEPAR</i>) e outros".
Patrulhamento	1. "Sim, o <i>patrulhamento</i> melhorou, mas vemos pessoas se drogando e traficando sob a luz do dia". 2. "Não conheço nenhum programa específico, mas acredito que as rondas constantes, e a presença de policiais no bairro, pelo menos na Av. Belarmino Cota Pacheco, seja parte de algum deles". 3. "Não sei se isso é, mas os policiais fazem muitas rondas por lá, o que faz com que os bandidos fiquem mais na miúda".
PROERD, JCC, Anjos da Escola	1. "Não conheço. A não ser o trabalho da patrulha escolar feito nas escolas, como o <i>PROERD</i> ". 2. "No meu bairro não tem, mas conheço o <i>PROERD</i> , inclusive já participei, mas foi na escola". 3. "Sim, o <i>PROERD E JCC</i> – que são programas cujo objetivo maior é trabalhar o jovem e adolescente quanto ao uso de drogas, levá-los a ter maior consciência, tornar-se um cidadão de bem. São programas desenvolvidos nas escolas". 4. "Não conheço nenhum programa contra a violência no bairro. Conheço um programa contra violência nas escolas, que se chama <i>Proerd</i> ". 5. "[...] o Programa de Educação e Resistência às Drogas (<i>PROERD</i>)". 6. " <i>Anjos da Escola</i> ". 7. "Existe o <i>Proerd</i> desenvolvido nas escolas".
SOS Mulher Família	1. " <i>SOS Ação Mulher Família</i> de Uberlândia". 2. "No momento só me recordo da Organização Não Governamental <i>SOS Ação Mulher</i> ".
Vizinhança Solidária	1. "Aqui no bairro tem um projeto desenvolvido pela Polícia Militar e alguns moradores: <i>Vizinhança Solidária</i> , no qual um vizinho ajuda o outro a vigiar as casas e qualquer desconfiância entra em contato com a PM". 2. "Sim, <i>vizinhança solidária</i> ". 3. "Sim. No fim de ano houve um programa da PM onde você se cadastrava para monitoramento de seu imóvel em caso de viagem". 4. " <i>Vigilância Solidária</i> ". 5. "Conheço todos, rss. No meu bairro é desenvolvido o programa de <i>Vizinhança solidária</i> ". 6. "No Guarani, o presidente de bairro reuniu com a polícia militar e implantaram a <i>vizinha solidária</i> e reúnem com as pessoas no salão da Igreja Católica. Cada casa que participa deste programa tem uma placa. E a polícia reúne com as famílias. O intuito é de que a vizinhança seja solidária quanto à questão da violência, se protegendo e cuidando também do outro contra roubos, assaltos, etc".
Desconhece	1. "Sei que tem, mas no momento eu não me recordo de algum específico". 2. "Não. Até houve uma tentativa de programa de vizinhança, mas como a maioria das pessoas trabalha o dia todo e se fecham nos seus muros". 3. "Segurança no bairro ou algo parecido".
Não cita o nome	1. "Há no bairro um projeto de combate ao vandalismo, tráfico de droga e furtos, porém, a população desses pontos estratégicos não reconhece esse trabalho devido ao número reduzido de viaturas e seus horários de atuação, dessa forma, não se sente bem assistida, como não percebe a ação efetiva da polícia". 2. "De forma ocasional são divulgadas propagandas de prevenção como cuidados com a bolsa, não reagir diante de abordagem de meliantes dentre outras dicas". 3. "Em Uberlândia a PM faz várias campanhas e tem alguns projetos em escolas de inibição do crime e violência, mas eu não conheço pessoalmente". 4. "Sim, eu já vi uma plaquinha no muro da casa de alguém aqui do meu bairro e lá do Morada Nova também. É um programa da polícia militar, mas eu esqueci o nome..."

Quadro 23 – Você conhece algum programa de prevenção à violência desenvolvido em Uberlândia e no seu bairro?

Com o intuito de conhecer a opinião da população acerca das estratégias que poderiam ser implantadas para minimizar a criminalidade violenta na cidade, foi realizado o questionamento: *O que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro onde você mora e em Uberlândia?* Percebeu-se, de forma geral, que nesta pergunta, os entrevistados se sentiram mais à vontade para responderem à questão proposta. A partir da análise das respostas foi possível estabelecer dez categorias, que se relacionaram a aspectos religiosos, combate ao tráfico de drogas e à violência, melhoramento do aspecto ambiental, diminuição da impunidade, estabelecimento de políticas e aparatos de segurança pública, implementação de políticas sociais e realização de palestras educativas.

Dentre as categorias estabelecidas a partir desta questão sobre as estratégias para conter a violência em Uberlândia, destacaram-se duas: a primeira relacionada às políticas de segurança pública, com 45 posicionamentos dos entrevistados a respeito, e a segunda às políticas sociais, com 22 referências. Às primeiras filiaram-se elementos, tais como o aparato policial, programas de reabilitação de usuários de drogas e prevenção à criminalidade violenta. Ao segundo grupo, fatores como o melhoramento da infraestrutura urbana (transporte, saneamento, lazer), criação de programas que incentivem o esporte, programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho e melhor distribuição de renda. Observa-se, portanto, que a população conhece as carências existentes na cidade e no bairro, sabendo relacioná-las às consequências delas advindas (Quadro 24):

Opinião da população sobre estratégias para diminuir a criminalidade violenta em Uberlândia	
Categorias	Codificação (Unidades de registro - Frase)
Abordagens diversas	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Acredito que a questão não seria encontrar maneiras de diminuir a violência e sim descobrir a origem da violência. E isso sabemos, pode estar no uso e tráfico de drogas, nas questões referente às desigualdades sociais, o próprio sistema Capitalista indiretamente pode ser um canal de violência, pois o desejo de posse supera a consideração e respeito que todos nós sabemos que devemos ter pelos semelhantes. Assim, pequenas atitudes, falhas e erros não corrigidos em tempo certo se transformam em problemas maiores de difícil solução. Creio que a própria Educação, escolar e da família, são pontes de acesso ao indivíduo, que desde cedo deve ser conscientizado, orientado para que tenha uma conduta solidária e de respeito ao próximo". 2. "Penso em programas que interajam associação de bairro, Igreja, comerciantes e Polícia Militar e Civil para que criem programas de segurança solidária, disque denúncia. Aqui no Taíaman não tem um posto policial". 3. "Tomar algumas precauções de modo individual". 4. "[...] talvez divulgar os números das apreensões que foram feitas no bairro. Do tipo: na noite de sábado foram feitas 15 abordagens e foram apreendidos "X" gramas de maconha e "X" pessoas foram detidas". 5. "Sem dúvida, uma maior participação da comunidade". 6. "Acho que poderia haver uma colaboração entre vizinhos no sentido de todos estarem alertas para casos de roubo/furtos, bem como haver denúncia de casos de tráfico/uso de drogas. A polícia poderia realizar mais rondas, também". 7. "Melhorar as relações de vizinhanças, a rua perdeu o valor. Assim não tem como saber que tipo de cidadão mora ao meu lado".
Aspectos religiosos	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Independente da religião, o essencial é a presença de Deus na família. Assim, se aprende a ter fé. E isso faz toda diferença quando chega a hora de lidar com os atos de violência". 2. "Orar e pedir a Deus pelas pessoas que precisam sentir a proteção de Deus". 3. "Ter uma religião, ou seja, ser um cristão".
Combate ao tráfico de drogas e à violência	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] a sensação que tenho é que todos nós sabemos os locais que os protagonistas da violência urbana estão, os pontos de venda de drogas, e até as pessoas que praticam delitos diários; no entanto, os policiais insistem em desfilarem pelas avenidas, ostentando seus uniformes e intimidando pessoas comuns por motivos banais. O crime organizado, quadrilhas de roubo e tráfico, todos sabem onde ficam, mas ninguém toma nenhuma providência". 2. "[...] acabar com o tráfico de drogas". 3. "[...] ação contra o tráfico". 4. "A polícia tem que estar mais presente nos lugares que todos sabem ser ponto de droga". 5. "Combate com maior intensidade ao tráfico de drogas, principalmente nos pontos de vendas, evitando desta forma que adolescentes se envolvam com essa atividade, bem como com os furtos". 6. "Consegui pegar aqueles que fornecem as drogas no bairro, ronda a polícia esta fazendo mas ainda não pegou os culpados". 7. "Penso que deveria haver uma repressão severa e agressiva, no sentido de reprimir e coibir o tráfico, e também qualificar o uso de drogas como crime". 8. "Uma atenção mais concentrada no combate ao tráfico de drogas". 9. "Bom, para diminuir a violência no meu bairro, é necessário que a violência dos outros bairros diminua, já que as pessoas das quais sofremos violência são de outros bairros, sem dúvida".
Condições físicas do ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Algumas ruas deveriam ser bem mais iluminadas". 2. "Melhor iluminação das ruas". 3. "[...] haver melhoria na iluminação de alguns locais da cidade". 4. "[...] mais iluminação nas ruas".
Diminuição da impunidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Fim da sensação de impunidade, por mais profundas que sejam as reformas para que isso ocorra". 2. "Não só no meu bairro, mas em geral nos demais é a punição de fato dos criminosos. Essa medida c/ certeza iria diminuir a incidência e reincidência de criminosos". 3. "Não só no meu bairro, mas em geral nos demais é a punição de fato dos criminosos. Essa medida c/ certeza iria diminuir a incidência e reincidência de criminosos". 4. "[...] apreensão de ladrões". 5. "Prender os criminosos".
Políticas e aparatos de segurança pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] aumentar o efetivo policial, equipar melhor os policiais em serviço para uma atuação cada vez mais eficiente". 2. "[...] com a ajuda da polícia isto diminuiria 90% da violência em Uberlândia e no nosso país". 3. "[...] contar com a atuação da segurança pública". 4. "[...] criação de programas de recuperação dos viciados". 5. "[...] maior vigilância da PM". 6. "[...] um policiamento melhor em Uberlândia, que apesar de ter melhorado muito ainda não é suficiente". 7. "A polícia tem que estar mais presente e não só andando e olhando, mas abordando as pessoas, os comerciantes e pessoas suspeitas". 8. "A polícia tem usado o artifício do giroflex ligado, mas penso que poderiam fazer algumas abordagens". 9. "Acho que a polícia deveria se envolver mais com a comunidade, desenvolvendo mais trabalhos preventivos". 10. "Acho que devia aumentar o número de viaturas". 11. "Acho que já está acontecendo como guardinha a noite tomando conta das casas e isso traz segurança ainda mais para quem chega tarde em casa". 12. "Acho que já está sendo feito muita coisa, poderiam continuar dando rondas, podendo abranger mais locais, até por bairros que são tidos como mais violentos e orientar as pessoas, para não darem muitas oportunidades para os bandidos, e fazer alguns programas, tipo de reabilitação e conscientização, para poder diminuir o número de criminosos na cidade". 13. "Acho que um pouco mais de viaturas passando nas ruas em horários de menos movimento". 14. "Acho também que a rotatividade dos policiais deveria ser menor, ou seja, os mesmos agentes policiais deveriam fazer a cobertura de determinado local, trazendo mais proximidade da população com a polícia". 15. "Ações educativas e preventivas de combate à criminalidade". 16. "Além de aumentar o policiamento ostensivo, trabalhos preventivos realizados a partir das escolas com crianças em situação de risco social que podem por falta de exemplo e oportunidade buscarem as "facilidades" da vida do crime". 17. "Aqui no Taíaman não tem um posto policial". 18. "Aumentar o patrulhamento". 19. "Colocar mais policiais nas ruas, câmeras e população deveria ser melhor orientada para prevenir a violência". 20. "Dentre as ações necessárias e pontuais, acho que é necessário aumentar o número de policiais com viaturas nas ruas". 21. "Deveria haver mais policiais rondando nas ruas". 22. "Disponibilizar maior número de postos policiais, bem como colocar mais policiais para realizar a ronda na cidade e punir efetivamente os criminosos". 23. "Em cada bairro deveria ter um posto policial, com rondas freqüentes em todos os bairros da cidade". 24. "Eu creio em um futuro melhor para todos, espero que as autoridades de Uberlândia possam criar mais programas de prevenções contra a violência, que possam ter mais policiais combatendo os crimes de forma preventiva e ativa e que as pessoas pudessem ter mais sensibilidade com o seu próximo, onde todos estes resultados positivos pudessem alcançar não somente o meu bairro mas toda a cidade de Uberlândia e região".

(Continua)

Opinião da população sobre estratégias para diminuir a criminalidade violenta em Uberlândia	
Categorias	Codificação (Unidades de registro - Frase)
Políticas e aparatos de segurança pública	<p>25. "Construir um Posto Policial".</p> <p>26. "Fechamento de bares, casas noturnas, etc depois das 00:00 horas".</p> <p>27. "Maior contingente policial e mais seriedade da polícia. Nem sempre somos atendidos com presteza e agilidade. A impressão que se tem é de que a PM aparece mais para multar carros com documentos atrasados em blitz do que garantir a segurança da população".</p> <p>28. "Mais polícia nas ruas".</p> <p>29. "Mais policiamento".</p> <p>30. "Medidas também precisam ser adotadas para melhorar as condições de segurança das nossas ruas, aumentando a vigilância, o policiamento e os cuidados individuais que cada um precisa ter".</p> <p>31. "Melhorar a iluminação e o patrulhamento na saída dos bairros, com a instalação de postos fixos da polícia".</p> <p>32. "O poder público deveria desenvolver programas de recuperação de viciados e programas sociais com crianças e adolescentes para evitar que eles permaneçam nas ruas e tenham contato com drogas".</p> <p>33. "Penso em programas que interajam associação de bairro, Igreja, comerciantes e Polícia Militar e Civil para que criem programas de segurança solidária, disque denúncia".</p> <p>34. "Poderia se investir mais no policiamento no bairro (aumentando as viaturas)".</p> <p>35. "Poderia ter mais polícia rondando pelas ruas".</p> <p>36. "Policiamento efetivo nas ruas olhando mais do que os veículos e o trânsito".</p> <p>37. "Policiamento em horários mais certos".</p> <p>38. "Policiamento mais ostensivo (e preventivo)".</p> <p>39. "Posto policial no bairro".</p> <p>40. "Políticas Públicas, os governos, de um modo geral, deveriam parar de fazer tantas obras desnecessárias e investirem mais em segurança. Na verdade em educação e posteriormente em segurança. Uma educação, pautada na cidadania e no respeito ao próximo, com profissionais altamente qualificados para ensinar, educar e até mesmo cuidar, desde a educação infantil".</p> <p>41. "Presença de policiais".</p> <p>42. "Programas de prevenção a violência".</p> <p>43. "Programas de prevenção da violência são ótimas alternativas, mas é necessário que a própria população tenha conhecimento desses programas para que os mesmos possam funcionar com mais efetividade".</p> <p>44. "Ter mais policiais fazendo patrulha pelas ruas".</p> <p>45. "O uso de mais inteligência na polícia poderia prevenir mais crimes".</p>
Políticas públicas e sociais	<p>1. "E para diminuir a violência de uma forma geral, é necessário tirar as nossas crianças das ruas, é necessário dar a elas oportunidades de estudo e aprendizado, uma vez que o que gera a violência são as drogas, e, se as crianças forem afastadas das ruas, elas serão afastadas das drogas, o que, consequentemente, fará com que a violência diminua".</p> <p>2. "Diminuir a desigualdade social e oportunizar lazer e cultura".</p> <p>3. "Investimentos em áreas urbanização, com maiores opções de vias de acesso ao bairro, opção de horário de transporte coletivo estendido após a meia noite, do centro da cidade ao bairro e vice-versa; 2 - Investimentos em saneamento básico com escoamento da água pluvial nas vias de acesso ao bairro (devido à precariedade desses facilita a ação de vandalismo e crimes); 3 - Investimento na área de lazer e entretenimento, mesmo possuindo o poliesportivo do Parque Santa Luzia, existe pouco uso desses espaços. Outra opção é o Sesi Gravatás que não é acessível a todos os interessados. A presença do Parque de exposição não oferece acessibilidade à comunidade local devido aos custos elevados dos shows. Não há espaços para caminhada, etc, dessa forma restam apenas os bares, pizzaria, etc".</p> <p>4. "[...] programas educativos e ocupacionais para as pessoas, criação de áreas de entretenimentos para adolescentes e para crianças".</p> <p>5. "[...] educação de qualidade".</p> <p>6. "[...] incentivo a programas sociais ligados a esportes e informática para jovens de baixa renda dentre outros".</p> <p>7. "Deveria também existir mais programas que preparem os jovens para o mercado de trabalho e mais incentivo às empresas para que contratem esses jovens e também invistam em sua formação".</p> <p>8. "Incentivo à prática de esportes".</p> <p>9. "[...] um trabalho digno".</p> <p>10. "Educação é primordial".</p> <p>11. "[...] ação de políticas educacionais que abranjam os alunos o dia todo, oferecendo ensino de qualidade, esporte para a descoberta de valores, lazer, e, principalmente, ensino profissionalizante, o ensino da ética e da moral, tendo professores capacitados a serem modelos principais e fiéis guardadores destes modelos e uma remuneração digna das suas responsabilidades, se não a mais excelente, mas com certeza está entre elas".</p> <p>12. "Penso que o problema é estrutural, visto que é decorrente de questões maiores, como a má-distribuição de renda, desemprego e drogas. Em relação à segurança pública, acho que há muito a ser feito".</p> <p>13. "Programas sociais, como retiradas de crianças da rua, as escolas e a sociedade se envolvendo mais, escolas protegidas pela polícia, pois existe uma evasão escolar por causa da violência e das drogas dentro das escolas".</p> <p>14. "[...] realização de programas de educação continuada junto a comunidade, a fim de diminuir o índice de criminalidade, combatendo os marginais e também educando a população. Salientando que condições básicas de educação, saúde, moradia e trabalho são requisitos fundamentais para a diminuir a violência no bairro".</p> <p>15. "Em relação a cidade, acho que uma política educacional e cultural mais ampla, com mais atividades culturais e esportivas nos bairros deveria ajudar bastante. O uso de mais inteligência na polícia poderia prevenir mais crimes. Uma melhoria social geral nos pais deveria também melhorar a situação de violência na cidade".</p> <p>16. "Realização de programas de educação continuada junto a comunidade, a fim de diminuir o índice de criminalidade, combatendo os marginais e também educando a população. Salientando que condições básicas de educação, saúde, moradia e trabalho são requisitos fundamentais para a diminuir a violência no bairro".</p> <p>17. "Acho que uma política educacional e cultural mais ampla, com mais atividades culturais e esportivas nos bairros deveria ajudar bastante".</p> <p>18. "Uma melhoria social geral nos pais deveria também melhorar a situação de violência na cidade".</p> <p>19. "O problema aqui ou em qualquer lugar seria resolvido com educação em todas as suas variáveis".</p> <p>20. "Creches e escolas de período integral acredito que seriam um grande passo. Recuperar praças que hoje estão abandonadas para a prática de lazer. Acredito que a saída está na educação, no esporte e no lazer".</p> <p>21. "A educação é o jeito mais rápido para acabar com a violência, isso a nível de Brasil, é necessário que cada um tenha consciência dos próprios atos".</p> <p>22. "Acredito que a ocupação profissional, escolar e lazer é um começo, mas a ruína do império da violência exige o empenho de cada indivíduo".</p>
Palestras educativas	<p>1. "[...] poderia ter mais programas educativos, culturais, entre outros para as crianças não ficarem tanto na rua, porquanto serão os cidadãos do futuro e para os que já estão aí, que sejam punidos com mais rigor".</p> <p>2. "[...] reuniões para orientação de como prevenir roubos".</p> <p>3. "Acho que poderiam ser oferecidas palestras aos moradores de como proceder em alguns casos de ocorrências".</p> <p>4. "Educadores fazendo palestras nos bairros, praças e colégio".</p> <p>5. "Ter palestras de prevenção a assaltos".</p>

(Continuação)

Opinião da população sobre estratégias para diminuir a criminalidade violenta em Uberlândia	
Categorias	Codificação (Unidades de registro - Frase)
Relações familiares	<ol style="list-style-type: none"> 1. "[...] ajuste dos laços com sua família. Tem de dar carinho, dialogar, investir no bem-estar emocional de quem mora com você. É nesse ambiente que se consolidam valores morais. Também é em casa que o ser humano começa sua relação com Deus". 2. "[...] bom começar dentro dos lares, ocorrendo uma harmonia entre filhos e pais. Pais tendo condições de sustentarem suas famílias, filhos podendo ter uma educação de qualidade, porque assim, eles terão um caráter reflexivo, podendo pensar sobre suas ações. Diante disso, é interessante que os órgãos de segurança pública estejam atentos não só na teoria, mas na praticidade e agindo conforme a necessidade de cada local". 3. "[...] reestruturação das famílias". 4. "[...] uma família estruturada". 5. "Acredito que a violência começa na família, então, esta deveria ser melhor orientada, os pais deveriam lidar melhor com seus filhos, dar-lhes atenção, educação, presença e exemplos bons. Infelizmente, as crianças estão crescendo sem rumo". 6. "Não só em meu bairro, mas no mundo. Acho que tudo é muito mais que fazer uma reunião e discutir fatos que ocorrem no momento, trazendo assim soluções só imediatas. O trabalho deve começar a ser feito nas famílias, quando se tem uma boa estrutura familiar, você tem boas pessoas. Então, de nada adianta resolver o momento, temos que fazer para termos segurança em longo prazo". 7. "O problema começa na educação dos indivíduos que cometem tais atos, ou seja, a solução ou prevenção tem que começar quando está sendo formado o cidadão". 8. "O trabalho deve começar a ser feito nas famílias, quando se tem uma boa estrutura familiar, você tem boas pessoas. Então, de nada adianta resolver o momento, temos que fazer para termos segurança em longo prazo".
Não há necessidade de intervenção	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Acho que a situação em meu bairro está boa". 2. "Não há índice de violência que necessite de um programa".

(Conclusão)

Quadro 24 – O que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro onde você mora e em Uberlândia?

A análise das entrevistas permitiu concluir que, para os moradores de Uberlândia, a violência é um fenômeno presente em toda a cidade, com mais intensidade em alguns bairros, cujos fatores determinantes para o seu agravamento estão condicionados, sobretudo, à presença ou ausência de elementos específicos, como as condições do espaço (iluminação, terrenos baldios, lugares ermos) e à escassez e/ou ineficiência das políticas públicas sociais e de segurança (aparato policial, patrulhamento, punição de infratores, prevenção da violência, educação, trabalho, desigualdades sociais, dentre outros). O medo, por sua vez, é apresentado como a principal consequência da criminalidade violenta. Medo este que priva a liberdade de sair de casa e de circular pela cidade, sobretudo à noite e em locais pouco movimentados. Medo de deixar a casa sozinha, e ser assaltado. Medo que provoca traumas e aprisiona, sobretudo por temer transitar por locais considerados violentos, como perto de rios, córregos, rodovias e pontos específicos do bairro, onde se percebe uma atuação maior dos criminosos:

"Mais na parte de trás do bairro, onde faz limite com um bairro mais violento, o bairro Canaã". (Entrevistado bairro Jardim das Palmeiras).

"[...] tem um lugar chamado 'antiga favelinha', dizem que lá é perigoso, por isso nunca fui". (Entrevistado bairro Tibery).

"[...] Existe um 'cantinho do bairro' (perto do Estádio Airton Borges) que se fala que é o reduto das drogas. Esse lugar evitamos passar". (Entrevistado do bairro Tibery).

“Tenho medo de andar nas ruas mais afastadas da minha casa, mais ao fundo do bairro, em horários muito tardios. Se bem que, mesmo próximo à minha rua já fui abordada por um mau elemento”. (Entrevistado bairro Jardim das Palmeiras).

Já a insegurança é um fator relacionado, principalmente à violência percebida no bairro, atuando, também, como um elemento intensificador do medo. Para os entrevistados, ela se intensifica com a pouca atuação e/ou ineficiência da segurança pública local (patrulhamento em locais considerados violentos, no bairro, e atuação em horários mais críticos, como a noite e a madrugada). A segurança pública, portanto, não é o principal elemento que leva o morador a gostar do bairro onde mora, mas sim a afetividade para com os vizinhos, a família e o lugar, bem como os fatores locacionais (proximidade do trabalho, da família, do comércio, das áreas de lazer, dentre outros).

Como forma de minimizar os efeitos negativos causados pela violência, a população sugeriu que fossem estabelecidas políticas públicas sociais e de segurança nos locais mais necessitados. Dentre as políticas sociais estão aquelas voltadas para a educação, a minimização das desigualdades sociais e inclusão social da população desprovida de direitos constituídos por lei: saúde, lazer, trabalho, tal como presente na Constituição Federal Brasileira de 1988. Sobre isso, a fala de dois entrevistados do bairro Granada e Planalto, representam muito bem o que deve ser feito pelo poder público para prevenir a violência:

“Investimentos em áreas urbanização, com maiores opções de vias de acesso ao bairro, opção de horário de transporte coletivo estendido após a meia noite, do centro da cidade ao bairro e vice-versa; 2 - Investimentos em saneamento básico com escoamento da água pluvial nas vias de acesso ao bairro (devido à precariedade desses facilita a ação de vandalismo e crimes); 3 - Investimento na área de lazer e entretenimento [...]”. (Granada).

“[...] criação de programas de recuperação dos viciados e reestruturação das famílias; a criação de políticas educacionais que abranjam os alunos o dia todo; oferecendo ensino de qualidade, esporte para a descoberta de valores, lazer, e, principalmente, ensino profissionalizante, o ensino da ética e da moral, tendo professores capacitados a serem modelos principais e fiéis guardadores destes modelos e uma remuneração digna das suas responsabilidades [...]”. (Entrevistado bairro Planalto).

Quanto às políticas de segurança pública foram destacadas, principalmente, ações com vistas ao policiamento ostensivo, aumento do efetivo policial, construção de postos da polícia militar, estabelecimento de programas de recuperação de usuários de drogas, combate ao tráfico de drogas:

“Poderia se investir mais no policiamento no bairro (aumentando as viaturas), bem como a realização de programas de educação continuada junto a comunidade, a fim de diminuir o índice de criminalidade, combatendo os marginais e também educando a população. Salientando que condições básicas de educação, saúde, moradia e trabalho são requisitos fundamentais para a diminuir a violência no bairro”. (Entrevistado bairro Saraiva).

“Combate com maior intensidade ao tráfico de drogas, principalmente nos pontos de vendas, evitando desta forma que adolescentes se envolvam com essa atividade, bem como com os furtos. Programas de prevenção da violência são ótimas alternativas, mas é necessário que a própria população tenha conhecimento desses programas para que os mesmos possam funcionar com mais efetividade”. (Entrevistado bairro Brasil).

É importante ressaltar que as políticas de segurança pública foram mais citadas pelos entrevistados do Setor Oeste e Sul, os mais violentos de Uberlândia. Verifica-se, portanto, que a população percebe a violência no local, bem como a sua gravidade, o que a leva a propor ações de combate à criminalidade, como o patrulhamento ostensivo e o aumento do efetivo policial. As políticas sociais, também citadas com intensidade pelos entrevistados dos referidos setores, atuam como medidas de prevenção primária e secundária, direcionadas, respectivamente às carências estruturais e à redução dos fatores sociais e econômicos que propiciam a ocorrência de ações criminosas.

A análise das entrevistas permitiu verificar uma relação direta entre a situação da violência revelada pelas estatísticas na cidade de Uberlândia, e a percepção da população acerca da mesma. Os entrevistados que moram em bairros cuja violência apresentou-se elevada no período de 1999 a 2010, foram unânimes em afirmar a ocorrência de atos violentos, como roubos, homicídios, tráfico de drogas, dentre outros. Por outro lado, o medo e a insegurança dos moradores se revelaram como elementos intrínsecos à realidade da violência local, mas também como fenômenos ligados à violência imaginada, já que os entrevistados de alguns bairros menos violentos da cidade apresentaram sua tensão frente à violência e à ausência de segurança, apesar de as estatísticas oficiais não destacarem o bairro como um ponto de risco à vitimização por violência.

O próximo tópico trará uma discussão sobre a estrutura da segurança pública em Uberlândia. O objetivo é apresentar uma caracterização da atuação dos órgãos responsáveis pela segurança, destacando as estratégias e ações implementadas para combater e prevenir a violência, com o intuito de aproximá-la da percepção que os sujeitos participantes da pesquisa têm do seu exercício.

7.2 Segurança pública e ações de controle e prevenção à criminalidade em Uberlândia

A segurança pública da cidade de Uberlândia encontra-se estruturada a partir da 9ª. Região da Polícia Militar (RPM), constituída do 17º e do 32º Batalhões de Polícia Militar, 2ª Companhia de Missões Especiais, 9ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Rodoviário e a 2ª Companhia Aérea, ambas com sede em Uberlândia, exceto as três últimas, que atuam em toda a extensão territorial da 9ª RPM. Localiza-se na cidade a 1ª. Delegacia Regional da Polícia Civil (DRPC), antiga 16ª interditada pela Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos da Assembléia devido a problemas na estrutura física. Ela abriga oito delegacias que devem ser descentralizadas para outros bairros. Há previsão de instalação da 2ª. DRPC, cuja estrutura deverá ser implantada na 9ª. Região Integrada de Segurança Pública (RISP) e funcionará juntamente com o 32º BPM, abrangendo os setores Leste e Norte, enquanto a 1ª DRPM atuará em conjunto com o 17º BPM nos setores Sul e Oeste (BOENTE, 2011^b).

O 17º BPM foi fundado em 1982, e atualmente com sede no bairro Santa Mônica, encontra-se dividido em cinco companhias: 91ª, 148ª, 158ª, 170ª e 199ª. O 32º BPM é mais recente, tendo sido criado em 1999. Divide sua sede com a 9ª. Região Integrada de Segurança Pública (RISP) no bairro Jardim Patrícia. Também se divide em cinco companhias: 92ª, 109ª, 169ª, 171ª e 200ª (BDI, 2009).

De acordo com informações contidas no site da 9ª. RPM, o objetivo de ambos os batalhões é executar atividades de polícia ostensiva de prevenção criminal através do policiamento comunitário, escolar e da realização de palestras em escolas por meio do grupo de teatro Trânsito Livre e do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Cada companhia da Polícia Militar possui Postos de Policiamento Comunitário (PPC) e Postos Integrados de Segurança Pública (PISC). Os PPCs são mais antigos em Uberlândia, pois foram estruturados na década de 1980, quando o 17º Batalhão foi instalado na cidade. Os PISCs, por sua vez, foram instalados em 2001, e atualmente a cidade se dispõe de seis unidades, mas apenas cinco estão em funcionamento. A diferença entre eles reside na estratégia de segurança desempenhada por cada um.

No PPC desenvolve-se um policiamento em parceria com a comunidade, por meio de estratégias que visam a aproximação, presença, permanência, envolvimento e compromisso do policial com o local de trabalho e com a comunidade, com vistas à preservação da ordem pública, da vida e do patrimônio do cidadão. A premissa é a de que as ações de prevenção do crime e a manutenção da segurança pública não é apenas dever do Estado, mas também da comunidade. As ações desenvolvidas visam à prevenção de delitos, cujas estratégias são estabelecidas a partir da identificação dos locais, horários, pessoas ou circunstâncias propícias à ocorrência de delitos. Conforme Mesquita Neto (2004) esta filosofia de policiamento entrou em vigor a partir das décadas de 1970 e 1980, concomitante a inovações na estrutura, funcionamento e na forma de como lidar com a criminalidade, promovidas por organizações policiais de diversos países da América do Norte e da Europa Ocidental.

O PISC, por sua vez, é uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Polícia Militar, cujas ações são estabelecidas a partir da Superintendência de Defesa Social do município, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho. O objetivo do PISC é consolidar o acesso à cidadania por meio da prestação de serviços de caráter jurídico, social e psicológico através de assistentes sociais, policiais militares e psicólogos. Desenvolve, também, ações de policiamento comunitário e prevenção ao crime a partir da implementação de atividades de lazer e cultura. A Prefeitura Municipal (PMU, 2010) ressalta que os PISCs

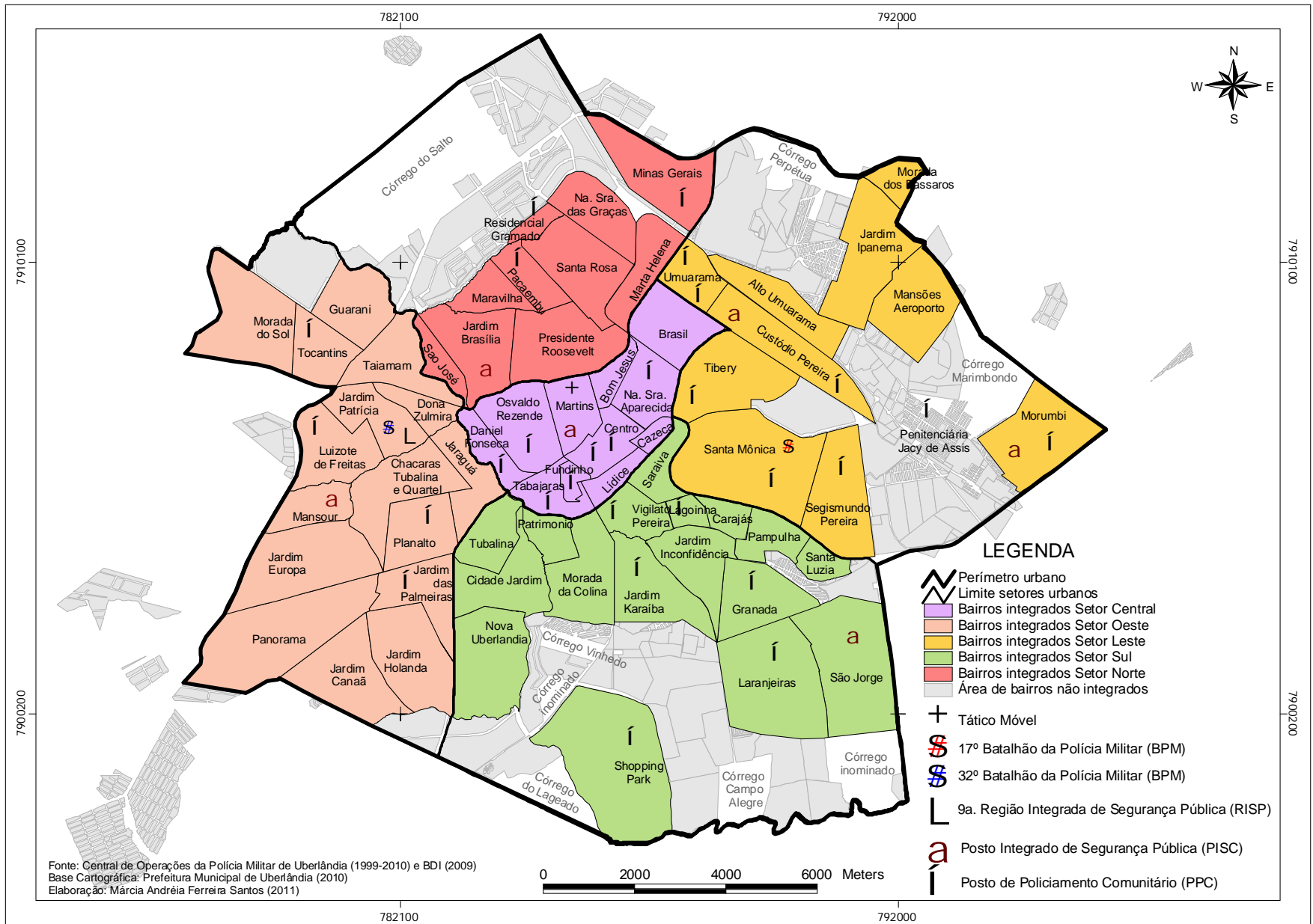
[...] prestam atendimento à comunidade no sentido de reduzir a distância entre o poder público e o cidadão, através da integração entre os órgãos e serviços com a comunidade; garantir atendimento personalizado às pessoas de maneira a envolver a comunidade, entidades e lideranças, em uma relação de parceria e co-responsabilidade; oferecer atendimento integrado com a participação de profissionais das áreas de direito, serviço social e psicologia, juntamente com a Polícia Militar; prestar serviços de forma integrada e imediata, garantindo o acesso das pessoas aos serviços públicos; desenvolver projetos de assessoria jurídica popular, descentralizando a prestação jurisdicional, incluindo conciliadores civis, para resolução de conflitos de menor complexidade e, ainda, promover cursos de formação para cidadania, procurando desenvolver na população a consciência de seus direitos e deveres como forma de prevenção dos conflitos.

A distribuição das companhias, dos PPCs e PISCs e da 9ª RISP em seus respectivos batalhões pode ser visualizada no Quadro 25 e no Mapa 45:

Batalhão	Companhias	Postos	Bairro	Setor	Quantidade
17º. Batalhão da Polícia Militar	91ª. Cia PM	PPC (2 postos)	Centro	Central	1
	148ª. Cia PM	PPC	Lagoinha	Sul	5
			Granada		
			Laranjeiras		
			Jardim Karaíba		
			Shopping Park		
	158ª. Cia PM	PPC	Umuarama (2 postos)	Leste	7
			Tibery		
		PISC	Custódio Pereira		
		PISC	Morumbi		
	PPC (2 postos)				
	170ª. Cia PM	PPC	Santa Mônica	Leste	2
			Segismundo Pereira		
		PPC	Vigilato Pereira	Sul	2
PISC		São Jorge			
199ª. Cia PM	PPC	Nossa Senhora Aparecida	Central	1	
32º. Batalhão da Polícia Militar	92ª. Cia PM	PPC	Minas Gerais	Norte	4
			Pacaembu		
			Residencial Gramado		
		PISC	Jardim Brasília		
	109ª. Cia PM	PPC	Luizote de Freitas	Oeste	3
			Tocantins		
		PISC	Mansour		
	169ª. Cia PM	PPC	Planalto	Oeste	2
			Jardim das Palmeiras		
	171ª. Cia PM	PISC	Martins	Central	1
		Setor Militar	Osvaldo Resende		4
			Daniel Fonseca		
			Fundinho		
			Tabajaras		
200ª. Cia PM	Tático Móvel	Martins	Central	1	

Quadro 25 - Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das Companhias da Polícia Militar – 2009.

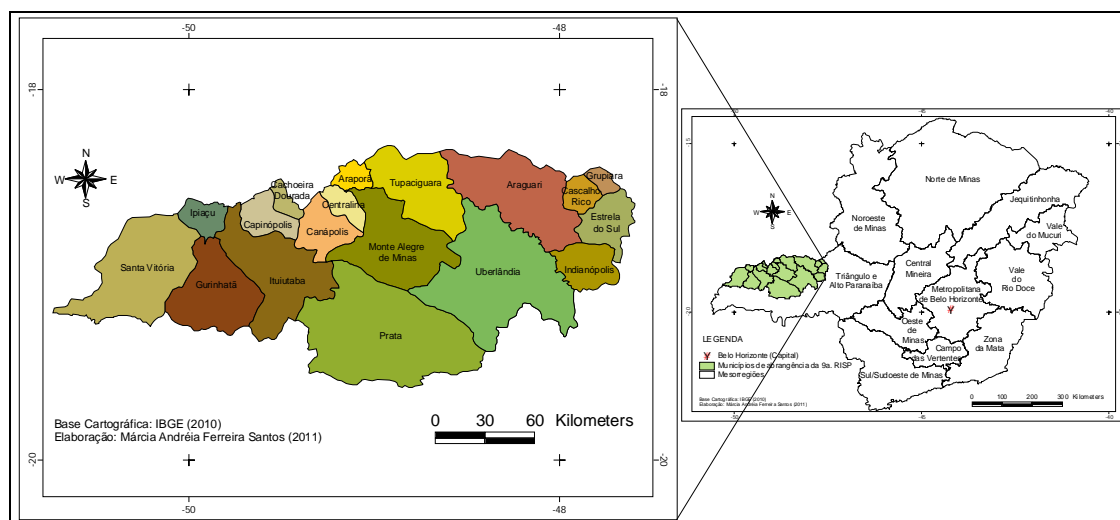
Fonte: BDI (2009); PMU (2011).



Mapa 45 – Cidade de Uberlândia: Localização dos postos de Segurança Pública: 2009.

A distribuição espacial das unidades responsáveis pela segurança pública na cidade é estabelecida a partir de estudos da criminalidade. Como é possível observar no quadro e no mapa apresentados anteriormente, a maioria dos postos da Polícia Militar situa-se no Setor Central (8 unidades) e Leste (10 unidades), que pode ser explicado pelo fato de nestes dois setores terem se destacado a maior ocorrência de crimes violentos entre 1999 e 2010. Já o Setor Oeste, que apresentou elevadas ocorrências de crimes violentos e de eventos relacionados às drogas apresenta alguns bairros sem a presença de unidades físicas, como os PISCs ou PPCs. Essa ausência de postos da polícia também é verificada no Setor Norte, Leste e Sul; entretanto, a cobertura da segurança é realizada por meio do policiamento ostensivo ou pelo GEPAR.

A cidade de Uberlândia também dispõe, desde 2008, da 9ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), sendo esta a segunda de Minas Gerais. A primeira foi instalada em Belo Horizonte em 2005. A RISP é uma unidade estratégica de trabalho conjunto da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros. Nela são planejadas ações de segurança para dezoito municípios do Triângulo Mineiro, a saber: Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Estrela do Sul, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacu, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Prata, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia (Mapa 46).



Mapa 46 – Localização dos municípios de abrangência da 9ª. RISP - 2010.

Fonte: Boente (2011^b); Org.: Santos (2011).

Outras estratégias de nível regional estão sendo estabelecidas pela Polícia Militar no Triângulo Mineiro, através da Secretaria Estadual de Defesa Social. Tais ações são importantes porque a criminalidade violenta se estrutura no espaço a partir de redes estrategicamente estabelecidas. O tráfico de drogas é um exemplo claro disso, que se utiliza da estrutura oferecida pelo espaço, como aquela destinada à circulação de pessoas, produtos e serviços para empreender o “seu negócio”. Recentemente, Ituiutaba e Araguari receberam batalhões da Polícia Militar, pois segundo Crovato (2011), os dois municípios vêm apresentando crescimento populacional e econômico, o que influencia toda a mesorregião do Triângulo Mineiro. Nesse sentido, uma preocupação da Secretaria Estadual de Segurança Pública, bem como da Secretaria Estadual de Defesa Social é que, com esse desenvolvimento ocorra, também, o crescimento da criminalidade devido à sua migração para outros municípios limítrofes.

Já se observa um incremento da criminalidade em Ituiutaba, que faz parte da rede do tráfico de drogas (RIBEIRO; CARVALHO, 2009; DIÁRIO DO PONTAL, 2011). Esta entra no Triângulo Mineiro, sobretudo devido à sua posição geográfica estratégica. De igual modo, o município de Araguari limita-se com o Estado de Goiás, sendo um local de passagem obrigatório para quem sai de Uberlândia em direção ao referido estado. Isso facilita o escoamento de drogas para outras partes do Brasil, o que também se torna uma preocupação para as autoridades voltadas para a manutenção da Segurança Pública sendo, dessa forma, uma questão que extrapola as fronteiras municipais e estaduais, constituindo-se num problema que necessita de intervenção conjunta dos órgãos de segurança federais e estaduais.

Em entrevista ao programa televisivo Minas Urgente, da Band, o Coronel Dilmar Crovato, comandante da 9ª. RISP, falou sobre a implantação de dois batalhões em Ituiutaba e Araguari, que beneficiarão, também, Uberlândia e outros municípios do Triângulo Mineiro, no que tange à prevenção da criminalidade:

“[...] o que se estabelece em Ituiutaba e Araguari é uma política que vem sendo desenvolvida no Estado, uma política de segurança pública que visa fortalecer todas as regiões do Estado com destaque para as regiões limítrofes, e também identificando cidades que têm um potencial de crescimento que demonstram aí uma expectativa em termos de desenvolvimento que já demandavam à Polícia Militar uma presença mais efetiva, uma presença mais próxima da Polícia Militar junto às comunidades. Então, num primeiro momento, esse fortalecimento das regiões fronteiriças indica realmente um obstáculo da migração do crime, principalmente desse crime interestadual, mediante de outro Estado que possam ter no Triângulo Mineiro, mais precisamente em Uberlândia e demais cidades o local para sua atuação. O fortalecimento das frações policiais através da

instalação dos batalhões, e, futuramente, com mais policiais, mais equipamentos, vários desses eventos serão cobertos pelas próprias unidades, permitindo que a tropa, permitindo que os militares de Uberlândia continuem desenvolvendo o seu trabalho de maneira direta e constante aqui em Uberlândia. A proposta de instalação desses dois batalhões antecede a qualquer desses fatores. Essa discussão já se arrasta de muito tempo. Estudos técnicos foram apresentados ao Comando da corporação, foram apresentados ao Governador do Estado, e foi demonstrado, realmente, o crescimento populacional de todas as duas áreas, das duas cidades e regiões que elas compreendem a nível de articulação da Polícia Militar. Observou-se, também, o crescimento econômico dessas regiões, as expectativas de crescimento que estão aí constantes e presentes e toda a potencialidade do Triângulo Mineiro. E posso dizer a você que a instalação desses dois batalhões não é um fator exclusivo do Triângulo Mineiro, outras três unidades foram também instaladas a nível de batalhão, e que representam todas as considerações iniciais que eu falei”.

As regiões fronteiriças de estados e municípios são pontos importantes que também devem receber atenção no que se refere ao estabelecimento de estratégias de prevenção. Isso porque o crime é um fenômeno que migra no espaço, fator bem lembrado por Crovato (2011), e diante de fragilidades observadas na segurança pública, tais como a ausência e/ou ineficiência de controle, sobretudo por parte das forças armadas, o crime pode se estabelecer nessas áreas, atraindo para si outros espaços fragilizados constituindo-se, fortalecendo-se e se estabelecendo no local.

O trabalho conjunto da Polícia Militar e Prefeitura Municipal vem apresentando resultados satisfatórios no controle da incidência de diversos crimes na cidade. Em entrevista, Crovato (2009) ressalta que essa parceria se estabeleceu em 2004, e desde então tem permitido à Polícia Militar a sua atuação através da construção de PPCs e locação de imóveis por parte da Prefeitura para a instalação de Companhias, com o objetivo de manter a presença ostensiva da Polícia Militar e o desenvolvimento de ações preventivas no local, o que permitiu

[...] registrar decréscimos da violência em todos os rincões, em todas as comunidades e locais de Uberlândia. Expandimos ações na zona rural: patrulhamento rural, postos policiais em Martinésia, fortalecemos Tapuirama. E a tendência é que a presença policial militar e a parceria com o município de Uberlândia ela aumente, e aumente, volto a dizer, com o propósito de a gente servir e proteger com qualidade e efetividade toda a comunidade [...].

Dentre os trabalhos e projetos desenvolvidos estão o Fica Vivo, Sistema Olho Vivo, Anjos da Escola, Programa de Educação e Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), Jovens Construindo a Cidadania (JCC), SOS Mulher Família e os Núcleos de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente (NAICA) (Quadro 26). Alguns destes serão comentados de forma mais detalhada a seguir.

Programa de prevenção e combate ao crime	Ano de instalação	Objetivo	Ações	Responsáveis	Local de Execução	Resultados	Limitações
<i>SOS Mulher Família</i>	1997	Atender vítimas de violência conjugal e intrafamiliar.	Atendimento gratuitamente, por meio de profissionais da área social, psicológica e jurídica.	Atividades desenvolvidas em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia e a Prefeitura Municipal.	Sede situada no bairro Lídice, mas atende a demanda de todo o município de Uberlândia.	Atende 150 casos mensalmente, sendo a maior parte agressões físicas, espancamentos e ameaças entre casais.	É um projeto que só traz benefícios.
<i>Programa Fica Vivo</i>	2005	Combate e prevenção aos homicídios, destinado a adolescentes e jovens com idade entre 12 e 24 anos.	Articulação de órgãos públicos e não-governamentais, com vistas à oferta de serviços de saúde, educação, assistência social e segurança pública; criação de oportunidades no campo da educação, cultura, lazer e profissionalização para a população-alvo; melhoria do policiamento comunitário e do Grupamento Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR).	Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG); Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP) da Fundação João Pinheiro.	Bairro Morumbi	Diminuição do número de homicídios e de outros crimes, como roubos.	Migração da criminalidade para áreas que não possuem o programa e/ou outras estratégias de segurança pública eficazes.
<i>Programa de Educação e Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)</i>	2005	Prevenção ao uso de drogas e à violência entre crianças, adolescentes e jovens.	Visitas dos policiais militares às escolas para realizarem palestras, conhecidas como as 10 Lições do PROERD, para incentivar a autoestima, cultivo da felicidade, controle de tensões e civilidade. Além disso, são ensinadas técnicas de autocontrole e resistência às pressões dos companheiros, às formas de oferecimento de drogas por pessoas estranhas e à violência de forma geral.	Polícia Militar, Conselho Comunitário de Segurança Pública e Prefeitura Municipal de Uberlândia.	Escolas	90% das crianças e jovens que passam pelo programa não se envolvem com drogas ou violências, e desde que foi instalado o programa já beneficiou cerca de 55 mil crianças, adolescentes e jovens.	É um projeto que só traz benefícios aos participantes.
Núcleos de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente (NAICA).	2005	Retirar crianças e adolescentes das ruas e resgatar valores, como trabalho, civismo e família	Atividades que possibilitam a socialização e o fortalecimento das relações afetivas, melhorando o relacionamento familiar e estimulando o processo socioeducativo de seus participantes. São oferecidas oficinas lúdicas, culturais, recreativas, esportivas e artísticas, que contribuem para a diminuição dos índices de violência e criminalidade nesta faixa etária.	Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDESE).	Jardim Célia, Lagoinha, Loteamento Campo Alegre, Luizote de Freitas, Mansour, Marta Helena, Morumbi, Segismundo Pereira, Tibery e Tubalina.	Atendem 1.460 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 11 meses, no período extra-escolar.	É um projeto que só traz benefícios aos participantes.
<i>Anjos da Escola</i>	2007	Redução dos índices de violência e criminalidade nos estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus da cidade.	Projeto de proteção e presença ativa em todas as escolas municipais, estaduais e particulares, por meio da Patrulha Escolar realizada por Polícias Militares.	Prefeitura Municipal de Uberlândia, Polícia Militar e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).	Escolas, priorizando aquelas com maior incidência criminal e situadas em áreas de grande risco social.	Cobre todo o município de Uberlândia, dividido em oito subáreas de atuação. Cada subárea abrange 25 escolas, dispondo de uma viatura nos turnos manhã, tarde e noite.	É um projeto que só traz benefícios aos participantes.
<i>Sistema Olho Vivo</i>	2008	Prevenção aos crimes violentos.	Videomonitoramento a partir da instalação de 72 câmeras.	Polícia Militar e Prefeitura Municipal de Uberlândia.	Setor Central (Hipercentro)	Queda de 50% dos roubos na área monitorada.	Migração do crime para locais sem monitoramento.
<i>Jovens Construindo a Cidadania (JCC)</i>	2009	Prevenção ao uso de drogas e à violência	Promoção de ações de prevenção às drogas e à violência, dando sequência ao PROERD.	Polícia Militar, Prefeitura Municipal de Uberlândia e ONG JCC Brasil.	Desenvolvido em dez escolas municipais.	Atende cinco mil alunos de dez escolas municipais supervisionadas pelo 17º e o 32º BPM.	Destina-se apenas às escolas municipais.
<i>Programa de Prevenção a Homicídio (PPH)</i>	Previsão de implantação até junho de 2012	Prevenção aos homicídios	Patrulhamento ostensivo com vistas à prevenção de homicídios em áreas de risco	Polícia Militar, Delegacia de Homicídios	Áreas de risco (bairros com maior incidência de mortes violentas)	Implantado recentemente	Migração dos homicídios para locais não assistidos

Quadro 26 – Cidade de Uberlândia: Algumas ações de prevenção à criminalidade violenta desenvolvidas pela Segurança Pública.

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia – PMU, Central de Operações da Polícia Militar – COPOM (2011).

Como forma de conter a elevação dos homicídios foi instalado, em Uberlândia, no ano de 2005, o Programa Fica Vivo, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Belo Horizonte (CRISP/UFMG). Conforme Silveira, Silva e Beato Filho (2008, p.79-80),

O principal objetivo do Fica Vivo é a redução do número de homicídios. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: 1) fortalecer a mobilização da comunidade, 'empoderando-a' para a resolução de problemas de segurança pública; 2) articular agências públicas e organizações não-governamentais que operam no plano local, otimizando a oferta de serviços de saúde, educação, assistência social e segurança pública, criando uma rede de proteção social e potencializando, assim, a intervenção estatal; 3) oferecer oportunidades no campo da educação, cultura, lazer e profissionalização para a população-alvo do programa; 4) estabelecer ambiente de debate em torno dos problemas de segurança; 5) reduzir o medo; 6) melhorar o policiamento na comunidade.

O Programa, instalado inicialmente no bairro Morumbi, atende mais de quinhentos adolescentes e jovens com atividades esportivas, culturais e de saúde, com o objetivo principal de afastá-los da criminalidade violenta. Entretanto, ainda se observa uma elevação no número de ocorrências de homicídios na cidade. Um dos fatores que fazem com que se elevem os casos é, justamente, o tráfico de drogas, que se encontra em ascensão, fazendo com que os homicídios também aumentem. No ano de 2010 foram registrados 108 homicídios em Uberlândia, e até o dia 11 de novembro de 2011 já haviam ocorrido 163 casos, representando um aumento de 50,93% em relação a 2010.

Os projetos, programas ou estratégias que visam à diminuição de homicídios devem ser estruturados levando-se em consideração, sobretudo, o elemento integração, ou seja, somente serão eficazes aquelas intervenções que considerarem o espaço de forma integrada, indivisível. Não há como ter êxito um projeto que não veja a cidade como a totalidade social. O próprio tráfico de drogas a vê dessa forma, e pensando assim eles têm eficácia em seus negócios. Cada espaço urbano é muito bem aproveitado e utilizado pelo crime organizado, e se assim não o for quando se estabelecem políticas de segurança pública, os resultados serão sempre negativos, e as falácias de diminuição da criminalidade, constantes.

Para controlar as ocorrências de roubos na cidade, foi instalado, em 2008, no Setor Central da cidade, o Programa Olho Vivo de videomonitoramento. O monitoramento das 72 câmeras instaladas é realizado pela Polícia Militar, e a operação das máquinas é feita por 42 civis contratados e distribuídos em cinco

equipes capacitadas pela Polícia Militar para detecção de possíveis suspeitos e de detalhes, como a postura e os trajes que possam direcionar a possíveis infratores (FERNANDES, 2009). As câmeras têm capacidade de girar 360° e de aproximar a imagem de até trezentos metros com nitidez. São, portanto, capazes de gerar imagens com alta definição que, segundo Corrêa (2008^b), são enviadas à sala de operações da PM, instalada no 17º Batalhão da Polícia Militar, nas quais podem ser observados detalhes, como placas de veículos. Entretanto, a lei não permite a divulgação das imagens, podendo ser utilizadas apenas em inquéritos policiais, quando requisitadas pelo Ministério Público, delegado de polícia ou por determinação judicial.

O valor do investimento no sistema de videomonitoramento foi de 17 milhões de reais, sendo R\$ 10,5 milhões por parte da Prefeitura Municipal, que deverá aplicá-lo num período de dez anos, e R\$ 6,5 milhões perfazem recursos do governo do Estado. Prevê-se a expansão desse projeto para os bairros Luizote de Freitas, Presidente Roosevelt, São Jorge, Taiaman e Distrito Industrial, onde se pretendem instalar 81 câmeras, a partir de um acordo firmado entre a União das Empresas do Distrito Industrial de Uberlândia (UNEDI) e a Polícia Militar. Calcula-se que as empresas devam investir 300 mil reais na aquisição e instalação das câmeras, já que o monitoramento será realizado pela Polícia Militar, como já tem sido feito com o videomonitoramento em funcionamento no centro da cidade. Estas áreas foram definidas, a priori, pela Polícia Militar, cujo critério de seleção utilizado foi o número de ocorrências de crimes verificado no local. O investimento será de mais de R\$ 10 milhões, mas ainda não há previsão para a instalação (SILVA, 2010).

Conforme o major Durango Lima, assessor de comunicação organizacional da 9ª Região da Polícia Militar de Uberlândia, a eficácia do videomonitoramento deve-se ao fato de o olho eletrônico permitir que o policiamento chegue mais rápido ao local do crime, possibilitando maior êxito na operação (Diagrama 4).



Diagrama 4 – Como funciona o sistema Olho Vivo.

Fonte: Silva (2005).

Dentre as estratégias de prevenção primária ao uso de drogas realizados em Uberlândia estão o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), que atua em escolas, e o Jovens Construindo a Cidadania (JCC). Diante da gravidade apresentada pela descentralização de territórios do tráfico na cidade, a Prefeitura Municipal de Uberlândia pretende criar, em janeiro de 2012, uma Secretaria Antidrogas. Com isso, a Superintendência de Defesa Social passará a ser uma secretaria de combate e prevenção ao uso de drogas, conforme declarou o prefeito Odelmo Leão à reportagem de Torres (2011), e terá o apoio da Secretaria Antidrogas de Curitiba, que há três anos iniciou suas atividades (TORRES, 2011). A reportagem supracitada afirma que, de acordo com dados da Polícia Civil regional, 80% dos homicídios registrados em Uberlândia no 1º semestre de 2011 estavam relacionados ao uso e tráfico de drogas.

Conforme afirmativa de Hamilton Klein, secretário da Antidrogas de Curitiba, a Secretaria encontra-se estruturada em nove programas de prevenção desenvolvidos em áreas pobres e de maior vulnerabilidade social, utilizando-se do esporte, lazer e cultura para afastar crianças, adolescentes e jovens do contato com as drogas. Para isso, foram escolhidos os dias e horários de maior incidência de ocorrências relacionadas ao fenômeno para realizar as atividades de prevenção. Após o seu funcionamento naquela cidade foi registrada queda de 28% dos casos de apreensão

de jovens por porte de drogas, vandalismo, agressões e pichações, que ocorrem, preferencialmente, às sextas-feiras e aos sábados, no horário entre as 21h e a 1h.

Mas será que existe uma correspondência entre a distribuição dos equipamentos e projetos de intervenção implementados pela segurança pública na cidade de Uberlândia e a percepção da população acerca da atuação dos mesmos? Analisando os bairros onde as ocorrências de crimes violentos (estupros, homicídios e roubos) e de eventos relacionados às drogas foram mais elevadas, percebe-se, em alguns deles um número pouco expressivo de equipamentos de segurança pública, tal como os PPCs, encarregados de realizarem o patrulhamento ostensivo e preventivo, e que no Setor Oeste são em pequena quantidade, se considerado o número de bairros existentes e as ocorrências de crimes violentos registradas no local. Em praticamente todo o Setor Oeste há bairros com elevado registro de crimes, a saber: Jardim Canaã, Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas, Planalto e Tocantins. Diferentemente, o Setor Sul, onde a criminalidade violenta e os eventos relacionados às drogas são mais intensos em apenas dois bairros - São Jorge e Lagoinha -, o número de PPCs e PISCs é mais elevado, respectivamente seis e três, conforme o Quadro 27.

Setor urbano	Crimes violentos e eventos relacionados às drogas ilícitas	Equipamentos de segurança pública	Programas de combate e prevenção à criminalidade violenta e ao tráfico e uso de drogas	O que a população diz a respeito ¹	
				Está satisfeito	Não está satisfeito
Setor Central	Roubos, apreensão de drogas para uso, prisão de maior de idade por uso de drogas	2 PPCs, 1 PISC, 4 setores militares e 1 tático móvel	SOS Mulher Família, Olho Vivo	58%	42%
Setor Leste	Estupros	7 PPCs, 2 PISCs	Fica Vivo, NAICA, PROERD, JCC, Anjos da Escola	57%	43%
Setor Oeste	Homicídios, apreensão de drogas para tráfico, maior de idade preso por tráfico de drogas, apreensão de menor de idade por tráfico e uso de drogas	4 PPCs, 1 PISC	NAICA, PROERD, JCC, Anjos da Escola	32%	68%
Setor Norte ²	...	3 PPCs, 1 PISC	NAICA, PROERD, JCC, Anjos da Escola	25%	75%
Setor Sul ³	...	6 PPCs, 3 PISCs	NAICA, PROERD, JCC, Anjos da Escola	45%	55%

Quadro 27 – Cidade de Uberlândia: Relação entre a distribuição espacial de equipamentos e projetos de segurança pública e a percepção da população entrevistada acerca de sua eficácia.

Nota (1): A porcentagem apresentada foi calculada com base no total de entrevistados, em 2010, para cada setor urbano.

Notas (2 e 3): Os crimes violentos e os eventos relacionados às drogas não apresentaram destaque para estes dois setores urbanos, quando analisados nesta escala espacial. Entretanto, ao analisar os crimes violentos e as drogas, por bairro, o São Jorge e o Lagoinha, ambos localizados no Setor Sul, destacaram-se no número de homicídios, estupros e de todos os eventos relacionados às drogas, à exceção da modalidade "menor de idade preso por uso de drogas", com destaque no bairro Jardim das Palmeiras (Setor Oeste). No Setor Norte, alguns bairros, como o Jardim Brasília, Presidente Roosevelt e Santa Rosa também tiveram ocorrências elevadas de crimes violentos e drogas; todavia, não sendo suficientes para elevar o total de ocorrências verificadas para todo o Setor, fazendo com que o mesmo não apresentasse destaque no total de nenhum tipo de ocorrência criminal. Mas, pelo fato de o Setor Oeste ter apresentado um maior número de bairros onde também foram verificadas ocorrências elevadas de todos os crimes e eventos relacionados às drogas (Luizote de Freitas, Planalto, Tocantins, Jardim Canaã e Jardim das Palmeiras), ele destacou-se nos registros de casos, no período de 1999 a 2010.

Embora a população entrevistada tenha enumerado uma série de estratégias de combate e prevenção à criminalidade violenta e ao tráfico e uso de drogas, desenvolvidas em Uberlândia e, especificamente, em seus bairros, a maioria considera ineficientes as ações de segurança (59% dos entrevistados), ao relacioná-las à presença de equipamentos e, sobretudo, de policiamento ostensivo no local. Neste sentido, se apenas estes elementos forem tomados, pela população local, como referência para analisar a eficácia das ações de combate e prevenção à criminalidade violenta, observar-se-á, de fato, uma ineficiência dos mesmos. Conclui-se, portanto, que as ações de segurança pública tem maior representatividade para a população não somente a partir da percepção dos programas de prevenção e combate à criminalidade, mas, principalmente, pela atuação visível dos Policiais Militares no local. Por esta razão é que a maioria dos entrevistados sugeriu como forma de diminuir da violência na cidade, de forma geral, o estabelecimento de políticas sociais e de segurança pública. Estas últimas ligadas, especialmente, ao aumento do número de viaturas, postos policiais e, conseqüentemente, de patrulhamento ostensivo. É importante ressaltar que

A violência intensa e continuada tende a difundir nas pessoas uma sensação de insegurança, com crescente descrédito na capacidade do Estado em controlar a criminalidade, fazendo-as clamar por mais medidas coercitivas. Essa situação favorece discursos e políticas populistas que enfatizam a elaboração de instrumentos e ações repressivas para conter a violência, e costumam encontrar repercussão em áreas influentes do aparato policial que vêm na repressão a principal arma preventiva. Nessas condições, quando se declara a “guerra contra o crime” o Estado corre o risco de passar a ser mais um fornecedor de violência ao invés de controlá-la (STEINBERGER; CARDOSO, 2005, p.108).

As intervenções com vistas à minimização dos casos de violência em Uberlândia, como em qualquer outra cidade brasileira devem ser feitas com base não apenas nos números de ocorrências e os tipos de crimes registrados pelos órgãos oficiais. Deve-se levar em consideração, também, o fenômeno da migração desses crimes para áreas pouco assistidas pelas instituições de segurança. De igual modo, é importante que a violência urbana seja compreendida como uma questão de caráter dinâmico e reticulado. Nesse sentido, não é possível se estabelecer ações de combate e prevenção aos homicídios e roubos, sem se levar em consideração o tráfico de drogas e as estratégias de busca e apreensão de armas de fogo, que condicionam e facilitam a prática daqueles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais dificuldades de analisar a violência urbana em um sentido mais amplo é o predomínio de leituras parciais que se fazem sobre ela. Leituras que se debruçam em apontar culpados e vítimas e em encontrar respostas de curto prazo, simplistas e mágicas. Uma leitura mais abrangente pode ser realizada quando se aborda a violência urbana em termos *geopolíticos*, o que equivale a trabalhar com *atores/agentes* que detêm *poder* para atuar sobre os *territórios* onde ela ocorre. (STEINBERGER; CARDOSO, 2005, p.88).

Estudar os crimes violentos e as drogas em Uberlândia não foi uma tarefa fácil. O tema exigiu um esforço sobremodo elevado. Não foram poucos os desafios enfrentados no processo de construção dessa tese, a começar pelo caráter multifacetado e dinâmico do fenômeno da violência. A cada avanço da pesquisa, as conquistas impeliam o desejo por mais descobertas. Cada acesso a dados imprescindíveis ao estudo era uma batalha vencida. Apesar de os dados públicos serem de domínio da população, infelizmente alguns setores governamentais ainda dificultam o acesso aos mesmos; dados e informações muitas vezes essenciais para a continuidade da investigação. Estes e outros fatores, em algumas situações, impedem o avanço da pesquisa, ou até mesmo sua conclusão; mas, venturosamente, não foi o caso da análise aqui empreendida.

Por se caracterizar como um fenômeno complexo, não há uma causalidade única para as ocorrências criminais, sendo, portanto, uma questão de caráter multifatorial. Por isso, preocupou-se mais em compreender a sua espacialização na cidade de Uberlândia, e as mudanças cotidianas estabelecidas na vida dos moradores, bem como as alterações espaciais e modificações empreendidas nas residências com a implantação de equipamentos de segurança. Também se preocupou em verificar como a população percebe a violência do seu bairro, bem como as ações de segurança pública executadas no local. Vale ressaltar, que em se tratando de violência, é difícil distinguir qual foi o fator que desencadeou a sua prática, já que, como dito anteriormente, a violência é um fenômeno estabelecido a partir de um contexto elaborado por uma série de causas. No entanto, é possível

destacar um ou outro condicionante que sobressai dentre aqueles que desencadearam o evento. Especificamente no caso dos homicídios, em Uberlândia, a principal causa apresentada pela segurança pública (Polícia Militar e Civil), como também pela Justiça, é o envolvimento com o tráfico ou uso de drogas. Mas antes mesmo dessa criança, adolescente ou jovem circular por esse ambiente hostil, outros fatores contribuíram para que isso viesse a ocorrer, e é justamente sobre tais questões que as intervenções devem ser realizadas, com vistas à minimização de situações que venham a predispor outros indivíduos ao envolvimento com a droga e, conseqüentemente, com o homicídio, sendo vítimas ou atores.

Não que o conhecimento das causas seja menos importante, mas compreender a manifestação do fenômeno da violência e as modificações condicionadas por ela no espaço e no modo de vida das pessoas torna-se uma questão fundamental, sobretudo para se estabelecer, a partir disso, intervenções sobre os fatores que a predispõem. A partir de sua manifestação espacial é possível estudar e verificar quais são os principais fatores motivadores para sua atuação. Então, é necessário, primeiramente, que a violência se manifeste no espaço para, posteriormente, estudá-la e compreendê-la? De modo algum, mas este pode ser o caminho, já que se trata de um fenômeno sobremaneira complexo, mas que sua concretude se apresenta como um ponto crucial para a sua interpretação.

É importante, também, ressaltar que alguns fatores espaciais, sociais, culturais ou econômicos atuam como elementos de incidência, e outros de prevalência dos atos violentos num dado lugar. Daí a necessidade de se conhecer a forma tal como a violência se manifesta no espaço para se verificar em quais circunstâncias e quais elementos contribuem para que haja um elevado número de casos de um determinado crime naquele local, e por que há uma prevalência dos mesmos ali, ainda que projetos de intervenção tenham sido executados com a finalidade de minimizar tais casos.

Não são poucas as situações nas quais ações são estabelecidas e executadas com vistas, apenas, ao controle dos fatores que condicionam a incidência dos crimes. Para o caso dos roubos, por exemplo, estabelecem-se estratégias de combate aos mesmos instalando-se câmeras de videomonitoramento nos pontos de maior incidência (neste caso, o foco direciona-se para o criminoso), não considerando o caráter dinâmico da violência, que pode direcioná-la para outros locais ou, ainda, modifica sua forma de atuação, levando à sua prevalência, naquele

lugar, decorrente de outras questões que podem estar arraigadas à própria condição desse local (sua configuração, os usos ali estabelecidos) que permite tais práticas. Por esta razão, muitas intervenções com vistas ao combate ou prevenção da violência não são eficazes, pois não se considera tais questões.

Em se tratando da manifestação dos crimes violentos no espaço urbano de Uberlândia, verificou-se que os mesmos não se distribuíram de forma homogênea. A análise dos dados, empreendida para o período de 1999 a 2010, revelou que alguns crimes concentraram-se em bairros centrais; outros, por sua vez, tiveram mais ocorrência em bairros mais distantes do centro, inclusive na periferia da cidade, localizados bem próximos ao perímetro urbano. Como exemplo, os roubos à mão armada e os praticados sem arma ocorreram, principalmente nos bairros do Setor Central, com destaque para o Centro; os estupros, homicídios e eventos relacionados às drogas (apreensão de drogas para tráfico e uso, maior de idade preso por tráfico e uso, menor de idade apreendido por tráfico e uso) incidiram, sobretudo, nos bairros mais periféricos (Jardim Canaã, Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas, Morumbi, Planalto, São Jorge, Santa Rosa, Tocantins), à exceção do bairro Lagoinha, onde se registrou o maior número de eventos relacionados às drogas (menos os casos de menores apreendidos por uso de drogas), mas não se localiza na periferia da cidade.

A análise dos dados revelou que os estupros têm aumentado na cidade desde o ano de 2009. As vítimas são, predominantemente, crianças e adolescentes e jovens do sexo feminino, com idade entre 10 e 19 anos. Os eventos ocorrem nos finais de semana, especialmente no domingo e no sábado, no período da noite e da manhã. Os principais agressores são pessoas próximas à família ou à vítima, como vizinhos, amigos de confiança da família, pai, padrasto e namorado. O bairro São Jorge destacou-se com o maior número de estupros na cidade, vindo em segundo lugar o bairro Santa Mônica, e em terceiro, o Centro. O estupro ainda são pouco estudados pela Geografia, sobretudo por se tratar de violência intrafamiliar, cujas discussões perpassam questões mais complexas que outras áreas do conhecimento têm mais competência para explicar e compreender sua manifestação.

Os homicídios também vêm apresentando elevação desde 2009. As vítimas são, preferencialmente, jovens do sexo masculino, com idade entre 20 e 29 anos. Nos últimos anos, especialmente a partir de 2010, o número de adolescentes vítimas de homicídio tem aumentado na cidade, em decorrência do envolvimento com o

tráfico e o uso de drogas. Normalmente, as ocorrências se dão nos finais de semana (domingo e sábado, respectivamente), no período da noite e da madrugada. A arma de fogo é o principal instrumento utilizado na prática do homicídio, cujos projéteis atingem, sobretudo, o tronco e o crânio, lesionando órgãos vitais, como o cérebro, pulmão, coração e fígado. Por esta razão, as vítimas que sobrevivem e são encaminhadas para um atendimento médico especializado permanecem internadas, em média, 5,5 dias, e passam por procedimentos de média e alta complexidade, o que eleva os gastos do SUS, já que os custos com este tipo de intervenção são elevados. Os bairros mais atingidos pelos homicídios, em Uberlândia, foram, em primeiro lugar, o São Jorge e, na sequência, o Morumbi, Tocantins e Tiberi.

Os roubos são os crimes de maior incidência em Uberlândia; entretanto, desde o ano de 2004, os números vêm apresentando queda considerável, como consequência de ações de combate e prevenção desenvolvidas pela Segurança Pública, como também uma maior expansão do uso de equipamentos de segurança, que, apesar de não atuar como um fator de impedimento à prática desse crime minimiza e dificulta a atuação dos criminosos. A maioria dos roubos é praticada com a utilização de arma de fogo, que devido ao seu poder de coação, levam as vítimas logo a cederem às investidas dos criminosos, o que impede a deflagração dos projéteis por parte do agressor. Por esta razão, o número de latrocínios na cidade é baixo, se comparado ao elevado número de roubos praticados com o emprego da arma de fogo. Estas, em muitos casos, constituem-se de réplicas. Os locais de maior registro dos roubos foram, primeiramente, o Centro, e em seguida os bairros Santa Mônica, Nossa Aparecida e Martins, a maioria localizada no Setor Central.

À exceção dos estupros, os homicídios e os roubos possuem um caráter migratório no espaço, dado, sobretudo, em razão de intervenções realizadas com vistas à diminuição dos registros. Daí a importância em se monitorar as áreas adjacentes aos locais onde se verificaram valores elevados de ocorrências, com vistas à minimização da probabilidade de que venham a se constituírem em territórios do crime. Essa questão é sobremodo importante, principalmente pelo fato de ter-se verificado que grande parte dos bairros próximos àqueles onde foi registrada elevada ocorrência de homicídios e roubos, o número de casos também se mostraram significativos.

A apreensão de drogas destinadas ao tráfico tem apresentado elevação desde o ano de 2004 na cidade, enquanto a apreensão de drogas para uso vem

mostrando queda desde 2008. As ações de combate ao tráfico, estabelecidas pela Polícia Militar, Civil e Federal, foram responsáveis por essa “aparente” diminuição dos casos. Digo aparente porque as apreensões são apenas uma resposta das ações implementadas, tanto na Região do Triângulo Mineiro, quanto dentro do próprio município e espaço urbano, o que não significa que o tráfico está declinando. Da mesma forma, a queda no número de apreensão de drogas para uso não significa que haja menos drogas em circulação, mas pode demonstrar que os usuários têm sido mais cautelosos ou, ainda, que a ação da segurança pública tem visado, sobretudo, empreender ações que impeçam a entrada da droga, bem como sua circulação no mercado ilegal. Os bairros que apresentaram os registros mais elevados de apreensão de drogas para tráfico e uso foram os mesmos: Lagoinha, Santa Rosa, São Jorge, Tibery e Centro, alterando apenas a ordem: para os casos de apreensão para tráfico e uso, o bairro Lagoinha aparece em primeiro lugar; para os casos de tráfico, o Santa Rosa vem em segundo lugar, e, na sequência, o São Jorge e o Tibery; para os casos de apreensão para uso, o Tibery se apresenta em segundo lugar, seguido do bairro Santa Rosa e do Centro.

É interessante verificar que, enquanto o número de prisões de maiores de dezoito anos, por tráfico, estão aumentando, as prisões por uso, para essa mesma faixa etária estão diminuindo. Isso revela que a atenção da segurança pública está voltada, principalmente, para o combate ao tráfico. As prisões são diretamente proporcionais à apreensão de drogas para tráfico. Por esta razão, ambas as modalidades tem apresentando elevação. Vale ressaltar que a prisão de usuários não está condicionada a penas restritivas de liberdade, já que a lei não considera tal prática um crime. Os usuários de drogas, quando encaminhados ao Delegado de plantão este pode, aos mesmos, com base na Lei n.11.343/06 (BRASIL, 2006^a), advertirem-nos sobre os efeitos das drogas, indicarem a prestação de serviços à comunidade ou, ainda, exigirem medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. É interessante verificar que a maioria dos locais das prisões de traficantes coincide com os das apreensões de drogas, o que também é justificável na própria ação estratégica da segurança pública, que visa de igual modo, retirar da circulação não apenas a droga, mas, principalmente, os envolvidos com o mercado ilegal. Tanto as prisões de traficantes quanto de usuários com mais de dezoito anos tiveram destaque, em primeiro lugar, no bairro Lagoinha, seguido do Santa Rosa e

Tibery. Em quarto lugar, para o primeiro caso de prisões, destacou-se o bairro Martins, e para o segundo caso, o bairro Centro.

No que se refere à apreensão de menores de dezoito anos por tráfico e uso de drogas, percebe-se o mesmo comportamento verificado para os casos de prisões de maiores de idade: enquanto as apreensões de menores de idade por tráfico estão aumentando, por uso estão diminuindo. Isso revela que cada vez mais o número de crianças e adolescentes com menos de dezoito anos estão se envolvendo com o tráfico de drogas, o que também explica a elevação do número de homicídios nessa faixa etária, nos últimos anos em Uberlândia. As ocorrências mais elevadas de apreensão de menores por tráfico foram registradas no bairro São Jorge (Setor Sul), mas não foi este o setor que registrou o maior número de casos: dos dez bairros que registraram o maior número de registros, cinco localizam-se no Setor Oeste. São eles: Jardim Canaã, Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas, Planalto e Tubalina, sendo que o Jardim das Palmeiras aparece em segundo lugar, após o São Jorge; em terceiro veio o Jardim Canaã. Já os casos de apreensão de menores por uso apresentaram uma distribuição mais heterogênea, pois os dez bairros com o maior número de registros estão distribuídos nos cinco setores urbanos, destacando-se, ainda, o Setor Oeste, com os bairros: Jardim das Palmeiras, em primeiro Lugar e, na sequência, os bairros Luizote de Freitas, São Jorge e Presidente Roosevelt.

No que tange, especificamente, aos homicídios, roubos, tráfico e uso de drogas, os bairros onde o registro de casos foi elevado apresentam certas particularidades socioespaciais que facilitam a ocorrência do crime. Fatores como as condições espaciais (ausência de iluminação em alguns locais, presença de terrenos baldios, lugares ermos e com pouca circulação de pessoas, praças sem urbanização) não somente predispõem alguns locais a tornarem-se pontos onde a prática criminal possa ter êxito, como também transmitem a sensação de insegurança para a população. Não são poucos os exemplos de pessoas abordadas por ladrões em lugares com tais características. De igual modo, diversas são as circunstâncias em que corpos são encontrados em locais como aqueles. Neste sentido, intervenções urbanas que alteram esses fatores contribuem para a minimização dos casos de crimes nessas áreas.

A percepção da população acerca da violência, do medo e da insegurança a leva a tomar certas cautelas, modificando o comportamento diário. Grande parte dos entrevistados declarou que admitem algumas precauções ao circularem por

determinados locais do bairro, ou da cidade de Uberlândia, evitando tráfegar por lugares com pouca iluminação, e em horários avançados; ou próximo de locais considerados perigosos, como rios, rodovias ou pontos do bairro onde o crime incide com maior intensidade. Como reação ao agravamento da violência, bem como ao aumento do medo decorrente dela, os moradores declararam que buscam algumas alternativas para se prevenir da violência: instalam em suas residências equipamentos de segurança, como cerca elétrica, câmeras de videomonitoramento, aumentam os muros, transformando as casas em verdadeiras fortalezas. Esse tipo de atitude relaciona-se, especificamente, a cautelas com vistas à prevenção de roubos, explicadas pela Teoria das Oportunidades (Capítulo 1).

A insegurança em relação à violência dá-se, igualmente, em virtude da percepção de ausência, ineficiência ou insuficiência de elementos que configuram a atuação da segurança pública no local, como o policiamento ostensivo e a presença de postos policiais. Sabe-se que prevenção de crimes não se faz apenas através de mecanismos elaborados e estabelecidos pelo setor da segurança, mas, também, por meio da participação da população que, todavia, deve ser mediada, já que, culturalmente, o brasileiro possui um histórico de participação instituída por lei, que é muito recente, pouco mais de vinte, que recebeu fundamentação a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A segurança pública já vem desenvolvendo algo neste sentido, por meio de campanhas que incentivam a denúncia de crimes no bairro. Um número foi disponibilizado à população, e alguns resultados já foram alcançados, como a apreensão de drogas e prisão de pessoas envolvidas com o tráfico. Mas ainda são incipientes, diante dos grandes desafios postos pela elevação dos casos de crimes, como os homicídios, cuja causalidade é múltipla.

Campanhas vêm sendo desenvolvidas, no sentido de aproximar a polícia da comunidade, a partir do Policiamento Comunitário, e em vários bairros da cidade foi implantado o projeto “Vizinhança Solidária”, que atua não apenas como um elo entre os moradores locais e a Polícia Militar, como também entre os próprios moradores. Quem adere ao projeto tem, em sua residência, à vista de toda a população, uma placa fixada com o nome do projeto, sendo uma referência para aqueles que pretendem contribuir com a ação estratégica de prevenção da violência ou, até mesmo, beneficiar-se dela. A população tem conhecimento dos projetos de segurança desenvolvidos em seu bairro; entretanto, muitos não sabem como funcionam, e se é possível participar deles. Já que tais projetos são estabelecidos

com vistas não apenas ao combate da violência, mas também para a prevenção, é imprescindível que aqueles para os quais os projetos foram elaborados sejam participantes nas ações. Participar dessas ações é exercer a cidadania, vista e compreendida pela maioria da população somente a partir dos direitos, quando também os deveres, quando cumpridos, contribuem para a plena participação social.

Pelo fato de ser um fenômeno complexo e dinâmico, a violência da qual se trata esta tese precisa ser interpretação, compreendida e prevenida a partir de diferentes perspectivas teóricas. Qualquer ação que se pretenda eficaz deve ser elaborada com e a partir da população, para que teoria e prática se constituam em um organismo. Premissa esta que se aplica, também, ao estabelecimento de políticas sociais, já que prevenir a violência vai além da implementação de ações pontuais, pragmáticas. Estas também se fazem necessárias, embora não sejam essenciais. Dentre os elementos que constituem a teia dos condicionantes da violência estão questões de ordem estrutural, que perpassam direitos sociais, como condições mínimas de habitação, saneamento, lazer, educação, trabalho, distribuição de renda. Não são eles fatores de causa da violência, mas constituem a estrutura que a fundamenta e a concretiza; é, portanto, condicionada pelo somatório desses elementos, alguns de ordem ecológica, em conjunto com outras questões que sustentam as diversas teorias que a explicam (Teorias focadas nas patologias individuais, Teoria da Desorganização Social, Teoria Estrutural-Funcionalista do Desvio e da Anomia, Teoria da Associação Diferencial e do Aprendizado Cultural, Teoria do Controle, Teoria da Ecologia Humana), como destacadas no Capítulo 1.

Os projetos de segurança pública implantados em Uberlândia, alguns em parceria com a Prefeitura Municipal, com o objetivo de combater e, sobretudo, prevenir a violência, são evidenciados por diversas contribuições, mas revelam, também, muitas deficiências. Ressaltarei aqui duas intervenções importantes para o controle dos homicídios e roubos, respectivamente, o Fica Vivo e o Sistema Olho Vivo (Videomonitoramento). O Fica Vivo, elaborado e instituído para atuar sobre os homicídios, foi instalado no bairro Morumbi, em 2005, considerado, até àquele momento, o bairro com o maior número de casos. Instalado em apenas um bairro, o programa permitiu a diminuição dos assassinatos no local; todavia, o Morumbi ainda aparece dentre os cinco bairros com o maior número de registros, havendo uma migração desse crime para outras áreas que não possuem o programa e/ou outras estratégias de segurança pública voltadas, especificamente, para a prevenção dos

homicídios; ou, ainda, mesmo possuindo, constituem-se em áreas onde o tráfico estabeleceu o seu território de atuação. Surgem, neste cenário violento, a partir da implantação do programa, e passam a constituir os cinco mais violentos, os bairros Jardim Canaã e Tocantins (Setor Oeste). É importante ressaltar que, apesar de o Fica Vivo ter sido proposto e estabelecido no bairro Morumbi, outros locais como o São Jorge e o Tibery aparecem, desde 1999, dentre os cinco mais violentos; este último desaparecendo deste grupo a partir de 2008. Outro bairro, que até 2004 aparecia dentre o conjunto dos cinco era o Luizote de Freitas; o Jardim Canaã começa a registrar elevadas ocorrências a partir de 2004, e o Tocantins surge no cenário em 2006. Vê-se, portanto, que a migração da criminalidade violenta é um fato que precisa ser previsto quando as ações de segurança pública forem elaboradas para um dado local.

O Sistema Olho Vivo foi implantado, em 2008, no Setor Central de Uberlândia, por apresentar os maiores casos de roubo à mão armada e roubo simples, ou seja, sem a utilização de arma. Grande parte das câmeras foi instalada no bairro Centro (42 câmeras de videomonitoramento das 72 existentes no Setor), e desde então, o local, bem como as áreas adjacentes, vem apresentando resultados positivos, com uma considerável queda no número de casos registrados. De 1999 até 2003, o Centro ocupava o primeiro lugar no ranking dos cinco bairros com os registros mais elevados de roubos, e a partir de 2004, o Santa Mônica (Setor Leste), que até 2003 ocupava o terceiro lugar, assume a primeira posição, permanecendo nela até 2010, e o Centro passa a ocupar o segundo lugar exatamente até 2008, quando o projeto se inicia. Desde então, os roubos nesse bairro diminuem, e desde 2009 assume a quarta posição no ranking. É interessante ressaltar que o bairro que vem ocupar o lugar do Centro é o Presidente Roosevelt (Setor Norte), que desde 1999 não aparecia neste cenário. Também surge o Granada (Setor Sul). Estaria, então, ocorrendo um processo de migração dos roubos do Setor para outros setores da cidade? Vale, ainda, considerar que alguns dos bairros que constituíam o conjunto dos cinco, desde 1999, mantêm-se até 2010, alterando apenas a posição. É o caso dos bairros Martins, Brasil e Nossa Senhora Aparecida, todos localizados no Setor Central, e onde também há câmeras instaladas, mas em menor quantidade.

Esse processo de migração dos crimes, tanto de um local específico do bairro, quanto deste para outro, é uma realidade quando intervenções com vistas à minimização dos casos são executadas. No caso particular dos crimes contra o

patrimônio, que estão relacionados a outros eventos, como o tráfico e uso de drogas, os latrocínios e porte ilegal de arma de fogo, as ações de segurança devem ser estabelecidas visando, também, a diminuição desses crimes. Neste sentido, ressalta-se a importância da intersectorialidade na implementação dessas ações, elemento este que não é perceptível no Sistema Olho Vivo, que se objetiva, apenas, à diminuição dos casos de roubos, e isso de forma pontual, não integralizada, sendo executado, exclusivamente, pelo setor da Segurança Pública, no papel dos policiais militares. Estes, após serem informados por aqueles que monitoram as câmeras, deslocam-se ao local onde, supostamente, haja um criminoso com a intenção de praticar o roubo que, em muitos casos, logra êxito, não porque a segurança é falha, mas, simplesmente, pelo fato de não ser possível monitorar todas as ruas, prevenindo-se casos, como o de roubos a transeunte, devido à grande quantidade em horários específicos. Neste caso, é imprescindível que estes estabeleçam algumas precauções quando se deslocam na cidade, minimizando os riscos de se tornarem vítimas, o que pode ser feito evitando-se a circulação por áreas menos seguras ou, ainda, em posse de objetos ou grande quantia em dinheiro.

Os territórios do crime constituídos, sobretudo, no espaço urbano das cidades, estabelecem-se a partir da interligação de elementos cuja natureza é similar, embora o seu enraizamento em um dado local seja mais intenso do que em outro, devido a fatores que permitem a prevalência da prática criminal. Daí a importância do planejamento de ações intersectoriais, baseadas não apenas no assistencialismo ou no pragmatismo de intervenções pontuais. Qualquer atuação pública, privada ou estabelecida a partir de organizações não governamentais ou de movimentos sociais devem reconhecer que a violência não se combate, controla ou previne interferindo-se apenas sobre a minimização das situações que favorecem a sua ocorrência. Identificá-las é importante para se fundamentar intervenções que venham a diminuir a vitimização no local; todavia, elas são apenas a manifestação do problema, cujas causas são constituídas de um emaranhado de outras questões estruturais. É justamente sobre estas que se devem planejar ações por meio de políticas sociais, de saúde e de segurança pública com vistas à prevenção das ocorrências em outros espaços que ainda não se constituíram em áreas de risco à violência ou não se estabeleceram como territórios dominados pela criminalidade violenta.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta: um recorte temático. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.35, p. 3-24, 1993.

_____. **A gestão urbana do medo e da insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea**. 1996. 282f. Tese (Livre-Docência em Ciências Humanas) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (orgs.). **Segurança e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?** São Paulo: Contexto, 2008. p.151-171.

ALEXANDRE, Marcus. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v.10, n.23, p.128-138, jul./dez. 2004.

ALMEIDA, Luciana Ferreira de. **Representações sociais de violência urbana para policiais civis da cidade de Recife**. 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ANDRADE, Laura Lanna. **“A percepção ambiental dos moradores do bairro Jardim Karaíba e Lagoinha em Uberlândia/MG”**. 2002. 72f. Monografia (Bacharelado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

_____. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2008. 88p.

ANUÁRIO do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **A emergência de um novo pacto federativo na segurança pública no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2010. 99p. ISSN 1983-7634.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985. 67p.

ARIZA, Juan José Medina. “El control social del delito a través de la prevención

situacional". **Revista de Derecho Penal y Criminología**, n. 2, p. 281-326, jul. 1998.

ASSIS, Rafael Damaceno de. Dos crimes de roubo e extorsão. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n.38, 28 fev. 2007. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3315. Acesso em: 4 mar. 2010.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004. 224p.

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA - BDI. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - SEPLAN. Uberlândia: SEPLAN, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Prevenção comunitária do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina**: um guia de recursos para municípios. São Paulo: Banco Mundial, 2003. 80p.

BARBOSA, Lucas; TIAGO, Gislene. Polícia Militar ocupa o bairro Morumbi. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 fev. 2010. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 279p.

BATELLA, Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.22, n.1, p.151-163, abr. 2010.

_____. O uso de técnicas elementares de estatística espacial no estudo da reestruturação espacial da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais: 1996-2003. **Caderno de Geografia**, v.16, n.26, 1º Sem. 2006.

BATISTA, Ricardo Lopes. **A geografia da violência**: uma abordagem espacial da criminalidade em Três Lagoas – MS. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, Georg. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, p.74-87, jun.1998.

_____. Fontes de Dados Policiais em Estudos Criminológicos: limites e potenciais. In: FÓRUM DE DEBATES, 2000, Rio de Janeiro. **Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.55, p.73-90, jun. 2004.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. 247p.

BOENTE, Fernando. Dupla acusada de crimes é detida. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 set. 2011. <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2011^a.

_____. Polícia continua sem previsão para descentralizar delegacia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30 mar. 2011. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 30 mar. 2011^b.

_____. Em janeiro foi registrado um homicídio a cada dois dias. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 31 jan. 2012. <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2012.

BONDARUK, Roberson Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: Edição do autor: 2007. 326p.

_____. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED- aplicabilidade no Brasil. Londrina: 2008. 38 slides. Disponível em: http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/E-20080916/Roberson_Bondaruk-Prevenca_do_Crime.pdf. Acesso em: 27 ago. 2009.

BORGES, D.; SOARES, G. A. D. Rio de Janeiro, fevereiro e março: os homicídios como fenômeno sazonal. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.33, n.194, p. 26-30, jun.2003.

BORGES, Lucienne Martins. Homicídio conjugal: comparações entre o sexo dos agressores. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, Ano 9, n.3, 2º sem. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940.

_____. Decreto-Lei n. 3.914, de 9 de dezembro de 1941. Lei de Introdução ao Código Penal. Brasília, DF, 1941.

_____. Constituição (1988). Texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais Nº 1/92 a 9/95 e Pelas Emendas Constitucionais de Revisão Nº 1 a 6/94. Brasília, DF: 1995.

_____. Portaria GM/MS nº 737, de 16 de maio de 2001, Publicada no DOU Nº 96 Seção 1e – de 18 de maio de 2001. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília, DF: 2001.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 936/GM, de 19 de maio de 2004. Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios. Brasília, DF: 2004.

_____. Gabinete de Segurança Institucional. Conselho Nacional Antidrogas. Resolução Nº3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005, que aprova a Política Nacional Sobre Drogas. Brasília, DF: 2005^a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**. Norma Técnica, 2ª ed. atual e ampliada. Brasília: Ministério da Saúde, 2005^b. 73p.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: 2006^a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006^b.

_____. Portaria nº 1.356, de 23 de junho 2006. Institui incentivo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Brasília, DF: 2006^c.

_____. Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual:** perguntas e respostas para profissionais de saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 48p. (Série F. Comunicação e Educação) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno n.7).

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Segurança em fronteiras.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B26B5664A%2D1274%2D424D%2DA546%2DEEF57EB9D14F%7D¶ms=itemID=%7B39353362%2D0D2B%2D410F%2D848C%2D052DFF5DA447%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 12 fev. 2011.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Segurança Pública.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMIDECADF3ED58CAE4388991B27EE213437A5PTBRNN.htm>. Acesso em: 25 jan.2012.

CADERNO INFORMATIVO – Políticas públicas sociais setoriais da rede do município de Uberlândia. Uberlândia: Secretaria Municipal de Planejamento urbano – SEPLAN, 2010/2011. 198p.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003. 399 p.

CALIL, Lygia. Presidente de associação é assassinado no Morumbi. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 01 mar. 2009^a. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 01 mar. 2009.

_____. Número da criminalidade recua 32% no trimestre. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 29 abr. 2009^b. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2009.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Introdução à ciência da Geoinformação**. INPE, 2000. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/>. Acesso em: 9 mar. 2009.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 611-614, set/out 2004.

CÂNDIDO, Andréia. Comissão da AL discute criminalidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 03 mar. 2010. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2010.

CANO, Ignácio; RIBEIRO, Eduardo. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 51-78.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação dos Direitos Humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v.17, n.47, p. 43-73, 2003.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino.; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARPANEDA, Luciana Viana. **Contribuições para o desenho de espaços urbanos seguros**: um estudo de caso nas Superquadras do Plano Piloto de Brasília. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2008.

CARVALHO, Ederson de Assis. **Projeto Olho Vivo**: “A Iris dos Olhos da Segurança Pública” - Uma análise Geográfica. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, Márcio Ricardo de; SILVA, Simone da Conceição; FÉLIX, Sueli Andruccioli. Percepção do espaço, do crime e do medo: aportes teórico-metodológicos para uma análise na Região Oeste de Marília/SP. In: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, 58., 2006, Florianópolis. **Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC**. Florianópolis, 2006.

CARVALHO, Themis Maria Pacheco de. A ocasião faz o ladrão. Como prevenir a delinquência através do controle situacional. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, n.2, p.1-28, abr. 2005. ISSN 1808-494X.

CERQUEIRA, Daniel. Posições teóricas e metodológicas a propósito da violência e da criminalidade. In: ZANOTELLI, Cláudio Luiz; RAIZER, Eugênia Célia; VALADÃO, Vanda de Aguiar (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória: Gráfica e Editora/NEVI, 2007. p.17-36.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir Lobão. **Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. ISSN 1415-4765.

CHAGAS, José Ricardo. A nova lei do estupro: o homem e a mulher como sujeitos ativo e passivo e o abrandamento punitivo. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n.2241, 20 ago. 2009. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/13359/a-nova-lei-do-estupro>. Acesso em: 23 nov. 2010.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1991.

CLARKE, Ronal; FELSON, Marcus. **Routine activity and rational choice**. New Brunswick/Londres, Transaction Publishers. 1993.

COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. **American Sociological Review**, University of Illinois, v.44, p.588-608, August 1979.

COPOM - Centro de Operações da Polícia Militar. **Assessoria de estatística e geoprocessamento**. Uberlândia: COPOM, 2011.

CORRÊA, Gleide. Cidade terá 72 câmeras de vigilância. Sistema Olho Vivo começa a monitorar as ruas 24 horas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 02 jun. 2008. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 21 out. 2008^a.

_____. Câmeras reduzem crimes pela metade. Roubos a pessoas, comércio e carros tiveram queda na região monitorada. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 02 ago. 2008. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 21 out. 2008^b.

_____. Violência fica 8,7% menor em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 03 jan. 2008. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 03 jan. 2008^c.

_____. Frota da Polícia Militar terá 60 novas viaturas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 04 jan. 2008. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 04 jan. 2008^d.

_____. População aponta melhora na área de segurança. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 13 jan. 2008. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 13 jan. 2008^e.

_____. PF apreende 15 quilos de pasta de cocaína: droga veio do Mato Grosso e seria distribuída em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 12 out. 2006^a. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2011.

_____. Precoces no mundo do crime. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 03 dez. 2006^b. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 03 maio 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.p.15-47.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 75p.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 2010.

CROVATO, Dilmar. **Coronel Dilmar Crovato fala sobre parceria entre Prefeitura de Uberlândia e Polícia Militar**. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 30 dez. 2009. Entrevista concedida à Prefeitura Municipal de Uberlândia.

_____. **Minas Urgente entrevista o Coronel Dilmar Crovato**. Entrevistador: Severino Izael. Uberlândia: Band Triângulo, 05 jan. 2011. Entrevista concedida no programa de televisão “Minas Urgente”.

CUMINALE, Natalia. Crack avança na classe média e entra na agenda política. Devastador como nenhuma outra droga no Brasil, ele se espalha pelo país e demanda ações mais contundentes das autoridades. **Veja**, 12 nov. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/saude/crack-avanca-na-classe-media-e-entra-na-agenda-politica>. Acesso em: 26 mar. 2012.

DAHLBERG, Linda, L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11, p. 1163-1178, 2007. (Suplemento).

DAMMERT, Lúcia. Construyendo ciudades inseguras: temor y violencia em Argentina. **EURE**, Santiago, v.27, n.82, dez. 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos

Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DEL CASSALE, Cássia. Polícia apreende mais de 7 quilos de pasta de coca. **Correio de Uberlândia**, 22 ago. 2006. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2011.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 471p.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.7-11.

DIÁRIO DO PONTAL. **Ituiutaba continua na rota do tráfico de drogas**. Disponível em: <http://diariodopontal.com.br/noticias/?p=10233>. Acesso em: 28 mar. 2011.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS - DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO, 2006, Uberlândia. **Anais do II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias - Dinâmica Econômica e Produção do Espaço**. Uberlândia: UFU, 2006. v. único. p.1-20.

DISQUE DENÚNCIA completa 4 anos com 26 mil pessoas presas, recapturadas ou apreendidas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 out. 2011. Caderno Cidade e Região. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 27 out. 2011.

DIVULGADAS as investigações de quatro homicídios em Uberlândia: Quatro suspeitos foram identificados pela Polícia Civil. Dois foram presos, inclusive o suspeito de ser o mandante dos crimes. G1 Triângulo Mineiro, 26 jan. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/01/divulgadas-investigacoes-de-quatro-homicidios-em-uberlandia.html>. Acesso em: 02 fev. 2012.

DOEKSEN, Hein. Reducing crime and the fear of crime by reclaiming New Zealand's suburban street. **Landscape and Urban Planning**, New Zealand, v.39, p.243-252, 1997.

DORNELES, Márcia Mattos. **A hanseníase e a política de saúde em Uberlândia**. 2005. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000:** na pista de nossos medos. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. (Coleção Prismas).

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2007. 157p.

DREZETT, Jefferson et al. A Contracepção de emergência para mulheres vítimas de estupro. **Revista do Centro de Referência**, São Paulo, v.3, n.5, p.29-33, maio 1998.

ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 16., 2010, Porto Alegre. **Crises, práxis e autonomia:** Espaços de resistências e de esperança. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. 107p.

ESTEVES, Alina Isabel Pereira. **A criminalidade na cidade de Lisboa:** a geografia da insegurança. Lisboa: Edições Colibri, 1999. 214p.

FELIX, Sueli Andruccioli. Geografia do Crime. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 13, p. 145-166, 1996.

_____. **Geografia do Crime:** interdisciplinaridades e relevâncias. Marília: Marília-Unesp-Publicações, 2002. 149p.

_____. Crime, medo e percepções de insegurança. **Perspectivas**, São Paulo, v. 36, p. 155-173, jul./dez. 2009.

FELSON, Marcus; CLARKE, Ronald V. “**Opportunity makes the thief. Practical theory for crime prevention**”. London: Research, Development and Statistics Directorate, 1998. 36p. (Police Research Series, paper 98).

FERNANDES, Arthur. Crimes violentos caem em mais de 50% em regiões vigiadas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 24 jul. 2009. Caderno Cidade, B3. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2010.

FERRARI, Ilka Franco. Agressividade e violência. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.497-62, 2006.

FERRAZ, Flávia. Equipamentos de segurança tornam-se itens populares: número de usuários em Uberlândia teve crescimento de 20%. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 14 out. 2011. Caderno Cidade e Região, A3. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2011.

FERRAZ, Hermes. **A violência urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1994. 115p.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.18, p.155-168, 2005^a.

_____. Território da violência. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.) **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005^b. p.57-86.

FERREIRA, Rafael; OLIVEIRA, Leandro de. Crimes violentos crescem quase 15% em Uberlândia, segundo SEDS. **MG TV**, 1^a. Edição, 05 mar. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/videos/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-1edicao/t/edicoes/v/crimes-violentos-crescem-quase-15-em-uberlandia-segundo-seds/1842507/>. Acesso em: 05 mar. 2012.

FLOSI, Lorena. Videomonitoramento é destaque no noticiário nacional, **PG Notícias**, (Departamento de Comunicação Social), 05 jan. 2012. Disponível em: http://www.praia grande.sp.gov.br/pgnoticias/noticias/noticia_01.asp?cod=23905&cd_categoria=. Acesso em: 11 fev. 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 174p.

FRADE, Fabiano. Cai a violência em Uberlândia. Agência Minas, Belo Horizonte, 21 out. 2008. Disponível em: <http://www.agenciaminas.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2011.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. **Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento**. 2004. 170 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro, 2005.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago**. São Paulo: Método, 2004. 150p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais – 2007**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública – NESP,

2007. 56p. ISSN 1983-3741.

_____. **Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais – 2008.** Belo Horizonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública – NESP, 2008. 56p. ISSN 1983-3741.

_____. **Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais – 2009.** Belo Horizonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública – NESP, 2009. 64p. ISSN 1983-3741.

GARCIA, Manuella. Índice de furtos e roubos cai 22%. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 1 nov. 2008. Caderno Cidade/Segurança. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 13 abr. 2009.

GAWRYSZEWSK, Vilma Pinheiro et al. A proposta da rede de serviços sentinela como estratégia da vigilância de violências e acidentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Sup. 11, p. 1269-1278, 2007.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl.1, p.146-155, 1994

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.

GONÇALVES, Marcelo Santin. **Comentários à Lei de Drogas – Lei 11.346/06.** Publicado em 10 de abr. 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/63403/1/Comentarios-a-Lei-de-Drogas---Lei-11-34306/pagina1.html>. Acesso em: 02 maio 2011.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 21 set. 2010.

GRANER-ARAÚJO, Renata Cristina Engler Graner. **Quando eu crescer quero ser como ele:** adolescente, o tráfico de drogas e a função paterna. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – HC/UFU. Diretoria de Serviços Administrativos. Gestão de Informações Hospitalares. Setor de Estatística e Informações Hospitalares. **Atendimentos realizados no Pronto Socorro do HCU.** Uberlândia: HCU. (Série 1999-2010).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tábuas completas de mortalidade**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008 (Comunicação Social). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1275&id_pagina=1. Acesso em: 01 nov. 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos Mendes S. Rosa. São Paulo: Martins Fontes: 2000. 511p.

KAHN, Tulio. **Pesquisa de Vitimização 2002 e avaliação do PIAPS**. São Paulo: ILANUD/FIA-USP/ Gabinete de Segurança Institucional, 2002.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BOSCHI, Renato Raul. **Violência e cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.29-74.

KRUG, Etienne G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. 380p. ISBN 9241545615.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti et al. Assistência pública à saúde no Brasil: estudo de seis ancoragens. **Revista Saúde e Sociedade**, v.11, n.2, p.35-47, ago./dez 2002.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUSC, 2000.

_____. O sujeito coletivo que fala. **Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, v.10, n.20, p.517-24, jul./dez 2006.

LIMA, Maria Luiza Carvalho de. **A trajetória dos homicídios no estado de Pernambuco**: uma abordagem epidemiológica nas duas últimas décadas do século XX. 2003. 106f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública (Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. O adolescente e o uso de drogas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, n.22, p.32-36, 2000. (Suplemento II).

MARTINS, Marcos Lobato. **O município e a criminalidade**: os programas de prevenção situacional. Espaço Público, 28 abr. 2008. Disponível em: <http://www.espacopublico.blog.br>. Acesso em: 01 nov. 2008.

MARTINS, Mayra Costa Martins; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.5, p.1112-1120, maio/2008.

MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.285-330, jul./set., 1986.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Constatar não é compreender**: limitações do Geoprocessamento enquanto instrumental analítico de representação da realidade. Campinas: PUC, 2006.

MENDES, Elen de Oliveira. **Violência urbana**: Análise dos roubos a ônibus no SIT - 2005 e 2006 em Uberlândia-MG. 2008. 69f. Monografia (Bacharelado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MENÉNDEZ, Eduardo L.; PARDO, Renée B. di. Alcoholismo, otras adicciones e varias imposibilidades. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR.; Carlos E. A. **Críticas e atuantes**: Ciências Sociais e Humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p.567-586.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.1, p.103-110, 2004.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989. 116p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. 269p.

_____. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência sob o olhar da saúde pública**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p.23-47.

_____. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 9-42. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES. Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.35-42, jan./mar, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.4, n.1, p.7-32, 1999.

MISSE, Michel. Explicando a violência urbana e a criminalidade no Brasil: um mapa das posições teóricas e metodológicas em disputa. In: ZANOTELLI, Cláudio Luiz; RAIZER, Eugênia Célia; VALADÃO, Vanda de Aguiar. **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória: Grafita Gráfica e Editora - NEVI, 2007. p.31-36.

_____. **Violência: o que foi que aconteceu?** Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/1Viol%C3%A4nciaoquefoiqueaconteceu.pdf>. Acesso em: 26 set. 2003.

MOLINA, Antonio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flavio. **Criminologia**. São Paulo: RT, 1997.

MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. **Prevenção da violência: o caso de projetos sócio-esportivos nos subúrbios cariocas**. 2009. 193f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)–Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MORAIS, Régis. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 113p.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 5ª Edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

_____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOREIRA, Ana Cleide Guedes et al. Quem tem medo do lobo mal? Juventude, agressividade e violência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 677-697, dez. 2009.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 152p.

MOTA, Elaine. Polícia Civil vê mudança no perfil do usuário de crack. **Correio de Uberlândia**, 22 jan. 2012. Caderno Cidade e Região. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2012.

MOTA, Núbia. 300 pedras de crack são apreendidas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 23 out. 2010^a. Caderno Cidade e Região, A6. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 23 out. 2010.

_____. Três pessoas são mortas na zona sul de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 11 ago. 2010^b. Caderno Cidade e Região, A6. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2011.

MOURA, Gerusa Gonçalves. **Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada**: um estudo em Uberlândia/MG. 2008. 270f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

NAKAMURA, Denise. Cresce crime contra crianças. **Correio de Uberlândia**, 15 nov. 2010. Caderno Cidade e Região, A3. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2010^b.

_____. Demora livra suspeito. **Correio de Uberlândia**, 15 nov. 2010. Caderno Cidade e Região, A3. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2010^a.

NASAR, Jack; FISHER, Bonnie; GRANNIS, Margaret. Proximate physical cues to fear of crime. **Landscape Urban Planning**, v.26, p.161-178, 1993.

NEWMAN, Oscar. **Defensible Space**: Crime Prevention Through Urban Design. New York: Coolier Books, 1972. 264p.

NONA REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/9rpm/principal.action>. Acesso em: 13 nov. 2010.

NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. **Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde**. 2005. 392f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal, 2005.

NÚMERO de denúncias contra abuso sexual cresce em Uberlândia. Disponível em: <http://www.uberlandiacontraapedofilia.com.br/?tag=conselho-tutelar-uberlandia>. Acesso em: 14 mar. 2011.

NUSEG - NÚCLEO DE SEGURANÇA/BANCO DO BRASIL. **Segurança pessoal em áreas de alto risco**: regras para não se tornar uma vítima da violência urbana. Belo Horizonte, NUSEG, 2009. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6579111/Seguranca-Pessoal-Em-Areas-de-Alto-Risco>. Acesso em: 15 set. 2010.

OLIVEIRA, Thais Carvalho de. **Segurança no SIT de Uberlândia**: Análise dos roubos a ônibus. 2005. 92f. Monografia (Bacharelado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Violência e Saúde Coletiva: contribuições teóricas das ciências sociais à discussão sobre o desvio. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.3, p.42-53, 2008.

OLIVEN, Rubem George. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, Renato Raul. **Violência e cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982. p.21-28.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde** – décima revisão. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 1997.

PAIN Rachel; KOSKELA, Hille. Revisiting fear and place: women`s fear of attack and the built environment. **Geoforum**, Newcastle, v.31, p. 269-280, 2000.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PANTALEÃO, Juliana F.; MARCOCHI, Marcelo C. Violência e condição social: o homem é fruto do meio? **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, ano 2, n.78, 2004. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=271>. Acesso em: 06 fev. 2012.

PARANHOS, Rick. Número de prisões ligadas ao tráfico aumenta 47%. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30 jun. 2009. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2009.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: GUILHERME DE VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.26-67.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do Medo**: Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Editora Método, 2003. 157p.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 188p.

PIMENTA, Antônio. Motociclista é morto com quatro tiros, no bairro Segismundo Pereira. **Chumbo Grosso**, 19 mar. 2012. Disponível em: <http://uipi.tv.br/musicvideo.php?vid=c2e638514>. Acesso em: 22 mar. 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003. 88p.

POLÍCIA MILITAR (Minas Gerais). **Documento oficializa expansão do modelo mineiro de registro de boletins de ocorrência para o Brasil**. Disponível: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=5836&tipoConteudo=noticia>. Acesso em: 03 mar. 2011.

_____. **PROPACCS - Programa para a Prevenção, Análise e Combate à Criminalidade nas Subáreas**. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/9rpm/conteudo.action?conteudo=865&tipoconteudo=itemmenu>. Acesso em: 02 mar. 2011.

POPÓ, Pedro. Menor troca faca por arma de fogo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 14 maio 2006. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2011.

POSTERLI, Renato. **Violência urbana**: abordagem multifatorial da criminogênese. Belo Horizonte: Inédita, 2000. 108p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA. **II Plano Municipal de Segurança**: um compromisso coletivo pela paz. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Postos Integrados de Segurança e Cidadania**. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=245>. Acesso em: 30 jun. 2010.

PROGRAMA reduz 50% de homicídios em Minas Gerais. **Neomundo**, terça 20 jan. 2009. Disponível em: http://www.neomundo.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=185:fic-a-vivo&catid=59:social&Itemid=62. Acesso em: 22 set. 2010.

PROTEÇÃO COM CONCERTINA. Disponível em: http://images02.olx.com.br/ui/4/97/82/66249582_2-Motres-p-portoesconcertina-cerca-eletricaetc7181094546-Salvador.jpg. Acesso em: 8 mar, 2010.

QUAGLIA, Giovanni. **Novos conceitos para uma prevenção efetiva do crime**. In: FÓRUM METROPOLITANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAIXADA SANTISTA, 1., 2003. Disponível em: http://www.unodc.org/cms/articles_speechs_Cubatiao.html. Acesso em: 1 nov. 2008.

QUEIROZ, L. da S. A cidade sitiada: da violência consentida ao medo com sentido. In: PONTUCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. V. (org.). **Geografia em Perspectiva**, São Paulo: Contexto, 2002. p. 97-106.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REALIZA CONSTRUTORA. **Paradiso Condomínio Ecológico**. Disponível em: <http://www.realizaconstrutora.com.br/realizaconstrutora/paradiso/seguranca.aspx>. Acesso em: 19 abr. 2011.

RESENDE, Tatiane Carneiro de et al. Aspectos referentes às vítimas de estupro segundo processos-crime em Uberlândia-MG. **Revista Fato & Versões**, v.3, n.5, p.43-69, 2011.

RIBEIRO, Marcelle; CARVALHO, Cleide. PF faz operação para combater tráfico de drogas em cinco estados do país. **O Globo**, 28 out. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/10/28/pf-faz-operacao-para-combater-traffic-de-drogas-em-cinco-estados-do-pais-914399101.asp>. Acesso em: 30 out. 2009.

RICHARDSON, Roberto J. et al. Análise de conteúdo. In: RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989. p. 173-198.

RICO, José Maria; SALAS, Luis. **Inseguridad ciudadana y policia**. Madrid: Editorial Tecnos SA, 1988.

ROCHA, Thiago Thadeu da et al. Segurança pública e a política de combate ao tráfico de drogas em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.6, n.1, fev./mar., 2012. ISSN 1981-1659.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al. **Imagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.144-162.

ROSA, Roberto; BRITO, Jorge Luiz da Silva. **Introdução ao Geoprocessamento: Sistema de Informação Geográfica**. Uberlândia: UFU, 1996. 104p.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO – SSP/SP. Coordenadoria de Análise e Planejamento - CAP. **Estatística de criminalidade: Manual de interpretação**. São Paulo: CAP, 2005. 29p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN (Uberlândia). **Relação dos bairros integrados**. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/secretaria.php?id_cg=172&id=17. 2011. Acesso em: 08 mar. 2011.

SEGURANÇA PÚBLICA. **Linha Dura**. Uberlândia: TV Vitoriosa, 03 de fevereiro de 2012. Programa de televisão.

_____. **No foco da notícia**. Uberlândia: TV Vitoriosa, 01 de fevereiro de 2012. Programa de televisão.

SILVA, Cristiane. Operação contra roubo de veículos termina com 41 presos no Triângulo Mineiro e Goiás: Polícia afirma que esta pode ser considerada a maior operação de repressão a crimes contra o patrimônio realizada no Triângulo nos últimos anos. **Estado de Minas**, 26 dez. 2011. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/12/06/interna_gerais,265955/operacao-contra-roubo-de-veiculos-termina-com-41-presos-no-triangulo-mineiro-e-goias.shtml. Acesso em: 03 fev. 2012.

SILVA, Daniel Nascimento. **Violência urbana em Uberlândia**: espacialização de roubos a residências segundo setores territoriais urbanos.

SILVA, Frederico. Centros comerciais e DI terão câmeras. **Correio de Uberlândia**, 26 nov. 2010. Caderno Cidade e Região, A8. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. Violência é a maior causa de morte em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, 07 dez. 2011. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 02 fev. 2012.

SILVA, Gregório Lara da. **Análise do Projeto Olho Vivo**: um instrumento de prevenção da criminalidade no hipercentro de Belo Horizonte – MG. 2005. 170f.

Monografia (Curso de Especialização *lato sensu*) - Academia de Polícia, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, Leonardo Leocádio. Entre a Guerra e o Poder: Tráfico e Política na cidade de Ceilândia. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Marta Maria Alves da et al. Agenda de Prioridades da Vigilância e Prevenção de Acidentes e Violências aprovada no I Seminário Nacional de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.16, n.1, p.57-64, 2007.

SILVEIRA, Andréa Maria et al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidades de Belo Horizonte. **Revista de Saúde Pública**, v.44, n.3, p.496-502, 2010.

SILVEIRA, Andréa Maria. **Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. 2007. 290f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVEIRA, Andréa Maria; SILVA, Bráulio; BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Prevenção de crimes urbanos: o Programa Fica Vivo. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2008. p.77-88.

SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL - SIAPS. **Segurança Pública**, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, 30 mar. 2011.

SMITH, Susan Jane. Fear of Crime: beyond a geography of deviance. **Progress in Human Geography**, London, v. 38, n.5 e 6, p.899-91, 1987.

SOARES, Eder. Menor é morto com tiro no peito. **Correio de Uberlândia**, 21 jun. 2010. Caderno Cidade e Região, B6. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2011.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade. In: In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 79-104.

SORIANO, Érico. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do Estado de São Paulo: o caso Itirapina**. 2007. 151p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

SOS MULHER FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA. **Violência**: um panorama das agressões em Uberlândia e no Brasil. Disponível em: <http://sosmulherudia.blogspot.com/2010/06/violencia-um-panorama-das-agressoes-em.html>. Acesso em: 27 jan. 2012.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho; VEIGA, João Paulo Costa da. Violência interpessoal: homicídios e agressões. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 171-204. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p.77-116.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

STEINBERGER, Marília; CARDOSO, Ana Izabel. A geopolítica da violência urbana e o papel do Estado. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.) **Brasília**: dimensões da violência urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p.87-131.

STONE, Donald B. et al. **Introdução à epidemiologia**. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

TAVARES, Renata. Mortes entre 15 e 29 anos aumentaram. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 07 mar. 2011. Caderno Cidade e Região, A-4. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 21 out. 2011.

_____. Menor é apreendido com arma de fogo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30 nov. 2011. Caderno Cidade e Região, Notícias. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 03 fev. 2012^a.

_____. Três menores são apreendidos com drogas e réplica de arma de fogo no Bom Jesus. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 21 ago. 2011. Caderno Cidade e Região, Notícias. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 03 fev. 2012^b.

TORRES, Wallace. Uberlândia terá secretaria antidrogas em janeiro. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 out. 2011. Caderno Cidade e Região. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 376p.

TUFANO, Douglas. **Guia prático da Nova Ortografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2008. 32p.

TURATO, Egberto Ribeiro. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

UBERLÂNDIA. Lei nº. 6622, de 10 de maio de 1996. Modifica o Art. 1º. da Lei 6286/95 e dá outras providências. Uberlândia, 1996.

_____. Projeto de Lei Complementar nº. ____/05. Dispõe sobre a implantação da Política de Segurança Pública Municipal e dá outras providências. Uberlândia, 2005.

VARELA, C. Que significa estar seguro? De delitos, miedos e inseguridades entre los adultos mayores. **Cuadernos de Antropologia Social**, Buenos Aires, n.22, jul./dez. 2005.

VARGAS, Joana Domingues. **Estupro: que justiça?** Fluxo do funcionamento e análise do tempo da justiça criminal para o crime de estupro. 2008. 291f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; COSTA, Arthur. Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.) **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p.33-56.

VENTURA, Carla Aparecida Arena et al. Políticas e leis sobre drogas ilícitas no Brasil e a perspectiva de familiares e pessoas próximas a usuários de drogas: estudo na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n.17, p.810-816, nov./dez, 2009. Número especial.

VIANO, Emílio C. Homicídio: uma perspectiva vitimológica. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 105-124.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência - 2011**: Os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011^a. 161p.

_____. **Mapa da Violência – 2012**: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011^b. 243p.

WAQUIM, Bruna Barbieri. Prevenção situacional: Teses, técnicas e reflexões. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 67, 1 ago. 2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6544. Acesso em: 3 mar. 2010.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S. A.** São Paulo: Moderna, 1996. 128p.

_____. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré – ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. (Antropologia, v.1).

_____. **Dilemas da segurança pública no Brasil**. Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/nupevi/desarmamento.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2005.

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro de entrevista

VOCÊ CONHECE O BAIRRO E A CIDADE ONDE MORA?

Bairro onde você reside:

1) Há quanto tempo reside no bairro:

- a) ☐ Há 4 anos
- b) ☐ De 5 a 9 anos
- c) ☐ De 10 a 19 anos
- d) ☐ Mais de 20 anos

2) Sua idade:

- b) ☐ 18 a 29 anos
- c) ☐ 30 a 39 anos
- d) ☐ 40 a 49 anos
- e) ☐ 50 a 59 anos
- f) ☐ 60 a 69 anos
- g) ☐ 70 a 79 anos
- h) ☐ 80 anos e mais

3) Sua religião:

- a) ☐ Católico
- b) ☐ Evangélico
- c) ☐ Espírita
- d) ☐ Ateu
- e) ☐ Outra

4) Em quais locais do seu bairro ocorrem mais crimes:

- a) ☐ Rua
- b) ☐ Bar
- c) ☐ Comércio
- d) ☐ Residência
- e) ☐ Praça
- f) ☐ Terreno baldio
- g) ☐ Lugar escuro

5) Em quais períodos você acha que ocorrem mais crimes no seu bairro?

- a) ☐ Manhã: 06 às 12 horas
- b) ☐ Tarde: 13 às 18 horas
- c) ☐ Noite: 19 às 00 horas
- d) ☐ Madrugada: 01 às 05 horas

6) Você gosta do bairro onde mora?

7) Existe algum tipo de crime que ocorre com mais frequência em seu bairro?

8) Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora?

9) Você ou alguém de sua família já foi vítima da violência em Uberlândia?

10) Quais consequências a violência traz aos moradores do seu bairro?

11) Você está satisfeito com a segurança pública realizada no seu bairro?

12) Você conhece algum programa de prevenção à violência em Uberlândia e no seu bairro?

13) O que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro onde você mora e em Uberlândia?

ANEXOS


Anexo 1 - Modelo de Boletim de Ocorrência – Cidade de Bom Despacho/MG

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR						REDS 2011-001133107-001	
BOLETIM DE OCORRÊNCIA				BO NÚMERO	M3120-2011-0006495	Fl.	1/4
UNIDADE PEL PCHQ/50 CIA PM/7 BPM				MUNICÍPIO BOM DESPACHO			
DESTINATÁRIO DEL. POL. DA COM. DE BOM DESPACHO				DATA DO REGISTRO 29/06/2011 10:14			
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO							
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICACOES				DATA DA COMUNICAÇÃO 29/06/2011		HORA DA COMUNICAÇÃO 09:31	
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXXXX							
DADOS DA OCORRÊNCIA							
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL AMEACA							
COD. PRINCIPAL B01147		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO		COMPL. NATUREZA TRANSEUNTE			
DATA DO FATO 29/06/2011		HORÁRIO DO FATO 09:30		DATA NO LOCAL 29/06/2011		HORÁRIO NO LOCAL 09:35	
COMPL DE LOCAL MEDIATO IGNORADO		COMPL DE LOCAL IMEDIATO IGNORADO		DATA FINAL 29/06/2011		HORÁRIO FINAL 10:44	
LOCAL (AV., RUA, ETC) RUA PADRE AUGUSTO							
NÚMERO 170		KM XXXX		COMPLEMENTO XXXXXX		BAIRRO / VILA OZANAN	
MUNICÍPIO BOM DESPACHO		UF MG		PAÍS BRASIL		CEP XXXXXX	
PONTO DE REFERÊNCIA XXXXXX				LATITUDE -19° 43' 55,0"		LONGITUDE -45° 15' 40,66"	
TIPO LOCAL VIA URBANA				MEIO UTILIZADO VEICULO			
CAUSA PRESUMIDA OUTROS - CAUSAS COMUNS							
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS							
ENVOLVIDO 1							
TIPO DE PESSOA FISICA		COD. NATUREZA B01147		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO		SEXO MASCULINO	
TIPO ENVOLVIMENTO VITIMA DE AÇÃO CRIMINAL / CIVEL							
DESCRIÇÃO NATUREZA AMEACA							
NOME COMPLETO ROSEMBERG RODRIGUES DE CASTRO							
APELIDOS XXXX							
NACIONALIDADE BRASILEIRA				DATA NASCIMENTO 23/07/1960		NATURALIDADE / UF BOM DESPACHO / MG	
IDADE APARENTE 50		GRAU DA LESÃO SEM LESOES APARENTES				ESTADO CIVIL ESTADO CIVIL - IGNORADO	
CUTIS IGNORADA				OCUPAÇÃO ATUAL XXXXXX			
RELAÇÃO VITIMA / AUTOR IGNORADA							
MÃE MARIA AFONSA DE CASTRO RODRIGUES							
PAI THIRESIO RODRIGUES LOPES							
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL							
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 1075785				ORGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA		UF MG	
CPF / CNPJ XXXXXX							
ESCOLARIDADE OUTROS - ESCOLARIDADE							
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA CAPIVARI				NÚMERO 95		KM XXXXX	
COMPLEMENTO XXXXXX				MUNICÍPIO BOM DESPACHO		UF MG	
BAIRRO CRUZ DO MONTE				PAÍS BRASIL		CEP XXXXXX	
TELEFONE RESIDENCIAL XXXXXX				TELEFONE COMERCIAL (37) 3522-3620			
PESO ESTIMADO XXXXXX		ALTURA ESTIMADA XXXXXX		CALVÍCIO ? XXX		CABELO IGNORADO	
COR OLHOS IGNORADO		ESTRABISMO ? XXX		DEFICIÊNCIA FÍSICA IGNORADO		COR CABELO ? IGNORADO	
AMPUTAÇÃO XXXX							
SINAIS DE EMBRIAGUEZ XXX / XXXX							

DIGITADOR: PM0928606

GERADO POR: PC1256042
30/06/2011 10:46


(Continua)

		CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2011-001133107-001	
BOLETIM DE Ocorrência		BO NÚMERO		M3120-2011-0006495	
				FI. 2/4	
ENVOLVIDO 1					
SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?		SOFRIMENTO MENTAL			
XXX		IGNORADO			
DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL					
XXXX					
CICATRIZ					
XXXX					
DEFORMIDADE					
XXXX					
LOCAL / TIPO TATUAGEM					
XXXX					
LOCAL / TIPO ACESSÓRIO					
XXXX					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
XXXXXX					
PRISÃO / APREENSÃO				HOVE USO DE ALGEMAS / MOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?	
IGNORADO				XXX	
ENVOLVIDO 2					
TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO	SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO	
FÍSICA	B01147	CONSUMADO	MASCULINO	TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	
DESCRIÇÃO NATUREZA					
AMEACA					
NOME COMPLETO					
RONALDO DE CASTRO CABRAL					
APELIDOS					
XXXX					
NACIONALIDADE			DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF	
BRASILEIRA			16/04/1954	BOM DESPACHO / MG	
IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO			ESTADO CIVIL	
57	IGNORADO			ESTADO CIVIL - IGNORADO	
CUTIS			OCUPAÇÃO ATUAL		
IGNORADO			XXXXXX		
RELAÇÃO VITIMA / AUTOR					
IGNORADO					
MÃE					
MARIA DA CONCEICAO					
PAI					
ANTONIO CABRAL SOBRINHO					
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO					
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL					
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE		ORGÃO EXPEDIDOR	UF	CPF / CNPJ	
71791		SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	MG	XXXXXX	
ESCOLARIDADE					
ESCOLARIDADE - IGNORADA					
ENDEREÇO (AV., RUA, ETG)			NÚMERO	KM	COMPLEMENTO
AVENIDA PADRE AUGUSTO			378	XXXXX	XXXXXX
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	
SAO JOSE	BOM DESPACHO			MG	
PAÍS	CEP	TELEFONE RESIDENCIAL		TELEFONE COMERCIAL	
BRASIL	XXXXXX	XXXXXX		(37) 3521-4317	
PRISÃO / APREENSÃO			HOVE USO DE ALGEMAS / MOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?		
IGNORADO			XXX		
HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA					
<p>COMPARECEMOS NO ENDEREÇO MENCIONADO ONDE A VITIMA SR. ROSEMBERG RODRIGUES DE CASTRO NOS RELATOU QUE ENCONTRAVA-SE EM FRENTE A CASA DO PREFEITO DA CIDADE DE BOM DESPACHO, SR. HAROLDO QUEIROZ ONDE ESTAVA OCORRENDO UMA OPERAÇÃO CONJUNTA DA RECEITA, MINISTERIO PUBLICO E POLICIA MILITAR E O MESMO ESTAVA NO LOCAL PARA FAZER A REPORTAGEM E POSTAR EM SEU BLOG A RESPEITO DO FATO. SEGUNDO A VITIMA E TESTEMUNHA, EM DADO MOMENTO, AS FILHAS DO SR. HAROLDO PREFEITO DA CIDADE DE BOM DESPACHO SAIRAM DA RESIDENCIA CONDUZINDO UM VEICULO E QUE JOGARAM O VEICULO EM SUA DIRECAO COM A INTENCAO DE ATROPELAR A VITIMA, NAO CONSEGUINDO O INTENTO PORQUE A VITIMA SALTOU EM OUTRA DIRECAO, EM SEGUIDA JOGARAM UM COPO DE AGUA CONTRA A VITIMA, CHAMANDO-A DE " FEDAPUTA", EM ATO CONTINUO AS AUTORAS EVADIRAM TOMANDO RUMO IGNORADO. SEGUNDO A VITIMA, TODA A AÇÃO DAS AUTORAS FOI GRAVADA E FILMADA POR ELA. NAO FOI POSSIVEL COLHER MAIORES DADOS DAS SUPOSTAS AUTORAS, UMA VEZ QUE A VITIMA NAO SOUBE NOS INFORMAR COM PRECISAO, DE QUEM SERIA A CONDUTORA DO VEICULO E A QUE JOGOU A AGUA EM SUA DIRECAO E AO CHEGARMOS NO LOCAL, AS SUPOSTAS AUTORAS NAO SE ENCONTRAVAM.</p>					
MODO DA AÇÃO CRIMINOSA					
XXXXXX					
VIATURAS					
VIATURA 1					

DIGITADOR: PM0928606

GERADO POR: PC1256942
30/06/2011 10:46

(Continuação)

		CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2011-001133107-001
BOLETIM DE Ocorrência		BO NÚMERO	M3120-2011-0006495	Fl. 3/4
VIATURA 1				
TIPO DA VIATURA PRINCIPAL		ÓRGÃO POLÍCIA MILITAR		
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO VEICULO DE SERVIÇO PARA TRANSPORTE DE PRESOS -				
PLACA GTM9387	PREFIXO DA VIATURA PM	REGISTRO GERAL 12580	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO XXXXXX	
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA XXXXXX				
MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES				
MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE				
NUM VIATURA 1	MATRICULA 0928606	CARGO CABO		
NOME COMPLETO RONAN CESAR COSTA				
CORPORAÇÃO POLÍCIA MILITAR				
UNIDADE PEL PCHQ/50 CIA PM/7 BPM				
MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE				
NUM VIATURA 1	MATRICULA 1339068	CARGO SOLDADO DE 1 CLASSE		
NOME COMPLETO MAYRON CESAR DE SOUZA				
CORPORAÇÃO POLÍCIA MILITAR				
UNIDADE 1 GP/2 PEL PM/50 CIA PM/7 BPM				
RESPONSÁVEL PELA APREENSÃO/PRISÃO/CONDUÇÃO				
UNIDADE XXXXXX				
MATRICULA XXXXXX	NOME COMPLETO XXXXXX			
CARGO XXXXXX	OS PRESOS APREENDIDOS FORAM INFORMADOS DOS SEUS DIREITOS? XXX			
CORPORAÇÃO XXXXXX				
ASSINATURA:				
DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA				
UNIDADE PEL PCHQ/50 CIA PM/7 BPM				
MATRICULA 0928606	NOME COMPLETO RONAN CESAR COSTA			
CARGO CABO				
CORPORAÇÃO POLÍCIA MILITAR				
ASSINATURA:				
RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL				
DESTINATÁRIO / RECIBO 1				
Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO ,M3120-2011-0006495 e Número de REDS 2011-001133107-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.				
DATA XXXXXX	HORA XXXXX	MATRICULA XXXXXX	NOME XXXX	
CARGO XXXXXX				
ÓRGÃO/UF POLÍCIA CIVIL/MG				
UNIDADE DEL. POL. DA COM. DE BOM DESPACHO				
DIGITADOR: PM0928606		GERADO POR: PC1256042 30/06/2011 10:46		

(Continuação)

		CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLICIA CIVIL - POLICIA MILITAR		REDS 2011-001133107-001
BOLETIM DE Ocorrência		BO Número	M3120-2011-0006495	Fl. 4/4
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE				
XXXXXX				
ASSINATURA				
RECIBO GERADO POR:				DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
FM0928606 - RONAN CESAR COSTA				29/06/2011 10:28
***** FIM DA Ocorrência: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****				

DIGITADOR: FM0928606

GERADO POR: FC125604
30/06/2011 10:41

Parte de um Boletim de Ocorrência – Cidade de Uberlândia//MG

		CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		REDS 2011-000002826-001	
		BOLETIM DE OCORRÊNCIA		BO NÚMERO	M6398-2011-0000303
UNIDADE 199 CIA PM TM/17 BPM			MUNICÍPIO UBERLÂNDIA		
DESTINATÁRIO 17 BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/9 RPM			DATA DO REGISTRO 01/01/2011 17:45		
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO					
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA DIRETAMENTE AO POLICIAL			DATA DA COMUNICAÇÃO 01/01/2011		HORA DA COMUNICAÇÃO 16:08
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXXXX					
DADOS DA OCORRÊNCIA					
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL AUTO EXTERMINIO (SUICÍDIO)					
COD. PRINCIPAL A03000		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO		COMPL. NATUREZA OUTROS - INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	
DATA DO FATO 01/01/2011	HORÁRIO DO FATO 16:05	DATA NO LOCAL XXXXXX	HORÁRIO NO LOCAL XXXXX	DATA FINAL 01/01/2011	HORÁRIO FINAL 20:58
COMPL. DE LOCAL IMEDIATO IGNORADO			COMPL. DE LOCAL IMEDIATO IGNORADO		
LOCAL (AV., RUA, ETC.) AVENIDA UBIRATAN HONÓRIO DE CASTRO					
NÚMERO 291	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXXXX	BARRIO / VILA SANTA MONICA	CEP XXXXXX	
MUNICÍPIO UBERLÂNDIA			UF MG	PAÍS BRASIL	
PONTO DE REFERÊNCIA XXXXXX			LATITUDE -18° 54' 47,5"		LONGITUDE -48° 14' 38,22"
TIPO LOCAL OUTROS LOCAIS			MEIO UTILIZADO CORDA / ENFORCAMENTO		
CAUSA PRESUMIDA TENTATIVA					

Fonte: <http://www.google.com.br> (2011).

Anexo 2 - Documento de aprovação da pesquisa pelo CEP/UFU



Universidade Federal de Uberlândia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Avenida João Naves de Ávila, nº. 2160 - Bloco J - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG –

CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4131

e-mail: cep@propp.ufu.br; www.comissoes.propp.ufu.br

ANÁLISE FINAL Nº. 600/09 DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU 229/09

Projeto Pesquisa: Determinantes da criminalidade violenta no espaço urbano de Uberlândia – MG.

Pesquisador Responsável: Márcia Andréia Ferreira Santos

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

SITUAÇÃO: PROTOCOLO DE PESQUISA APROVADO

Data de entrega do relatório parcial: novembro de 2010.

Data de entrega do relatório final: fevereiro de 2012.

O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Uberlândia, 06 de novembro de 2009.

Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado
Coordenadora do CEP/UFU

Orientações ao pesquisador

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e). O prazo para entrega de relatório é de 120 dias após o término da execução prevista.

Anexo 3 - Lista dos bairros integrados

Setor	Loteamento	Bairro integrado	Integração	
			Lei	Data
Central (11 bairros)	Loteamento de propriedade do Sr. Custódio da Costa Pereira (parte	Bom Jesus	5850	21/10/1993
	Custódio Pereira (parte), Fluminense (parte), Vila Brasil (parte), Vila Santa Terezinha (parte), Outros não identificados	Brasil	5843	21/10/1993
	Cazeca (parte), Erlan, Outros não identificados	Cazeca	5826	28/12/1995
	Loteamento de propriedade do Sr. Custódio da Costa Pereira (parte), Vila Osvaldo (parte), outros não identificados	Centro	6292	26/04/1995
	Chaves, Daniel Fonseca (parte), Loteamento de propriedade de João de Souza (parte), Rezende Junqueira (parte)	Daniel Fonseca	6271	20/03/1995
	Loteamentos não identificados	Fundinho	6297	03/03/1995
	Ribeirinho, Tobias Inácio, Vila Dr. Vasco Giffoni (parte), Vila Povia (parte), Vila Ribeirinho, outros não identificados	Lídice	6479	28/12/1995
	Loteamento de propriedade de Galeno Andrade Santos, Loteamento de propriedade do Sr. Custódio da Costa Pereira (parte), Vila de Fátima (parte), Vila de Fátima II (parte), Vila Hígino Guerra, Vila Osvaldo (parte), outros não identificados	Martins	5872	01/11/1993
	Fluminense (parte), São Pedro, Vila Brasil (parte), Vila Esplanada, Vila Oriente, Vila Santa Terezinha (parte), outros não identificados	Nossa. Senhora Aparecida	5901	21/12/1993
	Daniel Fonseca (parte), De Lourdes, Loteamento de propriedade de João de Souza (parte), Loteamento de propriedade de José Thomaz Rezende, Loteamento de propriedade de Odilon Custódio Pereira e outros, Rezende, Rezende Junqueira (parte), Vila Carneiro, Vila de Fátima (parte), Vila de Fátima II (parte), Vila Osvaldo (parte), outros não identificados	Osvaldo Rezende	5873	01/11/1993
	Altamira (parte), Copacabana (parte), General Osório, Maracanã, Tabajaras, outros não identificados	Tabajaras	6309	19/05/1995
Norte (10 bairros)	Industrial, Jardim Brasília, Jardim Brasília III, Jardim Brasília Prolongamento e Setor F. Chácaras, Jardim Metrópole, Residencial Jardim Brasília II, Tietê	Jardim Brasília	5897	10/12/1993
	Conjunto Habitacional Dona Maria Rezende, Maravilha, Maravilha Setor B	Maravilha	5857	21/10/1993
	Das Indústrias (casas populares), Jacob, Jardim Umuarama (parte), Marta Helena (parte)	Marta Helena	5844	21/10/1993
	Boulevard Mineiro, Jardim Umuarama (parte) Jardim Umuarama II, Jardim Umuarama II – Prolongamento Gleba D, Jardim Umuarama II – Prolongamento Gleba E, Marta Helena (parte), Minas Brasil, Novo Umuarama	Minas Gerais	5889	31/12/1993
	Cruzeiro do Sul, Jardim América I (parte), Nossa Senhora das Graças (parte)	Nossa Senhora das Graças	8651	29/04/2004
	Oliveira, Pacaembu, Pacaembu I, II e II, Pacaembu Remanescente, Vila Maria, Vila Maria Remanejamento (parte), Vila Satélite	Pacaembu	6482	28/12/1995
	Vila Presidente Roosevelt	Presidente Roosevelt	5853	21/10/1993
	Residencial Gramado	Residencial Gramado	6033	21/06/1994
	Esperança, Esperança II, Jardim América I (parte), Residencial Liberdade, Santa Rosa, Santa Rosa - Prolongamento	Santa Rosa	8649	29/04/2004
	São José	São José	5916	23/10/1993

(Continua)

Setor	Loteamento	Bairro integrado	Integração	
			Lei	Data
Leste (10 bairros)	Alto Umuarama e II, Custódio Pereira (parte), Girassol, Novo Horizonte (parte)	Alto Umuarama	8637	26/04/2004
	Custódio Pereira (parte), Jardim Panorama, Tibery (parte)	Custódio Pereira	6676	27/06/1996
	Aeroporto, Jardim Califórnia (parte), Jardim Ipanema I, Jardim Ipanema II (parte), Sítios de Recreio Morada dos Pássaros (parte), Sítios de Recreio Quintas do Bosque II (parte)	Jardim Ipanema	8629	23/04/2004
	Mansões Aeroporto I, II, III, IV, V e VI e Desmembramento de Lotes.	Mansões Aeroporto	8628	23/04/2004
	Jardim Ipanema II (parte), Sítios de Recreio Morada dos Pássaros (parte), Sítios de Recreio Quintas do Bosque I e II (parte)	Morada dos Pássaros	8636	26/04/2004
	Santa Mônica II - Setor A, B e C	Morumbi	6371	30/08/1995
	Conjunto Universitário, Eduardo Rende (parte), Fábio Felice, Jardim Finotti I e II, Jardim Parque Sabiá (parte), Progresso, Progresso 1, Santa Mônica - Setor A, B e C, Santos Dumont – Prolongamento, Vila Santos Dumont	Santa Mônica	5900	21/12/1993
	Conjunto Habitacional Segismundo Pereira, Santa Mônica - Setor D	Segismundo Pereira	5192	20/12/1990
	Eduardo Rende (parte), Tibery (parte), Vila Ana Angélica, Vila Corrêa	Tibery	5830	23/03/1993
	Granjas Reunidas Rosa Maria, Jardim Umuarama (parte), Novo Horizonte (parte), Vila Brasil (parte)	Umuarama	5851	21/10/1993
Oeste (16 bairros)	Residencial América do Sul e do Norte, Planalto I (parte), Residencial Ouro Verde, Tubalina Setor Chácaras/Granjas, Reloteamentos: Residencial América do Sul e do Norte, Jeová Abrahão, Espólio de Joaquim Peixoto dos Santos, Bárbara Andrade e outros, Piu Empreendimentos Imobiliários Ltda., João Batista Lúcio, Empreendimentos imobiliários Canaã Ltda.	Chácaras Tubalina e Quartel	6238	11/01/1995
	Dona Zulmira, Jardim Patrícia e II (partes), Parque dos Eucaliptos (parte)	Dona Zulmira	6474	21/12/1995
	Parque Guarani I, II, III e IV	Guarani	5854	21/10/1993
	Jaraguá, Jaraguá Parte (Adriano Bailoni), Jaraguá Parte (Procópio Ribeiro), Jaraguá Prolongamento, Tubalina Setor Colônia (parte), Valleé,	Jaraguá	6673	27/06/1996
	Chácaras Bela Vista, Jardim Canaã, Jardim Canaã II, Santo Antônio	Jardim Canaã	6674	27/06/1996
	Jardim das Palmeiras, Jardim Flórida, Santo Inácio, São Lucas	Jardim das Palmeiras	6360	17/08/1995
	Conjunto Habit. Parque Sto. Antônio, Jd. Europa, Jd. Itália, Mansour I – Prolong.	Jardim Europa	8250	25/02/2003
	Chácaras Jardim Holanda, Reloteamentos: Lindamar Peixoto de Souza, Alegria, Decisão, Disciplina, Ordem, Tolerância, Jardim das Palmeiras II, Parque Trianon	Jardim Holanda	6675	27/6/1996
	Jardim Patrícia (parte), Jardim Patrícia II (parte), Moinho de Vento, Parque dos Eucaliptos (parte), Parque dos Eucaliptos II	Jardim Patrícia	5852	21/10/1993
	Conjunto Residencial Nosso Lar, Luizote de Freitas, Luizote II e III	Luizote de Freitas	5856	21/10/1993
	Mansour I	Mansour	5855	21/10/1993
	Condomínio Morada do Sol	Morada do Sol	6237	11/1/1995
	Chácaras Panorama, Chácaras Panorama I e III, Jardim Célia	Panorama	7069	5/1/1998
	Planalto, Planalto I (parte), Núcleo Residencial Uberlândia (Tancredo Neves)	Planalto	5888	3/12/1993
	Jaguara, Jaguará IV, Jardim Letícia, Novo Taíaman, Residencial Aruanã, Taíaman, Taíaman Prolongamento	Taíaman	6357	9/8/1995
	Talismã, Tocantins 1 e 2, Tocantins - Prolongamento	Tocantins	6240	11/1/1995

(Continuação)

Setor	Loteamento	Bairro integrado	Integração	
			Lei	Data
Sul (17 bairros)	Jardim Xangrilá, Residencial Carajás, Santo Antônio, Setor da Vila Saraiva (Anizio S. e Periano S. Aguiar), Setor da Vila Saraiva (Antonio Saraiva Primo), Setor da Vila Saraiva (Claudio Hernesto Crosara), Vila Saraiva (parte - herdeiros de Francisco Saraiva)	Carajás	8404	29/08/2003
	Cidade Jardim, Cidade Jardim Ampliação, Cidade Jardim Setor A, Vila Cilene (parte)	Cidade Jardim	6000	28/04/1994
			8696	24/06/2004
	Buritis (parte), Jardim Botânico, Jardim Botânico II (parte), Jardim dos Gravatás, Parque Granada, Parque Residencial Camaru	Granada	7284	3/05/1999
	Jardim Inconfidência (parte), Santa Paula Royal Park Residence, Vila Real	Jardim Inconfidência	8644	29/4/2004
	Altamira II (parte), Bosque Karaiba (parte), Itapema Sul, Jardim das Acácias, Jardim Inconfidência (parte), Jardim Indaiá, Jardim Karaiba, Vila do Sol, Village Karaiba (fechado)	Jardim Karaiba	6270	20/03/1995
	Jardim Ozanan (parte), Leão XIII (parte), Residencial Carmel, Sete Quedas - Vila Saraiva (Cosme Lúcio e José Leis), Setor da Vila Saraiva - (Jeovah de Oliveira), Vila Saraiva - Ampliação (Fábio Felice), Vila Saraiva - Prolongamento (Joaquim Saraiva), Vila Saraiva Prolong. II (Imobiliária Tubal Vilela S/A)	Lagoinha	8403	29/08/2003
	Jardim Aurora - Setor A e B, Jardim Veneza, Parque das Laranjeiras, Parque das Paineiras, Parque São Jorge I (parte), II e IV, Primavera Parque	Laranjeiras	6322	05/06/1995
	Altamira II (parte), Gávea, Gávea Hill 1 e 2, Jardim da Colina, Jardim da Colina B, Morada da Colina II, Morada da Colina Partes I e II, Patrimônio da N. S. da Abadia (parte), Reserva do Vale (Fechado), Villaggio da Colina (Gávea Prolongamento)	Morada da Colina	6243	11/01/1995
	Jardins Barcelona, Jardins Roma, Nova Uberlândia	Nova Uberlândia	8613	14/04/2004
			9029	26/10/2005
	Pampulha	Pampulha	8402	29/8/2003
	Chácara Recreio, Copacabana - Setor Omega, Copacabana (parte), Nossa Senhora da Abadia, Patrimônio da N. S. da Abadia (parte)	Patrimônio	5917	23/12/1993
	Conjunto Habitacional Santa Luzia (parte), Santa Mônica Remanejamento	Santa Luzia	6475	22/12/1995
	Conjunto Residencial Viviane, Jardim das Hortências, Parque das Seringueiras, Parque São Gabriel, Parque São Jorge I (parte), Parque São Jorge III – Prolongamento, Parque São Jorge V, Remanescente do Quinhão 2, Residencial Campo Alegre	São Jorge	6622	20/04/1995
	Cazeca (parte), Santa Maria, Vila Belo Horizonte, Vila Dr. Vasco Gifone (parte), Vila Presidente Vargas, Vila Saraiva III	Saraiva	6272	20/03/1995
	Gávea Sul, Shopping Park I, Shopping Park II, Sítios de Recreio Ibiporan B, C e D, Sítios de Recreio N. S. Aparecida (parte)	Shopping Park	8546	19/02/2004
	Tubalina Setor Colônia (parte), Vila Cilene (parte)	Tubalina	5858	21/10/1993
	Altamira II (parte), Jardim Nosso Recanto, Jardim Ozanan (parte), Sete Quedas - Vila Saraiva (Cosme Lúcio e José Leis), Trecho da Vila Saraiva (Corina S. e Davi S.), Vigilato Pereira, Vila Póvoa (parte), Vila Saraiva, Vila Vasco Gifone (parte)	Vigilato Pereira	6293	02/05/1995

(Conclusão)

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2011).

(..) Não dispõe de informação.

Anexo 4 - Tráfico de drogas e insurgências no bairro Morumbi

A6

CIDADE & REGIÃO

CORREIO DE UBERLÂNDIA - SEXTA-FEIRA - 19/2/2010

66

Estratégias estão sendo executadas para coibir qualquer atitude que venha a quebrar a ordem pública e a tranquilidade das pessoas

CORONEL DILMAR CROVATO | COMANDANTE DA 9ª RSP



VIOLÊNCIA

APÓS MORTES, ATRIBUÍDAS A GRUPOS RIVALS PELO CONTROLE DO TRÁFICO DE DROGAS, PM INSTALA BASE MÓVEL

Polícia Militar ocupa o bairro Morumbi

LUIS BARBOSA | REPORTER
GISELE TARGO | REPORTER

Depois de um fim de semana violento no bairro Morumbi, região leste de Uberlândia, a Polícia Militar praticamente ocupou o bairro e cumpriu ontem à tarde 21 mandatos de busca e apreensão em diversas casas e estabelecimentos comerciais. A ação deu sequência a uma série de estratégias da PM, entre elas a instalação de uma base provisória de uma

base móvel da 158ª Companhia de Polícia Militar.

O Morumbi é alvo da atenção policial desde terça-feira (16), quando a rivalidade entre pelo menos dois grupos criminosos foi exposta com o homicídio de Leandro Gualberto de Oliveira, de 18 anos. "Estratégias estão sendo executadas para coibir qualquer atitude que venha a quebrar a ordem pública e a tranquilidade das pessoas", afirmou o coronel Dilmar Fernandes Crovato, comandante da 9ª Região Integrada de Segurança

Pública (a Risp).

Ainda de acordo com o comandante, será formada a 88ª Área Integrada de Segurança Pública (Aisp), "onde um delegado da Polícia Civil e um capitão da Polícia Militar estarão exercendo suas atribuições", afirmou. Segundo o comandante, havia uma previsão futura de construção de um prédio e instalação da 88ª Aisp, que está sendo adiantada. Uma sede provisória deve ser preparada para começar a atuar na próxima semana.

FOTOS LUIS BARBOSA



MANDADOS

OPERAÇÃO MOBILIZA 100 MILITARES E HELICÓPTERO

As medidas de segurança para o bairro, segundo o tenente-coronel Hércules dos Reis Silva, do 17º Batalhão de Polícia Militar, foram tomadas após dois assassinatos ocorridos no feriado de carnaval e pela intimidação dos criminosos, que tentaram impor uma espécie de lutero no bairro.

Na noite de domingo, Valter Gonçalves Ramos, 30 anos, foi morto por cinco homens. Dois dias depois, um dos suspeitos do crime, Leandro Gualberto de Oliveira, 18 anos, conhecido no bairro como "Gudim", foi morto no cômodo dos fundos de sua casa. Ambos tinham passagens pela polícia e eram suspeitos

de envolvimento com tráfico de drogas no Morumbi. Eles seriam de facções criminosas rivais que lutavam pelo comando do tráfico na região leste.

"Não podemos afirmar que há realmente alguma facção atuando naquela área. Tenho certeza de que a Polícia Civil está averiguando todas as informações, inclusive esta de que há facções criminosas", disse o tenente-coronel.

A operação realizada ontem mobilizou cerca de 100 militares, com o apoio de 25 viaturas, um helicóptero e um veículo de resgate do Corpo de Bombeiros.

Em uma casa na rua Campos Gerais, enquanto policiais

cumpriam o mandato de busca à procura de uma arma, um menor de 14 anos chegava de bicicleta, mas viu as viaturas da polícia paradas e fugiu. Mas deixou para trás um bonê com 10 pacotes de crack. Segundo a polícia, nos papéis havia mais de 700 pedras da droga. O garoto foi encontrado no início da noite.

Em outra casa, na rua Dunas, a polícia apreendeu um revólver calibre 38 com a numeração raspada, celulares, dinheiro e um fôlego. A arma estava escondida no telhado de um dos quartos. A diarista Juclene Martins da Silva, 32 anos, foi presa e encaminhada à delegacia.



POLICIAIS MILITARES fazem trabalho de averiguação e droga e armas são apreendidas após cumprimento de mandados



MORTE DE JOVEM

COMERCIANTES DENUNCIAM LUTO FORÇADO

Menores supostamente ligados ao grupo de Leandro Gualberto de Oliveira, 18 anos, morto na terça-feira, obrigaram os comerciantes da avenida Antônio Jorge Isaac a fechar seus estabelecimentos na tarde de quarta-feira (17). Segundo os comerciantes, cerca de cinco adolescentes, todos menores de idade e armados, percorreram toda a avenida em bicicletas e ameaçaram jogar fogo nas lojas, caso eles não cumprissem a ordem.

Os feirantes que se preparavam para montar a feira livre das quartas-feiras à tarde, na rua Do Moínho, também foram impedidos pelos menores de erguer suas barracas. O ato, segundo os moradores, foi um protesto dos marginais e uma demonstração do poder que eles têm no bairro.

"Na verdade, esses garotos estão cumprindo ordens dos cabeças que mandam no bairro. Temos que cumprir o que eles mandam, pois, se não obedecemos, o que era ameaça vira verdade", disse um comerciante.

Dois adolescentes de 14 e 15 anos foram apreendidos, na quarta-feira à tarde, pela imposição do luto pela morte de Oliveira e outros quatro homens suspeitos de terem participado da ação foram conduzidos à 16ª Delegacia Regional de Polícia Civil. A imposição do luto aconteceu no início da tarde

de quarta-feira, horário em que o corpo de Oliveira estava sendo velado na casa em que foi assassinado na rua Videira.

Os suspeitos das ameaças foram localizados pela polícia na casa onde Leandro de Oliveira era velado. Ao chegarem ao local, parentes e amigos da vítima arremessaram pedras, pedaços de madeira, copos e garrafas nas viaturas da polícia. Para dispersar a aglomeração e conter as agressões, os policiais dispararam tiros de borracha. Ninguém ficou ferido.

MEDO

LEI DO SILÊNCIO IMPERA ENTRE MORADORES

Os moradores do Morumbi acompanharam de perto a operação policial. Pelas ruas era possível encontrar dezenas de pessoas nas portas de suas casas. "Nós precisamos realmente ter a polícia aqui nas ruas todos os dias. Se a polícia está aqui presente os bandidos somem", disse um morador.

Nas casas vizinhas aos imóveis onde a polícia cumpriu os mandatos de busca e apreensão a ordem era de silêncio. A

reportagem do CORREIO tentou falar com vários vizinhos nos locais revistados, porém, nenhum morador quis se manifestar. Ninguém, segundo apurado, viu ou ouviu nada de errado ou algo relacionado a algum tipo de crime. "Aqui todos são cegos e mudos. Se você abre a boca, no outro dia amanhece morto. Por isso, cada um cuida da sua vida e segue como se não tivesse vendo ou ouvindo nada", disse outro morador.

A quebra de silêncio teria motivado a morte do presidente da Associação de Moradores, Francisco Frandinaldo Bezerra, de 40 anos, foi assassinado no dia 1º de março do ano passado em função de uma entrevista dada a uma rede de televisão local sobre as mortes ocorridas naquele ano no bairro. Ele estava em um empório quando foi atingido por cinco tiros disparados por um homem e morreu a caminho do hospital.

CLUBE DE TIRO UBERLÂNDIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE APROVAÇÃO DE CONTAS

Fonte: Barbosa (2010).

Anexo 5 - Criação do bairro Centro: Lei nº. 6.292, de 26 de abril de 1995**LEI Nº 6292 DE 26 DE ABRIL DE 1995.**

DELIMITA E DENOMINA AS ÁREAS TERRITORIAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, QUE ESPECIFICA.

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A área territorial urbana, descrita por esta Lei, passa a ter as seguintes denominação e confrontações:

BAIRRO CENTRO

Área territorial urbana conhecida como Bairro Centro, compreende-se nos seguinte limites: Início no cruzamento da Av. Getúlio Vargas com a Rua Goiás; segue pela Av. Getúlio Vargas até a Rua Quintino Bocaiúva; segue pela Rua Quintino Bocaiúva até a Av. Cipriano Del Fávoro; segue pela Av. Cipriano Del Fávoro até a Av. João Pessoa; segue pela Av. João Pessoa até a Av. Fernando Vilela; segue pela Av. Fernando Vilela até a Av. Monsenhor Eduardo; segue pela Av. Monsenhor Eduardo até a Rua dos Pereiras; segue pela Rua dos Pereiras até a Av. João Naves de Ávila; segue pela Av. João Naves de Ávila até a Rua Joaquim Cordeiro, segue pela Rua Joaquim Cordeiro até a Av. Rio Branco; segue pela Av. Rio Branco até a Rua Barão de Camargos; segue até a Rua Rodolfo Corrêa; segue pela Rua Rodolfo Corrêa até a Rua Goiás; segue pela Rua Goiás até a Av. Getúlio Vargas; ponto onde se iniciou esta descrição.

Art. 2º Ficam oficializados todos os nomes de vias públicas e logradouros compreendidos no perímetro definido no artigo 1º.

Parágrafo único - Excetuam-se no disposto neste artigo as duplicidades, as discontinuidades, as denominações com letras, com números não formadores de data e outros previstos na Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo através do departamento competente autorizado a comunicar a denominação do bairro e os respectivos limites aos órgãos interessados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 26 de abril de 1995.

PAULO FEROLLA DA SILVA
Prefeito

Anexo 6 - Criação do bairro Jardim das Palmeiras: Lei nº. 6.063, de 17 de agosto de 1995**LEI Nº 6360 DE 17 DE AGOSTO DE 1995.**

DELIMITA E DENOMINA DE BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS A ÁREA TERRITORIAL URBANA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, QUE ESPECIFICA.

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A área territorial urbana, conhecida como Bairro Jardim das Palmeiras, passa a ter as seguintes confrontações:

- Início na rotatória das Rodovias RM-497 (Uberlândia/Prata) e RM-455 (Uberlândia/Campo Florido); segue pela Rua dos Flamingos até encontrar a Av. Olímpio de Freitas; segue pela Av. Olímpio de Freitas até a Av. Santa Maria; segue por esta até a Rua do Edil; segue por esta até a nascente do Córrego do Óleo; daí segue por este até a Rodovia Uberlândia/Prata; segue por esta até a rotatória; ponto onde se iniciou esta descrição.

Art. 2º Ficam oficializados todos os nomes de vias públicas e logradouros compreendidos no perímetro definido no artigo 1º.

Parágrafo único - Excetua-se no disposto neste artigo as duplicidades, as descontinuidades, as denominações com letras, com números não formadores de data e outros previstos na Lei.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo através do departamento competente, autorizado a comunicar a denominação do bairro e os respectivos limites aos órgãos interessados.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 17 de agosto de 1995.

PAULO FEROLLA DA SILVA
Prefeito

Anexo 7 - Criação do bairro Lagoinha: Lei nº. 8.403, de 29 de agosto de 2003**LEI Nº 8403 DE 29 DE AGOSTO DE 2003.****DELIMITA E DENOMINA DE BAIRRO LAGOINHA A ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA.**

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado BAIRRO LAGOINHA a área territorial urbana com a seguinte descrição:

BAIRRO LAGOINHA

“Inicia na confluência da Rua Benjamim Alves Santos, com a Rua São Francisco de Assis, segue pela Rua São Francisco de Assis, na direção nordeste, até o encontro com a Av. João Naves de Ávila, segue pela Av. João Naves de Ávila, sentido sudeste até encontrar a Alameda Uberaba, segue pela Alameda Uberaba até o encontro da Rua Pedro Ivo, segue pela Rua Pedro Ivo até o Córrego Lagoinha, segue pelo Córrego Lagoinha na direção noroeste até o encontro com a Rua Benjamim Alves Santos, segue pela Rua Benjamim Alves Santos até o ponto onde iniciou esta descrição”.

Art. 2º. Ficam oficializados todos os nomes de vias públicas e logradouros compreendidos no perímetro descrito no artigo 1º.

Parágrafo único. Excetua-se ao disposto neste artigo as duplicidades, as discontinuidades, as denominações com letras, com números não formadores de data e outros previstos na Lei.

Art. 3º. O Executivo deverá através do departamento competente, comunicar a denominação do Bairro descrito no artigo 1º e os respectivos limites aos órgãos interessados.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 29 de agosto de 2003.

Zaire Rezende
Prefeito

AUTORES: VEREADORES SEBASTIÃO CAETANO, ALÍRIO GRAÇA E JOSÉ HUMBERTO

Anexo 8 - Criação do bairro São Jorge: Lei nº. 6.622, de 20 de abril de 1995

LEI Nº 6622 DE 10 DE MAIO DE 1996.

MODIFICA O ART. 1º DA LEI 6286/95 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6286, de 20 de abril de 1995, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A área territorial urbana descrita por esta Lei, como Bairro São Jorge, passa a ter as seguintes denominação e confrontações:

BAIRRO SÃO JORGE

Início no cruzamento da Rodovia BR 050 com o prolongamento da Av. Seme Simão (projetado); segue pela Rodovia BR 050 até o Anel Rodoviário (projetado); segue por esta na direção oeste até o prolongamento da Av. Serra da Bodoquena; segue por esta na direção norte até encontrar a Rua Abelardo Pena; segue por esta até a Rua Ângelo Cunha; daí segue por esta até a Rua Dolorita Elias do Nascimento; segue por esta na direção noroeste até a Av. Seme Simão (via existente); segue pela Av. Seme Simão e seu prolongamento (projetado) nas direções nordeste e sudeste até encontrar com a Rodovia BR 050; ponto onde se iniciou esta descrição”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 10 de maio de 1996.

PAULO FEROLLA DA SILVA
Prefeito